

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***INVESTIGAÇÕES E EVOCAÇÕES DO PASSADO:***  
**O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos**  
**(Porto Alegre-RS, 1925-1939)**

Ana Celina Figueira da Silva

Porto Alegre

2018

ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA

***INVESTIGAÇÕES E EVOCAÇÕES DO PASSADO:***  
**O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos**  
**(Porto Alegre-RS, 1925-1939)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zita Rosane Possamai

Porto Alegre  
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA

***INVESTIGAÇÕES E EVOCAÇÕES DO PASSADO:*  
O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos  
(Porto Alegre-RS, 1925-1939)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (Orientador) – UFRGS

---

Profª Drª. Zita Rosane Possamai (Coorientadora) – UFRGS

---

Prof. Dr. Alessandro Kerber - UFRGS

---

Profª Drª. Ana Carolina Gelmini de Faria – UFRGS

---

Profª Drª. Letícia Julião – UFMG

---

Profª Drª. Mara Cristina de Matos Rodrigues – UFRGS

Porto Alegre, 29 de março de 2018

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Ana Celina Figueira da  
Investigações e evocações do passado: o  
Departamento de História Nacional do Museu Julio de  
Castilhos (Porto Alegre-RS, 1925-1939) / Ana Celina  
Figueira da Silva. -- 2018.

332 f.

Orientador: Benito Bisso Schmidt.

Coorientadora: Zita Rosane Possamai.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Museu Julio de Castilhos. 2. Arquivo Histórico  
do Rio Grande do Sul. 3. Alcides Maya. 4. História da  
Historiografia. 5. Museus. I. Schmidt, Benito Bisso,  
orient. II. Possamai, Zita Rosane, coorient. III.

Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*Aos meus pais, Helio e Helena (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Benito Schmidt, pelo acolhimento da proposta de pesquisa e acompanhamento do trabalho com suas leituras atentas e sugestões enriquecedoras.

Da mesma forma, sou muito grata à professora Zita Rosane Possamai que gentilmente aceitou coorientar a pesquisa, trazendo considerações fundamentais.

Agradeço também aos professores integrantes da banca de avaliação, Alessandro Kerber, Ana Carolina Gelmini de Faria, Letícia Julião e Mara Rodrigues, pelo aceite e tempo dispensado à leitura do trabalho.

Obrigada aos professores do PPGH pelas aulas e discussões propostas durante o curso.

Agradeço também aos servidores e bolsistas da Secretaria do PPGH pelo atendimento gentil que sempre recebi quando necessitei de algum serviço ou informação.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela concessão do período de um ano de afastamento das minhas atividades docentes para a conclusão do Doutorado. Também agradeço o apoio dos colegas do Departamento de Ciências da Informação, principalmente dos professores do curso de Museologia.

Considerando que a história “não se faz sem documentos”, agradeço às atenciosas equipes das instituições onde busquei as fontes dessa pesquisa: Museu Julio de Castilhos, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho e Pinacoteca Aldo Locatelli.

Agradeço à historiadora Eloisa Capovilla pela leitura do projeto de pesquisa e apoio inicial que muito me incentivou a seguir pesquisando o Museu Julio de Castilhos. Muito obrigada professora Capovilla.

Às “amigas para sempre” agradeço pelos momentos, tão necessários, de descontração e confraternização e aos meus queridos irmãos Luiz Mariano e Paulo Afonso agradeço o apoio e compreensão da ausência nesses últimos meses.

*Depende daqueles que entram  
Que eu me torne tumba ou tesouro  
Que fale ou fique em silêncio.  
Você sozinho deve decidir.  
Amigo, não entre senão cheio de desejo.*

(Paul Valéry, 1937. Inscrição na entrada do Museu do Homem, Paris)

## RESUMO

Este trabalho analisa o início da transformação do Museu Julio de Castilho (Porto Alegre-RS) de um museu de caráter enciclopédico, que priorizou durante as suas duas primeiras décadas as coleções de ciências naturais, a um museu histórico, tomando como recorte temporal o período compreendido entre 1925 e 1939, relativo à gestão do segundo diretor da instituição, Alcides Maya. Insere o surgimento do MJC, no ano de 1903, no contexto da *Era brasileira de museus*, quando predominavam os museus de caráter enciclopédico, bem como vincula o seu processo de especialização rumo à história ao declínio desse movimento no final dos anos 1920, mas também incorporando a essa transformação fatores de ordem interna regional, ressaltando o papel central de Maya nessa mudança. Descreve o surgimento dos museus de história na Europa, enfatizando os museus franceses do século XIX como os modelos seguidos na constituição de instituições congêneres no Brasil, as quais, através da exposição de imagens e objetos de personalidades e eventos de exceção, assumiram uma função evocativa e celebrativa do passado na constituição da identidade nacional. Identifica-se, no que se refere à identidade regional do Rio Grande do Sul, essa mesma função no MJC, com a formação das coleções de objetos e imagens dos políticos e militares envolvidos fundamentalmente na Guerra dos Farrapos. A partir da documentação administrativa, a tese apresenta a formação do acervo das seções do Departamento de História Nacional do MJC, destacando o papel de Eduardo Duarte nesse trabalho, procurando identificar a relação entre a produção historiográfica elaborada no período em análise e a constituição das coleções do Museu. Examina ainda a criação de uma Pinacoteca Histórica no MJC com a intenção de representar os personagens e locais considerados importantes para a história sul-rio-grandense, identificando o investimento do governo do estado na visualização do passado descrito nos documentos do Arquivo Histórico na configuração da identidade regional relacionada ao passado farroupilha. Identifica as concepções de história moderna e clássica operando, respectivamente, no Arquivo Histórico e nas demais seções do Departamento de História Nacional do MJC. Por meio destes procedimentos, a pesquisa buscou compreender a concepção de história (e outras noções a ela atinentes, como documento histórico, autenticidade e tempo).

## Palavras-chave

Museu Julio de Castilhos; Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Alcides Maya; História da Historiografia; Museus; Arquivos; Imagens.



## ABSTRACT

This study aims to analyze the initial transformation of *Júlio de Castilhos* Museum in the city of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, from one of encyclopedic nature that prioritized natural sciences collections into an historical museum during its first two decades, comprising the period between 1925 and 1939, under the management of Alcides Maya, the second director of the institution. The study inserts the emergence of the MJC (*Júlio de Castilhos* Museum) in the year 1903 into the Brazilian Museum Era context, when museums of an encyclopedic nature prevailed, as well as links its specialization process towards history to the decline of this trend in the late 1920s, which also included factors of internal regional nature, emphasizing Maya's central role in this change. It describes the emergence of history museums in Europe, emphasizing 19th century French museums as models for the establishment of similar institutions in Brazil which, through the exhibition of images, personality objects and exception events, took on an evocative and celebrative function of the past in making up a national identity. As to the regional Rio Grande do Sul identity, that same MJC role could be identified, with the formation of memorabilia collections of objects from politicians and the military involved mainly in the *Guerra dos Farrapos* (*Farrapos War*). From the administrative documentation, the dissertation presents the MJC collection of the Department of National History sections, highlighting Eduardo Duarte's role and trying to identify the relationship between the historiographic production developed in the period under analysis and the formation of the Museum collections. It also examines the creation of a Historical Art Gallery by MJC with the intention of representing characters and places thought to be important for the history of Rio Grande do Sul, identifying the investment of the State government in displaying the past described in the Historical Archive documentation and in setting a regional identity related to the *Farroupilha* Revolution past. Finally, it identifies modern and classical history conceptions by analyzing both the Historical Archive and in other sections of the MJC Department of National History. Through these procedures, the research sought to understand the conception of history (and other notions related to it, such as historical documentation, authenticity and time).

## KEYWORDS

*Júlio de Castilhos* Museum; Rio Grande do Sul State Historical Archive; Alcides Maya; History of Historiography; Museums; Archives; Images.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organização do Departamento de História Nacional do MJC - 1925	79
Figura 2	Imagem de Bento Gonçalves e de José de Oliveira Bueno	184
Figura 3	Imagem de David Canabarro	184
Figura 4	Imagem de Bento Gonçalves da Silva Filho	184
Figura 5	Imagem da tela <i>Carga de Cavalaria</i> (Litran, 1893)	250
Figura 6	Imagem da tela <i>Figueira de Belém Velho</i> (L. de Albuquerque, s/d)	268
Figura 7	Imagem da tela de <i>Rafael Pinto Bandeira</i> (L. de Albuquerque, s/d)	269
Figura 8	Imagem da tela de <i>José de Abreu – Barão de Cerro Largo</i> (L. de Albuquerque, s/d)	269
Figura 9	Imagem da tela <i>Ponte da Azenha</i> (L. Curia, 1929)	283

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Coleções do MJC em 1939- final gestão Alcides Maya	70
Quadro 2	Organização do Departamento de História Natural do MJC - 1925	77
Quadro 3	Nomes de pessoas que tiveram objetos doados ao MJC e não registrados no sistema Donato (1925-1939)	227
Quadro 4	Coleção de Iconografia registrada no sistema Donato (1925-1939)	246
Quadro 5	Lugares históricos retratados no acervo Iconográfico – MJC (1925-1939)	252
Quadro 6	Obras da Pinacoteca Histórica do MJC adquiridos até 1933	271

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Coleções do acervo do MJC (1925-1939)	217
Tabela 2	Coleções do Departamento de História Nacional do MJC - 1939	218
Tabela 3	Coleções do acervo do MJC – excetuando a coleção iconográfica (1925-1939)	219
Tabela 4	Coleções do acervo do MJC – excetuando a coleção iconográfica (1925-1939)	220
Tabela 5	Personagens registrados no sistema Donato/MJC – Excetuando a coleção Iconográfica (1925-1939)	223
Tabela 6	Coleção Iconográfica MJC– categorias <i>vultos</i> , <i>lugares</i> e <i>cenas</i> (1925-1939)	249
Tabela 7	<i>Vultos</i> históricos retratados no acervo Iconográfico – MJC (1925-1939)	251
Tabela 8	<i>Fatos/períodos</i> históricos retratados no acervo Iconográfico – MJC (1925-1939)	253

## **LISTA DE SIGLAS**

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

IHGSP – Instituto Histórico Geográfico da Província de São Pedro

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MARGS – Museu de Arte do Rio Grande do Sul

MJC – Museu Julio de Castilhos

MHN – Museu Histórico Nacional

MUSECOM – Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

RAPRGS – Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul

RIHGRGS – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SOP – Secretaria do Estado de Obras Públicas

UPA – Universidade de Porto Alegre

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	16
<b>2</b>	<b>O NASCIMENTO DOS MUSEUS NACIONAIS E O MUSEU JULIO DE CASTILHOS</b>	24
<b>2.1</b>	<b>A formação dos museus nacionais na Europa: das coleções privadas ao museu público</b>	24
2.1.1	<i>A Era brasileira de museus: os museus e a produção do conhecimento científico</i>	28
2.1.2	O Museu Julio de Castilhos: um museu enciclopédico (1903-1925)	30
<b>2.2</b>	<b>A narrativa do passado nacional: os museus de história</b>	36
2.2.1	Os museus de história no Brasil: do <i>enciclopedismo à inventividade tipológica</i> – construindo o passado da jovem nação	40
2.2.2	Museu Julio de Castilhos: o início das transformações e o traçado de um museu de história (1925)	46
2.2.2.1	Alcides Maya: o <i>mentor</i> de um museu de história para o Rio Grande do Sul	49
2.2.2.2	A estrutura do MJC a partir de 1925 e a novidade do <i>Departamento de História Nacional</i>	72
<b>3</b>	<b>UMA CRUZADA SANTA PELOS DOCUMENTOS: a constituição do Arquivo no Museu Julio de Castilhos</b>	81
<b>3.1</b>	<b>A escrita institucional da História no Brasil e os Institutos Históricos e Geográficos</b>	82
3.1.1	A institucionalização da escrita da história do Rio Grande do Sul nos anos 1920-1930: o IHGRGS	87
<b>3.2</b>	<b>A transferência da 2ª Seção do Arquivo Público para o MJC: novo lugar da história</b>	99
3.2.1	O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: <i>opulento manancial de preciosas informações para o estudo da história rio-grandense</i>	111
3.2.2	A <i>cruzada santa</i> em nome da história: a busca dos <i>preciosos subsídios</i> para a <i>elucidação</i> do passado	117
<b>3.3</b>	<b>A Escola Metódica: da <i>Revue Historique</i> ao MJC</b>	161
<b>3.4</b>	<b>Álbuns fotográficos de <i>personalidades da nossa história</i>: tentativa de registro visual em meio às fontes escritas do Arquivo Histórico</b>	173
<b>3.5</b>	<b>A produção das fontes e a <i>operação historiográfica</i>: rompendo o <i>mito da objetividade e neutralidade</i> dos Arquivos</b>	185
<b>4</b>	<b>O PASSADO PRESENTIFICADO: os objetos e as imagens do MJC (1925-1939)</b>	192
<b>4.1</b>	<b>Os salões da história do MJC</b>	193

<b>4.2</b>	<b>O acervo tridimensional do MJC – a história em objetos (1925-1939)</b>	216
4.2.1	MJC: relicário da história	230
<b>4.3</b>	<b>Pinacoteca Histórica do MJC: galeria de <i>vultos, fatos e lugares</i></b>	244
4.3.1	Dados do acervo Iconográfico (1925-1939)	246
4.3.2	Formação do acervo da Pinacoteca Histórica do MJC (1925-1939)	254
4.3.3	Luiz Cúria: documentando com pincéis os sítios farroupilhas	278
<b>4.4</b>	<b>O museu e a evocação do exemplar: <i>historia magistra vitae</i></b>	292
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	300
	<b>REFERÊNCIAS</b>	309
	<b>APÊNDICES</b>	318
	<b>APÊNDICE A.</b> Personagens e locais legendados no álbum de figuras relevantes da Guerra dos Farrapos	318
	<b>APÊNDICE B.</b> Listagem do acervo incorporado ao MJC entre 1925-1939 registrado no sistema Donato	323
	<b>APÊNDICE C.</b> Listagem dos personagens históricos e a quantidade de objetos a eles relacionados no sistema Donato do MJC (1925-1939)	330

## 1 INTRODUÇÃO

*Em uma palavra, o primeiro documento histórico, num museu histórico, deve ser o próprio museu.*

Ulpiano Bezerra de Meneses<sup>1</sup>

Se visitarmos o Museu Julio de Castilhos localizado no centro de Porto Alegre, nos dias atuais, encontraremos, organizados em salas temáticas, objetos evocativos à Guerra Farroupilha, às Missões Jesuíticas, a grupos indígenas do Rio Grande do Sul, bem como ao líder político republicano Julio de Castilhos<sup>2</sup>. Essas exposições de longa duração, aliadas ao critério de delimitação regional que embasa a aquisição do acervo<sup>3</sup>, evidenciam que o MJC é uma instituição que pretende retratar a história sul-riograndense.

Entretanto, a instituição não surgiu com o objetivo exclusivo de recolher e conservar um acervo de história de caráter regional. Desde a sua criação em 1903 até 1954 manteve sob sua guarda coleções de diversas tipologias voltadas à história, às artes, à antropologia, à etnologia e às ciências naturais - zoologia, botânica, mineralogia, geologia e paleontologia. Durante as suas duas primeiras décadas de existência, sob a direção do engenheiro Francisco Rodolpho Simch, o museu dedicou-se, quase que exclusivamente, à coleta e estudo das coleções de Ciências Naturais. O MJC passou a ser considerado um museu de história a partir de 1954 quando, sob a direção do folclorista Dante de Laytano, suas coleções científicas, artísticas, bibliográficas e

---

<sup>1</sup> MENESES, 2005, p. 58.

<sup>2</sup> O MJC apresentava até 2016 cinco ambientes com exposições de longa duração: Revolução Farroupilha, Escravatura, Sala Indígena, Sala Missioneira e Sala Julio de Castilhos. Atualmente mantém objetos relativos a essas temáticas expostos, mas agrupados em um número menor de salas devido à obra de manutenção de alguns espaços. O Museu também realiza exposições temporárias relativas a diversos temas vinculados tanto à história específica do Rio Grande do Sul quanto à do Brasil em geral.

<sup>3</sup> Conforme consta no site oficial da Secretaria da Cultura do Estado e no blog do Museu Julio de Castilhos, são adotadas três vertentes para balizar a aquisição e doação de acervo: modo de vida, relações sociais de produção e história política do Rio Grande do Sul, sendo que: “O modo de vida inclui os objetos que retratem os diferentes costumes, crenças e hábitos dos rio-grandenses (índios, imigrantes europeus, açorianos, alemães, italianos, etc., gaúchos da Campanha, das Missões, das cidades, do litoral, etc.), tais como: indumentária, objetos relacionados ao uso cotidiano (moedas, selos, cuias, pratos, bombas de chimarrão, talheres, ferros de passar, mobiliário doméstico), de devoção religiosa (rosários, imagens, livros religiosos), de lazer etc. As relações sociais de produção abrangem todos os objetos relacionados ao trabalho, à produção e à circulação da renda, abrangendo as esferas pública e privada, tais como: títulos públicos, ações, ferramentas, máquinas, instrumentos diversos, uniformes profissionais, etc)”. Disponível em: <<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>> Acesso em: 23 de setembro de 2015.

O texto do site e blog mencionados não apresenta os elementos que caracterizam o acervo da vertente história política, como foi feito com as outras dimensões. Apenas é indicado que o museu considera essa temática em seu acervo.



arquivísticas foram desmembradas, dando origem a novas instituições públicas estaduais, ficando no museu apenas o acervo considerado histórico.

O ano de 1954 é, portanto, considerado o marco divisório entre o enciclopedismo e a especialização do MJC, que a partir dessa data voltou-se exclusivamente às questões históricas. Porém, esse momento deve ser entendido como a culminância de um processo mais longo de transformação iniciado em anos anteriores. Dito em outras palavras, a definição da perspectiva “histórica” do MJC é o resultado de uma metamorfose lentamente iniciada em 1925, quando ocorreu uma série de mudanças administrativas e estruturais na instituição. Dentre essas destacam-se a substituição de Francisco Simch pelo literato Alcides Maya na direção e a integração da seção de documentos históricos do Arquivo Público ao MJC, originando o Arquivo Histórico, que passaria a compor o Departamento de História Nacional do MJC, também criado em 1925. Esse Departamento, além do Arquivo Histórico, também abrigaria as seções destinadas às coleções de artefatos, bem como uma Pinacoteca Histórica. Além disso, destacamos que, em 1925, o MJC passaria a sediar em suas dependências o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

O propósito da presente tese é justamente analisar esta primeira etapa da transformação do MJC em um museu de história, tomando como recorte temporal o período da gestão do seu segundo diretor, Alcides Maya, compreendida entre os anos 1925 e 1939. Nesse período, o Museu permaneceu fechado à visitação pública, dedicando-se prioritariamente ao aumento de suas coleções de história e também à participação na exposição comemorativa do centenário da Guerra Farroupilha, ocorrido em 1935, na qual envolveu-se em parceria com o IHGRGS. No período em tela, o MJC possuía grande vinculação com o referido Instituto, sendo nosso interesse analisar como isso se refletiu nas práticas do Departamento de História Nacional, considerando a observação de Oliveira (2009) de que os museus de história e os institutos históricos, em parceria, “eram centros privilegiados da produção e divulgação de conhecimentos históricos”<sup>4</sup>, principalmente na primeira metade do século XX.

Nas últimas décadas, no Brasil, surgiram trabalhos que tomaram os museus de história como objeto de estudo, relacionando-os ao debate sobre a história-memória nacional. Nesse sentido, sobressaíram-se produções a respeito do Museu Histórico

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, 2009, p. 27.

Nacional<sup>5</sup> que apontam o seu caráter celebrativo na construção do passado da nação. Nele, sob a direção de Gustavo Barroso, a *história pátria* foi construída através dos heróis nacionais e do culto às tradições. Os objetos musealizados nessa instituição eram consagrados por serem testemunhos vivos do passado, por sua autenticidade e raridade. As pesquisas de Brefe (2005) e Oliveira (2000, 2009, 2013) inserem o Museu Paulista nessa discussão, ressaltando um projeto de narrativa visual do passado nacional relacionado aos pressupostos historiográficos do Instituto Histórico e Geográfico daquele estado. Além disso, os museus estaduais também passaram a ser estudados como produtores de uma história regional. Exemplo disso são as pesquisas de Julião (2010), Carneiro (2013) e Oliveira (2009). Leticia Julião demonstra como o Museu Mineiro, criado em 1910 com um caráter enciclopédico, passou, a partir do final da década de 1920, a ser concebido “como exclusivo para a celebração do passado”, com “diferentes imagens da pátria mineira”<sup>6</sup>. Cíntia Carneiro analisa o papel que o Museu Paranaense desempenhou no processo de construção de uma identidade para aquele estado, entre 1902 e 1928, período em que teve como diretor Romário Martins, o qual era jornalista, historiador e político, ligado aos movimentos da intelectualidade paranaense do início do século XX, e também fundador e membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Já Ana Amélia de Oliveira, analisando a atuação dos três primeiros diretores do Museu Histórico do Ceará, criado em 1932, busca perceber como cada uma das gestões, através da seleção de objetos e da definição de exposições, produziu significados e representações sobre a história daquele estado.

O MJC também tem sido objeto de pesquisas no âmbito da historiografia nos últimos anos, destacando-se os trabalhos de Nedel (1999, 2005, 2011), Silveira (2011, 2013, 2014) e Possamai (2010, 2012, 2013). Todos esses estudos, ao apresentarem a trajetória da instituição, indicam o início da mudança de seu perfil a partir de 1925, sua relação com o IHGRGS e Arquivo Público, bem como a centralidade da temática da Guerra Farroupilha nos trabalhos do Museu. Entretanto, nenhum deles tem por objetivo principal a análise da instituição nesse primeiro momento de transformação e o exame da constituição de seu acervo de história em relação à produção historiográfica do período.

---

<sup>5</sup> ABREU, 1996; MAGALHÃES, 2006; SANTOS, 2006.

<sup>6</sup> JULIÃO, 2010, p.297.

O trabalho que mais se destaca nesse sentido, do qual nossa proposta muito se aproxima, é o capítulo *(In)Visibilidades do Passado: percursos das relações entre história e memória nos museus*, de Zita Possamai (2013). Ao analisar o MJC, a autora considera que as concepções clássica e moderna de história conviveram na instituição a partir de 1925. Possamai lista algumas das aquisições realizadas pelo MJC de objetos relacionados a “personalidades políticas e episódios políticos e militares, entre os quais ganhavam destaque a Revolução de 1893 e a de 1935, bem como a Guerra do Paraguai”<sup>7</sup>, e também menciona o trabalho de levantamento, compilação e divulgação de documentos históricos, o projeto de produção de imagens para registro do passado, através de encomendas de pinturas feitas ao pintor Luiz Curia, bem como a realização de um álbum fotográfico alusivo às figuras históricas da Guerra Farrroupilha, indicado nos relatórios do Museu, mas não analisa tal documentação.

Neste âmbito, coloca-se a proposta da presente pesquisa que pretende colaborar na análise das concepções de história vigentes no MJC a partir de 1925, procurando identificar a relação entre a seleção das coleções e a leitura do passado feita pela historiografia então hegemônica (notadamente aquela elaborada pelo IHGRGS) incluindo, nessa análise, as imagens adquiridas e/ou produzidas pela instituição naquele momento. Ou seja, considerando que os museus são locais de produção de narrativas históricas, feitas de uma forma específica e particular, na qual o passado é organizado através de sua visibilidade, coloca-se a questão de verificar como isso ocorreu no MJC no recorte cronológico antes indicado. Enfim, os questionamentos centrais que a tese busca responder são: como se deu este processo? Quais as concepções de história e de documento que orientaram o trabalho desenvolvido no Departamento de História Nacional? Que princípios e práticas sustentaram as “visões do passado” inscritas na articulação entre escrita e imagem processada no Museu?

Consideramos a hipótese inicial de que a proximidade entre os membros do MJC e aqueles do IHGRGS resultou numa identificação entre o conhecimento histórico dominante produzido no período e a formação das coleções de história do Museu, já que eram praticamente os mesmos os envolvidos nas atividades das duas instituições. Também consideramos que os trabalhos do Arquivo Histórico pautaram as aquisições

---

<sup>7</sup> POSSAMAI, 2013, p.218.

das coleções de artefatos e imagens das demais coleções do MJC, determinando as temáticas a serem representadas.

Deste modo, coloca-se como objetivo geral da pesquisa identificar as estratégias da produção de conhecimento histórico, pelo viés do documento escrito e coleções de artefatos e imagens, desenvolvidas no Museu Julio de Castilhos (entre 1925-1939), contribuindo, nesse sentido, para o estudo da história dos museus brasileiros e, mais precisamente, do MJC, buscando entender seu processo de transformação no período em tela. Especificamente, busca-se mapear a constituição do acervo do Museu ao longo da gestão de Alcides Maya, identificando relações entre a produção historiográfica da época e tal acervo, bem como a função atribuída à instituição naquele contexto.

O *corpus* documental é constituído, sobretudo, pela documentação administrativa oficial do MJC – relatórios anuais enviados à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior até 1935 e a partir desse ano à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, e correspondências expedidas e recebidas – e pela documentação museológica – livros tombos, fichas catalográficas e o sistema de registro de dados Donato<sup>8</sup>. Também foram analisadas as revistas do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul e do IHGRGS, bem como documentos diversos relativos ao MJC no AHRS e o jornal *Correio do Povo* do ano de 1936 no MUSECOM.

O relatório anualmente enviado pelo diretor do Museu ao secretário de Estado consiste em importante fonte de pesquisa, pois nele são relatadas as principais atividades desenvolvidas na instituição relativas às questões administrativas (funcionários, setores, horário de funcionamento) e museológicas, nos possibilitando acompanhar a constituição do acervo e os projetos desenvolvidos pelo MJC. As correspondências também revelam a rotina de funcionamento da instituição e os processos de aquisição de acervo. Através dos ofícios pode-se acompanhar não somente a comunicação do museu com a Secretaria de Estado, mas também com as municipalidades e com particulares. Tanto os relatórios anuais como as

---

<sup>8</sup>. O sistema utilizado pelo MJC é o Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes – SIMBA/DONATO versão 3.0. Trata-se de programa gerenciador do banco de dados para registro, organização, controle e rápido acesso às informações do acervo. O programa foi criado pelo referido museu em 1992 e distribuído a diversas instituições museológicas brasileiras pela *Fundação Vitae*, incluindo o MJC, que, embora não possuindo apenas acervo artístico, para o qual o Programa originalmente se destina, utiliza o sistema no registro de seu acervo.

correspondências expedidas e recebidas encontram-se sob a guarda do AHRS e, fundamentalmente, do arquivo do MJC.

A consulta às edições da *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, veículo de divulgação dos trabalhos do Museu, mostrou quais os documentos considerados históricos foram transcritos e publicizados (e, portanto, avaliados como importantes) até 1930, quando a revista deixou de ser publicada, retornando após o período limite dessa pesquisa. A consulta às Revistas do IHGRGS nos permitiu identificar os pressupostos preconizados pelo Instituto para o fazer histórico, bem como o entendimento da função do historiador no período em análise. A documentação relativa à exposição comemorativa do centenário farroupilha foi pesquisada no AHPAMV, o que possibilitou verificar a participação do MJC juntamente com o IHGRGS nesse evento.

A coleção de iconografia<sup>9</sup> do MJC indica as pinturas de Luiz Curia mencionadas por Possamai (2013), mas não registra o álbum fotográfico sobre as personalidades relevantes da Guerra dos Farrapos. Esse álbum, não encontrado no MJC, foi localizado no AHRS, onde também foram consultados documentos diversos nas doze caixas que a instituição possui relativas ao MJC, bem com o fundo Eduardo Duarte, chefe do Departamento de História do MJC entre os anos 1925 e 1939. Consultamos também os registros do acervo da Pinacoteca Aldo Locatelli da Prefeitura de Porto Alegre, buscando informações a respeito de artistas que produziram obras para a Pinacoteca Histórica do MJC, e o catálogo eletrônico de obras e artistas do MARGS.

Neste trabalho analisamos o MJC tendo em vista a mediação do lugar social, da prática investigativa e da escrita que caracterizam a operação historiográfica, conforme estabelece o historiador francês Michel de Certeau (2013). Desse modo, consideramos que a relação estabelecida pelo autor entre um *lugar* determinado, e os discursos nele produzidos, precisa ser levada em conta na compreensão da escrita do passado regional efetuada pelo Museu Julio de Castilhos. Afinal, os trabalhos realizados pelos profissionais a ele ligados ocorreram dentro de um determinado contexto político, intelectual e institucional que orientou a seleção dos documentos, objetos e imagens considerados históricos. Vale lembrar, nesse sentido, que membros do IHGRGS eram

---

<sup>9</sup> O MJC possui, atualmente, em torno de 11.600 peças organizadas em 29 coleções, sendo uma delas a de iconografia, composta por pinturas, gravuras e fotografias.

funcionários do Museu e do Arquivo, como Alcides Maya, Eduardo Duarte e Aurélio Porto. Assim, não podemos entender o trabalho por eles desenvolvido sem examinar o *lugar social* que ocuparam e as *leis* do seu meio, de que nos fala Certeau, as quais regulam o trabalho do historiador, atuando na escolha das metodologias empregadas e mesmo na seleção das fontes de pesquisa.

O presente trabalho está organizado, além desta introdução e das considerações finais, em três capítulos. No capítulo segundo realizamos um histórico do surgimento dos museus e suas transformações ao longo do tempo com o objetivo de entender a concepção de museu vigente à época do surgimento do MJC e também o processo de sua transformação de um museu enciclopédico em um museu de história, inserindo tal movimento em um contexto mais amplo de especialização das instituições museológicas a partir da década de 1920 no Brasil. Abordamos o surgimento dos museus de história relacionando-o à construção dos estados nacionais na Europa e como essas instituições foram modelares na formação do Museu Histórico Nacional e do Museu Paulista no Brasil. Também tratamos, a partir de revisão bibliográfica, da visão de passado construída por essas duas instituições e suas relações com o trabalho desenvolvido no MJC após 1925. O capítulo também apresenta, a partir da documentação administrativa, as mudanças ocorridas no MJC em 1925 e as motivações que levaram à nomeação de Alcides Maya à direção, bem como o papel desempenhado por esse diretor nos novos rumos que a instituição começava a tomar em direção ao incremento de suas coleções de história.

O capítulo terceiro é dedicado ao Arquivo Histórico do MJC, a partir da transferência da 2ª Seção do APERS ocorrida em 1925. Apresenta os processos de recolhimento de acervo, descrevendo principalmente os trabalhos de Eduardo Duarte e Aurélio Porto. Indica também os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram esses historiadores e as funções que o Arquivo desempenhou no período, configurando-se como o lugar legítimo de guarda de toda a documentação da história sul-riograndense, colocando-se, ao lado do IHGRGS, como a instituição responsável pela produção do conhecimento histórico sobre o estado.

O quarto e último capítulo trata das coleções de artefatos e imagens que integraram as demais seções do Departamento de História Nacional do MJC, além do Arquivo Histórico. Nesse capítulo procuramos sistematizar, a partir dos registros do

sistema Donato, aliados às informações contidas nas correspondências e relatórios do MJC, as principais temáticas e personalidades representadas nos objetos e nas obras da Pinacoteca Histórica, bem como buscamos identificar os processos de constituição desses acervos. Salientamos que a intenção não foi realizar uma análise da produção e circulação de tais imagens e objetos, mas sim identificar os procedimentos adotados por parte do MJC na formação dessa seção e a correspondência do acervo com a produção historiográfica estabelecida no Arquivo Histórico. Como feito no capítulo terceiro, buscamos identificar as concepções de história e objeto envolvidos nesse processo, os quais estão relacionados a uma intenção celebrativa do passado regional.

Adentremos, pois, nas salas e no passado do casarão da rua Duque de Caxias...

## 2 O NASCIMENTO DOS MUSEUS NACIONAIS E O MUSEU JULIO DE CASTILHOS

*Das grandes transformações que afetaram o museu e a maneira de expor os objetos, as mais significativas vieram com a entrada da história e da ciência dentro de suas paredes.*

Ana Claudia Brefe<sup>10</sup>

Este capítulo trata do surgimento dos museus e de suas funções ao longo do tempo, visando entender a concepção sobre essa instituição vigente à época do surgimento do MJC e também o processo de sua transformação em museu de história. A narrativa se baseia especialmente em pesquisa bibliográfica, incluindo material de arquivo ao tratar da instituição sul-rio-grandense.

O texto está dividido em duas partes: uma que trata da formação dos museus nacionais na Europa e dos primeiros museus no Brasil - contexto em que se insere a fundação do Museu do Estado no Rio Grande do Sul; outra que apresenta o processo de criação dos museus de história, a partir do caso dos museus nacionais franceses que serviram de modelo às instituições brasileiras. Nesse sentido, são abordados o Museu dos Monumentos Franceses e o Museu de Versalhes (na França), bem como o Museu Histórico Nacional e o Museu Paulista (no Brasil). Ao final são apresentadas as mudanças ocorridas no MJC a partir de 1925 quando a História passa a ganhar espaço nessa instituição.

### 2.1 A formação dos museus nacionais na Europa: das coleções privadas ao museu público

Levando em conta um processo de longa duração que vai da Antiguidade Clássica aos dias atuais, percebemos profundas transformações no entendimento da função e da própria concepção de museu. Na Grécia Antiga, o *Mouseion* (Casa das Musas) era um híbrido de templo e instituição de pesquisa, voltado principalmente para o saber filosófico. Tais espaços “[...] não se destinavam a reunir coleções para a fruição dos homens; eram locais reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos”<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> BREFE, 2005, p. 48.

<sup>11</sup> JULIÃO, 2006, p. 20.



Podemos considerar que o embrião da instituição museu que conhecemos hoje – local em que a cultura material é recolhida, pesquisada, exposta, comunicada e interpretada, com amplo acesso público - está nas grandes coleções privadas do Renascimento italiano<sup>12</sup>. Nesse momento, os objetos reunidos em verdadeiros “gabinetes de curiosidades” eram admirados pelos homens considerados ilustres e capazes de perceber a beleza e o valor desses materiais, geralmente integrantes da nobreza e do clero.

O caráter seletivo dos visitantes também é verificado no primeiro museu público europeu, o *Ashmolean Museum*, de Oxford, na Inglaterra, fundado no século XVII, já que suas coleções foram abertas apenas a especialistas e estudantes universitários. Até mesmo o primeiro museu público nacional do mundo ocidental, o *British Museum*, fundado pelo Parlamento em 1753, com “uma finalidade manifestadamente pública”<sup>13</sup>, conservava restrições de acesso, limitando e dificultando a entrada de visitantes, que eram despachados às pressas. Nesse sentido, ainda na metade do século XVIII, “Os verdadeiros usuários dos museus continuam sendo os *studiosi* e os artistas, que se beneficiam sempre de condições privilegiadas”<sup>14</sup>.

O acesso do público às grandes coleções foi franqueado de fato no final do século XVIII, marcando o surgimento dos grandes museus nacionais na Europa. Isso ocorreu no contexto do desenvolvimento do nacionalismo europeu, quando passou a vigorar a ideia de que as “reliquias” não eram mais propriedades únicas de grupos privilegiados, pertencendo também a toda a coletividade, como bens públicos que contribuiriam para a educação e formação da consciência nacional do povo.

Neste sentido, os museus nacionais fundados, principalmente, a partir da Revolução Francesa<sup>15</sup>, resignificam os bens do Antigo Regime, apagando sua ligação

---

<sup>12</sup> Breffe destaca, que embora, na Renascença, o colecionismo tenha se tornado moda entre “certas camadas da população, como prelados, cortesãos, médicos, juristas, eruditos, artistas, príncipes e monarcas”, a prática da coleção pode ser detectada já na Antiguidade Clássica e na Idade Média, quando era comum a reunião de tesouros nos templos e igrejas. São esses tesouros acumulados, “resultantes de oferendas aos deuses e pilhagens de guerra”, segundo a autora, que prefiguram as futuras coleções da época moderna. Cf. BREFFE, 1998, p.295. A ampliação das coleções durante a Europa Renascentista é resultado do aumento do contato dos europeus com outros continentes, quando se multiplicam as viagens, sobretudo a partir do século XV, levando os “novos mundos para os gabinetes dos príncipes e sábios” (LOPES, 2009, p.12).

<sup>13</sup> POULOT, 2013, p. 63.

<sup>14</sup> POULOT, 2013, P. 63.

<sup>15</sup> Conforme destaca Breffe (1998), a maioria dos autores que estudam a criação do museu público na França indica o nascimento dessa instituição como produto da nacionalização dos bens da Igreja, dos

primeira com os valores do clero e da nobreza, e os apresentando como representantes da arte universal, a serviço da educação do cidadão<sup>16</sup>. Agora, eles são bens públicos e, portanto, o “direito de entrar no museu [é transformado] em um direito do cidadão e, ao mesmo tempo, em uma necessidade para a identidade e para a reprodução da nova comunidade imaginária”<sup>17</sup>. Os museus nacionais espalham-se pela Europa ao longo do século XIX exercendo o papel pedagógico e político de divulgação e consolidação da nova ordem social, expondo objetos que documentavam a arte, a ciência e a historiografia oficial.

Podemos, de forma resumida, considerar, portanto, que o museu, como o concebemos hoje, nasce ligado à consolidação dos Estados nacionais, no bojo das transformações econômicas, sociais e políticas do final do século XVIII. É, portanto, fruto da modernidade que rompe com a tradição e instaura uma nova ordem: a ordem da razão baseada na ideia de progresso. Usando as palavras de Andreas Huyssen, o museu é:

[...] um efeito direto da modernização e não um acontecimento à sua margem ou fora dela. Não é o sentido seguro das tradições que marca a origem dos museus, mas a sua perda combinada com um desejo profundo pela (re)construção. Uma sociedade tradicional sem um conceito teleológico secular não precisa de um museu, mas a modernidade é impensável sem um projeto museico.<sup>18</sup>

---

emigrados e da nobreza, ou seja: “(...) resultado imediato de três decretos da Assembleia Nacional: de 2 de novembro de 1789, que nacionaliza os bens da Igreja católica; de 9 de novembro de 1791, quando os bens dos emigrados são todos confiscados; e finalmente, em 8 de agosto de 1793, quando é decretada a supressão das Academias. Esses atos revolucionários, motivados por questões ideológicas, políticas e econômicas, fazem da jovem Nação herdeira de imensas riquezas artísticas quase inteiramente desconhecidas e espalhadas pelo território nacional” (BREFE, 1998, p. 303-304). Para preservar, evitando a onda de destruição desses bens, agora nacionais, surge a necessidade de inventariá-los, catalogá-los, expondo-os em lugar público, sendo assim necessária a criação de um museu nacional. A partir disso, inúmeros projetos são apresentados à Assembleia Nacional e “elaboram-se três figuras principais de museus que resumem o imaginário da instituição na sua primeira década de existência: o Louvre, o museu de antiguidades nacionais e a rede de museus departamentais” (BREFE, 1998, p. 304).

<sup>16</sup> Devemos lembrar que inicialmente as obras de arte e monumentos do Antigo Regime eram vistas como símbolos da monarquia e do despotismo, incompatíveis, portanto, com a Revolução republicana e, por isso, alvos de destruição e depredação. Porém, essa onda iconoclasta foi amenizada quando da tomada de consciência da possibilidade de mudança do estatuto do objeto, no momento em que “Eles perdem seu valor de memória intencional (quando de sua criação) e adquirem um valor de memória outorgada ou simples antiguidade” (GUILLAUME, M, 1980, p. 123 *apud* BREFE, 1998, p. 307). Dessa forma, o patrimônio do Antigo Regime, em risco de desaparecimento, passa a ser valorizado por ser composto de “obras-primas” da “arte universal” e, por isso merecedor de conservação, servindo “de modelo aos artistas e de instrução para cidadão. A solução encontrada seria a reunião de todos os objetos da realeza em um só lugar, formando um museu” (BREFE, 1998, p. 306). A autora trata no texto, especificamente, do Museu do Louvre inaugurado em 10 de agosto de 1773.

<sup>17</sup> POULOT, 2013, p. 59.

<sup>18</sup> HUYSEN, 1994, p. 36.

Lilia Schwarcz (2016) considera que o início da “era dos museus públicos e nacionais” no século XVIII foi caracterizado pelo surgimento de instituições de caráter exclusivamente comemorativo<sup>19</sup>, onde os objetos eram expostos à admiração pública, não sendo entendidos ainda tais espaços como instituições de pesquisa científica. Isso iria acontecer no século posterior, com a criação dos museus de História Natural<sup>20</sup>. O trabalho científico nos museus de ciências naturais era realizado dentro da lógica evolucionista dominante à época, balizado pela coleção, classificação e comparação da fauna, flora e uma gama de objetos “exóticos” vindos de outros continentes fora da Europa, coletados em expedições científicas pelos “filósofos viajantes”<sup>21</sup>.

Portanto, o século XIX, denominado de “século dos museus”, consolidaria os contornos da acepção moderna dessa instituição traçados ao final do século XVIII na conjuntura revolucionária francesa e também consagraria os museus como instituições de pesquisa científica no campo das denominadas ciências naturais. Esses colecionavam, pesquisavam e expunham variados acervos - botânico, zoológico, mineralógico, histórico, etnográfico, entre outros – sendo, portanto, caracterizados pela busca de um saber enciclopédico e universal. Tal modelo de museu vigente na Europa será seguido pelas novas nações americanas na criação de suas instituições museológicas no século XIX<sup>22</sup>. Inclui-se nesse processo, o Brasil, que, embora ainda não independente, a partir da presença da família real portuguesa, ganhou seu primeiro museu, o qual seguiu o molde universalista aqui apresentado, modelo esse que também viria a caracterizar o Museu do Estado criado no Rio Grande do Sul no início do século XX.

O subitem seguinte apresenta os museus brasileiros constituídos no século XIX que seguiram o modelo universalista.

---

<sup>19</sup> A autora destaca o Museu do Louvre, inaugurado em 1773, e o Museu do Prado, criado em 1783, como exemplos de instituições de caráter celebrativo.

<sup>20</sup> Schwarcz ressalva que o primeiro museu que podemos entender como um espaço de pesquisa científica, embora ainda não possuindo um caráter estritamente antropológico, tenha sido o *British Museum*, fundado em 1753. Mas é no século XIX que esse movimento se amplia com a criação de uma série de instituições museológicas: “o Museu Etnográfico de Ciências de São Petersburgo (1836), o National Museum of Ethnology em Leiden (1837), o Peabody Museum of Archeology and Ethnology (1866), além de várias sociedades de arqueologia e etnologia inauguradas nesse mesmo momento” (SCHWARCZ, 2016, p. 89).

<sup>21</sup> Denominação usada por Schwarcz (2016, p. 89) para designar os “naturalistas” dessa época.

<sup>22</sup> O Século XIX é quando ocorrem as independências das colônias americanas em relação às suas metrópoles ibéricas. A criação de museus nacionais nas ex-colônias, conforme Mario Chagas e Myrian dos Santos, se daria como “tentativas de legitimação desses novos estados nacionais tanto interna quanto externamente” (CHAGAS e SANTOS, 2007, p. 14).

### 2.1.1 A Era brasileira dos museus: os museus e a produção do conhecimento científico

Em 1818, na conjuntura da presença da família real portuguesa no Brasil, é criada a primeira instituição museológica nesse território, o Museu Real, com a função de “estimular os estudos de botânica e zoologia no local”<sup>23</sup>. Este museu, atualmente denominado Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi formado com acervos trazidos pela Coroa<sup>24</sup> e também com a coleção proveniente da Casa de História Natural, que ficou popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros”, um gabinete de estudos constituído em 1784 pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos, o qual, durante sua existência, colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa. Maria Margaret Lopes menciona que a Casa dos Pássaros, “durante quase trinta anos de funcionamento adequou-se, perfeitamente, a sua função de entreposto colonial para envio de produtos à Metrópole”<sup>25</sup>.

Na segunda metade do século XIX, com o Brasil já independente de Portugal, e como sintoma explícito “do interesse crescente pelas Ciências Naturais e da consolidação desse campo de conhecimento, o Museu Nacional deixa de ser o único dedicado à História Natural do país”<sup>26</sup>. Destaca-se, então, a fundação do Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), do Museu Paranaense (1876), do Museu Botânico do Amazonas (1883) e do Museu Paulista (1894). Essas instituições estão inseridas no que Schwarcz (2009) denomina de *Era Brasileira dos Museus* que perduraria até 1930, e se caracterizaria pela criação e apogeu dos museus nacionais no Brasil com inspiração nos modelos europeu e norte-americano de “museu enciclopédico”, reunindo coleções de ciências naturais, arqueológicas, etnográficas e também históricas e artísticas. O trabalho de investigação científica que esses museus desenvolviam era baseado em parâmetros biológicos e evolucionistas<sup>27</sup>, que priorizavam a comparação e a classificação. Tal modelo orientava todos os estudos, mesmo os da Arqueologia e da

---

<sup>23</sup> SCHWARCZ, 2016, p. 92

<sup>24</sup> A coleção doada por D. João VI ao Museu era composta de “peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais” (SCHWARCZ, 2016, p. 92).

<sup>25</sup> LOPES, 2009, p. 38.

<sup>26</sup> LOPES, 2009, p. 151.

<sup>27</sup> Schwarcz afirma que os museus ajudaram a divulgar no Brasil teorias raciais atreladas ao evolucionismo: “Evolucionistas sociais convictos, os cientistas dos museus não deixaram de aceitar as disposições dos teóricos das raças. (...) Como cientista e adepto da teoria da evolução, Lacerda [diretor do Museu Nacional entre 1895 e 1915] descobria nos Botocudos o exemplo máximo de inferioridade humana, e apontava no branqueamento a grande perspectiva nacional diante do inevitável fenômeno de depuração das raças” (2016, p. 121-122).

Antropologia<sup>28</sup>, que “se encontravam subordinados ao viés biológico, exemplificado nos estudos de craniometria”<sup>29</sup>. A esse respeito, Abreu esclarece que

O museu do tipo enciclopédico atingiu seu apogeu no período entre o final do século XIX e meados dos anos 20. Essa instituição cumpria papel relevante enquanto local de ensino e de produção científica. O grande paradigma era o evolucionismo, e, sob essa égide, os museus problematizavam a temática da evolução das espécies. Em geral, abrigavam coleções que representavam indistintamente variedades da flora, da fauna e de espécie humana. Segundo Schwarcz, os museus transformaram-se aos poucos em depósitos ordenados de uma cultura *material fetichizada e submetida a uma lógica evolutiva*.<sup>30</sup>

Conforme Lopes, tanto o Museu Nacional quanto o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista, que são os que ela destaca em seu trabalho<sup>31</sup>, cumpriram importante papel nos estudos e pesquisas em ciências naturais no Brasil, especialmente nas áreas de zoologia e antropologia, e menos na geologia e botânica, que já encontravam outros espaços institucionalizados, como os Serviços Geológicos e os Jardins Botânicos:

Para o final do século [XIX], não só no Museu Nacional, como também nos demais museus brasileiros, seriam exatamente as ciências zoológicas e antropológicas que assumiriam maior proeminência nos seus projetos de investigação. Essas, que não dispunham ainda de espaços especializados para abrigá-las, tais como já o eram os Serviços Geológicos, e continuavam a ser os Jardins Botânicos, se concentrariam nos museus brasileiros. E exatamente os especialistas nesses assuntos seriam os diretores desses museus, à época,

<sup>28</sup> Schwarcz coloca que é preciso “destacar que a antropologia, para o museu [Museu Nacional], constituía um ramo das ciências naturais, detendo-se talvez com mais vagar no sistema nervoso e na medição dos crânios. [...]. Batista Lacerda, responsável pelo primeiro curso de antropologia, ministrado no país em 1887, entendia a disciplina como um ramo da biologia, afastada das teorias sociológicas ou filosóficas” (2016, p. 100-101).

<sup>29</sup> POSSAMAI, 2010, p.10.

<sup>30</sup> ABREU, 1996, p. 163

<sup>31</sup> Lopes em seu trabalho, devido à atuação dessas instituições à época, trata mais detalhadamente do Museu Nacional, do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Museu Paulista. Mas não deixa de mencionar a criação de outras instituições no início do século XX, entre os quais cita o Museu Júlio de Castilhos: “Até o início deste século, outros museus de caráter variado continuariam sendo criados no país: o Museu do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, em 1907; o Museu do Comércio, no Rio de Janeiro, fundado também em 1907 e dirigido pela Academia do Comércio; o Museu Rocha, do Ceará, que publicava seu boletim como subsídio para o estudo das Ciências Naturais e Arqueologia [...]; o Museu Anchieta de História Natural em Curitiba, fundado em 1902, por José Venâncio de Melo; o Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, criado em 1903, que voltado para a história gaúcha, possuía importantes coleções de História Natural e Etnografia e publicava seu periódico – *A Revista do Museu Júlio de Castilhos*. Suas coleções de produtos naturais foram transferidas na década de 1950 para o Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais” (LOPES, 2009, p. 224). Posteriormente trataremos especificamente do MJC, demonstrando que a história gaúcha, inicialmente, tinha menor importância nos trabalhos do Museu, o qual, durante suas duas primeiras décadas, dedicou-se, quase que exclusivamente, ao estudo das Ciências Naturais. *A Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul* passou a ser publicada a partir de 1927, antes denominava-se *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, editada por esse órgão a partir de 1921, publicando documentos históricos. Quando passou a ser organizada pelo MJC, a *Revista* começou a incluir trabalhos relativos às ciências naturais.

os quais em virtude de suas formações manteriam grande interesse por esses campos de conhecimentos, não ainda totalmente diferenciados, segundo a tradição da Antropologia Física que se constituíra nesses espaços<sup>32</sup>.

A autora argumenta que a ciência no Brasil inicia com os museus, provando com sua tese de doutoramento que não é verdadeira a ideia corrente de que não houve produção científica no país até o início do século XX, quando surgem os institutos de pesquisas. Diz ela: “No que se refere às Ciências Naturais, os museus brasileiros não só estiveram particularmente atuantes, como de fato institucionalizaram essas ciências e suas especializações no país”<sup>33</sup>. Tais instituições atuavam em rede com museus estrangeiros, trocando espécimes e informações; contratavam naturalistas para proceder à coleta de materiais da flora e fauna brasileiras; mantinham em suas sedes laboratórios para análise química de seus materiais e eram administradas por diretores-cientistas<sup>34</sup> que tinham a preocupação em registrar e divulgar os conhecimentos produzidos através da publicação de revistas<sup>35</sup>.

Atuação similar a estas instituições desempenhou o Museu Julio de Castilhos, objeto da presente tese, fundamentalmente durante a gestão de seu primeiro diretor entre os anos de 1903 e 1925, como veremos a seguir.

### 2.1.2 O Museu Julio de Castilhos: um museu enciclopédico (1903-1925)

O Museu do Estado - como inicialmente foi denominado o Museu Julio de Castilhos<sup>36</sup> - foi criado em 30 de janeiro de 1903, pelo então Presidente do Rio Grande

<sup>32</sup> LOPES, 2009, p. 328

<sup>33</sup> LOPES, 2009, p. 21.

<sup>34</sup> Schwarcz destaca o trabalho dos diretores como central para a atuação dos museus nesse período: “São eles que organizam coleções, classificam o material, contratam pessoal, elaboram as revistas, assim como escrevem a maior parte dos artigos” (2016, p. 117).

<sup>35</sup> Em 1876 é publicado o primeiro número da *Revista Archivos do Museu Nacional*, periódico trimestral do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Em 1894 surge o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*. O Museu Paulista em 1895, portanto apenas um ano após a sua fundação, lança o primeiro número da *Revista do Museu Paulista*. Todas essas publicações eram centradas nas ciências naturais, com artigos de Botânica, Zoologia, Geologia, Antropologia e Arqueologia. As revistas eram muito utilizadas como forma de comunicação e permuta com os museus estrangeiros. Cf. SHWARCZ, 2016.

<sup>36</sup> A denominação Museu do Estado perdura da criação do museu em 1903 até 1907, quando o nome é alterado para Museu Julio de Castilhos. A mudança do nome dá-se através do Decreto estadual nº 1.140 de 19 de julho de 1907, que conforme transcrito por POSSAMAI (2009, p. 7), diz: “[...] atendendo aos inolvidáveis serviços prestados pelo extinto estadista rio-grandense Dr. Julio de Castilhos, em prol do Museu do Estado, instituição a que ligou o maior interesse e de que foi o iniciador, resolve, em homenagem aquele benemérito patriota e no uso da atribuição que lhe confere o artigo 20 da Constituição, dar ao Museu a denominação de ‘Julio de Castilhos’.” Julio Prates de Castilhos nasceu em 29 de junho de 1860 em Vila Rica, na época um distrito da cidade de Cruz Alta. Formou-se em Direito e foi um dos fundadores, em 1882, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e também do periódico

do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, através do Decreto 589<sup>37</sup>. A instituição nasceu ligada à Diretoria do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras Públicas do Estado e seu acervo inicial era composto por 360 minérios que haviam sido expostos na primeira Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul, realizada em 1901<sup>38</sup>. O Museu do Estado teve como grande preocupação, durante a gestão de seu primeiro diretor, o engenheiro Francisco Rodolfo Simch<sup>39</sup>, a coleta, o estudo e a classificação de coleções de ciências naturais. Contava com laboratório para análise de materiais, mantinha intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais<sup>40</sup>, participava de exposições representando o Rio Grande do Sul<sup>41</sup> e, se

---

oficial desse partido, o jornal *A Federação*, o qual dirigiu desde sua criação em 1884 até 1889. Assumiu o governo do Rio Grande do Sul em 1889, com o início do regime republicano, sendo deposto em 12/11/1891, devido à reação contra o golpe de Deodoro da Fonseca, a quem apoiava. Após o *governicho*, período marcado por grande número de políticos que se revezaram no governo estadual, Castilhos voltou a ocupar a presidência do Estado “no bojo de uma insurreição patrocinada pelos republicanos, em 17 de junho de 1892, renunciando, em seguida, para disputar as eleições para a Presidência do Estado pelo voto direto, sendo eleito no pleito de 20 de novembro daquele ano, tomando posse no dia 25 de janeiro de 1893” (ESPÍRITO SANTO, 2005, p. 28). Em 1898, Castilhos encerrou seu mandato e indicou Borges de Medeiros como seu sucessor ao governo do Estado, permanecendo, porém, com o controle político do PRR. Conforme AXT (2005, p. 123), a hegemonia castilhista inicia em 1895 e se estende até 1903 com sua morte: “Com a derrota e o quase extermínio da oposição, Julio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio Grande do Sul, controlando a administração pública, a política estadual e as situações municipais até sua morte prematura em 1903”.

<sup>37</sup> Nedel destaca que antes do período republicano já havia a intenção de criar um museu na província do Rio Grande do Sul: “Segundo Marlene Madaglia Almeida (1983), a primeira notícia que se tem da existência de um museu no Rio Grande do Sul refere-se ao ano de 1862, e está associada ao efêmero Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP), fundado em 1860 e extinto em 1863. Além do projeto de um museu contíguo ao IHGSP, sabe-se do Decreto 1549, que em 17 de dezembro de 1885 previu a criação de um museu provincial, mas que, ao que tudo indica, não chegou a existir de fato” (NEDEL, 2005, p.95).

<sup>38</sup> A primeira Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul foi realizada no antigo Campo da Redenção, ao lado da Escola de Engenharia, onde em 1903, em dois pavilhões de madeira, passou a funcionar o recém-criado Museu do Estado. Essa era uma situação provisória porque havia o projeto de se construir um prédio definitivo para o Museu, assim como foi realizado para o Arquivo e para a Biblioteca Pública. Porém, tal projeto foi abandonado com a compra da casa onde Julio de Castilhos havia residido com sua família por alguns anos e onde morreu. A casa, situada na antiga Rua da Igreja, atual Rua Duque de Caxias, número 1231, foi comprada pelo governo em 11 de agosto de 1905 após o suicídio da viúva de Julio de Castilhos, Honorina Costa, ocorrido em 25 de janeiro de 1905. A Escritura de Compra do Imóvel foi registrada em 11 de agosto de 1905 no 4º Cartório de Notas de Porto Alegre do Notário Octaviano Gonçalves. Esse documento está transcrito no Registro de Imóveis da 1ª Zona no Livro 3-C, folhas 326 nº 15.927. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) possui a cópia desse documento.

<sup>39</sup> Simch dirigiu o Museu Julio de Castilhos de 1903 a 1925, com um intervalo entre 1919 e 1922, quando foi substituído interinamente por Hugo Debiasi, funcionário responsável pelos laboratórios do Museu.

<sup>40</sup> No Relatório de 1904 é evidenciado o intercâmbio com o Museu Paulista do qual o Museu do Estado recebeu uma coleção de pássaros, retribuindo tal gesto com a doação de uma coleção de ovos. Nesse mesmo relatório é mencionado o recebimento de grande coleção de minerais e rochas da Escola de Minas. Também o diretor relata que iria enviar ao *British Museum* coleção de ovos iguais a que enviou ao Museu Paulista, além de uma coleção de peles de pássaros e quadrúpedes (Relatório MJC 1904. AHRs - OP 11, p.217).

<sup>41</sup> O Museu Julio de Castilhos participou da Exposição de Milão em 1906 com amostras de minerais e madeiras, premiadas com diploma de honra; da Exposição do Rio de Janeiro em 1909, onde conquistou

não conseguiu lançar uma revista ainda na primeira gestão, não foi por desinteresse de seu diretor, que inúmeras vezes ressaltou a importância do Museu publicar suas pesquisas em um periódico<sup>42</sup>.

O Museu do Estado, à época de sua criação, apresentava um caráter enciclopédico com objetivos bastante amplos, como está expresso no seu Regulamento:

Artigo 1º - Compete ao Museu do Estado:

<<1º - Receber, classificar e guardar todos os produtos naturais do Rio Grande do Sul e de outras quaisquer proveniências.

<<2º - Colecionar todos os artefatos indígenas que tenham qualquer valor etnológico.

<<3º - Reunir todos os elementos que possam ser úteis ao estudo antropológico dos habitantes primitivos não só do Rio Grande do Sul como do Brasil em geral.

<<4º - Reunir e classificar todos os vestígios paleontológicos que se acharem no Estado ou fora dele.

<<5º - Colecionar os produtos de ciências, indústrias e artes modernas.

<<6º - Colecionar documentos históricos de qualquer gênero.

<<7º - Estabelecer coleções filatélicas e numismáticas.<sup>43</sup>

As diferentes coleções deveriam ser organizadas em quatro seções:

Artigo 2º - Os artigos entregues ao Museu serão distribuídos pelas quatro seções seguintes:

1ª Seção de zoologia e botânica.

2ª Seção de mineralogia, geologia e paleontologia.

3ª Seção de antropologia e etnologia

4ª Seção de ciências, artes e documentos históricos.<sup>44</sup>

---

prêmio com a sua coleção de numismática e medalha de ouro para a coleção de mineralogia e geologia; da Exposição Nacional em 1908, quando as duplicatas da coleção de madeiras foram entregues à Comissão de Expansão Econômica do Brasil; da Exposição de Bruxelas em 1910, com amostras de minerais, e da Exposição de Pecuária no Rio de Janeiro em maio de 1917, quando foi confeccionado um mapa com as divisas dos municípios com respectivos dados estatísticos: “área do município, população, número de bovinos, equinos, muares, ovinos, caprinos e seus respectivos valores.” (Relatório MJC 1917. AHRs- OP 46, p. 551). O Museu também foi convidado a participar das comemorações do centenário do Museu Nacional em 1918 (Cf. Relatório MJC 1918. AHRs – OP 50, p. 388).

<sup>42</sup> A primeira vez que o diretor solicita e argumenta da necessidade do Museu ter uma revista é no Relatório de 1904 : “Observando a grande quantidade de material que temos reunidos no Museu, e tendo em vista que os elementos coligidos fornecem dados importantíssimos para o estudo da história natural, seria bom iniciar-se dentro de pouco tempo a publicação de uma revista para a Repartição (...)”. Ele segue sugerindo que a publicação seja trimestral, com 48 páginas, incluindo desenhos e gravuras. A revista serviria de instrumento de permuta com outras instituições e, conforme Simch, também ajudaria a dar visibilidade ao Museu do Estado já que “desperta[ria] mais atenção sobre nosso Estabelecimento, que, valha a verdade, especialmente dentro do País, ainda passa por uma inutilidade” (Relatório do MJC 1904. AHRs – OP. 11, p. 219). Em outros relatórios o diretor continua reiterando seu pedido de impressão de uma revista alegando que sem essa publicação “Ficarão nossos trabalhos todos sepultados no silêncio do laboratório (...)” (Relatório MJC 1906. AHRs – OP 12, p.178). O Museu só passa a ter sua revista posteriormente à saída de Simch da direção, quando a seção de História do Arquivo Público é transferida para o MJC, com a publicação, conforme apontamos antes, a partir de 1927, da *Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul*.

<sup>43</sup> Relatório MJC de 1903. AHRs, OP 11, p. 26. A transcrição desse e demais documentos constantes ao longo do texto foi feita com adaptação à gramática atual para facilitar o entendimento do leitor.



Podemos constatar uma desproporção entre as seções do Museu do Estado, já que o mesmo se estruturou em três divisões voltadas para as ciências naturais e apenas uma para a História, e ainda assim não exclusiva<sup>45</sup>.

Os relatórios do Museu enviados à Secretaria de Obras Públicas evidenciam que a direção de Simch devotou especial atenção à formação das coleções de ciências naturais em detrimento da de história. Coletando, comprando ou recebendo doações, o diretor aumentava os acervos de Zoologia, Botânica e Mineralogia; isso “demonstrava sua intenção em tornar o trabalho do museu mais especializado em relação às ciências naturais, relegando a um segundo plano outras funções previstas ao museu na sua criação”<sup>46</sup>.

As pesquisas desenvolvidas no MJC apresentavam, de certa forma, um caráter utilitarista, segundo o qual as descobertas e estudos ali realizados deveriam objetivar o aproveitamento dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico do estado<sup>47</sup>. Assim, o Museu teria que priorizar em suas pesquisas a aplicabilidade e não o estudo apenas investigativo. É o que afirma o próprio diretor Simch ao tratar da coleção de Botânica:

[...] as coleções de botânica devem ter em mira o lado utilitário do assunto e não somente o aspecto científico no sentido restrito. Devemos estudar nossa flora em sua composição, sua distribuição geográfica e no proveito que dela podemos tirar, deixando ou relegando para segunda plana [*sic*] os trabalhos de alta indagação.<sup>48</sup>

Em Relatório de 1910, o diretor solicita a criação de uma verba específica para custear as suas excursões pelo estado para coleta de material. Tal solicitação é

<sup>44</sup> Relatório MJC de 1903. AHRS, OP 11, p. 27.

<sup>45</sup> Cabe ressaltar que a 3ª Seção, de Antropologia e Etnologia, apresentava um viés biológico, sendo uma *antropologia física* e não como hoje é entendida, no âmbito da área das ciências humanas, voltada aos estudos culturais.

<sup>46</sup> POSSAMAI, 2010, p.12.

<sup>47</sup> Por exemplo: o Museu possuía laboratórios de análises químicas e de resistência de materiais onde se investigou a existência de calcário no Rio Grande do Sul. Também foram desenvolvidos nesses laboratórios estudos sobre o grés a ser utilizado na construção do Palácio do Governo, bem como experiências com sementes de trigo para detectar as moléstias que faziam diminuir sua produção. No jardim do Museu, Simch criou um observatório para observar as plantas e monitorar as pragas que as atacavam. A instituição também atuou na verificação da existência de cobre em regiões do Rio Grande do Sul. Essas atividades tinham como objetivo a sua possível utilidade econômica, sendo que, através dos estudos desenvolvidos naquele espaço, buscava-se descobrir formas de diminuir o ataque de pragas em vegetais, garantido uma maior produção, bem como a descoberta de riquezas minerais que pudessem ser comercializadas.

<sup>48</sup> Relatório MJC 1918. AHRS – OP 50, p. 387.

justificada a partir da função do Museu, por ele ressaltada, afirmando que era necessário:

ter presente o fim para que foi criado o Museu: reunir de forma sistemática e completa as amostras de todos aqueles elementos oriundos do Rio Grande do Sul e susceptíveis de apuração industrial.<sup>49</sup>

No âmbito dessa orientação utilitária apontada por Rodolfo Simch, não se enquadrava a 4ª Seção do Museu, não priorizada em sua gestão. Ainda no mesmo Relatório de 1910, ele aponta a existência de dois tipos de museus: os de *ciências históricas* e os de *ciências naturais*. Também deixa clara a sua posição favorável à manutenção do Museu Julio de Castilhos como um museu de ciências naturais, por ser sua utilidade de abrangência maior do que a dos museus de ciências históricas:

Os Museus em geral têm dois fins principais: ou ocupam-se do desenvolvimento da civilização com as chamadas *ciências históricas* ou visam o estudo das *ciências naturais*. Ambas as formas ainda desdobram-se em grande número de variantes mais ou menos úteis ou não. A manutenção do primeiro grupo é muitíssimo dispendiosa e de utilidade quase exclusivamente limitada às classes que se ocupam com os estudos, isto é, a utilidade é limitada a uma fração mínima da sociedade; dá-se isto com a numismática, filatélica, escultura, pintura, gravura, bibliografia, etc. sobre a civilização [...]. O outro grupo, o que se refere a ciências naturais, tem diferente escopo: as ciências naturais deixaram de ser privilégio de meia dúzia de escolhidos para serem acessíveis a todos. As condições econômicas de uma região dependem, de modo absoluto, de suas condições naturais; estas por sua vez são determinadas pela constituição do solo, do clima, da fauna e da flora respectiva. Ora, como o Museu tem seções destinadas à geologia e mineralogia do lugar e como o objeto destas duas ciências é o solo ficará estudado, assim este.<sup>50</sup>

Percebe-se que o argumento de Simch na defesa das ciências naturais prioriza, como antes indicamos, o aspecto econômico, pois são essas que se ocupariam do estudo das características naturais de uma região. Conhecer o solo, o clima e a vegetação de um determinado local seria fundamental, desde essa perspectiva, para o desenvolvimento de sua economia. Portanto, o estudo de tais ciências, ao supostamente proporcionar o desenvolvimento econômico, mostrar-se-ia útil à sociedade como um todo. É importante ressaltar que, apesar dessa valorização das ciências naturais, Simch não deixou de reconhecer a importância de conhecer os “usos e costumes de um povo em certa época e lugares”. Mas ele esclareceu que o tratamento dado naquele momento aos

<sup>49</sup> Relatório MJC 1910. AHRS – OP 24, p.24.

<sup>50</sup> Relatório MJC 1910. AHRS – OP 24, p. 26 e 27.

objetos históricos no Museu se resumia ao acúmulo de peças, que nada contribuía para o conhecimento histórico ou cultural:

[...] é perfeitamente inútil acumular sapatos, camisas e chapéus cuja autenticidade é duvidosa, na maior parte das vezes deste ou daquele vulto histórico, quando é certo terem, tais objetos, só o valor da estimativa para os descendentes da pessoa a quem são atribuídos: nestas condições me parece que está uma parte da 4ª seção do Museu no que se refere a moedas, selos, sinetes, etc. É meu parecer que para o aumento deste grupo nada mais se deva despende, ficando limitada a ação da Repartição exatamente ao que prescreve o <<3º do art. 7º receber, conservar e estudar tudo *que lhe for confiado*.<sup>51</sup>

Simch, portanto, aponta que o Museu não deveria investir recursos na ampliação da coleção de história, já que essa, diferentemente das coleções de ciências naturais, não estaria contribuindo diretamente com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Assim, sua gestão, coerentemente com tais concepções, dedicou-se à ampliação constante das coleções de ciências naturais, bem como ao seu estudo e classificação, ficando a coleção histórica diminuta em comparação com as demais.

Uma primeira mudança no direcionamento do Museu pode ser identificada em 1925, quando Francisco Rodolfo Simch é substituído pelo literato Alcides Maya. A partir dessa nova direção, a instituição deixa de privilegiar somente as coleções de ciências naturais e passa a preocupar-se também com o crescimento do acervo histórico, indicando esse movimento o embrião da transformação do Museu em um órgão preocupado com a história do Rio Grande do Sul. Também nesse momento é incorporada ao Museu a Seção Histórica do Arquivo Público do Estado e ocorre a desvinculação do Museu do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras, passando essa instituição para a Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. Sobre esse processo, diz Nunes:

A partir de 1925, fim da gestão de Rodolfo Simch, com a volta dos documentos históricos do Arquivo Público e a criação do Instituto Histórico e Geográfico, 1920, o Museu recebe uma ativa e nova energia, pois se torna um centro que agrupa intelectuais da época, muitos deles, devotados aos estudos históricos. Tais fatos não são difíceis de perceber, operam sensíveis mudanças no perfil do acervo. Neste contexto, ressurgiu e cresce a quarta seção que, paulatinamente, passa a ter precedência sobre as demais. Enfim, após 1954 com o desmembramento do acervo, o Julio de Castilhos adquire a guarda do material histórico e antropológico com o qual, hoje, trabalha [...].<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Relatório MJC 1910. AHRs – OP 24, p. 26 - 27.

<sup>52</sup> NUNES, 2005, p. 278- 279.

Assim, a consolidação definitiva do MJC como museu de história, que consideramos iniciada em 1925, foi selada em 1954, com o desmembramento de seu acervo<sup>53</sup> sob a direção do historiador e folclorista Dante de Laytano<sup>54</sup>. Os acervos de documentos textuais e arte deram origem a novas instituições públicas, respectivamente o Arquivo Histórico e o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, sendo as coleções de ciências naturais transferidas ao já existente Museu de Ciências Naturais (atual Fundação Zoobotânica). No Museu Julio de Castilhos permaneceu a coleção de história. Isso significou o afastamento definitivo de sua proposta inicial de museu enciclopédico, voltado de forma especial às coleções de ciências naturais, conformando a tipologia que apresenta até os dias atuais, que é a de museu de história. O processo dessa transformação é o desafio que buscamos analisar em item posterior, mas antes consideramos necessária uma abordagem sobre os museus de história, quanto ao seu surgimento e caracterização na Europa e no Brasil.

## **2.2 A narrativa do passado nacional: os museus de história**

A denominação “museu nacional” no século XIX, conforme nos alerta Pomian<sup>55</sup>, era utilizada para designar tanto as instituições que buscavam abarcar a história “universal” e da “civilização” – como os museus enciclopédicos ou metropolitanos – quanto àquelas que tratavam da singularidade da nação e de seu percurso ao longo do tempo, ou seja, os museus de história nacionais. Essa última concepção é a que nos interessa nesse item.

---

<sup>53</sup> A partir do desmembramento das coleções, o MJC passou a guardar exclusivamente objetos referentes à história: “A lei nº 2345 de 29 de janeiro de 1954 reestrutura a Secretaria dos Negócios de Educação e Cultura, cria a Divisão de Cultura e desmembra as coleções do Museu, criando o Museu de Ciências Naturais, o Museu de arte Aldo Malagoli e o Arquivo Histórico. O Museu Julio de Castilhos fica com a guarda do acervo de objetos históricos” (SOUZA, 2014, p. 91).

<sup>54</sup> Dante de Laytano esteve à frente do Museu Julio de Castilhos entre os anos de 1952 a 1960.

<sup>55</sup> Pomian explica que no século XIX a denominação “museu nacional” referia-se a dois tipos de instituições, uma que pretendia abarcar o universal e outra o específico da nação. Assim, o museu nacional no sentido universal “se supõe válido, se não para todo o homem, ao menos para todo o homem civilizado”. Como exemplo cita o British Museum e o Museu do Louvre: “As coleções de ambos não tinham nada de especificamente inglês ou francês, mas remetiam a algo mais amplo, àquilo que se entendia por homem civilizado no século XIX, às elites europeias e ao imperialismo. ‘Nacional’ significava aí civilização, valores universais que poderiam ser partilhados por todos.” O outro tipo de museu nacional, que se desenvolveu amplamente no século XIX, é o que remete para “a ideia de que cada nação se constrói de si mesma, de modo que um peso cada vez maior recaí sobre os traços que a individualizam, enquanto se apagam, sobretudo na cultura das massas, aqueles que lhe são comuns com outras nações europeias, a ponto de o *nacional* começar a se identificar, para alguns, ao particular, próprio a uma nação e somente a ela” (POMIAN, 1991, p. 170-1 *apud* BREFE, 2005, p. 39-40).

Portanto, os museus a que aqui nos referimos - nacionais de história do século XIX - não buscavam o universal, ou como coloca Poulot (2013), o “desígnio de exaustividade”, mas sim a especificidade no caminho da construção das identidades nacionais. A respeito do tema, o autor refere que:

Os museus de história se inscrevem comumente em uma perspectiva identitária para defender uma convicção, uma nação ou comunidade. Seu rápido desenvolvimento na Europa no decorrer do século XIX parece estar relacionado com os momentos de maior identidade de fervor patriótico, enquanto sua relativa discrição no final do século XX corresponderia ao decréscimo de tal sentimento.<sup>56</sup>

Nesse sentido, os museus de história nacionais estiveram a serviço da celebração da nação, construindo uma identidade nacional única e singular em relação a outras narrativas. Os objetos presentes nos museus nacionais eram percebidos como provas da existência de um passado comum, remetendo a eventos e personagens que “fizeram” a história de determinada nação.

O Museu dos Monumentos Franceses, criado em 1795, é considerado o primeiro museu de história nacional. Surgiu pela iniciativa de Alexandre Lenoir, a partir de obras confiscadas pelo governo revolucionário reunidas em um depósito instalado no antigo Convento de Petis-Augustins, em Paris. Esse museu pretendia representar a história da França, desde suas origens até a época contemporânea, e, nesse sentido, diferenciava-se do Museu do Louvre, que buscava englobar obras-primas da arte “universal”. Para Pomian,

Em seus primórdios, o Louvre recolhe as obras da Antiguidade grega e romana e do período moderno posterior ao renascimento “das artes do desenho”. O museu de Lenoir está essencialmente repleto de relíquias da Idade Média. Mesmo se ele também coleciona esculturas e exemplares de arquitetura, o Louvre concentra-se na pintura e nas antiguidades; o museu de Lenoir reúne esculturas e fragmentos de edifícios. O Louvre expõe mais os nórdicos e sobretudo mais italianos e franceses. Lenoir, por sua vez, só se interessa por aquilo que tem relação com a história da França ou a arte francesa.<sup>57</sup>

O Museu dos Monumentos Franceses, além de voltar-se para um passado francês “esquecido”, através da exposição de obras não valorizadas do ponto de vista artístico naquele momento – sobretudo o gótico medieval –, inovou na forma de apresentação dos objetos. Diferentemente do Louvre, que, pretendendo apresentar

---

<sup>56</sup> POULOT, 2013, p. 35.

<sup>57</sup> POMIAN, 1991, p. 169, *apud* BREFE, 2005, p. 32 - 33.

obras-primas da arte universal, de maneira clássica, como nas academias de belas-artes existentes no século XVIII, não separava as obras por escola, épocas, gêneros ou artistas<sup>58</sup>, o museu de Lenoir propunha um novo arranjo, organizando os objetos por épocas. Essa é a inovação trazida por Lenoir, destacada por Bann, quando esse afirma que o Museu dos Monumentos Franceses, ao realizar a classificação dos objetos cronologicamente nas salas, “inaugurou a classificação sistemática, por período, de objetos históricos”<sup>59</sup>. Tal organização seguindo uma perspectiva temporal faz com que a história seja então percebida como cronologia<sup>60</sup>.

Lenoir também criou uma espécie de *Elysée*, formado de monumentos consagrados à memória de grandes homens – “simples cenotáfios ou mesmo túmulos –, o que remete à ideia de um ‘Panteão’ da França e ressalta a função comemorativa, ou memorial, do museu”<sup>61</sup>.

O museu de Lenoir serviu de modelo à criação de outros museus franceses do século XIX. O “caráter comemorativo” e a “lição cronológica da história, por meio dos monumentos”<sup>62</sup> apresentados por ele estariam presentes na exposição do passado no

---

<sup>58</sup> Brete alerta que a maneira desordenada do Louvre apresentar suas obras, com mistura de escolas, indica um atraso em relação a outras instituições europeias, que já seguiam critérios em suas exposições: “Nesse sentido, a França mostrou-se em atraso em relação ao resto da Europa, onde a maioria dos museus já haviam adotado a disposição por escolas e a ordem cronológica. A escolha da “*miscellanea*” é justificada no catálogo do museu como a mais didática para o aprendizado dos artistas por facilitar a comparação entre os grandes mestres, mas é alvo de polêmicas que conduzirão, posteriormente, ao triunfo da disposição por escolas” (BREFE, 1998, p. 309).

<sup>59</sup> BANN, 1994, p. 170.

<sup>60</sup> Brete indica que já existiam alguns exemplos anteriores na Europa em que se percebe uma abordagem histórica na organização de algumas coleções. Nesse sentido, apesar da organização utilizada pelo Museu dos Monumentos Franceses ser pouco usual para a época, ela não era completamente nova: “É importante assinalar que a noção de museu histórico, tão distinto do museu de artes, de curiosidades, ou das coleções das Academias de Belas-Artes, não era inteiramente nova quando Lenoir organizou o Musée des Monuments français. Existem alguns exemplos anteriores em que já se nota uma abordagem histórica na organização de algumas coleções. Toulouse, por exemplo, inaugura, em 1765, um museu que reúne pinturas que representam a chegada dos celtas e as guerras de religião na região; Arles, em 1780, cria um museu público de antiguidades da cidade. No panorama internacional, o grande modelo de inspiração de Lenoir, ressaltado em seus escritos, é a abadia de Westminster em Londres, onde se vê uma apresentação cronológica de monumentos voltados para a glorificação dos grandes personagens da história britânica. [...]. Outra inspiração de Lenoir é, sem dúvida, a galleria progressiva, presente principalmente na Itália do século XVIII, cuja ideia básica, herdeira da obra do historiador da arte renascentista, Giorgio Vasari, é a disposição dos quadros em uma ordem que procura assinalar o desenvolvimento progressivo da pintura, desde a Grécia até os dias atuais, com fins essencialmente pedagógicos. Segundo Roland Recht a exposição de obras no museu estará, então, destinada a encarar a lição da história (Recht 1989)” (BREFE, 1997, p. 179). No entanto, a autora considera que mesmo não sendo totalmente inovador, o impacto do Museu dos Monumentos Franceses foi maior que essas outras iniciativas.

<sup>61</sup> BREFE, 2005, p. 34.

<sup>62</sup> BREFE, 2005, p.35.

Museu de Cluny<sup>63</sup> e no Museu de Versalhes. Esse último<sup>64</sup>, criado por Luís-Felipe em 1837, no castelo de Versalhes, “é o primeiro museu a se autodenominar de história”<sup>65</sup>. A finalidade da instituição era tratar de toda a história da França, evocando os seus gloriosos episódios e personagens, configurando-se num lugar de celebração da nação com grande destaque, nessa empreitada, à iconografia<sup>66</sup>:

O Museu de Versalhes [...] pretende mostrar a continuidade da França antes e depois da Revolução, a partir de sua Fundação por Clóvis até a chegada ao trono da dinastia de Orléans. As encomendas feitas aos artistas para as grandes galerias correspondem à convicção comum de que a arte, para citar o escultor David d’Angers (1788-1856), é o arquivista dos povos, incumbido de “legar ao futuro os gloriosos anais da humanidade”.

[...] a iniciativa participa de uma política que tende, então a “erguer, no nosso país, o estudo das lembranças e dos monumentos da pátria à posição de instituição nacional”.<sup>67</sup>

A forma de apresentação das obras e objetos no Museu de Versalhes persegue a linearidade dos fatos, onde o critério cronológico de Lenoir está presente, sendo considerada bastante didática como destaca Brefe:

A função didática da apresentação é posta em destaque em diferentes frentes: no percurso linear e sistemático através de diferentes épocas que se sucedem sincronicamente; no enquadramento das obras umas ao lado das outras em séries contínuas; na decoração de certas salas que evoca a época representada (como a sala das Cruzadas que recebeu uma decoração neo-gótica).<sup>68</sup>

Ao longo do século XIX, outros museus nacionais surgiram na Europa seguindo esse padrão de apresentação, onde o passado era representado através de cenas emblemáticas fixadas em telas encomendadas a artistas e também pela exposição ordenada de objetos relacionados aos indivíduos ligados a esse passado, transformando o museu em um lugar de homenagem e reverência. Tais objetos “históricos” (ou dignos de serem considerados como tais e estarem presentes nos museus) são tidos como *reliquias*, provas materiais, testemunhas da existência do passado não vivido. Esses objetos e imagens eram expostos com o objetivo de contar a história da nação, de seus

<sup>63</sup> O Museu de Cluny foi aberto em 1843 a partir da coleção de Alexandre Du Sommerard adquirida pelo governo francês em 1834. Atualmente conhecido como Museu Nacional da Idade Média, dedica-se à preservação de rico acervo de arte medieval (POULOT, 2013, p. 39).

<sup>64</sup> Museu de História da França, na cidade de Versalhes.

<sup>65</sup> GUIMARÃES, 2007, p. 26.

<sup>66</sup> O Museu de Versalhes reunia uma grande diversidade de obras - seis mil pinturas, duas mil esculturas, quinze mil gravuras – a maioria “proveniente de coleções reais e de quase três mil encomendas feitas a artistas contemporâneos” (BREFE, 1997, p. 176).

<sup>67</sup> POULOT, 2013, p.39-40.

<sup>68</sup> BREFE, 1997, p. 176.

grandes personagens e dos feitos julgados relevantes dessa trajetória, consolidando um modelo de narrativa histórica linear-evolutiva. Foi essa a referência para a constituição dos primeiros museus de história no Brasil, os quais almejavam a exposição de nosso passado nacional.

### **2.2.1 Os museus de história no Brasil – do enciclopedismo à inventividade tipológica - construindo o passado da jovem nação**

Como já mencionado acima, os primeiros museus no Brasil são criados no século XIX, após a vinda da família real portuguesa, e seguiram o modelo de museu enciclopédico, voltado principalmente às ciências naturais. Os museus de história surgem no país somente a partir da segunda década do século XX, resultantes do processo de transformação dos museus de história natural de caráter universal para instituições especializadas. Tal movimento difere, portanto, do que aconteceu na Europa, onde os museus de história nacional emergem no século XVIII e se expandem no seguinte, quando despontam também os museus etnográficos ligados às universidades. Sobre isso, Margaret Lopes esclarece:

No caso brasileiro, foram os museus de História Natural do século XIX que deram origem aos que seriam os encarregados de musealizar e institucionalizar a História oficial do país nas primeiras décadas do século XX, como o foram o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro ou o Museu Paulista em São Paulo.<sup>69</sup>

A mesma autora explica que, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu, em âmbito mundial, um processo de especialização das Ciências Naturais, com o surgimento dos institutos de pesquisas e novas práticas de investigação<sup>70</sup>. Nesse processo, os museus perderam prestígio científico, “cedendo seu lugar, até sua imagem de templos da ciência”<sup>71</sup> a essas novas instituições de pesquisa. Isso constituiu o fim do movimento de museus em todo o mundo, período esse “marcado pela consolidação dos institutos de pesquisa, dos laboratórios como os *loci* institucionais prioritários para o desenvolvimento das ciências do século XX (...)”<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> LOPES, 2009, p. 328.

<sup>70</sup> Nesse processo, destaca-se a microbiologia como a especialidade científica de ponta do início do século XX. Os estudos nos campos da Botânica, Biologia, Geologia e Mineralogia saem então dos museus e começam a ser feitos em espaços institucionais próprios. Os museus passam a ser locais onde “não mais se pesquisa” (LOPES, 2009, p. 335).

<sup>71</sup> LOPES, 2009, p. 292.

<sup>72</sup> LOPES, 2009, p. 292.



Na esteira desse processo que levou ao fim da *Era dos museus*, marcada por uma perspectiva enciclopédica, evolutiva, comparativa e classificatória, devem-se considerar também as novas perspectivas teóricas dos anos 1930, quando o evolucionismo passou a ser criticado:

A chegada dos anos 30 marcará o fim da “era dos museus etnográficos” como fenômeno mundial. Arelados à crítica radical que incide sobre o paradigma evolucionista nesse momento, tais museus levarão tempo para se reestruturar em outras bases teóricas.<sup>73</sup>

Os fatores apontados por Lopes e Schwarcz levaram a uma redefinição dos projetos iniciais dos museus e ao consequente desmembramento de suas coleções. Nesse sentido, por exemplo, o Museu Paulista transferiu suas coleções de Biologia e Zoologia para outras instituições<sup>74</sup>, transformando-se, no final da década de 1930, em um museu de história. O Museu Paraense Emílio Goeldi, por sua vez, foi incorporado ao Instituto de Pesquisas da Amazônia. Já o Museu Nacional do Rio de Janeiro permanece “como um museu geral até hoje, tendo impulsionado na década de 1920 a criação do Museu Histórico Nacional”<sup>75</sup>.

O Museu Histórico Nacional é considerado o marco inicial do processo de especialização dos museus brasileiros, constituindo-se “num divisor de águas entre os museus enciclopédicos, que deveriam dar mostras de todo conhecimento humano (...), e um conjunto de museus da História e da Arte nacionais”<sup>76</sup>.

Porém, além do fenômeno mundial – nos anos 1920 e 1930 - de enfraquecimento dos museus vinculados a um modelo científico de caráter abrangente e de crise das teorias evolucionistas, é preciso também considerar questões internas para se compreender o surgimento dos museus de história no Brasil. Assim, lembramos que o contexto do centenário da independência trazia a questão da identidade nacional e, por

---

<sup>73</sup> SCHWARCZ, 2016, p. 124.

<sup>74</sup> SCHWARCZ informa que em 1927 a seção de Biologia do Museu Paulista foi transferida para o recém-criado Instituto Biológico, que posteriormente, em 1935, foi integrado à Universidade de São Paulo como “instituição complementar”. Já a seção de Zoologia foi transformada, em 1939, no Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do Estado, “passando mais recentemente a se chamar Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo”(2016, p. 125).

<sup>75</sup> LOPES, 2009, p. 304.

<sup>76</sup> ABREU, 1996, p. 163. Ana Cláudia Brefe contesta essa colocação de Regina Abreu dizendo que ela esqueceu de mencionar o Museu Paulista nesse processo de rompimento de museus enciclopédicos que caracterizavam a Museologia praticada no Brasil até então: “Ela não nota, todavia, que o Museu Paulista já vinha passando por algumas mudanças que também o desviariam do modelo enciclopédico antes mesmo da abertura do MHN” (BREFE, 2005, p. 56).

consequência, da interpretação do nosso passado. A efeméride, certamente, é um momento significativo para a criação de um ideário nacional,

[...] pois a nação fazia cem anos e visões distintas do passado nacional se punham em jogo por uma representação hegemônica do país. Tal como no século XIX, ante o despontar dos nacionalismos na Europa, o museu histórico despontou então como peça-chave no contexto de legitimação da jovem nação brasileira.<sup>77</sup>

O MHN foi criado no Rio de Janeiro em 02 de agosto de 1922 pelo Decreto Presidencial nº 15.596, ao final da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência<sup>78</sup>. Essa instituição, através da cultura material, buscava a representação da nacionalidade brasileira e a divulgação de uma “consciência cívica e patriótica”<sup>79</sup>. Nesse sentido, Letícia Julião sublinha o papel educativo do MHN na transmissão dos valores patrióticos, sendo a instituição, antes de tudo, uma agência legitimadora da história oficial, menos do que uma produtora de conhecimento<sup>80</sup>, como antes acontecia com os museus voltados às ciências naturais. Agora, nas palavras da autora,

<sup>77</sup> BREFE, 2005, p. 55.

<sup>78</sup> Entretanto, a ideia da implantação de um museu histórico brasileiro já era defendida por Gustavo Barroso, que seria o primeiro diretor da instituição, através da imprensa, como ocorrido em 25 de setembro de 1911, no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*. Sob o pseudônimo de João do Norte, Barroso argumentava, em artigo intitulado “Museu Militar”, que: “O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis, espadas que tenham brilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitam a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos espaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadros paraguaios de Avaí. Todas as nações têm seus Museus Militares guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda não o possuímos” (DUMANS, 1943, p. 384 *apud* SANTOS, 2006, p. 33). A proposta apresentada por Barroso era a de glorificar o passado através dos feitos bélicos nele ocorridos, constituindo como heróis nacionais os guerreiros dessas batalhas. A história brasileira, portanto, seria a história militar. O passado seria exposto através de objetos antigos, de *reliquias*, as quais seriam definitivamente perdidas se o Brasil não constituísse um museu para guardar a sua história. Essa é a defesa feita por Barroso em dezembro de 1921 no artigo intitulado “Museu Histórico Brasileiro”, publicado na revista *Ilustração Brasileira*: “Um único país no mundo não possui um Museu Histórico. É o Brasil. Até hoje o descuido nacional tem consentido que os objetos do passado, lembranças da vida e dos feitos dos nossos avós se tenham perdido ou, nos leilões de antiguidades, tenham passado às mãos de compradores estrangeiros. (...) Quase não restam, custodiadas em parte alguma, relíquias dos primeiros tempos de nossa vida nacional. Não se conhece no país um objeto contemporâneo da Guerra Holandesa ou da luta dos Mascates. Recordações mais recentes vão se perdendo. Raras coisas estão guardadas no Arquivo Nacional, numa sala do antigo Arsenal de Guerra ou no Museu da Marinha. Assim mesmo, essa salvação se deve mais a iniciativas particulares do que a uma ação do governo” (DUMANS, 1943, p. 388-389 *apud* SANTOS, 2006, p. 33).

<sup>79</sup> ALVES, 2016, p.64.

<sup>80</sup> Ulpiano Bezerra de Menezes observa que os museus históricos no Brasil não foram produtores de conhecimento, mas espaços de celebração e evocação. A história não se contaminou pelas atividades científicas desenvolvidas nos museus criados no Brasil no século XIX, de onde ela surgiu: “[...] é no interior dos museus de História Natural que se instalará a História: todos os quatro grandes museus criados no oitocentos – Museu Nacional, Museu Paraense (hoje Museu Emílio Goeldi), Museu Paranaense e Museu Paulista -, principalmente o primeiro e o último, tinham um enclave histórico no seu

Tratava-se de ensinar a população a conhecer os fatos e personagens do passado, de modo a incentivar o culto à tradição e a formação cívica, vistos como fatores de coesão e progresso da nação. Mais que espaço de produção de conhecimento, o MHN constituía uma agência destinada a legitimar e veicular a noção de história oficial, fazendo eco, especialmente, à historiografia consolidada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com um perfil factual, os objetos deveriam documentar a gênese e evolução da nação brasileira, compreendida como obra das elites nacionais, especificamente do Império, período cultuado pelo museu.<sup>81</sup>

Gustavo Barroso, advogado, professor e escritor<sup>82</sup>, foi nomeado o primeiro diretor do MHN e manteve-se nesse cargo até sua morte em 1959<sup>83</sup>. Sob sua direção, a instituição voltou-se para o “culto à saudade e a balada dos heróis”, exaltando o passado imperial no processo de formação da nacionalidade brasileira<sup>84</sup>, destacando, principalmente, o aspecto militarista do Império, bem como as figuras exemplares a ele relacionadas, que “mereceram salas especiais, como D. Pedro I, D. Pedro II, Caxias, Tamandaré”<sup>85</sup>.

O trabalho do diretor do MHN, em suas primeiras décadas, conforme destaca Possamai (2013), foi amparado em uma concepção clássica de história com forte

---

campo biológico. É curioso observar que lamentavelmente, a História se manteve rigorosamente incontaminada pelas atividades científicas desses museus. Com efeito, seu papel nada tinha de cognitivo, era apenas moral e simbólico, celebrativo, evocativo. Por isso, os acervos históricos se marcam pela presença de objetos singulares, que não são utilizados como fontes de informação, mas como bens não-fungíveis (que não podem ser substituídos por outros de mesmas propriedades), os quais derivam seu significado seja de seus atributos estéticos, seja, sobretudo, pela contaminação que sofreram em contato com figuras ou eventos históricos notáveis” (MENESES, 2010, p. 25). Continuando, o autor destaca que “Natureza e nação são palavras de origem comum, mas representavam estatutos diferentes: a primeira está associada ao conhecimento e a segunda à celebração”, no caso conhecimento associado aos museus de história natural e celebração aos museus históricos.

<sup>81</sup> JULIÃO, 2006, p.22.

<sup>82</sup> Gustavo Barroso publicou contos, crônicas e ensaios, atuou em alguns jornais de Fortaleza, onde nasceu. Além de fundar o Museu Histórico Nacional, criou nessa instituição, em 1932, o Curso de Museus, que se destinava à formação de profissionais museólogos (Cf. FARIA, 2013, p.109). Faria ao fazer referência a esse personagem o chama de *intelectual*.

<sup>83</sup> Barroso não exerceu a direção do MHN apenas entre novembro de 1930 e dezembro de 1932, período em que foi substituído pelo historiador e membro do IHGB, Rodolfo Garcia. Magalhães informa que as razões desse fato até hoje não foram esclarecidas, mas que a “hipótese mais provável do afastamento foi seu apoio [de Gustavo Barroso] dado a Júlio Prestes nas eleições de 30 ao que Getúlio Vargas, após o Golpe de Outubro, teria respondido com um convite para que Barroso se demitisse do cargo que ocupava” (MAGALHÃES, 2010, p. 104).

<sup>84</sup> Contrariamente aos intelectuais modernistas, que, a partir dos anos 1920, voltam-se para o passado colonial na identificação das raízes da sociedade brasileira, com a valorização e patrimonialização da arquitetura e arte Barroca. Nesse sentido, Letícia Julião coloca que: “Se no MHN o Império e D. Pedro II eram identificados como protagonistas do processo e fundação da nação brasileira, na perspectiva dos intérpretes do patrimônio o passado colonial, a arte barroca e o movimento da Inconfidência eram alçados à categoria de matrizes histórica e cultural da brasilidade, tornando-se, portanto, elementos-chave da prática discursiva patrimonial” (JULIÃO, 2010, p. 302).

<sup>85</sup> ABREU, 1996, p. 200.

inspiração antiquária<sup>86</sup>, no sentido de que havia a preocupação em resgatar e conservar tudo o que fosse original e autêntico para a celebração do passado. Esse, assim, não era visto como atravessado pela experiência do presente, ou seja, não era considerado uma construção do presente, uma representação, mas uma presença fixa que se impunha através da apresentação dos objetos, autênticos fragmentos de um tempo pretérito glorioso que deveria inspirar os homens do presente. A história era, pois, concebida como lição do passado:

Dirigido por mais de 30 anos por Gustavo Barroso, o museu manteve-se fiel à historiografia herdada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que via na nação brasileira uma continuidade do Estado português, assim como a perspectiva da histórica “*magistra vitae*”, evocando personagens e fatos gloriosos do passado como lições que condensavam os valores morais a serem ensinados ao presente.<sup>87</sup>

A perspectiva comemorativa da efeméride do centenário da independência, além da criação do MHN, alavancou também a transformação do Museu Paulista em museu de história, que foi reinaugurado em 1922. O projeto apresentava a história do Brasil tendo São Paulo como centro, considerando que “a Independência se deu em terras paulistas e a extensão territorial da nova nação se deve ao desprendimento dos bandeirantes, que embrenharam-se pelo interior”<sup>88</sup>. Esse processo de mudança de uma instituição enciclopédica voltada às ciências naturais para um museu que pretende contar a história nacional a partir da história de São Paulo, identificando o bandeirante como o herói mítico responsável pelo desbravamento do interior do Brasil, colocando a possibilidade do início da nacionalidade no período colonial – e não no Império, como o fez Gustavo Barroso - ocorreu sob a direção do literato e historiador Affonso de Taunay, que esteve à frente da instituição entre os anos de 1917 e 1945. Ele era membro do IHGB e do Instituto Histórico e Geográfico Paulista e seu projeto embasava-se na

---

<sup>86</sup> O antiquariado surge a partir do contexto do Renascimento, quando, conforme Paulo Knauss, conjuntamente ao interesse pelos textos escritos do período clássico, também houve uma valorização de outros tipos de fontes - objetos, imagens, a arte antiga de forma geral. Nas palavras do autor: “[...] interessa ressaltar que o antiquariado tinha um horizonte aberto e se dirigia para o tratamento das coisas do homem, no sentido das *humanitas* que caracterizam o humanismo renascentista. Neste horizonte, incluía-se não apenas textos escritos, mas também o mundo das imagens da Antiguidade” (KNAUSS, 2006, p. 101). O interesse dos antiquários na reunião de textos e objetos do classicismo ultrapassou a simples curiosidade, ou apenas o gosto pelo acúmulo. Tal interesse é marcado igualmente pela investigação crítica em torno dos documentos de época, impondo-se a questão da autenticidade das fontes na construção do conhecimento histórico. Assim, os antiquários procederam à “sistematização de procedimentos de identificação e caracterização de fontes não-escritas” (KNAUSS, 2006, p.101), caracterizando-se pela erudição.

<sup>87</sup> JULIÃO, 2010, p. 300.

<sup>88</sup> CHRISTO, 2010, p.145.

concepção moderna de história, segundo a qual a busca da verdade é obtida através da investigação exaustiva de documentos escritos, visando à construção de uma narrativa linear-evolutiva rumo a uma culminância determinada. Nesse sentido, Brefe coloca que

Quando se analisam de perto a retórica visual e espacial e o “cenário” construído por Taunay para as comemorações de 1922 no Museu Paulista, (...), tem-se a certeza de suas orientações teóricas segundo a moderna concepção da história e de seu cuidado em materializar o discurso histórico que embasava sua empresa. A exposição (sobretudo nos espaços monumentais do museu), mesmo se ainda inacabada em 1922, estruturava-se de maneira descritiva, linear, evolutiva e episódica, solidamente fundamenta em **documentos escritos**. Os acontecimentos estavam alinhados numa perspectiva teleológica, isto é, todo o oceano de imagens que começava no peristilo e se estendia até o salão de honra, passando pela escadaria monumental e por todas as salas anexas que contavam a saga dos paulistas na conquista do território brasileiro, tudo convergia para um único e previsível ponto de chegada prefixado: a nação brasileira fora fundada em solo paulista.<sup>89</sup>

A representação visual do passado organizada por Taunay no Museu Paulista é feita através de encomendas a artistas para a criação de retratos e esculturas de grandes vultos da história do Brasil e também pinturas sobre São Paulo antigo. Mas essa configuração visual seria baseada em “referências documentais autênticas [que] garantiriam a veracidade necessária à narrativa visual criada pelos artistas”<sup>90</sup>. Portanto, de acordo com tal concepção, a verdade histórica seria encontrada em fontes textuais autênticas. Nesse sentido, estabelece-se uma diferença em relação ao trabalho de Gustavo Barroso no MHN. Barroso também considera o princípio da autenticidade fundamental na formação do acervo. Entretanto, nesse último caso, a garantia da autenticidade não é estabelecida pela referência escrita, mas principalmente pela procedência do objeto<sup>91</sup>. Assim, de acordo com Magalhães (2006), os objetos doados ao MHN por famílias de personagens históricos e membros da elite, recolhidos em ruínas ou oriundos de repartições públicas, eram avaliados como autênticos, dispensados da dúvida da falsificação, verdadeiros fragmentos do passado. O valor histórico era atribuído às peças que teriam pertencido a algum personagem ou acontecimento glorioso e exemplar, ou seja, pela sua procedência. Sobre esses dois modos de operar na construção do passado, Letícia Julião conclui que

<sup>89</sup> BREFE, 2005, p. 81. Grifo nosso.

<sup>90</sup> POSSAMAI, 2013, p. 211.

<sup>91</sup> Cf. MAGALHÃES, 2006, p. 30.

Taunay partilhava da concepção positivista da História e imprimiu ao Museu um discurso no qual o que importava não era a verdade ética, como postulado por Gustavo Barroso, à frente do MHN, mas a verdade dos fatos estabelecida por meio da imparcialidade e da objetividade dos documentos.<sup>92</sup>

Possamai (2013) considera que as duas concepções de história, clássica e moderna, apresentadas, respectivamente, no MHN e no Museu Paulista em suas primeiras décadas, convivem no Museu Julio de Castilhos a partir de 1925, quando a instituição se dedica à construção da narrativa histórica regional através da aquisição de objetos vinculados a “personalidades políticas e episódios políticos e militares”<sup>93</sup>, tomados como relíquias, bem como pelo exaustivo trabalho de levantamento, compilação e divulgação de documentos escritos. Antes de aprofundarmos essa consideração, através da análise do processo de formação do acervo e de como a história foi operada no MJC a partir de 1925, julgamos necessário apresentar, no item seguinte, com mais detalhes, as motivações que levaram às alterações ocorridas na instituição, as quais traçaram o esboço de um museu de história para o Rio Grande do Sul.

### **2.2.2 Museu Julio de Castilhos: o início das transformações e o traçado de um museu de história (1925)**

Como anteriormente colocado, o Museu Julio de Castilhos, a partir de 1925, inicia uma transformação que o levará a sua consolidação, na década de 1950, como um museu de história. Fenômeno semelhante é verificável em outros museus regionais no mesmo período. Referimo-nos, especificamente, ao Museu Paranaense e ao Museu Mineiro, às histórias dos quais tivemos acesso através dos trabalhos de Cíntia Braga Carneiro (2013) e Letícia Julião (2010), respectivamente<sup>94</sup>. Certamente o objetivo aqui não é realizar uma análise aprofundada que estabeleça um paralelo entre esses museus, mas apenas citá-los rapidamente no sentido de demonstrar que tal processo não foi exclusivo da instituição sul-rio-grandense, caracterizando, em certa medida, um movimento mais geral.

---

<sup>92</sup> JULIÃO, 2010, p. 300.

<sup>93</sup> POSSAMAI, 2013, p.218.

<sup>94</sup> Também poderíamos incluir o Museu Paulista, já citado no item anterior, como um exemplo desse processo.

Julião (2010) demonstra como o Museu Mineiro, criado em 1910<sup>95</sup>, com um caráter enciclopédico, transforma-se ao final da década de 1920, passando a celebrar o passado mineiro. Carneiro (2013) analisa o papel que o Museu Paranaense, o terceiro museu público do Brasil, fundado em 1876 seguindo o modelo dos gabinetes de história natural, desempenhou no processo de construção de uma identidade para aquele estado, entre 1902 e 1928, quando ocorreu um incremento, principalmente, na aquisição de obras para a Pinacoteca do Museu com imagens de homens paranaenses ilustres e dos “aspectos mais notáveis”<sup>96</sup> da natureza do Paraná, elemento identificador da região.

Tais exemplos nos permitem afirmar que a criação e o perfil inicial dessas instituições – Museu Paranaense, MJC e Museu Mineiro - ocorreu dentro da denominada *Era Brasileira de Museus*, assim como, igualmente, podemos também relacionar as suas transformações ao contexto de declínio dessa *Era*. Nesse sentido, essas instituições regionais acompanhavam um movimento maior do qual participavam os museus internacionais e nacionais, movendo-se do modelo enciclopédico à especialização, como já demonstrado.

Entretanto, em que pese essa percepção mais geral, é preciso também considerar as questões internas na modificação dessas instituições regionais. Ou seja, o gradual abandono da plataforma enciclopedista pelos museus Julio de Castilhos, Paranaense e Mineiro e sua conformação como instituições de representação de uma história regional, para além do movimento geral da museologia de especialização tipológica, também deve ser analisado a partir do contexto político e cultural em que cada uma dessas instituições estiveram inseridas, tentando perceber em que medida suas transformações atendiam a demandas locais específicas.

No caso da instituição sobre a qual a presente tese se debruça, o ano de 1925 pode ser considerado um marco na história do MJC, pois é nele que ocorre uma série de

---

<sup>95</sup> O projeto de criação de um museu mineiro surgiu atrelado ao ato de criação do Arquivo Público Mineiro, conforme esclarece Julião: “A criação de um museu mineiro surgiu como projeto subjacente ao de instituição do Arquivo Público Mineiro, fundado em 1895, com a atribuição de reunir um amplo espectro de fontes da história e geografia de Minas Gerais [...]. Em seu decreto de regulamentação, previa-se o recolhimento e a classificação de objetos de valor histórico e artístico expressivos das riquezas do Estado, aos quais seria destinada uma sala especial na instituição recém-criada até a instalação do futuro museu.” (JULIÃO, 2010, p. 294). A mesma autora informa que em 1910 o Senado Mineiro aprovou uma lei específica determinando a criação do Museu Mineiro (Lei n. 528, de 20 de setembro de 1910), mas que a instituição só foi aberta ao público em 1982. Cf. JULIÃO, 2010, p. 295.

<sup>96</sup> CARNEIRO, 2013, p. 108.

mudanças administrativas e estruturais, as quais iniciam um longo processo de transformação no perfil do museu.

Dentre as mudanças administrativas, como antes indicadas, tem-se a substituição de Francisco Simch pelo literato Alcides Maya na direção<sup>97</sup> e o desligamento do museu do Serviço Geológico e Mineralógico da Secretaria de Obras, ao qual pertencia, passando à tutela da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior<sup>98</sup>.

Internamente o museu sofreu uma alteração em sua estrutura, passando a contar com três departamentos: de Administração, de História Natural e outro de História Nacional<sup>99</sup>, que analisaremos na sequência do trabalho.

Ao Departamento de História Nacional foi integrada à seção histórica do Arquivo Público, transferida para a sede do museu<sup>100</sup> em outubro de 1925. Além disso, o Departamento também passou a abrigar o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul<sup>101</sup>. Essa proximidade física com o IHGRGS e com o Arquivo seria, conforme Rodrigues (2002) um dos elementos explicativos da guinada à história ocorrida no MJC a partir de 1925. A mesma autora, baseada na dissertação de Letícia Nedel (1999), indica que nesse e em outros processos ocorridos no MJC em décadas posteriores, devemos considerar o papel exercido pelos diretores que impingiam à instituição suas preferências profissionais e pessoais:

O Museu Júlio de Castilhos, desde sua criação, seguia a orientação naturalista e enciclopedista que caracterizava os museus etnográficos e científicos do Brasil na década de 10. Na década de 20, porém devido em grande parte à atuação próxima das instituições com que partilhava seu espaço físico (Arquivo Histórico e Geográfico e IHGRGS), voltou-se para a pesquisa

<sup>97</sup> Através do decreto nº 3.473 de 15 de maio de 1925, Alcides Maya foi transferido do Arquivo Público para o MJC, o qual dirigiu até o ano de 1939, quando foi aposentado. Durante sua longa gestão, Maya, diversas vezes, foi substituído no cargo por Eduardo Duarte, chefe do Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos. Francisco Rodolfo Simch foi transferido do MJC para o cargo de diretor do Arquivo Público do Estado.

<sup>98</sup> Conforme Decreto nº 3.827, de 13 de outubro de 1925. Nesse momento, o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior era Protásio Alves, sendo Borges de Medeiros o Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>99</sup> Nesse Departamento reuniam-se “acervos diferenciados: o de arquivo e o de museu, situação que perdurou até 1954” (SPINELLI, 2005, p. 53 *apud* ARCE, 2011, p. 63).

<sup>100</sup> A 2ª Seção do Arquivo Público (seção histórica) foi transferida com o respectivo pessoal para o MJC através do Decreto nº 3.528, de 13 de outubro de 1925. (RIO GRANDE DO SUL, 1925, p. 228). O MJC passou a ser chamado, então, de *Museu e Archivo Histórico do Rio Grande do Sul* nas correspondências oficiais.

<sup>101</sup> Encontramos referência sobre essa transferência na Correspondência Recebida pelo MJC nº 3956 de 07 de novembro de 1925, enviada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior ao Diretor do Museu, autorizando o funcionamento do IHGRGS na “sala de trabalhos da Seção de Historia e geografia desse Museu”. (AHRS, Museu Julio de Castilhos, 1908-1922/1921-1930 – Caixa 04).



histórica. Após uma orientação mais pedagógica voltada ao grande público e às escolas na década de 40, nos anos 50 o museu retoma o discurso histórico em suas publicações e abandona definitivamente o caráter eclético original. Essas mudanças não foram influenciadas apenas pelas instituições “anexas” e pela crescente afirmação do regionalismo gaúcho em campos que se reivindicavam científicos (história, folclore). Em grande parte, as diferentes orientações do museu seguiram as preferências profissionais e individuais de seus diferentes diretores.<sup>102</sup>

Realmente, analisando o MJC na gestão de Francisco Simch, como aqui já fizemos, conseguimos identificar a especialização profissional do primeiro diretor como orientadora do perfil da instituição. O mesmo pode ser observado em relação ao segundo diretor, tendo em vista que Alcides Maya não era voltado ao estudo das ciências naturais, mas homem das letras, sendo que em sua gestão o Museu dá destaque à história regional, embora sem abandonar as coleções de ciências naturais, reunidas no Departamento de História Natural<sup>103</sup>. Portanto, consideramos relevante apresentar a biografia de Maya para melhor compreendermos as motivações de sua nomeação à direção do MJC e o papel por ele desempenhado na transformação da instituição a partir de 1925.

### **2.2.2.1 Alcides Maya: o mentor de um museu de história para o Rio Grande do Sul**

Alcides Maya, nascido em 15 de outubro de 1877 no município gaúcho de São Gabriel, foi jornalista, escritor e político<sup>104</sup>. Durante muitos anos esteve afastado do Rio

<sup>102</sup> RODRIGUES, 2002, p. 43. A esse trecho, Rodrigues adiciona nota de rodapé (número 25) esclarecendo que: “As informações e interpretações a respeito do papel institucional do Museu Júlio de Castilhos da década de 10 até a década de 50 no Rio Grande do Sul foram tomadas da dissertação de Leticia Borges Nedel (1999)”. (RODRIGUES, 2002, p. 43).

<sup>103</sup> Ressalta-se que as coleções de ciências naturais continuaram recebendo doações, assim como continuava o trabalho de pesquisa nos laboratórios, embora esse não pudesse ser realizado em condições totalmente adequadas, devido à falta de materiais e de espaço para organizar os materiais adquiridos, como podemos perceber a partir do relatório de 1935, onde o diretor do MJC manifesta a necessidade de outro prédio para a adequada conservação e reparo dessas peças, bem como reclama da “carência de elementos indispensáveis no laboratório de história Natural do Museu [...]”. Relatório do MJC de 01 de janeiro de 1935 a 15 de junho de 1936 (Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 318. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012).

<sup>104</sup> As informações sobre Alcides Maya aqui apresentadas tomaram por base o livro *Na Trilha de um Andarengo – Alcides Maya (1877-1944)* de Marlene Medaglia Almeida, publicado em 1994. A obra é uma adaptação da tese de doutorado de Almeida, constituindo-se num ensaio biográfico que busca perceber a recepção da obra de Alcides Maya no Rio Grande do Sul e no Brasil, a partir, principalmente, de duas questões: o conflito regional/universal (separatismo/regionalismo) e as mudanças do seu discurso político. A autora realizou uma pesquisa exaustiva levantando os mais diversos documentos para a produção de sua tese. Apresenta a obra bibliográfica de Maya que inclui ficção, crônicas, crítica literária, e ensaios político-sociológicos. Também realizou entrevistas com pessoas que conviveram com o intelectual, teve acesso aos documentos disponíveis reunidos por familiares do escritor, bem como procedeu à leitura e, inúmeras vezes, à transcrição de textos publicados em jornais e revistas em que Alcides Maya colaborou ao longo de sua carreira jornalística.

Grande do Sul, residindo na então capital federal, Rio de Janeiro, onde, além de desenvolver atividades como intelectual (escrevendo em jornais e publicando livros), ocupou cargos administrativos na burocracia estatal e exerceu mandato de deputado federal pelo PRR até 1924<sup>105</sup> quando retornou à capital gaúcha e foi nomeado diretor do Arquivo Público e, posteriormente, transferido ao Museu Julio de Castilhos<sup>106</sup>. O objetivo por nós pretendido é identificar as motivações da nomeação de Maya a esses cargos, quando de seu retorno a Porto Alegre após tantos anos no Rio de Janeiro. Nesse sentido, podemos mencionar o seu alinhamento político-partidário ao governo estadual, exercido, à época, pelo PRR, o qual tinha como líder Borges de Medeiros<sup>107</sup>, e também o seu prestígio no meio cultural.

Observa-se, no exercício do mandato parlamentar de Alcides Maya, uma identificação com o governo Borges de Medeiros. Nessa direção, podemos citar dois episódios ocorridos bem próximos ao seu retorno ao Rio Grande do Sul. O primeiro deles foi a defesa proferida por Maya a Borges por ocasião da Reação Republicana em 1921<sup>108</sup>, em pronunciamento tanto na Câmara dos Deputados como no jornal *A Federação*, onde escreveu que o presidente do Rio Grande do Sul vinha “continuando admiravelmente a obra magnâmica, original e profunda de Julio de Castilhos”<sup>109</sup>. O segundo foi em relação à Revolução de 1923<sup>110</sup>, quando o escritor assumiu a defesa do

---

<sup>105</sup> Alcides Maya teve sua candidatura indicada por Pinheiro Machado e Borges de Medeiros para concorrer às eleições de 1918 ao Congresso Nacional. Foi diplomado como deputado federal em 19 de abril de 1918, reeleito em 1921 e exerceu o cargo até 1924.

<sup>106</sup> Alcides Maya foi nomeado diretor do Arquivo Público do Estado em 21 de agosto de 1924, sendo transferido para a direção do Museu Julio de Castilhos em 15 de maio de 1925.

<sup>107</sup> Borges de Medeiros governou o Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908 e entre 1913 e 1928. O único período em que não esteve à frente do executivo estadual, em quase um quarto de século, foi entre 1909 e 1912, quando Carlos Barbosa, também do PRR, assumiu o governo do Estado. Borges, após a morte de Castilhos, além de presidir o Governo do Estado, a partir de 11 de novembro de 1903 também assumiu a liderança do partido governista.

<sup>108</sup> A Reação Republicana foi o movimento político eleitoral criado em junho de 1921 por forças de oposição que apresentaram o nome do carioca Nilo Peçanha para concorrer às eleições presidenciais, realizadas no dia 1º de março de 1922, contra o candidato da situação, o mineiro Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contou com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana aglutinaram-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. No caso do Rio Grande do Sul, o PRR, opondo-se à articulação da aliança “café com leite” no trâmite da sucessão do presidente da república Epitácio Pessoa, apoiou Nilo Peçanha. Pela primeira vez, o PRR dava seus votos a um candidato da oposição nas eleições federais. Bernardes ganhou as eleições, gerando uma situação delicada para o PRR, no sentido de “ser um partido dominando um estado e ao mesmo tempo em oposição ao grupo que formava o bloco de poder a nível nacional” (PINTO, 1986, p.78). Porém, depois das eleições, o PRR retornou a sua posição de alinhamento ao pacto oligárquico que regia a República e não continuou a fazer oposição a Bernardes. Cf. PINTO, 1986, p. 79.

<sup>109</sup> *A Federação*, 11 de maio de 1921 *apud* ALMEIDA, 1994, p.192.

<sup>110</sup> Nas eleições de 1922 para o governo do estado do Rio Grande do Sul, as oposições se unificaram em torno da candidatura de Assis Brasil, que representava, no pleito, os democratas, os federalistas e os

governo e responsabilizou as oposições e diretamente seu líder, Assis Brasil, pela guerra civil no Rio Grande do Sul. Interessante apontar que Maya fora aliado político de Assis Brasil nas décadas iniciais do século XX<sup>111</sup>, quando defendia o liberalismo presidencialista e criticava o *castilhismo*. Acompanhando os pronunciamentos na imprensa, transcritos por Almeida (1994), percebemos o realinhamento político do escritor, que, de crítico mordaz do PRR e de seus líderes, Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, passou a defendê-los, procurando desmitificar a conotação negativa associada à palavra “ditadura”, apresentando-a como um recurso politicamente válido e legitimado pela história.

A mudança no comportamento político de Alcides Maya e sua aproximação com o positivismo *castilhista-borgista* deu-se a partir de 1910, quando o escritor estava morando no Rio de Janeiro. Tal atitude teria como motivação a conjuntura da nova correlação de forças estabelecidas entre os governos sul-rio-grandense e federal no quadriênio 1910-1914. Sobre o tema, Almeida ressalta:

Talvez o primeiro fato a registrar no realinhamento progressivo trilhado por Alcides Maya, a partir de 1910, seja o paradoxo de sua aproximação, ainda que indireta, do novo governo, depois de ter-se manifestado um inflamado propagandista do *civilismo* e, conseqüentemente, um inimigo intransigente do “deletério militarismo”. Constata-se essa aproximação em suas ligações com a Prefeitura do Distrito Federal e no respaldo e prestígio que propiciou a Pinheiro Machado, como se sabe, até então o mais execrado dos opositores e alvo de contundentes críticas nos editoriais do *Jornal da Manhã* [fundado por Maya em Porto Alegre no ano de 1907]<sup>112</sup>.

---

republicanos dissidentes. Borges de Medeiros, através da fraude, venceu as eleições para o quinto mandato à presidência do estado, o que gerou o descontentamento da oposição e o desencadeamento da Revolução de 1923, como explica Kühn: “A Revolução de 1923 teve como suas principais causas a política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha, que afetou os interesses do setor pecuarista, além de grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922. Em função disso, a parcela oposicionista da elite gaúcha foi às armas para tirar Borges do poder. Articularam-se três grupos oposicionistas: os federalistas (que tinham entre suas principais lideranças Wenceslau Escobar e Raul Pila), os democratas (liderados por Assis Brasil e Fernando Abott) e os dissidentes republicanos (comandados por Pinheiro Machado e pelos Menna Barreto). Nesse conflito, assim como no de 1893-1895, os federalistas eram conhecidos como “maragatos”, adversários obstinados dos “chimangos” republicanos, os donos do poder no Rio Grande do Sul da República Velha” (KÜHN, 2002, p. 120-121).

<sup>111</sup> Alcides Maya participou, juntamente com Assis Brasil, do Congresso de Santa Maria, ocorrido entre 20 e 22 de setembro de 1908, que resultou na fundação do Partido Republicano Democrático Rio-Grandense. Cf. ALMEIDA, 1994, p. 88.

<sup>112</sup> ALMEIDA, 1994, p. 102. A autora está se referindo à *Campanha Civilista* de 1910, quando Rui Barbosa concorreu à Presidência da República. Chamou-se *civilista* por Barbosa, civil, concorrer com o militar Marechal Hermes da Fonseca. A eleição ocorreu em 01 de março de 1910 e o vencedor foi o Marechal Hermes que governou o Brasil entre 1910 e 1914. O PRR apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca e o senador gaúcho Pinheiro Machado teve grande influência nesse governo, “a tal ponto que o PRR teve algumas vantagens políticas importantes, como a ocupação de cargos ministeriais. O próprio Borges tivera suas vantagens asseguradas, na medida em que os empregos federais no Rio Grande do Sul foram preenchidos por ele, que simplesmente enviou suas nomeações para o Rio de Janeiro” (KÜHN,

Sobre a “conversão” à política do PRR acima indicada por Almeida, encontramos uma longa carta manuscrita a Borges de Medeiros de 26 de setembro de 1917, onde Maya declara que errara em suas interpretações no passado, e que admirava Pinheiro Machado e Borges por serem fieis seguidores do programa político de Julio de Castilhos:

[...]. O modesto e obscuro lugar que no seio do Partido Republicano conquistei, - horas e horas de pensamento vividas, - tem limites certos no meu espírito. Eu o conquistei, a esse lugar, que na Federação brasileira, não é um posto feliz, por estudo, em vigias e vigias, e, depois, na ação, por obediência à severa, inflexível norma, que me obrigara a confessar dignamente os erros de apreciação que formulei e as consequentes faltas cívicas que cometi. Precisei me vencer e venci-me ao publicar que errara e meu caminho seguirá na política do Rio-Grande. [...]

Vim para o Partido Republicano por uma atração de doutrina.

[...]. Nessa época (1906-07) eu não chegara em política às conclusões a que depois cheguei. Foi mais tarde, - e mais por observação de fora que por acontecimentos locais, e sobretudo, por doutrina, que vi na obra de Julio de Castilhos, que V.Ex.<sup>a</sup> continua, o programa a seguir. Há, realmente, nessa obra um original, oportuno e fecundo projeto de reforma política e social, adaptável a todas as pátrias modernas ocidentais. Sempre tive orgulho de imprimir ao meu convívio com Pinheiro Machado, a quem nunca pedi coisa nenhuma, e a quem, algumas vezes, tive a felicidade de servir na imprensa do Rio, - por motivos de crença e do Rio-Grande - um cunho de intelectualidade, de cortesia [*sic*], de ideal político, de doutrina. Em seguida àquela época, em 1910, depois da candidatura de Abbott, por mim defendida, não já por motivos teóricos, mas apenas por uma interpretação local e momentânea de sucessos, Pinheiro Machado, atraído naturalmente pelo ardor social que, desde criança, me assinala e que tem no Rio-Grande o seu motivo, quis outra vez aproximar-me dele. De tal propósito foram interpretes os senhores coronel Bento Porto e general Bento Ribeiro, amigos de Pinheiro Machado, e meus íntimos. Eu já estava mentalmente dominado pelo critério da situação rio-grandense, consoante percebera, lendo artigos meus d'O País e do Jornal do Comércio (um ensaio sobre Julio de Castilhos, e particular 1910) o saudoso senador.

[...] Disso receberá V.Ex.<sup>a</sup> - e receberá o Rio-Grande que desejo moldado politicamente segundo os ideias do programa de Castilhos, que era o de Pinheiro Machado e que é de V.Ex.<sup>a</sup> novas, repetidas, invariáveis provas.

[...]. Esta carta, Sr. Borges de Medeiros, eu a escrevi para ainda uma vez, firmar a V.Ex.<sup>a</sup> a feliz verdade da minha dedicação a todos os princípios e a todos os fins da nossa causa comum<sup>113</sup>

Conforme indica Almeida (1994), Alcides Maya fora alvo de insinuações atribuindo sua indicação à Academia Brasileira de Letras a articulações políticas de

---

2002, p. 115). Como apontado por Almeida, Maya fez oposição a Hermes da Fonseca, integrando a campanha civilista e criticando Pinheiro Machado.

<sup>113</sup> Carta de Alcides Maya enviada a Borges de Medeiros. Porto Alegre, 26 de setembro de 1917. Arquivo do IHGRGS - Fundo Borges de Medeiros, documento 06427. Grifos do autor.

Pinheiro Machado<sup>114</sup>. Talvez por isso, na carta acima transcrita, ele se preocupe em justificar que nunca pediu “coisa alguma” ao senador, deixando de criticá-lo por questões doutrinárias e não por dívida decorrente de alguma benesse recebida. A mesma autora também informa que, alguns anos antes, em 1908, “as insinuações de oportunismo partiam do PRR, relacionando o apoio de Alcides Maya à candidatura Abbott à promessa de sua indicação para a Câmara Federal na próxima legislatura”<sup>115</sup>.

A consideração que Maya passa a ter por Borges de Medeiros, evidenciada na correspondência transcrita, parece, ao que tudo indica, ter sido recíproca, como considera Martins (2015). O autor afirma que o escritor gozava, à época de seu retorno a Porto Alegre, de “relativo prestígio pessoal”<sup>116</sup> junto ao presidente do estado, demonstrando tal *prestígio* através de correspondência onde Maya pede a intervenção de Borges em favor de seu irmão, Djalma de Castilhos Maya, para que esse fosse nomeado em cargo público. O pedido foi encaminhado através de Othelo Rosa, secretário de Borges, da seguinte forma:

Pequena indisposição de saúde (um resfriamento: estou dasabitudo do nosso clima...) impede-me de levar pessoalmente ao Palácio o meu irmão dr. Djalma de Castilhos Maya. Espero da gentileza própria que te destaca receberes bem o rapaz, encaminhando-o aí.  
Conheces o assunto e deveras grato ficarei por motivo das providências que deres.<sup>117</sup>

A solicitação de Maya foi prontamente atendida, revelando a proximidade e consideração que desfrutava junto a Borges, já “que sequer foi pessoalmente fazer o pedido ao líder republicano em favor do irmão. Mas por meio de um simples bilhete

<sup>114</sup> Alcides Maya foi eleito em 06 de setembro de 1913 à Academia Brasileira de Letras, sendo o primeiro gaúcho a ocupar uma cadeira nessa instituição: a cadeira número quatro, cujo patrono era Basílio da Gama. Cf. ALMEIDA, 1994, 277.

<sup>115</sup> ALMEIDA, 1994, p. 176, nota 4. Almeida transcreve trecho do jornal *O Debate* onde as insinuações são feitas: “[...] um moço louro, alto, sisudo e pretensioso, com ares de *galant*, deixando a gloriosa imprensa do Rio [...] veio meter-se na pequena e modesta Porto Alegre, estabelecendo o balcão de uma empresa mercantil. Precisando chamar a atenção à sua erudita pessoa, voltou-se a atacar tudo e todos, excetuando somente o dr. Fernando Abbott, que, afirma-se, lhe prometera uma cadeira de deputado na próxima legislatura. Voltar ao Rio como deputado! Ah! Sonhos do autor de *Através da imprensa!* [...] o moço louro aceitou e, nada conhecendo do Rio Grande, desandou em insultos, tudo corrigindo [...] até a honrada e patriótica administração do Estado, tudo o moço reformista acha imprestável, atrasado e rotineiro [...]” (Clovis, “Sábado em Revista”, *O Debate*, 22 dez. 1907 *apud* ALMEIDA, 1994, p. 96). Fernando Abbott concorreu ao cargo de Presidente do Estado em 1908 pelo Partido Republicano Democrático, contra o candidato do PRR, Carlos Barbosa Gonçalves, que foi o vencedor e governou o Estado até 1912, quando Borges retornou à Presidência do Rio Grande do Sul. Cf. KÜHN, 2002, 115.

<sup>116</sup> MARTINS, 2015, p. 131.

<sup>117</sup> Carta de Alcides Maya a Othelo Rosa. Porto Alegre, 14 de maio de 1924. Arquivo do IHGRGS - Fundo Othelo Rosa, *apud* MARTINS, 2015, p. 131.

dirigido ao seu secretário pessoal teve o pedido acatado”<sup>118</sup>. O escritor agradeceu o favor recebido, cinco dias depois do pedido, enviando outro bilhete a Othelo Rosa para que esse transmitisse sua gratidão ao presidente do estado:

A gripe de que convalesço impede-me de ter a honra e o vivo prazer de levar pessoalmente à presença do nosso preclaro amo e Chefe, dr. Borges de Medeiros, a meu irmão Djalma, portador dos meus e dos agradecimentos dele, por causa da nomeação que obteve. Se lhe fosse possível Othelo, eu lhe pediria que, por mim, fizesse ao sr. Dr. Borges de Medeiros a referida apresentação pessoal. Tenho certeza de meu irmão será um firme e leal defensor da nossa causa política, além de também, saber que ele honrará o cargo.<sup>119</sup>

Martins (2015) considera que as “concessões do presidente do estado – a nomeação do irmão e a própria nomeação como diretor do MJC – eram parte do jogo *clientelístico* de troca de favores políticos”<sup>120</sup>. O autor cita, como exemplo da contrapartida da alocação de Maya na direção do Museu, o comprometimento do escritor, em setembro de 1925, em votar, a pedido de Borges de Medeiros, no senador Antônio Francisco Azevedo para que o mesmo ocupasse a cadeira 18 da Academia Brasileira de Letras<sup>121</sup>. Assim, conforme Martins, a indicação de Maya para o MJC estaria inserida no processo de aparelhamento do estado sob a hegemonia do PRR. Nesse sentido, “pode-se dizer que as instituições culturais eram locais privilegiados para a alocação de intelectuais que tinham ligações pessoais e políticas com os agentes políticos”<sup>122</sup>.

<sup>118</sup> MARTINS, 2015, p. 131.

<sup>119</sup> Carta de Alcides Maya a Othelo Rosa. Porto Alegre, 19 de maio de 1924. Arquivo do IHGRGS - Fundo Othelo Rosa, *apud* MARTINS, 2015, p. 131.

<sup>120</sup> MARTINS, 2015, p. 131.

<sup>121</sup> Tal comprometimento está transcrito na carta de Alcides Maya a Othelo Rosa. Porto Alegre, 30 de setembro de 1925. Fundo Othelo Rosa, Arquivo do IHGRGS. *Cf.* MARTINS, 2015, p. 131-132. Antônio Francisco Azevedo foi senador pelo Mato Grosso de 1897 a 1930.

<sup>122</sup> MARTINS, 2015, p. 133. Jeferson Martins apresenta quadro demonstrando a alocação de intelectuais ligados ao IHGRGS em instituições culturais públicas entre 1920 e 1956: Alcides Maya (diretor do MJC), Eduardo Duarte (diretor do Arquivo Histórico do MJC), Dante de Laytano (funcionário e diretor do MJC), Aurélio Porto (arquivista do MJC), Florêncio de Abreu (diretor do Arquivo Público do RS), Rodolfo Simch (diretor do Arquivo Público do RS), Augusto Meyer (diretor da Biblioteca do Estado), Manoelito de Ornellas (diretor da Biblioteca do Estado) e Walter Spalding (diretor do Arquivo Municipal). No próximo capítulo aprofundaremos essa observação, mas cabe mencionar que o IHGRGS também possuía membros da oposição. Citando os fundadores, do total de 35, 7 eram da oposição: “Augusto Daisson, Francisco Leonardo Truda, Roque Callage, Alberto Juvenal do Rego Lins, José Viera Rezendo, José Zeferino da Cunha e Antão de Faria, dos quais apenas 1 era funcionário público, porém federal, ou seja, não passou pelo sistema republicano de distribuição de posições dentro da estrutura burocrática do estado. [Isso] indica o relativo fechamento dos quadros burocráticos-administrativos do estado para aqueles que não eram filiados ou simpáticos ao partido governista e à sua ideologia. A posse do diploma universitário aliado a outros fatores (como filiação partidária) abria as portas da burocracia estatal (...)” (MARTINS, 2015, p. 40).

Devemos lembrar que o retorno de Maya ao Rio Grande do Sul e sua nomeação para dirigir o Arquivo Público e, posteriormente, o MJC, deu-se muito próximo ao final da Revolução de 1923, que representou o fortalecimento da oposição ao poder de Borges de Medeiros. O Pacto de Pedras Altas, assinado em dezembro de 1923, que finalizou o conflito, estabeleceu que Borges seguisse no poder até concluir seu mandato em 1928, mas que não seria mais permitida a reeleição. Assim, podemos pensar que, em troca do apoio de Maya, num momento de crise do governo estadual, Borges concedeu a ele cargos de direção na administração pública. Para se compreender esse acordo, é preciso considerar que, ao retornar em 1924 de sua longa estada na capital brasileira, Alcides Maya era um jornalista, escritor e político reconhecido. Então, sua nomeação para o cargo de diretor do Museu esteve igualmente vinculada ao seu prestígio intelectual. Neste sentido, Almeida aponta que:

[...] a lógica da escolha de Alcides Maya para o cargo [...] funcionou, entre outros aspectos também relevantes, como uma forma de reforço de *status* mútuo entre a instituição e seu diretor – referendando aquela o prestígio granjeado por este em seus trinta anos de atividade intelectual, transferindo-lhe este, pela simples presença, o “brilho” desse prestígio.<sup>123</sup>

Acompanhando a trajetória de Alcides Maya após 1924, observa-se que, mesmo afastado da atividade parlamentar, ele continuou atuando no processo político nacional, não apenas através da imprensa, principalmente do *Correio do Povo* onde escrevia com frequência sobre a situação política brasileira, mas também acompanhando Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro durante o movimento revolucionário de 1930, na *Legião Bento Gonçalves*, formada por intelectuais rio-grandenses, e durante a Revolução de 1932 quando “passara as noites no Palácio do Catete”<sup>124</sup>. Era, portanto, alguém muito próximo dos círculos do poder. Isso implicou longos períodos de licença da direção do Museu, que, durante as ausências de Maya, ficava interinamente sob a responsabilidade de Eduardo Duarte<sup>125</sup>. São inúmeros os afastamentos de Alcides Maya registrados no

<sup>123</sup> ALMEIDA, 1994, 204.

<sup>124</sup> ALMEIDA, 1994, 212.

<sup>125</sup> Eduardo Duarte Mafra (Porto Alegre, RS, 04/02/1874 – Veranópolis, RS, 09/12/1962). Formou-se na Escola Normal ingressando no funcionalismo público estadual em 12 de maio de 1899 atuando como professor em Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis). Retornou a Porto Alegre em 1914, formando-se médico no ano de 1919 pela Escola Médico-Cirúrgica, onde, no ano posterior a sua formatura, passou a lecionar fisiologia. Também exerceu a docência na Academia de Comércio, ensinando língua italiana (Cf. ARCE, 2015, p. 96). A partir de 1921 passou a chefiar a 2ª Seção do APERS, quando criou a Revista do Arquivo Público, encerrada em 1925, com 18 números. Chefiou o Departamento de História Nacional do MJC a partir de 1925 até a sua aposentadoria em 1939. Foi membro fundador do IHGRGS, atuando como secretário desde a sua fundação (e a partir de 1934,

*Livro de matrícula dos funcionários* do Museu Julio de Castilhos sob a rubrica “serviço externo”. Excluindo as ausências por motivo de férias e para tratamento de saúde, as licenças mais prolongadas para “serviço externo” foram aquelas em que o escritor teve como destino o Rio de Janeiro, nos períodos de “29 de maio a 14 de outubro de 1929, de 10 a 24 de novembro de 1930 e de 1º de agosto de 1931 a 1º de abril de 1933”.<sup>126</sup>

Em abril de 1933, quando reassumiu a direção do Museu Julio de Castilhos<sup>127</sup>, Alcides Maya reintegrou-se à vida cultural do estado, associando outras atividades intelectuais ao trabalho burocrático. A atividade mais constante foi a colaboração nas páginas do *Correio do Povo* até 1940. Almeida informa que, além de escrever nesse periódico e dirigir o museu, Maya também

frequentava a Academia Rio-Grandense de Letras (pela qual foi homenageado em cerimônia na Biblioteca Pública, em 15 de outubro de 1937), realizava conferências, participava de eventos e comemorações de cunho histórico, como o referente ao centenário da Revolução Farroupilha, e projetava novos trabalhos ou reedições atualizadas dos anteriores.<sup>128</sup>

Conforme Almeida, a função de diretor do Museu, assumida por Alcides Maya, extrapolava as meras atribuições administrativas do cargo, abarcando uma esfera político-cultural mais ampla. Dessa forma, se, na sua indicação para dirigir o Museu Julio de Castilhos foi levado em consideração o seu prestígio pessoal, o qual seria transferido à instituição, também deve-se considerar que a ocupação desse posto possibilitou/legitimou a continuidade de sua atividade política e intelectual sem o exercício do mandato eleitoral. Dito em outras palavras, o cargo de direção do Museu Julio de Castilhos, dado a Alcides Maya, por sua vinculação político-ideológica ao governo estadual, aliada ao seu prestígio intelectual, permitiu sua presença de forma destacada no cenário cultural sul-rio-grandense, configurada principalmente em sua

---

aclamado secretário perpétuo), onde após a morte do Padre Hafkemeyer, assumiu a direção da *Revista do IHGRGS* e, a partir de 1927, cumulativamente, também editava a *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Foi o “responsável pela publicação dos Anais do Primeiro Congresso de História, realizado em outubro de 1935, pela organização do Segundo Congresso de História em Rio Grande (1937)” (MARTINS, 2015, p. 169). Também foi membro correspondente dos Institutos Históricos e Geográfico do Uruguai, de Santa Catarina e do Pará. Após a aposentadoria de Alcides Maya, conforme Martins, o nome de Eduardo Duarte teria sido cogitado para a direção do MJC, o que não ocorreu. Após sua aposentadoria no serviço público estadual, passou a exercer a medicina numa clínica de olhos em Guaporé. O AHRS e o IHGRGS possuem documentos relativos às atividades de Eduardo Duarte durante sua atuação no APERS, MJC e IHGRGS, organizados no ‘Fundo Eduardo Duarte’.

<sup>126</sup> ALMEIDA, 1994, 207.

<sup>127</sup> Cargo que continuou a exercer até sua aposentadoria em 24 de março de 1939, quando retornou ao Rio de Janeiro, onde morreu no dia 02 de setembro de 1944, aos 67 anos de idade.

<sup>128</sup> ALMEIDA, 1994, p. 213.



atividade jornalística, e legitimou a continuidade de seu trânsito no cenário político nacional, representada no acompanhamento a Getúlio Vargas nos contextos revolucionários de 1930 e 1932.

Assim, resumindo, podemos considerar que a trajetória política e intelectual de Alcides Maya, articulada a um contexto político específico, explicaria a sua nomeação para dirigir o Museu Julio de Castilhos a partir de 1925, em substituição a Francisco Rodolfo Simch, o qual, embora membro fundador do IHGRGS, tinha sua produção voltada às ciências naturais<sup>129</sup>. Ou seja, os motivos da escolha de Maya para chefiar o MJC, quando essa instituição passou a dedicar-se à produção da história sul-riograndense, se relacionam basicamente à sua vinculação política com o PRR e ao seu prestígio como escritor membro da Academia Brasileira de Letras. Entretanto, é preciso considerar mais duas importantes situações que, em nosso entendimento, levaram à escolha do novo diretor: a sua experiência de trabalho no Museu Escolar do *Pedagogium*<sup>130</sup> e o fato de o próprio Maya ter proposto a criação de um museu de história para o Rio Grande do Sul, elaborando, posteriormente, para aprovação do governo do Estado, o plano de remodelação do Museu Julio de Castilhos.

A inflexão na postura político-ideológica de Alcides Maya, juntamente com suas relações pessoais com o prefeito do Distrito Federal, Manoel Bento Ribeiro Carneiro Monteiro<sup>131</sup>, implicaram em sua nomeação para diretor interino e bibliotecário do *Pedagogium*, dedicando-se ele, conforme Almeida<sup>132</sup>, à organização do Museu Escolar dessa instituição. A autora não conseguiu em sua pesquisa situar a data precisa dessa

---

<sup>129</sup> Conforme Martins, Simch participou, aos 43 anos de idade, da reunião de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, apresentando as obras de sua produção *Programa de Economia Social*, 1912; *Minerais do Rio Grande do Sul, Anuário do Estado do RS*, 1911; *Climatologia*, 1912. Cf. MARTINS, 2015, p. 36.

<sup>130</sup> Almeida informa que o *Pedagogium* foi uma instituição criada ao final do Império como “centro de treinamento de educadores”: “Uma exposição Pedagógica realizada no final do Império [...] deu origem a um projeto de lei do deputado Franklin Doria (relatado pelo presidente da Comissão de Instrução Pública, deputado Rui Barbosa), propondo a criação de um centro de treinamento de educadores, instrumentado por uma *Revista Pedagógica*, uma *Biblioteca Pedagógica* e um *Museu Pedagógico*. Instalada a República, cria-se o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, cujo primeiro titular, Cel. Benjamin Constant, transforma em lei o *Pedagogium*. Seu acervo é transferido, em 1896, para o governo do Distrito Federal. Em 1919, é extinto o *Pedagogium*, desconhecendo-se o paradeiro do referido acervo” (INEP – Ministério da Educação, 1991 *apud* ALMEIDA, 1994, p.176 – 177, nota 7).

<sup>131</sup> Alcides Maya era amigo particular de Gregório da Fonseca, secretário do prefeito do Distrito Federal, General Bento Ribeiro Monteiro. Cf. ALMEIDA, 1994, p. 276. Bento Ribeiro exerceu o cargo de prefeito do Distrito Federal entre 1910 e 1914, durante, portanto, o mandato do Marechal Hermes da Fonseca na Presidência da República.

<sup>132</sup> ALMEIDA, 1994, p. 276.

nomeação, mas diz que, “segundo depoimentos (...), situar-se-ia em torno de 1911”<sup>133</sup>.

Almeida traz o relato do próprio Maya a respeito desse fato:

Eu era jornalista no Rio quando fui incumbido pelo então General Bento Ribeiro, meu grande e inolvidável amigo, de substituir provisoriamente na direção do *Pedagogium* a Manoel Bomfim, o notável pedagogista e sociólogo brasileiro, à época incumbido na Europa de certa missão relativa ao ensino público. Um dos resultados de tal ato do prefeito do Rio foi a organização e inauguração, após dois anos de trabalho, com todos os auxílios necessários do governo federal (período – Marechal Hermes) do Museu Escolar do *Pedagogium*.<sup>134</sup>

A partir de excertos de três cartas de Alcides Maya, escritas entre os anos de 1916 e 1917, onde trata da questão de sua substituição no *Pedagogium*, Almeida depreende que Maya tenha permanecido nessa instituição “provavelmente até sua eleição como deputado federal”<sup>135</sup>, no ano de 1918. A esse respeito, encontramos carta de Alcides Maya a Borges de Medeiros, datada de 1º de dezembro de 1917, que confirma essa dedução da autora, pois, nessa correspondência, ele informava que, mesmo que a continuação no cargo não implicasse em sua inelegibilidade, pretendia abandoná-lo para o exercício parlamentar e jornalístico, inclusive seguindo conselho de Borges nessa direção. Ao final dessa carta, ainda é possível verificar o que antes mencionávamos sobre a sua grande ligação com Borges, pois ali ele indica que irá pedir-lhe orientações para sua ação no Congresso e na imprensa. Segue o texto de Maya:

[...] No tocante ao cargo que exerço nessa Prefeitura Municipal (que é o de diretor da Biblioteca do *Pedagogium*), conforme V.Ex<sup>a</sup> me disse, ele não importa motivo de inelegibilidade. Apesar disso, e seguindo o seu conselho, não desejo continuar em atividade. O dr. Amaro Cavalcanti, há poucas horas consultado por mim, indicou-me o caminho a seguir a fim de ficar em disponibilidade. Há precedentes, mas confesso que sinto profunda repugnância por semelhante solução. Consoante as afirmações que fiz a V.Ex<sup>a</sup>, neste momento de minha vida, e de hoje avante, eu desejara e tenho certeza de que continuarei a desejar entregar-me de todo ao serviço do Rio-Grande e da nossa causa. Por isso, tomei a resolução de abandonar essa posição, nada obstante ser vitalícia e, em essência, quadras [*sic*] aos pendores literários de minha forçada solidão.

[...] obrigar-me-ei de certo, dentro de dois meses, a voltar ao sul.

Será nova e magnífica oportunidade para ouvir de V.Ex<sup>a</sup>, como chefe e amigo, as indicações e os conselhos de que preciso para nortear a minha ação

<sup>133</sup> ALMEIDA, 1994, p. 103.

<sup>134</sup> Maya, *Correio do Povo*, 17 dez. 1936 *apud* ALMEIDA, 1994, p. 103.

<sup>135</sup> ALMEIDA, 1994, p. 103.

futura no Congresso e no jornalismo, em defesa dos ideais republicanos da nossa terra bem amada.<sup>136</sup>

Assim, Alcides Maya se desvinculou do *Pedagogium* para exercer sua atividade parlamentar como deputado federal entre os anos 1918 e 1921, quando foi reeleito para mais um mandato. Nas eleições de 03 de maio de 1924, ele não postulou reeleição, retornando para Porto Alegre, onde passou a residir. Logo em seguida, em 21 de agosto, foi nomeado diretor do Arquivo Público. Essa nomeação, pelo que podemos inferir, a partir de relato do próprio escritor no jornal *Correio do Povo*, teria ocorrido em função do governo do estado ainda não possuir recursos para a criação de um museu de história, o qual Maya havia proposto quando ainda encontrava-se no Rio de Janeiro. Entendemos, pela sua descrição, que o trabalho no *Pedagogium* teria lhe inspirado a sugerir que o Rio Grande do Sul tivesse um museu de história. A proposta foi apresentada ao presidente do estado através de Lindolfo Collor, à época diretor do jornal *A Federação* e que estivera com Maya no Rio de Janeiro:

[...] Durante os referidos trabalhos [como diretor interido do Museu Escolar do *Pedagogium* e na sua biblioteca], à vista do todos os prospectos recebidos e computados, foi que **nos surgiu a ideia, logo convertida em plano**, ainda em simples escorso [*sic*] (lembramo-nos sempre, mais ou menos abnegadamente, do Rio Grande, quando ausentes, por longas paragens...) **da criação em nosso Estado de um Museu Histórico**. Havia o Julio de Castilhos, de outra feitarde [*sic*] quando já fazíamos parção [*sic*]. Tudo ficou por aí. Mais, te [*sic*] da representação federal na Câmara dos Deputados, tendo ido ao Rio o Sr. Lindolfo diretor “d’A Federação”, lhe confiamos a apresentação do projeto ao Sr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, que **o aprovou, aguardando oportunidade para o executar**. Não poderia passar-me pela cabeça nessa tumultuosa fase da vida política brasileira a possibilidade de vir a ser posteriormente o proponente e, até agora, o baldado organizador do aludido Museu Histórico. Vivendo no Rio, como profissional de jornalismo, e tendo sido reeleito deputado federal, o que visei foi dotar o Rio Grande do Sul de um departamento técnico e administrativo que lhe faltava. Eu não contava vir para cá. Forçado em seguida (vigente o tenebroso quadriênio do sitio) a não permanecer no Rio (conspirador confesso que era contra o bernardismo) sem imunidades parlamentares (foi o caso de Otávio Rocha, de Gumercindo Ribas e de poucos mais), **aceitei a incumbência de realizar, e não qualquer proposta, mas a lembrança, que tivera e apresentara, de sistematizarmos o labor de coletânea de relíquias e documentos históricos**. O intermediário para o concerto de semelhante obra foi ainda o Sr. Lindolfo Collor.

**Como, no entanto, a situação financeira do Estado não permitisse, conforme declaração oficial que me foi feita, a imediata realização do programa correspondente**, cujo orçamento andava por setecentos contos (hoje?) **fui ter, como diretor, ao Arquivo Público**. A remodelação desse

<sup>136</sup> Carta de Alcides Maya enviada a Borges de Medeiros. Porto Alegre, 01 de dezembro de 1917. Arquivo do IHGRGS - Fundo Borges de Medeiros, documento 11550.

estabelecimento<sup>137</sup> foi proposta por mim, aos poderes públicos, e aceita em princípio, depois em parte efetuada.<sup>138</sup>

A proposta de Alcides Maya foi, portanto, naquela ocasião, a de criação de um museu ainda não existente no Rio Grande do Sul, dedicado exclusivamente à história regional. Ele não propôs – como acabou acontecendo - a transformação do Museu Julio de Castilhos, mas sim o estabelecimento de uma nova instituição independente e diferente dessa. Argumentou, nesse sentido, que nunca desejou substituir Rodolfo Smich na direção do MJC, pois não pretendia tal instituição. Porém, o que acabou ocorrendo é que, não sendo possível a instauração de um museu exclusivo de história, como desejara - talvez pela falta de recursos anteriormente aludida -, foi proposta pelo governo a realização de uma adaptação, onde a história seria agregada à instituição já existente, conforme Maya relata:

[...] não fiz nenhuma tentativa para suceder no Museu Julio de Castilhos ao meu, por todos os títulos, digno de admiração, antecessor, Rodolfo Smich. **Eu propusera apenas a criação de um Museu Histórico Sul-Rio-Grandense. Nada mais. Sucedeu** (e, aqui seria lícito ser invocado o

<sup>137</sup> Algumas correspondências do MJC mencionam a remodelação do Arquivo Público, que, pela leitura dos documentos, inferimos que seja o desmembramento da 2ª seção, a de história e geografia, para a constituição do Museu de História, como veremos no capítulo seguinte.

<sup>138</sup> MAYA, *Correio do Povo*, 1936. Setor de Imprensa do MUSECOM. Grifos nossos. Artigo de Alcides Maya intitulado *Museu Histórico Julio de Castilhos* publicado no jornal *Correio do Povo* em 17 de dezembro de 1936. Esse foi o primeiro de uma série de quatro artigos onde o escritor respondeu às críticas a sua gestão proferidas pelo jornalista Fernando Callage em 10 de dezembro de 1936. Callage havia estado no MJC devido à comemoração do aniversário de morte de Julio de Castilhos, em homenagem prestada pelo IHGRGS, instalado no Museu. Nessa ocasião, acompanhado por Eduardo Duarte, percorreu o Museu, visitando todas as suas dependências. O artigo apresenta a má impressão que teve da instituição, aponta a situação de precariedade do prédio e de seu acervo, a desorganização de suas coleções e a permanência das portas fechadas ao público externo: “[...] eu trouxe dessa minha visita, uma penosa impressão. O abandono em que jaz esse nosso estabelecimento cultural, é digno de lástima. Não sei como pode haver um tal desleixo por uma casa que deveria ser a sala de visita do Rio Grande e o orgulho de todos quanto estudam as coisas do nosso passado representativo da nossa força moral, do povo talhado para um destino certo dentro do panorama americano. Esse Museu deveria ser uma lição permanente de civismo pelo valor dos documentos expostos – etnográficos, mineralógicos, zoológicos – além de outros referentes à vida primitiva do Rio Grande e das nossas lutas com o Prata e de todos os nossos gloriosos feitos guerreiros. [...]. A documentação que possuí é riquíssima sobre todos os seus aspectos. Vi em toda a parte da casa onde se acha instalado, quer na parte superior, quer na parte inferior (porões), uma variedade de peças preciosas que fariam inveja aos mais conhecidos Museus do Brasil e do mundo. Tudo ali está abandonado, atirado, jogado à toa, entregue [...]”. Callage lamentou ainda a atuação de Maya, dizendo que “seria preferível que o Museu tivesse um diretor de medíocre inteligência e de insignificante cultura, mas trabalhador e de boa vontade, a um intelectual de tão grande valor, mas que não ligava nenhuma importância ao cargo que exercia” (Callage, *Correio do Povo*, 10 dez. 1936). Alcides Maya refutou cada uma das críticas recebidas, demonstrando o seu empenho junto ao governo do estado na reestruturação do MJC e na aquisição de acervo, revelando que foi ele que sugeriu a criação do museu de história agora em estruturação. Os artigos escritos por Alcides Maya foram publicados no *Correio do Povo* nos dias 17, 20, 24 e 27 de dezembro de 1936.

Fernando Callage além de escritor e jornalista, como seu irmão Roque Callage, também formou-se bacharel em Direito. Nascido no Rio Grande do Sul fixou domicílio em São Paulo a partir da década de 1920, onde trabalhou como correspondente do jornal gaúcho *Correio do Povo*.

testemunho do Sr Pio de Almeida<sup>139</sup>) **que, a certo momento, inesperadamente, fui consultado sobre se possível seria ajustar-se tudo sobre a base do Museu já existente.** Julguei possível a proposta, espiritualmente, me atraía. Foi um – FIAT – que ficou suspenso às primeiras horas do primeiro dia.<sup>140</sup>

Alcides Maya, em todos os artigos publicados no *Correio do Povo* no mês de dezembro de 1936 - em resposta ao de Fernando Callage -, frisou que o caráter histórico que o MJC passou a ter deveu-se a sua iniciativa. O adjetivo *histórico*, que Callage agregou ao MJC, segundo Maya, foi “muito bem encaixado”, pois “ele caracteriza a transformação, de cívico espírito, do antigo estabelecimento, cujo nome continua a ser o mesmo: Museu Julio de Castilhos”. Embora não podendo executar sua ideia inicial de criação de um museu unicamente de história, Maya aceitou transformar o MJC, acrescentando às atribuições e coleções que a instituição já possuía - e que tão bem Rodolfo Smich desenvolvera -, a história<sup>141</sup>. Assim, concluiu que “O qualificativo histórico, lembra de perto o diretor atacado. Há relações que devem ser acentuadas”.<sup>142</sup>

Maya destacou naquele momento que, para a remodelação do MJC, apresentou um plano histórico e científico, o qual foi aprovado e regulamentado pelo governo do estado com pequenas modificações feitas pela Secretaria de Estado<sup>143</sup> à qual o Museu era subordinado:

[...] o programa e o regulamento do Novo Museu foram aprovados pelo Srs. Borges de Medeiros e Protásio Alves, depois de consulta à Escola de Engenharia, desta capital, tendo sido relator da comissão para esse fim nomeado o saudoso e competentíssimo dr. Luiz Englert. Aprovados integralmente pela Secretaria de Interior, com três ou quatro ementas, de caráter meramente burocrático. Aprovado sem nenhuma restrição pelo presidente do Estado. Nas últimas mensagens executivas anuais à Assembleia

<sup>139</sup> João Pio de Almeida foi Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior, substituindo temporariamente Protasio Alves. Encontramos referência ao seu nome no relatório do MJC relativo às atividades de junho de 1925 a maio de 1926, que foi a ele endereçado pelo diretor da instituição em agosto de 1926. Cf. Relatório do MJC 1925, AHRS – SIE3-042, p. XII.

<sup>140</sup> Artigo de Alcides Maya intitulado *Museu Histórico Julio de Castilhos* publicado no jornal *Correio do Povo* em 17 de dezembro de 1936. Setor de Imprensa do MUSECOM. Grifos nossos.

<sup>141</sup> Lembremos que o MJC, desde sua criação em 1903, possuía a 4ª Seção, dedicada à História, mas como vimos, era muito reduzida em relação às demais coleções privilegiadas pelo diretor Rodolfo Smich.

<sup>142</sup> Artigo de Alcides Maya intitulado *Museu Histórico Julio de Castilhos II* publicado no jornal *Correio do Povo* em 20 de dezembro de 1936. Setor de Imprensa do MUSECOM.

<sup>143</sup> Localizamos esse documento no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul onde, em 18 de dezembro de 1925, o então Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, Protásio Alves, encaminha ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, para verificação e aprovação, o projeto de Regulamento do MJC organizado por Alcides Maya. Junto ao projeto, Alves enviou as alterações que deveriam ser realizadas em 16 do total de 65 artigos que compunham o Regulamento. Todas as observações feitas, como ele mesmo afirma, “referem-se a pequenos detalhes de administração”, completando que “as pequenas alterações em nada modificam a orientação do trabalho”. Borges aprovou o Regulamento em 24 de dezembro de 1925. AHRS, MJC - Caixa 10 – Maço 4.

dos Representantes, está consignado o propósito da reforma que será operada, de acordo com as vistas da atual Direção [...].<sup>144</sup>

Em artigo posterior, é relatado que o plano científico foi repassado, pelo governo, para exame da Escola de Engenharia, provavelmente, supomos, por não ser o elaborador de tal plano, Alcides Maya, especialista na área. O escritor afirmou que conversou pessoalmente com o presidente do Estado, Borges de Medeiros, quando foi informado desse fato:

[...]. Foi apresentado além do histórico, um plano científico, entregue pelo Sr. Borges de Medeiros, então presidente do Estado, - já o lembrei em artigo anterior – ao Exame da Escola de Engenharia.

Eu ignorava tal fato; e quando me comunicou o venerando estadista, verifiquei apenas a apresentação de dois incisos, no capítulo de história natural. Propunha o sr. Luiz Englert, relator, o desdobramento do texto em dois parágrafos: uma sub-seção de geologia e outra de mineralogia, ambos de caráter econômico. Interrogado pelo Presidente sobre se aceitava as emendas, respondi afirmativamente, visto como correspondiam ao espírito geral do referido projeto. De acordo com este, as pesquisas, as aquisições de material, os trabalhos de laboratório e os taxonômicos de tal departamento deveriam ligar-se de futuro com os de paleontologia, arqueologia e anchropologia [*sic*], não só do Rio Grande do Sul, mas de toda a América Meridional.

Estudo de gente e da terra, para fins de generalização, para fins úteis, práticos, possivelmente econômicos. Recordarei a propósito que perguntado se me inspirara, de qualquer modo no *South-Kensington*<sup>145</sup>, da Inglaterra, declarei que não, **confessando-me partidário da organização de pequenos museus especializados**, quais alguns, modernos, da Alemanha. E fui além, nessa para mim, inolvidável palestra com o Sr. Borges de Medeiros. Tive a honra de dizer-lhe que, **mais tarde, de um em um, à medida que as coleções se enriquecessem e completassem, e quando os permitissem os recursos orçamentários do Estado ótimo seria nascerem do Museu Central outros museus, técnica e tecnologicamente autônomos.**<sup>146</sup>

O caráter utilitário e econômico do qual as coleções científicas poderiam revestir-se não representava propriamente uma novidade, pois já era intencionado nos trabalhos desenvolvidos durante a gestão de Smich, como vimos no item que tratou dos anos de 1903 a 1925 do MJC. Aquilo que merece destaque a nosso ver na fala de Maya é a sua vontade de, futuramente, separar as coleções, criando, ao invés de um grande “Museu Central” ou enciclopédico, como caracterizara-se até então o MJC, diversos

<sup>144</sup> Artigo de Alcides Maya intitulado *Museu Histórico Julio de Castilhos* publicado no jornal *Correio do Povo* em 17 de dezembro de 1936. Setor de Imprensa do MUSECOM.

<sup>145</sup> South Kensington é um bairro londrino onde estão localizados três grandes museus: Museu de História Natural, Museu de Ciências e o Museu Victória e Albert, com coleção de arte e desing.

<sup>146</sup> Artigo de Alcides Maya intitulado *Programa Adiado* publicado no jornal *Correio do Povo* em 24 de dezembro de 1936. Setor de Imprensa do MUSECOM. Grifos nossos.

pequenos museus especializados<sup>147</sup>. Nessa intenção Maya estava próximo da tendência iniciada na década de 1920 no Brasil, como já mencionado, de especialização das instituições museológicas. Podemos aventar a hipótese de que, tendo vivido tantos anos no Rio de Janeiro, possa ter acompanhado, mesmo sem envolvimento, os recentes processos de formação do Museu Histórico Nacional e de transformação do Museu Paulista, ambos igualmente já indicados nesse texto. Pelo menos em relação à última instituição, há evidências de que Maya acompanhava o trabalho de Afonso de Taunay. Cabe lembrar, nesse sentido, que Maya e Taunay eram confrades na Academia Brasileira de Letras<sup>148</sup>, onde possivelmente se encontravam com alguma frequência. Sobre isso, há um trecho no artigo escrito ao jornal *Correio do Povo* em 20 de dezembro de 1936 em que, revidando a comparação feita por Fernando Callage entre seu trabalho como diretor no MJC e o de Taunay no Museu do Ipiranga<sup>149</sup>, Maya deixa evidente o contato entre os dois escritores e a eventual troca de informações sobre as instituições que dirigiam, demonstrando que não desconhecia o processo de reformulação que o Museu Paulista vinha sofrendo na gestão de seu confrade:

[...] Certa vez, na Academia Brasileira, tive a oportunidade e a honra de conversar sobre a matéria com o meu insigne confrade e prezado amigo Afonso de Taunay, diretor do Museu do Ipiranga, que o Sr. Fernando Callage, impiedosamente me propõe para modelo.

<sup>147</sup>A mesma referência feita no texto do jornal sobre a formação de pequenos museus é também encontrada na correspondência oficial do MJC, onde consta que, conforme o Projeto do Regulamento para o Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, aprovado em 1926 por Borges de Medeiros, a remodelação do MJC teria seguido o modelo alemão: “O modelo seguido não foi, como a princípio, por equívoco, entenderam certas autoridades, o South Kensington, de Inglaterra; mas, o dos pequenos museus, de novo tipo, da Alemanha, reunidos aqui, provisoriamente, na organização convergente de um único instituto, capaz de atender às necessidades locais de pesquisa, coleção e estudo e também de originar com o tempo, outros estabelecimentos congêneres, especializados, no Estado”. Ofício nº 18 enviado pelo diretor do MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de abril de 1935 encaminhando cópia do Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 201. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.012.

<sup>148</sup> Conforme já apontado, Alcides Maya foi o primeiro gaúcho a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 06 de setembro de 1913, tendo sido recebido em 21 de julho de 1914. Afonso de Taunay foi eleito para a Academia em 07 de novembro de 1929, sendo recebido em 06 de maio de 1930. Atenta-se para o fato de que, nesse período, Taunay já era diretor do Museu Paulista, o que ocorreu entre os anos 1917 e 1945, e também que essa instituição já havia sido reformulada para a sua reinauguração no ano do centenário da independência do Brasil, em 1922, com um perfil histórico, embora ainda mantivesse parte das coleções de ciências naturais.

<sup>149</sup> Como já mencionado, no dia 10 de dezembro de 1936, foi publicado no *Correio do Povo* o artigo intitulado *Museu Histórico Julio de Castilhos*, onde Callage fez a aludida comparação entre Maya e Taunay, enaltecendo o trabalho do diretor do Museu Paulista. As palavras de Callage foram: “Quando eu penso no enorme carinho com que o conhecido homem de letras, Sr. Afonso de Taunay, vota ao Museu do Ipiranga, que tão sabiamente dirige e que é uma das relíquias desta capital, eu fico triste ao lembrar que o Museu da Rua Duque de Caxias, em Porto Alegre, poderia ser, também, uma das relíquias da bela capital gaúcha”.

Ouvi, interessado, mas silenciosamente, referências a trabalhos de relevância profissional em andamento no magnífico Instituto paulista. Muitos deles já estavam indicados em plantas, esboços, esquemas traçados à margem do programa principal. Afinal, queixou-se Taunay de “infelizmente” não dispor de todos os meios necessários ao rápido desenvolvimento de certas criações. Eu ficara absorto, a pensar na diferença de nossas dotações orçamentárias, na diferença dos nossos quadros de serviço, na opulência do **Ipiranga**, na franciscana pobreza do **Julio de Castilhos**.

Resolvi não dizer nada. Guarde esta confidência o meu injusto e gratuito ofendedor.<sup>150</sup>

Tendo em vista que o encontro descrito por Maya ocorreu na Academia Brasileira de Letras, onde Taunay passou a atuar a partir de 1930, pode-se inferir que a queixa do diretor paulista estivesse relacionada à diminuição dos recursos destinados ao Museu do Ipiranga ocorrida com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país. Conforme explica Brefe, nesse novo cenário político, “um museu, abastecido pelo capital público e profundamente comprometido com o imaginário das classes políticas de São Paulo, certamente sofreria consequências de caráter direto, como a redução de verbas”<sup>151</sup>. O Museu Paulista entre 1930 e 1935 teve seu orçamento reduzido à metade, impossibilitando a iniciação de novos projetos e retardando “a conclusão de antigos, que só foram concluídos graças ao concurso de mecenas e ao prestígio de Taunay perante as elites paulistas”<sup>152</sup>.

Também consideramos que não seria totalmente ilógico pensar que, sugerindo a separação ou especialização das diversas coleções em variadas instituições, Maya estaria visando, principalmente, à concretização de sua proposta inicial de estabelecer um museu específico de história sul-rio-grandense. Entretanto, para separar o acervo era necessário, além de certa quantidade, também qualidade, no sentido de serem os itens colecionados conhecidos, estudados, catalogados; só assim seria possível chegar-se a um nível de especialização que pudesse gerar a futura divisão das coleções em instituições diversificadas. Nesse sentido, é que passamos a entender o principal desafio que se colocou o diretor: complementar e catalogar as antigas coleções científicas e formar a nova coleção histórica do MJC. Em suas palavras:

[...] O essencial nos futuros trabalhos do Museu não será armar vitrinas... “*pour les enfants voir*”... Nem para eles, nem para os excursionistas de prazer... Haverá disso, que é preciso, natural haver; mas o principal consistirá

<sup>150</sup> Artigo de Alcides Maya intitulado *Museu Histórico Julio de Castilhos* publicado no jornal *Correio do Povo* em 20 de dezembro de 1936. Setor de Imprensa d MUSECOM. Grifos do autor.

<sup>151</sup> BREFE, 2005, p. 261.

<sup>152</sup> BREFE, 2005, p. 261.



no esforço contínuo de coleção, de arquivo e divulgação de espécimes, dos exemplares de toda ordem, reunidos e organizados.<sup>153</sup>

O texto de Maya também respondia à crítica de Fernando Callage em relação ao fato do MJC permanecer fechado à visita pública desde a sua chegada à direção<sup>154</sup>. O motivo alegado, diversas vezes nas correspondências, para o fechamento do Museu era a realização de obras no prédio para que ele pudesse atender às reformulações previstas no plano de remodelação da instituição. Neste sentido, o diretor interino, Eduardo Duarte, ao final de 1925, relatou ao secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior que:

Aqui chegando, um dos primeiros atos do diretor foi fechar a repartição à visitação pública, permitindo o ingresso apenas às pessoas que se dedicam a estudos científicos. Tal medida foi determinada pelo início das obras que foram encetadas para a remodelação do estabelecimento e adaptação do edifício aos fins do Museu, segundo plano geral que foi apresentado e aprovado pelo governo do Estado. Essas obras, como Vossencia por varias vezes teve ocasião de observar, têm prosseguido, em caminho franco para sua terminação.<sup>155</sup>

<sup>153</sup> Artigo de Alcides Maya intitulado *Programa Adiado* publicado no jornal *Correio do Povo* em 24 de dezembro de 1936. Setor de Imprensa MUSECOM.

<sup>154</sup> O MJC permaneceu fechado à visitação pública durante os 14 anos da gestão de Alcides Maya, recebendo apenas pesquisadores, principalmente no Arquivo Histórico. Entretanto, a partir de uma Portaria de Maya, datada de 16 de dezembro de 1936, podemos pensar que, em alguns momentos, as visitas eram permitidas com a autorização do diretor: “Para todos os fins, e de acordo com determinação administrativa superior, estão proibidas quaisquer visitas, sob qualquer pretexto, de habitantes da cidade ou forasteiros. As coleções estão fechadas, até poderem ser devidamente classificadas e expostas. Qualquer transgressão será anti-regimental, e punível de acordo com as regras vigentes. Os pedidos de visita, por parte do professorado público, ou privado, para consulta às coleções, deverão ser encaminhados pela Secretaria ao Diretor (Ofício nº 66 emitido pelo diretor do MJC em 16 de dezembro de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 375. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012). Essa determinação foi feita decorridos apenas seis dias da publicação do artigo de Fernando Callage no *Correio do Povo*, o que nos leva a pensar que tal portaria esteja relacionada com as críticas recebidas por parte do jornalista. A medida seria, de certa forma, uma reação ao descumprimento da norma estabelecida, já que, nas respostas ao detrator, o diretor menciona que esse visitou o Museu indevidamente, sem autorização: “Notarei ao Sr. Fernando Callage que visitou o Museu sem a minha imprescindível autorização [...]. Sim, porque, estando a Repartição em obras, como o s.s poderia verificar... a outras horas, as de expediente, por exemplo, era natural que a diretoria resolvesse fechar a casa, - como acontece - à visitação pública. Esta é a ordem que ainda está em vigor, ainda não abrogada por autoridade superior, parece-me... Percorreu o Sr. Callage a Casa, encerrada uma sessão cívica do Instituto Histórico e Geográfico, de que tenho a honra de fazer parte, - e que é nosso hospede - acompanhado pelo Sr. Eduardo Duarte, ex-chefe da 2ª Seção do Arquivo Público, e que teve de acompanhar-me, como diretor do Departamento de História Nacional, consoante o meu programa, aceito pelo Governo, do novo Museu” (MAYA, 1936, *Correio do Povo*, 17/12/1936. Setor de Imprensa do MUSECOM). Ainda em outro momento, no mesmo jornal, Maya reclama que “em se tratando de uma Repartição Fechada, por ordem superior, indispensável seria uma comunicação prévia” (*Op. cit.*, 20/12/1936).

<sup>155</sup> Relatório MJC 1925. AHRS - SIE 3.031, p. 975.

Porém, as reformas no prédio não ocorreram de forma rápida e satisfatória, tendo em vista que, no relatório de 1938, o diretor menciona que não havia espaço para exibir as exposições e, antes, em 1937, afirmara ao Secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública que o local não era apropriado para o funcionamento do museu:

Também cumpre lembrar a vossencia haver eu recordado, por mais de uma vez ao governo do Estado que o Edifício em que funciona o Museu Julio de Castilhos poderá, em ótimas condições, servir para qualquer outra repartição do Estado, menos para o Museu Julio de Castilhos, conforme o plano adotado para a sua remodelação.<sup>156</sup>

O motivo apontado pela direção para a manutenção do fechamento das portas ao público em geral foi, portanto, a inadequação do prédio para abrigar a nova configuração do MJC e não a falta do que expor, já que as coleções cresciam, fazendo com que a falta de espaço se tornasse um problema ainda mais grave.

Convém notar ainda uma vez que a dificuldade fundamental para a inauguração deste Museu, que poderia ser hoje, senão o mais rico o mais original e praticamente organizado no país, provem da absoluta inadaptabilidade do prédio em que ele funciona aos fins a que se destina, em bem dos interesses culturais para a glória do Rio Grande.<sup>157</sup>

O museu só foi reaberto ao público quando Maya deixou a direção. Esse ponto também nos parece reforçar o argumento de Rodrigues (2002) aqui trazido de que o perfil do MJC esteve, ao longo de sua trajetória, associado, em grande medida, às especialidades profissionais ou interesses pessoais de seus diretores. Dizemos isso porque o sucessor de Maya na direção do MJC foi Emílio Kemp<sup>158</sup>, que era formado em Medicina, mas que atuou como jornalista e educador. A principal preocupação de Kemp como diretor foi reabrir o museu visando receber, principalmente, o público escolar. Assim, a partir de sua posse, em março de 1939, dedicou-se à organização das coleções

---

<sup>156</sup> Ofício nº 37 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 07 de março de 1937. Correspondências expedidas 1937-1938, fl. 24. Arquivo Permanente do MJC - AP 1.013.

<sup>157</sup> Ofício nº 18 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de abril de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 210. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.012.

<sup>158</sup> Emílio Kemp, ex-diretor do Expediente da Secretaria da Educação e Saúde Pública e também ex-diretor da Imprensa Oficial, foi nomeado diretor do Museu Julio de Castilhos pelo Decreto nº 7749 de 23/03/39. Manteve-se no cargo até 20 de outubro de 1950, quando foi substituído interinamente por Dante de Laytano. Cf. Ofício nº 73 de 11 de abril de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 318. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.014.

para poder expô-las<sup>159</sup>, o que ocorreu em 13 de junho de 1939, quando a instituição foi reaberta aos visitantes. A visita pública às coleções foi permitida nas terças e quintas-feiras das 14 às 17 horas<sup>160</sup>.

Na visão de Kemp, o museu fechado tornara-se “um simples depósito de coleções incompletas sem nenhuma finalidade educativa”; uma instituição que, na sua perspectiva, não cumpria a sua principal missão de contribuir para o desenvolvimento da cultura; um museu que, portanto, não existia: “Um museu fechado, por mais ricas que sejam as suas coleções, é uma instituição inexistente. Agora, o Estado tem um Museu que poderá ser pobre, mas ainda assim útil à difusão de conhecimentos culturais”.<sup>161</sup>

Portanto, fica evidente, a partir da nova gestão, a mudança de ótica em relação ao papel principal que o MJC deveria desempenhar, que seria o de se constituir em um espaço educativo. Logicamente, a coleta e o estudo das coleções não ficariam de fora do programa de trabalho, mas não seria essa a prioridade, como o fora na gestão de Alcides Maya, o qual, como assinalamos, valorizou o enriquecimento do acervo em detrimento do atendimento ao público em geral. Cabe destacar que foi empenhado grande esforço na gestão de Maya na recolha e organização do acervo histórico documental, junto ao Arquivo Histórico dirigido por Eduardo Duarte. Conforme relato de Emílio Kemp, a única seção do Museu que estava organizada quando ele assumiu a direção em 1939 era

<sup>159</sup> O MJC possuía 12 coleções quando Kemp assumiu a direção: Ornitologia (190 peças), Entomologia (3.000 peças), Coleopteros (150 peças), Ofídios (13 peças), Geologia-Minérios (700 peças), Paleontologia (Fósseis 20 peças), Numismática (moedas 1000 peças), Filatelia (selos 981 peças), Etnografia (artefatos indígenas 300 peças), Pinacoteca Histórica (quadros 90 peças), Indumentária (fardamentos 16 peças) e Peças avulsas (objetos históricos 500 peças). Cf. Ofício nº 68 expedido em 04 de abril de 1939. Correspondências expedidas 1939, Fl. 329. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

<sup>160</sup> Ofício nº 118 emitido pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde em 13 de junho de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 259. Arquivo Permanente do MJC – AP.1.014. Fora desse horário, o Museu também atenderia alunos de escolas da capital, com prévio agendamento, pois Kemp considerava relevante o papel do museu na formação cultural, conforme correspondência por ele enviada à Diretoria da Instrução Pública: “Estando, de novo, o Museu ‘Julio de Castilhos’ aberto à visitação pública, nas terças e quintas, das 14 às 17 horas, venho comunicar a V.Ex<sup>a</sup>. que, independente desse horário, o Museu poderá ser visitado por turmas de alunos dos estabelecimentos de ensino desta capital, acompanhadas de professores, em outros dias, inclusive no turno da manhã, marcando hora e obedecendo o horário oficial – das 08 e meia às 11 e meia, e das 14 às 17 horas. Tendo em vista que os museus são institutos de cultura, esta direção empenha-se na frequência de alunos das escolas primárias para o fim de lhes serem ministrados os ensinamentos que suas professoras julgarem necessários” (Ofício nº 145 emitido em 13 de julho de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 240. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014).

<sup>161</sup> Ofício nº 301 enviado pelo diretor do MJC, Emilio Kemp, ao Secretario de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, J.P.Coelho de Souza, em 19 de dezembro de 1939 contendo *Subsídios para o Relatório do Secretário*. Correspondências expedidas 1939, fl. 7. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

a do Arquivo Histórico, as demais se encontrariam desorganizadas, muitas com suas coleções sem classificação, mal acondicionadas e conservadas. De acordo com o novo diretor,

Assumindo o cargo de diretor do Museu “Julio de Castilhos”, [...], encontrei, como é de conhecimento de V.ex<sup>a</sup>, esse Instituto fechado à visitação pública.

Em consequência dessa situação, as seções de História Natural e do Museu Histórico estavam completamente paralisadas, havendo, apenas, atividades na seção do Arquivo Histórico.

As seções de História Natural estavam em pleno abandono, algumas completamente em confusão, estando a de mineralogia amontoada no porão e com a sua antiga classificação, feita pelo extinto diretor do Museu dr. Rodolfo Simch, mineralogista de renome, perdida.

À coleção de numismática sucedia o mesmo. Por sua vez desorganizada em caixas e estas empilhadas também no porão.

As coleções que estavam em armários, encontravam-se em desordem, sua classificação regular e, por isso, faltando-lhes as devidas etiquetas com as legendas indispensáveis ao esclarecimento dos objetos expostos.

Deu-se início, logo, digamos à reorganização das seções de exposição, começando pela sua limpeza, cuidadosa desinfecção dos objetos visando a sua conservação, e à classificação justa, quanto possível, procurando a nomenclatura científica fazendo-se a arrumação nos mostradores.

Do cofre onde se achavam encerrados vários objetos históricos de valor intrínseco, foram eles tirados e colocados de forma a serem vistos.<sup>162</sup>

A maior organização do Arquivo Histórico no MJC em relação às demais coleções é, portanto, mais um exemplo de que a aptidão ou o interesse do profissional responsável acabou por determinar os rumos da instituição, tendo em vista que Eduardo Duarte já dirigia a 2ª Seção do Arquivo Público, a qual abrigava documentos históricos e geográficos, como veremos no capítulo seguinte. O próprio Kemp, na descrição da situação do Museu quando de sua chegada em 1939, indica essa relação entre a maior organização do Arquivo Histórico e o fato de Eduardo Duarte ser historiador:

#### SEÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO

Era esta a única seção que funcionava regularmente, competindo-lhe a separação por ordem de assunto, de origem e cronologia, dos documentos históricos e da sua classificação, catalogação e guarda no arquivo.

Como é fácil de deduzir, um serviço paciente e cuidadoso, exigindo um preparo especializado em assuntos históricos.

Estara ele entregue a competente direção do Dr. Eduardo Duarte, historiador de renome, que lhe dedicara entranhado afeto, e que foi aposentado por Ato nº 1250 de 23 de junho do corrente ano.

<sup>162</sup> Ofício nº 301 enviado pelo diretor do MJC, Emilio Kemp, ao Secretario de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, J.P.Coelho de Souza, em 19 de dezembro de 1939 contendo *Subsídios para o Relatório do Secretário*. Correspondências expedidas 1939, fl 5. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

Assim podemos apresentar trabalhos realizados em 1938 e que alcançaram a soma de 15.082 documentos compulsados, classificados e catalogados.

Este ano, até a data presente, atinge a 42.829 o número de documentos prontificados e, como os do ano transato colocados nas caixas competentes e recolhidos ao arquivo.

Esses documentos são constantemente procurados e compulsados, com especialidade por membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.<sup>163</sup>

Realmente, o número de documentos organizados e recolhidos nas caixas do Arquivo Histórico no MJC, disponível aos pesquisadores, era bastante grande, quase 43 mil, demonstrando, em grande medida, o empenho da gestão de Alcides Maya em aumentar e organizar as coleções de documentos textuais herdadas da 2ª Seção do Arquivo Público. Entretanto, o número de peças integrantes das doze coleções do MJC também era bastante considerável no ano de 1939, principalmente aquelas relativas ao Departamento de História Nacional, que, embora apresentasse menor número de peças do que as coleções do Departamento de História Natural, tivera considerável crescimento quando comparada à antiga 4ª seção do MJC (*de ciências, artes e documentos históricos*) durante a gestão de Smich<sup>164</sup>. O quadro a seguir apresenta as coleções do MJC em 1939, quando Emilio Kemp assumiu a direção da instituição, refletindo em termos quantitativos o trabalho e a concepção da gestão de Maya:

---

<sup>163</sup> Ofício nº 301 enviado pelo diretor do MJC, Emilio Kemp, ao Secretario de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, J.P.Coelho de Souza, em 19 de dezembro de 1939 contendo *Subsídios para o Relatório do Secretário*. Correspondências expedidas 1939, fl 5. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

<sup>164</sup> Nedel informa que, antes de 1925: “Os processos de compra de acervo histórico eram os mais escassos, já que a maior parte das peças eram doadas pelo próprio governo (...). Na verdade as atribuições de subsídio à pesquisa nessa área [História] pareciam vincular-se, dentro da partilha institucional do governo, mais à seção histórica do Arquivo Público – cujo regulamento desde 1909 já previa a edição de uma revista própria, dedicada à transcrição de documentos – do que ao museu (...)” (NEDEL, 2005, p. 98).

Quadro 1 – Coleções do MJC em 1939 – final gestão Alcides Maya

<b>Departamento de História Natural</b>		
<b>SEÇÃO</b>	<b>COLEÇÃO</b>	<b>Nº de PEÇAS</b>
<b>ZOOLOGIA</b>	Ornitologia	190
	Entomologia	3000
	Coleópteros	150
	Ofídios	13
<b>GEOLOGIA</b>	Minérios	700
<b>PALEONTOLOGIA</b>	Fósseis	20
<b>Total de Peças do Departamento</b>		<b>4.073</b>
<b>Departamento de História Nacional</b>		
<b>SEÇÃO</b>	<b>COLEÇÃO</b>	<b>Nº de PEÇAS</b>
<b>NUMISMÁTICA</b>	Moedas	1000
<b>FILATELIA</b>	Selos	981
<b>ETNOGRAFIA</b>	Artefatos Indígenas	300
<b>PINACOTECA HISTÓRICA</b>	Quadros	90
<b>INDUMENTÁRIA</b>	Fardamentos	16
<b>Total de Peças do Departamento</b>		<b>2.387</b>
<b>Total de Peças do MJC</b>		<b>6.460</b>

Fonte: Ofício nº 68 de 04 de abril de 1939. Correspondências expedidas, 1939, fl. 329. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

A busca por apresentar elementos que pudessem explicar a troca de Rodolfo Smich por Alcides Maya no momento de remodelação do MJC nos levou a considerar o argumento de que as aptidões ou interesses do diretor influenciaram decisivamente na conformação do perfil institucional do Museu. Pesa nesse processo o fato de Alcides Maya ter sido, segundo seu próprio relato, o mentor da criação de um museu de história sul-rio-grandense, bem como o articulador da transformação do MJC, posteriormente sugerida pelo governo do estado. O nosso interesse foi tentar entender por que Maya teve sua sugestão considerada e, na medida do possível, atendida, pois, pelo que foi apresentado, é possível pensar que, naquele momento, o governo não cogitasse a criação de um museu exclusivo de história, já que o estado contava com o MJC. Parece-nos que

o reduzido espaço destinado à história no MJC, quando em comparação às coleções científicas, não constituía um problema a ponto de criar a necessidade de uma nova instituição museológica de tipologia histórica. Talvez a explicação para isso resida no fato do governo estadual manter, além do Museu, o Arquivo Público, onde, na sua 2ª seção, eram recolhidos, organizados e disponibilizados à pesquisa os documentos que registravam a história do Rio Grande do Sul. Aliado ao Arquivo Público atuava o IHGRGS, que, embora possuísse caráter privado, recebia apoio do poder público para sua manutenção, como veremos no capítulo seguinte. Ou seja, existindo essas duas instituições responsáveis pela pesquisa histórica, não se colocava aos governantes e gestores a necessidade do surgimento de um novo museu com tal preocupação. Entretanto, a proposta de Maya foi considerada, desembocando na mudança no MJC. Assim, levantamos a possibilidade de que o prestígio intelectual e político de Alcides Maya, bem como sua proximidade com Borges de Medeiros, tenham pesado favoravelmente para que sua sugestão fosse levada a efeito. Logicamente que todo o processo não pode ser explicado a partir da vontade de um único indivíduo, mesmo que ele tenha destaque e poder. A atuação de Maya deve ser analisada conjuntamente com outros fatores, mas nunca desconsiderada. Nesse ponto, retomamos o questionamento que inicialmente fizemos de que outras propostas de construção de museus de história em algumas unidades federativas no mesmo período - Museu Mineiro e Museu Paranaense - pudesse configurar uma tendência na museologia, mas que cada processo seria atravessado por questões próprias que caracterizariam sua transformação. Dessa forma, as particularidades que marcaram a mudança do MJC foram traçadas, em certa medida, pela biografia do seu novo diretor, mas de modo articulado com a conjuntura política do período, de alocação em instituições da burocracia estatal daqueles indivíduos alinhados ao PRR, num jogo de reciprocidades. A identificação política com Borges de Medeiros e o prestígio intelectual de Maya, sobretudo em uma conjuntura de crise do partido governante gerada pela “Revolução” de 1923, abriram a possibilidade de aceitação de sua proposta de um museu de história, além das instituições já existentes responsáveis pela pesquisa e escrita da história no e do Rio Grande do Sul à época – Arquivo Público e IHGRGS. O plano anunciado por Maya aproximou essas instituições do MJC, passando elas a atuar junto ao Departamento de História Nacional criado em 1925.

Passaremos, no subitem seguinte, a tratar da nova estrutura organizacional do MJC e dos objetivos colocados à instituição a partir da gestão de Alcides Maya.

#### **2.2.2.2 A estrutura do MJC a partir de 1925 e a novidade do *Departamento de História Nacional***

Diversos ofícios e relatórios do período Maya referenciam o *plano de remodelação* do MJC, solicitando medidas do governo para sua execução ou prestando contas das ações já implantadas. Destacamos nessa documentação, a correspondência encaminhada ao MJC em 26 de agosto de 1925 pelo Secretario dos Negócios do Interior e Exterior, Protásio Alves, pois nela consta uma descrição detalhada da nova organização do Museu com as seções dos departamentos integrantes da instituição. Ao lado dessa descrição, que foi datilografada, há, na última folha, manuscrito por Alves, encaminhamento do documento para vistas do Presidente do Estado Borges de Medeiros, nos seguintes termos:

De acordo 25-08-25  
Borges de Medeiros  
Conforme o plano estabelecido, parece-me convenientemente organizado o projeto de regimento confeccionado [sic] da repartição.  
24-08-25  
Protasio Alves<sup>165</sup>

Assim, inferimos que o documento descrevendo a nova organização do MJC trata-se do Plano de Remodelação feito por Alcides Maya, enviado ao Secretário Protasio Alves para apreciação, o qual, após revisá-lo, enviou-o a Borges de Medeiros em 24 de agosto de 1925, tendo obtido retorno positivo no dia seguinte. Ao final do documento consta, também manuscrito pelo Secretario dos Negócios do Interior e Exterior, encaminhamento ao diretor do Museu para que ele tomasse as providências necessárias: “Ao Sr. Diretor do Museu para convenientes fins. 26-08-25. Protasio Alves”. Ao diretor, cabia, portanto, proceder à redação do novo regulamento do MJC, baseado no projeto aprovado pelo governo do estado.

Não foi possível identificar a data exata em que Alcides Maya concluiu a tarefa autorizada em agosto de 1925, enviando ao governo o texto do regulamento, baseado no Plano de Remodelação. Entretanto, sabemos que isso ocorreu ainda naquele ano, pois,

---

<sup>165</sup> Correspondência s/nº encaminhado ao MJC em 26 de agosto de 1925 pelo Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Protasio Alves. Anexo às Correspondências recebidas 1926-1927, fls. 92-99. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.004.



em ofício de 18 de dezembro, Protasio Alves, após ter feito a leitura e indicado algumas pequenas alterações, encaminhou o texto do regulamento a Borges de Medeiros para a aprovação definitiva:

Sr. Presidente do Estado  
Aprovado  
24-12-1925  
Borges de Medeiros

Tenho a honra de passar às mãos de V.Ex.<sup>a</sup> para convenientes fins o projeto de regulamento do Museu Julio de Castilhos, organizado pelo diretor do mesmo, propondo eu as pequenas alterações seguintes [...].<sup>166</sup>

Todas as alterações sugeridas por Protasio Alves referem-se a questões administrativas, como, por exemplo, substituição de termos: “art.25 – em vez de ‘amanuense’ dizer ‘aos oficiais do 1º departamento’ ao termo ‘mestre de seção’ substituir por ‘chefe’”. Nenhuma delas alterou a proposta de organização sugerida por Alcides Maya, como o próprio Secretário destacou no encerramento da correspondência a Borges: “Como vê VEx.<sup>a</sup> as pequenas alterações em nada modificou a orientação do trabalho, referem-se a pequenos detalhes de administração”<sup>167</sup>.

A data de aprovação do regulamento que consta na correspondência de Protasio Alves é 24 de dezembro de 1925 e o MJC teria recebido ofício<sup>168</sup> em 29 de dezembro do mesmo ano comunicando tal aprovação. Essa atenção em relação à data dá-se em função de que, em alguns outros documentos oficiais do MJC, é informado que a aprovação do regulamento teria ocorrido no ano de 1926. Destacamos, nesse sentido, correspondência expedida em 30 de abril de 1935 ao secretário do Interior e Exterior, onde o diretor do MJC escreve que:

Este projeto de Regulamento para o Museu Julio de Castilhos foi presente, **em 1926**, ao Exmo. Sr. Dr. Borges de Medeiros, então Presidente do Estado,

<sup>166</sup> Correspondência do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Protasio Alves, ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, encaminhando o Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1ª via. AHRs, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

<sup>167</sup> Correspondência do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Protasio Alves, ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, encaminhando o Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1ª via. AHRs, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

<sup>168</sup> Ofício nº 4628 de 29 de dezembro de 1925, mencionado no documento *Requisições feitas pelo diretor do Museu Julio de Castilhos 1925*: “Resp.em Ofício nº 4428, de 29/12/25 – Com que o Presidente do Estado aprovou a mencionada proposta de remodelação, bem como autorizou a empreender a viagem que esta diretoria propôs” (AHRs, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 3).

que o aprovou, como se verá do original existente na Secretaria do Palácio”.<sup>169</sup>

Porém, o interessante nesse documento é que ele nos informa que, transcorridos dez anos da apresentação do regulamento e sua aprovação pelo governo, ele ainda não havia sido publicado, o que, para o diretor do MJC, o tornava inexistente: “Entretanto, o Decreto respectivo nunca foi publicado, estando este Museu até hoje, sem regulamento”<sup>170</sup>. Em 1935, o governador Flores da Cunha solicitou, conforme descrito na correspondência, o Regulamento, dando a entender que seria providenciada a lavratura do respectivo Decreto:

Tenho a honra de enviar a vossencia a inclusa cópia do projeto do regulamento deste Museu, há tempos elaborado e que, presente ao passado governo, foi aprovado, sem ser lavrado o respectivo decreto.

Agora, sendo ouvido a respeito o sr. General Governador do estado, S.Ex<sup>a</sup> determinou que o mesmo lhe fosse enviado por intermédio da Secretaria do Interior.

Em vista dessa resolução, solicito vossencia se digne a fazer o encaminhamento do referido projeto de regulamento.<sup>171</sup>

O Regimento do Museu foi oficialmente aprovado com a publicação do Decreto nº 790 de 15 de junho de 1943<sup>172</sup>, quando o MJC era dirigido por Emílio Kemp e o estado governado pelo interventor federal Osvaldo Cordeiro de Faria.

<sup>169</sup>. Ofício nº 18 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de abril de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 210. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos nosso.

<sup>170</sup> Ofício nº 18 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de abril de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 210. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Anexa à correspondência em que Protasio Alves encaminha o Regulamento do MJC para aprovação de Borges de Medeiros, já mencionada aqui, há uma minuta não datada nem assinada do Decreto do Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; portando um documento lavrado que bastava ser assinado e datado pelo governador. O documento diz: “DECRETO nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de janeiro de 1926. Aprova o regulamento para o Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. O presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso da atribuição que lhe confere a Constituição, art. 20, n.4, resolve aprovar e mandar que se execute o regulamento que com esta baixa, assinado pelo Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. – Palácio do Governo, em Porto Alegre, \_\_\_\_ de Dezembro de 1926” (AHRS, Documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4 – Regulamento do MJC). A publicação do Regulamento era administrativamente relevante, no sentido dos cargos previstos para o MJC poderem ser criados. No Relatório do MJC referente ao ano de 1929, Eduardo Duarte queixava-se da exiguidade de funcionários e da necessidade da publicação do Regulamento para solucionar essa situação: “Tal situação [falta de pessoal], já denunciada a essa Secretaria repetidas vezes, tem me obrigado a sobrecarregar a atividade de alguns funcionários com o desempenho de encargos alheios às suas funções. O intenso trabalho do Departamento de História Nacional, visando principalmente à comemoração do centenário de 35, está a pedir **seja decretado o referido novo regulamento, já aprovado**” (Relatório do MJC 1929 enviado ao Secretario Interino dos Negócios do Interior e Exterior, João Simplício Alves de Carvalho, em 01 de agosto de 1930. AHRS - SIE3-048, fl. 129. Grifo nosso).

<sup>171</sup> Ofício nº 18 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de abril de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 209. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos do autor.

Em que pese, portanto, o fato de que, durante os anos da gestão de Alcides Maya, o MJC não tenha obtido a publicação do Decreto que regulamentava oficialmente o regimento formulado por seu diretor, deve-se considerar que o trabalho realizado durante esse período foi pautado por tal documento, com o aval do governo<sup>173</sup>. Nesse sentido, torna-se importante apresentarmos o plano de Maya, não em totalidade, mas algumas partes: aquelas que nos ajudam a compreender as mudanças ambicionadas à instituição em sua organização.

O Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, aprovado por Borges de Medeiros em 1925, era composto por 65 artigos divididos em seis capítulos<sup>174</sup>, tratando da organização e funcionamento da instituição. O primeiro artigo traz a definição e finalidade do MJC:

Art.1º - O Museu e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, com a denominação particular de “Museu Julio de Castilhos”, é uma repartição pública subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, e tem por fim adquirir, estudar e catalogar ou colecionar sistematicamente todos os documentos concernentes à história e geografia e todos os espécimes das riquezas e curiosidades naturais, científicas e arqueológicas do Rio Grande do Sul, organizando as necessárias coleções, de estudo especial, referentes aos vários ramos da história natural.<sup>175</sup>

O capítulo II do Regulamento trata da organização do MJC, que era constituída em três grandes departamentos:

Art. 3º - O Museu e Arquivo Histórico organizar-se-á em três grandes departamentos, a saber:

---

<sup>172</sup> Souza (2014) coloca que “Em transcrição documental do Decreto nº 790 de 15 de junho de 1943, encontrada no Museu, consta que no mês de junho sob foi aprovado o regimento interno do Museu e Arquivo Histórico, constando as funções do Museu, da estrutura administrativa, das atribuições dos funcionários, da visitação pública, das consultas à documentação e atividades inerentes à instituição (...)” (SOUZA, 2014, p. 68-69). A autora segue transcrevendo alguns artigos do Decreto 790, onde podemos observar grande semelhança com o Regulamento elaborado por Maya e aprovado por Borges de Medeiros, à exceção do Art 4º, sobre a organização do Museu, pois o antigo diretor propunha o MJC organizado em três departamentos – Administração; História Natural e História Nacional – e o artigo do documento de 1943 aponta apenas os dois últimos, aos quais denomina “Seções”. Concluímos com isso, que o novo governo realizou nova análise, não aprovando na íntegra o regulamento autorizado por Borges de Medeiros, talvez por sugestão da nova direção da instituição, adaptando o texto ao funcionamento da casa. Também há pequena modificação na redação do Art 1º, *Da natureza e fins do Museu Julio de Castilhos*, mas sem alterar o sentido colocado em 1925.

<sup>173</sup> Além da correspondência onde o Secretário do Interior e Exterior expressa a aprovação de Borges de Medeiros, deve-se mencionar que o governo acompanhava as atividades do MJC através de frequentes ofícios e relatórios anuais, e, portanto, tinha, em tese, conhecimento das ações desenvolvidas na instituição, que seguiam as orientações do plano de remodelação apresentado pelo diretor em 1925.

<sup>174</sup> Cap.I- Da Natureza e fins; Cap.II- Da organização; Cap. III– Dos funcionários; Cap IV- Da consulta de documentos e da visitação pública; Cap. V- Publicações do Museu e Arquivo Histórico; Cap. VI- Disposições Gerais.

<sup>175</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fl. 1. AHRS, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

- I – Administração
- II – História Natural
- III – História Nacional

§ único – Os segundo e o terceiro departamentos a que se refere este artigo, posto que independentes entre si, ficarão subordinados ao primeiro.<sup>176</sup>

Ao Departamento de Administração cabia a superintendência geral do MJC, tratando de questões burocráticas de controle de funcionários e visitantes, compra de material e manutenção do prédio (limpeza e organização), bem como da prestação de contas junto à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior e autorização de aquisição de acervo. O que gostaríamos de destacar é que essa era a seção incumbida da edição da revista do Museu e do Arquivo Histórico, conforme consta no inciso VII do artigo 4º do regulamento, determinando que o Departamento de Administração deveria: “Incumbir-se da edição da revista do Museu, reunindo, para isso, os elementos ou contribuições atinentes a cada um dos respectivos departamentos”<sup>177</sup>.

O segundo Departamento, dedicado às coleções de ciências naturais, tem sua finalidade definida no quinto artigo do Regulamento:

Art. 5º - A História Natural é o departamento do Museu que tem por fim o estudo e a exposição dos objetos e produtos naturais, segundo suas propriedades, caracteres, classes, ordens, famílias, gêneros, épocas ou períodos cronológicos e que pertencem com todas as suas subdivisões, bem como o estudo dos fenômenos relativos a esses mesmos seres, orgânicos e inorgânicos.<sup>178</sup>

O Departamento de História Natural era organizado em três grandes seções: Seção de Biologia; Seção de Mineralogia, Geologia e Paleontologia; e Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. As duas primeiras estavam divididas em subseções, como demonstra o quadro 2.

---

<sup>176</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fl. 4. AHRS, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

<sup>177</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, f. 5. AHRS, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

<sup>178</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fsl. 5-6. AHRS, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

Quadro 2- Organização do Departamento de História Natural do MJC – 1925

<b>Departamento de História Natural do MJC</b>		
<b>SEÇÃO</b>	<b>SUBSEÇÃO</b>	<b>CLASSES</b>
<b>I- BIOLOGIA</b>	<b>I- Zoologia</b>	I- Mamiferologia II- Ornitologia III- Herpetologia IV Anfibiologia V- Ictiologia VI- Entomologia a) Araquinologia b) Mirmecologia VII- Malacologia VIII- Zoofitologia
	<b>II- Botânica</b>	I- Sementário II- Herbário III- Coleção Xilológica IV- Horto Botânico
<b>III – MINERALOGIA, GEOLOGIA e PALEONTOLOGIA</b>	<b>Geologia</b>	a) Litologia b) Conchologia
	<b>Paleontologia</b>	a) Paleozoologia b) Paleobotânica
<b>III- ANTROPOLOGIA, ETNOLOGIA e ARQUEOLOGIA</b>		

Fonte: Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Artigos 6º, 7º e 8º (AHRS, documentos do MJC, Caixa 10 – maço 4).

Nota-se que a Antropologia, Etnologia e Arqueologia (seção 3) eram áreas do conhecimento que continuavam associadas às ciências naturais, não possuindo ainda a perspectiva cultural que posteriormente adquiriram. Dedicavam-se ao estudo das raças no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, conforme o regulamento definia: “Art. 8º- A seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, além de alcançar todos os temas

referentes à matéria, em americanologia, abrangerá especialmente o exame das raças do Brasil e, particularmente do Rio Grande do Sul”<sup>179</sup>.

Os assuntos históricos estariam a cargo do terceiro departamento do MJC, com seu fim e organização definidos nos artigos 9 e 10 do Regulamento:

Art. 9º - Terceiro Departamento – História Nacional – tem por fim colecionar, classificar, catalogar, guardar e expor todos os subsídios históricos, geográficos, artísticos literários e outros do Brasil e do Rio Grande do Sul.<sup>180</sup>

Tendo em vista que esse Departamento de História Nacional se constituía na novidade trazida pelo plano de remodelação do MJC elaborado por Alcides Maya, bem como os objetivos centrais da presente tese, julgamos importante apresentar na íntegra o texto que regulamenta as suas atribuições:

Art. 11º - Compete ao terceiro Departamento:

I – Editar os trabalhos que, na sua especialidade, houver elaborado.

II – Organizar a biblioteca histórica, geográfica e científica do Museu.

III – Organizar coleções de mapoteca, de pinacoteca, de panóplia, de numismática e de filatelia.

IV – Fornecer cópias e certidões de documentos, livros, ou quaisquer papéis a seu cargo, que houverem sido requeridas.

V – Catalogar todos os documentos históricos, científicos, artísticos ou literários a seu cargo.

VI – Extractar toda documentação existente no arquivo histórico do Rio Grande do Sul, organizando quadros ou livros especiais para registro dos extratos.

VII – Registrar na carta modelar do Estado os dados que se forem adquirindo com carácter de certeza, principalmente os fornecidos pela Comissão Militar da Carta Geral da República.

VIII – Levantar os mapas e diagramas dos respectivos trabalhos.<sup>181</sup>

As competências acima listadas reforçam as incumbências do MJC, trazidas no artigo segundo do mesmo Regulamento<sup>182</sup>, e nos permitem identificar as coleções que o Departamento de História Nacional deveria organizar: Cartografia; Pinacoteca;

<sup>179</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fl. 7. AHRS, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

<sup>180</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fl. 7. AHRS, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

<sup>181</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fl. 8. AHRS, documentos do MJC - Caixa 10 – maço 4.

<sup>182</sup> O Regulamento coloca no Art 2º - “Incumbe ao Museu e Arquivo Histórico: [...] V- Organizar coleções rio-grandenses de numismática, filatelia, mapoteca, pinacoteca (inclusive estatuaria) e panóplia. VI – Organizar a indumentária, a coleção de artefatos, armas e utensílios dos indígenas, quer da América, ou do Brasil e, particularmente, do Rio Grande do Sul. VII- Organizar o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fl.1. AHRS, documentos do MJC- Caixa 10 – maço 4).

Panoplia; Numismática; Filatelia; Etnografia; Indumentária; Estatuária<sup>183</sup>. Também estaria sob sua responsabilidade a Biblioteca e o Arquivo Histórico.

A figura 1 sistematiza a composição do terceiro Departamento do MJC, chefiado por Eduardo Duarte, que também abrigava em suas dependências, como já mencionado em item anterior, o IHGRS.

Figura 1- Organização do Departamento de História Nacional do MJC - 1925



Fonte: A autora.

O Regulamento do MJC, em seu décimo artigo, estabelecia duas seções ao Departamento de História: uma *de estudo e redação* e outra de *exposição*. Inferimos que, na divisão das tarefas, à Biblioteca e ao Arquivo Histórico caberia estudar e redigir (a Revista do Museu, seria um exemplo) e às coleções de objetos caberia a exposição de suas peças; embora também possamos considerar a possibilidade de exposição de documentos do Arquivo Histórico, como já havia ocorrido em 1924, quando, em comemoração ao centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, foi realizada pelo Arquivo Público uma exposição dos seus documentos relativos a essa efeméride<sup>184</sup>. De toda forma, tem-se, na composição do terceiro Departamento, a grande novidade

<sup>183</sup> Na correspondência enviada por Protasio Alves a Alcides Maya em 24 de agosto de 1925, são denominadas de “seções”, mas no regulamento são listadas como “coleções”. Observamos que a Numismática era considerada uma ciência auxiliar da História, conforme LANGLOIS e SEIGNOBOS, 2017, s/nº.

<sup>184</sup> Cf. ofícios enviados em 28 de agosto de 1928 pelo intendente de São Leopoldo a Eduardo Duarte e Borges de Medeiros. (AHRS, documentos do MJC – Caixa 04 – correspondências de 1908 a 1930).

trazida por Alcides Maya: a criação de um “museu de história”, que reuniria objetos relacionados ao Rio Grande do Sul, associados às coleções indicadas no Regulamento, conforme relatado em 1929:

De acordo com o nosso programa (ampliação da antiga 2ª seção do Arquivo Público, no tocante a documentos históricos e plano de um museu histórico, constituindo as duas seções do novo Departamento de História Nacional), aprovado pelo governo em 24 de dezembro de 1925, a Diretoria tem se empenhado em reunir o maior número possível de objetos do Rio Grande.<sup>185</sup>

A documentação expressa claramente que um dos objetivos da instituição, a partir de 1925, seria a “reconstituição da história regional”<sup>186</sup>, através da reunião e organização de documentos e “toda e quaisquer peças que tenham relação com a história político-social do Rio Grande do Sul”<sup>187</sup>.

Portanto, com a permanência das coleções relativas às ciências naturais, agora reunidas no Departamento de História Natural, a alteração fundamental no MJC foi marcada pela criação do Departamento de História Nacional, indicando que a segunda gestão mudou o tratamento do acervo em relação à primeira, passando a ocupar-se também, e, em alguns momentos de forma preponderante, das coleções relativas à história, visando seu estudo e exposição. Dito em outras palavras, o MJC que, até 1925 esteve voltado, quase que exclusivamente, para as ciências naturais, passou igualmente a preocupar-se com a representação do passado regional, criando novas coleções de história, inclusive duas dedicadas à imagem: a pinacoteca e a estatuária. Nessa empreitada, atuará conjuntamente com o IHGRGS - responsável pela escrita do passado sul-rio-grandense no período – operando com determinada noção de documento e de História, que procuraremos analisar no próximo capítulo. Passaremos, portanto, após esta visão abrangente, a olhar mais detalhadamente para o trabalho desenvolvido pelo Departamento de História Nacional, entre os anos 1925 e 1939, na configuração do MJC como um lugar legítimo de produção de narrativas históricas, verificando a relação entre a seleção das coleções e a leitura do passado feita pela historiografia da época.

---

<sup>185</sup> Relatório do MJC referente a 1929 encaminhado em 01 de agosto de 1930 ao Secretário Interino dos Negócios do Interior e Exterior pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte. AHRS – SIE3-048, fl. 125.

<sup>186</sup> Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 236. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.004.

<sup>187</sup> Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 132. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.004.



### **3 UMA CRUZADA SANTA PELOS DOCUMENTOS: a constituição do Arquivo no Museu Julio de Castilhos**

*Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor o Falar do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las.*  
 Arlete Farge<sup>188</sup>

Esse capítulo trata do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, integrante do Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos, constituído a partir da transferência da 2ª Seção do Arquivo Público no ano de 1925. Nele, busca-se realizar a descrição e a caracterização do acervo documental do Arquivo Histórico, sem se objetivar, contudo, a apresentação da listagem completa e minuciosa de todos os documentos recolhidos no período da gestão de Alcides Maya. A intenção, portanto, não é a construção de um inventário das fontes de pesquisa constituídas naquele momento, mas apontar as temáticas privilegiadas na seleção da documentação, tentando perceber tanto as questões metodológicas como as conjunturais aí imbricadas. Nesse processo, percebem-se as noções de documento e de história, bem como a função do Arquivo e os papéis atribuídos ao historiador e ao arquivista propagados por aqueles que estavam à frente da instituição, principalmente o chefe do Arquivo e também do Departamento de História do MJC, Eduardo Duarte. O trabalho do Arquivo, assim, embora seguidamente colocado como neutro, nos indica o seu protagonismo na produção das fontes de pesquisa e, portanto, o entendimento de que ele opera historiograficamente, no sentido de que nos fala Michel de Certeau.

Também destacamos que a preocupação com a autenticidade dos documentos, obtida através da crítica documental, principalmente a heurística, transformou o Arquivo do MJC no lugar legítimo da produção historiográfica sul-rio-grandense, ao lado do IHGRGS. Isso manifesta-se na reivindicação de que todos os documentos considerados importantes para a nossa história, conforme critérios estabelecidos por essa instituição, deveriam estar sob sua guarda.

As questões acima colocadas foram desenvolvidas em itens agrupados nas duas partes que constituem o capítulo. A primeira, mais breve, destaca o papel dos Institutos

---

<sup>188</sup> FARGE, 2009, p. 35.

Históricos e Geográficos na institucionalização da pesquisa histórica no Brasil e especificamente trata do IHGRGS, apresentado sua organização e concepção de História, bem como sua vinculação com o Arquivo Público e, posteriormente, com o Arquivo Histórico. A segunda, bem mais extensa do que a primeira, trata da conformação do Arquivo Histórico, desde seu processo de transferência ao MJC, passando pelas estratégias de recolhimento de acervos de instituições públicas e particulares, destacando-se as temáticas históricas escolhidas e o método de trabalho do Arquivo. Dá-se destaque à tentativa de produção de um álbum fotográfico de personagens da Guerra Farroupilha, por constituir-se em registro do Arquivo Histórico e não da Pinacoteca do Museu, ou seja, um raro registro visual em meio a um mar de fontes textuais.

### **3.1 A escrita institucional da História no Brasil e os Institutos Históricos e Geográficos**

A escrita da nossa história, tanto nacional quanto das diversas regiões do Brasil, não se inicia de forma institucional no meio acadêmico, mas nos Institutos Históricos e Geográficos: instituições de homens letrados criadas no século XIX após a independência e durante a primeira metade do século XX. Os institutos, portanto, antes da criação das universidades e de seus cursos de História e Geografia<sup>189</sup>, constituíram-se como os locais legítimos de produção historiográfica, pelo menos até a consolidação da pesquisa nas universidades, já que os cursos de História inicialmente enfatizavam a formação de professores e não de pesquisadores<sup>190</sup>, função desempenhada pelos membros dos Institutos. O primeiro deles, servindo de modelo de organização aos demais, foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

---

<sup>189</sup> Os cursos de História e Geografia, juntamente com outros cursos, como Filosofia e Letras, inicialmente faziam parte das Faculdades de Filosofia. A Universidade de São Paulo (USP) foi a primeira no Brasil a incluir uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (RODRIGUES, 2002). De acordo com Rodrigues, “As Faculdades de Filosofia foram regulamentadas por decreto-lei em 1939 [decreto federal 1190, de 04 de abril de 1939] e estiveram dentre as primeiras instituições que funcionaram em paralelo à tríade tradicional (Engenharia, Direito e Medicina) do ensino superior no Brasil. Elas englobavam vários cursos superiores, dentre eles o de Geografia e História, que foi desmembrado em dois cursos em 1955” (RODRIGUES, 2005, p. 189).

<sup>190</sup> Isso atendia ao determinado no decreto-lei federal 1190, 04 abr.1939, que instituiu “o prazo de 1º de janeiro de 1943 para que se passasse a exigir o diploma conferido pela Faculdade para o exercício do magistério secundário nas escolas normais e para o cargo de assistente nas cátedras da própria Faculdade” (RODRIGUES, 2002, p. 33-34). Rodrigues explica que “Desde o século XIX até meados do século XX, as instituições que detinham o prestígio da pesquisa histórica, por serem as únicas estruturadas para tal, eram os Institutos Históricos e Geográficos. No entanto, os cursos de pós-graduação em Ciências Sociais e História criados nas universidades desbancaram a posição suprema dos anteriores” (RODRIGUES, 2002, p. 53).

O IHGB foi fundado no Rio de Janeiro no ano de 1838 com o propósito de construir uma história nacional, estabelecendo assim uma identidade à jovem nação independente, pois “à independência política, deveria corresponder, igualmente, uma independência cultural”<sup>191</sup>. Seguia, conforme Guimarães, o modelo das academias ilustradas francesas<sup>192</sup>, com “uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima da tradição iluminista”<sup>193</sup>, buscando, portanto, a integração do Brasil ao modelo de civilização e cultura europeias.

Embora não sendo uma agremiação pertencente ao Estado, é preciso considerar a forte vinculação do IHGB com o poder, manifestada concretamente na colaboração financeira do Império e no perfil dos seus membros fundadores, em sua maioria ocupantes de cargos de destaque na administração estatal<sup>194</sup>, sendo o próprio imperador D. Pedro II frequentador das reuniões do IHGB e ocupante da posição de Presidente Honorário da instituição durante quarenta anos, entre 1849 e 1889. Assim, mesmo que o IHGB não fosse juridicamente um órgão estatal, a sua formação e organização acabavam por constituir-lo como lugar legítimo da fala oficial a respeito da história nacional, como indica Schwarcz:

As marcas de um saber oficial vão estar portanto bastante presentes, a despeito da definição formal do IHGB enquanto “estabelecimento científico-cultural”. Nas mãos de uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, o IHGB se autorrepresentará, nos certames internos e externos, enquanto uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais.<sup>195</sup>

A autora também considera que, mesmo “a despeito [...] da função social desempenhada pelo IHGB, é necessário destacar que o grêmio carioca procurou trazer

---

<sup>191</sup> GUIMARÃES, 2011, p.50.

<sup>192</sup> A esse respeito Guimarães coloca que o IHGB tomou como modelo o Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834, que formulava a “história como necessidade dos tempos, como condição de todo o progresso e como possibilidade para o aprendizado do presente e do passado. Essas ideias precisavam ser vistas em sua relação com os princípios do Iluminismo: da história, ganha-se conhecimento para estimular continuamente o desenvolvimento da humanidade. Os fundadores do IHGB atribuíam à história tarefa semelhante” (GUIMARÃES, 2011, p. 99).

<sup>193</sup> GUIMARÃES, 1998, p. 5.

<sup>194</sup> Estiveram presentes na reunião de criação do IHGB, em sala do Museu Nacional, no dia 21 de outubro de 1838, os 27 membros fundadores, dentre os quais, 22 ocupavam posições de destaque na hierarquia interna do Estado: “[...] estava aí reunida a nata da política imperial, boa parte dela, nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança. Essa lealdade tenderá inclusive a fortalecer-se com o estabelecimento de um poder monárquico mais centralizado nas mãos de d. Pedro II. Ou seja, se desde o início das atividades do IHGB o Estado representava com seus donativos 75% do orçamento, a partir dos anos 40 o imperador passará não só a auxiliar financeiramente o instituto como a frequentar assiduamente as reuniões” (SCHWARCZ, 2016, p. 133- 134).

<sup>195</sup> SCHWARCZ, 2016, p. 134.

para a história do Brasil um rigor documental até então inusitado”<sup>196</sup>. A escrita da história nacional deveria estar baseada em pesquisa documental<sup>197</sup>, realizada de forma considerada imparcial pelos membros do Instituto. Assim,

Escrever a história constituía dessa forma um ato de garimpagem, de quem recolhe documentos assim como se procuram preciosidades. O ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção encontrada naquele especialista que, ciente de seu ofício, separa as boas pedras das más, ou mesmo daquelas que oferecem pouco brilho ao olhar.<sup>198</sup>

A busca de cientificidade baseada no rigor documental e na neutralidade do pesquisador na escrita da história a partir do estabelecimento do IHGB também é destacada por Cezar que, baseado nos estudos do historiador José Honório Rodrigues<sup>199</sup>, associa o nascimento da pesquisa histórica no Brasil a essa instituição, “Pelo menos de um tipo de pesquisa histórica mais definida, mais refletida e, politicamente, mais nacionalista”<sup>200</sup>. O autor considera que o processo de formação da história como disciplina, no período, ainda era inicial e que “Se o projeto nacional não era evidente, tampouco o era a identidade da história e a do historiador”<sup>201</sup>. Mas, analisando algumas das primeiras palestras proferidas no IHGB, percebe uma clara tentativa de estabelecimento de normas e regras para o trabalho do historiador: “Não o que este deveria ser – ainda não havia tanta clareza – mas, o que ele não deveria ou não poderia fazer”<sup>202</sup>. Assim, em que pese a visão ainda embaçada do que seria história e o método de trabalho do historiador da nação, algumas diretrizes foram estabelecidas pelo IHGB<sup>203</sup>, conforme detectou Cezar:

---

<sup>196</sup> SCHWARCZ, 2016, p. 141.

<sup>197</sup> As fontes que deveriam ser utilizadas eram as oficiais, ou seja, aquelas produzidas pelo poder público: “Os melhores materiais para escrever a história do Brasil (e a de outros lugares), são os monumentos e as inscrições abertas em lâminas de pedra e metálicas; os diplomas legislativos, as cartas imperiais ou régias, os regulamentos ou regimentos, avisos (...). Termos de posse dos governadores, dos bispos, magistrados, oficiais municipais, e das outras classes de empregados públicos, e as cartas de sesmarias das terras concedidas aos mais antigos povoados” (MATTOS, 1863, p. 137-138 *apud* CEZAR, 2011, p. 116). Essas fontes seriam organizadas pelo historiador em um texto escrito de “modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato, e o mais claro que for possível” (MATTOS, 1863, p. 137 *apud* CEZAR, 2011, p. 116). Dessa forma, Cezar também aborda a questão do estilo como sendo uma preocupação presente, não somente em Cunha Mattos, mas na grande maioria dos membros do IHGB na escrita do texto histórico.

<sup>198</sup> SCHWARCZ, 2016, p. 149.

<sup>199</sup> Cezar aponta, especificamente nessa afirmação, a obra de José Honório Rodrigues intitulada *A pesquisa histórica no Brasil*, publicada pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, no ano de 1969.

<sup>200</sup> CEZAR, 2011, p. 93.

<sup>201</sup> CEZAR, 2011, p. 94.

<sup>202</sup> CEZAR, 2011, p. 94.

<sup>203</sup> Nesse mesmo sentido Guimarães destaca que “A fundação do IHGB significava um importante passo rumo à institucionalização e à profissionalização da historiografia no Brasil”. Pois, “não se tratava mais,

Os discursos de Januário da Cunha Barbosa e de Cunha Mattos sintetizam uma série de variantes que se tornam temas do IHGB, e, portanto, da historiografia brasileira, ao longo do século XIX. A esse respeito, é preciso inscrevê-los também em uma rede mais ampla e complexa que engloba a **busca da cientificidade** (ainda que o vocábulo não esteja presente em Barbosa) como forma de se atingir a história e, ao mesmo tempo, fazer uso político do saber histórico. Ou seja, contar a história da nação; essa exercendo aqui a função de conceito organizador e de recurso narrativo àquela. O cônego e o marechal, na realidade, apenas sugerem traços que são reforçados ao longo do século, sobretudo a **valorização e a hierarquização das fontes**, a **imparcialidade do historiador** (a objetividade não é ainda um termo corrente), **o trabalho de equipe**, **o uso crítico dos antigos e dos modernos**. Eles propõem também temas de pesquisa e ensaiam a fixação de uma periodização para a história brasileira.<sup>204</sup>

Seguindo essas normas, o IHGB buscou construir uma história geral do Brasil<sup>205</sup>, com o estabelecimento de uma origem, uma cronologia e a biografia dos heróis nacionais - os protagonistas dos fatos notáveis de nosso passado - com destaque às questões políticas. O IHGB trabalharia, portanto, no sentido de “solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”<sup>206</sup>. Propunha-se, para isso, à tarefa de recolha, organização e guarda “de documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carente de delimitações não só territoriais”<sup>207</sup>. Nessa intenção, seria fomentada a criação de institutos nas diversas províncias, para que as mesmas coletassem informações voltadas à composição do todo nacional, conforme coloca Rodrigues:

A função do Instituto era a construção de uma história do Brasil através da coleta e publicação de documentos históricos relevantes para o país e da canalização das informações obtidas no exterior e nas províncias. Desta forma, era necessário estimular a criação de institutos congêneres ao da capital do império para que estes coletassem as informações necessárias na integração dos dados dispersos da nacionalidade.<sup>208</sup>

---

como até então, de elaborar crônicas e narrativas, mas, ao contrário, impunha-se a pesquisa sistemática e a escrita da história brasileira com base em metodologias adequadas” (GUIMARÃES, 2011, p. 53).

<sup>204</sup> CEZAR, 2011, p. 118-119. Grifos nossos.

<sup>205</sup> A escrita da história do Brasil traria à tona fatos notáveis ocorridos em diversas regiões do Império, que estavam esquecidos, despertando o sentimento patriótico, já que teríamos um passado glorioso a lembrar. A tarefa do IHGB, conforme coloca Cezar, era então, tornar visível esse passado do Brasil e “Esse processo implicava uma ideia de unificação da nação, pois esses acontecimentos não ocorreram apenas em um determinado lugar, mas, ao contrário, passaram-se em todas as províncias do país. (...) Uma história, no entanto, de um gênero específico: história geral” (CEZAR, 2011, p. 96).

<sup>206</sup> SCHWARCZ, 2016, p. 129.

<sup>207</sup> SCHWARCZ, 2016 p. 129.

<sup>208</sup> RODRIGUES, 2002, p. 37.

Assim, a partir de 1862 e nas décadas iniciais do século XX, foram criados os institutos locais<sup>209</sup> que tomaram como modelo de organização o IHGB. Ferreira e Mahl (2017) apontam os elementos comuns que caracterizaram a formação das agremiações regionais, demonstrando a reprodução da estrutura do IHGB, com destaque para: a forma de recrutamento de seus sócios<sup>210</sup>; a forte ligação e dependência com os governos provinciais/estaduais; a proposta do trabalho de recolhimento de fontes documentais, a organização de arquivos e estabelecimento de “eventos marcantes de cada região na construção da história pátria”<sup>211</sup> e o empenho em publicar suas revistas que, em geral, estruturavam-se de forma muito parecida com a revista do IHGB em relação às seções e temáticas.

Entretanto, a homogeneização na forma de organização dos diversos institutos regionais não ocorreu na construção da história nacional e da nacionalidade, tendo em vista que as singularidades regionais atravessaram esse processo. Sobre tal aspecto, os mesmo autores lembram que Schwarcz (2016) já considerara a importância dos Institutos Históricos e Geográficos na construção das identidades regionais. Esses, embora baseados no modelo do IHGB, formularam singularidades para a questão da nacionalidade, “levando em consideração as feições próprias dos diversos regionalismos que circulavam entre as elites estaduais situadas fora do ambiente político e intelectual da capital”<sup>212</sup>. Assim, o resultado seria a “produção de uma historiografia adequada às necessidades e ansiedades das elites intelectuais e políticas”<sup>213</sup>. Portanto, o modelo de organização do IHGB “é o ponto de partida, e não de chegada, para a compreensão das

---

<sup>209</sup> O primeiro criado após o IHGB foi o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em 27 de janeiro de 1862, e o último foi o Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, em 1978, aliás o único criado nessa década, sendo que seu antecessor foi o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, fundado em 07 de outubro de 1932. A data da fundação de cada um dos 20 institutos de história no Brasil, fora o IHGB, consta em lista apresentada por Silveira (2008, p.85 – 87). Entre esse total, 7 foram criados no século XIX e 13 no século XX.

<sup>210</sup> O ingresso no IHGB, antes da sua reforma estatutária de 1851, era determinado apenas pela indicação de um sócio e “a aprovação da comissão na qual o pretendente propunha a se integrar. Não se impunha, portanto, a exigência de uma contribuição científica no campo da história ou da geografia” (GUIMARÃES, 2011, p. 76), o que passou a ser exigido posteriormente. Entretanto, nem sempre essa exigência era cumprida, como demonstrou Martins (2015) em relação ao IHGRGS. Isso, conforme Schwarcz, seria um traço distintivo em relação aos museus de ciências contemporâneos ao IHGB e seus congêneres regionais, no sentido da seleção dos profissionais dos museus seguir o critério da competência científica e não por seu destaque na sociedade em função de prestígio político ou cultural. Nas palavras da autora, “Esse é o caso, em especial, dos institutos históricos e geográficos, cuja lógica de arregimentação, em detrimento da competência científica, pautou-se pelo papel social desempenhado por seus associados” (SCHWARCZ, 2016, p. 128).

<sup>211</sup> FERREIRA e MAHL, 2017, p. 14.

<sup>212</sup> FERREIRA e MAHL, 2017, p. 11.

<sup>213</sup> FERREIRA e MAHL, 2017, p. 12.

diversas imagens de nação que se confrontavam no complexo jogo de embates políticos e ideológicos da chamada Primeira República”<sup>214</sup>. Dessa forma, os autores concluem que, antes de uma “história unificada e harmônica do Brasil”, a atuação dos institutos nos apresenta “muito mais sobre a diversidade das ideologias históricas e regionais e as tensões e preconceitos mútuos decorrentes disso”<sup>215</sup>.

Inserire-se nesse contexto o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, onde também observamos uma organização semelhante à do IHGB<sup>216</sup>, bem como a busca, através de fontes documentais autênticas, de um rigor científico na construção da história, como acontecia na agremiação da capital do país, mas que interpretou a história nacional “a partir das elites estaduais [...] alicerçada em visões missionárias e militares”<sup>217</sup>. Passaremos a tratar, agora, especificamente do IHGRGS, apresentando, mesmo que de forma rápida, seu histórico e objetivos, com a intenção de compreendermos sua influência no trabalho desenvolvido pelo Departamento de História Nacional do MJC a partir de 1925.

### **3.1.1 A institucionalização da escrita da história do Rio Grande do Sul nos anos 1920-1930: o IHGRGS**

Durante o século XIX ocorreram duas tentativas<sup>218</sup> de instalação de um instituto que tomasse a si a tarefa de escrever a história sul-rio-grandense, recolhendo

---

<sup>214</sup> FERREIRA e MAHL, 2017, p. 12.

<sup>215</sup> FERREIRA e MAHL, 2017, p. 18.

<sup>216</sup> Cf. Rodrigues *in* FERREIRA e MAHL, 2017.

<sup>217</sup> FERREIRA e MAHL, 2017, p. 18.

<sup>218</sup> A primeira tentativa de instalação, indicada por Silveira (2008), ocorreu em 1854 (Mara Rodrigues diz que foi em 1845, *cf.* Rodrigues, 2017, p. 245) e a segunda tentativa em 1860, ambas, portanto, durante o período imperial. Relativo ao insucesso da primeira, Silveira (2008) aponta Fioreze (2001), que explica que esse se deveu a “razões de ordem interna. [...] O que podemos sugerir é a possível inexistência de um maior número de ‘homens abnegados’ que se dispusessem, naquele momento, a dar continuidade ao empreendimento” (FIOREZE, 2001, p. 48 *apud* SILVEIRA, 2008, p. 21). A segunda tentativa, em 1860, significou a criação, por um grupo de letrados, do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), que, embora durando apenas três anos, até 1863, publicou uma revista trimestral. *Cf.* BOEIRA, 2008, 2010. Embora o motivo do fechamento do IHGPSP alegado por Fernando de Abreu, conforme coloca Rodrigues (2017), seja a Guerra do Paraguai, a autora lembra que isso precisa ser relativizado, lembrando que Boeira (2009, p. 71) “considera não ser possível afirmar que o seu final ocorreu em virtude da Guerra do Paraguai”. Rodrigues segue dizendo: “Em reforço à argumentação da autora [Boeira], cabe lembrar que após a Guerra do Paraguai foi fundada uma outra sociedade de letrados na cidade de Porto Alegre, com alguns remanescentes do IHGPSP, o Parthenon Literário, de longa duração para os parâmetros da época. A pergunta que dificilmente pode ser respondida, mas que deixa dúvidas sobre as alegadas intenções de continuidade entre o IHGPSP e o IHGRGS é: por que foi fundada uma nova sociedade literária ao invés de se refundar o IHGPSP após a Guerra do Paraguai?” (RODRIGUES, 2017, p. 245, nota 9). Silveira menciona que teriam ocorrido ainda outras tentativas de criação de um instituto histórico e geográfico, todas sem êxito, sendo a última, já no século XX, no ano de 1917. *Cf.* SILVEIRA, 2008, p. 22.

informações para a constituição de uma história nacional, conforme a preocupação do IHGB acima colocada. Entretanto, essa iniciativa só vingará na segunda década do século XX, quando, em 1920, foi criado o IHGRGS<sup>219</sup>, que permanece em funcionamento até os dias atuais.

A explicação para a criação tardia do IHGRGS, apresentada pelo seu primeiro presidente, Florêncio de Abreu, recorre, conforme Rodrigues (2017), ao argumento bastante presente “nas narrativas memoriais acerca do Rio Grande do Sul, o seu constante envolvimento em guerras”<sup>220</sup>. Assim, o estado gaúcho não organizara seu instituto já no século XIX porque “estivera constantemente envolvido com a defesa da pátria. Desta forma, devia ser perdoado pelo seu ‘atraso’, ou seja, pela defasagem entre a importância de sua história e a carência de instituições voltadas para o seu registro e culto”<sup>221</sup>. O sul-rio-grandense será construído como “sentinela da nacionalidade”<sup>222</sup> destacando-se, principalmente nos anos 1930, nos trabalhos do Instituto, a história militar do Rio Grande do Sul e a Guerra Farroupilha, em função da “obsessão comemorativa [...] e das eternas glórias militares na defesa da fronteira”<sup>223</sup>. Essas foram as temáticas que receberam maior número de artigos publicados na Revista do IHGRGS entre 1931 e 1935, demonstrando, conforme Rodrigues, “o processo evidente de escolha da Revolução Farroupilha como fato histórico representativo da história sul-rio-grandense no início dos anos 1930”<sup>224</sup>.

O IHGRGS, a exemplo do IHGB, é uma instituição privada, mas que recebeu desde o princípio apoio governamental, manifestado já na sua primeira reunião onde, conforme relata Ieda Gutfreind,

Florêncio de Abreu e Silva comunicou aos presentes que o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, autorizava-o a declarar que o governo se

---

<sup>219</sup> O IHGRGS foi fundado em 05 de agosto de 1920, em uma das salas do Arquivo Público do Estado, mas a sessão inaugural e a posse da primeira diretoria ocorreram somente no dia 19 de novembro de 1920 no salão nobre do Paço Municipal. Os sócio-fundadores totalizavam 35 membros e “A primeira diretoria eleita tinha a seguinte composição: Florêncio Carlos de Abreu e Silva, Presidente; Delphino M. Riet, Vice-Presidente; Francisco de Leonardo Truda, 1º Secretário; Eduardo Duarte, 2º Secretário; Emílio Fernandes de Souza Docca, Orador; Amaro Baptista, Tesoureiro; Armando Dias de Azevedo, Bibliotecário” (SILVEIRA, 2008, p. 23).

<sup>220</sup> RODRIGUES, 2017, p. 246.

<sup>221</sup> RODRIGUES, 2017, p. 246.

<sup>222</sup> NEDEL, 2007, p. 94 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 246.

<sup>223</sup> RODRIGUES, 2017, p. 260.

<sup>224</sup> RODRIGUES, 2017, p. 258.



dispunha a dar todo o apoio à Instituição. O secretário do Interior, Dr. Protásio Alves, também manifestou “inteiro entusiasmo” pela ideia.<sup>225</sup>

O apoio do governo manifestou-se, concretamente, na permissão de uso gratuito de espaços públicos para funcionamento do IHGRGS<sup>226</sup>, bem como em colaboração financeira, através de subvenções, à publicação da Revista do Instituto<sup>227</sup>. A articulação com o poder estatal também é visível na frequente “presença de representantes da presidência do estado em solenidades públicas do Instituto”<sup>228</sup>. Em contrapartida, homenagens foram oferecidas a Borges de Medeiros, como o título de Presidente Honorário.

A aproximação do IHGRGS com o governo estadual deve ser entendida considerando o contexto político do período, já que vigia ainda no ano da fundação do Instituto o modelo político implantado com a inauguração da república, de caráter autoritário centrado no líder do governo, no caso, Antônio Augusto Borges de Medeiros, sucessor e herdeiro político de Julio de Castilhos. Todas as decisões partiam de Borges, que além de chefe do governo, presidia também o PRR, tendo, portanto, total controle do aparato estatal – imprensa oficial, polícia, judiciário, administração pública. Nesse sentido, para que o IHGRGS pudesse lograr sucesso em sua continuidade, era importante contar com a anuência e apoio do líder republicano. Isso não significa, entretanto, que o Instituto fosse um “braço” do PRR, no sentido de representar uma aderência absoluta e apoio incondicional ao partido governista. É preciso considerar que, embora abrigasse grande número de correligionários de Borges de Medeiros, o Instituto também possuía membros, inclusive fundadores, ligados à oposição, o que era algo totalmente incomum no período, como argumenta Martins:

[...] A convivência entre republicanos e opositores numa mesma instituição é, até então, provavelmente um dado novo na experiência política rio-grandense. De certa forma, é a antecipação do processo de pacificação e união das elites gaúchas que ocorreria no final da década de 1920. Aqui não se trata de defender uma visão teleológica de que os destinos da Aliança Liberal estavam definidos a priori, mas sim admitir que o IHGRGS foi um

<sup>225</sup> GUTFREIND, 1992, p. 23.

<sup>226</sup> O IHGRGS funcionou a partir de sua fundação no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, quando em 1925 passou a ocupar as dependências do Museu Julio de Castilhos até constituir sua sede própria em 1943, sede essa “cedida pelo governo do estado” (MARTINS, 2015, p. 223).

<sup>227</sup> A esse respeito Rodrigues também informa que o IHGRGS “buscou e obteve seu reconhecimento como entidade de utilidade pública junto à Câmara Federal e por intermédio deste expediente recebia numerosos auxílios do governo estadual, da intendência municipal de Porto Alegre, além dos auxílios e assinaturas angariadas pelas intendências do interior do estado” (RODRIGUES, 2017, p. 247).

<sup>228</sup> MARTINS, 2015, p. 115.

dos primeiros espaços de convivência de agentes políticos e intelectuais em pontos antagônicos no espectro político rio-grandense antecipando (e de certa forma favorecendo) o processo de unificação das elites, no final da década de 1920.<sup>229</sup>

No mesmo sentido, ou seja, considerando tal contexto político, deve-se entender a presença de membros da oposição e de seu líder maior, Joaquim Francisco de Assis Brasil, nos quadros do IHGRGS. Assis Brasil foi agraciado com o título de membro honorário, mas isso não significou direta oposição do Instituto ao governo perrepista. Tal como no caso de Borges, tratou-se mais de uma “estratégia política da instituição na busca por apoio simbólico e material”<sup>230</sup>. A presença de Assis Brasil representaria, nesse caso, a busca de um equilíbrio no cenário da elite política do estado, tendo em vista o crescimento dos grupos de oposição descontentes com o governo autoritário de Borges de Medeiros. Assim, conforme concluiu Martins, as oposições são “acomodadas e contempladas dentro da agremiação”<sup>231</sup>.

Portanto, o IHGRGS estabelecia uma aliança com o governo, do qual recebia vantagens, e oferecia reconhecimento e apoio, não lhe fazendo oposição, mas sem deixar de, diante das mudanças no cenário político, abrir espaço para membros da oposição. O importante a destacar aqui é que não consistia em critério de ingresso no IHGRGS, a filiação ou alinhamento ao partido governista<sup>232</sup>.

Antes, porém, de tratarmos dos critérios de ingresso, continuando com a questão da proximidade entre Instituto e poder estatal, consideramos necessário também apresentar as justificativas de tal relação pelo outro lado, ou seja, não levar em conta somente as motivações do IHGRGS, mas as do governo: por que, afinal, Borges

<sup>229</sup> MARTINS, 2015, p. 111.

<sup>230</sup> MARTINS, 2015, p. 114.

<sup>231</sup> MARTINS, 2015, p. 112. O mesmo autor não descarta também o caráter pragmático de tal medida, considerando que Assis Brasil fazia parte da Assembleia dos Representantes, que era quem aprovava o orçamento estadual e, portanto, as subvenções ao Instituto. Nas palavras de Martins: “[...] Uma vez que, quem aprovava o orçamento anual do estado era a Assembleia dos Representantes, composta por republicanos e oposicionistas, era necessário contar com o apoio de uns e outros. [...] Porém, há outro aspecto que a presença de Assis Brasil nos quadros da instituição podia representar: dar à nova instituição a aparência ou feição de equidistância dos grupos partidários ou ideológicos em disputa pelo poder, naquela conjuntura. Consequentemente, a presença de Assis Brasil e de outras figuras da oposição no Instituto Histórico revela o grau de reconhecimento e legitimidade que as oposições haviam conquistado naquele momento, ao ponto de não poderem ser simplesmente ignoradas” (MARTINS, 2015, p. 112-113).

<sup>232</sup> O que não parece ocorrer nas instituições públicas ligadas ao governo estadual. Não nos propomos nesse trabalho a realizar tal análise de forma abrangente, tratando de todas essas instituições, mas, no caso do Museu Julio de Castilhos, onde membros do IHGRGS exerciam atividade profissional, o alinhamento político ao governo parecia contar, sendo que nenhum deles pertencia à oposição no período analisado. Nesse caso, nos parece existir uma ligação direta a questões de fundo político-partidário, pelo menos nos cargos de direção e chefia de setores no MJC.

ofereceu tanto apoio ao surgimento e manutenção do IHGRGS? Ou, como bem coloca Rodrigues: “por que o governador do Estado e a elite política republicana do Rio Grande do Sul se interessavam por subsidiar localmente as revistas destinadas sobretudo a circular dentre os eruditos de todo o país e também no exterior?”<sup>233</sup> Na tentativa de obter uma resposta, ainda que parcial, a autora nos indica que é necessário considerar o contexto político da Primeira República, com o funcionamento da política dos governadores e do *café-com-leite*, onde o Rio Grande do Sul, embora considerado importante, não possuía a força política nacional de São Paulo e Minas Gerais. Lembra o envolvimento de Borges de Medeiros na disputa oligárquica pelo poder federal na Reação Republicana em 1921, onde colocou-se em oposição à candidatura do mineiro Arthur Bernardes, e pergunta: “O que mais poderia ser feito para incrementar as reivindicações de poder a nível nacional? O que poderia engrandecer o estado frente a seus parceiros e opositores políticos nacionalmente?”<sup>234</sup>. Uma das respostas possíveis para o Rio Grande do Sul demonstrar a sua importância perante a nação era dar a conhecer a sua gloriosa história para “além de suas fronteiras”<sup>235</sup>. Nesse sentido, eram necessárias instituições que cultuassem e divulgasse o nosso passado, assim como outras unidades da federação já o faziam:

Todos os Estados que constituem a nossa grande e querida Pátria, têm em suas sociedades, seus institutos e suas revistas histórico-geográficas. Era, pois, inexplicável, que nós que, se melhores elementos sob o ponto de vista intelectual, do que os nossos co-irmãos não temos, inferiores também não lhe somos, permanecêssemos indiferentes a tão uteis e patrióticas instituições, que têm sido e serão sempre mais o lisonjeiro **atestado da cultura e do civismo dos povos que as mantém.**<sup>236</sup>

Tratando das condições para ingresso ao IHGRGS, os estatutos estabeleciam que “só poderá ser sócio efetivo o que, além de residir nesta Capital, provar sua capacidade de autor com a apresentação de um trabalho inédito ou já publicado sobre qualquer dos assuntos que o Instituto se propõe a investigar”<sup>237</sup>. Entretanto, dentre os 35 membros fundadores, treze não tinham nenhum trabalho publicado até 1920, demonstrando que a projeção social, política ou profissional foi considerada na admissão desses membros, em detrimento de sua produção intelectual exigida pela norma estatutária. Assim,

---

<sup>233</sup> RODRIGUES, 2017, p. 248.

<sup>234</sup> RODRIGUES, 2017, p. 248.

<sup>235</sup> RODRIGUES, 2017, p. 249.

<sup>236</sup> RIHGRS, 1921, I trim., pp. 125-127 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 249. Grifos da autora.

<sup>237</sup> SILVEIRA, 2008, p. 30-31.

embora o IHGRGS institucionalize a pesquisa histórica, seus critérios de recrutamento nem sempre obedeciam ao critério científico de produção intelectual.

Nesse sentido, Martins observa que o processo de institucionalização da pesquisa histórica no IHGRGS “não significou (...) a implantação de regras estritamente racionais e impessoais, que regeriam a atuação profissional da pesquisa em história”<sup>238</sup>. Na verdade, se constituiu numa mistura que aglutinava o modelo de “*academia ilustrada*” e o tipo de “modernização científica, resultando que os atributos sociais (capital social e político) dos pesquisadores eram combinados com o critério do mérito científico para o recrutamento para o IHGRS”<sup>239</sup>.

Os quadros do IHGRGS eram constituídos por advogados, médicos, jornalistas, militares, padres e professores, sendo que grande parte desses profissionais exercia atividade pública, ocupando cargos no poder executivo, no Judiciário, em repartições diversas da burocracia estadual, bem como no ensino<sup>240</sup>. Assim, muitos dos membros do Instituto dividiam “suas ocupações entre a escrita histórica, a direção de instituições públicas e a militância política (como é o caso de Mansueto Bernadi, Darcy Azambuja, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, entre outros)”<sup>241</sup>. Esses seriam reconhecidos como os historiadores<sup>242</sup>, responsáveis pela escrita da nossa história, que se daria dentro de algumas regras estabelecidas institucionalmente.

---

<sup>238</sup> MARTINS, 2015, p. 32.

<sup>239</sup> MARTINS, 2015, p. 32.

<sup>240</sup> Dentre os 35 membros fundadores, 14 eram funcionários públicos (representando 40%), apenas um deles ligados à oposição, mas ocupando cargo no serviço público federal. Cf. MARTINS, 2015, p. 40.

<sup>241</sup> NEDEL e RODRIGUES, 2005, p. 166.

<sup>242</sup> Martins considera que a institucionalização da história no IHGRGS acarretou, mesmo que de forma incipiente, o processo de profissionalização do historiador. Entretanto, essa “profissionalização” não deve ser entendida no sentido sociológico, de atividade que garante o sustento, já que os membros em sua maioria exerciam atividades públicas ou privadas remuneradas em diversas áreas, mas no sentido de *expertise*, de *consciência de sua especialidade*: “Muitas vezes já se tentou caracterizar o trabalho intelectual, no início do século XX, como diletante, polígrafo e amador. Mas todas essas caracterizações, além de imprecisas são insuficientes para caracterizar o fenômeno da ‘profissionalização’ intelectual. Em primeiro lugar, é necessário dizer o que o termo ‘profissionalização’ não significa quando aplicado àqueles intelectuais. Não significa que aspirassem retirar da sua atividade intelectual o seu sustento. Também não há como distinguir a ‘profissionalização’ intelectual como uma carreira com direitos ‘profissionais’ no sentido ‘trabalhista’ do termo, que por exemplo, a carreira universitária possui. Quando há referência à ‘profissionalização’ dos historiadores (ou intelectuais de modo geral) nas primeiras décadas do século XX, significa dizer que aqueles indivíduos possuíam *consciência da sua especialidade* e o reconhecimento público dessa especialidade. É nesse sentido que esta tese atribui ao termo ‘profissionalização’ dos historiadores do IHGRGS: eles tinham consciência de sua especialidade, ao mesmo tempo em que eram publicamente reconhecidos por sua *expertise*” (MARTINS, 2015, p. 92. Nota 70).

A partir do conceito de operação historiográfica de Certeau (2013), que combina um *lugar social*, *práticas científicas* e uma *escrita*, Daniela Silveira (2008) considera o IHGRGS como lugar legitimador da produção de um determinado discurso historiográfico, ou seja, “como lugar que determinava uma produção historiográfica e recusava o caráter histórico a outras. É o espaço que legitimava a produção de seus pares e negava a condição de saber legítimo à produção alheia a suas leis”<sup>243</sup>. Pode-se afirmar, portanto, que o monopólio legítimo da fala sobre nosso passado esteve reservado ao grupo de historiadores do IHGRGS, os quais, ao ocuparem esse lugar, eram reconhecidos como possuidores da competência científica necessária para a escrita da verdadeira história sul-rio-grandense<sup>244</sup>.

O modelo de história seguido pelo IHGRGS é apresentado em artigo de Lindolfo Collor publicado no primeiro número da Revista do Instituto em 1921:

[...] segue-se que a história, na sua concepção científica, não é o simples relato empírico do predomínio de certos fatores ocasionais, mas uma ciência positiva baseada em leis tão imutáveis como as do número, embora, pela sua colocação na hierarquia científica essas leis sejam fatalmente menos gerais e mais complexas do que as ciências que lhe são inferiores.<sup>245</sup>

<sup>243</sup> SILVEIRA, 2008, p. 18.

<sup>244</sup> Pelo menos até a década de 1950, pode-se afirmar com certeza que o IHGRGS representou a fala autorizada sobre assuntos históricos. O reconhecimento dessa autoridade fica plasmado tanto nos pareceres demandados pelo governo do estado e pelos municípios relativos a questões sobre adequação ou não de homenagens a personagens históricos, datas comemorativas, construção de monumentos públicos, como nas frequentes consultas feitas pelo Arquivo Histórico e MJC para avaliação do valor e autenticidade de documentos e coleções de objetos. Tais solicitações tornam-se mais frequentes a partir da metade da década de 1930, quando “o Instituto passou a ter a prerrogativa de emitir juízos históricos e dizer o que era ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ em questões da história local. [...] A fala autorizada do Instituto produzia a ‘verdade’ ou a ‘história oficial’, com a chancela das diferentes esferas do estado” (MARTINS, 015, p. 143). No contexto do centenário Farroupilha é o IHGRGS que fixa a letra e música do Hino Sul-Rio-Grandense, bem como propõe, sob moção apresentada por Alcides Maya, a denominação de *Palácio Piratini* à sede do governo estadual (sobre essas duas ações ver MARTINS, 2015, p. 143 a 146). Rodrigues coloca que ainda nas décadas de 1940 e 1950 era expressivo o número de pedidos de pareceres ao IHGRGS, que podem ser encontrados na revista *Província de São Pedro*, onde estão transcritos. Essa revista foi editada em 21 volumes entre 1945 e 1957 (Cf. RODRIGUES, 2002, p. 5. Nota 34). Interessante observar que nesse período já existia a formação universitária em História e Geografia, pois o curso fora criado em 1943 com a implantação da Faculdade de Filosofia na então denominada Universidade de Porto Alegre (UPA), atual UFRGS. Entretanto, como já foi anteriormente observado, a ênfase dos cursos, cumprindo determinação legal, era dada à formação de professores e não à pesquisa, mantendo a competência científica do IHGRGS na investigação histórica, continuando esse Instituto a emitir pareceres históricos reconhecidos. Rodrigues considera que essa situação começa a mudar a partir da década de 1970 quando o título de pós-graduação passa a ser exigência legal para o exercício do magistério superior, o que consequentemente torna a pesquisa obrigatória no meio acadêmico (Cf. NEDEL e RODRIGUES, 2005, p. 183). No Rio Grande do Sul, em 1983, na PUCRS foi implantado o primeiro curso de pós-graduação em História, representando definitivamente a perda da autoridade científica do IHGRGS para a universidade.

<sup>245</sup> Revista do IHGRS, n.1, 1921, p. 4.

A história, portanto, deveria ser reconhecida como um saber científico, metódico, baseado em leis, conforme a concepção de ciência estabelecida a partir do século XIX. A cientificidade almejada pelos membros do IHGRGS seria estabelecida com base no *desinteresse*, na *verdade*, na *impessoalidade* e na *imparcialidade*, como proferido no discurso inaugural do Instituto pelo seu primeiro presidente, Florêncio de Abreu e Silva:

Trabalharemos desinteressadamente, ou antes, não nos moverá outro interesse que não o do patriotismo e o da verdade histórica. A nossa preocupação capital será a verdade, só a verdade, sempre a verdade. Para conseguirmos, porém, a formação de um juízo impessoal dos fatos, será mister de nossa parte uma perfeita isenção de ânimo; e essa imparcialidade necessária exige que o nosso juízo recaia somente sobre os acontecimentos em relação aos quais nós sejamos verdadeiramente a posteridade, evitando que as influências do meio e as nossas próprias tendências políticas atuem sobre o nosso julgamento, desvirtuando a missão de escrever a história dos nossos tempos.<sup>246</sup>

A *verdade* histórica seria atingida, portanto, através de documentos que comprovariam como os fatos realmente ocorreram no passado. Ou seja, o subsídio para a escrita científica da história era o documento, nele a verdade estaria objetivamente contida. Portanto, se o documento em si era o revelador preciso dos fatos do passado, não cabia ao pesquisador interpretá-lo. Destarte, o trabalho do historiador constituía-se na busca incansável dos documentos, seguido da sua compilação e organização cronológica:

Segundo o método constituído pelos membros do Instituto, as provas se configuravam através dos documentos oficiais ou testemunhos que tivessem sua legitimidade devidamente evidenciada. A história escrita deveria ser uma compilação de provas que indicassem com precisão uma determinada verdade. Também faziam o mesmo caminho para definir as falsidades, ou seja, construção de um texto agrupando provas que confirmassem as falsificações, as mentiras.<sup>247</sup>

O documento escrito era a *prova* utilizada no estabelecimento da verdade histórica e na correção de erros cometidos por autores não legitimados cientificamente pelo lugar de produção da escrita da história do Rio Grande do Sul - o IHGRGS. A tarefa de procura das fontes era fundamental no trabalho dos historiadores, constituindo-se “quase um fim em si mesmo, sendo determinante do grau de competência ‘científica’

<sup>246</sup> Revista do IHGRS. I Trimestre, Ano I, 1921. p.125.

<sup>247</sup> SILVEIRA, 2008, p. 57.

do pesquisador”<sup>248</sup>. A esse respeito, Gutfreind<sup>249</sup> menciona o exemplo dos historiadores Aurélio Porto e Souza Docca, que se colocavam como “garimpeiros da história do Rio Grande do Sul”, em cujas práticas de pesquisa o documento era “o ouro de alto quilate que lhe serve de lastro”, que deve ser descoberto e limpo das “impurezas ao toque da crítica histórica, para que se engaste à verdade”. Aos *garimpeiros* caberia o trabalho pacioso e fatigante de extrair dos arquivos o precioso material revelador da verdade, que, quando encontrado, compensava todo o cansaço, como postulavam Porto e Docca:

[...] a nós, [*cabe a*] faina de carregadores do material, arrancado com fadigas enormes às jazidas arquivais.

Mas as fadigas desaparecem quando, do emaranhado dos velhos documentos, surgia uma nota inédita, estabelecendo um fato do pretérito, um traço de verdade, cancelando uma mentira histórica [...].<sup>250</sup>

Percebe-se que a questão do ineditismo das fontes era importante, pois essas preencheriam as lacunas históricas existentes. Assim, justifica-se “a busca incessante de documentos inéditos”<sup>251</sup> como prioritária para os historiadores do Instituto.

A escrita objetiva da história, baseada nas provas documentais, também deveria ser buscada no distanciamento dos fatos “ocorridos, no mínimo, 50 anos antes do presente vivido”<sup>252</sup>. Essa recomendação era no sentido de conferir imparcialidade, evitando contaminar a escrita da história com os ânimos do presente. De acordo com o presidente do Instituto,

[...], as nossas investigações não poderão incidir senão sobre os fatos ocorridos há mais de meio século e que já tenham passado evidentemente para os domínios da história. Em relação aos acontecimentos recentes ou contemporâneos, a nossa tarefa limitar-se-á a coligir, classificar e conservar os documentos; acumularemos materiais para a posteridade. A essa é que então incumbirá legitimamente a missão de escrever a história dos nossos tempos.<sup>253</sup>

A história científica, metódica, baseada em fontes documentais autênticas e na isenção ao perscrutar fatos distantes do tempo presente teria igualmente o papel pedagógico de, através do conhecimento do passado, garantir um futuro melhor, construindo assim “uma história cronológica e linear que tinha como fim o progresso da

<sup>248</sup> NEDEL, 1999, p. 100.

<sup>249</sup> GUTFREIND 1992, p. 54.

<sup>250</sup> Fagundes, 1961, p. 62 *apud* GUTFREIND, 1992, p. 54.

<sup>251</sup> BREFE, 2005, p. 77.

<sup>252</sup> SILVEIRA, 2008, p. 57.

<sup>253</sup> Discurso do Dr. Florêncio Abreu e Silva. Revista do IHGRS. I Trimestre, Ano I, 1921. p.125.

civilização que estuda e aprende com seu passado”<sup>254</sup>. Essa concepção moderna da história era conjunta com a visão clássica, onde personagens e seus feitos gloriosos eram trazidos à luz e tornados modelos aos homens do presente. A esse respeito Silveira (2008) concluiu em sua dissertação que nos trabalhos do IHGRGS verificava-se uma “simbiose” entre a história clássica e moderna, como segue:

A análise epistemológica dos textos publicados pelo Instituto mostra que há uma simbiose entre pressupostos do conceito de história antigo e do conceito de história moderno. A principal característica apontada na produção da entidade que se refere ao modo antigo de escrever a história diz respeito ao velho *topos* de que a história é a mestra da vida. Por outro lado, um texto construído como um discurso objetivo, neutro, fundado sobre documentos oficiais e testemunhos selecionados e tendo como tema fatos ocorridos no mínimo há cinquenta anos atrás, conforme os preceitos ditado pelas discussões instauradas pela Instituição, eram sinônimos de um discurso moderno de história.<sup>255</sup>

A produção historiográfica do IHGRGS nos anos 1920 e 1930, nas palavras de Martins (2015) pode ser caracterizada por uma “hagiografia” político-militar da elite luso-brasileira que buscava a “inclusão dos heróis gaúchos no panteão dos heróis nacionais” [tendo como consequência a produção de] “uma narrativa de grandes datas, de grandes batalhas, de tratados e de grandes vultos”<sup>256</sup>. Tal “narrativa histórica patriótica” era realizada sem perder de vista o objetivo de “estatuir uma identidade regional”<sup>257</sup>, destacando-se nesse ponto a pesquisa sobre a Guerra Farroupilha e seu caráter nacional, “tida como uma das tarefas mais importantes a ser realizada pelo IHGRGS”<sup>258</sup> no período em análise.

Assim, a primeira geração dos historiadores do IHGRGS, nas palavras de Nedel e Rodrigues, contribuiu

[...] para a incipiente especialização da História no estado. Permanentemente concentrada sobre o tema das “origens”, a erudição documentária posta em prática pela disciplina que ajudaram a fundar pressupunha o entendimento do objeto como uma realidade externa a qualquer problemática levantada pelo analista. Submetida a esse pressuposto, o documento aparecia como fiel depositário da verdade, a quem os estudiosos delegavam toda a objetividade reclamada por um saber que, na realidade, apenas conciliava o necessário teor “verídico” das narrativas às funções seletiva e afetiva – não crítica – da memória, enquanto instância de sacralização do passado. Seguindo à risca esses preceitos caros à cultura histórica oitocentista, as pesquisas do IHGRS

<sup>254</sup> SILVEIRA, 2008, p. 70.

<sup>255</sup> SILVEIRA, 2008, p. 67-68.

<sup>256</sup> MARTINS, 2015, p. 228.

<sup>257</sup> MARTINS, 2015, p. 228.

<sup>258</sup> MARTINS, 2015, p. 106.



fizeram recair o título de “fundadores do Rio Grande” aos agentes da conquista lusitana e aos próceres farroupilhas.<sup>259</sup>

Portanto, como procuramos destacar nesse item, o IHGRGS, seguindo o modelo de organização do IHGB e sua noção de história, foi um marco importante no processo de especialização e institucionalização da escrita da história do Rio Grande do Sul<sup>260</sup>, constituindo-se como *lugar* de produção de um discurso legítimo sobre o passado regional. Entretanto, devemos considerar a existência de outras instituições no mesmo período, que também se ocuparam com a história e com a guarda de documentos para os pesquisadores realizarem seus estudos. Referimo-nos às instituições criadas pelo governo republicano de Borges de Medeiros: o Museu do Estado, em 1903, e o Arquivo Público, em 1906. Ambas são consideradas os “primeiros foros competentes para disciplinar a presença desse passado [regional]”<sup>261</sup>. Rodrigues também aponta o MJC e o Arquivo Público, além do IHGRGS, como instituições “voltadas para a preservação da memória e a construção da história do Rio Grande do Sul”<sup>262</sup>. Tais lugares, favorecidos pelo compartilhamento do mesmo espaço físico, a partir de 1925 quando o MJC passou a sediá-los, trabalhariam em parceria na produção histórica sul-riograndense, como descreve Nedel:

Em 1925 o Arquivo Histórico é separado do Arquivo Público para incorporar-se à seção de História Nacional do MJC, criada no mesmo ano. Vale destacar que em um determinado momento a casa onde viveu Julio de Castilhos, sede do MJC, abrigou ao mesmo tempo o museu, o Arquivo e o IHGRGS. Essa agremiação nasceu estreitamente vinculada ao Arquivo Público estadual. Criada em 1920 em sessão inaugural solene no salão nobre da Intendência Municipal, instalou-se provisoriamente na sede própria do Arquivo, compartilhando com ele boa parte de seus mentores. Já o Arquivo Público, no início havia sido regimentalmente definido como órgão passivo no recebimento de documentos oficiais sem valor corrente, mas com a instalação do Instituto Histórico nas suas dependências, passou também a sistematizar informações. Com a transferência da Seção Histórica do Arquivo Público para o Museu Julio de Castilhos, em 1925, a parceria se estendeu às três instituições, possibilitando a diversificação das linhas de atuação do Museu.<sup>263</sup>

Também devemos considerar o fato de que alguns membros do IHGRGS eram funcionários do Museu e do Arquivo, como Alcides Maya, Eduardo Duarte e Aurélio

<sup>259</sup> NEDEL e RODRIGUES, 2005, p. 166.

<sup>260</sup> Cf. RODRIGUES, 2013, p. 163.

<sup>261</sup> NEDEL, 2005, 163.

<sup>262</sup> RODRIGUES, 2002, p. 42.

<sup>263</sup> NEDEL, 2005, p. 64.

Porto, o que, do ponto de vista prático, facilitou a cooperação institucional na sustentação das atividades ligadas à pesquisa histórica, como explica Martins:

Estas três instituições, em particular, nas décadas de 1920 e 1930, foram controladas pelo mesmo grupo de agentes, e formavam uma rede de cooperação (e não de competição), tanto no âmbito “político” quanto no aspecto da logística de seu funcionamento e da pesquisa histórica. Por exemplo, os membros do Instituto tinham seu trabalho facilitado à medida que o Arquivo Histórico organizava e publicava os seus documentos. Não por acaso, os dois principais dirigentes da *Revista do Arquivo Histórico* - em sua primeira fase -, Florêncio Abreu e Eduardo Duarte, eram também presidente e secretário do IHGRS, respectivamente. Outro exemplo da cooperação logística das instituições pode ser visto através do fato de que, antes da criação do Instituto Histórico, as oito reuniões preparatórias ocorreram na “sala principal” do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, na época presidido por Florêncio Abreu. E depois de fundado o Instituto, quando ainda não possuía sede própria, realizava suas reuniões nas dependências do Museu Júlio de Castilhos. A relação “mutualista” entre o IHGRS e o Museu Júlio de Castilhos perdurou até o ano de 1943, quando foi cedido ao Instituto pelo Estado, o uso de um prédio público na Rua Riachuelo, onde se encontra a atual sede.<sup>264</sup>

Podemos entender, portanto, que a nomeação de Alcides Maya como diretor, a transferência da seção de história do Arquivo Público, dirigida por Eduardo Duarte, bem como a instalação do IHGRS no MJC no ano de 1925 acabaram por constituir uma rede institucional legítima “*da labor histórica*”<sup>265</sup> no Rio Grande do Sul ao longo dos anos 1920 e 1930. Nesse sentido, é possível afirmar que o MJC, que até 1925 esteve mais voltado para as ciências naturais, como apontando no capítulo anterior, passou a integrar o que poderíamos chamar de *tríade institucional* – Museu, Arquivo e IHGRS – responsável pela escrita legítima do nosso passado. Ou seja, o MJC, através do seu Departamento de História Nacional, se tornou um lugar de produção de narrativas históricas.

Antes de tratarmos do trabalho desenvolvido no Arquivo Histórico do Departamento de História Nacional do MJC, procurando identificar os critérios de orientação na formação desse acervo documental, consideramos importante traçar algumas considerações sobre o desmembramento da 2ª Seção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, porque entendemos que esse processo representou a transferência do vínculo que estava estabelecido entre o Instituto e o Arquivo Público ao Museu Julio de Castilhos.

---

<sup>264</sup> MARTINS, 2015, p. 79.

<sup>265</sup> ARCE, 2015, p. 87.

### 3.2 A transferência da 2ª Seção do Arquivo Público para o MJC: novo *lugar* da história

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul originou-se do desmembramento da 2ª Seção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul em 1925, quando foi transferido ao MJC, onde permaneceu até os anos 1950.

O APERS foi criado pelo Decreto nº 876, de 08 de março de 1906, pelo presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros. Administrativamente, era subordinado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior do Estado, constituindo a *Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul*, destinando-se:

§1º a adquirir e conservar, sob classificação sistemática, todos os documentos concernentes à legislação, à administração, à história, à geografia, às artes e indústrias do Rio Grande do Sul;

§2º a executar, coordenar e analisar todos os trabalhos estatísticos que se relacionarem com o estado físico, econômico, comercial, industrial, político, administrativo, moral e intelectual do Estado;

§3º a incumbir-se do serviço da Biblioteca Pública na forma prescrita por este regulamento.<sup>266</sup>

Também incumbia ao APERS a guarda dos “documentos de venda e cessão de terras, os autos findos de jurisdição contenciosa, inventários, medições, livros de notas, registros de testamentos, nascimentos, casamentos e óbitos”<sup>267</sup>. A documentação enviada ao APERS seria organizada nas três seções que formatavam o funcionamento da instituição, sendo a 1ª seção destinada aos arquivos administrativos do Estado, União e municípios; a 2ª aos arquivos histórico e geográfico; e a 3ª aos arquivos forenses.

A 2ª seção do APERS demonstra que os registros históricos estavam a cargo dessa instituição, não de forma exclusiva, no âmbito governamental, mas de forma prioritária. Isso considerando, como discorrido no capítulo 2, que o MJC, durante sua primeira gestão, pouca importância deu aos assuntos históricos, embora esses estivessem presentes na 4ª seção do Museu - destinada a *ciências, artes e documentos históricos*. Foi o APERS – e não o MJC – que, a partir de 1921, publicou uma revista dedicada à transcrição de documentos<sup>268</sup>, conforme aponta Nedel:

<sup>266</sup> Regulamento da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, Capítulo I, 1913.

<sup>267</sup> RAPRGS, 1921, p. 7 *apud* ARCE, 2015, p. 39.

<sup>268</sup> *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul* que teve seu primeiro número publicado em 1921. Até 1925, foram 18 edições, reaparecendo em 1927 com o nome de *Revista do Museu e Arquivo Público*

Nos primeiros anos, o MJC norteava-se por esse duplo referencial, de evocação do passado e de descoberta e aplicação dos métodos “científicos” que consubstanciariam o “progresso intelectual e tecnológico” do Rio Grande. Não obstante, a desproporção mesma entre o número de três seções voltadas para as ciências físicas e biológicas (ou “positivas”, segundo a ortodoxia positivista), e uma única para *ciências, artes e documentação*, mostra que o lugar ocupado pela História era todavia indefinido. Na verdade as atribuições de subsídio à pesquisa nessa área pareciam vincular-se, dentro da partilha institucional do governo, mais à seção histórica do Arquivo Público – cujo regulamento de 1909 já previa a edição de uma revista própria dedicada à transcrição de documentos – do que ao museu, restrito a “receber e dispor metodicamente todos os produtos recentes ou não, das ciências, indústrias e artes que lhe forem distribuídos [e] ordenar sistematicamente selos, estampilhas, sinetes, emblemas, moedas, etc. que o museu adquirir”.<sup>269</sup>

O fato do trabalho de recolhimento, transcrição, guarda e divulgação dos documentos históricos estar a cargo do APERS atraía os pesquisadores a essa instituição, onde buscavam as fontes para o desenvolvimento de suas pesquisas. Isso, em certa medida, acabava por identificar o Arquivo – e não o Museu - como local da história. Não esqueçamos que IHGRGS nasceu estritamente vinculado ao Arquivo Público, onde instalou-se provisoriamente. O vínculo entre APERS e IHGRGS também é evidenciado no fato do cargo de diretor geral e de chefe da 2ª seção ser ocupado por membros integrantes do Instituto, respectivamente Florêncio de Abreu e Eduardo Duarte<sup>270</sup>.

Conforme Arce (2015), quando Florêncio de Abreu deixou a direção do APERS em 1924 teria surgido, “entre os confrades e colegas das três instituições” – IHGRGS, APERS e MJC -, a “ideia de criação de um Arquivo Histórico vinculado ao Museu Julio de Castilhos”<sup>271</sup>. Tal proposta de transferência da 2ª seção para o MJC, constituindo um Arquivo Histórico, fazia parte de um projeto de remodelação do Arquivo, a cargo de Alcides Maya. Isso pode ser verificado na correspondência enviada ao Arquivo Público Nacional no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1925. Nesse momento, Alcides Maya, então diretor do APERS, solicita que lhe seja enviado um exemplar do regulamento do

---

*do Rio Grande do Sul*, contendo ensaios de história e publicação de documentos e também de trabalhos de ciências naturais. O redator chefe era Eduardo Duarte, o mesmo profissional responsável, a partir de 1924, pela edição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*.

<sup>269</sup> NEDEL, 2005, p. 98.

<sup>270</sup> O cargo de diretor geral, bem como de chefe de seção do APERS, conforme Artigo 8º do seu regulamento era de livre nomeação do Presidente do Estado. O diretor geral do Arquivo Público até 1924 foi Florêncio de Abreu, que também presidia o IHGRGS. Florêncio Carlos de Abreu e Silva foi o primeiro presidente do IHGRGS, cargo que exerceu entre os anos 1920 e 1934. Eduardo Duarte, chefe da 2ª Seção do Arquivo Público, também exercia o cargo de secretário do IHGRGS e redator-chefe das revistas dessas duas instituições.

<sup>271</sup> ARCE, 2015, p. 92.

Arquivo Nacional, já que ele estava “incumbido de remodelar [a] Repartição e precisando comparar a sua organização atual com a de outros estabelecimentos congêneres”<sup>272</sup>.

Portando, a reformulação do Arquivo Público efetivou-se após a saída de Florêncio de Abreu, no período em que Maya dirigiu essa instituição, articulando membros do IHGRGS e do APERS. Lembramos aqui a menção feita no capítulo anterior, da sugestão de Maya ao governo de estabelecimento de um museu de história do Rio Grande do Sul e que, não sendo possível a execução desse projeto, foi implantado um plano de remodelação do MJC. Nesse sentido, a retirada da seção histórica do Arquivo Público parece atender a esse projeto de levar a história ao MJC.

Embora Alcides Maya como diretor tenha exercido papel importante no desmembramento da 2ª seção, não podemos deixar de mencionar que Eduardo Duarte dedicou-se com empenho a essa tarefa, tendo em vista o papel central que assumiu, tanto no desenvolvimento dos trabalhos da 2ª seção, quanto no Arquivo Histórico do MJC e no IHGRGS, sendo o artífice da aproximação dessas instituições, conforme Martins indica:

Quando Florêncio de Abreu deixou a direção do Arquivo Público, em 1924, Duarte empenhou-se para que a 2ª Seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, da qual era diretor, fosse incorporada ao Museu Julio de Castilhos, cujo diretor era o escritor Alcides Maya. Essa estratégia fez com que o Museu Julio de Castilhos fosse atraído para a órbita do IHGRS e da produção histórica e tornou-se, então, o quartel general do Instituto. Até então, o Museu privilegiava a chamada História Natural, a partir daí progressivamente a História Nacional e Local ganharam maior destaque demonstrando a expansão do interesse historiográfico pela ação dos agentes conscienciosos (NEDEL, 1999). [...] O Instituto Histórico, sediado “provisoriamente”, até setembro de 1943, no Museu do Estado, fez dele a sua casa, especialmente por causa da presença de Eduardo Duarte, que aglutinava em torno de si boa parte da intelectualidade local, estimulava novos historiadores e atraía a vida do Instituto para o seu entorno. No Museu, ocupava o posto de diretor do Departamento de História Nacional, mas, na prática, era Duarte que, desdobrando-se em muitos, tocava não só o Museu, mas também o Instituto e sua revista.<sup>273</sup>

A proximidade do Arquivo Público com o Instituto Histórico expandiu-se, portanto, ao MJC, com o desmembramento da 2ª seção e constituição do Arquivo Histórico do Departamento de História Nacional do MJC. O próprio Eduardo Duarte

<sup>272</sup> Ofício Expedido ao diretor do Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1925. (AHRN, documentos do MJC - Correspondência Passiva 1908-1926. Caixa 4 – Maço 3).

<sup>273</sup> MARTINS, 2015, p. 163-164.

considerava o Instituto uma “continuidade” do Arquivo Histórico, verdadeiros irmãos xifópagos:

Mas, não será o Instituto uma continuação do Arquivo Histórico? As suas finalidades se encontram, e mais: fundado o Instituto, a sua sede foi estabelecida naquela Repartição, e a sua biblioteca, tão valiosa, pois atinge a 6 mil volumes, foi organizada por quem ainda hoje dela cuida, e como a biblioteca do Arquivo Histórico, há dois olhos que para ambas têm sempre igual carícia.

E assim, considerada esta proveitosa xipofagia do Instituto com a repartição de que sou funcionário, é que tenho procurado servir ao Instituto da melhor forma possível [...]. Era meu dever, como elemento do Arquivo Histórico do Estado.<sup>274</sup>

O desmembramento da 2ª Seção do Arquivo Público ao MJC, com o respectivo pessoal, foi decretado em 13 de outubro de 1925<sup>275</sup>, cinco meses, portanto, após Alcides Maya ter assumido a direção do Museu. Logo em seguida, no dia 19 de outubro, os funcionários da antiga 2ª seção passaram a atuar no Museu Julio de Castilhos<sup>276</sup>. Porém, tal celeridade não caracterizou o processo de transferência do acervo documental, que enfrentando alguns percalços administrativos, chegou ao Museu somente em 1927.

O principal fator no atraso da transferência dos documentos foi a adaptação do espaço, pois o MJC não apresentava condições físicas adequadas para o recebimento da documentação. As obras de remodelação não foram realizadas de uma só vez, configurando-se, na prática, em um processo bastante lento, conforme informava o

<sup>274</sup> Discurso proferido por Eduardo Duarte em solenidade de homenagem aos seus 35 anos de serviço público, publicado na Revista do IHGRGS, 1934, p. 285 e que foi transcrito parcialmente na página 103 da dissertação de Ana Inês Arce (2015).

<sup>275</sup> Decreto nº 3.528 assinado pelo presidente do estado, Borges de Medeiros, em 13 de outubro de 1925. (AHRs, documentos do MJC. Caixa 4 - Maço 5).

<sup>276</sup> A Portaria de 19 de outubro de 1925, assinada pelo diretor do Arquivo Público, Francisco Rodolfo Simch, desligava os seis funcionários da 2ª Seção, que passavam a servir no Museu Julio de Castilhos. Os funcionários e seus respectivos cargos no momento da transferência eram: “Eduardo Duarte, chefe da seção; Emílio Carlucci, 1º oficial; Aldo Carvalho, 2º oficial; Rosauro Tavares dos Santos Lima, 3º oficial; Leopoldo José Costa Cabral, praticante; e Lourenço Luiz Vieira, servente”. Portaria de 19 de outubro de 1925. O diretor do MJC comunicou ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior a instalação da 2ª Seção do Arquivo Público no Museu, ocorrida no dia 19 de outubro, em ofício do dia 20 de outubro de 1925. A transferência dos funcionários foi acompanhada dos móveis e objetos pertencentes à 2ª seção, que, conforme listagem de 17 de outubro de 1925, eram: “Escrivaninha (4), Cadeira Simples (6), Bureau (1), Cadeira rotativa (1), Mesa para máquina de escrever (1), Máquina Remington (1), Armário para livros (5), Quadro com planta de Porto Alegre (1), Quartinha para água (1), Copos (2), Cuspideiras higiênicas (4), Lavatório (1), Aparelho para o mesmo (1), Cestas para papéis servidos (2), Mesinha ordinária (1)”. Nesse momento ainda não é transferido o acervo, ao final da listagem era esclarecido que: “Os presentes móveis e objetos acompanham a transferência da seção para o Museu do Estado. **Continua no depósito o material pertencente ao Arquivo** e que não vai relacionado” (AHRs, documentos do MJC . Caixa 4 - Maço 5. Grifo nosso).

diretor do MJC ao secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em janeiro de 1927:

Tenho a honra de informar a Vossência não ser ainda possível remover para esta Repartição o arquivo histórico pertencente à extinta 2ª Seção do Arquivo Público.

As obras de adaptação do edifício deste Museu não foram ainda ultimadas; o grande salão do réz-do-chão, destinado àquele arquivo, não recebeu ainda estantes com capacidade suficiente para comportar o precitado arquivo.

Terá este, assim de continuar *sine die* na dependência em que se acham, na Repartição do Arquivo Público, mau grado os transtornos que nos traz em não ter sempre à mão um material que está em contínuo trabalho<sup>277</sup>

Os problemas no MJC eram de toda ordem: além do atraso nas obras de reforma do prédio, havia também ausência de mobiliário adequado à guarda dos documentos, bem como infestação de pragas – ratos –, que danificavam as coleções, “sobretudo, em preciosos papéis do arquivo histórico”<sup>278</sup>. Os recursos eram escassos e solicitava-se que a verba destinada à manutenção da 2ª Seção fosse agora transferida ao Museu<sup>279</sup>, alegando-se que o Arquivo Público, em sua dotação, não sofrera “nenhuma modificação, apesar de aliviado em suas despesas com a desanexação da citada segunda seção”<sup>280</sup>.

As obras no MJC foram concluídas na metade de 1927, possibilitando o início da transferência dos documentos ao Arquivo Histórico. Nesse processo, como acentua Arce, emergiram “algumas divergências quanto ao caráter da documentação”<sup>281</sup>. Ou seja, é possível perceber, implícito na correspondência do Museu, um questionamento sobre o que seria um documento de caráter *histórico* e um documento de caráter *administrativo* e, conseqüentemente, o que deveria ficar no APERS e o que deveria ir para o MJC. Nesse sentido, o Museu, julgando o que era documento histórico, sentia-se

<sup>277</sup> Ofício nº16 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 26 de janeiro de 1927. Correspondências expedidas 1927, fl. 20. Arquivo Permanente do MJC – AP.1.005.

<sup>278</sup> Ofício nº 50 enviado pelo diretor do MJC ao Diretor da Higiene do Estado em 01 de fevereiro de 1926 informando que “os ratos não comem o veneno” que a Higiene do Estado havia enviado ao Museu, conforme solicitação feita pelo MJC em 16 de janeiro de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 42. Arquivo Permanente do MJC - AP.1.004.

<sup>279</sup> Através do ofício nº 29 datado de 25 de novembro de 1925, o diretor do Museu já havia feito essa solicitação ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, explicando que Francisco Rodolfo Simch, diretor do APERS, havia concordado em abrir mão de “reis 500\$000” em favor do MJC. Correspondências expedidas 1925- 1926, fl. 18. Arquivo Permanente do MJC - AP.1.004.

<sup>280</sup> Ofício nº 53 do diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 04 de fevereiro de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 46. Arquivo Permanente do MJC - AP.1.004.

<sup>281</sup> ARCE, 2015, p. 57.

no direito de requerer ao Arquivo Público outros documentos não pertencentes à 2ª Seção:

Tenho a honra de comunicar a Vossência que, terminadas as obras de adaptação autorizadas por essa Secretaria para a transferência das coleções constitutivas do nosso arquivo histórico e geográfico, está terminado o trabalho de instalação em nosso novo salão dos respectivos documentos. Entretanto, nas seções do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, existem numerosos e ricos elementos, que devem ser incorporados ao depósito geral, para o necessário exame e registro, do Departamento de História Nacional deste Instituto. Tal sucede, a despeito do recomendável esforço empregado naquela repartição para o fim de escolha e tombamento de impressos, manuscritos, mapas, plantas, autógrafos, etc., porque é avultadíssima e de recente trato a cópia de subsídios históricos existentes. Em semelhantes circunstâncias, requeiro a Vossência autorização para que um empregado do Museu, auxiliado oportunamente pelo corpo de serventes, **proceder a buscas nas seções do Arquivo Público, em particular na 1ª Seção, e providencie, de acordo com as disposições vigentes, para remoção de livros e papéis de caráter histórico.**<sup>282</sup>

A solicitação para que um funcionário do Museu trabalhasse junto ao APERS selecionando documentos da 1ª Seção nos indica que o MJC atribuía a si a competência para determinar o caráter histórico ou administrativo da documentação. Em outras ocasiões o mesmo pedido foi feito ao Secretário de Estado, como em 13 de setembro de 1929, quando o diretor do MJC indicou o 2º oficial Bento Fernandes para trabalhar como adido ao Arquivo Público, onde existiria “grande quantidade de documentos valiosos ao estudo da história regional, os quais devem ser selecionados e incorporados ao nosso arquivo histórico”<sup>283</sup>. No ano de 1931 a questão ainda permanecia, com o Museu novamente indicando funcionário para a retirada de documentos que ele avaliasse como histórico:

Existindo na Repartição do Arquivo Público alguns livros manuscritos antigos que, **indubitavelmente, pertencem ao arquivo histórico** deste Museu, solicito a Vossência providências para a sua incorporação às nossas coleções.

Devo informar a vossência que não se trata de Livros que constituem fonte de renda para aquela repartição, visto que têm valor unicamente para o estudo da história do Rio Grande dos tempos dantanho e, como tal, **o seu lugar é nesse instituto.**

Informo ainda que, autorizado, destacarei um funcionário conhecedor do serviço para fazer a respectiva seleção, apresentado, oportunamente,

<sup>282</sup> Ofício nº 196 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 23 de julho de 1927. Correspondências expedidas 1927, fl. s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP.1.005. Grifo nosso.

<sup>283</sup> Ofício do diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 13 de setembro de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 205. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.007.



detalhado relato das peças que forem separadas e do interesse que revelam à história regional.<sup>284</sup>

Além dos funcionários e do acervo, também foram transferidos ao Arquivo Histórico do MJC os projetos de trabalho da 2ª Seção. O relatório referente às atividades desenvolvidas em 1924, ano imediatamente anterior ao desmembramento, emitido por Eduardo Duarte ao diretor geral do Arquivo Público, indica que os trabalhos que estavam sendo realizados eram: a publicação na Revista do Arquivo Público dos documentos avulsos referentes à campanha de 1811-1812, “ou seja, a penetração feita nos domínios de Espanha, por D. Diogo de Souza, governador e capitão-general, à testa do exército pacificador, em observação na fronteira meridional”<sup>285</sup>; a publicação de documentos classificados em *Assuntos Militares* com destaque a “todos os documentos relativos ao ano de 1811, referentes à penetração no Paraguai”<sup>286</sup>; e a criação da rubrica *Administração da Fazenda* composta por documentos da Delegacia Fiscal que foram incorporados à 2ª Seção por determinação do diretor do Arquivo considerando a importância histórica dos mesmos, conforme discorrido no relatório:

Conforme foi dito em anterior relatório, esta rubrica compreende os papeis avulsos que por vossa determinação e autorização ao então ministro da Fazenda, Sr. Dr. Homero Baptista, retiramos da Delegacia Fiscal para incorporá-lo a esta Seção.

Esses papeis, que vêm desde a extinta Provedoria Real (1752), constituem um belo repositório de notícias da nossa vida política-administrativa em longo período da nossa existência, e eu estou, Sr. Diretor, cada vez mais convencido da excelente operação que fizemos com uma tal aquisição. A Provedoria Real foi extinta em 1892 para dar lugar à Junta da Fazenda, que foi até o ano de 1834, vindo então a Inspetoria de Fazenda, que substituiu por largo período do tempo.<sup>287</sup>

O relatório posterior, emitido em 15 de junho de 1925, também dando conta do trabalho desenvolvido na 2ª Seção do Arquivo Público, menciona a continuidade da publicação da documentação relativa à campanha de 1811-1812, trazendo a correspondência trocada entre D. Diogo de Souza e o marechal Joaquim Xavier Curado no ano de 1812. Também menciona que o número dezessete da Revista “insere o catálogo da rubrica *Assuntos Militares*, papeis avulsos atinentes aos anos de 1809-

<sup>284</sup> Ofício nº 281 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 03 de agosto de 1931. Correspondências expedidas 1931, fl. 146. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.010. Grifos nossos.

<sup>285</sup> Relatório da 2ª Seção do Arquivo Público relativo ao ano de 1924, pag. 3. AHRs, documentos do MJC. Caixa 4 – Maço 1 (Relatórios 1921 a 1925).

<sup>286</sup> Idem, página 4.

<sup>287</sup> Idem página 4.

1810”<sup>288</sup>. Esses projetos foram transferidos, a partir de 1925, ao MJC. O primeiro relatório emitido pelo diretor interino do Museu, Eduardo Duarte, ao Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior, João Pio de Almeida, em agosto de 1925, após a criação do Departamento de História Nacional do MJC, nos indica claramente a intenção de dar continuidade ao plano de trabalho traçado na antiga 2ª Seção. O relatório dá conta das atividades até maio de 1926, portanto, transcorrido pouco tempo da transferência da 2ª seção que ocorreu em 19 de outubro, mas, como mencionado, sem o acervo, que viria somente a partir da metade de 1927. Portanto, esse relatório não aponta as realizações, já que pouco tempo teve para isso, mas as intenções de trabalho do Arquivo Histórico que estava se estruturando no novo espaço, manifestando a necessidade de dar seguimento ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido no Arquivo Público. Isso pode ser evidenciado nas palavras de Eduardo Duarte ao expor o seu descontentamento diante da interrupção da publicação da Revista do Arquivo Público, veículo de divulgação dos documentos históricos, como os da campanha de 1811-1812, que ainda não tinham sido publicados em sua totalidade:

Infelizmente, com a desanexação deste departamento da repartição do Arquivo Público, interrompeu-se a publicação da Revista.

Empreendimento que vem da administração do então diretor hoje desembargador Florêncio de Abreu, a Revista do Arquivo Público tem sido até o presente a mais bela manifestação de vida da seção de história.

[...]

Uma tal interrupção é, assim, deveras para lamentar, e maior pesar nos causa por nos vermos obrigados **a retardar a publicação já no final, da importante documentação referente à campanha de 1811-1812**, ou seja, a penetração que em terras do domínio espanhol fez D. Diogo de Souza, governador e capitão-general desta então Província de São Pedro do Sul.

Esperamos, entretanto, que, com a normalização dos trabalhos do Museu, a publicação da Revista passe para esta repartição, onde efetivamente, é o seu lugar, atenta ao fato de aqui estar o arquivo histórico que foi sempre o maior contribuinte para a vida da Revista.

Nos dois últimos anos fizemos inserir a continuação dos documentos de 1812 que se referem à penetração que fez D. Diogo em terras de domínio espanhol. O catálogo da rubrica assuntos militares atingiu o ano de 1810, também publicado.<sup>289</sup>

A Revista voltou a ser publicada, com o nome de Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, no ano de 1927 e, em 1928, foi concluída a divulgação

<sup>288</sup> Relatório das atividades da 2ª Seção do Arquivo Público emitido em 15 de junho de 1925, fl. 3. AHRS, documentos do MJC. Caixa 4 – Maço 1 (Relatórios 1921 a 1925).

<sup>289</sup> Relatório do MJC à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, pp.975-976 — AHRS - SIE3.041, Caixa 04 - Maço 1. Grifo nosso.

da documentação relativa à campanha de D. Diogo de Souza, trabalho iniciado no Arquivo Público e concluído, portanto, no MJC:

No que concerne a este Departamento [de História Nacional do MJC], é de notar que chega a termo o estudo que vínhamos fazendo, desde 1921, da penetração que em terras do domínio espanhol fez, em 1811-12, d. Diogo de Souza (...). Foi um trabalho longo, extenuante, em dilatado tempo, que realizamos e enfeixamos em nossas publicações, e do qual vai aparecendo proveito útil, tanto assim que (...) no Estado Oriental apareceu uma obra em dois tomos, da autoria do historiógrafo Setembrino Pareda, obra que é calcada nos subsídios históricos que divulgamos. Paisandú patriótico, assim se denomina o livro em apreço, constitui um suave conforto à fadiga que jamais regateamos na efetivação desse trabalho de beneditina paciência.<sup>290</sup>

Encerrando esse trabalho, o Arquivo Histórico inicia uma nova rubrica, denominada *Documentos interessantes, 1801-1820*, onde deveria reunir e divulgar os documentos relativos às campanhas platinas, “desde a incorporação de Missões ao domínio português até a terminação do artiguismo, com a paz de Montevideús, em 1820”. O chefe do Arquivo Histórico justifica a realização dessa tarefa ressaltando que os “papeis nessa rubrica compreendidos” são de “importância transcendental, e com a sua publicação, estamos certos de prestar um serviço de alto relevo à história regional”<sup>291</sup>. Entretanto, apesar da importância atribuída a tal rubrica, ela teve os seus trabalhos suspensos no ano de 1931. Os motivos dessa interrupção são os mesmos que tornaram lenta a catalogação dos documentos do antigo fundo *Assuntos Militares*, iniciada ainda na 2ª Seção do Arquivo Público, como vimos. A esse respeito, Eduardo Duarte explica que:

Esta rubrica [Assuntos Militares] continua a merecer o melhor do nosso esforço. A catalogação por meio de sumula de cada documento, prossegue, embora com mais lentidão, pois a administração da casa, estando a meu cargo, nestes últimos tempos não me tem permitido dar maior desenvolvimento a esse trabalho que tanto carinho inspira e que só por mim tem sido feito.

Por esse mesmo motivo suspendi a seleção, em meio caminho, dos papeis que estão enfeixados na rubrica Documentos Interessantes 1801-1820, isto é, tudo quanto se compreende no período que decorre desde a campanha das Missões até a incorporação da Cisplatina ao domínio português. Esse trabalho se destina à nossa Revista, em tempo oportuno.<sup>292</sup>

<sup>290</sup> Relatório do MJC à Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 28 de agosto de 1929 relativo ao ano de 1928, p. 893. AHRN - SIE 3-045, Caixa 04 – Maço 5.

<sup>291</sup> Idem, p. 894.

<sup>292</sup> Relatório do MJC ao secretario de estado dos Negócios do Interior e Exterior enviado em 27 de junho de 1932 referente a 1931. Correspondências expedidas 1932, fl. 164. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.008.

A Revista teve sua publicação interrompida pelo governo do Estado no ano de 1930, mas esse não foi, ao que nos parece, o principal motivo para a suspensão dos trabalhos da nova rubrica *Documentos Interessantes 1801-1802*. Da mesma forma, o exercício interino da direção do Museu, embora tomasse bastante tempo de Eduardo Duarte, não explica totalmente a morosidade na catalogação dos documentos da antiga rubrica *Assuntos Militares*, bem como da *Administração da Fazenda*. Havia, na verdade, outra razão que explica esse processo, que era o trabalho de recolhimento, organização e publicação do maior número de documentos possíveis relativos à Guerra Farroupilha. Devemos considerar que documentos referentes a esse conflito já existiam na 2ª Seção do Arquivo Público, não deixando o tema, portanto, de também representar uma continuidade dos trabalhos agora no MJC. A esse respeito, Arce (2015) nos informa que o diretor do Arquivo Público, Florêncio de Abreu e Silva, teria relatado em 1923<sup>293</sup>:

PAPEIS REFERENTES À REVOLUÇÃO FARROUPILHA – A fim de serem oportunamente catalogados, constituindo uma pasta especial na forma do Regulamento, a seção vai selecionando, à proporção que se desenvolvem os respectivos trabalhos, todos os documentos que dizem respeito àquele memorável movimento. Os papéis, assim selecionados, já alcançam a cifra de 3.400, constituindo um opulento subsídio para o cabal conhecimento daquela fase da história do Rio Grande do Sul<sup>294</sup>.

Entretanto, apesar de *opulenta*, a documentação farroupilha recolhida ao Arquivo Público, e transferida ao MJC, não era considerada completamente suficiente para subsidiar os estudos do “memorável decênio”, tendo em vista que a dedicação a essa coleção seria intensificada - a ponto de tomar quase a totalidade do tempo de trabalho de Eduardo Duarte e de alguns outros pesquisadores do Arquivo Histórico - na medida em que se aproximava a data da comemoração do centenário farroupilha, da qual o MJC e o IHGRGS participaram ativamente<sup>295</sup>. Assim, no período de 1925 a

<sup>293</sup> Outra referência que encontramos a respeito de documentos farroupilhas já estarem sendo recolhidos à 2ª Seção é a correspondência de 06 de março de 1925, emitida pelo Presidente do IHGRGS, Florêncio de Abreu, ao então diretor do Arquivo Público, Alcides Maya, solicitando permissão para que o Instituto fizesse cópias de “peças históricas referentes à revolução de 1835, arquivadas nessa repartição [Arquivo Público]” com o objetivo de publicá-las na Revista do Instituto. O trabalho seria iniciado com “a correspondência entre Bento Manoel Ribeiro, figura histórica de grande destaque no memorável período, e o Duque de Caxias, então presidente da Província e general em chefe do exército da legalidade”(AHRs, documentos do MJC. Caixa 04 - Maço 03, Correspondências Passivas 1908-1926).

<sup>294</sup> Relatório apresentado ao Sr. Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, secretário de estado dos Negócios do Interior e Exterior em 31 de agosto de 1923. II volume. Porto Alegre: Oficinas graphicas d’A Federação, 1923, *apud* ARCE, p. 42.

<sup>295</sup> O Centenário da Guerra Farroupilha foi comemorado através da realização de conferências, publicações e, principalmente, com a realização de uma exposição no atual Parque Farroupilha em Porto

1935, a grande tarefa do Arquivo Histórico do MJC foi enriquecer o acervo documental farroupilha. Isso não significa que outros temas tenham sido desconsiderados, como já mencionamos, mas que tiveram uma diminuição em seu ritmo de seleção e catalogação, sendo preteridos em detrimento do destaque dado ao conflito de 1835.

A intenção de divulgar a documentação farroupilha tendo em vista o centenário da Guerra já era manifestada em 1925, no primeiro relatório após a transferência da 2ª Seção do Arquivo Público ao MJC, quando Eduardo Duarte mencionou o recebimento em doação de alguns exemplares do jornal *O Povo*, órgão oficial dos revolucionários farroupilhas, publicado inicialmente na cidade de Piratini e depois em Caçapava entre os anos 1838 e 1840. O diretor interino avaliava essa aquisição como valiosa, merecendo esforços na busca dos números faltantes, sugerindo ao governo do Estado que, quando a coleção do periódico estivesse completa, fosse feita “uma edição fotográfica, que constituirá um belo volume”, sendo que “tal empreendimento ainda

---

Alegre. O IHGRGS ficou responsável pela organização da Seção I do Pavilhão Cultural da Exposição do Centenário, relativo à *História, Geografia e assuntos correlatos*, o que podemos entender como uma demonstração do reconhecimento da sua autoridade nessas áreas do conhecimento em nível regional. O IHGRGS integrou o MJC nessa atividade: “O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul tendo assumido o encargo de organizar a Seção I (História, Geografia e correlatos), do Pavilhão Cultural da Grande Exposição Comemorativa do Centenário Farroupilha, designou uma comissão, para esse fim, composta do signatário e dos senhores Othello Rosa e Eduardo Duarte. Essa comissão resolveu, preliminarmente, que o Museu Julio de Castilhos seria representado, no certame, concorrendo com material de que dispõe, e que tão precioso é, expondo, de modo especial o elevado número de relíquias que possui, evocativas do memorável decênio” (Correspondências expedidas, 1935, fl. 204. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.012). O Pavilhão Cultural da Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha, cujo coordenador foi o historiador Walter Spalding, tinha por objetivo “mostrar a cultura e a capacidade intelectual do povo rio-grandense a par de uma finalidade educativa” (Correspondência de Walter Spalding a J.M Ferrari em 17 de janeiro de 1935 – AHPAMV – Exposição Farroupilha e Pavilhão Cultural, Caixa 31) e, para isso, contava com a colaboração dos rio-grandenses, que poderiam inscrever-se para participar da exposição sob regras determinadas no programa do evento. Uma que nos chama a atenção pela relação com a noção de documento que o Arquivo Histórico do MJC e o IHGRGS propunham é a recomendação de que os documentos expostos fossem “autênticos”, conforme Walter Spalding esclarecia em correspondência a Getúlio Schilling, de Santa Maria, em 08 de dezembro de 1934: “[...] só tem valor documentos autênticos e históricos propriamente ditos [...]. Cópias não interessam à exposição” (AHPAMV, Exposição Centenário Farroupilha e Pavilhão Cultural – Caixa 31). O Pavilhão Cultural foi composto por 13 seções: História, Geografia e Correlatos (História, Geografia e Paleo-etnografia); História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia); Instrução Pública e Particular; Ciências, Letras e Artes (Literatura, Pintura, Escultura, Música e Ciências); Livro Rio-grandense; Imprensa; Estatística; Correio e Telégrafos; Arquivos Particulares (arquivos históricos de famílias rio-grandenses, religião); Filatelia e Numismática; Desportos; Vias de comunicação; Militarismo (Cf. Panfleto de divulgação do Pavilhão Cultural – Exposição do Centenário Farroupilha – Comissariado Geral – AHPAMV). Todas essas seções ocuparam um total de 54 salas do atual prédio do Instituto de Educação General Flores da Cunha, na Av. Osvaldo Aranha, bairro Bom Fim em Porto Alegre. O Pavilhão Cultural foi aberto à visitação pública no dia 22 de setembro de 1935 às 14 horas, recebendo nessa ocasião a visita do intendente de Porto Alegre, Alberto Bins, e do presidente da República, Getúlio Vargas. Foi um sucesso de público, com registro de 40 mil visitantes pagantes e 15 mil não pagantes. As portas foram fechadas ao público no dia 15 de janeiro de 1936, às 24 horas e 5 minutos, “tendo sido uma das maiores a visitação desse dia” (Relatório do Pavilhão Cultural, 1936, p. 7. AHPAMV – Fundo Gabinete do Prefeito – Exposição Farroupilha e Pavilhão Cultural – caixa 31).

mais se justifica com o tempo que aí vem, que se aproxima a passos rápidos, da comemoração do centenário farroupilha”<sup>296</sup>. Nesse mesmo relatório de 1925, também foi solicitada autorização para que o MJC continuasse o trabalho iniciado no Arquivo Público de “confeção de três álbuns de fotografias de figuras históricas do Rio Grande ou das que aqui tiveram atuação nos tempos de paz ou de guerra”<sup>297</sup>. A feitura dos álbuns deveria obedecer a seguinte ordem: primeiro, de fotografias “de personalidades que tomaram parte na campanha farroupilha”; segundo, de fotografias dos que participaram da Guerra do Paraguai e, por último, de álbum de fotografias de figuras históricas diversas. Trataremos tanto da publicação do jornal *O Povo*, quanto dos álbuns fotográficos em item posterior. A referência aqui feita a esses materiais vai no sentido de exemplificar como o Arquivo Histórico do MJC, em 1925, dez anos antes da comemoração da efeméride farrapa, já estava atento, de forma especial, ao trabalho de coleta, produção, organização e divulgação desse acervo. Os relatórios dos anos 1930 mencionam frequentemente o trabalho com essa documentação, mas, para podermos reforçar o argumento de que tal temática foi, desde o início, a preponderante no Arquivo Histórico do MJC, citamos também o relatório referente às atividades de 1928, apenas um ano após a chegada dos documentos da 2ª Seção ao MJC, quando Eduardo Duarte declarou:

O que, entretanto, **nestes últimos tempos muito nos tem aprendido a atenção é a organização de tudo que se refere ao decênio farroupilha**. Milhares de papeis avulsos estão já apartados e catalogados em globo, os livros manuscritos, que a ação do tempo tem feito desaparecer os caracteres, estão passando, página por página, por uma reação química. (...).

[Referente] às coisas do decênio Farroupilha, é de nossa intenção iniciar com a brevidade possível a sua divulgação. O plano traçado é o aparecimento de volumes especiais, compreendendo primeiramente o que se está enfiado nos livros e manuscritos; depois os papeis avulsos, que ascendem a milhares, como dissemos, obedecendo ao critério já adotado, isto é, à seleção por comando, autoridade que a escreve, ordem cronológica e precedido de súmula. Tudo será divulgado e com antecedência da data centenária [...]<sup>298</sup>

Assim, efetuada a transferência da 2ª Seção do Arquivo Público ao MJC, constituindo-se o Arquivo Histórico, esse dará continuidade à organização e publicação

<sup>296</sup> Relatório do MJC referente a junho de 1925 e maio de 1926 apresentado em 24 de agosto de 1925. (AHR - SIE3.041).

<sup>297</sup> Idem, fl. 976.

<sup>298</sup> Relatório do MJC ao Secretario do Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 28 de agosto de 1929, referente às atividades de 1928. AHR - Caixa 04 – Maço 5. (SIE 3-045, 1929, p. 894). Grifo nosso.

na Revista do Museu e Arquivo, entre 1927 e 1930<sup>299</sup>, de documentos organizados sob rubricas herdadas da 2ª Seção, tratando da formação territorial do Rio Grande do Sul, principalmente. Entretanto, a comemoração do centenário farroupilha em 1935 demandou da equipe do Arquivo grande esforço na recolha e organização da documentação referente a esse conflito. Dito em outras palavras, as demais rubricas do Arquivo Histórico não deixaram de existir, sendo, na medida dos recursos possíveis, organizadas e publicadas na Revista, mas a grande temática que consumiu tempo de visita, leitura e cópia de documentos em arquivos no interior e fora do estado, que produziu ordens de recolhimento de acervo e solicitações de recursos para divulgação do trabalho, foi certamente a Guerra Farroupilha. Isso coaduna com o anteriormente mencionado, a partir do estudo de Rodrigues (2017) sobre a produção do IHGRGS, onde o conflito farrapo tornou-se o tema central nas publicações das Revistas do Instituto entre 1931 e 1935.

O item seguinte tratará desse trabalho de constituição do acervo do Arquivo Histórico, que intencionava reunir todos os documentos referentes ao nosso passado, fundamentalmente, nesse momento, os relativos ao decênio farroupilha. Nesse processo, o Departamento de História Nacional do MJC foi legitimando-se, conjuntamente com o IHGRGS, como o lugar autorizado da produção historiográfica do Estado.

### **3.2.1 O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – *opulento manancial de preciosas informações para o estudo da história rio-grandense***

Eduardo Duarte, Diretor do Departamento de História Nacional, no dia 19 de junho de 1926, proferiu, nas dependências do MJC, a conferência intitulada *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense*<sup>300</sup>, quando, a partir de seus seis anos de

---

<sup>299</sup> A *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, surgida em 1921 e editada pelo Arquivo Público até 1925, continha “diversos documentos sobre a ocupação do território (concessão de sesmarias, limites geográficos), operações do Exército e assuntos militares (campanhas na fronteira, por exemplo); correspondências com o poder central e das câmaras municipais; inventários; mapas, entre outros assuntos” (POSSAMAI, 2012, p. 71). Com a transferência da seção histórica do Arquivo para o MJC, o periódico teve uma pequena interrupção, voltando a ser publicado em 1927, pelo MJC, sob a coordenação de Eduardo Duarte, como *Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, tendo acrescida à compilação de documentos históricos, a publicação de estudos relacionados às ciências naturais, já que o museu mantinha um Departamento de História Natural. Em 1930, por motivos financeiros, o governo do estado suspendeu a publicação da Revista, que ficou sem ser editada por um longo período, de 1931 a 1950, voltando a circular em 1951 com o título de *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*.

<sup>300</sup> Essa foi a segunda da Série de Conferências Históricas realizadas pelo MJC. A primeira ocorreu em 2 de dezembro de 1925, tratando do centenário do nascimento de D. Pedro II. Cf. Relatório MJC 1925. SIE3.041- AHRGS, Fl. 976.

atuação na 2ª seção do Arquivo Público, discorreu sobre a documentação recolhida por aquela seção, agora no MJC, caracterizando-a como *preciosa* a partir dos critérios de antiguidade e raridade. Nesse sentido, apresentou o mais antigo documento que o Arquivo possuía, o livro manuscrito da *Expedição Silva Paes*, tratando da fundação em 1737 do primeiro estabelecimento, um presídio, na atual cidade de Rio Grande e a consequente imigração açoriana no território: “E daí a imigração açoriana irradiou-se com inevitável rapidez por todo o território, assegurando a posse de terras tão cobiçada pelo irrequieto castelhano”<sup>301</sup>. Esse livro possui termo de abertura lavrado em 1734 na cidade de Lisboa e registros dos atos oficiais do governo até o ano de 1753. O valor desse documento estaria em sua antiguidade, como já dito, e por tratar do início do nosso estado, nas palavras de Duarte:

É um livro por demais precioso, como vedes, pois através de suas páginas passa a vida do Rio Grande, no seu início, em passos vacilantes, desbravando a estrada em caminho para um futuro que lhe sorria e que, si de glórias muitas vezes o aureolam, teve também os seus dias de tempestade, de fundas comoções de causas intestinais ou externas, sem, porém jamais lhe abater o forte organismo de gigante e de lidador.<sup>302</sup>

Outro livro manuscrito pertencente ao Arquivo Histórico e que Duarte destacou foi o chamado *Cadastro das Sesmarias*, com registros de títulos de propriedades de bens “imóveis ou semoventes” realizados a partir de 1781, quando o governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Camara determinou “um recenseamento para computar as nossas forças econômicas e conhecer a extensão das propriedades particulares”. Esse material, para Duarte, seria valioso por reconstruir “o Rio Grande territorial da época, quando as nossas fronteiras não iam, como sabemos, além do curso do Jacuí”<sup>303</sup>. Também destacou alguns livros datados entre o final do século XVIII e início do XIX com registros de patentes militares, possibilitando a reconstrução da carreira militar dos antigos oficiais, “daqueles dos nossos maiores que ilustrem foram na defesa da pátria, brandindo a espada ou enristando a lança na guarda do sacrosanto território pátrio”<sup>304</sup>. Aqui percebemos a importância da história militar e a valorização do papel do sul-rio-grandense na defesa das fronteiras nacionais, conforme já mencionado através de Rodrigues (2017).

---

<sup>301</sup> Conferência *Da Oportunidade do Arquivo Histórico Rio Grandense*, pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. AHRS - fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 5.

<sup>302</sup> *Ibidem*, folha 6.

<sup>303</sup> *Ibidem*, folha 6.

<sup>304</sup> *Ibidem*, folha 6.



Eduardo Duarte elencou muitos outros livros manuscritos, que seriam em número de quatrocentos, contendo correspondência ativa com o governo central, como ordens, portarias, nomeações, solicitações dirigidas às diversas autoridades da Província, tanto militares quanto civis. Também mencionou o registro de correspondência com os governadores do Prata, “toda ela determinada pelos constantes movimentos da nossa vasta fronteira, tanto de um quanto de outro lado”<sup>305</sup>, referindo-se à intervenção nos domínios espanhóis em 1811 e 1812, já mencionada aqui, e que estava sendo publicada na Revista do Arquivo Público e depois na Revista do Museu.

Depois de mencionar os livros manuscritos, ressaltando o valor dos mesmos para as pesquisas sobre a nossa história, Duarte apontou o trabalho de catalogação dos *papeis avulsos* realizado no Arquivo Histórico. Destacou os papeis provenientes da *Delegacia Fiscal* e a rubrica *Assuntos Militares*, citados no item anterior.

Os 123.543 papeis que compunham o antigo arquivo da *Delegacia Fiscal*, incorporados ao Arquivo Histórico, foram valorizados principalmente em função de sua antiguidade. Conforme Duarte, “atacado de pronto o serviço de seleção desses preciosos papeis, verificamos logo a sua importância, sobretudo pela remota era que alcançavam. Papeis que vinham de 1752!”<sup>306</sup>. Essa documentação incluía a missão de Gomes de Freire de Andrade, conde de Bobadella, comissário para tratar dos limites lusos em relação aos domínios espanhóis. Além de trazer detalhes da organização da expedição de Gomes de Freire de Andrade, Duarte considerava importante essa documentação por ela “determinar a formação da nossa primitiva população imigrada, são as relações nominais das tropas vindas de outras províncias e que não mais voltaram aos seus lares, formando assim, o núcleo rio-grandense, o principal elemento do velho tronco paulista”. Portanto, esses documentos configuravam-se em fundamentais para “a história da genealogia rio-grandense”<sup>307</sup>. Novamente Duarte, em relação a essa rubrica, abordava o sul-rio-grandense como sentinela das fronteiras nacionais:

Os nossos maiores vultos históricos, as grandes figuras épicas de 1750 a 1800 que em nossas fronteiras montaram guarda vigilante na defesa do pátrio território, através de velhos e rendilhados papeis, são desvendados muitas vezes em modestas comunicações, portarias ou solicitações de qualquer espécie [...].<sup>308</sup>

---

<sup>305</sup> *Ibidem*, folha 8.

<sup>306</sup> *Ibidem*, folha 9.

<sup>307</sup> *Ibidem*, folha 9.

<sup>308</sup> *Ibidem*, folha 10-11.

A outra rubrica de *papeis avulsos* que Eduardo Duarte mencionou - *Assuntos Militares* - era formada por documentos relativos à: *Campanha de 1801* comandada por José Borges do Canto sobre a incorporação das Missões ao domínio português; *Campanha de 1811-12* de D. Diogo de Souza na penetração em terras de domínio espanhol; *Campanhas de 1814 até 1820* sobre a anexação da província Cisplatina; *Revolução Farrroupilha* de 1835-45; *Intervenção de 1851 na Argentina* (Guerra dos Rosas) e a *Campanha do Paraguai* entre 1864-1870.

As três primeiras campanhas (de 1801, de 1811-12 e a de 1814 a 1820) não são percebidas como assuntos apenas regionais, já que foram movimentos militares de expansão do território português. O Rio Grande do Sul foi caracterizado por Duarte, ao discorrer sobre cada uma dessas guerras, como opositor aos espanhóis, afirmando a origem lusitana do estado. Tratando dos documentos relativos à campanha de tomada do território das Missões, ele afirmou que:

Foi em meados de 1801 que por todos os recantos do Rio Grande do Sul ecoou a notícia de que Espanha e Portugal de novo se aprestavam para entrar em guerra.

Era, portanto, a esperada ocasião de vingar velhos agravos; o ajuste de contas era iminente, e o rio-grandense, ânimo indomável, que jamais deixara impune uma afronta castelhana, podia sair a campo, enristar a acelerada lança, e correr, fronteira a fora, em demanda do secular inimigo<sup>309</sup>.

Duarte não comentou a documentação relativa à Guerra dos Rosas nem a da Guerra do Paraguai, apenas citando que o Arquivo as possuía. Entretanto, deteve-se longamente nos papeis que tratavam da guerra “fratricida de 1835-1845”<sup>310</sup>. Ele iniciou seus comentários a respeito do tema destacando a quantidade de documentos disponíveis aos pesquisadores para consulta sobre a guerra dos Farrapos, os quais eram em número de três mil e quinhentos papeis avulsos. Considerava esse acervo precioso por permitir o estudo do período tendo em vista a comemoração do centenário em 1935: “São subsídios que aos poucos vamos publicando, e desse modo habilitando os estudiosos que desde já pensam na comemoração da República de Piratini por ocasião das festas centenárias, que não estão longe, pois nove anos se escoam com velocidade”<sup>311</sup>.

<sup>309</sup> *Ibidem*, folha 12.

<sup>310</sup> Entendemos que o uso do termo *fratricida* para caracterizar a guerra dos farrapos indica a aderência de Eduardo Duarte à interpretação de que essa não foi uma guerra separatista, como trataremos mais detidamente adiante na presente tese.

<sup>311</sup> *Ibidem*, folha 16.

Os papéis avulsos tratando do *glorioso decênio* que o Arquivo Histórico possuía até a data da conferência de Duarte eram formados por:

Correspondências com o governo, officios, em incalculável número, de todos os chefes militares e officiais legalistas até mesmo de modesto destaque, correspondência de chefes rebeldes, ordens do dia, jornais, enfim, papéis que tratam dos mais variados assuntos da guerra, tudo isso é encontrado na papelaria, que terá uma especial catalogação, segundo determina o regulamento em vigor<sup>312</sup>.

O Regulamento em vigor a que Eduardo Duarte referia-se era o aprovado pelo governo do estado em 24 de dezembro de 1925, mencionado no capítulo anterior, e que em seu artigo segundo, inciso VII, determinava a organização do arquivo histórico com reunião e catalogação de documentos indicados em vinte e quatro subsídios, sendo o décimo terceiro relativo aos documentos da Guerra dos Farrapos:

Art 2º - Incumbe ao Museu e Arquivo Histórico:

[...]

VII – Organizar o arquivo histórico do Rio Grande do Sul, reunindo e catalogando, para isso, os seguintes subsídios:

[...]

13) – Originais ou cópias autenticas das proclamações, decretos, ordens do dia, crônicas de campanha, manuscritos, relativos à revolução de 1835 e sua pacificação<sup>313</sup>.

Dentre esses documentos, Duarte destacou três: a correspondência de Bento Manoel que o IHGRGS já vinha publicando em sua revista; um balancete com todas as despesas feitas pelos rebeldes durante a ocupação de Porto Alegre, entre 20 de setembro de 1835 e 15 de junho de 1836, que ele considerava “curioso” por indicar “com abundância de detalhes como foram despendidos os dinheiros públicos naqueles nove meses, que tanto foi o tempo de duração do governo revolucionário nesta leal e valorosa cidade de Porto Alegre”<sup>314</sup> e a coleção do *O Povo*, jornal oficial da Revolução, que ainda não estava completa, mas que constituía um dos objetivos do Arquivo Histórico integralizá-la o mais breve possível antes da comemoração do centenário. Antes de encerrar a Conferência, falando sobre a Revista do Arquivo, Eduardo Duarte ressaltou a importância desses documentos para a escrita da verdadeira história da Revolução Farroupilha, dizendo:

<sup>312</sup> *Ibidem*, folha 16.

<sup>313</sup> Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1925, fl. 3. AHRS, Caixa 10 – Maço 4.

<sup>314</sup> Conferência *Da Oportunidade do Arquivo Histórico Rio Grandense* pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. AHRS - fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 17.

E para finalizar, diremos, aquele que quiser escrever sobre a revolução farroupilha, venha ocupar uma de nossas mesas de consulentes, e em pouco tempo, estará aparelhado com os elementos necessários ao seu trabalho, calcando-o **na verdade dos fatos, apanhada através de documentos que não admitem dúvidas nem sofismas**<sup>315</sup>.

Nesse e em outros trechos de sua Conferência, Duarte indicou a concepção de história que postulava e o papel desempenhado pelos arquivos na escrita da história. Iremos, após continuar um pouco mais tratando da formação do acervo documental do Arquivo Histórico, abordar melhor essas concepções, mas já podemos brevemente considerar que são as mesmas postuladas pelo IHGB e pelo IHGRGS, que, como vimos, consideravam que a história só poderia ser feita através de fontes documentais autênticas e não baseada em falsas interpretações.

A intenção de Eduardo Duarte foi apresentar a *opulência* do Arquivo Histórico, tanto na quantidade de documentos, quanto na raridade de alguns deles, destacando a importância do trabalho desenvolvido nessa repartição, que selecionava, catalogava e divulgava os subsídios para a escrita da história. Entretanto, apesar dessa propagandeada *opulência*, ela, como já mencionado, ainda não era considerada totalmente suficiente para escrever a história do Rio Grande do Sul, principalmente o capítulo referente à guerra dos farrapos, já que o trabalho de busca incessante desses documentos marcou a gestão de Alcides Maya no MJC. Verifica-se nesse período um grande esforço em completar e enriquecer as coleções do *opulento* Arquivo, pois não podemos esquecer que o Regulamento do Museu e Arquivo Histórico impunha, em seu artigo primeiro, como uma das finalidades dessa repartição, a coleção sistemática de “todos os documentos concernentes à história e geografia”. Ou seja, o acervo documental do Arquivo Histórico poderia ser *opulento* como caracterizava e se esforçava por demonstrar Eduardo Duarte explanando sobre a antiguidade, raridade e grande quantidade de seus documentos, mas ainda não estava totalizado<sup>316</sup> como prescrevia o Regulamento. Portanto, foi necessário o empreendimento de uma *cruzada*

---

<sup>315</sup> *Ibidem*, folha 17. Grifos nossos.

<sup>316</sup> Interessante pensarmos que a intenção de recolher ao Museu e Arquivo *todos* os documentos históricos pressupõe um entendimento de que havia um número limitado de fontes, que estariam espalhadas em diversos arquivos e em mãos de particulares, cabendo, portanto, ao MJC o esforço em sua localização e reunião no Departamento de História Nacional. A totalização da documentação parece-nos relativa ao nosso passado mais remoto, de fixação das fronteiras e guerras ocorridas entre o século XVIII e XIX, pois é quase inexistente a menção de fatos da história do tempo presente nos relatórios e correspondências do MJC, como, por exemplo, a Revolução de 1923 ou a Revolução de 1930.

*santa*<sup>317</sup> em busca de peças para completar o acervo do Arquivo e também do Museu. Nesse intuito, o trabalho de coleta foi organizado em dois grandes flancos: no interior do estado e fora dele, a partir do recolhimento ou cópia de documentos custodiados em arquivos públicos, bem como em acervos privados, consultando os proprietários quanto à possibilidade de doação e, em alguns casos, realizando a compra das coleções. Os principais agentes desse trabalho - muitas vezes denominado nos relatórios do MJC como *missão*, *cruzada* ou mesmo *caça aos documentos*<sup>318</sup> - foram Eduardo Duarte e Aurélio Porto, o último percorrendo os arquivos do Rio de Janeiro.

A seleção e transferência de documentos e peças históricas do interior do estado ao MJC foram baseadas na ideia de que as municipalidades não eram proprietárias desses acervos, já que, ao referirem-se a fatos históricos do Rio Grande do Sul, deveriam estar sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico, que, ao se constituir como o *lugar*, juntamente com o IHGRGS, da escrita autorizada da história, possuía a autoridade para determinar o que era ou não documento. Ou seja, o MJC, a partir de determinados critérios, selecionava e julgava o que ficaria sob sua guarda, e, portanto, o que seria entendido como documento autêntico para a pesquisa do nosso passado. A seguir procuramos demonstrar como esse processo ocorreu, principalmente em relação à documentação farroupilha.

### **3.2.2 A *cruzada santa* em nome da história: a busca dos *preciosos subsídios* para a *elucidação do passado***

---

<sup>317</sup> Eduardo Duarte usa esse termo na tese *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* apresentada em 14 de julho de 1929 no 1º Congresso das Municipalidades. AHRS, Oficinas Gráficas d'A Federação, Porto Alegre, fundo Eduardo Duarte – ED=018, p. 11.

<sup>318</sup> Arce esclarece que a expressão “Caça aos documentos” é citada por alguns autores do período, correspondendo à etapa de busca de fontes para a pesquisa histórica. Nas palavras de Souza Docca: “à heurística, isto é: o conhecimento das fontes históricas ou *la chasse aux documents*, como diria Halphen (DOCCA, 1928, p. 129). Entretanto, Halphen utiliza essa expressão para referir-se a uma etapa do desenvolvimento dos estudos históricos na França, em que houve uma ampla mobilização para encontrar e reunir a documentação histórica no país: ‘A caça aos documentos, tal foi, efetivamente a ocupação favorita, talvez a única ocupação dos historiadores de 1830. Pois ao assombro das primeiras descobertas sucedeu-se o insaciável desejo de tudo ver, de tudo publicar, e a crença de que, com um pouco de boa vontade e dinheiro, chegar-se-ia rapidamente ao final. Os mais ponderados se figuravam, mesmo ingenuamente, que mais da metade dos documentos dignos de interesse já eram conhecidos e que para encontrar o resto o essencial era saber se organizar’” (HALPHEN, 1924, p. 57,58 *apud* ARCE, 2015, p. 44-45, nota 44. Tradução do francês feita livremente por ARCE). Ana Inês Arce em sua dissertação apresenta o processo de formação do acervo do Arquivo Histórico no MJC a partir de 1925, destacando os documentos relativos à Guerra Farroupilha a partir, principalmente do trabalho de Eduardo Duarte e Aurélio Porto. Cabe ressaltar que o trabalho da mencionada autora nos serviu de referência para tratarmos da formação do acervo documental do MJC, a qual incorporamos informações provenientes principalmente da documentação administrativa do museu no período em análise.

A busca de acervos dentro do estado do Rio Grande do Sul para completar as coleções do MJC foi realizada através de solicitações escritas aos intendentes municipais para que encaminhassem ao museu documentos históricos e também exemplares relativos às ciências naturais que, por ventura, estivessem em seus arquivos. Além disso, os próprios funcionários do Museu empreenderam viagens de estudos ou excursões exploratórias aos municípios do interior para verificação *in loco* de todas as peças que julgassem *interessantes*, providenciando junto às intendências seu posterior envio aos Departamentos do MJC. A primeira solicitação que localizamos para proceder a uma dessas viagens deu-se antes mesmo da aprovação do novo regulamento do MJC, quando, em 15 de dezembro de 1925, Alcides Maya submeteu ao Secretário do Interior e Exterior o programa que havia elaborado para uma viagem de “missão”<sup>319</sup> à região da Serra e Campanha com vistas à sondagem de acervo e divulgação da nova estrutura do museu:

Tive a honra de propor a Vossencia, por atender a altos interesses cívicos relativos à remodelação do Museu do Estado, o plano de uma viagem de propaganda à Serra e à Campanha, de norte e sul. Venho agora submeter à sua preciosa atenção, em linhas gerais, o programa dessa excursão:

a) obter nos municípios percorridos a maior cópia possível de relíquias e manuscritos históricos, de artefatos e peças de indumentária, de elementos naturais, etc., **que sirvam para ampliar e completar as coleções componentes dos vários departamentos do Museu;**

b) **examinar os arquivos municipais;**

d) determinar áreas geológicas que se prestem para estudo temático de fósseis (animais e vegetais).

O trabalho de propaganda será feito por meio de conferências públicas sobre o Museu, de circulares expedidas de acordo com as autoridades municipais e estaduais, de visitas a sítios históricos e exame de terrenos.

**O material selecionado será oficial e imediatamente remetido ao Museu e acompanhado de minuciosa relação enviada à Secretaria do Interior e Exterior.**

O primeiro município visitado e estudado será Santa Maria, seguindo-lhe Passo Fundo, como centro do primeiro círculo de investigações. Depois, a Zona missioneira; depois, o centro Sul do Estado. Todas as coleções feitas serão rigorosamente classificadas e catalogadas até a data da reabertura oficial do Museu. O diretor levará consigo dois auxiliares competentes e de

<sup>319</sup> Maya utiliza esse termo em 09 de janeiro de 1926, quando, após ter sua proposta de viagem ao interior aprovada, solicita ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior “a designação do funcionário Anthero de Almeida, professor público aposentado para o cargo de assistente técnico na refida missão” (Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 32. Arquivo Permanente do MJC - Ap.1.004). A viagem de pesquisa não correu em 1926, como podemos inferir a partir da correspondência nº 90 emitida por Alcides Maya ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 09 de maio de 1928, onde explica que a “viagem de estudos, pesquisas e propaganda do Museu Julio de Castilhos, através das regiões indicadas; e adiada tal viagem por motivos supervenientes, conforme tive a honra de expor pessoalmente a Vossencia, só agora posso realizar a referida excursão. Outrossim, comunico a Vossencia que passo a direção deste Instituto ao meu substituto legal, dr. Eduardo Duarte, diretor do Departamento de História Nacional” (Correspondências expedidas 1928, fl. 122. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.006).

confiança. Deferido que seja este plano de serviços, prestarei a Vossencia todos os esclarecimentos que se digne pedir-me.<sup>320</sup>

Outra indicação de viagem de prospecção de acervo foi identificada em setembro de 1927, quando o diretor Alcides Maya emitiu ofício de apresentação de Rosauro Tavares aos intendentess dos municípios de Bento Gonçalves, Guaporé, Alfredo Chaves (atual Veranópolis) e Prata (Nova Prata), comunicando que o funcionário do Museu iria examinar os arquivos dessas localidades:

Apresento-vos o dr. Rosauro Tavares, que, a serviço deste Museu, de acordo com as ordens expedidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, tratará de examinar e obter, nessa localidade, exemplares de objetos raros ou interessantes e documentos históricos para este estabelecimento<sup>321</sup>.

Cabe notar que a solicitação acima indica o exame de todos os documentos ou peças que fossem consideradas *interessantes*, não especificando determinada coleção, como ocorreu em 1929, quando Eduardo Duarte, enquanto diretor interino do MJC, solicitou autorização para ir ao município de Piratini<sup>322</sup>, passando por Pelotas, com interesse específico de recolher documentos relativos à Guerra Farroupilha, o que, em determinada medida, vai ao encontro com o descrito no relatório anual do MJC de 1928, já citado anteriormente, de que o trabalho no Departamento de História Nacional voltou-se de forma especial a essa temática. A solicitação feita por Duarte deu-se nos seguintes termos:

De conformidade com o que, verbalmente, expus a vossencia, se impõem, de pronto, a ida de um funcionário à vila de Piratini a fim de verificar, de visu, o que existe no arquivo da Intendência sobre o decênio farroupilha, no que vossencia prontamente concordou. Em vista disso e tendo vossencia determinado que fosse eu pessoalmente fazer essa verificação, queira vossencia providenciar junto ao Tesouro do Estado para que me facilite os recursos de viagem [...]. Informo também a vossencia que na minha passagem por Pelotas, assentarei com o respectivo Intendente qual a contribuição com que entrará a tradicional cidade na publicação da série

<sup>320</sup> Ofício nº 34 emitido por Alcides Maya ao Secretario dos Negócios do Interior e Exterior em 15 de dezembro de 1925. Correspondências expedidas 1925-1926, fls. 24-25. Arquivo Permanente d MJC – AP. 1.004. Grifo nossos.

<sup>321</sup> Correspondência expedida pelo diretor do MJC em 29 de setembro de 1927 aos Intendentes João Baptista Pianca, do município de Bento Gonçalves (ofício 231); Cezar Pestana, do município de Alfredo Chaves (ofício 232); intendente do município do Prata (ofício 233, não menciona o nome do intendente) e ao Coronel Guerreiro do município de Guaporé (ofício 234). Correspondências expedidas 1927, fl. s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP.1.005.

<sup>322</sup> Piratini foi a primeira capital farroupilha, entre 10 de novembro de 1836 a 14 de fevereiro de 1839, quando a sede da República Rio-Grandense foi transferida para a cidade de Caçapava, até 23 de março de 1840, passando o município de Alegrete a ser a capital até o final do conflito em 01 de março de 1845. Cf. FLORES, 1993, p. 85.

Documentos Interessantes- 1835-45, segundo o plano traçado no Departamento de História Nacional deste Instituto.<sup>323</sup>

Alguns meses depois, em dezembro do mesmo ano, Alcides Maya comunicou ao secretário do Interior e Exterior a sua determinação para que Eduardo Duarte aproveitasse a viagem a Piratini a fim de também perscrutar outros arquivos municipais com intuito de coletar documentos ao Arquivo Histórico do MJC, em especial, os relativos ao decênio 1835-45:

Em resposta à comunicação de Vossencia n. 7716, de 23 do corrente, incumbe-me informar que, de acordo com anteriores sugestões desta Diretoria, determinei que a viagem à campanha do diretor do Departamento de História Nacional, funcionário Eduardo Duarte, se amplie no sentido de, durante a excursão, ser aproveitada em favor de nosso arquivo a zona intermediária de Piratini a Triunfo, abrangendo Caçapava, Cachoeira e Rio Pardo. Os arquivos municipais dessas localidades contêm preciosos elementos informativos **que devem ser incorporados ao arquivo geral do Museu Julio de Castilhos**. Foi este ponto resolvido, sob as inspirações de Vossencia no recente congresso das municipalidades estaduais. Já tive a honra de explicar pessoalmente a Vossencia as vantagens de semelhante viagem, empreendida pelo referido funcionário, após as excursões de caráter histórico, por mim realizadas, **visando particularmente o decênio de 35-45**.<sup>324</sup>

O diretor deixa bem claro – respaldado em decisão tomada no Congresso das Municipalidades - que os documentos preservados nos arquivos municipais deveriam vir para o Arquivo do MJC, pois seria esse o local autorizado para a guarda das *preciosidades* que continham informações do nosso passado. Cabe ressaltar que as solicitações de viagens de estudo para seleção de acervo que até aqui citamos foram feitas antes de julho de 1929, portando, antes da realização do Congresso das Municipalidades e que também, anterior a essa data, já havia sido requerido aos intendentes, através de correspondência, a transferência dos documentos históricos depositados em seus arquivos para o Arquivo do MJC, mas sem retorno satisfatório por parte da grande maioria, embora algumas intendências tivessem colaborado, como foi o caso de Porto Alegre<sup>325</sup>. Parece-nos que a primeira solicitação às intendências teria sido

<sup>323</sup> Correspondência nº 91 expedida pelo diretor interino do MJC Eduardo Duarte ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 21 de junho de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 139. Arquivo Permanente do MJC - AP.1.007. Grifos do autor.

<sup>324</sup> Correspondência nº 300 de Alcides Maya ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de dezembro de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 274. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.007. Grifos nossos.

<sup>325</sup> Em 05 de novembro de 1928, Alcides Maya enviou ofício a Alberto Bins, intendente de Porto Alegre, agradecendo a remessa ao MJC do relatório da municipalidade referente ao ano de 1927. (Correspondências expedidas 1928, fl. 251. Arquivo Permanente do MJC - AP.1.006). Posterior ao



feita no momento da organização da 2ª seção do Arquivo Público, conforme informa Eduardo Duarte: “[...] as municipalidades do Estado não corresponderam ao apelo que, como diretor do Arquivo Público, lhes dirigiu o desembargador Florêncio de Abreu quando começou a organização do arquivo histórico rio-grandense”<sup>326</sup>. Posteriormente, quando a 2ª Seção já havia sido transferida ao MJC, encontramos indício de nova solicitação às intendências e do não atendimento, pelo menos de forma completa, aos apelos do diretor do MJC:

Tendo sido observado no Arquivo Público o seu regulamento conforme dec. nº 1994, de 27 de Junho de 1913, e, à 2ª Seção e esta tendo sido transferida para o Museu, **solicitado** a Vossencia, a exemplo do que continua a suceder à remessa de autos administrativos e cíveis para o referido Arquivo, **a entrega a este Instituto dos documentos históricos existentes nos arquivos das Municipalidades**, já, infelizmente, conforme reiteradas denúncias desta Diretoria, desfalcadas de muitos, e, em certos casos, irreparáveis perdas de documentos.

Apesar de haver tentando por vários meios readquirir tais arquivos, **tenho encontrado dificuldade no erro fundamental das Municipalidades considerarem como propriedade sua** os livros, notas e registros militar, político e administrativo existente nas suas sedes.<sup>327</sup>

Portanto, o entendimento de que os documentos que contavam a nossa história pertenciam todos ao Arquivo do MJC não era compartilhado pelos intendentess (ou pela maioria deles), necessitando haver um convencimento a esse respeito, o que provavelmente era realizado nas próprias viagens de prospecção de acervo com a concomitante divulgação da nova estrutura do MJC. Divulgava-se o trabalho do Departamento de História Nacional, a *opulência* do Arquivo Histórico para convencer que esse era o lugar adequado e legítimo da guarda de todos os documentos de história do estado. Nesse sentido, podemos entender a apresentação da tese de Eduardo Duarte no Congresso das Municipalidades, que passou a ser utilizada, a partir de julho de 1929, como argumento para embasar o pedido de envio de documentos das intendências ao Arquivo Histórico do MJC.

---

Congresso das Municipalidades, Porto Alegre continuou contribuindo periodicamente com o MJC, enviando relatórios anuais e mapas, como por exemplo, verificamos no ofício de 17 de setembro de 1929, remetido ao MJC por Pereira Netto dizendo: “Revendo o nosso arquivo de plantas, encontrei um mapa do Rio Grande de 1839, mandado organizar pelo Visconde de S. Leopoldo. Sendo um documento histórico, provavelmente raro, remeto para figurar no Museu do Estado” (Correspondências recebidas, 1929. Arquivo Permanente do MJC - AP.2.006).

<sup>326</sup> DUARTE, 1929, p. 11. *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Oficinas Gráficas d’A Federação, Porto Alegre. AHRGS – Fundo Eduardo Duarte – ED=018.

<sup>327</sup> Correspondência nº 39 de Alcides Maya ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 28 de fevereiro de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 71. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.007. Grifo nosso.

O 1º Congresso das Municipalidades Sul-Rio-Grandenses ocorreu em Porto Alegre, como já dito, em julho de 1929, com a finalidade de “promover, pela cooperação do Estado com os Municípios e pela destes entre si, a solução sistemática de importantes questões e problemas comuns”. Foram apresentadas e debatidas teses relativas ao “ensino, saúde, segurança, agricultura e pecuária, quedas d’água, política e administração, criação e redação”<sup>328</sup>. Dentro do capítulo *Política e Administração*, Eduardo Duarte apresentou, no dia 14 de julho, a oitava tese, intitulada *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Inicialmente, Duarte explicou a nova estrutura do MJC, destacando o artigo segundo do texto do Regulamento que determinava a organização do Arquivo Histórico com a reunião de todos os documentos abrangendo os períodos colonial, imperial e republicano. A partir daí, relatou o trabalho de catalogação que estava sendo realizado, com “beneditina paciência”<sup>329</sup>, no Arquivo Histórico, elencando, a exemplo do que fizera na Conferência de 1926, alguns documentos antigos que considerava importantes e já publicados nas Revistas do Arquivo Público, do Museu e do IHGRGS<sup>330</sup>.

Algumas páginas da tese são consumidas na já mencionada intenção de Duarte em demonstrar a opulência da documentação existente na instituição e disponível aos pesquisadores e o valor cívico desse trabalho de construção da história regional e pátria. Novamente também dá destaque, entre os temas tratados pelo Arquivo Histórico, à Guerra Farroupilha, dizendo que:

No dilatado tempo de nossa atuação nesse departamento da pública administração, temos sempre, ao desdobrar nosso arquivo histórico dedicado especial atenção a tudo quanto se há encontrado atinente à grande revolução que enche, sem dúvida um dos mais belos capítulos da história regional<sup>331</sup>.

A justificativa apontada para a especial atenção à Guerra Farroupilha é, novamente, o centenário em 1935, que deveria iniciar seu ciclo comemorativo a partir

<sup>328</sup> BAKOS, 1996, p. 27 *apud* ARCE, 2015, p. 59, nota 65.

<sup>329</sup> DUARTE, 1929, p. 5. *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Oficinas Gráficas d’A Federação, Porto Alegre. AHRGS – Fundo Eduardo Duarte – ED=018.

<sup>330</sup> Interessante atentar para a forma como Eduardo Duarte inclui a publicação do IHGRGS no relato do trabalho desenvolvido no Arquivo Histórico, misturando realmente a instituição privada com a pública, dizendo sobre seu trabalho: “Na Revista do mesmo Instituto [IHGRGS] há quatro anos vimos publicando assuntos de 35 para a divulgação de preciosos papeis, os quais, quando publicados no todo, muita luz trarão a esse memorável decênio” (*Idem*, p. 8).

<sup>331</sup> *Idem*, p. 8.

da publicação da *Série Documentos Interessantes (1835-45)*, sob a organização do Arquivo Histórico:

A *Série Documentos Interessantes (1835-1845)*, cuja publicação será iniciada logo que tenhamos realizado uma viagem de pesquisa nos antigos municípios do Estado, abrirá o ciclo das comemorações com que solenizaremos o centenário do grande acontecimento. Não esperar o ano de 35 é o plano assentado pelo Museu e Arquivo Histórico [...]. É o que queremos fazer, é o que estamos fazendo, desde já, ao solicitar a atenção desta douta assembleia.<sup>332</sup>

Assim, depois de buscar sensibilizar os intendententes em relação ao trabalho do Arquivo Histórico, expondo a riqueza da documentação relativa aos primórdios do território sul-rio-grandense e a importância da Guerra Farrroupilha e seu centenário, Duarte chamou à responsabilidade os intendententes no enriquecimento dos acervos do MJC, indagando: “- Como poderão os municípios contribuir para tudo isso?”<sup>333</sup>. Dessa forma, indicou que os municípios deveriam entender a remessa de acervos ao MJC como uma obrigação de todos e não um favor atrelado à boa vontade dos seus respectivos intendententes.

Eduardo Duarte dedica apenas um parágrafo da tese para tratar da contribuição das municipalidades na integralização das coleções do Departamento de História Natural, a partir do argumento de que a duplicidade das peças proporcionaria ao MJC a possibilidade de permuta com outras instituições, sendo por isso importante o envio de acervo por parte dos municípios, mesmo quando o Museu já possuísse algum exemplar relativo às coleções de ciências naturais.

Tratando da importância da colaboração dos municípios ao enriquecimento das coleções de história do MJC, ao contrário do que fez em relação às coleções de ciências naturais, Duarte dedicou-se com muito mais afinco ao convencimento dos intendententes presentes no Congresso, alegando que a cessão das coleções dos arquivos municipais ao MJC tratava-se de cumprimento de um dever cívico. Utilizou vários argumentos nesse convencimento, apontando questões técnicas, como a segurança e a preservação dos documentos, a organização (catalogação) que receberiam no Arquivo Histórico, a divulgação de todo material em publicações como as Revistas do Museu e do IHGRGS e o consequente acesso que os pesquisadores teriam à documentação. Entretanto, para

---

<sup>332</sup> *Idem*, folha 8-9. Grifo do autor.

<sup>333</sup> *Idem*, folha 9.

além dos argumentos técnicos, Duarte apontou uma questão que considerava *delicada* e, poderíamos dizer, central nesse processo, que é a propriedade ou direito de custódia da documentação histórica, perguntando: “- Pertencem tais papeis aos municípios, se até lá chega a sua autonomia, ou devem ser incorporados ao patrimônio do Estado?”<sup>334</sup>. Parece-nos que o próprio questionamento já coloca em dúvida a autoridade dos municípios para decidir sobre essa questão, ao mencionar o limite de sua autonomia diante de papeis considerados patrimônio pertencente ao estado. Nesse sentido, a interrogação de Duarte torna-se mais retórica do que realmente propositiva de uma discussão a respeito da determinação do destino dos documentos municipais. Respondendo a sua própria pergunta, Duarte procurou demonstrar como tais documentos guardados nas intendências poderiam possuir “grande valor elucidativo em pontos controversos da nossa história” e deveriam estar disponíveis à pesquisa no local onde a história era elucidada, onde o passado era desvelado através do estudo dos documentos, ou seja, no Departamento de História do MJC:

Falando com o coração procuraremos trazer ao vosso espírito a convicção de que, atendendo ao impulso do sã patriotismo, tudo quanto se referir à história da terra continentina, nos seus passados tempos, nas nossas campanhas cívico-militares, nos grandes movimentos da formação da raça, nisso que através de gerações e gerações vem, em refulgências de ouro, enobrecendo um grande povo, - todos esses papeis de inestimável valor, devem ser recolhidos ao Arquivo do Estado.<sup>335</sup>

Eduardo Duarte exortava, portanto, os intendentes a transferirem os documentos sob custódia de instituições públicas municipais ao Arquivo Histórico e também a usarem sua influência local para convencerem os donos de arquivos particulares a doarem seus acervos ao MJC: “[...] as municipalidades poderão, por meio de criteriosa propaganda, penetrar no seio de famílias que representem velhos troncos, onde preciosos papeis dormem o sono dos justos. Consegui-los, remetê-los à Repartição em apreço, é obra meritosa”<sup>336</sup>.

Ao final foram apresentadas quatro resoluções para que os delegados presentes no Congresso as aprovassem, comprometendo-se, dessa forma, os intendentes a:

a) hipotecar inteira solidariedade à efetivação da grandiosa obra que, em futuro não distante, representará o Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;

---

<sup>334</sup> *Idem*, folha 9.

<sup>335</sup> *Idem*, folha 10.

<sup>336</sup> *Idem*, folha 10.

b) desenvolver nos municípios que representam uma intensa propaganda no sentido de colher e remeter ao citado instituto o maior número possível de exemplares de História Natural (biologia, mineralogia, geologia, paleontologia, antropologia, etnologia e arqueologia);

c) empregar esforços para que os municípios que representam façam cessão de toda a documentação que nos respectivos arquivos existam atinente ao nosso passado histórico, notadamente quanto às nossas campanhas, os nossos pro-homens, pois só dessa maneira estarão esses papéis a coberto de possíveis acidentes e onde, carinhosamente catalogados e guardados, poderão os estudiosos deles tirar o necessário proveito útil;

d) verificando, enfim, que o Museu e Arquivo Histórico têm particularizado, ultimamente, os seus cuidados na organização e publicação de tudo quanto se refere ao decênio farroupilha (1835-1845), os congressistas aqui reunidos tomam a deliberação de desenvolver intensa propaganda junto aos seus municípes no sentido de obter quaisquer documentos que ao memorável período se refira, sem esperar o ano que marcará a data centenária, pois é da intenção da diretoria do Museu e Arquivo Histórico dar à publicidade, com necessária antecedência, tudo quanto possa constituir subsídios à história da gloriosa década farroupilha.<sup>337</sup>

Chama a nossa atenção a existência de um item específico (*d*) sobre a cessão dos documentos relativos à Guerra Farroupilha, que poderia estar incluído no item que solicita *todos* os documentos do “nosso passado histórico” (*c*). Isso novamente demonstra que essa seria a coleção que receberia mais atenção durante a gestão de Alcides Maya no MJC, pelo menos até o ano de 1935, quando foi comemorado o centenário farroupilha.

Aprovada a tese de Duarte com as resoluções acima transcritas, o MJC estava autorizado a dar continuidade, agora de forma legitimada, a sua *cruzada santa*, saindo à *caça de documentos* nos diversos arquivos públicos e particulares dos municípios do interior do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, transcorrido um mês da apresentação e aprovação da tese, em 14 de agosto de 1929, foi enviado a todos os intendentes municipais ofício lembrando as resoluções aprovadas como forma de respaldar o pedido de cessão de documentos que era realizado:

Como é do vosso conhecimento, o primeiro Congresso das Municipalidades reunidos nesta capital, entre as várias deliberações tomadas, por unanimidade de votos e com patrióticos aplausos resolveu que as municipalidades, correspondendo ao apelo que lhes fez esta diretoria na tese apresentada e aprovada, incorporassem ao patrimônio do Estado a documentação considerada subsidiária ao estudo da história regional existente nos respectivos arquivos.

Nestas condições, e em cumprimento aquela disposição, solicito-vos, sr. Intendente, destacar um funcionário dessa edilidade para fazer, no respectivo arquivo, inteligente e criteriosa seleção de todos os papéis avulsos manuscritos ou impressos, entre os quais, ofícios, cartas, relações,

---

<sup>337</sup> *Idem*, folha 12.

estatísticas, roteiros, papéis, enfim, que tenham relação com as nossas campanhas cívico-militares ou grandes movimentos de formação da raça. Quanto aos livros manuscritos, àqueles que, por justas conveniências devam continuar arquivados no município, as peças neles contidas e consideradas subsidiárias ao estudo da nossa história, serão copiadas fielmente e, devidamente autenticadas, remetidas, com o material acima citado, ao Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Correspondendo a esta solicitação, essa digna municipalidade terá praticado um ato meritório, efetivando, ao mesmo tempo, uma das mais importantes resoluções tomadas pelo primeiro congresso das comunas rio-grandenses.<sup>338</sup>

O ofício circular não mencionava a seleção e envio de peças relativas às ciências naturais, como também fora aprovado no congresso das municipalidades. Solicitava apenas os documentos históricos. Talvez pudéssemos pensar que isso ocorreu devido à correspondência ter sido redigida pelo diretor do Departamento de História Nacional do MJC, Eduardo Duarte, preocupado, portanto, com o enriquecimento de suas coleções. Entretanto, naquele momento ele assina como diretor interino, representando não o Departamento de História, mas o MJC, o que incluía também o Departamento de História Natural. Assim, pensamos que não se tratou de um erro na redação do ofício, mas sim de uma escolha feita pela instituição naquele momento de priorizar as coleções de história, completando-as e organizando-as.

A resposta dos municípios à solicitação do MJC foi positiva, conforme descreveu Eduardo Duarte ao relatar o resultado de suas viagens aos municípios de São Sepé, Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo, Rio Grande, Pelotas e Piratini: “Em todos os municípios por mim visitados encontrei a melhor boa vontade para a entrega desses papéis, o que era de se esperar, pois é o cumprimento da resolução tomada pelo Congresso das Municipalidades (...)”<sup>339</sup>. Nesse relato, Duarte ressaltou que algumas vezes se decepcionou com o reduzido número de documentos diante do que esperava encontrar como aconteceu em Caçapava, segunda capital farroupilha, “Município de larga atuação no memorável decênio, era de supor que o arquivo de sua edilidade possuísse farta documentação”<sup>340</sup>. Atribuiu a pobreza do arquivo dessa municipalidade “a uma destruição feita pelas forças da legalidade”, a exemplo do que acontecera em Cachoeira, quando, em 1840, sob o comando do major Adolfo Charão, os imperiais

<sup>338</sup> Ofício circular enviado pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, aos intendentess municipais em 14 de agosto de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP.1.007. Ofícios de nºs. 120 a 195.

<sup>339</sup> Relatório de viagem de Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 08 de abril de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 1. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.007.

<sup>340</sup> Relatório de viagem de Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 08 de abril de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 2. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.007.

destruíram muitos documentos do período revolucionário, deixando o legado de “livros cortados em suas páginas, papéis avulsos queimados, um auto de fé em regra, tendo escapado apenas o livro de vereanças correspondente ao período”<sup>341</sup>. Diante da eliminação dos documentos guardados em locais da administração pública atacados pelas tropas inimigas, restava a possibilidade da preservação daqueles em posse de particulares e buscados por Duarte em visita às famílias mais antigas dos municípios, como ele fez em Pelotas: “Como fiz em outras localidades, também nessa cidade procurei a casa de antigas famílias e espero conseguir alguma coisa”.

Duarte segue seu relato destacando o arquivo de Rio Pardo, onde encontrou maior quantidade de documentos:

É o melhor e o mais importante dos arquivos municipais por mim visitados. Fiz o tombamento dos livros manuscritos, em número de 148, como se vê do apenso junto; os papéis avulsos são em elevada quantidade, compreendendo o Brasil Colônia desde 1809, primeiro e segundo império. O decênio farroupilha está ali magnificamente representado, e, estou certo, Rio Pardo vai contribuir com mais de um volume em nossas publicações comemorativas do próximo centenário. Como em outros lugares, providenciei para a remessa desse precioso acervo, correndo as despesas por conta de nossas verbas.<sup>342</sup>

Outros municípios também foram visitados como Passo Fundo, Cruz Alta<sup>343</sup>, Viamão e Triunfo, sendo esse último “pródigo em contribuição”<sup>344</sup> ao Arquivo do MJC. Duarte em suas viagens estabelecia contatos arregimentando colaboradores para sua missão de localização de documentos: “[...] nas localidades por mim visitadas deixei pessoas encarregadas de angariar os procurados papéis, constituindo assim novos legionários da cruzada que vem pregando este Instituto”<sup>345</sup>.

<sup>341</sup> Relatório de viagem de Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 08 de abril de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 3. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.007.

<sup>342</sup> Relatório de viagem de Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 08 de abril de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 4. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.007. Rio Pardo, antes mesmo da visita de Duarte, já demonstrava que atendia às decisões do Congresso das Municipalidades, tendo em vista que correspondência nº 9 de 24 de janeiro de 1930 acusa o recebimento pelo MJC de um “pendão histórico” doado pelo Arquivo Municipal de Rio Pardo (Correspondências expedidas 1930, fl. 10. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.008).

<sup>343</sup> Passo Fundo e Cruz Alta são visitados por Duarte em suas férias. O ofício nº 8 de 09 de janeiro de 1931 encaminhado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior aponta a sugestão de Duarte em “estacionar” em Passo Fundo e Cruz Alta para pesquisar nos arquivos “peças que se enquadram no programa estabelecido para as publicações deste Museu”. Duarte iria para Erechim gozar suas férias (Correspondências expedidas 1931, fl. 8. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.010).

<sup>344</sup> Correspondência enviada por Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 01 de agosto de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 167. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.007.

<sup>345</sup> Correspondência enviada por Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 01 de agosto de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 167. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.007.

Após a verificação do que deveria ser incorporado ao Arquivo Histórico, com a listagem dos documentos, encaminhava-se funcionário do MJC para proceder à retirada do acervo<sup>346</sup> e, algumas vezes, os próprios municípios visitados providenciavam o envio de alguns materiais<sup>347</sup>.

Certamente, a grande maioria dos municípios do Rio Grande do Sul não foi visitada por Eduardo Duarte, Alcides Maya ou por algum funcionário destacado para essa missão, como Rosauro Tavares. Pelo que percebemos, foram selecionados para verificação *in loco* dos arquivos, os municípios mais antigos ou aqueles em que a atuação no período farroupilha foi importante, como as cidades sedes da República Rio-Grandense. Entretanto, como foi demonstrando através de ofício-circular do MJC, todos os municípios do estado foram convocados a colaborar na *cruzada santa*, verificando seus arquivos e encaminhado acervo ao MJC, conforme determinava o Congresso das Municipalidades. Os municípios, ao que parece, não se opuseram à tarefa delegada e, na medida do possível, colaboraram. Identificamos na documentação analisada apenas um município, o de São Borja, oferecendo certa resistência e questionando o envio de seus documentos ao Arquivo Histórico. O intendente de São Borja, em 16 de junho de 1930, enviou ofício ao diretor do MJC em resposta ao que tinha recebido em 24 de maio do mesmo ano, no qual o MJC solicitava novamente, já que São Borja também recebera a circular de agosto de 1929, a remessa de “**todos** os papeis considerados de valor subsidiário ao estudo do passado rio-grandense.”<sup>348</sup> O MJC, também nessa correspondência, determinava que a seleção dos papeis do arquivo de São Borja deveria ser feita pelo major Octaviano Pinto Soares. O Intendente contestou argumentando que a documentação existente dizia respeito à história do município e que lá deveria, portanto, permanecer e propôs, como forma de colaboração, o envio de uma lista dos

---

<sup>346</sup> A correspondência nº 240 encaminhada pelo MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 18 de setembro de 1930 solicita autorização para o praticante Clemenciano Barnasque recolher os “trabalhos, documentos” já selecionados nas intendenças por Alcides Maya e Eduardo Duarte para serem “recolhidos ao Museu Julio de Castilhos conforme decisão do Congresso das Municipalidades” (Correspondências expedidas 1930, fl. 189. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.009).

<sup>347</sup> Os acervos não chegaram todos ao mesmo tempo ou com celeridade. Eduardo Duarte, em 1931, no relatório do MJC correspondente ao ano de 1930, colocava que os acervos mais importantes ainda não tinham chegado ao MJC: “Entre os arquivos recebidos contam-se os de Caçapava, São Jerônimo, Triunfo, Alegrete, etc., não tendo porém, chegado os de Rio Pardo e Piratini, que são os mais preciosos” (Correspondências expedidas 1931, fl. 90. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.010).

<sup>348</sup> Ofício nº 169 enviado pelo diretor do MJC ao intendente de São Borja em 24 de maio de 1930. Correspondências expedidas 1930, fl. 76. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.008. Grifo nosso.



documentos e, caso o MJC tivesse interesse por algum, providenciaria cópia, ficando com o original:

Ao assumir o cargo de Intendente deste Município, encontrei deveras mal tratado o arquivo, cuja seção sempre reputei de importância, por cuja razão, recentemente determinei sua reorganização, neste momento ainda não concluída. Diante de vosso ofício, procurei conhecer a documentação a que se refere e, encontrei, referente ao passado – diversos livros de Registro das Atas da Câmara Municipal, coleção resumida da correspondência expedida e recebida pela mesma Câmara, bem como, também incompletas as coleções de leis da então Província do Rio Grande do Sul e ainda número resumido de relatórios diversos.

É possível que, documentos de maior importância aqui existissem, todavia, com a ocupação desta Municipalidade, pelas forças revolucionárias em 1923, muito sofreram todas as seções desta Intendência que, sem exceção, não lograram escapar ao menor desrespeito.

Do ligeiro exame a que procedi, cheguei à conclusão de que, os documentos a que me refiro, aliás todos de ordem privada, **só dizem respeito a esta Municipalidade e dela, portanto, inseparáveis.**

Não obstante o que venho de expor, mandarei organizar com a possível brevidade, uma relação completa do existente e vo-la remeterei; e, caso encontre aí V.Sa. alguma coisa que interesse a esse benemérito Instituto, prontificar-me-ei em vos fornecer **as cópias** que forem necessárias, reservando, como de direito, a conservação dos originais.<sup>349</sup>

O intendente não se manifestou em relação à determinação do MJC da seleção dos documentos ficar a cargo do major Octaviano Pinto Soares, mas, pelo que pudemos entender, essa indicação foi desconsiderada, tendo em vista que o próprio intendente, para responder ao diretor, fez o levantamento do que havia no arquivo. Infelizmente não encontramos outros indícios que permitissem acompanhar o desenvolvimento desse processo, mas consideramos válido abordar esse caso, porque, de certa forma, contesta a tese defendida por Eduardo Duarte no Congresso das Municipalidades, sobre a obrigação dos municípios cederem documentos históricos ao MJC, que teria direito à custódia de toda documentação, considerada patrimônio do estado, mesmo aquela relativa à história dos municípios, demonstrando que tal movimento não foi totalmente isento de tensionamentos entre o Arquivo Histórico e as intendências.

Além dos arquivos nas municipalidades, buscas também foram realizadas na Cúria Metropolitana, onde alguns “arquivos paroquiais de velhos municípios (como o de Viamão e Triunfo)”<sup>350</sup> tinham sido recolhidos, bem como em repartições públicas,

<sup>349</sup> Ofício nº 29 enviado pelo Intendente de São Borja ao diretor do MJC em 16 de junho de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 106. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.007. Grifos nossos.

<sup>350</sup> Ofício de Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 01 de agosto de 1930. Correspondências recebidas, 1930, fl. 167. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.007.

como a Biblioteca<sup>351</sup> e o Tesouro do Estado, nesses casos, mais especificamente, solicitando material para a mapoteca do MJC, como feito em 1931:

Acabo de ser informado que o Tesouro do Estado possui uma coleção de mapas e plantas do Rio Grande, outrora fazendo parte do arquivo da extinta Diretoria da Propriedade Imobiliária. Ora, como existe nesta Repartição, no Departamento de História Nacional, a Seção de mapoteca, solicito à vossencia se digne providenciar junto à Secretaria da Fazenda no sentido de obter a cessão daquela coleção, cujas peças serão catalogadas e incorporadas à nossa já preciosa mapoteca<sup>352</sup>.

A busca de documentação também foi divulgada pela imprensa, gerando doações de particulares, como podemos inferir a partir de correspondência recebida pelo MJC, na qual consta que, ao oferecer uma fotografia do local onde afirmava ter ocorrido a batalha do Seival, o Sr. Floreano Rosa, residente na Estação Santa Rosa no município de Bagé, afirmava ter lido “no Diário de Notícias dessa capital com data de 27 do mês passado, que o Arquivo Histórico do Estado, interessa-se por dados referentes à gloriosa epopeia dos Farrapos”<sup>353</sup>.

Paralelo a esse movimento no Rio Grande do Sul, Aurélio Porto<sup>354</sup>, à época funcionário do MJC, foi destacado para pesquisar nos arquivos no Rio de Janeiro<sup>355</sup> em

---

<sup>351</sup> O ofício nº 40 enviado pelo diretor do MJC, em 28 de fevereiro de 1929, solicitava “a entrega de mapas, plantas e desenhos do Brasil, e do Rio Grande do Sul depositados até hoje na Biblioteca Pública” (Correspondências expedidas 1929, fl. 73. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.007).

<sup>352</sup> Ofício nº 66 enviado pelo diretor interino do MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 05 de junho de 1931. Correspondências expedidas 1931, fl. 91. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.010. Também visando à organização da mapoteca do MJC, foi enviado ofício circular a todos os prefeitos do estado (ofício 74 a 151) em 09 de junho de 1931, solicitando “a remessa de qualquer mapa” que eles possuíssem, “impresso ou em cópia, de todo o município ou de seus distritos, e, bem assim, quaisquer mapas existentes na Prefeitura, na certeza de que tais peças serão aqui guardadas e conservadas com o necessário carinho” (Correspondências expedidas 1931, fl. 99. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.010).

<sup>353</sup> Correspondências recebidas 1929, fl. 151. Arquivo Permanente MJC - AP.2.006. Pesquisamos no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, mas infelizmente o periódico na data mencionada não foi localizado.

<sup>354</sup> Aurélio Porto nasceu em 25 de janeiro de 1879 na cidade de Cachoeira do Sul, foi membro do PRR e sócio fundador do IHGRGS. Obteve projeção no ambiente político-intelectual gaúcho, sendo que, “na década de 1920, já possuía considerável produção historiográfica. Desempenhou atividades político-partidárias, além de exercer cargos públicos [...]. No último ano do século XIX, era diretor do jornal republicano *O Progresso*, na cidade de Rosário do Sul. Tornou-se professor na cidade de Quaraí e redator de outros jornais. De 1910 a 1917, foi intendente no município de Garibaldi e também de Montenegro. Veio para Porto Alegre, tornando-se funcionário do Arquivo Público do Estado e redator do jornal do Partido Republicano Rio-Grandense, *A Federação*, onde teve intensa produção entre 1925-30. Também exerceu atividades na Secretaria da Fazenda, como diretor do Tesouro do Estado” (GUTFREIND, 1992, p. 40). Trabalhou no Arquivo Nacional e no Ministério das Relações Exteriores, sendo redator dos *Anais do Itamaraty*. Foi exonerado do MJC em virtude da nomeação para trabalhar no Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro em 21 de fevereiro de 1938. Morreu em 10 de outubro de 1945 na cidade do Rio de Janeiro.

busca, especialmente, de documentos relativos à Guerra Farroupilha. Isso foi necessário, conforme explica Arce, devido à “política centralizadora do governo imperial” que não “permitiu criar na Província uma repartição destinada aos arquivos legislativos e administrativos provinciais”<sup>356</sup>. Assim, como resultado dessa ação centralizadora, “no início do século XX, uma boa parte da documentação referente à Farroupilha se encontraria recolhida principalmente no Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e no Arquivo do Itamaraty”<sup>357</sup>. A autora embasa sua afirmação com a resposta dada pelo diretor do MJC ao secretário do estado dos Negócios do Interior e Exterior, que havia solicitado detalhamento da proposta para cópia de documentos no Rio. Dizia naquela ocasião o diretor do Museu:

Para fazer uma ideia da pobreza do nosso Arquivo, em confronto com a opulência daqueles, em coisas que nos dizem respeito, basta assinalar que não encontramos, nas pesquisas feitas no Arquivo Rio-Grandense, nem se quer um só ofício das centenas expedidas das Corte, sobre os acontecimentos da Província. No entanto era o governo Central que superintendia, quase diretamente, os negócios da guerra farroupilha. Além disso, como sempre se deu, toda a documentação era, em original, enviada para ali, juntamente com todas as peças importantes que instrui a documentação. Assim, sem extractar tudo desse acervo de cabedal existente naqueles arquivos, impossível se fazer a história desse período, para a comemoração do centenário farroupilha [...] a necessidade de um trabalho metódico de pesquisa e cópia, o que representa um grande esforço mental e material, que só pode ser feito por quem conheça as deficiências e lacunas do nosso Arquivo.<sup>358</sup>

Portanto, era considerada extremamente necessária a realização de pesquisas nas instituições de guarda documental localizadas na capital federal. Assim, Aurélio Porto, a serviço do MJC, com autorização do governo do estado, buscou documentos sobre a Guerra Farroupilha na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público, no Museu Histórico, no Ministério das Relações Exteriores e da Guerra, no arquivo da Marinha, no Instituto Histórico, no Gabinete Português de Leitura e também em arquivos particulares<sup>359</sup>. Porto encontrou nessas instituições “incalculável quantidade de documentos históricos

---

<sup>355</sup> Alcides Maya e Eduardo Duarte também estiveram no Rio com esse objetivo, mas de forma esporádica.

<sup>356</sup> ARCE, 2015, p. 36.

<sup>357</sup> ARCE, 2015, p. 37.

<sup>358</sup> Correspondências recebidas 1929. Arquivo Permanente MJC - AP 2.006 *apud* ARCE, 2015, p. 63, nota 78.

<sup>359</sup> Instituições apontadas no Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor interino do MJC Eduardo Duarte em 01 de julho de 1928 (Correspondências recebidas 1928, fl. 146, verso. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.005).

sobre o Rio Grande”<sup>360</sup>, não somente relativos ao decênio 1835-45, mas ao século XVIII tratando da fundação da cidade de Rio Grande e das disputas territoriais com os espanhóis. A respeito da documentação encontrada na Biblioteca Nacional, Porto registrou que:

Esta repartição tem preciosos códices manuscritos, absolutamente inéditos sobre o nosso Estado. Desde Silva Paes, que fundou o Presídio do Rio Grande de São Pedro, quase todos os capitães gerais, governadores e presidentes, ali tem notícias de [*palavra ilegível*] histórico, memoriais que ainda não foram estudados, principalmente sobre os primeiros anos.<sup>361</sup>

O relato segue com a listagem de diversos documentos antigos e sua importância para a nossa história, mas ao final Aurélio Porto lamenta não poder prosseguir a transcrição de tais documentos, tendo em vista que sua missão era dedicar-se aos documentos farroupilhas, entre os quais destacava os jornais encontrados na Biblioteca Nacional e que deveriam formar uma publicação para comemorar o centenário em 1935:

Infelizmente, cumprindo sugestões dessa Repartição não continuei a cópia dessa documentação para dedicar-me a assuntos relativos à Revolução Farroupilha, cujo centenário se aproxima. Longo fora enumerar todas as preciosidades existentes na Biblioteca Nacional que para selecionar e copiar, seria preciso tempo e um esforço contínuo, dedicados exclusivamente a este trabalho. Opulenta é também esta Repartição em coleções de Jornais do Rio Grande do Sul. Entre estes encontrei uma coleção *d’O Povo*, (palavra ilegível) da República de Piratini que abrange até o nº 160 de 21 de maio de 1840. Segundo estou informado, [*palavra ilegível*] “O Povo” que se publicou até aquela data em Caçapava continuou a ser impresso em Alegrete até 1841, sendo em 1842 substituído pelo “O Americano” de que existe coleção incompleta na Biblioteca. Há porém outras coleções em Arquivos particulares que pretendo visitar. Querendo o Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul reeditar, na íntegra essa coleção para publicar em 1935, centenário farroupilha, iniciei a cópia dos números que nos faltam, tendo já remetido para aí quatro exemplares.<sup>362</sup>

A orientação para que Porto priorizasse a transcrição de documentos relativos à Guerra Farroupilha, iniciando com o jornal *O Povo*, foi reforçada em 16 de julho, quando Eduardo Duarte escreveu ao pesquisador explicando que o projeto do MJC era publicar a reedição desse periódico o mais rápido possível, objetivando municiar os pesquisadores com informações para o estudo do decênio farroupilha, não esperando,

<sup>360</sup> Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor interino do MJC Eduardo Duarte em 01 de julho de 1928. Correspondências recebidas 1928, fl. 144. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.005.

<sup>361</sup> Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor interino do MJC Eduardo Duarte em 01 de julho de 1928. Correspondências recebidas 1928, fl. 146, verso. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.005.

<sup>362</sup> Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor interino do MJC Eduardo Duarte em 01 de julho de 1928. Correspondências recebidas 1928, fl. 147. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.005.

portanto, o ano de 1935. Isso explicaria a prioridade dos trabalhos sobre esses documentos:

Tenho o prazer de acusar o recebimento de vosso excelente relatório referente aos serviços que estais prestando ao Rio Grande, nessa capital. Cumpre-me, entretanto, recomendar-vos que a vossa proveitosa atividade, se concentre, por enquanto, na pesquisa de papéis atinentes ao decênio Farroupilha, com exclusão do celebre processo dos Farrapos, pois esse trabalho, cujo volume já está copiado pelo tenente-coronel Souza Docca, está sendo feito as expensas do Instituto Histórico do Estado, para fins de publicação em sua revista. A re-impressão do “O Povo”, vasto repositório de coisas para o estudo da grande revolução, é que, presentemente, preocupa o espírito desta diretoria, devendo começar o trabalho logo que consigamos os exemplares faltantes à coleção. O nosso intuito é levar à publicidade o maior número de subsídios que for possível alcançar, com antecedência, aparelhando os nossos estudiosos de elementos indispensáveis ao estudo daquele decênio. É o que faremos com “O Povo”, re-imprimindo-o sem esperar a data centenária, o que justifica a nossa recomendação<sup>363</sup>.

Eduardo Duarte excluiu, nesse momento, das atribuições de Aurélio Porto, a cópia do *O Processo dos Farrapos*<sup>364</sup>, tendo em vista que esse documento já estava sendo transcrito pelo historiador Souza Docca<sup>365</sup>, à custa do IHGRGS. Tal trabalho estava inserido no projeto iniciado em 1924 pelo Arquivo Nacional de “publicar documentos coevos às ‘gloriosas datas centenárias’, a começar pelo centenário da Confederação do Equador”<sup>366</sup>. Dessa forma, tendo em vista a aproximação da comemoração do centenário farroupilha, o Arquivo Nacional decidiu publicar *O Processo dos Farrapos*, que teve sua transcrição iniciada por Emílio Fernandes de Souza Docca, enquanto esse estava no Rio de Janeiro, e que, conforme Martins, teria oferecido “ao Instituto Histórico seus préstimos para copiar *O Processo dos Farrapos* (...) mediante pequena retribuição pecuniária”<sup>367</sup>. Entretanto, Souza Docca, tendo iniciado o trabalho, não pode concluí-lo, pois, como militar, recebeu promoção e foi transferido para Mato Grosso. A cópia desse documento seria continuada por Aurélio Porto, que, a partir de 1933, foi cedido pelo Interventor Federal do Rio Grande do Sul,

<sup>363</sup> Correspondência nº 142 enviada por Eduardo Duarte, enquanto diretor interino do MJC, a Aurélio Porto em 16 de julho de 1928. Correspondências expedidas 1928, fl. 195. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.006.

<sup>364</sup> Encontramos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul cópia manuscrita por Aurélio Porto do 1º volume – *1º caderno do Processo dos Farrapos (1836)* com data de junho de 1928, em cuja capa consta: “copiado integralmente do original existente no Arquivo Histórico”. Isso indica que Aurélio Porto iniciou a cópia desse documento e a enviou ao Arquivo do RS, gerando a ordem de Eduardo Duarte para que ele abandonasse tal tarefa (AHRS, documentos do MJC. Caixa 10 – maço 5).

<sup>365</sup> Emílio Fernandes de Souza Docca era militar e historiador, sócio fundador do IHGRGS e membro-correspondente do IHGB.

<sup>366</sup> MARTINS, 2015, p 153.

<sup>367</sup> MARTINS, 2015, p. 153, nota 197.

Flores da Cunha, por período de um ano e meio, para tal fim<sup>368</sup>. Porém, isso só ocorreu após Porto ter terminado a transcrição dos jornais farroupilhas, resultado de sua peregrinação pelos arquivos da capital federal durante os anos 1928 a 1930.

Antes de apontarmos as publicações resultantes do trabalho de Aurélio Porto no Rio de Janeiro, consideramos importante destacar que, embora Eduardo Duarte orientasse o primeiro para dedicar-se exclusivamente à documentação farroupilha, principalmente aos jornais daquele período, ele não desconsiderava a importância em recolher cópias de documentos relacionados a outros eventos do passado do Rio Grande do Sul encontrados nos arquivos do Rio de Janeiro, como declarou ao indicar o governo do estado a autorizar a solicitação feita pelo padre Geraldo José Pauwels<sup>369</sup> de copiar o processo movido pelo governo central contra Rafael Pinto Bandeira<sup>370</sup>, descoberto no

---

<sup>368</sup> Aurélio Porto ficou no Rio de Janeiro até o início de 1935, quando foi indeferida por Flores da Cunha a renovação de sua cedência. O trabalho, embora próximo do fim, ainda não havia sido concluído, faltando a segunda parte do terceiro volume de *O Processo dos Farrapos*. Os dois primeiros volumes já estavam publicados e a primeira parte do terceiro volume estava sendo impressa. Após vários pedidos para retorno ao Arquivo Nacional para término da tarefa, Porto conseguiu concluir os trabalhos de anotações do *O Processo*, sendo publicado o terceiro volume, pelo Arquivo Nacional, em final de 1935. Martins informa que o “trabalho ainda ganharia um quarto volume, com documentos do Itamaraty, com a correspondência dos encarregados de Negócios em Montevidéu, acompanhado de anotações suas, que foi publicado em 1937, em conjunto entre o Arquivo Nacional e o Ministério das Relações Exteriores” (MARTINS, 2015, p. 157). Cabe esclarecer que as “*Notas ao Processo dos Farrapos*” de Aurélio Porto são comentários que o historiador fez, a partir de suas pesquisas, aos volumes do processo que os farrapos responderam perante a justiça de Porto Alegre, por crime de sedição. Gutfreind informa que “o primeiro volume, correspondente ao XXIX da Coleção, foi de 1933, o segundo, XXX, de 1934, e o terceiro, XXXI, de 1935” (1992, p. 41). As publicações foram feitas pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, onde Porto trabalhou como colaborador do diretor Alcides Bezerra Cavalcanti. Gutfreind acrescenta que “Além de notas ao *Processo dos Farrapos*, Aurélio Porto teceu comentários aos *Anais do Itamaraty*, que compõem a série ‘Farrapos’, também publicada pelo Arquivo Nacional” (1992, p. 41).

<sup>369</sup> Padre Geraldo Pauwels (1883-1960) nasceu na Alemanha e em 1904 ingressou na Companhia de Jesus em Exaten, Holanda. Foi enviado em 1910 para a Missão do Brasil Meridional, cursando Teologia no Seminário Provincial de São Leopoldo entre 1916 e 1919, ordenando-se sacerdote em 08 de agosto de 1920. Trabalhou como professor de Geografia e História no Ginásio Anchieta de Porto Alegre onde conviveu com os padres, também alemães jesuítas, membros fundadores do IHGRGS, Carlos Teschauer e João Batista Hafkemeyer. Em 1925, Pauwels foi admitido no IHGRGS. No período em que atuou no Colégio Catarinense de Florianópolis, entre 1925 e 1928, desligou-se da Companhia de Jesus, “ligando-se à Arquidiocese do Rio de Janeiro ali continuou seus estudos de Geografia, no Arquivo Nacional, exercendo igualmente o cargo de Inspetor de Ginásios de 1936 a 1956. [...] PG tornou-se conhecido em todo o Brasil pelo seu excelente Atlas Geográfico e outras publicações. Foi sócio-correspondente da Revista do IHGRGS e de outros Institutos Históricos e Geográficos do Brasil” (LEITE, 2014, p. 174-5).

<sup>370</sup> Rafael Pinto Bandeira (1740-1795) nasceu em Rio Grande e foi militar de destaque nas guerras contra os espanhóis na definição das fronteiras territoriais do Continente de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Pinto Bandeira foi acusado por José Marcelino de Figueiredo, então governante da Província, de irregularidade com o dinheiro público, gerando a denúncia que constituiu o processo mencionado. Após inquérito, chegou a ir preso para Lisboa, mas teve sua prisão suspensa com ordem do arquivamento do processo determinado por Decreto de Dona Maria I, em 08 de janeiro de 1780. Em janeiro de 1784, assumiu a governança militar da província de São Pedro, mantendo-se por onze anos nesse cargo, até abril de 1795, quando, por motivo de saúde, retornou à cidade de Rio Grande. Cf. SPALDING, 1969.

Arquivo Nacional, para posterior publicação na Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Duarte manifestou-se a respeito do assunto nos seguintes termos:

Bastas vezes tenho manifestado a vossencia a necessidade de transformar em letra de forma, integrando na luz da publicidade, tudo que há por aí a fora sobre as coisas da história regional; **se no momento esta diretoria se preocupa mais do que nunca com as publicações atinentes ao decênio farroupilha, não quer dizer que descarta daquilo que se perde nas brumas do passado**, não.

As primeiras entradas do Rio Grande, a nossa formação econômica, as passadas campanhas, tudo isso é objeto de constantes agitações. Tanto assim que, no caso em apreço, esta diretoria opina para que se dê franca autorização ao padre Pauwels para copiar não só o apontado documento como qualquer outros que com o seu critério e seu grande conhecimento da História do Rio Grande for encontrado nas pesquisas a que se dedica nos arquivos do Rio de Janeiro.<sup>371</sup>

O secretário do Interior e Exterior atendeu à solicitação de Eduardo Duarte, demonstrando, em nosso entendimento, que o governo do estado naquele momento investia recursos no projeto de registro da história sul-rio-grandense, concretizado na reformulação do MJC. O trabalho de cópia e anotação do processo de Rafael Pinto Bandeira foi contratado junto ao padre Pauwels no valor de 2.500\$000 (dois mil e quinhentos reis), pagos em setembro de 1929<sup>372</sup>. O referido processo foi publicado na Revista do Museu em junho de 1930<sup>373</sup>.

Assim, tendo oportunidade de realização, não foi negligenciada a divulgação de documento datado do século XVIII relativo à história regional, mesmo em período de grande esforço na coleta de documentos referentes à Guerra Farroupilha para o qual o

<sup>371</sup> Correspondência nº 94 de Eduardo Duarte ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 21 de junho de 1929. Correspondências expedida 1929, fl. 144. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.007. Grifos nossos.

<sup>372</sup> Conforme Ofício nº 256 do MJC ao padre Geraldo José Pauwels em 16 de setembro de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 208. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.007.

<sup>373</sup> A edição número 23 da Revista do Museu e Arquivo Público publicou o trabalho com o título *Ano de 1780 – Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira*. Na apresentação dessa edição, Eduardo Duarte ressaltava a importância do documento dizendo: “No preparo da presente edição da Revista aproveitamos importantes subsídios ao estudo de um capítulo da história regional nas coleções do Arquivo Nacional. Referimo-nos ao célebre processo a que foi submetido o brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, militar de larga atuação nas coisas do Rio Grande do Sul, tendo até substituído na suprema direção do continente o então governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Camara, quando este se achava na comissão de limites com os enviados espanhóis. Em se tratando de peça histórica de tão alto relevo a direção deste Instituto solicitou e obteve do Governo do Estado autorização para a extração e publicação da cópia que se segue, sendo desse trabalho encarregado o ilustre historiógrafo P. Geraldo José Pauwels, residente no Rio de Janeiro. Outras peças de valor relacionadas com o mesmo processo foram também aproveitadas, inclusive um índice alfabético dos nomes próprios que aparecem nos documentos e informações genealógicas dos Pinto Bandeira, o que mais encarece o valor dessa obra” (Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul, nº 23, junho de 1930. MJC, sem numeração da página).

Museu e o IHGRGS estavam voltados em função da comemoração do centenário. A tarefa, como vimos, ficou a cargo de historiógrafo contratado, não pertencente ao quadro do MJC, devendo permanecer Aurélio Porto, naquele momento, totalmente dedicado aos periódicos farroupilhas. Entretanto, nos chamou a atenção a menção do diretor do Arquivo Nacional, em correspondência ao MJC, agradecendo a remessa da edição da Revista do Museu em que o processo de Pinto Bandeira foi publicado, de que Aurélio Porto também estivera naquela instituição pesquisando junto com Pauwels tal documentação:

Entre a variada colaboração que tanto faz realçar o número dessa Revista, agora recebida, devo salientar a referente aos “-Autos principais do Conselho de guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira”- para cuja publicação cooperou o Arquivo Nacional **forneendo aos Srs. Aurélio Porto e Padre Geraldo Pauwels, que aqui estiveram em comissão**, os mais completos informes sobre o assunto.<sup>374</sup>

Podemos pensar que Porto, sendo pesquisador frequente do Arquivo Nacional e conhecedor dos documentos da nossa história, pela qual manifestava apreço em suas correspondências a Eduardo Duarte, tenha, provavelmente por próprio interesse, se envolvido com a pesquisa que Pauwels ficou encarregado de realizar. Também devemos considerar o fato do padre ter elaborado, juntamente com a cópia do Processo, a genealogia dos Pinto Bandeira, valendo-se, para isso, “de estudos feitos pelo Sr. Aurélio Porto”<sup>375</sup>, conforme relatou Eduardo Duarte, o que pode explicar a sua presença junto a Pauwels no Arquivo Nacional. Entretanto, isso não o impediu de concluir a tarefa primeira para a qual fora designado, localizando, copiando e enviando ao MJC a coleção dos jornais farroupilhas, possibilitando a almejada divulgação desses documentos com antecedência à comemoração do centenário. Nesse sentido, com a impressão do jornal *O Povo*<sup>376</sup> em abril de 1930, iniciou-se a publicação da série

<sup>374</sup> Ofício enviado pelo diretor do Arquivo Nacional, João Alcides Cavalcanti, do Rio de Janeiro, para o diretor do MJC, Alcides Maya, em 9 de julho de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl.149. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.007. Grifo nosso.

<sup>375</sup> Relatório do MJC apresentado a Getúlio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, por João Simplício Alves de Carvalho, Secretario Interino dos Negócios do Interior e Exterior, em 1º de agosto de 1930, referente às atividades de 1929 e primeiro semestre de 1930 (AHRS - SIE3-048, fl. 138).

<sup>376</sup> O volume com a edição do jornal *O Povo* era formado por 700 páginas de impressão em fac-símile. A maioria de suas edições foi encontrada na Biblioteca Nacional, mas sem os números 24 e 150, que foram fornecidas ao Arquivo Histórico por Assis Brasil, conforme relata Eduardo Duarte, falando da longa busca que foi empreendida para completar tal coleção: “Era uma velha aspiração deste departamento; longo tempo, anos a fio, levamos a solicitar continuamente, quer pela imprensa, quer em correspondência epistolar, os exemplares faltantes na nosrosidade [sic] do sr. Dr. J.B de Assis Brasil, que nos forneceu os dois únicos números que ultimamente procurávamos já em desespero de causa” (Relatório do MJC 1930, AHRS - SIE3-048, fls.138-139). Exemplar desse volume ainda hoje é exposto no MJC, com a seguinte



*Documentos Interessantes para o estudo da grande Revolução de 1835-1845*. A intenção era publicar três volumes, mas apenas dois acabaram por integralizar a série.

O segundo volume<sup>377</sup> foi publicado ao final de 1930, no mês de dezembro, e trazia os jornais *O Mensageiro*<sup>378</sup>, *O Americano* e *Estrela do Sul*<sup>379</sup>, além da Constituição Farroupilha, considerada “uma valiosa documentação subsidiária para o estudo dos feitos daquela época”<sup>380</sup>.

Ambas as publicações constituíram trabalhos em foto-litografia impressos pela Livraria do Globo, que também disponibilizava a venda dos exemplares para o público em geral<sup>381</sup>. As autoridades políticas em nível federal, estadual e municipal, bem como aqueles reconhecidos estudiosos da nossa história, receberam gratuitamente os volumes da Série *Documentos Interessantes*. O ofício circular<sup>382</sup> que acompanhava a distribuição dos volumes ao Presidente da República, aos ministros, ao governador do estado e seus secretários, bem como aos intendentess municipais, apresentava ligeiramente a obra, ressaltando a sua importância como fonte de estudo para a Revolução Farroupilha. Tal

legenda: “Edição fac-símile do jornal *O Povo* que circulou de 1838 a 1840. Primeiro na cidade de Piratini e depois em Caçapava. Servia para divulgar as ideias farrapas por meio de textos que exaltavam a figura do herói farroupilha” (MJC, sala expositiva, maio 2017). Os jornais *O Povo*, *O Mensageiro*, *O Americano* e *A Estrela do Sul* podem ser encontrados no MUSECOM, no Setor de Imprensa. Os volumes que a instituição possui podem ser consultados em: <[http://www.musecom.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/inventario\\_formatado.pdf](http://www.musecom.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/inventario_formatado.pdf)>. Acesso em 03 de dezembro de 2017.

<sup>377</sup> O segundo volume da série *Documentos Interessantes* inicialmente divulgaria apenas o jornal *O Mensageiro*, mas, conforme explicou Eduardo Duarte, “como o segundo volume não alcançaria o número de páginas previsto no plano traçado, resolveu esta Diretoria juntar ao dito segundo volume mais os jornais ‘Estrela do Sul’, e ‘Americano’ e o Projeto de Constituição” (Correspondências expedidas 1931, fl. 49. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.010). Todos esses jornais foram copiados no Rio de Janeiro por Aurélio Porto.

<sup>378</sup> Conforme Eduardo Duarte informou em relatório, o jornal *O Mensageiro* foi “órgão do governo revolucionário no período em que este esteve de posse da capital da Província [1835-6]. Todos os atos emanados do governo do dr. Marciano Ribeiro serão aí publicados” (Relatório do MJC, agosto de 1929. AHRS - SIE 3-045, pg. XXIV).

<sup>379</sup> *O Americano* foi órgão da República Rio-Grandense, publicado na cidade de Alegrete nos anos 1842 e 1843 quando foi substituído pelo *Estrela do Sul*, também no mesmo município. Cf. Correspondências recebidas 1929, fl. 190. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.006.

<sup>380</sup> Correspondência nº 289 ao Interventor Federal Flores da Cunha quando o diretor do MJC enviou exemplar do segundo volume da Série *Documentos Interessantes*, em 23 de dezembro de 1930. Correspondências expedidas 1930, fl. 232. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.008.

<sup>381</sup> Ofício nº 229 expedido pelo diretor do MJC em 30 de agosto de 1930 que entregava 50 exemplares de *O Povo* para venda na Livraria do Globo “a razão de 28\$000 cada exemplar com desconto de 10%”. (Correspondências expedidas 1930, fl. 166. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.008).

<sup>382</sup> O ofício circular expedido pelo diretor do MJC em 24 de abril de 1930 apresentava o 1º volume, contendo o jornal *O Povo*. (Cf. Correspondências expedidas 1930, fls. 56 a 162. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.008). O ofício expedido pelo diretor do MJC em 23 de dezembro de 1930 encaminhava o 2º volume contendo os jornais *O Mensageiro*, *O Americano*, *Estrela do Sul* e Constituição Farroupilha. (Cf. Correspondências expedidas 1930, fls. 232 a 238. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.008).

ato era uma forma de divulgar subsídios para a pesquisa histórica e também de prestar contas ao governo, que, afinal, financiou as despesas do trabalho realizado.

Também foram enviados exemplares dos volumes dos *Documentos Interessantes* a instituições de ensino e de pesquisa no Brasil e no exterior<sup>383</sup>, a exemplo do que já acontecia com a Revista do Museu, estabelecendo intercâmbios com consequente recebimento de materiais produzidos por essas instituições, os quais alimentavam, especialmente, a biblioteca do MJC.

As pessoas que desejassem receber gratuitamente as publicações do MJC deveriam ser “reconhecidamente dedicadas ao estudo da história pátria, notadamente àquelas que a este Instituto se recomendam com a exibição de trabalhos já publicados”<sup>384</sup>, caso contrário, poderiam adquirir os exemplares desejados na Livraria do Globo. Tal foi a orientação dada ao senhor Alcindo Pinto Falcão que solicitou ao MJC doação das publicações. A resposta da direção foi que:

As publicações deste Museu são expostas à venda nesta capital ou enviadas gratuitamente às pessoas que estudam as coisas da história pátria. Solicito-vos, por isso, queirais enviar a esta Repartição alguma referência à vossa qualidade de professor, homem de imprensa, ou um exemplar de quaisquer trabalhos publicados. Feito isto, enviar-vos-emos as nossas publicações, inclusive os volumes da série Documentos Interessantes para o estudo da revolução Farroupilha.<sup>385</sup>

Assim, entendemos que o objetivo prioritário do MJC era oferecer material subsidiário à escrita da história da Guerra Farroupilha àqueles que tinham, reconhecidamente, por atividade, a pesquisa histórica. Os documentos recolhidos nos arquivos e reunidos nas publicações poderiam ser divulgados ao grande público, mas quem faria bom uso deles, justificando o trabalho de *beneditina paciência* da *cruzada santa*, eram os considerados historiadores pela instituição.

O terceiro volume da série *Documentos Interessantes*, trazendo o jornal *Liberal Rio-Grandense*<sup>386</sup>, não foi publicado devido às dificuldades financeiras advindas da Revolução de 1930, conforme explicou Eduardo Duarte:

---

<sup>383</sup> Como exemplo, citamos o envio dos exemplares de *O Povo* e *Mensageiro* ao diretor da Junta de História e Numismática de Buenos Aires em 20 de julho de 1931. Cf. Ofício nº 273. Correspondência expedida 1931, fl. 137. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.010.

<sup>384</sup> Correspondência nº 69 enviada pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, a Octávio Lotufo em 06 de junho de 1931. Correspondência expedida 1931, fl. 94. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.010.

<sup>385</sup> Resposta enviada pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, a Alcindo Pinto Falcão em 07 de janeiro de 1932. Ofício nº 05. Correspondência expedida 1932, fl. 16. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.008.

O aparecimento deste volume, foi, infelizmente, prejudicado, bem como a continuação da Revista, por determinação do sr. general interventor do Estado, por motivos que incidem nas dificuldades financeiras em consequência do movimento revolucionário do país.

Esperamos, entretanto, que tais motivos de pronto sejam julgados e que possa a Repartição reiniciar dentre em breve, a série de publicações momentaneamente interrompida.<sup>387</sup>

Entretanto, as publicações não foram retomadas, mesmo diante da alegação de que eram fundamentais para o estudo do período farroupilha, feita pelo diretor do MJC nas vezes em que fez o pedido de impressão do terceiro volume<sup>388</sup>. A última solicitação que encontramos foi em correspondência de 1934, um ano antes da comemoração do centenário:

Já por duas vezes manifestei a vossencia a conveniência de se publicar o terceiro volume da série Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução, e não tendo logrado autorização para a referida publicação, torno a presença de vossencia, reiterando o pedido.

O volume em apreço reproduzirá, em fac-simile, como feito com “O Povo”, o jornal “Liberal Rio-Grandense”, que era o órgão do partido que apoiava o governo do dr. José de Araújo Ribeiro. Surgiu em 1836, na cidade de Rio Grande, e sua coleção consta de 96 exemplares, constituindo um vasto repertório de subsídios para o estudo do memorável decênio. E mais: sendo a coleção que possuímos a única existente, pelo que sabemos, maior se tornar a necessidade de sua reimpressão, máxime quando se aproxima a magna data que assinalará a centúria do grande evento.

Por último, informo a vossencia que, por determinação do ilustre antecessor, o orçamento para a feitura da obra já apresentado pela Livraria do Globo, cujas oficinas estão aparelhadas para fazer o trabalho pela maneira apontada, isto é, em foto litografia<sup>389</sup>.

A impossibilidade da publicação e divulgação aos pesquisadores do jornal *O Liberal Rio-Grandense*, assim como de outros documentos relativos ao período farroupilha recolhidos ao Arquivo Histórico, resultantes, fundamentalmente, do trabalho de Eduardo Duarte nos diversos arquivos no Rio Grande do Sul e do de Aurélio Porto no Rio de Janeiro, é lamentada no relatório das atividades de 1935, que apresentou a

<sup>386</sup> Conforme explica Eduardo Duarte, o *Liberal Rio-Grandense* era “jornal da legalidade, publicado na hoje cidade do Rio Grande, e que tinha por fim defender o governo do dr. José de Araujo Ribeiro”. Relatório do MJC correspondente ao ano de 1930 (Correspondências expedidas 1930, fls. 78-79. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.008). O setor de Imprensa do MUSECOM possui alguns exemplares desse periódico do ano de 1836. Ver: <[http://www.musecom.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/inventario\\_formatado.pdf](http://www.musecom.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/inventario_formatado.pdf)> Acesso em: 03 dezembro de 2017.

<sup>387</sup> Relatório do MJC correspondente ao ano de 1930. Correspondências expedidas 1930, fl.79. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.008.

<sup>388</sup> O diretor do MJC, através do Ofício nº 33, fez o pedido de impressão ao secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 03 de março de 1931. Correspondências expedidas 1931, fl. 40. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.010.

<sup>389</sup> Correspondência nº 18 do diretor do MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior solicitando a impressão do jornal *Liberal Rio-Grandense* em 20 de abril de 1934. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 151. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.012. Grifos do autor.

participação do MJC na exposição do centenário farroupilha, onde o diretor do Museu ressaltou que:

Teria sido, naturalmente, muito mais eficaz a nossa colaboração se houvesse recebido este Departamento autorização para levar a cabo as publicações reclamadas por nosso programa de trabalho.

Infelizmente, não nos foi possível editar cerca de duas mil folhas datilografadas, contendo a correspondência integral dos presidentes da província, durante a década memorável de 1835-45.

Também não foi efetivada a publicação do volume terceiro da série “Documentos Interessantes para o estudo da Grande Revolução” apesar de já estar pronto para ser levado ao prelo. A nossa Revista continua com sua publicação suspensa, desde 1930, aguardando autorização superior para ser reencetada<sup>390</sup>.

Entretanto, apesar do lamento acima transcrito, nesse mesmo relatório, exultou-se a contribuição do Departamento de História do MJC à exposição do centenário, destacando as peças expostas e a importância fundamental do seu acervo na produção de teses dos historiadores do IHGRGS, bem como nos trabalhos desenvolvidos nas escolas e na colaboração às matérias jornalísticas sobre a Guerra Farroupilha, justificando a tarefa de recolhimento e divulgação de tal documentação à qual o Museu e o Arquivo Histórico vinham dedicando-se nos últimos anos:

O Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul fez-se representar no memorável certame rio-grandense que foi a Exposição do Centenário Farroupilha.

Coube ao nosso Departamento de História Nacional, a organização dos documentos do Arquivo Histórico do Estado, em sala especial do Pavilhão Cultural.

Lá, exibimos durante vários meses, algumas peças, de inextinguível valor histórico, que foram apreciadíssimas por quantos assistiram àquela demonstração do trabalho intelectual rio-grandense.

Quadros históricos, mapas, documentos avulsos, exemplares das edições fac-similadas dos jornais “O Povo”, “O Mensageiro”, “O Americano” e a

<sup>390</sup> Relatório do MJC correspondente ao ano de 1935 até 15 de junho de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fls.319-320. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.012. A publicação da Revista do Museu foi retomada somente em 1951, com o nome de *Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*. Em correspondência nº 132 do diretor do MJC, Emílio Kemp, ao Diretor Geral da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado, em 04 de julho de 1939, é dito que o Arquivo Histórico, sem sua revista, estava fazendo suas publicações na Revista do IHGRGS, evidenciando, mais uma vez, a simbiose de ambas as instituições: “Este departamento do Museu [Arquivo] está fazendo as suas publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, que é subvencionado pelo Estado” (Correspondências expedidas 1939, fl. 241. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.014). Como já destacamos, a Revista do Museu era importante instrumento de divulgação dos estudos realizados e de troca com outras instituições nacionais e internacionais. Mesmo durante o período em que ela não foi publicada, solicitações eram feitas ao MJC, como em 19 de fevereiro de 1931, quando Percy Alvin Martin, professor de História da América Latina na Universidade de Stanford, Califórnia, solicitou ao MJC o nº 22 do periódico, de janeiro de 1930, por conter uma relação de 1811 a 1812 das “Operações do Exército Pacificador na fronteira meridional” (Correspondências recebidas 1931, fl. 56. Arquivo Permanente MJC - AP.1.009).

“Estrela do Sul”, reeditados por este departamento, ali, se exibiram e serviram para elevar bem alto o nome do Arquivo Histórico do Estado, tão injustamente desconhecido de nossos homens de letras.

A efetuação do primeiro Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, deu origem ao aparecimento de inúmeras teses de caráter histórico, quase todas calcadas na farta e exuberante documentação aqui existente, servindo para realçar ainda mais o valor da magnífica contribuição do Arquivo Histórico.

De monta foi também a colaboração deste Departamento na preparação dos trabalhos apresentados pelos Colégios Elementares da capital, quase todos baseados nos ensinamentos e sugestões que aqui receberam os membros do magistério rio-grandense.

As magníficas edições com que a imprensa se associou ao brilhantismo dos festejos tiveram aqui a colaboração eficiente: ao Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos coube, pois, a honra de haver eficientemente contribuído, com todos os recursos disponíveis, para o brilho espiritual que teve o programa adotado.<sup>391</sup>

Portanto, apesar da limitação de recursos não permitir a publicação de todos os documentos recolhidos ao Arquivo Histórico, o resultado do esforço da *cruzada santa* foi considerado positivo, no sentido de que atendeu, em grande parte, a intenção de enriquecimento das coleções, principalmente da Farroupilha. Essa pujança do Arquivo Histórico, que vinha sendo construída ao longo dos últimos anos, também foi destacada pelo diretor do MJC:

Dia a dia, se afirma a pujança do arquivo histórico do Museu Julio de Castilhos.

Agora mesmo acaba de ser ele enriquecido com a valiosa doação, feita pelo dr. Alfredo Varela, de seu arquivo, repositório precioso de papeis sobre a jornada farroupilha, por aquele historiador utilizado na elaboração de sua obra “A história da Grande Revolução”.

É uma aquisição que virá servir às finalidades deste Departamento

Para recebê-lo, como é de vosso conhecimento, o Governo do Estado comissionou o dr. Eduardo Duarte, diretor deste Departamento, que presentemente se encontra em São Paulo.<sup>392</sup>

O livro *A história da Grande Revolução*, de Alfredo Varela, composto por seis volumes, com cerca de 500 páginas cada um, foi publicado em 1933 com financiamento do Estado em edição Comemorativa do Centenário. Conforme apontado no relatório, essa obra foi escrita a partir de farta documentação que Varela reuniu ao longo de cerca de cinquenta anos, como ele descreveu em correspondências apresentadas por Ana Inês Arce em sua dissertação. A autora analisou os processos de avaliação de acervos de particulares ofertados ao Arquivo Histórico no período que antecedeu à comemoração

<sup>391</sup> Relatório do MJC correspondente a 1935, até 15 de junho de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 319. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.012.

<sup>392</sup> Relatório do MJC correspondente a 1935, até 15 de junho de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 320. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.012.

do centenário farroupilha, destacando a incorporação da Coleção Varela, “um dos mais ricos acervos documentais existentes sobre a Revolução Farroupilha e que tem sido fonte para inúmeros trabalhos de pesquisa histórica”<sup>393</sup>.

Alfredo Varela, em 20 de maio de 1933, confiou em depósito e guarda quatro caixas de documentos ao MJC, ao qual, em maio de 1935, ofereceu em doação definitiva, juntamente com o restante de sua coleção que se achava depositada no Museu Paulista. Entretanto, apesar da oferta gratuita do pesquisador e da solicitação de que fosse feita solenidade de recebimento oficial e definitivo da documentação, o governo do estado não se manifestou de imediato, retomando as negociações apenas em janeiro de 1936, que resultaram na “aceitação oficial da doação do acervo”<sup>394</sup> e na designação de Eduardo Duarte para receber o arquivo em São Paulo<sup>395</sup>, conforme constou no relatório de 1935.

Duarte apresentou a avaliação do acervo em correspondência ao diretor do MJC em 23 de setembro de 1936, dizendo:

Consta o arquivo de 10.652 peças, sem contar os jornais, que são em elevado número. Entre estes releva notar uma coleção do “Diário de Porto Alegre”, 1827, o primeiro jornal que apareceu nesta cidade. Não é preciso encarecer o valor dessa coleção, a única que conhecemos e que deve ser imediatamente encadernada para preservá-la do ataque da traça, o terrível agente de destruição dos velhos arquivos.<sup>396</sup>

Arce aponta algo muito interessante em relação à avaliação feita por Duarte que reconheceu o valor do acervo de Varela, mas deu destaque à coleção do jornal *Diário de Porto Alegre*, em função, talvez, de sua antiguidade e raridade. Conforme a autora, “Isso parece demonstrar que o tema do ‘decênio heroico’, nesse momento em particular,

---

<sup>393</sup> ARCE, 2015, p. 9.

<sup>394</sup> ARCE, 2015, p. 79.

<sup>395</sup> Arce informa que, enquanto as negociações com o governo do Estado do Rio Grande do Sul não progrediam, a maior parte do acervo de Varela permaneceu em depósito no Museu Paulista, sob a direção Afonso de Taunay, amigo do primeiro. A autora coloca que o Museu Paulista era um dos possíveis destinos da coleção, mas, por um desentendimento entre Varela e Taunay, não foi concretizada a doação a essa instituição: “Entretanto um desentendimento entre os dois, a partir da menção de Taunay de que Varela teria ‘apoderado de peças de arquivos de algumas paróquias’ (VARELA, s.d., p. 67), afasta essa alternativa” (ARCE, 2015, p. 78).

<sup>396</sup> Carta (cópia) de Eduardo Duarte a Diretor do MJC, de 23 de setembro de 1936. (Correspondências expedidas 1933-1936. MJC - AP. 1.012, *apud* ARCE, 2015, p. 80).

pós Centenário, já estivesse um pouco saturado, visto o grande número de eventos e publicações referentes a ele ocorridos no período”<sup>397</sup>.

Arce explica ainda que, para compreendermos melhor as circunstâncias em que se deu a incorporação do acervo de Varela ao Arquivo Histórico do MJC - com a demorada resposta do governo em relação a sua oferta -, é necessário entender a posição que o historiador ocupava no meio intelectual da época. Nesse sentido, lembra que Varela defendia os princípios autonomistas sul-rio-grandense, colocando a Guerra Farroupilha como um movimento separatista. Tal interpretação era contrária à produção historiográfica que se apresentava nos anos 1920 e, principalmente na década de 1930, quando ganhou fôlego a tese do não-separatismo e da brasilidade dos farrapos, distanciando-se da chamada “matriz platina”, conforme aponta Scheidt:

[...] a memória da Revolução Farroupilha como separatista e influenciada pelo Prata, que estivera em perfeita sintonia com a época da República Velha, passou a ser destoante na nova conjuntura. E meio às “campanhas de nacionalização”, era preciso “abrasileirar” o Rio Grande do Sul e um dos caminhos foi a construção de uma outra memória da Revolução Farroupilha. É neste momento que surge o “círculo historiográfico”, composto por diversos autores, a maioria deles identificados com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que passam a defender o não separatismo e a “brasilidade” da Revolução Farroupilha.<sup>398</sup>

Scheidt toma por base a interpretação desenvolvida por Ieda Gutfreind (1992) que identificou duas “matrizes ideológicas”<sup>399</sup> na historiografia sul-rio-grandense: a matriz platina e a matriz lusitana, sendo que

À primeira [matriz platina] filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuítas do século XVIII, compõe a história do Rio

<sup>397</sup> ARCE, 2015, p. 8. Um dos assuntos presente nos trabalhos do Arquivo Histórico no período pós-centenário, é o bicentenário da colonização de Porto Alegre comemorado em 1940. Nesse sentido, Dante de Laytano, à frente do Departamento de História Nacional do MJC, escreveu ao diretor Emilio Kemp, em 28 de junho de 1940, dizendo que: “os trabalhos do Serviço do Arquivo Histórico estão sendo desdobrados diante das contínuas consultas dos estudiosos com sistematização no catalogamento das peças e pela aproximação do segundo centenário da capital gaúcha” (Correspondências expedidas 1940, fl. 166. Arquivo Permanente MJC - AP.1.015). Ao final desse mesmo ano, em Relatório, Laytano informava os conjuntos documentais já catalogados e que em setembro de 1940 haviam sido publicados na Revista do IHGRGS, “ao alcance dos estudiosos”: Catálogo Sumário dos Documentos da Administração da Fazenda; catálogos de Livros Manuscritos e de Jornais e Revistas e Catálogo relativo ao “Comando das Armas” (1841-1890). Indicava também os materiais que estavam sendo preparados: Câmaras Municipais, Autoridades Militares, Comandos das Armas (súmula dos documentos), Obras Públicas, Justiça, Consulados, Arquivo Alfredo Varela, Fotografias. (Cf. Correspondências recebidas, 1940, fl. 140. Arquivo Permanente MJC - AP.2.012).

<sup>398</sup> SCHEIDT, 2002, p. 197.

<sup>399</sup> GUTFREIND, 1992, p. 10.

Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.<sup>400</sup>

A construção do discurso historiográfico que apresenta a tese do Rio Grande do Sul como luso em sua origem e brasileiro em seus sentimentos foi acentuada a partir dos anos 1920, quando a Guerra dos Farrapos passou a ser interpretada como um movimento brasileiro, inserido no âmbito das demais revoltas ocorridas no mesmo período nas províncias do Nordeste, as denominadas revoltas regenciais. O historiador Aurélio Porto é quem inaugura em suas notas contidas na publicação da documentação do processo contra os farrapos essa nova leitura do movimento. Assim, a Guerra Farroupilha foi diluída entre os acontecimentos históricos brasileiros, passando a não ser mais um movimento com pretensões separatistas, mas um movimento liberal republicano e federativo:

Os comentários, as notas históricas do funcionário do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em comissão no Arquivo Nacional, onde galgou alto posto ainda na década de 1930, mostraram ao Rio Grande do Sul e ao Brasil uma revolução nacional, patriótica, enquadrada no panorama da formação cívico brasileira.<sup>401</sup>

A visão não-separatista e brasileira dos farrapos desenvolvida por Aurélio Porto era compartilhada por seus confrades do IHGRGS<sup>402</sup>, entre eles, Emílio Fernandes de Souza Docca, que, como membro-correspondente, realizou pronunciamentos em sessões celebrativas ao centenário farroupilha no IHGB<sup>403</sup> estabelecendo forte embate com Alfredo Varela. O IHGRGS, embora reconhecendo o valor da obra *História da Grande Revolução*, por ser um trabalho baseado em documentos, portanto de caráter científico, justificando o financiamento recebido do estado, não deixava de afirmar sua contrariedade em relação à visão de Varela, manifestando que:

---

<sup>400</sup> GUTFREIND, 1992, p. 11.

<sup>401</sup> GUTFREIND, 1992, p. 42.

<sup>402</sup> O caráter unitário, essencialmente brasileiro da Revolução de 1835 foi um dos temas principais das teses apresentadas ao Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, realizado em outubro de 1935 pelo IHGRS para comemorar o centenário farroupilha (Cf. ALMEIDA, 1994, p.59).

<sup>403</sup> Rodrigues (2013) informa que as comemorações ao centenário farroupilha no IHGB iniciaram em 1932, quando, no dia 20 de setembro e nos próximos, até 1935, realizaram-se pronunciamentos sobre o tema: “A primeira [sessão celebrativa] coube a Souza Docca, que ocuparia mais uma vez a tribuna para falar a respeito daquele que consolidava como evento maior da história gaúcha” (RODRIGUES, 2013, p. 177). Essa inclusão da Guerra dos Farrapos “no quadro das efemérides nacionais regularmente festejadas” (2013, p. 176) afirma o caráter nacional do conflito, ou seja, a Revolução Farroupilha passou a ser vista como um entre outros acontecimentos nacionais celebrados no IHGB.



- a) patrocinando a edição da “História da Grande Revolução” [...] ateu-se exclusivamente ao mérito da obra, sem dar a sua solidariedade intelectual às ideias preferidas pelo autor;
- b) no tocante ao separatismo dos revolucionários rio-grandenses de 1835, em manifestações anteriores e inequívocas havia o Instituto afirmado o seu pensamento, contestando-o e negando-o, o que envolve também a recusa da influência platina no movimento farroupilha, nas condições e na amplitude com que o admite o conspícuo historiador, Dr. Alfredo Varela.<sup>404</sup>

Assim, a situação de Alfredo Varela diante de seus pares<sup>405</sup>, conforme considerou Arce, era bastante desconfortável, pois, apesar do apoio do governo do estado para a publicação da *História da Grande Revolução*, “A perda de espaço junto aos membros do IHGRGS significava também perda de espaço em outras instâncias”<sup>406</sup>, o que se refletiu no pouco destaque dado ao seu livro na exposição do Centenário<sup>407</sup>, bem como, em nosso entendimento, na morosidade do processo da aquisição de seu acervo pelo MJC, concluído em 1936 e, portanto, não sendo exposto junto aos outros documentos do Arquivo Histórico no Pavilhão Cultural.

Antes de continuarmos a tratar das coleções oferecidas ao MJC, das quais nos fala Arce, consideramos importante destacar o panorama político regional e nacional em que ocorreu a comemoração do Centenário da Revolução Farroupilha e seu período de preparação. Tal contextualização se mostra significativa no sentido de compreendermos os objetivos colocados para a Exposição do Centenário, bem como a revisão

<sup>404</sup> RIHGRGS, 1934, p. 272 *apud* ARCE, 2015, p. 86.

<sup>405</sup> Cabe lembrarmos que Alcides Maya, Aurélio Porto e Eduardo Duarte eram funcionários do MJC, bem como Darcy Azambuja e Othelo Rosa, secretários de estado, todos pertencentes ao IHGRGS. Em relação a Alcides Maya é interessante ressaltarmos que ele, mesmo antes da conjuntura dos anos 1920 e 1930, já se pronunciava, em seu fazer político e literário, pela defesa da integração do regional ao nacional, criticando o separatismo. No final do século XIX, no livro *Rio Grande Independente* (1898), Maya afirmava que o Rio Grande do Sul separado do Brasil seria vulnerável, “reduzido a uma republiqueta de terceira ou quarta categoria e destituído de poderio militar” (MAYA, 1898, *apud* ALMEIDA, 1994, p. 48).

<sup>406</sup> ARCE, 2015, p. 76

<sup>407</sup> Arce coloca que a obra de Alfredo Varela ficou obscurecida durante as Comemorações: “No catálogo ‘A Imprensa e o livro do Pavilhão Cultural – 1835-1935’ da Exposição do Centenário Farroupilha, o único livro mencionado do autor foi a *História da Grande Revolução*”. O expositor da obra foi a Livraria do Globo, na seção de livros, sendo “o último item citado de uma lista de 70 obras. Nenhum título seu aparece em outros expositores”. A autora também destaca a “ausência de seu nome nos artigos de jornal, diante da abundância de textos sobre o decênio farroupilha” (ARCE, 2015, p. 53-54). Também em pesquisa realizada no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho, sobre o Pavilhão Cultural do Centenário, Arce constatou que Alfredo Varela não foi citado. Tal constatação foi por nós verificada nesse mesmo Arquivo, onde, no relatório da exposição, nas correspondências e no catálogo do Pavilhão Cultural, não encontramos nenhuma menção ao nome de Varela.

historiográfica que passou a interpretar a guerra civil de 1835 de forma não-separatista, como indicamos acima<sup>408</sup>.

O final dos anos 1920 e o início da década seguinte foram marcados por importantes mudanças no cenário político regional e nacional. A grande autonomia que as províncias gozavam em relação ao governo central durante os primeiros anos da República foi substituída por um modelo de governo nacionalista e centralizador após a chegada de Getúlio Vargas à presidência da República em 1930, o qual, mesmo mantendo o federalismo (na Constituição de 1934), diminuiu a autonomia dos entes federados e ampliou o poder da união.

Chegando ao poder federal, Vargas destituiu os governadores e instituiu os interventores federais, cerceando a autonomia dos estados. Em São Paulo, as antigas oligarquias descontentes reagiram, tentando recuperar o poder, eclodindo em julho de 1932 a denominada Revolução Constitucionalista, que abriu uma cisão na oligarquia gaúcha, quando uma facção da camada dominante (liderada por Borges de Medeiros) apoiou os paulistas, os quais exigiam a reconstitucionalização do País. O interventor federal do estado, José Antônio Flores da Cunha, permaneceu ao lado do governo central, apoiando Vargas e reagindo contra a oposição dentro do estado, o que resultou na prisão de Borges em 20 de setembro de 1932<sup>409</sup>. Após o final do conflito, em novembro de 1932, Flores da Cunha organizou um novo partido político, o Partido Republicano Liberal (PRL), que apoiava o governo de Vargas<sup>410</sup>, sendo formado por

---

<sup>408</sup> A existência de uma relação entre a produção historiográfica regional com a situação política nacional é considerada por Rodrigues (2013) ao articular “o regional e o nacional no que tange aos empreendimentos historiográficos e à construção da memória histórica” nos anos 1930. A autora reconhece que “pelo menos uma parte dos intelectuais, tal como faziam os políticos, tinha sua atenção voltada para o contexto nacional da disputa pelo poder e da concorrência simbólica”, mas também aponta outros elementos que, de certa forma, limitavam o “vínculo entre historiografia regional – especialmente aquela produzida sob o abrigo do IHGRGS – e nacional no período estudado quase exclusivamente à legitimação das ambições políticas de Getúlio Vargas e seus apoiadores. Mesmo considerando que a *condição histórica* da historiografia nesse período impôs aos seus artífices, de forma particularmente constrangedora, o atendimento a determinadas demandas sociais e políticas, buscamos complexificar esse quadro por meio da análise das relações problemáticas entre a memória histórica regional e a tradição da história no IHGB” (RODRIGUES, 2013, p. 163).

<sup>409</sup> Cf. FLORES, 1993, p. 162.

<sup>410</sup> Correspondência emitida pelo diretor geral do expediente da Secretaria de Estado do Interior e Exterior ao diretor do MJC, em 20 de fevereiro de 1933, indica que os funcionários do Museu contribuíam mensalmente com o PRL. A correspondência não lista o nome dos funcionários contribuintes, mas dá a entender que todos colaboravam: “De ordem do Sr. Dr. Secretario do Interior, comunico-vos que deveis designar um funcionário da vossa inteira confiança, para receber dos demais serventários dessa Repartição as importâncias com que contribuem, mensalmente, para o Partido Republicano Liberal, de acordo com os recibos que lhe serão presentes, e entregá-las, após o seu recebimento, ao Dr. Viterbo de Carvalho, membro da comissão do mesmo Partido. Outrossim,

dissidentes do PRR, que negaram a liderança de Borges de Medeiros, e também por egressos do Partido Libertador.

Entretanto, esse alinhamento entre Flores e Vargas foi rompido a partir do início de 1935 quando o primeiro, iniciando seu mandato eletivo<sup>411</sup>, aproximou-se da Frente Única, que era contrária à política varguista, convidando seus líderes para integrarem o governo. Além disso,

Flores da Cunha também tentou desenvolver uma política nacional ao estilo de Pinheiro Machado na República Velha, objetivando interferir nas decisões de Vargas. Esta tentativa acabou por não ser bem sucedida e terminou por desgastá-lo frente ao Presidente da República, tornando-o um obstáculo à execução da política centralizadora liderada pelo Governo Federal.<sup>412</sup>

Sob essa divergência é que ocorreu a comemoração do centenário farroupilha, onde “se Vargas e Flores da Cunha mostravam-se inicialmente como cordiais amigos, no final eram ‘inimigos declarados’”<sup>413</sup>. Isso porque, no início da preparação dos festejos, em janeiro de 1934<sup>414</sup>, Flores e Vargas ainda não haviam divergido, o que ocorreu no início de 1935. A Exposição do Centenário Farroupilha, como vimos antes, aconteceu entre setembro de 1935 e janeiro de 1936.

A Exposição propunha-se a mostrar ao país a pujança econômica e cultural do estado<sup>415</sup>, mas isso deveria ser feito de forma alinhada ao novo contexto dos anos 1930,

cientificareis a esta Repartição Central, sem demora, do nome do funcionário que será incumbido de tal encargo, o qual deverá se apresentar ao Dr. Viterbo de Carvalho para receber as necessárias instruções” (Correspondências recebidas 1933-1936, fl. s/nº. Arquivo Permanente MJC - AP.2.009).

<sup>411</sup> Flores da Cunha governou o Rio Grande do Sul de 1930 a 1934 como interventor federal, quando passou a ser governador eleito indiretamente pela Assembleia que elaborou a nova Constituição Estadual em substituição a de 1891. Moacyr Flores coloca que “nas eleições para a constituinte o PRL conseguiu estrondosa vitória” e que Flores da Cunha deveria governar o estado até o ano de 1939, mas, devido às articulações de Vargas para o golpe que instaurou o Estado Novo, com o envio do “ministro da Guerra Góis Monteiro a Porto Alegre, nomeando o gen. Daltro Filho comandante da 3ª Região Militar” (FLORES, 1993, p. 162) que federalizou a Brigada Militar, ele renunciou ao governo em 19 de outubro de 1937 e exilou-se em Montevidéu.

<sup>412</sup> KÜHN, 2002, p. 128.

<sup>413</sup> MACHADO, 1990, p. 33 *apud* ARCE, 2015, p. 48.

<sup>414</sup> Conforme Machado informa, em janeiro de 1934 ocorreu uma reunião no Palácio do Governo onde formou-se uma pequena comissão executiva para articular a organização da Exposição do Centenário. O Comissariado Geral da Exposição foi constituído em junho de 1934, com integrantes do governo e representantes ligados aos setores rural e industrial. Assim, o Comissariado Geral foi formado pelo “governador Flores da Cunha, um consultor técnico, um representante da FARSUL e um representante do Centro da Indústria Fabril além de funcionários técnicos e burocráticos. Alberto Bins, prefeito de Porto Alegre, foi nomeado ‘Comissário Geral’ do certame” (MACHADO, 1990, p. 105-6 *apud* ARCE, 2015, p. 48-49).

<sup>415</sup> Conforme o Regulamento do evento: “A exposição do Centenário Farroupilha deverá ser a síntese completa do progresso rio-grandense; o índice seguro revelando ao Brasil inteiro que o Rio Grande do Sul de hoje, na esfera fecunda de seu trabalho construtivo, é bem digno do Rio Grande de ontem, na ação

de integração nacional, onde as autonomias estaduais subordinavam-se ao poder federal. Ou seja, os festejos que destacariam os progressos do estado, afirmando-o perante o país como rico e moderno, também deveriam destacar a brasilidade do Rio Grande do Sul, obscurecendo, por assim dizer, os princípios de autonomia e mesmo de separação do Brasil, ao qual o evento centenário remetia.

É nesse cenário, portanto, que ocorreram as comemorações do Centenário e também o processo de formação do acervo farroupilha no Arquivo Histórico do MJC, onde procedeu-se a aquisição da documentação de Alfredo Varela, conforme apontamos anteriormente.

Além da Coleção Varela, Arce também acompanhou, através da documentação administrativa do MJC, outros três acervos privados oferecidos ao Arquivo Histórico antes da comemoração da efeméride. Tratam-se dos acervos do Barão do Jacuhy<sup>416</sup>, do Conde de Piratini<sup>417</sup> e de diversos documentos “originais de vultos e fatos da Revolução de Piratini”<sup>418</sup> oferecidos por Nestor Áscoli<sup>419</sup>, todos disponibilizados à venda ao MJC e, após avaliação de Eduardo Duarte, não incorporados ao Arquivo Histórico, sendo devolvidos aos seus proprietários<sup>420</sup>.

A falta de recursos financeiros para a aquisição dos acervos - como aconteceu em relação à publicação do terceiro volume da *Série Documentos Interessantes* – e que

épica dos seus lances heroicos. Este grande certame visa demonstrar ao povo do Rio Grande e ao país inteiro, o elevado grau de progresso que atingiram as suas forças vivas, a sua arte, a sua cultura”. REGULAMENTO DA EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO FARROUPILHA. Porto Alegre: Typographia do Centro, s.d., p. 3,4 (AHPAMV).

<sup>416</sup> O Barão do Jacuhy (Francisco Pedro Buarque de Abreu, 1811-1891) foi militar “e esteve a serviço do exército imperial durante a Revolução Farroupilha. Participou do controvertido episódio de Porongos, em que derrotou a tropa de Davi Canabarro. Terminada a Revolução Farroupilha fez várias incursões em território uruguaio, as chamadas Califórnia do Chico Pedro entre 1849 e 1850. Também participou da Guerra do Paraguai” (ARCE, 2015, p. 67, nota 86). O acervo do Barão do Jacuhy foi oferecido ao MJC em 1926 por sua nora Orphila Ferrando Bruesque de Abreu. Foram entregues ao MJC para avaliação 213 documentos.

<sup>417</sup> O Conde de Piratini (João Francisco Vieira Braga, 1797- 1887) “foi estancieiro, empresário e político. Opositor aos farroupilhas, emigrou para o Rio de Janeiro durante o conflito. Foi vereador em Rio Grande, deputado provincial e vice-presidente da província. Presidiu a Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense e fundou a Câmara de Comércio em Rio Grande” (ARCE, 2015, p. 69, nota 93). O seu acervo foi ofertado ao MJC em 1932 por João Carlos C. de Azevedo.

<sup>418</sup> Carta (cópia) de Nestor Áscoli a Flores da Cunha. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1934 (Correspondências recebidas 1934. MJC – AP 2.009, *apud* ARCE, 2015, p. 72).

<sup>419</sup> Nestor Áscoli “foi deputado estadual no Rio de Janeiro. Envolveu-se com a questão da imigração japonesa no Brasil. Entre suas obras estão *O Japonez no Brasil, A Imigração Japonesa para a Baixada do Estado do Rio de Janeiro, Projecto de comemoração do primeiro centenário da independência do Brasil*” (ARCE, 2015, p. 71, nota 98). O acervo que oferecia ao MJC em 1934 era composto por 400 documentos sem apresentar a descrição dos mesmos no momento da entrega para avaliação.

<sup>420</sup> Relativo ao acervo de Nestor Áscoli, Arce indica que aparentemente não foi adquirido, não sendo mencionado em nenhum documento o desfecho das negociações (*Cf.* ARCE, 2015, p. 75).

também levou à suspensão da Revista do Museu - já aqui mencionada – não foi uma dificuldade apresentada quando da negação da incorporação dos documentos. Relativo ao acervo do Barão do Jacuhy, Eduardo Duarte considerou que não seria de interesse sua aquisição porque não esclarecia pontos controversos da nossa história. Duarte procurava documentos que elucidassem uma questão polêmica em relação a David Canabarro na Guerra do Paraguai e, não encontrando nenhum indício a respeito disso, desconsiderou o acervo, conforme explica Arce:

Avaliara a documentação referente à Guerra do Paraguai, a partir das referências que poderia vir a ter sobre um episódio em particular, em que Jacuhy teria atuado, no qual “David Canabarro soffreu grandes accusações, e foi sumbettato a conselho de guerra, por ter deixado o inimigo atravessar, sem ser molestado, os nossos rios, até se alojar em Uruguayana”. Constatava que o arquivo não trazia nenhuma informação relevante sobre o fato.<sup>421</sup>

O Barão do Jacuhy participou da Guerra do Paraguai e também da Guerra Farroupilha e seu acervo continha peças sobre esses movimentos. No caso, a busca do pesquisador dava-se em relação ao referido episódio controverso ocorrido na Guerra do Paraguai. Isso demonstra uma avaliação feita a partir dos interesses historiográficos específicos de Eduardo Duarte e da valorização de documentos inéditos, ou seja, aqueles considerados capazes de completar lacunas históricas, como já mencionamos em item anterior. Nesse sentido, a autora completa dizendo que:

Isso nos leva a crer que esse era um dos episódios polêmicos que se acreditava poder esclarecer com o aparecimento de nova documentação. Ainda que nessa situação em particular não se tratasse de documentação referente à Farroupilha, o fato permite pensar que “documentos reveladores”, com os quais se elucidariam alguns episódios controvertidos tinham preferência e seriam mais valorizados (“É, assim, muito relativo o valor documental do archivo em questão e quanto ao seu preço estimo-o em quinhentos réis”). E também poderíamos presumir, que os interesses historiográficos do diretor de História Nacional, muitas vezes substituindo o diretor do Museu, teriam sido determinantes nessas seleções.<sup>422</sup>

Relativo ao arquivo do Conde de Piratini, Arce aponta que não são apresentados muitos elementos para a análise, pois a documentação administrativa do MJC é escassa sobre essa tratativa. Eduardo Duarte, após dois anos do recebimento do arquivo para avaliação, não manifestou interesse, considerando que não se tratavam de documentos importantes ao estudo da nossa história, o que chama a atenção, pois tais documentos

---

<sup>421</sup> ARCE, 2015, p. 68.

<sup>422</sup> ARCE, 2015, p. 68.

eram referentes a assuntos políticos e a “grandes personagens”, temáticas relevantes nos estudos da época. Segundo o pesquisador,

O arquivo do Conde de Piratini foi minuciosamente examinado em todas as suas peças e constatei não haver, na sua aquisição, conveniência para o Estado.

Trata-se de correspondência passiva e ativa, sendo que a primeira encerra um grande número de cartas firmadas por figura de alto destaque no cenário político-social do Rio Grande, em dilatado período de tempo, tendo porém apenas o valor do autógrafo. A segunda, cópia de cartas comerciais, e, conquanto bastas vezes se refira a assuntos políticos, carece, entretanto, de importância subsidiária ao estudo do nosso passado.

Em vista do que, sou de parecer que o mesmo arquivo seja devolvido ao proprietário.<sup>423</sup>

Nos dois casos citados, a autora demonstra como o valor dos documentos era determinado por aqueles que estavam à frente das instituições públicas, sendo, portanto, o processo de seleção perpassado pelos seus interesses e concepções historiográficas. Nas palavras de Arce: “a atuação dos homens que estavam à frente desses arquivos foi fundamental para a seleção dos conjuntos documentais e seu ingresso no repositório da memória do Estado”<sup>424</sup>.

Concluindo a análise sobre as motivações da não incorporação dos acervos do Barão do Jacuhy e do Conde de Piratini, Arce considerou que:

[...] o legado documental de dois personagens, Barão do Jacuhy e o Visconde de Piratini, com reconhecida atuação na história do Estado **não teve ingresso no Arquivo que pretendia reunir a documentação que iria subsidiar o estudo do passado do Rio Grande**. Pode-se pensar que consideradas as concepções de documento histórico da época, esses papéis carecessem de valor, mas é impossível não deixar de perceber que foram personagens que participaram do conflito do outro lado, permanecendo fieis ao Império. Talvez isso não fosse determinante para o prosseguimento das negociações, mas o fato é que ao ficarem de fora, impossibilitou-se que se tivesse acesso às informações neles contidas.<sup>425</sup>

As questões apresentadas por Arce em relação aos arquivos de Alfredo Varela, Barão do Jacuhy, Conde de Piratini e Nestor Áscoli nos permitem apontar três considerações. Primeiramente, que, além das buscas nos arquivos públicos dentro e fora do estado, a formação das coleções do Arquivo Histórico do MJC incluiu também a aquisição de grandes acervos privados.

<sup>423</sup> Ofício de Eduardo Duarte, Diretor do Departamento de História Nacional ao Diretor do MJC, em 31 de agosto de 1934. (Correspondências recebidas 1933-1936, AP. 2.009, *apud* ARCE, 2015, p. 71).

<sup>424</sup> ARCE, 2015, p. 35.

<sup>425</sup> ARCE, 2015, p. 71. Grifo nosso.

A segunda observação constituiu-se numa ponderação em relação à intenção tantas vezes declarada por Eduardo Duarte de reunir o maior número possível de documentos relativos à Guerra dos Farrapos antes da comemoração do Centenário, para que esses pudessem ser organizados e disponibilizados à pesquisa histórica. Levando em conta tal objetivo, não seria absurdo cogitar que a doação oferecida gratuitamente pelo historiador Alfredo Varela de seu rico e volumoso arquivo devesse ser imediatamente integrada às coleções do MJC, que trabalharia para sua rápida divulgação e exposição no Centenário. Como vimos não foi o que ocorreu, ao contrário, o MJC não manifestou interesse imediato, deixando Varela, por longo tempo, sem resposta sobre a aceitação da oferta. Não agiu, portanto, com a mesma pressa que impingiu, por exemplo, no levantamento e transcrição dos jornais farroupilhas, movido pelo projeto de publicá-los o quanto antes da comemoração para municiar os historiadores em suas pesquisas. Procedeu, isso sim, de forma lenta e, mesmo reconhecendo o valor de tal documentação, oficializou a sua aquisição, procedendo ao recolhimento, somente após a passagem dos festejos, movido, provavelmente, pelas visões historiográficas antagônicas existentes entre o proprietário do arquivo e os intelectuais que estavam à frente das instituições de memória naquele momento, como mencionado anteriormente.

A última consideração a ser feita, é relativa à intenção do Arquivo Histórico – explícita no seu Regulamento e replicada em diversas correspondências e relatórios do período de Alcides Maya - de reunir *toda* a documentação existente sobre a história-sul-rio-grandense. Perseguindo esse objetivo *totalizante*, embora, no limite, impossível segundo as concepções historiográficas contemporâneas, seria lógico imaginar que as ofertas de venda dos arquivos do Barão do Jacuhy e do Conde de Piratini fossem aceitas, o que não aconteceu. Vimos, através de Arce, que esses documentos, mesmo que relativos a eventos e temas de interesse, como campanhas militares, “grandes personalidades” e assuntos políticos, não foram considerados importantes a ponto de serem aceitas pelo Arquivo Histórico<sup>426</sup>. Negligenciados, foram excluídos da possibilidade de estudo dos pesquisadores.

---

<sup>426</sup> Interessante comparar a avaliação dos acervos não aceitos por Eduardo Duarte por serem considerados sem importância para a história regional com aquilo que ele afirmou em sua Conferência no ano de 1926, quando, tratando dos livros manuscritos do Arquivo Histórico, defendeu que para a história não existem papéis sem importância: “[...] entendemos que em matéria de história não há papéis que possam merecer um tal qualificativo. É ilação tirada em nosso próprio trabalho, no desdobramento do nosso arquivo

Portanto, a totalidade intencionada pelo Arquivo do MJC deve ser entendida não como a junção de todos os documentos encontrados e/ou oferecidos ao MJC, mas como resultado de prévia seleção, de uma escolha orientada sob determinados critérios, como temática, antiguidade, raridade e, principalmente, ineditismo do documento, no sentido de que pudesse colaborar ao esclarecimento de questões controversas da história, questões essas estabelecidas pelo chefe do Departamento de História Nacional e seus confrades do IHGRGS, os quais, muitas vezes, o auxiliavam na avaliação dos documentos apresentados ao MJC. Nesse sentido, também foram realizadas as já mencionadas visitas aos arquivos do interior para prospecção e avaliação do que deveria completar as coleções do MJC, bem como a avaliação dos documentos da 1ª seção do Arquivo Público, além das coleções privadas.

Sobre o resultado de todo esse trabalho comandado por Eduardo Duarte, podemos considerar que a *cruzada santa* empreendida obteve um resultado positivo, de acordo com os critérios elegidos pelos intelectuais que estavam à frente do Arquivo Histórico, levando em conta que incrementou o acervo da instituição, como mencionou o diretor no relatório referente a 1935-1936, principalmente em relação à coleção dos documentos farroupilha. Certamente ocorreram, nesse processo, eventuais dificuldades, como o não envio de alguns acervos depositados em arquivos municipais, ou a resistência de algumas famílias, as quais, procuradas pelo MJC, não doaram os documentos que guardavam, ou ainda documentos encontrados em péssimo estado de conservação, impedindo a sua leitura e avaliação. Também devemos considerar o fato de que Aurélio Porto, diante da quantidade de documentos localizados nos arquivos do Rio de Janeiro, não teve condições de copiar todos e enviá-los ao MJC, pois precisava seguir, por questão de tempo, a prioridade estabelecida para seu trabalho em tais arquivos na capital. Mas, apesar de tais circunstâncias, o Departamento de História do MJC conseguiu, no período que antecedeu ao Centenário, encontrar e reunir documentos que ainda não possuía e, enquanto os recursos foram disponibilizados, pôde divulgá-los através de suas publicações.

---

histórico, pois quantas vezes um papel se nos afigurou ao primeiro golpe de vista sem importância, para logo depois, junto de outro, estabelecerem um fato esclarecido no confronto de ambos”. Conferência *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense* pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Separata da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. AHRS fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 7.



Antes de encerramos esse item sobre a constituição do acervo do Arquivo Histórico, é necessário mencionarmos a tentativa empreendida, a partir de 1929, de recolhimento de documentos e objetos relativos tanto à campanha eleitoral de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência da República, bem como os relativos à Revolução de 1930. Logicamente, tal trabalho não estava previsto no início das atividades do Arquivo Histórico do MJC, a partir de 1925, mas acabou por constituir-se em uma demanda do Departamento de História, mesmo num momento em que o esforço maior recaía na formação da coleção farroupilha, devido ao festejo do centenário.

Relativo à campanha eleitoral, antes mesmo de seu encerramento, Duarte solicitou o envio de material ao Arquivo, como comprova correspondência por ele emitida em setembro de 1929:

Solicito-vos, sr. Presidente, o obséquio de enviar a este Instituto exemplares em duplicata de **todos e quaisquer papeis** que esse centro esteja empregando na propaganda das candidaturas Getúlio Vargas – João Pessoa ao pleito de 1º de março do ano próximo vindouro. Esses **papéis constituem documentos históricos** para a vida política do Rio Grande do Sul, e como tais, devem ser carinhosamente arquivados para, **futuramente, servirem de subsídio ao estudo da época atual** que assinala generalizado movimento indicador do valor do nosso povo, que honra sobremodo uma raça formada na luta, por vezes cruel, em prol de livre pensar, do são liberalismo. Arquivar esses papeis e quaisquer outros documentos dessa propaganda **em suas várias modalidades**, é o que se pretende fazer, e estou certo da vossa aquiescência em corresponder à presente solicitação.<sup>427</sup>

Interessante observar como Eduardo Duarte manifesta consciência de que se vivia um momento importante na história política do país, e que, por isso, se deveria recolher os registros desse tempo presente para análise no futuro. Ele entendia os papeis produzidos pela campanha eleitoral como “documentos históricos” e incluía nesse conceito os papeis de propaganda “em suas várias modalidades”, o que nos leva a pensar que estavam sendo considerados como documentos também cartazes, “santinhos”, flâmulas e qualquer outra forma de divulgação das candidaturas Vargas-Pessoa.

A preocupação com o registro documental do tempo presente relacionado a Getúlio Vargas continuou depois das eleições presidenciais em março de 1930 e antes da deflagração do movimento revolucionário em 03 de outubro. Referimo-nos, nesse

---

<sup>427</sup> Cópia dos ofícios de números 252-255 dirigidos a diversos centros de propaganda em Pelotas pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, em 16 de setembro de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 209. Arquivo Permanente MJC - AP.1.007. Grifos nossos.

ponto, à encomenda de um álbum fotográfico contendo 27 imagens que retratavam a chegada do avião em que viajava o presidente do estado, cuja importância era destacada pelo diretor do museu como registro para o “futuro”. Segue a transcrição do ofício:

A encomenda do Álbum contendo 27 fotografias Aspectos da chegada do Sr. Getúlio Vargas, foi feita pela importância de RS. 600\$000, conforme conta inclusa e fora de concorrência.

Informo a Vossencia, em se tratando de instantâneos apanhados por ocasião da chegada do avião em que viajava S.Ex<sup>a</sup> Dr. Getúlio Vargas, não seria possível a esta Diretoria abrir concorrência pública, a fim de conservar nas suas coleções um trabalho que, de futuro, terá grande valor como documentos destes tempos. As referidas fotografias são ampliadas 23x30 e obedecem às regras de arte relativas ao gênero.

O preço foi também combinado, conforme avaliação do conhecido e apreciado artista Alcides Athayde, da oficina Ferrari, escolhido para perícia. O laudo desse profissional repousa sobre a excelência material das chapas e da capa e o fato de não haver nenhum outro fotógrafo apanhado semelhante aspectos e vultos, o que impede qualquer concorrência.

Adquirindo tal documento de representação histórica, genuinamente rio-grandense e brasileiro, creio haver interpretado o espírito que presidia à elaboração do nosso programa de repartição.<sup>428</sup>

Não é mencionada a viagem que Getúlio Vargas fizera, nem onde estava desembarcando. Também não é dito quem fez o registro dos “instantâneos” e da mesma forma, também na documentação do MJC, não foi encontrada mais nenhuma referência sobre a realização do álbum. Entretanto, essa intenção manifesta a preocupação com o registro de um personagem contemporâneo, já sendo tomado como histórico e, por isso, merecedor de registro de sua imagem para guarda no Arquivo Histórico. Também se destaca o fato do álbum fotográfico ser considerado como “documento de representação histórica”.

Maior empenho do Arquivo Histórico observamos em relação aos registros da Revolução de 3 de outubro de 1930, com a preocupação de, ainda durante o processo revolucionário, recolher material sobre o acontecimento, como observa-se em solicitação feita aos principais jornais da capital gaúcha:

Estando este Instituto empenhado em organizar **uma coleção de jornais referentes à Revolução Nacional** (3 de Outubro), solicito-vos seja fornecida a esta diretoria mais um exemplar do vosso apreciado matutino. Antecipando agradecimentos e certos de que, **à vista do caráter histórico deste pedido**, a Diretoria espera seja atendida.<sup>429</sup>

<sup>428</sup> Ofício nº 171 enviado pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 02 de junho de 1930. Correspondências expedidas 193, fl. 78. Arquivo Permanente MJC - AP.1.008. Grifos do autor.

<sup>429</sup> Ofício emitido pelo secretário do MJC em 21 de outubro de 1930 aos diretores dos jornais *Correio do Povo* (Of.250); *Diário de Notícias* (Of.251), *Jornal da Manhã* (Of.252), *A Federação* (Of. 253) e *Estado*

Além dos jornais, foi solicitado a diversas autoridades militares, aos municípios, bem como a particulares, a doação de documentos, armas e indumentária relacionados ao levante, conforme informou o diretor do MJC ao secretário do Interior e Exterior, tratando de solicitação feita pelo Museu Nacional no Rio de Janeiro, de envio de peças da Revolução de 1930:

Tenho a honra de comunicar a Vossencia, em resposta ao seu despacho de 2 do corrente, acerca de pedido do diretor do Museu Nacional sobre artefatos de guerra e peças de indumentária relativos à Revolução de 3 de outubro, que, para o mesmo fim, em benefício das coleções históricas do MJC, esta Diretoria já se tem dirigido a várias autoridades militares e municípios, bem como a particulares, solicitando-lhes a remessa não só daquelas **reliquias**, mas também de documentos de guerra, correspondências, etc., atinentes ao referido período. Era e é nosso propósito, findo o trabalho por nós encetado, requerer a Vossencia as necessárias providências no sentido de serem recolhidos a este Instituto, os mencionados materiais, papeis e símbolos.<sup>430</sup>

Chama a atenção que os objetos utilizados recentemente no período revolucionário já estivessem sendo percebidos como “reliquias” e que, por isso, deveriam estar resguardados no museu. Assim, nesse caso, o caráter de relíquia não estava sendo associado à antiguidade do objeto, mas à importância do evento ao qual remetia e aos personagens que utilizaram a peça. Trataremos do conceito de relíquia no próximo capítulo, mas aqui já se estabelece a diferença feita entre os objetos (reliquias) e os documentos (textos).

Podemos considerar que a solicitação do Museu Nacional em receber “armas e peças de indumentárias”<sup>431</sup> usadas no conflito indica uma preocupação imediata em preservar esses objetos num processo de construção da memória nacional quase que

*do Rio Grande* (Of 254). (Correspondências expedidas 1930, fl. 190. Arquivo Permanente MJC - AP.1.008. Grifos nossos). No outro dia, 22/10, o *Jornal da Manhã* atendeu ao pedido do MJC, comprometendo-se de “enquanto durar o movimento revolucionário, ser entregue jornal, diariamente, a esse útil estabelecimento”. Além de também entregar uma coleção completa do jornal, desde o seu surgimento (Correspondências recebidas 1930, fl. 236. MJC - AP.2.007).

<sup>430</sup> Ofício nº 13 enviado pelo diretor do MJC ao secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 19 de janeiro de 1931. Correspondências expedidas 1931, fl. 14. Arquivo Permanente MJC - AP.1.010. Grifo nosso.

<sup>431</sup> Ofício nº 132 encaminhado pelo diretor do Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Eduardo Marques, ao diretor do MJC em 03 de fevereiro de 1931, reforçando a solicitação feita pelo Museu Nacional, já encaminhada anteriormente ao MJC em 2 de janeiro de 1931, de remessa de “alguns exemplares de artefatos de guerra e peças de indumentária relativos à revolução de 3 de outubro”. Correspondências recebidas 1931, fl. 132. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.009. Observamos que a documentação consultada indica “Museu Nacional”, mas tendo em vista que esta instituição manteve-se centrada nos acervos de História Natural (possui algum acervo histórico, mas referente ao período Imperial) e que nos anos 1930 foi inaugurada a sala Getúlio Vargas no Museu Histórico Nacional, podemos aventar a possibilidade de que o pedido de materiais e documentos da Revolução de 1930 tenha sido feito pelo Museu Histórico Nacional e não pelo Museu Nacional.

simultaneamente ao desenrolar do acontecimento a ser lembrado. Entretanto, mesmo que próxima do fato ocorrido, a solicitação do Museu Nacional só aconteceu após a tomada do poder pelas forças revolucionárias, ou seja, após a consolidação da vitória do movimento. Já o MJC teve a preocupação em recolher os materiais e documentos da Revolução durante o seu andamento, ou seja, independentemente do resultado final. Assim, mesmo antes de Vargas assumir a presidência, o diretor do Museu já considerava importante o registro desse acontecimento, percebendo-o como histórico. Evidentemente, relacionamos tal medida do MJC ao fato de Getúlio Vargas ser gaúcho e presidente do Estado a partir de 1928.

Na intenção de recolher as peças e documentos sobre a Revolução de 1930 para poder enviá-las ao Museu Nacional e também para a conformação da coleção sobre esse evento no próprio MJC, o diretor solicitou autorização para que um funcionário percorresse os municípios procedendo a recolha dos materiais, a exemplo do que já havia sido feito com os papéis da Revolução Farroupilha. Duarte manifestou seu pedido da seguinte forma:

Esta Repartição [...] ainda não recebeu exemplares de artefatos de guerra e peças indumentária relativas à Revolução de 3 de Outubro. Resolvi, por esse motivo, reiterar os pedidos às mencionadas autoridades, a fim de poder dar cumprimento, com possível brevidade, no que determinastes no aludido ofício nº 132, de 3 do corrente.

Conviria que a iniciativa, de caráter meramente pessoal, assumida por esta Diretoria, visando apenas dotar a galeria histórica do Museu Julio de Castilhos com algumas peças de semelhante classificação, fosse completada com a autorização oficial de ser **encarregado um funcionário do Museu de percorrer o interior, em pesquisa e coleta.**

Para tal fim, e visando a urgência da remessa solicitada pelos poderes federais, daqueles exemplares, bastará uma excursão de trinta dias, com abono da diária correspondente e de um passe.

Deferida a proposta, indico o 3º Oficial Augusto Bianchi Filho, que iniciará com a máxima brevidade, através das zonas já alcançadas pela correspondência do Museu, pesquisas que, depois, poderão ser continuadas e desenvolvidas.<sup>432</sup>

O pedido do diretor do MJC não foi aceito pelo interventor federal Flores da Cunha, o qual, não alegando os motivos do indeferimento, apenas informou, em 12 de fevereiro: “Não concordo”<sup>433</sup>. Podemos lembrar que em 1931 a publicação da Revista

<sup>432</sup> Ofício emitido pelo diretor do MJC ao diretor de Expediente da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior em 05 de fevereiro de 1931. Correspondências expedidas 1931, fl. 23. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.010. Grifos nossos.

<sup>433</sup> Ofício do secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior ao diretor do MJC em 19 de fevereiro de 1931 transcrevendo decisão do interventor federal em 12 de fevereiro de 1931 sobre solicitação feita no Ofício 194. Correspondências recebidas, 193. Arquivo Permanente MJC - AP.1.009.

do Museu e do Arquivo havia sido suspensa por falta de recursos devido à Revolução de 1930 e que talvez tenha sido esse o motivo do interventor não autorizar o funcionário do MJC a percorrer os municípios do interior durante 30 dias. Entretanto, o gasto não seria demasiado, tratando-se de diária para apenas uma pessoa, o que nos leva a pensar que o interventor pudesse priorizar o atendimento aos pedidos do MJC relativos à coleção farroupilha, em função das comemorações próximas. A documentação não nos informa mais nada a respeito do assunto. Porém, mesmo que não tenhamos conseguido acompanhar a conformação dessa coleção em maiores detalhes no Arquivo e Museu, o importante é questionarmos o motivo de tal preocupação e esforço concomitante ao transcorrer dos acontecimentos.

A campanha eleitoral de 1929 e a Revolução de 1930 foram as únicas temáticas contemporâneas sobre as quais encontramos referência na documentação administrativa do MJC no período da gestão de Alcides Maya. Não identificamos menção, preocupação e/ou mobilização no sentido de recolha de documentos relativos, por exemplo, à Revolução de 1923. Como já foi dito, a recomendação do IHGRGS era de que os estudos históricos fossem distantes no tempo pelo menos 50 anos, para garantir que o pesquisador não contaminasse a história com suas posições a respeito de assuntos que ele presenciou. Ou seja, o distanciamento cronológico era no sentido de que o historiador pudesse analisar os fatos com a devida isenção. Talvez por isso, a Revolução de 1923 tenha sido silenciada e os esforços do Arquivo depositados nos documentos do período colonial (formação do Rio Grande do Sul) e imperial (Guerra Farroupilha, principalmente). Mas se esse preceito metodológico fosse seguido rigidamente, os documentos e artefatos da campanha eleitoral e da Revolução de 1930 não deveriam ter sido buscados, já que eram fatos contemporâneos, do presente vivido pelos funcionários do MJC. A ressalva feita é que, na correspondência analisada, os documentos relativos aos eventos 1929-30 nunca são colocados como subsídios a serem utilizados pelos pesquisadores imediatamente, como alegado em relação aos documentos da Revolução Farroupilha. Eduardo Duarte, como indicado, prescrevia que os documentos de 1929/30 deveriam ser recolhidos ao Arquivo para *análise futura*. Porém, essa ressalva também poderia ter sido feita em relação à Revolução de 1923, ou seja, também poderiam ter sido buscados documentos relativos a esse conflito para serem analisados futuramente, o que não ocorreu naquele momento.

Assim, percebemos que é preciso, nos casos indicados, considerar o contexto político na produção das fontes de pesquisa pelo Arquivo. Nesse sentido, não podemos esquecer, conforme colocado no capítulo anterior, que a Revolução de 1923 questionou o poder de Borges de Medeiros, nem que Alcides Maya era então aliado político do presidente do estado. Da mesma forma, devemos ter presente que, tanto na campanha eleitoral de 1929 como na Revolução de 1930, o protagonista foi Getúlio Vargas, presidente do estado, o qual contou até 1935 com o apoio de Flores da Cunha e também de Alcides Maya, que inclusive o acompanhou ao Rio de Janeiro em 1930<sup>434</sup> e depois em 1932, durante a Revolução Constitucionalista. Também cabe destacarmos que todos os funcionários do MJC apoiaram a candidatura de Vargas à presidência, colaborando financeiramente com a campanha eleitoral, “comprometendo-se a concorrer com uma porcentagem dos seus vencimentos (meio \$), para o auxílio à propaganda em foco do nome do eminente Sr. Dr. Getúlio Vargas à presidência da República”<sup>435</sup>.

Portanto, nesse último caso, a questão política ultrapassou a orientação metodológica de afastamento cronológico das fontes. Mas, cabe ressaltar, que foi o único caso encontrado no período que analisamos. Os grandes destaques continuaram a ser os documentos dos séculos XVIII e XIX, especialmente aqueles relativos à Guerra de 1835-45.

Ainda sobre a questão da constituição do acervo do Arquivo Histórico, devemos destacar que o projeto de concentração e controle de tudo que fosse julgado como

---

<sup>434</sup> Conforme comunicado pelo Diretor do Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior ao diretor interino do MJC em 12 de novembro de 1930, Alcides Maya foi liberado do serviço juntamente com o funcionário Clemenciano Bernasque para juntarem-se à Legião “Bento Gonçalves”: “Comunico-vos que, por portaria de 6 do corrente, o Sr. Presidente do Estado concedeu permissão para se afastarem do serviço, por vinte dias, afim de partirem com a Legião ‘Bento Gonçalves’, a que estão incorporados, para a Capital da República, aos funcionários dessa Repartição dr Alcides Maya e Clemenciano Bernasque, os quais perceberão, durante aquele período, apenas o ordenado simples, devendo a gratificação de exercício caber aos seus substitutos, na forma regulamentar” (Correspondências recebidas 1930, fl. 243. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.007).

<sup>435</sup> Ofício enviado pelo diretor interino do MJC ao Secretario Geral do Comitê Borges de Medeiros, Sr. Nelson Cardia, em 20 de agosto de 1929. Correspondência expedida 1929, fl. 193. Arquivo Permanente MJC - AP.1.007. Assinam, em 01 de agosto de 1929, manifesto de apoio à candidatura Vargas, empenhando auxílio financeiro, os seguintes funcionários do MJC: Eduardo Duarte (chefe de seção); Hugo Debiasi (preparador Departamento Ciências Naturais); Clemenciano Barnasque (3º oficial); Augusto Biachi Filho (amanuense); Jesuína Ferreira de Souza (4º oficial do Tesouro adida ao MJC); Listardina da Fontoura Chagas (datilógrafa); Leopoldo José Costa Cabral (praticante); Carlos Duarte; Bruno da Silva (servente) e Olympio Bianchi Gomes (servente). Os funcionários que não assinam são aqueles que não se encontravam em serviço no MJC, estando em férias ou adidos em outra repartição: Lourival Salgado (guarda, em férias de 22/07 a 22/08), Emílio Carlucci (adido ao Tesouro até 26/10) e o diretor Alcides Maya (em serviço externo de 28/05 a 28/09) Cf. Correspondência expedida 1929, fl. 174. MJC -AP.1.007.

documento importante para a escrita de nossa história continuou em período posterior à comemoração do centenário farroupilha e após a saída de Alcides Maya e Eduardo Duarte, ambos aposentados em 1939<sup>436</sup>. Em correspondência de dezembro de 1939, o novo diretor deixou bem claro a intenção de conformação do MJC como um grande museu concentrador de todos os acervos, posicionando-se contrário à implantação de um museu de história que a municipalidade de Rio Pardo estaria organizando. Nesse sentido, Emílio Kemp escreveu ao secretário de estado, dizendo:

Estando noticiado que a Municipalidade de Rio Pardo está organizando um museu onde já recolheu objetos e documentos históricos relativos àquele município, peço vênha para solicitar atenção de V.Ex<sup>a</sup> para esse caso. Com a fundação desse museu, o que, possivelmente, será imitado pelos outros municípios, vai o Museu do Estado perdendo oportunidade para completar e enriquecer as suas coleções, diminuindo assim, muito do seu valor.

Os museus municipais, por interessantes que sejam, não poderão ter a importância de um museu geral do Estado, que será sempre preferido para consultas e estudo dos interessados na nossa história e nas nossas manifestações de cultura científica.

Ademais, as coleções que não são previamente estudadas, classificadas e autenticadas, **nenhum valor apresentam como documentos**, não passando de coleções curiosas.

Esses trabalhos requerem conhecimentos e métodos técnicos especializados no sentido de oferecerem **subsídios legítimos de autenticidade**.

É lógico que os estudiosos procurem de preferência o Museu do Estado, pressupondo nele existir tudo quanto haja no Rio Grande capaz de figurar num instituto de tal natureza, e assim as coleções municipais ficarão esquecidas e inúteis nos seus mostruários. Sem recursos para coletar e recolher o material de valor histórico e científico existentes nos municípios, este Museu tem sido privado de cumprir sua finalidade, mas logo que tenha as verbas necessárias para esse fim, far-se-á o recolhimento do que houver espalhado no interior, mas se tudo já estiver depositado nos museus das comunas, não será possível a sua arrecadação, e o Museu do Estado ficará empobrecido e estagnado.

Em face do exposto, venho pedir a V.Ex<sup>a</sup>, que tanto interesse tem tomado pela obra cultural do Rio Grande, que **se digne intervir** de modo que o Governo do Estado empregue seus bons ofícios **no sentido de não serem criados museus municipais e sim recolhidos a este as coleções por ventura já existentes nas municipalidades assim como as particularidades que sejam de conhecimento dos seus prefeitos**.

Como o reto espírito de V.Ex<sup>a</sup> bem compreenderá, move-me, neste caso, o desejo de ver o Estado possuir um Museu condigno a sua cultura e o seu crescente progresso.<sup>437</sup>

Na visão do diretor, a criação de museus nas municipalidades significaria o empobrecimento do MJC, já que, da mesma forma que Eduardo Duarte defendeu dez

<sup>436</sup> Alcides Maya aposentou-se em 24 de março de 1939 e Eduardo Duarte em 23 de junho de 1939, sendo substituído por Augusto Bianchi Filho, que assumiu a chefia do Arquivo Histórico.

<sup>437</sup> Ofício nº 292 de Emílio Kemp, diretor do MJC, a Coelho de Souza, secretário de estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 12 de dezembro de 1939. Correspondências expedidas 1939, fls. 48-49. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.014. Grifos nossos.

anos antes, em 1929, no Congresso das Municipalidades, os acervos localizados no interior do estado, tanto nos arquivos públicos quanto nos privados, deveriam ser enviados para o MJC. O argumento para a defesa dessa proposição era calcado na competência técnica no tratamento dos acervos que o MJC possuía, capaz de transformar, pela catalogação e estudo, peças *curiosas* em verdadeiros documentos. Tal competência autorizava o MJC a reivindicar o impedimento de abertura de museus não só no município de Rio Pardo, mas em qualquer outra localidade que seguisse esse *mau* exemplo, fragmentado o acervo da nossa história em vários locais. O que o diretor continuava postulando, como o fizera Eduardo Duarte, era justamente o contrário, pois desejava a centralização, a concentração das peças julgadas importantes, num único local, o qual, por sua autoridade científica, poderia oferecer os “subsídios legítimos de autenticidade” aos documentos recolhidos<sup>438</sup>.

A manifestação de Emilio Kemp em 1939, bem como os relatos de Eduardo Duarte e Aurélio Porto - que foram os que fundamentalmente atuaram na formação do acervo do Departamento de História Nacional do MJC nos anos que antecederam os festejos do centenário - deixam transparecer os pressupostos teórico-metodológicos relativos à definição de história e de documento que nortearam a *garimpagem* e recolhimento de peças documentais a serem reunidas no Arquivo Histórico. Essas concepções eram aquelas consideradas pelo IHGRGS, destacadas em item anterior, segundo as quais o fazer histórico pressupunha um rigor científico buscado na neutralidade do historiador que deveria extrair a *verdade* contida nos documentos. Possamai, nesse sentido, destaca que o Departamento de História do MJC, principalmente o Arquivo Histórico,

[...] transformou-se em locus de uma produção historiográfica, amparada nos pressupostos vigentes naquele período, cujas diretrizes de orientação eram dadas pelos Institutos Geográficos. Naquela perspectiva, a maior relevância recaía sobre o documento escrito, considerado testemunho da verdade do passado, bastando ao historiador o papel de localização, reunião, organização, compilação e, posterior publicação a fim de torná-lo acessível a um maior número de pesquisadores.<sup>439</sup>

<sup>438</sup> Sobre a contrariedade à criação de museus municipais, e o conseqüente crescimento do MJC, podemos lembrar ainda, por contraste, do projeto sugerido por Alcides Maya a Borges de Medeiros, quando da apresentação do programa de reformulação do MJC, momento em que ele idealizou para o futuro não um grande museu, mas vários pequenos museus especializados, conforme foi indicado no capítulo anterior. Parece que essa profusão de pequenos museus sugeridos por Maya não era mais cogitada em 1939, como demonstrou a oposição de Kemp quanto à abertura de museus de história nos municípios e a reivindicação da transferência de peças de história ou científicas ao MJC.

<sup>439</sup> POSSAMAI, 2013, p. 220.



O valor probatório e informativo dos documentos no *desvelamento* da verdade histórica, bem como os procedimentos em seu tratamento, colocados por Possamai (2013), indicam uma aproximação dos historiadores do IHGRGS e do MJC com o método crítico da *Escola Metódica*. Cabe ressaltar que tal aproximação foi apontada por Arce em sua dissertação (2015).

A seguir destacamos os principais aspectos do método crítico da história e sua identificação no trabalho de Eduardo Duarte e Aurélio Porto.

### 3.3 A Escola Metódica: da *Revue Historique* ao MJC

A *Escola Metódica* surgiu na França na segunda metade do século XIX e teve grande influência no Brasil<sup>440</sup>. O seu surgimento é normalmente associado à criação da *Revue Historique*, que publicou em seu primeiro número, de 1876, editorial intitulado *Sobre o progresso dos estudos históricos na França depois do século XVI*, assinado por Gabriel Monod. Esse texto pode ser considerado um “manifesto da escola metódica”<sup>441</sup>, apresentando os parâmetros pelos quais o grupo de historiadores vinculados à Revista<sup>442</sup> pretendia exercer a disciplina histórica: sem “pretensão de tomar partido político ou religioso”, propondo ser

uma coletânea de ciência positiva e de livre discussão, ficando essencialmente restrita ao domínio dos fatos e fechada às teorias políticas e filosóficas... O ponto de vista estritamente científico no qual nos inserimos será suficiente para dar à nossa coletânea a unidade e tom de caráter.<sup>443</sup>

Portanto, tais historiadores preconizavam que a história era uma “ciência positiva” e defendiam a imparcialidade e a não subjetividade “em nome da ciência e do

<sup>440</sup> Lucia Guimarães, ao analisar os *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, realizado no IHGB entre 7 e 14 de setembro de 1914, identifica que tanto em relação aos conteúdos, que “privilegiavam, nitidamente, o campo da história política e territórios correlatos (história militar, história diplomática, história constitucional e administrativa e história parlamentar)”, quanto à “opção metodológica de partir da história geral para as histórias especializadas” demonstram a identificação dos historiadores brasileiros com a Escola Metódica: “[...] no alvorecer do século XX, a historiografia brasileira mostrava-se bastante familiarizada com as principais tendências europeias que orientavam o estudo da disciplina. De um lado, baseava-se nas noções da ‘escola metódica’, em especial na sua vertente francesa, representada por Langlois & Seignobos, de outro, inspirava-se no ideário do ‘patriotismo à moda 1914’, o que conferia à escrita da história um caráter eminentemente pragmático, preocupado em oferecer bons exemplos e lições de civismo” (GUIMARÃES, 2006, p. 164, 165 e 169).

<sup>441</sup> DOSSE, 2003, p. 39.

<sup>442</sup> A comissão editorial da Revista Histórica aglutinava nomes da antiga geração positivista, como Victor Duruy, Ernest Renan, Taine ou Fustel de Coulanges, com novos nomes da escola metódica, como Gabriel Monod e Ernest Lavis. Cf. DOSSE, 2003, p. 39.

<sup>443</sup> MONOD, 1976, p. 322-3 *apud* BREFE, 2005, p. 69.

respeito pela verdade”<sup>444</sup>. Para tanto, desenvolvem o método crítico<sup>445</sup>, contribuindo para a constituição da história científica no final do século XIX.

O método crítico foi exposto, principalmente, no livro *Introdução aos estudos históricos*, escrito pelos historiadores franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, publicado em 1897. A obra exprime as concepções da Escola Metódica, constituindo-se num verdadeiro manual com orientações de como “fazer” história<sup>446</sup>. Em *Introdução...*, Langlois e Seignobos apresentam as etapas que deveriam constituir o método histórico e a sequência de sua execução para o estabelecimento da verdade, a qual era o objetivo primeiro que o historiador necessitaria perseguir. Ou seja, preocupavam-se em estabelecer “as regras de autenticação da verdade”<sup>447</sup> a serem seguidas pelo pesquisador no manuseio da documentação. Isso porque, diferentemente das ciências biológicas ou experimentais, a história não poderia observar diretamente os fatos que estudava, podendo acessá-los apenas através de vestígios do passado que por ventura tivessem sobrevivido no presente, constituindo-se, assim, em um conhecimento indireto. Por isso, seria preciso cercar-se de procedimentos que pudessem indicar que o vestígio pelo qual o conhecimento histórico era construído não era falso. Desse modo, tomando o documento escrito e oficial como fundamental para a escrita da história, eles estabeleceram que o trabalho do historiador deveria ser constituído, primeiramente, de procedimentos heurísticos em relação à documentação (crítica externa), seguidos do

---

<sup>444</sup> DOSSE, 2003, p. 40. Entretanto, Dosse pondera que “por trás do estandarte científico, tendências implícitas ou explícitas despontam como evidências, nesses historiadores metódicos”, referindo-se à visão progressista da história por eles adotada, segundo a qual o historiador está a serviço do progresso da humanidade: “A marcha para o progresso desdobra-se como uma acumulação do trabalho científico, numa abordagem linear da história, enriquecida pelo aporte das ciências auxiliares – antropologia, filosofia comparada, numismática, epigrafia, paleografia ou ainda diplomática – que dão um aspecto cada vez mais moderno ao século 19” (DOSSE, 2003, p. 40).

<sup>445</sup> Le Goff observa que “a crítica documental tradicional foi essencialmente uma procura da autenticidade. Ela persegue os falsos e, por consequência, atribui uma importância fundamental à datação”. O autor também informa que ela “iniciou-se na “Idade Média [*sendo*] consolidada no início do Renascimento, enunciada pelos grandes eruditos do século XVII” e que foi “aperfeiçoada pelos historiadores positivistas do século XIX”, como também são chamados os metódicos. (LE GOFF, 2003, p. 533)

<sup>446</sup> Os fundamentos dessa obra foram apresentados por Afonso de Taunay na conferência *Os princípios gerais da moderna crítica histórica* realizada “em 03 de maio de 1911, na abertura do curso de História Universal na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo” (BREFE, 2005, p. 68) e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, provavelmente conhecida por Duarte e outros historiadores vinculados ao MJC Brefe (2005) demonstra que a referência à Escola Metódica esteve presente tanto na produção historiográfica de Taunay como nas diretrizes que orientaram a constituição do acervo documental do Museu Paulista, durante o período de sua gestão.

<sup>447</sup> DOSSE, 2003, p. 41.

trabalho de hermenêutica (crítica interna)<sup>448</sup> e, por fim, do estabelecimento de leis gerais para explicar o encadeamento da história.

A primazia do documento é destacada por Langlois e Seignobos para revelar os fatos passados, pois aquilo que não deixou vestígios, ou cujos “vestígios acabam por desaparecer estão perdidos para a história: é como se jamais tivessem existido”. Para eles, nada substitui o documento: “sem documentos, sem história”<sup>449</sup>. Portanto, a busca dos documentos era fundamental para o trabalho do historiador, pois sem as fontes ele não poderia conhecer o passado<sup>450</sup>.

O trabalho de Eduardo Duarte e Aurélio Porto foi marcado por essa defesa da pesquisa documental como a única forma de se reconstruir os fatos do passado. Eles negaram os relatos orais e cópias realizadas de trabalhos cujas referências não fossem documentos considerados autênticos, postulando ainda o conhecimento racional acerca das coisas do passado, conforme a tradição iluminista. O passado deveria ser, de acordo com tal perspectiva, “racionalmente apropriado e, para isso, o trabalho de pesquisa se faz necessário e indispensável”<sup>451</sup>. Isso fica demonstrado em muitas declarações de Duarte, como, por exemplo, na conferência por ele proferida em 1926, onde dizia que os documentos “são o precioso manancial donde emana a verdade, a verdade da história tantas vezes falseada, deturpada ou torcida de maneira a se ajustarem em interpretações

---

<sup>448</sup> Os procedimentos sequenciais do trabalho com as fonte/vestígios propostos pelos metódicos para que pudessem ser considerados provas documentais foram refutados posteriormente pela *Escola dos Annales*, principalmente por Marc Bloch, que, conforme coloca Ricoeur, “considera uma ingenuidade epistemológica, a saber, a ideia de que poderia existir uma fase número um, em que o historiador reuniria os documentos, os leria e ponderaria sua autenticidade e veracidade, após a qual viria a fase número dois, em que ele os utilizaria”. Isso porque, “Se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque o historiador vem aos arquivos com perguntas. As noções de questionamento e de questionário são, assim, as primeiras que devem ser colocadas na elaboração da prova documental. É armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação nos arquivos”. Ou seja, “não há observação sem hipótese nem fato sem perguntas. Os documentos só falam quando lhes pedem que verifiquem, isto é, tornem verdadeira, tal hipótese. Interdependência, portanto, entre fatos, documentos e perguntas” (RICOEUR, 2007, p.188). Nesse sentido, podemos dizer que os metódicos não consideram que o passado seja uma construção do presente que o historiador faz a partir de determinados questionamentos, e sim algo a ser revelado, bastando para isso encontrar as provas de sua existência. O documento falaria por si, sem a interferência do historiador.

<sup>449</sup> LANGLOIS e SEIGNOBOS, 2017, s/n. As citações relativas a essa obra foram feitas a partir de livro eletrônico (e-book) publicado em 2017, que não apresenta numeração de página. A citação feita está no *Livro 1 – Preliminares. 1. A pesquisa de documentos (heurística)*.

<sup>450</sup> Ressalta-se que a noção de documento nesse momento é ainda restrita em relação ao que posteriormente iriam postular, entre outros, os historiadores da *Escola dos Annales* e está relacionada basicamente às fontes escritas, em grande parte, depositadas nos arquivos das administrações municipal, estadual ou nacional, por tratarem-se de documentos oficiais.

<sup>451</sup> GUIMARÃES, 2007, p. 27.

que estão a pedir correção e palmatória”<sup>452</sup>. Portanto, a caça dos documentos seria determinante para a revelação da história e a correção dos erros cometidos por aqueles que escreveram sobre o passado sem consultar os documentos percebidos como adequados, justificando, nesse sentido, o trabalho do Arquivo Histórico:

Os intelectuais, aqueles que se dedicam à literatura histórica, comparecem à citada Repartição continuamente em demanda de preciosos subsídios de valor documental, como comprovam insofismavelmente as suas asserções. E isto é altamente confortador, pois vai assim desaparecendo o comércio de fazedores de compêndios, daqueles que escrevem histórias copiando, muitas vezes servilmente, o que outros fizeram ou endossando afirmações que estão a pedir bolos de palmatória.<sup>453</sup>

Coadunando com a posição de Duarte, Aurélio Porto considerava que a verdade histórica só seria obtida através das fontes textuais e também justificava o trabalho nos arquivos como necessário para evitar a instauração de erros e suas possíveis reproduções pelos “pseudos historiadores [que] têm pavor dos arquivos”, como manifestou ao tratar de suas pesquisas no Rio de Janeiro sobre os documentos da Guerra Farroupilha:

O nosso mal, de origem, que precisa ser reparado para levantar o marco centenário da Revolução Farroupilha, é a facilidade com que se faz história contando histórias que os outros já disseram, aceitando tudo, os maiores disparates, falsos critérios de apreciação que andam por aí impressos, porque têm o cunho da antiguidade, sabor da causa velha... Infelizmente, com honrosas exceções, os nossos pseudo historiadores têm o pavor dos arquivos, o horror ao pó das folhas a pergaminho que se desfazem, **mas onde somente se pode encontrar o rastilho de luz que leva à verdade histórica.** A História é obra de beneditino. Os falsos vendilhões deveriam ser enxotados de seu Templo, para não macular a verdade, que tem ainda os seus apóstolos. Conservar alusões e erros, reeditar lendas, endeusar individualidades por um falso simbolismo cívico, é [palavra ilegível] a esse sacerdócio, e torcer os fios que se completam de uma grande teia, tecida pelos esforços, inteligência, amor, dedicação e glória das gerações que nos legaram patrimônios dignos de serem conservados em suas linhas precisas.<sup>454</sup>

O trabalho do historiador é, portando, visto como um sacerdócio, uma missão na busca dos preciosos tesouros de elucidação do passado, declarando Aurélio Porto que “é

<sup>452</sup> Conferência *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense* pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Separata da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. AHRG Fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 12.

<sup>453</sup> Congresso das Municipalidades - *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Oficinas Gráficas d'A Federação, Porto Alegre, 1929, p. 5-6. AHRG – Fundo Eduardo Duarte (ED=018).

<sup>454</sup> Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor do MJC sobre os trabalhos de busca, seleção e aquisição de documentos históricos no Rio de Janeiro. Correspondências recebidas 1928, fls. 144-5. Arquivo Permanente MJC - AP.2.005. Grifo nosso.

a esse trabalho de exumação, de seleção de documentos, que possam servir para escrever a verdadeira história do Rio Grande” que ele se dedicava, emprestando “o máximo de [seus] esforços [...]”<sup>455</sup>.

O rigor na análise dos documentos, e a conseqüente correção de possíveis erros, preconizada por Aurélio Porto, podem ser exemplificados quando ele se refere a um documento mal transcrito pelo Visconde de São Leopoldo, onde a região de Vacaria no Mato Grosso foi confundida com a do Rio Grande do Sul. Como não foi procedida a conferência dessa informação, ela foi reproduzida em muitos trabalhos, como sendo verdadeira até que a pesquisa de Porto esclarecesse o erro:

Há na História do Rio Grande, infelizmente, exemplos frisantes desse modo de fazê-la [sem pesquisa documental]. Porque o Visconde de São Leopoldo transcrevendo mal, talvez de memória, uma citação do genealogista Pedro Tacques, afirmou que Manuel Dias da Silva havia penetrado os sertões de Vacaria, substituindo, ali, cruces com inscrições portuguesas, mais de uma centena de historiadores e [palavra ilegível], copiando servilmente o ilustre paulista, **reproduzem o erro**. No entanto, a Vacaria da incursão do bandeirante, era uma mato-grossense assim denominada...<sup>456</sup>

O esforço empreendido por Porto e Duarte na investigação e recolhimento dos documentos, já descrito nesse trabalho, ocorreu, portanto, a partir da consideração da centralidade do documento para a escrita do passado: “buscar e encontrar os documentos são a primeira parte, e uma das principais do ofício do historiador”<sup>457</sup>.

Após a localização dos documentos, Langlois e Seignobos indicam, na primeira parte do seu livro, uma série de procedimentos heurísticos. Tais ações, conforme os autores explicam, seriam facilitadas com a reunião das coleções em instituições públicas. A partir do exemplo da França revolucionária<sup>458</sup>, mesmo considerando alguns problemas ocorridos, como “as devastações irreparáveis nos arquivos antigos”, os autores avaliam como positivo o confisco de documentos realizado pelo estado e sua disponibilização em instituições públicas, frisando que tal processo promoveu:

<sup>455</sup> Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor do MJC sobre os trabalhos de busca, seleção e aquisição de documentos históricos no Rio de Janeiro. Correspondências recebidas, 1928, fl. 145. Arquivo Permanente MJC - AP.2.005.

<sup>456</sup> Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor do MJC sobre os trabalhos de busca, seleção e aquisição de documentos históricos no Rio de Janeiro. Correspondências recebidas 1928, p. 145. Arquivo Permanente MJC - AP.2.005. Grifo nosso.

<sup>457</sup> LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2017, s/n.

<sup>458</sup> Em 1790 foram criados na França os Arquivos Nacionais e em 1794 eles foram abertos ao público.

1º, a concentração, em um número relativamente reduzido de arquivos, de documentos até então dispersos, e dados como perdidos, em centenas de locais diferentes; 2º, o caráter público de tais arquivos. Desde então, aqueles antigos documentos históricos, em que pesem as destruições devidas à má sorte e ao vandalismo, encontram-se por fim em locais seguros, classificados, colocados à disposição do público, e tratados como parte de um patrimônio social.<sup>459</sup>

Portanto, a concentração dos documentos antes dispersos em vários depósitos ou em mãos de particulares em um único ou em poucos arquivos públicos facilitaria a conservação física desses documentos e também o acesso, já que com o trabalho de classificação e descrição poderiam ser elaborados guias de consulta, catálogos, publicizando, dessa forma, os acervos, agora considerados patrimônio público.

Em perspectiva semelhante, vimos que a centralização de documentos no Arquivo Histórico do MJC, estabelecida em seu Regulamento e preconizada no Congresso das Municipalidades, foi buscada, principalmente tratando-se da coleção farroupilha, durante o período em que o Departamento de História foi chefiado por Eduardo Duarte e que tal proposta continuou a ser considerada mesmo depois de sua aposentadoria, quando o diretor Emílio Kemp reivindicou a não abertura do Museu de Rio Pardo, alegando a fragmentação da documentação e a dificuldade de acesso dos pesquisadores a esses documentos que isso acarretaria.

A exemplo do que Langlois e Seignobos colocaram em relação à reunião do documentos dispersos na França e reunidos em poucas instituições públicas, Eduardo Duarte, em sua tese sobre a *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, apontou as vantagens da concentração dos documentos no MJC, alegando questões de preservação, bem como a organização e divulgação dos materiais que, publicados, cumpririam o objetivo de subsidiar as pesquisas dos historiadores. Dizia que:

Aqui é o seu lugar [dos documentos]; recebidos com o merecido carinho, estudados, catalogados, dados à luz da publicidade, deles será tirado o maior proveito à história do Rio Grande do Sul.

Se não, vejamos: de que servem tais subsídios escondidos em meio de velhos arquivos, expostos à destruição do tempo, ao sabor das traças, ao perigo de acidentes, longe dos olhos dos estudiosos da nossa história?

---

<sup>459</sup> LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2017, s/n.

Tem o mesmo valor dos chamados arquivos particulares, avaramente guardados, tesouros que só teriam valor quando aproveitados na história da nossa terra.<sup>460</sup>

A intenção de Duarte, muitas vezes manifestada, era que todos os documentos pudessem realmente constituir-se em subsídios à pesquisa, com acesso aos historiadores. Muitas vezes ressaltou que era essa a principal função do Arquivo, considerando, como já dito, que a história não existe sem documentos. O trabalho do arquivo seria, então, o de facilitar “a pesquisa ou *la chasse aux documents*, [que] é difícil e morosa, exigindo do interessado não pequena soma de tempo e paciência”<sup>461</sup>, pois esse deveria emprenhar-se nas prateleiras de velhos arquivos, da qual a maioria dos historiadores fugia, “poupando-lhes a aversão da pesquisa – do horror de muitos à poeira dos arquivos”<sup>462</sup> na busca das fontes que lançariam “luz em muitos pontos obscuros da história regional”<sup>463</sup>. Portanto, o Arquivo Histórico, ao recolher os documentos, organizá-los e disponibilizá-los à pesquisa, cumpriria com o compromisso de estabelecer a verdade dos fatos. Duarte ressaltava a importância do desenvolvimento do trabalho do Arquivo que propiciaria os elementos necessários para a escrita da verdadeira história do Rio Grande do Sul, através dos diversos livros antigos manuscritos ou dos papéis avulsos reunidos por assuntos e divulgados através das publicações realizadas:

Aí tendes, pois, uma ligeira notícia do que possuímos em livros manuscritos, verdadeiro manancial de preciosas informações para o estudo da história rio-grandense, todos à mão, de fácil consulta e cuja catalogação, em globo, é verdade, nos dá de pronto o conteúdo de cada livro, facilitando assim, ao consulente, a pesquisa do assunto que tem em vista.

[...]

E toda a correspondência referente à campanha das Missões aqui está organizada. Temo-la catalogada, extractada, e pode ser facilmente consultada, pois o catalogo está publicado em um dos primeiros números da revista.

A campanha de 1811-12, ou seja a penetração que em terras do domínio espanhol fez D. Diogo de Souza, governador e capitão-general do continente de São Pedro, mereceu de nós o máximo cuidado e, após longa e paciente

<sup>460</sup> Congresso das Municipalidades - *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Oficinas Gráficas d'A Federação, Porto Alegre, 1929, p. 10. AHRGS – Fundo Eduardo Duarte (ED=018).

<sup>461</sup> Relatório MJC referente ao ano de 1931. Correspondências expedidas 1932, fl.162. Arquivo Permanente MJC - AP.2.008.

<sup>462</sup> Relatório do MJC referente ao ano de 1928, p. 894. (AHRG - SIE 3-045).

<sup>463</sup> Conferência *Da Oportunidade do Arquivo Histórico Rio Grandense* pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Separata da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. AHRG fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 7.

pesquisa, conseguimos levar a cabo a difícil tarefa, reunindo tudo o que se refere a esse interessante capítulo histórico.<sup>464</sup>

A respeito da Guerra Farroupilha, Eduardo Duarte, como já indicado, destacou sempre a necessidade de o Arquivo organizar e publicar com antecedência ao Centenário a documentação reunida, para que a verdadeira história da revolução fosse possível de ser escrita antes de 1935. Dizia ele no Congresso das Municipalidades em 1929:

Não esperar o ano de 35, é o plano assentado pelo Museu e Arquivo Histórico; que os estudiosos, no silêncio dos seus gabinetes, possam ter à mão os subsídios de que precisam, provenientes de **fonte oficial** para a sua contribuição ao magno acontecimento.<sup>465</sup>

A mesma intenção foi reafirmada em diversas correspondências e alguns relatórios do MJC, como o abaixo transcrito:

É que, Sr. diretor, a data centenária da grande revolução se aproxima, e, conforme plano estabelecido, até 1935 deve este Instituto ter divulgado todo o acervo que possui e que é **precioso**, sobre o épico decênio, como sabeis. A história da grande revolução **ainda está por fazer, e não poderá ser feita sem que a Repartição publique a documentação que possui**. E não nos iludamos esperando os consulentes... O pó dos arquivos, o cheiro dos papeis velhos, a pesquisa, em suma, causa horror a muita gente. O material subsidiário às publicações sobre o grande capítulo histórico deve penetrar no silêncio do gabinete dos estudiosos e só assim poderemos esperar que a **história se faça à luz clara e inconfundível da verdade dos fatos**.<sup>466</sup>

Portanto, não bastava *caçar* os documentos e reuni-los no Arquivo, mas submetê-los a uma serie de procedimentos – coligir, catalogar, publicar - para que pudessem ser utilizados nas pesquisas. Acompanhava esse trabalho de organização, a verificação da procedência e originalidade das fontes, para que pudessem ser legitimadas como autênticas e, portanto, passíveis de serem utilizadas na produção historiográfica.

---

<sup>464</sup> Conferência *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense* pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Separata da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. AHRG fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 8 e 14. Grifo nosso.

<sup>465</sup> Congresso das Municipalidades - *Contribuição dos Municípios na Organização do Museu e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Oficinas Gráficas d'A Federação, Porto Alegre, 1929, p. 8-9. AHRGS – Fundo Eduardo Duarte (ED=018).

<sup>466</sup> Eduardo Duarte relatando atividades do Departamento de História Nacional do Museu. Relatório do MJC correspondente ao ano de 1930. Correspondências expedidas 1931, fl. 79. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.010. Grifo nosso.



O trabalho da heurística, também denominado de *crítica externa* ou *erudita*, descrito por Langlois e Seignobos, era constituído de três etapas sucessivas: a *crítica da documentação*, a *crítica da inspeção* e a *crítica da origem*.

A primeira etapa, a *crítica da documentação*, consistia em transformar a volumosa massa documental, antes dispersa, em material legível, acessível, classificado. Trabalho realizado geralmente pelas denominadas “ciências auxiliares” da história, como a “Epigrafia e a Paleografia, Filologia e Diplomática, com suas auxiliares (cronologia técnica e sagilografia)”, também a “Arqueologia propriamente dita e suas auxiliares – a numismática e a heráldica”<sup>467</sup>.

O passo seguinte, a *crítica de inspeção*, era um trabalho comparativo do documento com tudo que pudesse se referir a um determinado assunto, verdadeiramente uma inspeção onde o objetivo era verificar suas diferentes versões, suas possíveis adulterações.

A terceira e última etapa do trabalho da heurística era a *crítica da origem* no sentido de confirmar a procedência do documento, como forma de certificação da verdade que ele continha. Taunay, em *Os princípios gerais da moderna crítica histórica*, indica como a *crítica da origem* contribuiu para a identificação de inexatidões contidas em obras de alguns historiadores e

Prestou enormes serviços aos historiadores modernos, eliminando documentos apócrifos, denunciando falsas atribuições e infelizmente demolindo reputações estabelecidas de grandes obras inatacáveis acrescentando que as obras de “escritores célebres como Ranke, Thierry, Taine, Fustel de Coulanges” estão “inçadas de inexatidões descobertas pelos inexoráveis esmiuçadores modernos”<sup>468</sup>.

Terminado o trabalho da heurística, deveria ser iniciado o próximo passo do método histórico, com o trabalho da hermenêutica (crítica interna), ou seja, a interpretação dos documentos, que não encerrava o processo, precisando ainda o historiador estabelecer leis gerais para a explicação da história, que Langlois e Seignobos denominam de *operações sintéticas*<sup>469</sup>.

<sup>467</sup> LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2017, s/n.

<sup>468</sup> TAUNAY, 1912, p. 330-1 *apud* BREFE, 2005, p. 73.

<sup>469</sup> Essa última etapa acabou ficando a cargo dos sociólogos e não dos historiadores, como Brefe coloca: “Cuidadosamente atento à crítica documental (especialmente à heurística) e a seus intermináveis procedimentos, a prática historiográfica dessa geração positivista demonstra que a maioria dos historiadores, incluindo Taunay, refugiou-se na pesquisa documental, tal como fizeram as gerações

Podemos identificar os elementos da heurística no trabalho desenvolvido no Departamento de História do MJC, principalmente na sua fase de *crítica da documentação*, pois, como já demonstrado, realizavam-se buscas de documentos, seguidas de organização/catalogação. Havia também uma preocupação em estabelecer a *crítica da inspeção e da origem* que, através da comparação com outros elementos e localização de novos documentos, acabava por apontar erros históricos, tentando corrigi-los à luz dos documentos autênticos. Nesse sentido, é interessante citarmos o esclarecimento que Eduardo Duarte fez, ao mencionar os documentos da Campanha das Missões, de que José Borges do Canto não era analfabeto, como fora registrado por Gabriel Ribeiro Almeida. A correção de Duarte é baseada em comparação de documentos para confirmar a grafia do autor:

A propósito cumpre-nos aqui salientar que Gabriel Ribeiro de Almeida, companheiro de Borges do Canto na memorável jornada disse, em uma memória que escreveu que José Borges do Canto “não sabia nem ler nem escrever”.

A afirmação é destruída pelas cartas que publicamos<sup>470</sup>. E mais, a hipótese de que fossem as mesmas escritas por outrem, também não é admissível pois encontramos ainda posteriormente um atestado de serviços trazendo a assinatura daquele e a letra é a mesma que firma as cartas de que acima falávamos.

Bem, sabemos qual a soma de responsabilidade que assumimos em negar, pelo menos neste ponto, o que disse Gabriel Ribeiro quando o seu trabalho tem sido até hoje a base principal sobre que se estuda tudo quanto temos lido sobre a campanha de Missões. É o resultado de uma convicção amparada em sobejas provas (...).<sup>471</sup>

A segunda fase do trabalho de crítica documental, a hermenêutica, não era, conforme Eduardo Duarte, realizado pelo Arquivo, cabendo a interpretação dos documentos aos historiadores. Ele se definia, em sua atuação no Arquivo Histórico, como arquivista e não como historiador<sup>472</sup>:

---

anteriores (estas com menor rigor, é verdade), deixando as generalizações e o estabelecimento de fórmulas gerais para os sociólogos” (cf. Wehling, 1994, p.99-100 *apud* BREFE, 2005, p. 75).

<sup>470</sup> Duarte menciona que o Arquivo possuía duas cartas de Borges do Canto.

<sup>471</sup> Conferência *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense* pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Separata da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. AHRs fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 13-14. Grifos do autor.

<sup>472</sup> Assim como acontecia com o historiador, não existia, naquele momento, formação acadêmica para a profissão de arquivista. Portanto, entende-se arquivista como aquele que, mesmo sem uma formação específica, exercia as atividades relacionadas a essa profissão. Conforme Ferreira e Konrad, “O desenvolvimento da Arquivologia no Brasil percorre um caminho que teve seu início no século XX quando houve a criação do primeiro curso técnico voltado para a formação dos funcionários do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, em 1922”. Os autores também informam que o primeiro curso de Arquivologia criado dentro de uma instituição de ensino superior foi o Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1976 (FERREIRA; KONRAD, 2014,

[...] excusa dizê-lo, não somos historiadores: a nossa função é a de arquivar, parca e simplesmente. Pesquisar, selecionar, catalogar, divulgar enfim, é o nosso trabalho, **sem dúvida o mais difícil**, pois, sabemos todos, a poeira de arquivos, excelente cultura de micróbios, tem sido sempre um espanto para os menos animosos.<sup>473</sup>

De forma extremamente semelhante, na Revista do IHGRGS, em 1921, Florêncio de Abreu estabelecia a diferença entre o trabalho do historiador e o do arquivista, cabendo ao primeiro a hermenêutica e ao segundo a heurística, indicando Eduardo Duarte como arquivista, mas discordando desse quanto ao trabalho mais difícil ser o do arquivista e não o do historiador:

Não é pois, da competência do Arquivo analisar e comentar documentos e deles tirar ilações ou sobre eles compor narrativas, - o que é obra do historiador; mas coligir, coordenar e catalogar documentos de autoridade histórica, - o que é tarefa propriamente do arquivista. O trabalho deste facilita o daquele; um acumulando e classificando documentos e testemunhos, forma o processo histórico, sobre o qual o outro calca o seu trabalho, **sem dúvida bem mais árduo e difícil**.<sup>474</sup>

O ex-diretor do Arquivo Público, portanto, estabeleceu uma hierarquia entre as duas atividades, pois mesmo reconhecendo a importância do trabalho do arquivista, considerava que o do historiador era “sem dúvida bem mais árduo e difícil”, reafirmando a arquivística como uma ciência auxiliar da história<sup>475</sup>.

Entretanto, em que pese essa divisão entre organização dos documentos e interpretação, cabe considerar que a Revista do Museu e do Arquivo Público, dedicada à publicação de documentos históricos, ao contrário das pretensões iniciais de não interpretação desse material, publicou artigos interpretativos<sup>476</sup>. Verificamos que as

---

p. 128 disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/5358/3521>>. Acesso em 10/12/2017.

<sup>473</sup> Conferência *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense* pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Separata da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. AHRS fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 15. Grifo nosso.

<sup>474</sup> RAPRGS, 1921, p. 3 *apud* ARCE, 2015, p. 97. Grifo nosso.

<sup>475</sup> A arquivística foi considerada, na segunda metade de século XIX, assim como a Paleografia e a Diplomática, uma ciência auxiliar da história. Essas ciências eram constituídas “de saberes práticos indispensáveis ao *métier* do historiador”. Nessa perspectiva, o “arquivista-paleógrafo, formado pela École Nationale des Chartes (criada em 1821), passou a constituir o modelo típico de profissional dos arquivos históricos, cuja ação se centrava na divulgação (mediante transcrições, elaborações de índices, inventários e catálogos) das fontes imprescindíveis à História da Nação” (RIBEIRO, 2002, p. 19). Ribeiro coloca que a arquivística “ensaia a sua afirmação em grande parte por força dos interesses historiográficos. É, pois, no campo da História e por causa da História que um saber eminentemente prático e milenar é valorizado e ganha ‘consciência’ disciplinar, que os arquivos são reconhecidos como lugares de memória e apreciados como bens patrimoniais” (RIBEIRO, 2002, p.20).

<sup>476</sup> Cf. ALMEIDA, 1983 *apud* RODRIGUES, 2002, p. 42.

Revistas possuíam apêndice com longas e eruditas notas explicativas e interpretativas<sup>477</sup>. Assim, podemos dizer que a ênfase no trabalho com a documentação no Departamento de História Nacional do MJC foi dada aos procedimentos heurísticos, mas sem, contudo, negligenciar totalmente a hermenêutica.

Portanto, os profissionais do Departamento de História de MJC, assim como os do IHGRGS, entendiam a História como uma ciência positiva que só poderia ser feita a partir de documentos considerados originais e autênticos. A validação da fonte como histórica era necessária e obtida através da crítica documental, que, como vimos, exigia uma série de procedimentos metodológicos.

Também em relação aos temas privilegiados em suas pesquisas, tanto os membros do IHGRHS quanto os do MJC identificavam-se com a *Escola Metódica*, destacando-se no âmbito de seus interesses nitidamente o campo da história política e militar, sendo que a última pode ser considerada como um desdobramento da primeira, pois dizia respeito a movimentos relativos às questões, principalmente, de expansão/ocupação e defesa dos limites territoriais, como a campanha das Missões, e também às questões internas em relação ao governo central, como a Guerra Farroupilha.

Podemos encerrar, concluindo que tanto o IHGRGS como o MJC, ao calcarem seu trabalho em uma metodologia científica, colocavam-se como as instituições legítimas da produção historiográfica no Rio Grande de Sul, o que, conseqüentemente, excluía outras vozes regionais da fala autorizada sobre assuntos históricos. Isso, de certa forma, explica, em nosso entendimento, a tese de Duarte defendida no Congresso das Municipalidades, bem como a contrariedade em relação à instalação do museu de Rio Pardo<sup>478</sup>, pois tanto os arquivos e/ou os possíveis futuros museus municipais não

---

<sup>477</sup> Nesse ponto também podemos mencionar o questionamento colocado por Silveira em relação aos historiadores do IHGRGS: “consideravam-se autores de seus trabalhos ou compiladores de documentos e de seus testemunhos? Tendo em conta o método preconizado nas discussões teóricas ocorridas no Instituto, ao historiador, assim como à instituição, caberia ‘colligir, classificar e conservar documentos’, ou seja, o trabalho do historiador caracterizava-se por dar voz às fontes”. Entretanto, a autora aponta que “o trabalho de tais intelectuais não negava a autoria e dava voz aos testemunhos, pelo contrário, trazia e afirmava o papel do autor, a autoria não era esquecida na compilação e sim estabelecida através do texto” (SILVEIRA, 2008, p. 55-6).

<sup>478</sup> A respeito da abertura do museu de história de Rio Pardo, mesmo que o limite de nossa pesquisa seja o ano de 1939, encontramos a correspondência nº 222 de 11 de outubro de 1940 encaminhada pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, ao Diretor Geral da Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública, dizendo: “Em resposta ao vosso ofício 1519, de 30 do mês passado, comunico-vos que esta Diretoria sabe que existe em Rio Pardo, um Museu Histórico Municipal, e outro, porém particular, em São Gabriel” (Correspondências expedidas, 1940, fl.297. MJC - AP. 1.015). Nenhuma outra informação conseguimos recolher, talvez em documentos administrativos de anos posteriores o assunto possa ser tratado.

possuíam, conforme já transcrito, “os conhecimentos e métodos técnicos especializados no sentido de oferecerem subsídios legítimos de autenticidade”<sup>479</sup>. Ou seja, ao contrapor-se à criação de novos museus de história, na verdade, o Departamento de História do MJC reivindicava o monopólio legítimo da fala sobre a história do Rio Grande do Sul, pois considerava ser esse o lugar que reunia os profissionais detentores da competência científica necessária para estabelecer, sob determinadas regras, as fontes históricas e sua autenticidade. Assim, conforme sintetizou Nedel, “a história passara a ser matéria para poucos estudiosos, lotados como pesquisadores dos órgãos públicos ou cadastrados nos índices dos sócios do IHGRGS”<sup>480</sup>.

Antes de concluirmos o tema da constituição do acervo do Arquivo Histórico, é necessário tratarmos dos álbuns de fotografia de personalidades da história do Rio Grande do Sul, que, assim como o jornal *O Povo*, haviam sido mencionados no relatório de 1925, como já exposto.

### **3.4 Álbuns fotográficos de *personalidades da nossa história*: tentativa de registro visual em meio às fontes escritas do Arquivo Histórico**

Como já mencionamos em item anterior, o relatório do MJC referente ao ano de 1925 informava sobre a confecção, iniciada na 2ª Seção do Arquivo Público, de três álbuns fotográficos com figuras ilustres da história do Rio Grande do Sul e solicitava autorização para a continuidade desse trabalho no Arquivo Histórico do MJC.

A primeira manifestação que encontramos relativa ao projeto dos álbuns históricos, anterior ao Relatório de 1925, foi feita por Francisco Rodolfo Simch, então diretor do Arquivo Público, antes da transferência da 2ª Seção ao MJC, solicitando

---

Entretanto, através do site oficial da prefeitura desse município, podemos verificar que o Museu Histórico Municipal Barão de Santo Ângelo foi inaugurado em 1935 com uma exposição de objetos usados durante a Revolução Farroupilha e que em 1939 foi reconhecido como “de utilidade pública” <<https://riopardo.rs.gov.br/blog/solar-do-almirante-alexandrino-de-alencar/>> Acesso em 15 dez 2017. Certamente seria preciso verificar essas informações na documentação administrativa do referido museu, mas a correspondência de 1940, onde é afirmado que Rio Pardo possuía museu municipal, nos leva a concluir que o desejo de Emilio Kemp não foi atendido e também que nem todo o acervo do período farroupilha foi enviado para o MJC. Cabe lembrarmos que Rio Pardo foi um dos municípios visitados por Eduardo Duarte em 1929, sendo por ele considerado “o melhor e o mais importante dos arquivos municipais”, onde “O decênio farroupilha [*estava*] magnificamente representado” (Relatório de viagem de Eduardo Duarte ao diretor do MJC em 08 de abril de 1930, fl. 4. Correspondências Recebidas 1930. MJC - AP. 2.007). Também essa questão nos leva a pensar em como naquele momento a história dos municípios continuava subordinada à história do estado.

<sup>479</sup> Ofício de Emílio Kemp, diretor do MJC, a Coelho de Souza, secretário de estado os Negócios da Educação e Saúde Pública em 12 de dezembro de 1939. Correspondências expedidas 1939, fls. 48-49. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.014. Grifos nossos.

<sup>480</sup> NEDEL, 1999, 100.

permissão para que o fotógrafo Jacintho Ferrari<sup>481</sup> recolhesse imagens na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:

Estando em confecção na seção de história desta repartição um álbum de fotografias de figuras históricas do Rio Grande do Sul, e possuindo essa pia instituição em sua galeria de irmãos beneméritos grande número de retratos das figuras em questão, solicito-vos, Sr. Provedor, permissão para que o fotógrafo Sr. Jacintho Ferrari tire, *in loco* as cópias de que precisamos. Outrossim, esta diretoria muito vos agradecerá se lhe fornecêsseis uma lista nominal dos citados irmãos beneméritos, juntando à mesma quaisquer esclarecimentos que se refiram às apontadas personalidades.<sup>482</sup>

Como vimos, o projeto do Arquivo era a confecção de três álbuns: o primeiro e o segundo dariam destaque aos personagens das Guerras Farroupilha e do Paraguai, respectivamente, e o terceiro incluiria de forma ampla todos aqueles que fossem considerados notáveis na nossa história, não ligando-os a um determinado acontecimento específico, como no caso mencionado na correspondência de Simch.

Infelizmente a documentação consultada não apresentou maiores informações sobre o pedido do diretor do Arquivo Público e, portanto, não foi possível confirmar a realização das imagens dos beneméritos retratados na Santa Casa pelo fotógrafo indicado. Entretanto, é possível afirmar que o projeto de elaboração dos álbuns continuou após a transferência da 2ª Seção ao MJC, já que, naquele momento, Eduardo Duarte solicitou a autorização de Alcides Maya para dar prosseguimento aos trabalhos, através da contratação de Jacintho Ferrari para a confecção das fotografias:

Quando foi da transferência desta seção do Arquivo Público para esta Repartição, estavam em confecção três álbuns para fotografias de figuras históricas do Rio Grande do Sul, sendo o plano desse trabalho o seguinte:

- a) fotografias de figuras históricas, monumentos, lugares célebres, etc, referentes ao memorável decênio de 1835-45;
- b) Idem, idem da campanha do Paraguai;
- c) Fotografias de figuras notáveis diversas do Rio Grande do Sul.

Esses álbuns, Sr. Diretor, estão prontos, acrescentando a circunstância de que o álbum a já está com as legendas impressas correspondentes a cem figuras,

<sup>481</sup> Fotógrafo, sócio-proprietário juntamente com seus irmãos Carlos e Rafael, do atelier *Photographia Ferrari*, localizado no centro de Porto Alegre, na Av. Duque de Caxias 254 e que, até 1897, possuía a razão social de *Photographia Ferrari & Irmãos*. No caso, o ofício de fotógrafo se revela como uma tradição familiar, sendo que Jacintho era filho de Rafael Ferrari, imigrante italiano que se estabeleceu em Porto Alegre em 1870 com um pequeno atelier fotográfico. Ver ETCHEVERRY, 2007. O Atelier Ferrari prestou serviços ao MJC pelo menos uma vez, quando fotografou 46 ossos fósseis pertencentes à instituição, conforme correspondência expedida pelo MJC em 27 de maio de 1926. (Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 107. Arquivo Permanente MJC – AP.1.004).

<sup>482</sup> Correspondência do diretor do Arquivo Público, Francisco Rodolfo Simch, ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em 11 de julho de 1925 (AHRs, documentos MJC. Correspondência Passiva 1908-1926. Caixa 4, maço 3).

aproximadamente, das que maior notabilidade tiveram na campanha farroupilha. Devo também informar que foram iniciadas as démarches para a confecção das fotografias, sendo que há uma proposta do sr. Jacintho Ferrari estabelecendo o preço de réis 20\$000 por cada duas cópias. Entretanto, cumpre notar, tive a esse respeito um entendimento com o Sr. desembargador Florêncio de Abreu, presidente do Instituto Histórico, o qual se propôs a auxiliar essa despesa, sob condição de ficar o Instituto com uma das duas citadas cópias. Custará, portanto, a esta Repartição, a importância de réis 10\$000 cada retrato.

Feita esta exposição e deixando ao vosso esclarecido critério reconhecer quão justo é possuir esta seção fotografias autênticas dos vultos de grande destaque de vida histórica do Rio Grande do Sul, solicito-vos, Sr. Diretor, a necessária autorização para o prosseguimento desse trabalho.<sup>483</sup>

Eduardo Duarte apresentou o valor que deveria ser pago ao fotógrafo e as tratativas para dividir essa despesa com o IHGRGS, assunto que não foi mencionado na correspondência de Rodolfo Simch. Isso nos parece um indício de que Jacintho Ferrari não tenha sido anteriormente contratado e, portanto, as imagens da galeria da Santa Casa não tenham sido por ele coletadas, pelo menos naquele período.

Ferrari, pelo exposto, deveria ser contratado para a elaboração das imagens dos três álbuns, embora o referente às figuras que tomaram parte na Revolução Farroupilha estivesse mais adiantado, já com as legendas impressas, provavelmente em função de ser o tema em destaque nos trabalhos do Arquivo naquele momento. As legendas informavam o nome do personagem a ser retratado, lugar e data de nascimento e morte e também indicavam a sua atuação no conflito<sup>484</sup>.

A solicitação de Eduardo Duarte ao diretor do MJC foi feita em 25 de outubro de 1925 e, pelo que consta no Relatório das atividades desenvolvidas no Museu entre junho de 1925 e maio de 1926, emitido em agosto desse último ano, ainda não tinha sido atendida. No referido relatório, Eduardo Duarte, na posição de diretor interino do MJC, informava ao secretário de estado sobre o projeto da elaboração dos três álbuns fotográficos em termos bastante semelhantes aos da correspondência que havia encaminhado a Alcides Maya, acima transcrita. Entretanto, no relatório ao Secretário,

<sup>483</sup> Correspondência do chefe do Arquivo Histórico, Eduardo Duarte, ao diretor do MJC, Alcides Maya em 26 de outubro de 1925 (AHRs, documentos MJC – Correspondência Ativa 1924-1930, Caixa 04). Grifos do autor. Chama a atenção que tal solicitação foi feita poucos dias após a transferência da 2ª Seção do Arquivo Público ao MJC, que ocorreu no dia 19 de outubro. A rapidez do pedido para a continuidade dos trabalhos relativos aos álbuns parece-nos indicar a importância atribuída a esse material e o desejo de sua pronta conclusão.

<sup>484</sup> Também no Arquivo Histórico (AHRs, MJC, Caixa 04) encontramos caderneta com anotações manuscritas com a inscrição na capa: “Arquivo Público – 2ª Seção – Arquivo Histórico. Figuras Históricas”. Nesta, organizada em ordem alfabética, constam os nomes dos personagens que compõem o álbum farroupilha. Cada nome apresenta as informações que compõem as legendas do álbum.

ele acrescentou a informação de que partiu dele a proposta dos álbuns feita ao antigo diretor do Arquivo Público e também ampliou o conteúdo do terceiro álbum, já que, na correspondência a Maya, disse que o último álbum a ser elaborado seria de “Fotografias de figuras notáveis diversas do Rio Grande do Sul” e agora relatava ao Secretário que esse seria de “figuras históricas diversas”, não limitando-as à história do estado<sup>485</sup>. Também informava da reunião de cem imagens para o álbum das figuras da Revolução Farroupilha (álbum 1), os detalhes das legendas e a indicação de Ferrari para a realização das cópias fotográficas:

Feita a coleta das fotografias para o álbum 1, que é o mais difícil de encher, como bem se prevê, conseguimos reunir cerca de cem retratos de figuras de grande destaque, assim como ligeiros apontamentos quanto ao lugar de nascimento e falecimento, atuação política, etc., que fizemos imprimir nas folhas do álbum, em correspondência em retrato a ser afixado. Este trabalho está, como se vê, em bom andamento, faltando somente a ordem para se fazer as cópias fotográficas, tendo já havido, a esse respeito, um entendimento com o fotografo Sr. Jacintho Ferrari, proprietário da Fotografia Ferrari.<sup>486</sup>

Duarte seguiu expondo o interesse do IHGRGS em dividir as despesas em troca da “chapa” fotográfica para seu proveito e rogou ao secretário que liberasse os recursos necessários para contratar o fotógrafo.

O álbum referente à Revolução Farroupilha foi considerado o “mais difícil de encher”, talvez por ser esse o acontecimento mais distante cronologicamente, com poucos registros visuais, tendo em vista que a fotografia se tornou conhecida no Brasil a partir dos anos 1850-1860<sup>487</sup>. As imagens fotográficas para o álbum das figuras

<sup>485</sup> Nesse sentido podemos entender o aceite do MJC de fotografia de D. Pedro II recebida em doação em 1927 com destino a ser integrada em álbum de figuras históricas: “Acuso o recebimento da fotografia histórica representando D. Pedro II e as internas do asilo Santa Tereza, nesta capital, em 1866. É uma preciosa oferta que, oportunamente, será aproveitada no álbum de fotografias históricas, em organização”. Correspondência enviada a Rafael Ferrari pelo diretor do MJC em 14 de janeiro de 1927. (Correspondências expedidas 1927, fl. 12. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.005).

<sup>486</sup> Relatório do MJC apresentado a João Pio de Almeida, Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior, em 01 de agosto de 1926. Oficinas Gráficas *d'A Federação*. Porto Alegre (AHR3 - SIE3-042. Fl. 976).

<sup>487</sup> A criação do daguerreótipo ocorreu em 1839 na França, tendo esse invento chegado ao Brasil no ano de 1840 através das demonstrações do aparelho feitas pelo abade francês Louis Compte, na cidade do Rio de Janeiro (Cf. KOSSOY, 2012, p. 154). A partir das décadas de 1850-1860, com o aperfeiçoamento técnico, a fotografia se tornaria mais conhecida (Cf. PROENÇA, 2005, p.168). Possamai (2005, p. 26) informa que na segunda metade do século XIX já havia nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo a comercialização de “vistas urbanas avulsas ou reunidas em álbuns fotográficos”. Em Porto Alegre, as “vistas urbanas” seriam produzidas e comercializadas em álbuns na virada do século XIX para o XX (POSSAMAI, 2005, p. 28). A autora também informa que a fotografia em Porto Alegre é registrada a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada do italiano Luiz Terragno: “A imagem fotográfica mais antiga de Porto Alegre que se tem acesso é, provavelmente, uma fotografia estereoscópica



destacadas na Revolução Farroupilha deveriam ser feitas a partir, portanto, das formas de representação disponíveis à época, desenhos e/ou pinturas ou então a partir de imagens fotográficas tomadas dos personagens em período posterior ao litígio. O diretor interino informava que o Arquivo conseguiu reunir cem “retratos”, dando a entender que o trabalho de Ferrari seria fotografar essas imagens para a fixação da cópia fotográfica no álbum já confeccionado e legendado.

Não localizamos a autorização, por parte do governo do estado, para a contratação do trabalho de Ferrari. Podemos pensar que isso fosse decorrente de dificuldade financeira, mas, naquele momento, o estado investia na formação do acervo do Arquivo, tendo em vista, como já exposto, verbas liberadas para as viagens de prospecção no interior do Estado, a contratação de historiador para cópia de documentos no Arquivo Nacional e também, principalmente entre 1929-1933, a compra de quadros para a Pinacoteca Histórica do MJC, como veremos no capítulo seguinte. Talvez o MJC procurasse investir recursos nas imagens para a Pinacoteca do Museu em detrimento da produção dos álbuns.

Mas, mesmo sem a contratação do fotógrafo Ferrari, rastreando a documentação administrativa do MJC conseguimos identificar que a intenção de concluir a confecção dos álbuns continuou presente após 1925, com o Arquivo aceitando doações de imagens de personalidades que lhes eram oferecidas e informando no agradecimento ao doador sobre a organização do álbum de figuras históricas, como podemos exemplificar através da correspondência ao senhor Álvaro Baptista que doou um retrato do general Pinheiro Machado:

Por intermédio do exmo. Sr. Dr. Protasio Alves, D. Secretário de Estado, este instituto acaba de receber um precioso retrato do extinto general J. G. Pinheiro Machado quando em campanha contra as forças do tirano Francisco Solano Lopes.

Agradecendo-vos a valiosa oferta, que mais importante se torna por ser autenticada com a letra do extinto republicano, vos comunico que será esse retrato reproduzido para ser aproveitado no álbum de fotografias históricas organizados no departamento de histórica nacional deste estabelecimento.<sup>488</sup>

---

da Praça da Harmonia realizada por Luiz Terragno e datada de aproximadamente 1865” (*Op. Cit.*, p. 27). A partir da década de 1890, destacam-se cinco estúdios fotográficos em Porto Alegre, “todos de propriedade de imigrantes europeus ou de seus descendentes. Esses estúdios, na sua maioria situados na área central, dedicavam-se principalmente à elaboração de retratos, geralmente fotopinturas, realizadas graças à associação entre fotógrafos e artistas e cujo acesso, inicialmente, era restrito às camadas mais abastadas da sociedade” (*Op. Cit.*, p. 27). Um desses estúdios fotográficos era o dos Irmãos Ferrari.

<sup>488</sup> Ofício enviado pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, a Álvaro Baptista em 17 de novembro de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 227. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.004.

Sobre o retrato de Pinheiro Machado, quando o diretor comunica o seu recebimento ao secretário Protasio Alves, manifesta que esse já conhecia o álbum em processo de organização: “Estamos em organização neste instituto de um álbum de fotografias históricas, que Vossencia **já teve ocasião de ver**, vai o retrato ora oferecido nele figurar, tornando-se interessante sobretudo pela remota era que recorda”<sup>489</sup>. No caso não se tratava do álbum dos vultos farroupilhas, tendo em vista que se referia a Pinheiro Machado ainda jovem e sua participação no corpo de Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, tema do segundo álbum a ser concretizado, conforme o plano estabelecido no Arquivo. Eduardo Duarte já havia informado que os três álbuns estavam prontos, mas apontou que legendado estava apenas o da Revolução Farroupilha. Observamos que as imagens oferecidas ao Museu diziam respeito aos três álbuns, não se privilegiando então nenhuma das temáticas. Porém, quando a solicitação partia do MJC, as imagens eram as relativas ao primeiro álbum, da Guerra de 1835-45, como observa-se no pedido feito à Escola de Engenharia:

De ordem do Sr. Diretor pede-se à Escola de Engenharia três cópias de cada uma das seguintes fotografias:

- Domingos José de Almeida
- David Canabarro (esta deve ser reconstituída a crayon)
- Bento Manoel Ribeiro
- Palácio do governo republicano em Piratini
- Um impresso sobre o jornal “O Povo”.<sup>490</sup>

Os três personagens acima listados estão legendados no álbum da Revolução Farroupilha que localizamos em nossa pesquisa, sendo que Domingos José de Almeida não apresenta imagem e os outros dois – Canabarro e Bento Manoel – sim. Tal solicitação e mesmo a ausência de uma das imagens no álbum nos fazem considerar que a pesquisa dos dados para a formação das legendas foi feita independentemente e/ou antes da obtenção do “retrato” pelo Arquivo. Assim, as buscas de informações não foram pautadas pela presença da imagem, pois, caso o Museu não a possuísse, iria buscar posteriormente. Dito de outra forma, a escolha dos personagens que integrariam o álbum, parece-nos, portanto, ter sido o primeiro passo do trabalho, procedida antes e/ou de modo autônomo à obtenção da imagem, baseada em atribuição de valor ao

<sup>489</sup> Ofício enviado pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Protasio Alves, em 16 de novembro de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 224. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.004. Grifo nosso.

<sup>490</sup> Ofício emitido pelo MJC à Escola de Engenharia de Porto Alegre em 20 de março de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 85. Arquivo Permanente MJC- AP. 1.007.

personagem, o qual, por algum feito ou posição no conflito, foi escolhido para figurar na galeria impressa, tendo fixada a sua imagem à guerra de 1835.

Percebemos uma maior movimentação em relação à feitura das reproduções fotográficas somente em 1929, a partir de uma solicitação feita ao estado pelo Centro Gaúcho de São Paulo, que manifestou vontade de obter cópias fotográficas de homens ilustres do Rio Grande do Sul para figurarem em sua galeria. O pedido foi repassado ao diretor do Museu nos termos abaixo:

O Centro Gaúcho de S. Paulo oficiou ao Sr. Secretario do Interior dizendo: “Para a nossa galeria de honra, desejaríamos ter fotografias ou estampas de homens ilustres do Rio Grande, do passado e da atualidade, inclusive dos presidentes da nossa Terra”.

Afim de inteirar o referido titular da possibilidade de ser satisfeito o desejo acima, solicito informes si se poderiam tirar cópias das fotografias existentes neste Instituto que tenham relação com o que pretende o Centro Gaúcho.

Em caso afirmativo, peço-vos dizer quais os retratos que possui esse Museu.<sup>491</sup>

O diretor interino do MJC rapidamente respondeu ao pedido do Secretário, vendo no atendimento dessa solicitação uma oportunidade para finalmente realizar as cópias fotográficas para os álbuns do museu:

Este Departamento, possui, de fato, um elevado número de fotografias, todas autênticas, para serem afixadas no álbum de figuras históricas do Rio Grande do Sul. É um trabalho que conheceis e **até hoje não foi ultimado por falta de autorização da Secretaria do Interior**, sendo oportuno o momento para esta autorização, tirando-se cópias em maior número para atender ao pedido do Centro Gaúcho de São Paulo.

Lembrarei, igualmente, propordes à Secretaria a confecção de um livro das nossas grandes figuras históricas, o qual, como prêmio aos alunos distintos, poderia ser aproveitado na Diretoria de Instrução Pública do Estado.

Quanto aos nossos governantes, de poucos possuímos retratos neste Departamento, notadamente dos nossos capitães-generais, encontrados nas Repartições da Biblioteca Nacional e Instituto Histórico do Rio de Janeiro, quadros a óleo ou estampas representando várias dessas figuras, sendo preciso fazê-las reproduzir para a nossa galeria histórica. Por último, cumpre-me informar-vos que, como disse, é elevado o número de retratos que possuímos, bastando citar que só do período atinente ao decênio farroupilha, o seu número ultrapassa de muito a uma centena. Na nossa biblioteca especializada há também um cabedal precioso que poderá ser aproveitado no aludido fim.<sup>492</sup>

<sup>491</sup> Ofício do Diretor do Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e exterior ao diretor do MJC em 02 de abril de 1929. Correspondências recebidas 1929, fl. 103. Arquivo Permanente MJC - AP.2.006.

<sup>492</sup> Ofício de Eduardo Duarte ao Diretor do Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e exterior em 03 de abril de 1929. Correspondências Expedidas 1929, fl. 137. Arquivo Permanente MJC - AP.1.007. Grifos nossos.

Pelas palavras de Duarte, confirma-se que realmente Jacintho Ferrari não havia sido contratado e que as cópias para os álbuns ainda não haviam sido feitas. Como dissemos, o diretor percebia que, ao atender ao pedido do Centro Paulista, poderia, conjuntamente, concretizar o trabalho do Arquivo, bastando para isso realizar um número maior de cópias fotográficas. Também aproveitou para sugerir a confecção de um livro com as mesmas imagens para serem distribuídas como prêmio aos escolares de destaque, mas sobre esse assunto não há nenhuma manifestação posterior da Secretaria. Ressaltou igualmente que o MJC precisava também recolher nas instituições da capital nacional, imagens de alguns de seus governantes para a sua galeria histórica.

A secretaria atendeu ao apelo de Eduardo Duarte que, então, solicitou à Livraria do Globo orçamento para a realização das cópias fotográficas, comunicando ao Centro Gaúcho de São Paulo que “os retratos de nossas figuras históricas estão em trabalho”<sup>493</sup>. A solicitação à Livraria do Globo foi apresentada nos termos abaixo:

O Museu do Estado pede preço para a reprodução de fotografias de figuras históricas, tomando por modelo a que este acompanha e observando-se o seguinte:

- os originais que possuímos são em grande número, pois, de pronto entregaremos um cento;
- a cópia deve ser perfeita, para o que haverá o retoque pelo processo que ao artista melhor parecer, sem, entretanto, prejudicar o original;
- as fotografias serão coladas no álbum que será oportunamente apresentado;
- na informação será feito preço para figuras isoladas ou em grupos;

Pedimos amostra do trabalho, notando que muitas fotografias que possuímos são boas, pois mandamos um exemplar que é dos piores.

Tamanho 13 x 18, mais ou menos.<sup>494</sup>

Entretanto, a Livraria do Globo não seria contratada e o estado recorreria aos profissionais integrantes do seu quadro de funcionários para providenciar as cópias fotográficas, solicitando primeiramente os serviços do fotógrafo da Chefatura de Polícia, como foi feito ao final de junho de 1929:

Comunico-vos que, nesta data, se oficiou à Chefatura de Polícia solicitando providências no sentido do fotógrafo do Gabinete nesse Museu, afim de reproduzir retratos de homens ilustres do Rio Grande do Sul, aí existentes.

<sup>493</sup> Ofício de Eduardo Duarte a Oscar Tollens, representante do Centro Gaúcho de São Paulo, em 04 de julho de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 152. Arquivo Permanente MJC - AP.1.007.

<sup>494</sup> Ofício do diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, à Livraria do Globo em 06 de junho de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 127. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.007. A Livraria do Globo responde ao MJC em 16 de julho de 1929, dizendo que nas “condições expressas” cada reprodução fotográfica já colada no álbum custaria “o preço de RS 56\$500 (cinquenta e seis mil réis)”. (Correspondências recebidas 1929, fl. 132. MJC- AP. 2.006).

Essas reproduções, como sabeis, destinam-se ao “Centro Gaúcho” de São Paulo, devendo ser, oportunamente, remetidas para ali.<sup>495</sup>

Cabe notar que é mencionada a finalidade das cópias, ou seja, seu envio ao Centro Gaúcho de São Paulo, não havendo nenhuma observação em relação aos álbuns históricos do MJC. Isso parece indicar que o objetivo primeiro da Secretaria de Estado era atender ao pedido de São Paulo, não havendo tanta preocupação com o projeto de Duarte. Caso isso ocorresse, já poderiam ter sido providenciadas anteriormente as cópias, em 1925, quando foi feita a solicitação para contratar Jacintho Ferrari, dividindo as despesas com o IHGRGS.

A última referência que encontramos sobre os álbuns na documentação administrativa do MJC nos indica que as cópias fotográficas teriam sido feitas pelo Gabinete de Identificação e Estatística do Estado, conforme orientação da Secretaria do Interior e Exterior:

De conformidade com as instruções recebidas da Secretaria do Interior, tenho a honra de fazer a V.Ex<sup>a</sup> a primeira remessa de retratos das principais figuras do decênio farroupilha para serem reproduzidas no Gabinete de Identificação e Estatística.

Igualmente remeto um álbum para fixação dos mesmos, além do que, V.Ex<sup>a</sup>, se dignará a determinar sejam tiradas de cada original seis cópias (inclusive a do álbum), a fim de satisfazer pedidos que foram feitos a esta Repartição.<sup>496</sup>

Eduardo Duarte enviou então *um álbum* para a colagem das cópias fotográficas, não especificando qual dos três, mas logicamente tratava-se do primeiro, já que os retratos referenciados são os de figuras farroupilhas. Após essa correspondência não localizamos mais nenhuma informação a respeito do trabalho, ou seja, não conseguimos confirmar a conclusão dos álbuns e o envio das fotografias ao Centro Gaúcho em São Paulo, que, em maio de 1930, agradeceu ao MJC o recebimento de um exemplar do jornal *O Povo*, mas não fez nenhuma menção a respeito das fotografias que havia solicitado no ano anterior<sup>497</sup>.

<sup>495</sup> Ofício do Diretor do Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Eduardo Marques, ao diretor do MJC em 28 de junho de 1929. Correspondências recebidas 1929, fl.132. Arquivo Permanente MJC - AP.2.006.

<sup>496</sup> Ofício encaminhado pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, ao desembargador Florêncio de Abreu em 25 de julho de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 166. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.007.

<sup>497</sup> Correspondência enviada pelo Centro Gaúcho de São Paulo ao diretor do MJC em 06 de maio de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 71. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.007. Em correspondência anterior, de 29 de junho de 1929, do Centro Gaúcho a Eduardo Duarte, Oscar Tollens agradece a atenção que o diretor interino do MJC dedicou a ele enquanto esteve em Porto Alegre,

A documentação pesquisada nos indica que retratos continuaram a ser oferecidos em doação ao MJC, de forma esporádica, até após o final da gestão de Alcides Maya em 1939<sup>498</sup>, mas observamos que, no agradecimento ao doador, passou-se a não mais mencionar que o museu estava organizando álbum de fotografia de figuras históricas, como era feito nas correspondências de agradecimento até 1929, mas continuando a indicar, muitas vezes, que a imagem doada deveria figurar na Pinacoteca do museu. Assim, fica a dúvida se, naquele momento o MJC já havia organizado os álbuns, ou se o projeto fora abandonado, pelo menos em relação aos álbuns relativos à Guerra do Paraguai e às personalidades diversas da nossa história. Isso porque o único álbum que localizamos em nossa pesquisa foi o primeiro, sob o título *Archivo Publico do Estado – 2ª Secção – Photographias de Figuras Históricas Campanha Farroupilha*, que se encontra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul<sup>499</sup>, não possuindo nem o MJC, nem o IHGRGS<sup>500</sup> cópias desse material<sup>501</sup>.

O álbum encontrado não está completo, sendo que dos sessenta e oito nomes legendados<sup>502</sup>, apenas vinte e dois apresentam a reprodução fotográfica<sup>503</sup>, restando,

---

auxiliando-o na “tarefa de enriquecer o arquivo do ‘Centro Gaúcho’ de São Paulo”, indicando materiais recebidos, mas não mencionando as cópias fotográficas (Correspondências Recebidas 1929, fl. 186. MJC - AP. 2.006).

<sup>498</sup> Citamos como exemplo o recebimento pelo MJC em maio de 1939 de retrato a óleo de Rodrigues Alves, quando Presidente da República, doação feita pelo prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva, e de um retrato em fotografia do Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão do Itapevi, doado pela sua neta, Matilde Leivas Mallet, conforme ofício do diretor do MJC, Emílio Kemp, ao Secretário da Educação e Saúde Pública em 31 de maio de 1939 (Correspondências expedidas 1939, fl. 267. MJC - AP. 1.014). Ao agradecer a doação realizada ao MJC de três fotografias de Manoel de Araújo Porto Alegre, feita pelo seu filho, Emílio Kemp escreveu: “Agradecendo, em nome do Museu, a valiosa dádiva que o Arquivo guardará carinhosamente, apresento-vos votos de muito apreço e distinta consideração”. Assim, o Arquivo aceitou a doação e a guardou, não sendo indicado o álbum histórico nem o uso dessa imagem no referido material. Cf. correspondência do diretor do MJC a Manoel de Araújo Porto Alegre em 10 de maio de 1940 (Correspondências Expedidas 1940, fl. 126. Arquivo Permanente MJC - AP. 1.015).

<sup>499</sup> AHRS – Álbuns de Fotos (AF) – AF 008 – Campanha Farroupilha – Figuras históricas da campanha Farroupilha.

<sup>500</sup> A princípio pensamos que poderíamos encontrar cópia das fotografias do álbum no IHGRGS, tendo em vista a correspondência em que Eduardo Duarte mencionou as tratativas e o aceite do Instituto em colaborar com a metade do valor para contratação de Jacintho Ferrari em troca de ficar com uma cópia das imagens. Contudo, esse material não consta no acervo do IHGRGS. Isso reforça a hipótese de que esse fotógrafo não foi contratado, sendo o álbum confeccionado pelos profissionais do próprio estado, como expomos.

<sup>501</sup> Relativo à Guerra do Paraguai encontramos no Arquivo Histórico um álbum fotográfico sob título *Guerra do Paraguai* (AHRGS – AF 001). Porém, diferentemente do primeiro, esse não foi produzido pelo Arquivo, trata-se de uma doação feita ao MJC em 20 de setembro de 1931 pelos filhos do Major Antônio Pereira Junior, sendo assinado o termo de doação pelo filho mais velho, Edgar Pereira. O álbum é composto por 15 fotografias em preto e branco, tamanho 24x16cm. O Arquivo Histórico também possui ficha descritiva de cada uma das imagens do álbum, o que não acontece com o material do álbum da Revolução Farroupilha.

<sup>502</sup> O álbum possui encadernação em couro marrom escuro com o título gravado na capa e foi produzido pela Livraria do Globo. Dimensões: 23cm de altura e 37cm de largura. As páginas não são numeradas e

portanto, quarenta e seis espaços vazios, sem a imagem respectiva à legenda. A apresentação das figuras não obedece a uma ordem alfabética dos nomes nem ao agrupamento político, tendo em vista que, muitas vezes, alinhados na mesma página, tem-se a representação de um farroupilha e de um defensor das tropas imperiais, todos considerados figuras de destaque no conflito. Chama a atenção que, das vinte e duas imagens presentes no álbum, dezesseis apresentam os personagens com fardamento militar e apenas seis em traje civil.

O álbum, como previsto, deveria conter, além das figuras históricas, a imagem de “monumentos, lugares célebres do memorável decênio”<sup>504</sup>. Nesse sentido, apresenta mais doze espaços destinados a representação dessas paisagens. Todos esses espaços são legendados, mas nenhum deles apresenta a imagem correspondente<sup>505</sup>.

---

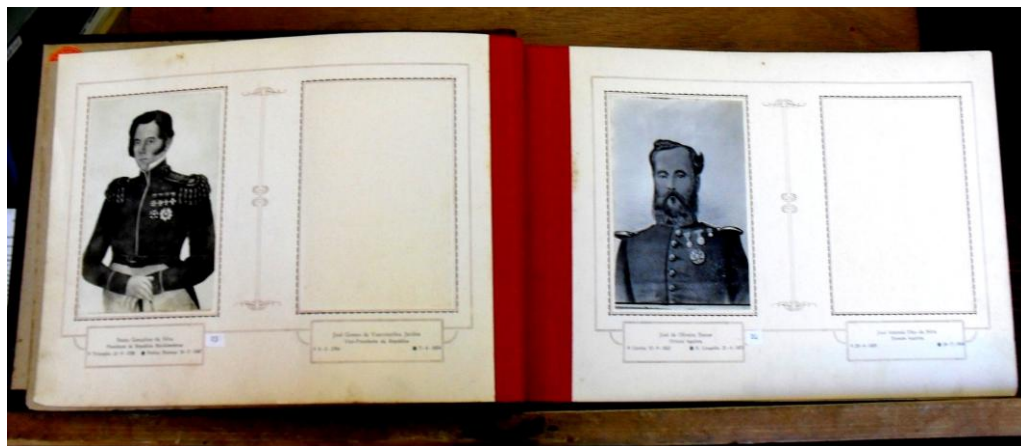
são utilizadas em frente e verso, cada uma com espaço para duas imagens. No canto direito inferior das fotografias consta carimbo (marca d'água) com a inscrição “Identificação- E.V. BRAZIL – Porto Alegre”. Pensamos que essa possa ser uma referência ao *Gabinete de Identificação*, para onde Eduardo Duarte enviou as imagens para reprodução. O álbum apresenta espaço para a reprodução de 68 imagens de personalidades, sendo que essas correspondem a 66 nomes, pois dois personagens apresentam mais de uma foto: na página um, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, presidente da Província quando iniciou a Revolução e, na página cinco, Bento Gonçalves da Silva Filho, major da república rio-grandense. Nesses casos, o personagem é o mesmo, mas a pose é diferente. Ver listagem com o nome dos personagens que compõem o álbum no Apêndice A.

<sup>503</sup> Todas as fotografias são em preto e branco e apresentam as mesmas medidas: 14cm x 9,5cm.

<sup>504</sup> Correspondência do chefe do Arquivo Histórico, Eduardo Duarte, ao diretor do MJC, Alcides Maya em 26 de outubro de 1925 (AHRs, documentos MJC – Correspondência Ativa 1924-1930, Caixa 04).

<sup>505</sup> O tamanho dos espaços reservados para a colagem das imagens dos locais é de 24cm de largura e 18cm de comprimento. Ver as legendas dos lugares a serem retratados no Apêndice A.

Figura 2 – Imagem de Bento Gonçalves e de José de Oliveira Bueno



FONTE: Álbum *Fotografias de Figuras Históricas da Campanha Farroupilha* (AHRS – AF008). Reprodução da autora.

Figura 3 – Imagem de David Canabarro



Figura 4 – Imagem de Bento Gonçalves da Silva Filho



FONTE: Álbum *Fotografias de Figuras Históricas da Campanha Farroupilha* (AHRS – AF008). Reprodução da autora.

Acreditamos que esse álbum não tenha participado da Exposição do Centenário Farroupilha, pois, além de incompleto, não foi mencionado no relatório do MJC relativo ao evento. Esse relatório incluiu, além de documentos antigos, as edições em fac-símile dos jornais farroupilhas, que foram produzidas pelo Arquivo Histórico e estavam previstas no relatório de 1925 juntamente com o projeto dos álbuns, como já foi dito. Assim, caso o álbum tivesse sido completado, acreditamos que teria sido exposto. Também não encontramos nenhuma correspondência comunicando o diretor do MJC



e/ou o Secretário de Estado sobre a finalização do álbum, como era habitual em relação aos trabalhos realizados no Arquivo Histórico. Entretanto, apesar das lacunas a respeito dos álbuns históricos, podemos afirmar que tal projeto indica a intenção do Arquivo Histórico em também possuir registro visual dos personagens ligados a determinados acontecimentos eleitos como importantes na nossa história, registrados nos documentos escritos que o Arquivo recolhia. Lembramos, nesse sentido, a consideração de Aurélio Porto sobre os personagens protagonistas dos “grandes feitos da gente rio-grandense”, já que em seu entendimento a história é “um conjunto de façanhas individuais e [que] não se poder estudar sem pontuar os seus heróis”<sup>506</sup>. Assim, os álbuns, como a galeria de retratos da Pinacoteca Histórica que o MJC desenvolvia, seriam a representação visual desses heróis, tomados como homens-exemplos da nossa história, como veremos no capítulo seguinte.

Uma última observação a seguir trata da questão do Arquivo como produtor das fontes, estabelecidas a partir de escolhas realizadas em determinado contexto social e político, e de critérios teórico-metodológicos específicos. Essa consideração desmitifica a neutralidade do trabalho de arquivo (ou da heurística), por mais que isso tenha sido defendido por aqueles que estiveram à frente dessa atividade, e insere tal instituição na primeira etapa da operação historiográfica, aquela voltada ao estabelecimento das fontes de pesquisa (CERTEAU, 2013).

### **3.5 A produção das fontes e a operação historiográfica: rompendo o mito da objetividade e neutralidade dos Arquivos**

Muitos trechos desse capítulo referiram-se ao trabalho de recolhimento de documentos, a chamada *cruzada santa*, na constituição do acervo do Arquivo Histórico do MJC. Foram apresentadas as justificativas para tal empreendimento, sendo frequentemente ressaltada a nobre e *patriótica* função do Arquivo de oferecer subsídios para que os historiadores pudessem realizar suas pesquisas e escrever a nossa *verdadeira* história a partir de fontes originais e autênticas, critérios que auferiam aos documentos valor de prova documental, resultado do trabalho de heurística desenvolvido na instituição. Vimos que tal processo transformou o Arquivo do MJC no local legítimo da produção historiográfica, capaz de oferecer uma espécie de

---

<sup>506</sup> Relatório apresentado por Aurélio Porto ao diretor do Arquivo Histórico, Eduardo Duarte sobre os trabalhos relativos à busca, seleção e aquisição de documentos históricos no Rio de Janeiro, em julho de 1928. Correspondências recebidas 1928, fl. 146. Arquivo Permanente MJC - AP. 2.005.

certificação, de selo de garantia, que outras instituições não poderiam ofertar por, justamente, não desenvolverem o método científico na validação dos subsídios da história.

Entretanto, a crítica documental procedida, a associação a uma visão de história que propunha a total neutralidade, não pode nos levar a uma espécie de naturalização da constituição das fontes de pesquisa, como nos lembra Arce (2015) em sua dissertação. Nesse sentido, devemos, primeiramente, ter presente o alerta feito pelo historiador Jacques Le Goff de que “nenhum documento é inocente”<sup>507</sup>, no sentido de constituir-se num produto social e não em algo natural, que se cria espontaneamente, independente da vontade humana:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>508</sup>

Le Goff questiona, portanto, a naturalidade e imparcialidade dos documentos, apontando que a análise documental deve ir além da busca da autenticidade da crítica tradicional, indicando ainda que “as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas”<sup>509</sup>, de modo a apreender as estruturas de poder das sociedades que criaram e mantiveram tais materiais, associados, nesse sentido, à noção de monumento<sup>510</sup>.

Também não devemos desconsiderar “o papel fundamental desempenhado por arquivistas e documentalistas, nos processos de gestão, tratamento e difusão documental, ou seja, nos processos de ‘produção’ das fontes”<sup>511</sup>. A função desses profissionais, nos debates contemporâneos que tratam do “estatuto epistemológico dos

---

<sup>507</sup> LE GOFF, 2003, p. 110.

<sup>508</sup> LE GOFF, 2003, p. 535-6.

<sup>509</sup> LE GOFF, 2003, p. 110.

<sup>510</sup> Le Goff coloca que os antecedentes dessa proposição se encontram nos “fundadores dos *Annales*”, Marc Bloch e Lucien Febvre, que “deram início a uma crítica em profundidade da noção de documento” (p. 534) ao questionarem a história positivista do século XIX. Nessa direção, o autor transcreve a seguinte afirmativa de Bloch: “Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência do fundo dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações” (BLOCH, 1941-1942, pp. 29-30 *apud* LE GOFF, 2003, p. 534).

<sup>511</sup> HEYMANN, 2008, p. 5.

arquivos”<sup>512</sup>, ultrapassa o de conservador e/ou organizador de documentos, sendo também considerado o arquivista um produtor de saber, rompendo-se, assim, “com o chamado ‘mito da objetividade e da imparcialidade’, característico da escola mais tradicional da arquivologia”<sup>513</sup>. Desse modo, Heymann a partir de Brothman afirma que “o arquivista, ao definir o lugar do documento e, sobretudo, ao fazer avaliação, não identifica o valor, mas antes o cria ou destrói”<sup>514</sup>. Portanto, não podemos ignorar que a produção das fontes é um processo resultante dessa atribuição de valor que acaba por definir e mesmo limitar as possibilidades de pesquisa e de escrita da história, pois a

[...] “produção” de saber se dá desde a seleção dos documentos que serão recolhidos pela instituição e a partir de todos os elementos que estão nele envolvidos [...]. A não incorporação de determinado conjunto documental ao acervo vai, a priori, limitar as possibilidades da escrita da história. Mas ainda que determinados fundos ou coleções sejam incorporados o tratamento que esses papéis vão sofrer ao longo do tempo, seja o arranjo realizado, o tipo de descrição que lhes facilita ou não o acesso ou mesmo as políticas de preservação também influenciarão e restringirão ou ampliarão essas possibilidades.<sup>515</sup>

As considerações de Arce vão ao encontro do que já foi colocado sobre o Arquivo Histórico do MJC, onde nem toda a documentação recolhida no período em análise foi organizada e disponibilizada. Podemos aventar algumas motivações na preferência da organização de determinados documentos em detrimento de outros ou mesmo da não preocupação na elaboração de “um guia geral dos fundos por ele custodiados”<sup>516</sup>, como o número restrito de funcionários capacitados a realizar tal atividade técnica<sup>517</sup> e as demandas de pesquisa por temas em evidência dentro de

<sup>512</sup> HEYMANN, 2008, p. 7.

<sup>513</sup> HEYMANN, 2008, p. 6. Luciana Heymann informa que esse debate acerca do papel dos arquivos na produção das fontes, desmitificando essa instituição como neutro repositório de documentos, inicia nos anos 1990, quando o canadense Terry Cook, “questionava os princípios arquivísticos tradicionais a partir de uma perspectiva assumidamente pós-moderna”. Também cita, nessa mesma linha, Brain Brothman, com o texto “Orders of value”, de 1991, no qual o autor apresenta uma “primeira análise pós-modernista importante do empreendimento arquivista”. A autora destaca que “a comunidade arquivística francesa entrou mais tardiamente no debate”, em 2004, com a publicação “de um volume da Revue de Synthèse intitulado “Fabrique des archives, fabrique de l’histoire”, organizado por um historiador e por um arquivista, que “sinaliza a proposta de um diálogo interdisciplinar cujo objetivo é analisar o estatuto epistemológico dos arquivos” (HEYMANN, 2008, p. 6-7)

<sup>514</sup> HEYMANN, 2008, p. 7.

<sup>515</sup> ARCE, 2015, p. 117.

<sup>516</sup> ARCE, 2015, p. 110.

<sup>517</sup> Eduardo Duarte descreve o quanto o trabalho com os documentos antigos exigia atenção na leitura e capacidade de síntese para elaboração dos catálogos: “[...] e quem conhece como eram os nossos maiores na exposição de um fato qualquer, exigentes no detalhe, prolixos quase sempre, bem pode avaliar o trabalho e a atenção necessários para fazer a leitura de um ofício e resumi-lo numa súmula de poucas linhas para os nossos catálogos”. Conferência *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense*

determinado contexto social e político, como a efeméride farroupilha. Ou seja, nem toda a documentação depositada e/ou concentrada no Arquivo Histórico do MJC transformou-se em “subsídio” aos trabalhos dos historiadores, pelo fato de não ter sido prontamente catalogada, ficando longe dos olhos dos pesquisadores, esquecidas, à espera de organização. Dentro da documentação organizada, com meios de localização no Arquivo, uma parte apenas, em função da disponibilização de recursos e das prioridades investigativas, foi selecionada para publicação, seja na Revista do Museu e do Arquivo Público, até 1930, ou na Revista do IHGRGS, bem como em edições especiais, como foi o caso da série *Documentos Interessantes para o estudo da grande Revolução de 1835-1845* divulgando os jornais farroupilhas. Também frisamos que nem todos os documentos encontrados ou oferecidos ao Arquivo foram incorporados, tendo em vista que, avaliados pelo chefe do Departamento, não foram considerados de importância. Ou seja, Duarte e seus colegas do IHGRGS é que atribuíam ou não valor aos papéis do passado, determinando seu grau de relevância para o estudo da história. Portanto, Duarte ao decidir sobre aquilo que seria incorporado ou não ao Arquivo e, portanto, transformado ou não em documento histórico, determinava o estabelecimento das fontes de pesquisa que futuramente poderiam ser estudadas e interpretadas na produção do conhecimento historiográfico.

Ou seja, é preciso ter presente, como coloca Ricoeur, que “antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento”<sup>518</sup>. Nesse sentido, se mostra necessário sempre ao historiador, ao entrar nos arquivos com suas perguntas, ter a consciência de que os documentos ali reunidos já sofreram processos prévios de seleção e arranjos, os quais não são procedimentos neutros, blindados de subjetividade e interesses políticos, como pressupunha-se em momento já “ultrapassado dos estudos históricos, [onde] o trabalho nos arquivos tinha a reputação de embasar a objetividade do conhecimento do historiador”<sup>519</sup>. A esse respeito, são válidas as considerações feitas por Marlon Salomon, que, a partir da obra da historiadora Arlette Farge, *O sabor do Arquivo*, propõe-nos pensar essas instituições como fundamentais para a história:

Pensar o arquivo talvez seja (sobretudo em nossos dias) a questão mais fundamental do saber da história e ao mesmo tempo a menos considerada. O

---

pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Separata da Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul. AHRs fundo Eduardo Duarte – ED-034, folha 7.

<sup>518</sup> RICOEUR, 2007, p. 176.

<sup>519</sup> RICOEUR, 2007, p. 177.

historiador não pode, entretanto, delegar ao bibliotecário a tarefa que cabe apenas a ele. Isso porque, ao contrário do que ordinariamente se pensa, o arquivo não é apenas a instituição responsável por armazenar os papéis inertes da história, que aguardam pela ação ativa da ciência historiadora mediada pelos corretos instrumentos oferecidos por sua sã metodologia. Antes de tudo, a imersão no arquivo desarma a certeza garantida pela ciência. Ela não é o encontro com os papéis inertes da história, mas do pensamento com uma potência ativa; é o encontro que põe a inteligência em alerta; o encontro que mobiliza o pensamento e produz mesmo vibrações físicas. “Os arquivos são os instrumentos de inteligência da história”. Abordá-lo exige sempre que se comece do zero para se aprender a manuseá-los. A singularidade de um arquivo mostra a fraqueza de toda a metodologia geral ou definição teórica prévia.<sup>520</sup>

Faz-se necessário, portanto, nas pesquisas históricas, ter-se presente essa relação História-Arquivo, não se percebendo o último como apenas um lugar físico que abriga os documentos legítimos à pesquisa, como acreditava Eduardo Duarte, mas também como um lugar social. É nesse sentido que nos fala Michel de Certeau, quando relaciona um produto, o conhecimento histórico, a um *lugar*.

Conforme esse autor, encarar a história como uma operação significa que devemos compreendê-la como a “relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”<sup>521</sup>. Para ele, a construção de sentidos a respeito de determinado acontecimento ou artefato é realizada pelo historiador, através de um campo teórico-metodológico inserido em determinado contexto. Nesse sentido, considera que “certamente não existem, por mais gerais que sejam, [...] leituras, tanto quanto se possa entendê-las, capazes de suprimir a particularidade do lugar onde falo (...)”<sup>522</sup>. Certeau nos deixa claro, portanto, que é “impossível analisar o discurso histórico independente da instituição em função da qual ele se organiza”<sup>523</sup>.

Essa relação entre um *lugar* determinado e os discursos nele produzidos precisa ser considerada na análise da escrita do passado regional efetuada pelo Museu Julio de Castilhos. Afinal, os trabalhos realizados pelos profissionais a ele ligados ocorreram dentro de um determinado contexto político e intelectual que orientou a seleção dos documentos considerados históricos.

---

<sup>520</sup> SALOMON, 2016, p. 22.

<sup>521</sup> CERTEAU, 2013, p.46. Grifos do autor.

<sup>522</sup> CERTEAU, 2013, p.45.

<sup>523</sup> CERTEAU, 2013, p.55.

Além da importância que a instituição e o lugar social dos indivíduos possuem na construção do discurso histórico, é preciso considerar também que esse é necessariamente realizado com o uso de técnicas e métodos considerados científicos. Para Certeau, “fazer história é uma prática”<sup>524</sup> mediatizada pela técnica, que varia em diferentes contextos culturais. A prática do historiador consiste em transformar, sob determinadas regras estabelecidas institucionalmente, um acontecimento, um objeto, em “histórico”, ou seja, de forma geral, pode-se dizer que a *prática* consiste na articulação entre o natural e o cultural, e o estabelecimento das fontes para a pesquisa:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Essa nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto.<sup>525</sup>

Podemos observar essa prática de estabelecimento de fontes, de produção de documentos no MJC no período analisado. A documentação relativa à Guerra Farroupilha, principalmente, foi localizada em outras instituições e trazida ou transcrita para constituir o acervo do Departamento de História Nacional do Museu. No mesmo sentido, deu-se a tentativa de elaboração do álbum fotográfico com registro das imagens dos principais personagens da Guerra de 1835. Tal operação desenvolvida pela instituição pautou-se pela preocupação com a autenticidade dos documentos, auferida pela crítica documental conforme prescrição da *Escola Metódica* francesa, e transformou o MJC no lugar legítimo da produção historiográfica sul-rio-grandense, o que não estava estabelecido antes de 1925.

Nesse capítulo, portanto, descrevemos o trabalho de constituição do acervo do Arquivo Histórico, procurando destacar as temáticas priorizadas nesse processo e os critérios julgados importantes na seleção dos documentos, que foram os de autenticidade, antiguidade e originalidade. Também identificamos a função do Arquivo como de suporte à pesquisa dos historiadores. Entretanto, como já exposto no capítulo anterior, o Departamento de História Nacional do MJC era composto por outras seções além do Arquivo Histórico, que deveriam reunir os objetos tridimensionais, incluindo uma Pinacoteca Histórica da qual trataremos no capítulo seguinte, também procurando

---

<sup>524</sup> CERTEAU, 2013, p.64.

<sup>525</sup> CERTEAU, 2013, p.69.

identificar os critérios que nortearam a seleção desse acervo, bem como a função atribuída a tais seções no interior do MJC.

#### 4 O PASSADO *PRESENTIFICADO* – os objetos e as imagens do MJC (1925-1939)

*E, especialmente no que tange ao lugar do museu em nossa sociedade, fica evidente que ele não é somente um lugar de memória, mas, também, de difusão de uma maneira de fazer e de ler a história; um lugar, se não de imposição, ao menos de proposição de uma definição da excelência social e política.*

Monique de Saint Martin<sup>526</sup>

Os museus são instituições que possuem a singularidade de lidarem com a cultura material, ou seja, o trato com acervos permanentes de objetos materiais é a especificidade que difere os museus de outras instituições de nossa sociedade. Nesse sentido, tratando dos museus de história, Meneses (2005) considera que esses operam, portanto, com objetos históricos. Compartilhando desta perspectiva, procuramos detectar qual o entendimento de objeto histórico estabelecido no MJC entre 1925 e 1939, através da identificação dos critérios de seleção envolvidos na formação do acervo tridimensional e imagético da instituição. Isso também nos aponta para a concepção de história e a função do Museu naquele momento.

Procuramos realizar, dentro dos limites da documentação disponível, um mapeamento das coleções, no sentido de estabelecer as principais temáticas históricas representadas nas imagens da Pinacoteca e nos objetos das demais seções do Departamento de História do MJC, identificando as possíveis relações com os temas apresentados nas coleções do Arquivo Histórico. Com isso, buscamos verificar a questão inicial dessa pesquisa, da relação entre a produção historiográfica e a constituição das coleções do MJC.

O capítulo está organizado em quatro partes. A primeira descreve os espaços do Museu onde as peças históricas seriam expostas. Mesmo que o MJC tenha permanecido fechado à visitação durante toda a gestão Alcides Maya, havia um planejamento da organização do espaço expositivo, o qual, acreditamos, influenciou na constituição do acervo. A descrição estende-se até os dias atuais, procedimento adotado com o fim de identificar as temáticas mais permanentes nas exposições de longa duração. A segunda parte apresenta os objetos tridimensionais adquiridos pelo MJC, identificando as principais formas de aquisição e os personagens e eventos a que estavam relacionados. Na análise destes materiais utilizamos o conceito de objeto-reliquia e também buscamos

---

<sup>526</sup> ABREU, 1996, 20.



compreender os procedimentos de verificação utilizados na época para avaliar a autenticidade de tais objetos. A terceira parte do capítulo trata da Pinacoteca Histórica do MJC, também realizando levantamento das obras adquiridas e analisando, principalmente, os processos de compra junto a alguns artistas que, sob encomenda, produziram imagens para a instituição. Destaca-se, nessa empreitada, o trabalho de Luiz Cúria na produção de uma série de imagens retratando lugares históricos da Guerra Farroupilha. Ao final, no último item, a partir dos critérios preponderantes na seleção e produção do acervo, identifica-se a função evocativa e celebrativa desempenhada pelo Museu relacionada à concepção clássica de história.

#### 4.1 Os salões da história do MJC

Informamos no capítulo 2 que, ao final da gestão de Alcides Maya, seu sucessor, Emílio Kemp, relatou que encontrou o MJC fechado com organização apenas do Arquivo Histórico, estando as demais seções do Departamento de História Nacional totalmente desorganizadas<sup>527</sup>. Realmente, o Museu permaneceu fechado durante quatorze anos (1925-1939), com atendimento apenas aos pesquisadores, especialmente no Arquivo Histórico. Porém, a organização do espaço para a exposição das peças que integravam as coleções do MJC, embora não concretizada, foi planejada na gestão Maya e nos permite vislumbrar as temáticas destacadas pelo museu de história que se constituía.

Conforme proposta feita por Alcides Maya em 1937 ao Secretario da Educação e Saúde Pública<sup>528</sup>, o Museu seria organizado em salões temáticos para exposição do acervo, sendo quatro as salas históricas: Salão de História Colonial (denominado Visconde de São Leopoldo)<sup>529</sup>; Salão 35 (denominado Salão Bento Gonçalves); Salão I e II Impérios e Salão Republicano<sup>530</sup>.

<sup>527</sup> Como descrito no capítulo 2 o Departamento de História Nacional do MJC, além do Arquivo Histórico, seria composto por coleções de cartografia, numismática, filatelia, etnografia, indumentária, estatuária, panóplia e uma Pinacoteca.

<sup>528</sup> A partir de agosto de 1935, o Museu ficou subordinado à Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

<sup>529</sup> José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo (1774-1847), nasceu na cidade de Santos, foi escritor, magistrado e político. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e, regressando ao Brasil em 1801, exerceu o cargo de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Entre 1811 e 1812, foi auditor-geral das tropas do Exército Pacificador comandado por D. Diogo de Souza. Como político foi deputado nas Cortes da nação portuguesa e, depois da Independência do Brasil, tornou-se deputado geral da Assembleia Constituinte de 1823. Com a destituição dessa e de acordo com a “lei de 20.10.1823, que criou para cada província do Império do Brasil um presidente e

Observa-se que a narrativa histórica seria realizada a partir de uma divisão cronológica determinada pelos regimes políticos - a Colônia, o Império e a República<sup>531</sup> - que era a divisão estabelecida pelo IHGB para o estudo da história do Brasil<sup>532</sup>, privilegiando-se a história política e os grandes acontecimentos protagonizados por determinados personagens, geralmente políticos e/ou militares. No caso mencionado, dois destaques foram feitos, Visconde de São Leopoldo, nomeando a sala do período colonial, e Bento Gonçalves, que denominava a sala farroupilha, o que evidencia a sua eleição como o principal personagem desse episódio.

Nota-se que a Guerra Farroupilha, ocorrida durante o período imperial, ganhava relevância, sendo apresentada em sala especial e não inclusa no Salão Imperial. Nesse espaço seriam expostos os objetos relativos ao passado farrapo:

É que o museu do Estado, no seu plano de reorganização, criou a sala farroupilha, onde serão conservadas em exposição todas as relíquias que evocam aquele período histórico.<sup>533</sup>

Na remodelação deste instituto, é do plano geral a criação da sala farroupilha, onde serão religiosamente guardadas as relíquias que evocam o glorioso decênio.<sup>534</sup>

---

conselho”, foi nomeado à presidência da província do Rio Grande do Sul em “25.11.1823, tomando posse em 8.3.1824” (FLORES, 1993, p. 72), exercendo tal cargo até 1826. Atuou como conselheiro de Estado e senador do Império do Brasil entre 1826 e 1847. O Visconde de São Leopoldo também foi membro fundador do IHGB e seu primeiro presidente, eleito na primeira Assembleia Geral em 21 de outubro de 1838, exercendo a função até 1847. Cf <<https://ihgb.org.br/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2018.

<sup>530</sup> Além destas Salas, também se planejava espaços para a exposição do acervo do Departamento de História Natural com dois salões: Salão de História Natural (Geologia, Paleontologia, Arqueologia e Antropologia), que seria denominado Salão Visconde de Rio Grande, e Salão de Americanologia (sobre assuntos relativos às populações ameríndias), denominado Salão Apolinário Porto Alegre. Ver: Ofício nº 51 de 01 de julho de 1937. Correspondências expedidas 1937, fl. 59. Acervo Permanente do Museu Julio de Castilhos - AP 1.013.

<sup>531</sup> Certa semelhança pode-se perceber com o MHN, onde havia salas dedicadas ao período colonial e ao I e II Impérios. Lá também existia uma sala *Paraguai* e no MJC, posteriormente, haverá também uma sala dedicada a essa Guerra. Aline Magalhães descreve que, em 1930, Rodolfo Garcia, que substituiu Gustavo Barroso na direção do MHN, promoveu mudanças na organização das exposições e na denominação das galerias, projeto ao qual Barroso deu seguimento. Dessa forma, a partir de 1930, no MHN, “As galerias passaram a ser denominadas na seguinte ordem, constituindo no circuito uma narrativa cronológica e temática: Arcada dos Descobrimentos (no Pátio de Minerva, logo à entrada do Museu); Colônia (Sala D. João VI). 1º e 2º Reinados (respectivamente Pedro I e Pedro II); Marinha (Tamandaré); Paraguai (Duque de Caxias); Osório; Miguel Calmon; Jóias (Guilherme Guinle); Sala da Nobreza Brasileira; Getúlio Vargas, entre outras” (MAGALHÃES, 2010, p. 105).

<sup>532</sup> Guimarães indica esta divisão no I Congresso de História Nacional realizado pelo IHGB em 1914, onde os eixos temáticos foram “construídos a partir da divisão cronológica da História do Brasil segundo os regimes políticos, ou seja, a Colônia e o Império. O período colonial desdobrava-se em fases sucessivas, assim como o monárquico. As balizas temporais utilizadas para pontuar os respectivos fracionamentos foram fixadas consoante a categoria dos chamados ‘grandes acontecimentos’” (GUIMARÃES, 2006, p. 165).

<sup>533</sup> Ofício nº 149 expedido em 25 de julho de 1928 pelo diretor do MJC a Adolfo Lucke. Correspondências expedidas 1928, fl. 202. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.006.

Também era prevista uma sala dedicada exclusivamente ao líder republicano Julio de Castilhos, considerado o patrono do Museu<sup>535</sup>, que embora não constasse na correspondência de 1937 à qual nos referimos, foi mencionada em outros diversos documentos administrativos e relatórios do MJC. Em ofícios agradecendo doações feitas ao MJC, por exemplo, afirma-se essa intenção de constituição de um espaço de homenagem a Castilhos, como naquele enviado a Theodoro Ribas por doação de documentos relativos à propaganda republicana:

Agradecendo, recomendo-vos a pesquisa nos arquivos dos vossos amigos de tudo que se referir à figura principal de Julio de Castilhos, e não somente no que concerne à propaganda política, pois que **na sala que nesta repartição evocará a excelsa personalidade** serão expostos todos os objetos que recordam, em qualquer modalidade, a vida do grande patriota.<sup>536</sup>

O espaço externo do MJC também deveria ser palco de celebração do passado sul-rio-grandense através de um “Jardim Histórico” com previsão de inauguração em 20 de setembro de 1927 e que contava com apoio da municipalidade de Porto Alegre em sua manutenção, já que seria um espaço aberto ao público<sup>537</sup>. Tal jardim seria formado por bustos de grandes figuras históricas, sendo “centralizado pelo grande vulto do Patriarca”<sup>538</sup>, em torno dele é que a história seria representada, conforme declarado pelo

---

<sup>534</sup> Ofício s/nº expedido em 02 de julho de 1928 pelo diretor do MJC a Igacio Luis F. da Silva. Correspondências expedidas 1928, fl. 204. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.006.

<sup>535</sup> Também aqui não há como deixar de traçar um paralelo com o MHN, onde os políticos Getúlio Vargas e Miguel Calmon receberam salas com seus nomes, “sendo cultuados junto aos grandes personagens da história nacional – o primeiro deles [Getúlio Vargas], desde quando ainda vivia” (MAGALHÃES, 2010, p. 105). Vargas e Calmon, assim como Julio de Castilhos, eram considerados os “patronos”, respectivamente, do MHN e do MJC, e suas memórias figuravam ao lado dos acontecimentos, períodos e personagens históricos destacados nessas instituições. No caso do MHN, a partir de 1930, consolidou-se uma política de “troca de presentes (...) ou seja, em troca do enriquecimento patrimonial da instituição e da adesão das elites ao projeto de construção simbólica do Estado, imortalizavam-se os patronos” que recebiam salas com seus nomes (MAGALHÃES, 2010, p. 105).

<sup>536</sup> Ofício nº 261 expedido pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, em 01 de julho de 1931 a Theodoro Ribas. Correspondências expedidas 1931, fl. 123. Arquivo Permanente do MJC - AP 1.010. Grifo nosso.

<sup>537</sup> Através de correspondência encaminhada ao Intendente de Porto Alegre, Alberto Bins, em 27 de julho de 1927, o diretor do MJC solicitava materiais para a conclusão do Jardim Histórico: “Incumbido pelo Governo do Estado de organizar no Museu Julio de Castilhos um Jardim Histórico, centralizado pelo grande vulto do Patriarca, - jardim que será franqueado ao público – e havendo obtido do Dr. Octávio Rocha autorização para fornecimento de materiais existentes em seções especializadas da Intendência Municipal, requeiro a Vossencia, para a plena execução dos trabalhos ora interrompidos, a doação e remessa de material constante da lista que a este acompanha. Marcada que foi a data de 20 de setembro para a inauguração do referido jardim, rogo a Vossencia urgência na entrega de tais elementos, se à Municipalidade for possível continuar a atender ao fornecimento dele.” Ofício nº 198 expedido pelo diretor do MJC em 27 de julho de 1927. Correspondências expedidas 1927, fl. 192. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.005.

<sup>538</sup> Ofício nº 198 expedido pelo diretor do MJC em 27 de julho de 1927, ao intendente municipal de Porto Alegre. Correspondências Expedidas 1927, fl. 192. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.005.

diretor do MJC em correspondência ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior:

Aceito por Vossencia o projeto de um jardim histórico, destinado à comemoração, neste Instituto, da memória de Júlio de Castilhos, **vulto em torno do qual faremos a representação simbólica do passado rio-grandense**, tenho a honra de requerer ao governo do Estado a doação de um busto em bronze do nosso grande Patriarca.<sup>539</sup>

Lembramos que o governo Borges de Medeiros, logo após a morte de Julio de Castilhos em 1903<sup>540</sup>, iniciou uma série de homenagens cívicas com o objetivo de incentivar a admiração em torno do líder político. A evocação da memória de Castilhos teve, certamente, a intenção política de consagrá-lo como o grande líder republicano rio-grandense, afirmando o castilhismo como o projeto político vencedor e o modelo a ser seguido, e também a de legitimar Borges de Medeiros como o seu inquestionável herdeiro político, o que o ajudaria a manter a unidade e estabilidade dentro do PRR, antes garantidas pela autoridade do líder morto<sup>541</sup>. A veneração à memória de Julio de Castilhos no Rio Grande do Sul foi realizada especialmente através da imprensa situacionista e de obras encomendadas pelo governo do estado<sup>542</sup>. Entendemos que o

<sup>539</sup> Ofício nº 200 expedido pelo diretor do MJN ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 28 de julho de 1927. Correspondências Expedidas 1927, fl. 194. Arquivo Permanente do MJC - AP 1.005. Grifo nosso.

<sup>540</sup> Julio de Castilhos morreu aos 43 anos de idade, vítima de câncer na traqueia, durante uma intervenção cirúrgica realizada em sua casa no dia 24 de outubro de 1903.

<sup>541</sup> Elisabete Leal esclarece que Borges de Medeiros sabia que muitos correligionários estavam descontentes com os rumos da agremiação, que existiam divisões que poderiam levar à fragmentação partidária, mas também era conhecedor da evidente unanimidade em relação à pessoa e memória de Júlio de Castilhos. Diz ela que: “A morte súbita de Castilhos em 1903 causou uma orfandade no PRR, e Borges assumiu a liderança do partido concomitante com a administração do governo estadual. O partido formado por correligionários que tinham diferentes graus de adesão ao positivismo, vinha sendo até então contido pela liderança incontestável de Castilhos. Havia os democráticos, que por força da presença do líder, toleravam ou aceitavam com reservas a feição sociocrática da Constituição de 14 de julho; os positivistas comtistas e os positivistas mais heterodoxos, que aceitavam também a obra de Laffitte e Littré. A morte de Castilhos permitiu que essas diferentes vozes se revelassem no PRR. [...]. Borges debatia-se em liderar um partido que, embora boa parte dos membros tivesse conhecimento e simpatias ao positivismo, se dividia em tipos de positivismo. Muitas vezes era apenas uma adesão personalista a Castilhos e não à sua Constituição de feição positivista.” (LEAL, 2006, p.193).

<sup>542</sup> O jornal *A Federação* publicou, a partir de 26 de outubro de 1903, artigos em homenagem ao personagem intitulados “O Grande Morto”, usando “intensamente os recursos da construção mítica no processo de heroicização de Julio de Castilhos” (FÉLIX, 1998, p.146). Os monumentos em torno dos quais seriam prestadas inúmeras homenagens, como as romarias promovidas pelo PRR, que sempre contavam com grande número de participantes, tanto de correligionários quanto de admiradores em geral, também fizeram parte do processo de heroicização de Castilhos. Os monumentos fúnebre e público foram encomendados por Borges de Medeiros ao artista carioca Décio Villares, passada apenas uma semana da morte do líder republicano. O primeiro a ser concluído foi o monumento fúnebre, no cemitério da Santa Casa, inaugurado em 1904, sendo o monumento cívico, localizado na Praça da Matriz, finalizado somente em 1913, com alegorias que, conforme o artista executor da obra, representavam a Coragem, a Firmeza e a Prudência, qualidades atribuídas à personalidade do “Patriarca”. Décio Villares também foi o artista

MJC participou desse processo através de três medidas implementadas ainda durante a gestão de Francisco Simch: a primeira, ocorrida em 1903, logo após a morte do “Patriarca”, foi a criação de uma coleção especial dentro da seção histórica (4ª Seção), para recolher os objetos do político falecido<sup>543</sup>; a segunda foi o abandono do projeto inicial de construção de um prédio próprio para sediar o MJC, seguido de sua instalação definitiva na antiga residência de Castilhos, adquirida pelo Estado em 1905; a última foi a modificação do nome da instituição, que, por decreto estadual de 1907, passou a chamar-se Museu Julio de Castilhos e não mais Museu do Estado. Assim, a proposta da criação da Sala Julio de Castilhos e do Jardim Histórico dava continuidade e reforçava esse processo de consagração, perpetuando a imagem de Julio de Castilhos como o grande líder republicano do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil, conforme Alcides Maya afirmou em 1936:

Associa-se o Museu Julio de Castilhos à glorificação, hoje, da augusta memória de seu glorioso patrono. Representa Julio de Castilhos, para o Rio Grande e o Brasil, uma das máximas afirmações da nacionalidade, politicamente expressa, defendida e imposta como ideal de transformação social moderna, à atenção dos vultos novos do mesmo ciclo ocidental. Simboliza, atento a este critério, a homenagem de nosso Instituto, ao mesmo tempo, um preito ao excelso estadista republicano brasileiro e ao conjunto de princípios gerais por ele entre nós interpretados.

Desfeitas que sejam as calígens desta hora de tormenta, registrará a história que foi no Rio Grande do Sul depois de 1889 que, pela primeira vez, se tentou uma aplicação institucional das doutrinas condensadas no grande Sistema de Política Positivista, herdeiro e continuador da Enciclopédia.

Julio de Castilhos viverá, por isso, tanto nos anais do Rio Grande e do Brasil quanto nos fastos da civilização a que pertencemos.<sup>544</sup>

---

responsável pela confecção de moedas de prata com a face de Castilhos, cunhadas na Casa da Moeda, no Rio de Janeiro. Leal (2006, p. 263) informa que tais medalhas comemorativas foram oferecidas aos deputados da Assembleia dos Representantes em 1916 e pagas com verbas da Secretaria de Obras Públicas, assim como tinha ocorrido com os monumentos. Percebe-se, portanto, que houve um grande investimento do governo do Estado na produção de imagens consagradoras de Julio de Castilhos como a liderança máxima do republicanismo, pois foi o Estado, através de sua Secretaria de Obras Públicas, que financiou as obras de memorização do líder morto.

<sup>543</sup> Sobre a iniciativa de criação desta coleção, assim como sobre o processo de instalação do MJC na antiga residência de Julio de Castilhos e a inadequação desse espaço ao funcionamento do museu, ver SILVA, 2011. Cabe ressaltar que a coleção criada na instituição em 1903 pelo diretor Simch recolheu objetos relacionados ao personagem, pois a guarda dos “Originais ou cópias autênticas dos documentos do arquivo político de Julio de Castilhos” era incumbência da 1ª Seção do Arquivo Público do Estado, conforme inciso XXVII do Art. 3º do Capítulo II do Decreto nº 876, de 08 de março de 1906, assinado por Borges de Medeiros, regulamentando a repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca.

<sup>544</sup> Fala de Alcides Maya ao IHGRGS em 24 de outubro de 1936 nas dependências do MJC durante homenagem ao aniversário da morte de Julio de Castilhos. Correspondências expedidas, 1933-1936, fl. 366. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1012. A solicitação para realizar essa sessão extraordinária pela “data do passamento” de Julio de Castilhos “na própria sala em que faleceu o grande republicano” foi feita pelo IHGRGS ao MJC em 13 de outubro de 1936. Correspondências recebidas 1933-1936, fl. 320. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.009. Também relativo a homenagens alusivas ao aniversário de morte de Julio de Castilhos, tem-se ofício enviado pelo Diretor do Expediente da Secretaria do Estado dos

Neste processo de glorificação de Julio de Castilhos, o MJC recebia doações de objetos a ele relacionados para serem expostos em sala específica, porém, como já indicamos, o Museu permaneceu fechado e as exposições nas salas históricas não foram implantadas durante os anos da gestão de Alcides Maya, devido à falta de espaço no prédio. Tal foi o motivo, muitas vezes alegado pela direção, que impediu a abertura do Museu e a exposição adequada de suas peças, como no caso do mobiliário do quarto de Castilhos recebido em doação no ano de 1932<sup>545</sup>, conforme relatado ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior:

Muitas foram as ofertas feitas ao Museu, no ano próximo transato, relevando notar a doação feita pela viúva do ilustre chefe republicano coronel Pedro Osório, do mobiliário de quarto de Julio de Castilhos. Os preciosos móveis deram entrada na Repartição em princípio deste ano, sendo, provisoriamente, guardados na sala da frente, do rez-do-chão, no mesmo acondicionamento em que vieram.

Infelizmente não foi possível, Exmo. Sr, fazer exposição dessas peças que evocam tão excelsa personalidade; o Museu Julio de Castilhos não dispõe de uma sala que possa dedicar inteiramente ao seu patrono. O prédio está totalmente cheio; há em várias salas, como a da frente, um verdadeiro amontoamento de coisas, de forma tal que o próprio transito torna-se difícil.

A exposição do que possuímos é fortemente prejudicada pela falta de espaço, bastando citar o que se dá com a sala de etnografia, que está fechada, apesar de possuir uma linda coleção de artefatos dos primitivos povos do país, coleção que faria inveja a qualquer museu. Temos de recolher [*sic*] que, infelizmente, no Museu Julio de Castilhos há um sério problema a resolver: a falta de espaço.<sup>546</sup>

Os móveis do quarto de Julio de Castilhos seriam expostos a partir da abertura do MJC ao público em 1939, quando Emílio Kemp assumiu a direção, relatando que “No porão do edifício, desarmada e acumulada a um canto, encontrava-se a mobília do

---

Negócios do Interior e Exterior ao MJC em 22 de outubro de 1928 determinando que todos os funcionários deveriam participar de solenidade no monumento cívico: “Levo ao vosso conhecimento, para os devidos fins, que no dia 24 do corrente, à tarde, não haverá expediente nas repartições publicas do Estado, devendo todos os funcionários comparecer às homenagens que serão prestadas a Julio de Castilhos, junto ao monumento do grande republicano, na Praça da Matriz, às 17 horas em ponto. Outrossim, declaro-vos que, no caso de se verificar mau tempo, a reunião se efetuará no Teatro São Pedro, à mesma hora.” Correspondências recebidas, 1928, fl. 243. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.005.

<sup>545</sup> Fazem parte do mobiliário uma cama de casal, dois guarda-roupas, dois criados-mudos, uma penteadeira e uma mesa de toailete. São peças sóbrias em estilo Império. Descrição detalhada de cada uma dessas peças, ver BRITO, 2011.

<sup>546</sup> Relatório do MJC apresentado pelo diretor interino Eduardo Duarte ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 27 de junho de 1932. Correspondências expedidas 1932, fl.165-6. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.008.

quarto de Julio de Castilhos, composta por 7 móveis. Passou ela por completa limpeza sendo armada e exposta aos visitantes”.<sup>547</sup>

Sobre o Jardim Histórico, a documentação indica que, durante a gestão de Alcides Maya, foram feitas doações pela intendência de Porto Alegre de plantas e bancos, bem como solicitação de funcionário para sua manutenção, mas não há indícios de que o busto de Julio de Castilhos tenha sido instalado no pátio do Museu, nem os de outras figuras históricas<sup>548</sup>. Ou seja, ao que tudo indica, o pátio do museu recebeu ajardinamento, mas não chegou a ser efetivado o projeto do Jardim Histórico<sup>549</sup>. Também na documentação não encontramos descrição da organização do espaço do Museu no momento da reabertura em 1939. Contudo, a limpeza e montagem dos móveis de Julio de Castilhos informadas por Kemp indicam, em certa medida, uma tentativa de execução do planejado na gestão anterior, onde eram previstos salões históricos e uma sala para homenagem ao líder republicano.

---

<sup>547</sup> Subsídios para o Relatório de J.P Coelho de Souza, Secretario de Estado da Educação e Saúde, enviado pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, em 19 de dezembro de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 9. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.014. O diretor informava também que sua primeira ação foi a reorganização das seções de Zoologia, Numismática, Mineralogia, Paleontologia, Etnografia Indígena e Objetos Históricos, com a limpeza, desinfecção e classificação dos objetos. A respeito da seção de objetos históricos, ele relatou: “Cuidado especial merece esta seção, pela importância dos objetos que não podem ser substituídos, armas, lenços históricos, fardas e fardões bordados a ouro, todos atacados pela traça, estandartes, objetos de uso de homens ilustres, relíquias guerreiras, etc, que estavam acumuladas em armários. Depois de limpos, retocados e defendidos das traças e demais insetos daninhos cada peça teve sua etiqueta com designação do que é, a quem pertenceu e o nome de quem ofereceu ao Museu. Enfim, vem esclarecida a sua autenticidade. Nada menos de 400 peças preparadas para serem expostas e mais 108 quadros limpos e refrescados. Ao todo 508 peças”. Subsídios para o Relatório de J.P Coelho de Souza, Secretario de Estado da Educação e Saúde, enviado pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, em 19 de dezembro de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 8. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.014.

<sup>548</sup> No período em análise o governo do estado comprou um busto em bronze de Julio de Castilhos do escultor Rodolfo Pinto do Couto, pelo valor de “rs 4:000\$000” (quatro mil réis), mas “para ser colocado no vestibulo do Museu”, não se destinando, portanto, ao Jardim Histórico. Ofício nº 466 enviado ao MJC pelo diretor de expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Eduardo Marques. Correspondências recebidas 1929, fl. 67. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.006.

<sup>549</sup> Correspondência expedida de 1973, quando o MJC estava sendo preparado para reabertura ao público após algum tempo fechado, menciona o estado de abandono do pátio e não indica a presença de nenhum busto de “personalidade histórica”, o que nos leva a concluir que não foi realmente concretizado o Jardim Histórico. O ajardinamento com plantas e bancos ocorreu na gestão de Maya, mas, pelo que indica a correspondência do diretor Moacyr Domingues à Diretora do Departamento de Assuntos Culturais, ele não recebeu tratamento adequado ao longo do tempo. O diretor em 1973 relata que o pátio do museu era de chão batido, com aspecto de abandono, e solicitava o ajardinamento do espaço: “Entre as obras a serem executadas no Museu Julio de Castilhos, a fim de dar aspecto e apresentação compatíveis com a personagem histórica que ali viveu, creio que deve receber atenção o ajardinamento do pátio. [...] bonita vista sobre a parte sul da cidade e que poderia ser ocupada com jardins e árvores ornamentais, além de proporcionar lugar para uma adequada montagem de sete canhões antigos, ali existentes” (SOUZA, 2014, p. 110).

A primeira descrição do prédio e das exposições após a reabertura é de 1944, depois da execução de algumas reformas pela Secretaria de Obras Públicas. Com isso,

...foram as instalações aumentadas de três salas, uma para História Natural e móveis antigos, outra para seção de mineralogia e a da frente para a instalação da Biblioteca e expediente da seção de Arquivo Histórico...

A Portaria, que ficava no *hall* de entrada, passou para o rez-do-chão, a entrada do edifício, conquistando-se uma peça para as exposições.

Afim de dar à organização das coleções caráter de exposição de Museu, foram divididas e arrumadas em salas adaptadas para tais fins, **as coleções que o Museu possuía referentes à revolução Farroupilha, cuja sala tomou o nome de General Bento Gonçalves**, à numismática, cuja sala tomou o nome de Barão de Santo Ângelo, por nela se encontrar, também, os preciosos desenhos, debuxos, croquis e projetos da autoria do grande pintor e poeta Manoel Araujo de Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo, assim como a bela e rica coleção de mineralogia que ocupa a sala que tomou o nome do dr. Francisco Rodolfo Simch primeiro Diretor do museu e que foi mineralogista de renome.<sup>550</sup>

Lembremos que a sala Bento Gonçalves, que reuniria as peças históricas da Revolução Farroupilha, fora pensada na gestão de Alcides Maya. Esse espaço permaneceu em 1947, juntamente com a Sala Julio de Castilhos, demonstrando grande semelhança com o que havia sido planejado anteriormente, projeto que se baseava, lembramos, em uma concepção de história centrada nas ações de personagens “ilustres” da política e da vida militar. Souza assim descreveu a organização do MJC no referido período:

As salas de exposição estavam divididas em diversos temas: Hall com **Panóplia**, onde constavam algumas armas antigas, os canhões garibaldinos e outros materiais bélicos; **Sala General Osório**, que era constituída de objetos e indumentária de personagens famosos da História Nacional como Dom Pedro I, “Deodoro”, Carlos Gomes, Pinheiro Machado, Barão do Trinfo, General Osório, Rafael Pinto Bandeira, Almirante Saldanha da Gama e outros. Também nesta sala estavam *leques do século XIX e esporas antigas desde o tempo da colônia*.

No corredor, constavam representações da **Pinacoteca** com alguns quadros de artistas nacionais, principalmente rio-grandenses, e também estrangeiros. A **Sala Bento Gonçalves** era dedicada inteiramente ao ciclo farroupilha com exposição de objetos dos personagens da época.

A **Sala Julio de Castilhos** continha sua máscara mortuária e grande parte de seu mobiliário. Na **Sala Alcides Maya**, eram expostos objetos indígenas e arte missioneira.

Na Sala de nome **Rodolfo Von Ihering**, mantinham-se à mostra peças da fauna e flora-rio-grandense. A **Sala Araújo Porto Alegre** era composta de pinturas e desenhos do artista, uma galeria de retratos de Governadores, autoridades e diretores do Museu, bem como alguns objetos de numismática com exposição de diversas moedas e medalhas de vários períodos e países.

<sup>550</sup> MJC *apud* SOUZA, 2014, p.72. Grifo nosso.



Havia ainda a **Sala Adolfo Mabilde** com a exposição de rara coleção de lepdópteros (borboletas) e outras espécies de zoologia rio-grandense.

Na parte térrea do edifício, estavam o **Laboratório**, a **Sala Francisco Rodolfo Simch** com objetos de mineralogia; a **Sala Apolinário Porto Alegre**, com a exposição de alguns móveis antigos do Partenon Literário e Presidência da Província. Nesta parte do prédio também se encontrava o **Arquivo Histórico**.<sup>551</sup>

Chama a atenção na descrição acima a presença de uma sala dedicada a objetos indígenas e à arte missioneira que não havia sido indicada nas exposições apresentadas em 1944. Merece destaque também o nome do espaço: *Alcides Maya*. No que diz respeito às demais salas desse período que receberam o nome de personagens, verifica-se alguma relação entre a denominação e o acontecimento/período/acervo que o espaço exibia, denotando homenagens que acabavam por configurar o agraciado como um herói do período que ele representava - como nos casos da *Sala General Osório*, da *Sala Bento Gonçalves* e da *Sala Julio de Castilhos* - ou destacar a sua competência em determinada atividade profissional/técnica/científica - como nos casos da *Sala Francisco Rodolfo Simch* e da *Sala Rodolfo Von Ihering*. Com isso surge a dúvida: qual a relação entre Alcides Maya, político e literato, com a etnografia indígena e/ou com a arte missioneira? Por que esta sala não recebeu o nome de algum personagem histórico relacionado às missões jesuíticas, seja um religioso ou um indígena, como, por exemplo, o padre Roque González ou o índio Sepé Tiaraju, ambos mencionados em pareceres de Eduardo Duarte, enquanto chefe do Departamento de História Nacional do MJC e do IHGRGS? Ou de algum especialista no tema, como os padres jesuítas, membros do IHGRGS, Carlos Taschauer e/ou João Batista Hafkemeyer que tiveram diversos estudos sobre as Missões publicados na Revista do IHGRGS, ou ainda o padre Luiz Gonzaga Jaeger, também integrante do IHGRGS e que escreveu o livro *Os três Mártires Rio-Grandenses*, referindo-se aos padres Roque González, Afonso Rodrigues e João Castillo, mortos pelos índios em 15 de novembro de 1628.

A respeito do Padre Roque González, Eduardo Duarte escreveu ao Secretario de Estado do Interior e Exterior em 1926, respondendo ao pedido de esclarecimento sobre proposta de comemoração nas escolas públicas do Estado e no MJC do terceiro centenário da missão religiosa do referido religioso, a qual, no entendimento do proponente da homenagem, deveria ocorrer em 03 de maio, data “que marca o início da exploração e civilização do território e dos indômitos habitantes destas plagas levadas a

<sup>551</sup> SOUZA, 2014, p. 76-77. Grifos da autora.

cabo com o sacrifício da própria vida pelo grande americano que foi o padre Roque González de Santa Cruz.”<sup>552</sup>. A solicitação ressaltava a importância da data como sendo fundadora do Rio Grande do Sul, mas não valorizada devido à interpretação histórica “lusitana” de nossa origem: “vejo, excelentíssimo Senhor, deslembada uma data que deverá ser muito cara a todos os gaúchos, mas que a má orientação dos conhecidos compêndios de história pátria, escritos com critério português relega para segundo plano, inexplicavelmente”<sup>553</sup>.

Eduardo Duarte, em sua resposta, contestou as informações apresentadas pelo proponente da homenagem, dizendo que a data de 03 de maio era “hipotética”, afirmando também, baseado nos estudos do padre Carlos Taschauer, que o ano no qual o missionário fundou o Povoamento de São Nicolau foi 1626 e não 1628, como ele indicava. Acrescentou ainda que, em termos cronológicos, a entrada do Padre Roque no atual território sul-rio-grandense foi anterior, já que o religioso fundara “o povo da Conceição sobre o Uruguai”<sup>554</sup> em 1619, mas alerta que isso não significava que o surgimento do Rio Grande do Sul deva-se a Roque González e sim às lutas travadas entre espanhóis e portugueses na disputa pelo território<sup>555</sup>. Assim, Duarte em seu parecer ao Secretario de Estado, reconhece o valor da obra catequética do padre jesuíta, o que justificaria homenageá-lo, mas sem associar o seu nome à fundação do Rio

---

<sup>552</sup> Pedido feito por Ernesto Pellanda - economista, professor e cronista do jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre - transcrito por Eduardo Duarte na correspondência emitida ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 27 de abril de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, Fl. 81. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004. O padre jesuíta espanhol Roque González iniciou as reduções jesuíticas na região do Tape. Conforme informa Moacyr Flores, “As reduções do Uruguai ou Tape faziam parte da penetração dos missionários a partir de Assunção, em direção ao leste. O padre Roque González de Santa Cruz atravessou o rio Paraná e fundou Encarnación de Itapúa, em 1615, após ferrenha oposição dos xamãs. No mesmo ano, mais ao norte, fundou Corpus Christi. Finalmente Roque González chegou à margem direita do Rio Uruguai, estabelecendo a redução de Concepción. [...] em 1626, Roque González [...] conseguiu atravessar o rio Uruguai e iniciar a redução de S. Nicolau, junto ao rio Piratini” (FLORES, 1993, p. 25-6).

<sup>553</sup> Correspondência expedida por Eduardo Duarte ao Secretario dos Negócios do Interior e Exterior em 27 de abril de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 81. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004.

<sup>554</sup> Correspondência expedida por Eduardo Duarte ao Secretario dos Negócios do Interior e Exterior em 27 de abril de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 82. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004.

<sup>555</sup> Interessante que Eduardo Duarte atestava a veracidade de sua versão pelo fato dela se basear em estudos do padre jesuíta. Dessa forma, mais uma vez, resguardava-se o estabelecimento da “verdade histórica” ao MJC e ao IHGRGS. Duarte encerrava sua manifestação ao Secretario do Interior e Exterior da seguinte maneira: “Esta é [a versão] autêntica; a outra não. (Opinião de Padre Carlos Teschauer – Vida e Obra de González de Santa Cruz). Se Vossencia assim resolver, reunirei em pequeno ensaio todos os dados históricos relativos ao assunto existentes no 3º Departamento do Museu Julio de Castilhos, além de outros da minha pequena biblioteca particular”. Correspondência emitida por Eduardo Duarte ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 27 de abril de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 84. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004.

Grande do Sul, sugerindo que melhor seria, portanto, comemorar o tricentenário na data de sua morte<sup>556</sup>:

A Companhia de Jesus de meritíssima notoriedade, tem motivo e dever de perpetuar o nome de Roque González. Que ele seja irmanado em glória ao de Anchieta, por exemplo; **não significará isso como pretende o peticionário que ele seja o fundador do Rio Grande**. O próprio requerente alude à falsa maneira, (portuguesa?) de interpretar a história.

Mas é esse, o apontado, o critério verdadeiro...

A ser comemorado nas escolas leigas, é necessário que os alunos não recebam nenhuma falsa noção sobre o assunto.

Quanto ao Museu, é natural e justo que ele, atento ao seu caráter e o seu programa, comemore em sessão o martírio do evangelista do antigo Paraguai. Lembrarei, todavia, a Vossencia que fora preferível escolher para a comemoração tricentenária do proto mártir e insigne apóstolo do Rio Grande do Sul a data do seu martírio, em Caaró das sete Missões: 15 de novembro de 1628.<sup>557</sup>

Portanto, Roque González deveria ser lembrado e venerado como mártir religioso, na data de seu assassinato pelos indígenas, e não como responsável pela fundação do território sul-rio-grandense, pois isso significaria, em certo sentido, atribuir ao Rio Grande do Sul uma origem hispânica, e, como vimos no capítulo anterior, era ressaltado pela historiografia dominante de então o caráter lusitano de nossas origens, demonstrado na vasta documentação que o Arquivo Histórico orgulhava-se de apresentar sobre as Campanhas da Conquista das Missões. Nesse sentido, Roque González não poderia ser considerado um herói da nossa história, e sim um mártir religioso “pertencente antes aos anais da civilização ocidental, de que a América é um prolongamento”. Assim, a obra a ser ressaltada desse personagem seria a catequese, que teria “alta significação religiosa”, contudo não sendo dela “que nasceu o Rio Grande”<sup>558</sup>.

A manifestação de Eduardo Duarte foi feita em 1926, portanto com certa distância cronológica do período em que a *Sala Alcides Maya* foi descrita na

<sup>556</sup> Roque González foi morto em 15 de novembro de 1628 “a golpes de itaiçá”, instrumento usado pelos indígenas para abater animais, juntamente com o padre Afonso Rodrigues, também “trucidado” (Cf. FLORES, 1993, p. 26). Martins informa que “em 1928, o Instituto chegou a realizar na Biblioteca Pública uma sessão com o fim de homenagear a memória do Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, ‘proto-mártir do cristianismo no Rio Grande do Sul’, por ocasião da passagem do tricentenário da morte do jesuíta [...]”. O autor explica que os jesuítas tiveram importante atuação no processo de institucionalização da História no nosso estado. Presentes na fundação do IHGRGS (MARTINS, 2015, p. 256).

<sup>557</sup> Correspondência emitida por Eduardo Duarte ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 27 de abril de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 83. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004. Grifo nosso.

<sup>558</sup> Correspondência expedida por Eduardo Duarte ao Secretario dos Negócios do Interior e Exterior em 27 de abril de 1926. Correspondências Expedidas 1925-1926, fl. 83. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004.

documentação do MJC (1947), levando-nos a pensar que não seria possível cogitar nenhuma relação entre a sua posição e o fato da referida sala do MJC, destinada aos indígenas e à arte missioneira<sup>559</sup>, não homenagear Roque González ou qualquer outro nome ligado às Missões. Entretanto, chama a atenção que, em 1948, o IHGRGS emitiu parecer, assinado pelo historiador Othelo Rosa, contrário à proposta de um grupo escolar de Santa Maria receber o nome do padre jesuíta Antônio Sepp<sup>560</sup>. Comentando tal decisão em anos posteriores, Carlos Reverbel<sup>561</sup> justificava-a dizendo que essa foi no sentido de “resguardar a unidade da nossa formação histórica e do nosso processo cultural”, procurando “caracterizar a Província jesuítica do Paraguai, a que pertenciam os Sete Povos das Missões, como uma expressão política da Coroa Espanhola, em terras posteriormente rio-grandenses e brasileiras”<sup>562</sup>.

Outra manifestação do IHGRGS a respeito do tema, assinada pelo historiador Moysés Vellinho, foi sobre o livro do padre Luiz Gonzaga Jaeger, *Os Três Mártires*

---

<sup>559</sup> A *Sala Alcides Maya* receberia a “arte missioneira”, que foi desenvolvida pelos guaranis na denominada segunda fase das reduções jesuíticas, iniciada em 1682, “chamada de Sete Povos” (FLORES, 1993, p.29), posterior, portanto, à primeira fase em que atuou Roque González. Mas se Roque Gonzáles não era associado à arte missioneira, porque Maya o seria? A resposta que nos ocorre está relacionada ao fato de que, em sua gestão, ele manifestou interesse e valorizou os objetos relacionados às Missões Jesuíticas. No ofício nº 36 emitido ao Secretário da Educação, Maya refere-se aos objetos “dos tempos jesuítico-guaranis” como “reliquias” e alerta o Secretário sobre a necessidade de transportar ao MJC os “elementos das ruínas” missioneiras (Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 242. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012). Durante a sua gestão, há ainda o registro da aquisição de uma escultura missioneira, um sino e uma pedra tumular. Através do ofício nº 629 recebido pelo MJC em 10 de março de 1937, a Secretaria de Educação informou a autorização do governador do estado para a compra de uma escultura missioneira da imagem de Nossa Senhora da Glória oferecida por Pedro Cesar de Oliveira (Correspondências recebidas 1937-1938, fl. 80. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.010). O ofício nº 78 emitido pelo diretor do MJC em 23 de abril de 1926 registra o recebimento de um velho sino da Igreja de São Borja, doado por Cezar Dias e ao qual o remetente refere-se como uma “reliquia jesuítica” (Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 77. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004). Por fim, o Relatório do MJC referente a 1929 acusa o recebimento em doação de uma pedra tumular das Missões, ofertada por Ney Chrysostomo da Costa (AHRS- SIE3-048, fl. 131).

<sup>560</sup> Antônio Sepp (1655-1733) nasceu na Itália. Em 1691, como padre jesuíta, chegou ao Paraguai. Atuou primeiramente na Redução de Japeju, onde criou uma escola de música. Fundou a redução de São João e foi para São Miguel em 1697. O padre Sepp “era músico, escultor e pintor. Também construía instrumentos musicais. As cartas do pe Sepp a seus familiares foram publicadas com o nome de ‘Trabalhos Apóstólicos’” (FLORES, 1993, p. 34).

<sup>561</sup> Carlos Reverbel (1912-1997) foi jornalista, cronista e pesquisador de história e literatura do Rio Grande do Sul. Trabalhou na Editora Globo atuando na *Revista do Globo* e na *Revista Província de São Pedro* junto com o historiador Moysés Vellinho. (Cf. MARTINS, 2015, p. 250). A manifestação transcrita de Reverbel foi publicada no jornal *Correio do Povo* em 03 de dezembro de 1955, quando, no texto intitulado “Sepé e o Instituto Histórico”, defendeu a oposição do IHGRGS à construção de um monumento em homenagem ao índio Sepé Tiaraju proposta em 1955. Para tanto, utilizou como argumento as anteriores manifestações do IHGRGS em relação à homenagem ao padre Sepp e também no caso do livro do padre Jaeger.

<sup>562</sup> Sepé Tiaraju e o Instituto Histórico, Carlos Reverbel, *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1955, p. 9, *apud* MARTINS, 2015, p. 250.

*Rio-Grandenses*<sup>563</sup>, transcrita pelo mesmo Reverbel em artigo no jornal *O Correio do Povo*:

do ponto de vista da nossa formação histórica e geográfica, que se processou, nesta extremadura, em luta aberta contra desbordamentos dos regulares da Casa de Assunção sobre terras que seriam, mais tarde, quase todo o Rio Grande do Sul – examinando o problema, repetimos, sob o âmbito de nossa integração territorial, não padece dúvida **que a naturalização rio-grandense dos mártires evocados pelo nosso prezado confrade não pode ser aceita sem oposição ou controvérsia**. Nessas reservas – acentue-se bem – jamais estaria em causa a sublimidade do martírio daqueles prodigiosos campeadores de Santo Inácio, nem o magnífico conteúdo místico de seu sacrifício nas mãos brancas dos índios. **O que conduz à contradita é o enquadramento desses tristes episódios entre os fatores ativos da nossa formação histórica.**<sup>564</sup>

Herchmann ressalta que Vellinho situava a origem do Rio Grande do Sul em 1801, quando o território foi definitivamente integrado ao mapa do Brasil, “razão pela qual expõe entender como inadequado o uso do gentílico ‘rio-grandense’ no título pretendido pelo padre Jaeger S.J.”<sup>565</sup>.

Identificamos, portanto, no final dos anos 1940 e início dos 1950, a presença do mesmo argumento utilizado por Eduardo Duarte em 1926 no que tange a Roque Gonzalez, qual seja, o de que o reconhecimento e respeito ao trabalho catequético e ao martírio dos jesuítas não significava considerá-los formadores do Rio Grande do Sul, feito que deveria ser atribuído aos luso-brasileiros, protagonistas dos embates político-militares de conquista do território e, conseqüente, do alargamento das fronteiras brasileiras.

No que diz respeito ao indígena Sepé Tiaraju, a posição de Eduardo Duarte em 1926 diferenciava-se de parte dos seus confrades nos anos 1950, quando estabeleceu-se uma polêmica a respeito da validade da construção de um monumento em homenagem ao bicentenário da morte do índio missioneiro, o qual destacou-se na Guerra Guaranítica ocorrida entre 1752 e 1756. O projeto da homenagem foi sugerido pelo major do exército João Carlos Nobre da Veiga no final de 1955 e encaminhado ao governador do Estado Ildo Meneghetti, que o remeteu para análise e parecer do IHGRGS, como era

<sup>563</sup> Os três “mártires” são os padres Roque González, Afonso Rodrigues e João Castillo, mortos pelos índios em 15 de novembro de 1628. O livro do padre Luiz Gonzaga Jaegar foi publicado em 1951 pela Editora Selbach de Porto Alegre.

<sup>564</sup> Sepé Tiaraju e o Instituto Histórico, Carlos Reverbel, *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1955, p. 9 *apud* MARTINS, 2015, p. 251. Grifo nosso.

<sup>565</sup> HERCHMANN, 2017, p. 66.

usual à época quando se tratava de avaliação de questões historiográficas<sup>566</sup>. A comissão avaliadora, formada por Othelo Rosa (relator), Moysés Vellinho e Afonso Guerreiro Lima, rejeitou a proposta, sendo essa posição ratificada pelo IHGRGS. Os pareceristas, conforme Herchmann, “não reconhecem Sepé como um *verdadeiro brasileiro* e ainda argumentam que a conduta do índio na Guerra Guaranítica foi uma ação adversa aos interesses do Estado e do País”<sup>567</sup>. A autora indica que um dos argumentos utilizados pela Comissão de História que analisou a proposta baseou-se na ideia de ascendência lusa da formação histórica do Rio Grande do Sul e que a polêmica estabelecida a partir desse parecer reavivou “os debates entre historiadores a respeito da origem do Estado, iniciados no final dos anos 1800”<sup>568</sup>. A partir da publicação do parecer no jornal *Correio do Povo* estabeleceu-se uma discussão no meio intelectual sobre o mérito da homenagem, na qual destacaram-se Moysés Vellinho e Mansueto Bernardi, ambos membros do IHGRGS, sendo o primeiro contrário à homenagem e o segundo a favor, representando os adeptos “da vertente platinista [que], defendem a ideia de um Estado de heranças espanholas, jesuíticas e missionárias”<sup>569</sup>, que atribuíam, portanto, a Sepé relevância histórica e não apenas lendária como o faziam os historiadores defensores da vertente lusitana.

A respeito de Sepé Tiaraju, Eduardo Duarte, em 1926, na conferência *Da opulência do Arquivo Histórico Rio-Grandense*, ao mencionar os documentos relativos à campanha das Missões, destacando a atuação de Gomes Freire, reconheceu a valentia e a resistência do índio guarani, que por isso mereceria ser lembrado:

E Gomes Freire, o fidalgo português que o governo fez conde de Bobadella, a tudo dirigia e previa, sem descuidar dos seus planos de campanha, para atacar o inimigo que se organizava, em emboscadas ou em plena coxilha, para lutar, talvez sem esperanças de vitória, porém firme e destemido na defesa de sua terra e do seu lar. Que o digam os feitos do índio Sepé, exemplo do valor de uma raça que preferiu morrer ou voltar ao estado primitivo, imergindo em meio da floresta densa, à entrega consciente de sua aldeia, do seu lar. Que o digam os feitos desse valoroso índio, **que bem merece um bronze que lhe recorde a memória através das gerações que se sucedem...**<sup>570</sup>

<sup>566</sup> Sobre a proposta de homenagem a Sepé Tiaraju e a consequente polêmica entre os intelectuais dos anos 1950 ver HERCHMANN, 2017. A esse respeito ver também o artigo de Letícia Nedel, *Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos*, publicado na Revista Anos 90 em 2004 que aborda a polêmica em torno do índio Sepé discutindo o peso das Missões na memória regional sul-rio-grandense.

<sup>567</sup> HERCHMANN, 2017, p. 59.

<sup>568</sup> HERCHMANN, 2017, p. 60.

<sup>569</sup> HERCHMANN, 2017, P. 71.

<sup>570</sup> Conferência *Da Opulência do Arquivo Histórico Rio Grandense*, pronunciada por Eduardo Duarte em 19 de junho de 1926. Folha 10. AHRs fundo Eduardo Duarte – ED-034. Grifos nossos.

Após essa observação, Duarte continuou sua conferência falando dos documentos da Provedoria Real, sendo a menção a Sepé Tiaraju apenas um parêntese inserido em sua abordagem a respeito da conquista das Missões. Entretanto, é possível verificar que ele percebia, naquele momento, o índio como um herói por sua bravura e merecedor de homenagem através de um monumento, “um bronze”. Enfim, o historiador não discutiu a posição de Sepé - contrário ou favorável aos portugueses, espanhóis ou jesuítas - mas ressaltou a sua bravura na luta por sua terra, por “sua aldeia”.

Estas considerações feitas até aqui vão no sentido de ressaltar como as interpretações historiográficas do período poderiam determinar tanto as presenças quanto as ausências nas representações da história realizadas no MJC através de seus espaços expositivos e também das peças de seu acervo, sobre as quais trataremos no item seguinte. Foi por isso que trouxemos as visões sobre o papel das Missões e dos jesuítas na formação do Rio Grande do Sul, a fim de tentar entender o motivo da ausência dos nomes de índios guaranis e/ou de religiosos reconhecidos como mártires na denominação da sala que apresentaria aos visitantes objetos indígenas e da arte missioneira. Mesmo considerando que, no final dos anos 1940, quando a Sala Alcides Maya foi instituída, a corrente lusitana na interpretação da formação do Rio Grande do Sul já tivesse menos força do que nos anos 1920-1930 dentro do IHGRGS e da intelectualidade sul-rio-grandense, nos parece que essa ainda era a interpretação que o MJC adotava naquele momento ao homenagear seu ex-diretor ao invés de algum nome diretamente relacionado ao passado missioneiro, mesmo procedimento utilizado na designação das outras salas históricas.

Souza, baseada na documentação oficial do MJC, apresenta o espaço expográfico da instituição durante a gestão de Derly de Azevedo Chaves<sup>571</sup>, entre os anos 1960 e 1967, período, portanto, posterior ao desmembramento do acervo. A saída das coleções de ciências naturais e dos documentos do Arquivo Histórico representou

---

<sup>571</sup> Derly de Azevedo Chaves foi nomeado diretor do MJC pelo governador Leonel Brizola em 10 de fevereiro de 1960, em substituição a Dante de Laytano que havia se aposentado. Chaves exerceu a função durante 7 anos e 3 meses, quando, em janeiro de 1967, colocou seu cargo à disposição ao então governador Walter Perachi Barcelos, alegando problemas de saúde. Era reverendo da Igreja Metodista do Brasil e também político. Foi presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre em 1947 e eleito deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP) para a legislatura 1951-1955. Conforme Silveira, a “projeção política e os relacionamentos pessoais decorrentes da proximidade com setores conservadores acarretaram para Derly de Azevedo Chaves a permanência na condução do Museu Julio de Castilhos nos tumultuados anos 1960-1966.” (SILVEIRA, 2011, p. 62-63).

um aumento do espaço disponível no MJC às coleções de história. Assim, o Museu em 1965 passou a ser constituído por 15 salas expositivas exclusivamente dedicadas às peças consideradas representativas da nossa história:

- Sala 1: ENTRADA – Quadros e bustos de vultos históricos;
- Sala 2: HALL – Quadros de Porto Alegre antigo e imagens e sinos das Missões Jesuíticas;
- Sala 3: RECEPÇÃO – Indumentária Militar e Civil;
- Sala 4: CORREDOR – Quadros de Porto Alegre Antigo;
- Sala 5: JULIO DE CASTILHOS – Mobiliário que pertenceu ao Dr. Julio de Castilhos, Patrono deste Museu;
- Sala 6: INDÍGENA – Artefatos (Indumentária, armas e utensílios) indígenas, especialmente do Rio Grande do Sul;
- Sala 7: FARROUPILHA – Quadros, armas, objetos relativos à Revolução Farroupilha;
- Sala 8: PARAGUAY – Idem relativo à Guerra do Paraguai;
- Sala 9: BORGES DE MEDEIROS – Objetos que pertenceram ao Dr. A. A. Borges de Medeiros;
- Sala 10: REPÚBLICA – armas e indumentárias da República;
- Sala 11: CORREDOR – Quadros sobre a evolução da indumentária gaúcha;
- Sala 12: NUMISMÁTICA – moedas nacionais e internacionais, medalhas comemorativas;
- Sala 13: REGIONALISTA<sup>572</sup> – objetos, indumentárias e esculturas regionalistas;
- Sala 14: ARAÚJO PORTO ALEGRE – Mobiliário antigo, quadros, utensílios diversos e instrumentos de tortura, de trabalho e de música dos escravos;
- Sala 15: JANGADA – Arte naval.<sup>573</sup>

Podemos observar que a sala denominada *Alcides Maya* deixou de existir, sendo que os objetos relativos a grupos indígenas do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, passariam a ser reunidos na *Sala Indígena* (sala 6). A representação das Missões ficaria a cargo da exposição de *sinos* no Hall do prédio (sala 2), misturados a imagens de Porto Alegre antiga, não recebendo, portanto, uma sala específica.

Pela primeira vez é mencionada a exposição de objetos relativos à escravidão negra, localizados na *Sala 14*, junto com outras peças diversificadas. Talvez, anteriormente, esses objetos pudessem estar integrados aos espaços destinados ao período colonial e/ou imperial, pois peças relativas ao tema já existiam no MJC desde o

<sup>572</sup> Também denominada de *Sala Gaúcha*. Silveira (2011, p. 66) informa que essa sala foi criada na gestão de Derly de Azevedo Chaves com objetos “típicos” do Rio Grande do Sul, obtidos através de campanha que o diretor fez de arrecadação de acervo em parceria com a União Gaúcha J. Simões Lopes Neto e com centros de tradição gaúcha do interior do estado.

<sup>573</sup> MJC *apud* SOUZA, 2014, p. 102.



período de Alcides Maya<sup>574</sup>, mas não temos registros que comprovem tal hipótese. Interessante que, durante muitos anos no MJC, o negro foi representado apenas através da instituição da escravidão, com a exposição de instrumentos de castigo. Apenas recentemente, em meados dos anos 2000, o Museu iniciou uma discussão e questionamento dessa abordagem, refletindo sobre a contribuição dos negros na formação histórica e cultural do nosso estado.

Percebe-se que os espaços dedicados à Guerra Farroupilha e a Julio de Castilhos, anteriormente já presentes, permanecem após a constituição do MJC como um museu de história. Cabe salientar, inclusive, que, dentre todos os espaços acima descritos, Silveira indica certo destaque dado à Sala Farroupilha (sala 7), quando “considerada pelo diretor como a mais importante de visitar”<sup>575</sup>.

Identificamos, portanto, nos anos 1960, uma organização do espaço, se não totalmente idêntica, pelo menos semelhante em alguns pontos àquela sugerida na correspondência de 1937 assinada por Alcides Maya, através da presença das já mencionadas Sala Farroupilha e Sala Julio de Castilhos, bem como da Sala República e Numismática. Também devemos considerar a sala dedicada à Guerra do Paraguai, temática igualmente destacada na gestão Maya que, mesmo sem reservar um espaço ao conflito, procurou reunir acervo sobre esse acontecimento, formando uma coleção específica<sup>576</sup>.

Como foi descrito no capítulo anterior, os documentos selecionados para formarem o acervo do Arquivo Histórico do Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos eram aqueles relacionados a grandes nomes, principalmente às

<sup>574</sup> Durante a gestão de Alcides Maya, o MJC, conforme registro atual no sistema de documentação da instituição, recebeu em doação três objetos e um documento relacionados à escravidão negra. Ver os registros no Apêndice B, coleção ESCRAVATURA. A única referência encontrada no período a um personagem negro é no *Álbum de Fotografias de Figuras Históricas da Campanha Farroupilha* que trás a imagem de Antônio Ribeiro, legendada como “Corneta de Bento Gonçalves. Foi quem deu o toque de avançar, em 20 de setembro de 1835, na ponte da Azenha (Porto Alegre)” (AHRGS – AF 008).

<sup>575</sup> SILVEIRA, 2011, p. 70.

<sup>576</sup> Algumas correspondências do período Maya mencionam essa coleção. Como exemplo, citamos o ofício nº 104 expedido pelo diretor interino Eduardo Duarte em 16 de maio de 1932 ao Secretário da Prefeitura de Rio Grande, agradecendo pelas informações sobre uma cadeira que pertenceu a Francisco Solano Lopez e pedindo intermediação para doação desse objeto ao MJC a fim de integrar a coleção Guerra do Paraguai: “De posse do vosso ofício datado de 10 do vigente, muito vos agradeço as preciosas informações que prestais sobre a ‘cadeira do ditador’, móvel usado por Francisco Solano na campanha lopesguaia [sic]. Em se tratando, efetivamente, de **um objeto para o qual esta diretoria voltas as vistas**, solicito-vos o obséquio de um entendimento com o diretor do Liceu Salesiano a fim de saber se o mesmo estaria disposto a recolher a este Museu a citada cadeira, onde ficaria bem colocada entre **os objetos que compõem a coleção – Guerra do Paraguai**” (Correspondências expedidas 1932, fl. 131. Arquivo Permanente do MJC- AP. 2.008. Grifo nosso).

autoridades políticas e militares ligadas às campanhas de expansão territorial portuguesa, à Guerra Farroupilha e também à Guerra do Paraguai. Os dois últimos episódios, inclusive, fomentaram a intenção de constituir álbuns fotográficos com figuras a eles relacionadas, conforme previsto no relatório do MJC em 1925. Em relação à coleção Julio de Castilhos, além das ações executadas ainda na primeira gestão da instituição, já mencionadas, cabe acrescentar que o Regulamento do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, proposto por Alcides Maya e aprovado por Borges de Medeiros em 24 de dezembro de 1925, mencionado no capítulo 2, apresentava, como uma das incumbências do Arquivo, a reunião e catalogação de documentos de Julio de Castilhos<sup>577</sup>. Ou seja, percebe-se claramente uma estreita relação entre a documentação recolhida ao Arquivo Histórico que elegia, conjuntamente com o IHGRGS, os temas e os personagens centrais da nossa história, e a organização do espaço expositivo do MJC, a qual, mesmo não sendo executada no período Maya, não deixou de ser contemplada em momentos posteriores.

As exposições propostas no período Derly Chaves sofreriam uma reformulação em 1973, quando o MJC foi reaberto<sup>578</sup> sob a direção do Coronel Moacyr Domingues<sup>579</sup>. Observa-se então a permanência de alguns espaços, como a Sala Gaúcha,

---

<sup>577</sup> O Regulamento, ao tratar da organização do Arquivo Histórico, previa a reunião e catalogação de “Originais ou cópias autênticas dos documentos do arquivo Público de Julio de Castilhos. (Na coleção de autógrafos de vultos eminentes do Estado, constituirão quadros à parte, no Museu e Arquivo Histórico, todos os documentos pertencentes ao arquivo particular de Julio de Castilhos, que lhe sejam confiados)”. Relatório do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1926. Cap. I, Artigo 2º, Inciso VII, subsídio 20, folhas 1-3. AHRs, Caixa 10 - MJC, maço 4.

<sup>578</sup> Durante os anos entre 1967 e 1971, na gestão de Antônio Rocha Almeida, o MJC permaneceu fechado, reabrindo em 19 de setembro de 1973. Antônio Rocha Almeida foi jornalista, engenheiro e militar, sendo que, quando assumiu a direção do MJC, havia sido transferido para a reserva como General do Exército. Também foi professor da Escola de Engenharia da UFRGS e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Silveira informa que, como militar, Antônio Rocha Almeida “participou como tenente ativo da Revolta do Forte de Copacabana em 1922, o que lhe causou a expulsão das fileiras do Exército Brasileiro. Em 1930, recebeu anistia, sendo reconvocato para atuar na IIIª Região Militar, em Porto Alegre, quando pôde estudar a doutrina da Escola Superior de Guerra” (SILVEIRA, 2011, p. 78). Participou da Academia Rio-Grandense de Letras, do Gabinete Português de Leitura, do IHGRGS, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Instituto Genealógico. “Sua conexão com o Museu Julio de Castilhos veio desde meados dos anos 1950, quando Antônio Rocha Almeida escrevia artigos sobre história nacional, do Rio Grande do Sul e genealogia para a Revista do Museu Julio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado” (*Op. Cit.*, p. 77-78). Foi convidado para dirigir o MJC pelo então secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, Luis de Faria, nomeado pelo governador Walter Peracchi Barcelos. Conforme a interpretação de Silveira, “o momento político propiciava a indicação e o convite a um general para o comando do Museu Julio de Castilhos” (*Op. Cit.*, p. 78). Antonio Rocha Almeida faleceu repentinamente em 02 de outubro de 1971.

<sup>579</sup> Com a morte do diretor Antonio Rocha Almeida, o MJC ficou aos cuidados do servidor Ivone Martini, que, não sendo efetivamente nomeado diretor, respondeu pela instituição a partir de 01 de outubro de 1971. Martini era servidor do quadro de professores da Secretaria de Educação e Cultura, à disposição do Departamento de Assuntos Culturais. Foi substituído na função de responsável pelo MJC pelo Coronel

mas com certas alterações: “A inovação pode ser vista com a reciclagem da Sala Gaúcha, criada na gestão Derly Chaves (1960-1967), proposta como Sala para exposição temporária. Nela estariam dispostos acervo da casa, doações recentes, fatos históricos do mês”<sup>580</sup>. Nesse momento, as exposições eram distribuídas da seguinte forma:

No **Hall de entrada**, estavam esculturas de vultos históricos, bem como quadros e Escudos de Armas do Império. Pelo acesso à escada, no **Hall do Relógio** encontrava-se um busto de Julio de Castilhos, uma floreira decorativa, um relógio de Pêndulo e pôsteres. Logo se chegava à **Sala Porto Alegre Antigo**, composta de 14 quadros, sofá com duas poltronas, vitrinas com miniaturas, tapete e floreira. A próxima sala era composta de objetos referentes ainda a Porto Alegre Antigo com vitrinas de indumentárias femininas e masculinas, leques, adornos e outros. Em seguida, a **Sala Colônia-Império** com objetos do Brasil – Colônia, Independência e Revolução Farroupilha, quadro de Dom Pedro II, bustos e também Indumentária e objetos da Guerra do Paraguai. Atravessando o corredor, estava a **Sala Julio de Castilhos** com seu mobiliário, objetos pessoais e quadros como o da casa onde ele nasceu e da fazenda da Reserva de sua propriedade. Adiante, encontrava-se a **Sala Indígena** com artefatos em cerâmica e fibras vegetais, machados, ossos, flechas entre outros. Após essa, encontrava-se a **Sala das Missões** com a exposição das esculturas dos objetos do período das Missões Jesuíticas e a última sala de exposições temporárias ou **Sala Regionalista** [...] <sup>581</sup>

Nota-se, que no período em tela, surge a *Sala das Missões*, separada da *Sala Indígena*, já anteriormente constituída e que expunha objetos de cerâmica, cestaria, armas e outros utensílios de grupos indígenas. Esses dois espaços permanecem no MJC a partir do referido momento até os dias atuais, sendo que a *Sala das Missões*, mais recentemente, passou a ser denominada *Sala Missioneira*, mas sempre dedicada à exposição de esculturas feitas pelos índios guaranis que viveram nas reduções jesuíticas, representando, em certa medida, o sucesso do trabalho de catequização dos padres que conseguiram “ensinar” aos guaranis a produção das peças simbolizando os santos

---

Moacyr Domingues, em 10 de março de 1973, que atuou apenas por seis meses na instituição. Silveira informa que o acesso de Moacyr Domingues ao MJC “resume-se a sua atuação como Coronel aviador e sua vinculação com os estudos genealógicos” (SILVEIRA, 2011, p. 92-93). O MJC foi reaberto ao público em 19 de setembro de 1973 e “no mês de novembro Moacyr Domingues coloca sua função à disposição da Diretoria de Assuntos Culturais, indisposto pelo descaso de sua nomeação efetiva como Diretor” (*Op. Cit.*, p. 94-95).

<sup>580</sup> SILVEIRA, 2011, p. 93. A *Sala Regionalista*, conforme Souza descreve a partir da documentação do MJC, seria “destinada a expor, tanto acervo da Casa (doações recentes, fatos do mês, etc.), como obras de artistas locais, regionais, nacionais e internacionais. Na ausência de acervo para exposição temporária, a sala apresentará peças regionalistas, como arreios, botas, guampas, etc. Esta sala será a última etapa do roteiro previsto para a visitação pública. Por ela, passar-se-á, através da porta da saída para a Portaria...” (MJC, *apud* SOUZA, 2014, p. 112).

<sup>581</sup> SOUZA, 2014, p. 112. Grifos da autora.

católicos, consideradas posteriormente como arte missioneira<sup>582</sup>. Também se observa que, em 1973, desaparecem as Salas Farroupilha e Guerra do Paraguai, sendo seus respectivos acervos apresentados na sala 05 (Colônia-Império), mantendo-se, contudo, a Sala Julio de Castilhos.

Em 1978, o espaço expositivo do MJC manteve-se organizado de forma muito semelhante a 1973, com 7 salas, como indicado no Roteiro e Guia de Visita do Museu Julio de Castilhos desse período, reproduzido por Silveira em sua dissertação de mestrado<sup>583</sup>: Sala Missões; Sala Indígena; Sala Colônia-Império; Sala República; Sala Julio de Castilhos; Sala Porto Alegre e Sala de Exposição Temporária. Nesse momento, os objetos farroupilhas continuavam a ser expostos na sala Colônia-Império. O acervo farroupilha voltou a ganhar destaque em 1985 com a inauguração de uma exposição no MJC<sup>584</sup> comemorativa ao sesquicentenário da Guerra dos Farrapos. Porém, a documentação nos leva a pensar que essa tenha sido uma exposição temporária, já que no ano de 1987 as mostras permanentes do museu eram divididas da seguinte forma: “sala de **acervo pré-histórico do Rio Grande do Sul**; sala das **Missões**; duas salas de **Brasil – Colônia e Império**, quarto e gabinete de **Julio de Castilhos** e outras duas salas

---

<sup>582</sup> Atualmente no MJC, nas paredes da sala que abriga as esculturas missioneiras, estão fixados quatro painéis, cada um com um título: *Guerra Guaranítica*; *Estatuária Missioneira*; *Primeira Fase da História das Reduções* e *Segunda Fase da História das Reduções*. Interessante pensar que esta sala com elementos da arte missioneira tenha surgido após a divisão do acervo, quando foi constituído o Museu de Arte do Rio Grande do Sul e o MJC definido como um museu exclusivo de história. Sobre os sentidos atribuídos às esculturas policromadas em madeira produzidas pelos índios guaranis nas missões jesuítas e sua circulação, ver a dissertação de Natália Thielke, *O Percurso das Imagens: a estatuária missioneira no Museu Julio de Castilhos e no Museu das Missões (1903-1940)*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107931/000945220.pdf?sequence=1>> Acesso em: 28 de dezembro de 2017.

<sup>583</sup> SILVEIRA, 2011, p. 111.

<sup>584</sup> Morates informa que esta exposição, inaugurada em 03 de setembro de 1985, apresenta muito do acervo constante no Plano de Exposição de 1972 – para a reabertura do MJC em 1973 – relativo ao acervo farroupilha. Lista 13 personagens que seriam representados com imagens e objetos (Bento Gonçalves, José Garibaldi, David Canabarro, José Gomes Portinho, José Pinheiro de Ulhoa Cintra, Gomes Jardim, Antônio de Souza Neto, João Manuel de Lima e Silva, Astrogildo Pereira da Costa, João Antônio da Silveira, Conde de Piratini-João Francisco Vieira Braga, Tito Lívio Zambecari e Jacinto Gomes da Luz), sendo os maiores destaques dados a Bento Gonçalves, através da exposição de 9 objetos, incluindo seu retrato, e a José Garibaldi, com 5 objetos, também incluindo retrato (gravura a óleo), os demais contaram, na maioria, com apenas um objeto (MORATES, 2012, p. 44-45). Cabe resaltar que muitos dos objetos deste plano de exposição de 1973 permanecem na atual Sala Farroupilha, mesmo após sua reformulação em 2006. Nesse último momento, a exposição foi composta por sete elementos iconográficos (pinturas a óleo, gravuras de cenários e personagens do levante) e 19 objetos tridimensionais (armas, fardamentos e objetos de uso doméstico). A descrição de cada um desses elementos e os novos recursos expográficos utilizados a partir de 2006 é feita por MORATES, 2012.

representando a **República Velha e a República Nova**<sup>585</sup>. Nesse período consta como itinerante a exposição Revolução Farroupilha.

A configuração de 1987 manteve-se quase sem alteração em 1991, quando o prédio do MJC era composto de: “Vestíbulo, Sala Indígena I; Sala Indígena II; Sala Missões; Sala Colônia-Império; Sala Julio de Castilhos; Sala República Velha; Sala República Nova; Sala de Exposições temporárias; Reserva Técnica, Administração; banheiros e Pátio.”<sup>586</sup>. No que tange ao período de 1995-1998, “para visitação pública, o Museu era constituído de cinco salas expositivas intituladas Missioneira; Colônia/Império; República; Indígena e Julio de Castilhos<sup>587</sup>.”

A organização das salas de exposições de longa duração do MJC, antes de seu último fechamento em janeiro de 2017<sup>588</sup>, continuava a mesma apresentada em relatório da gestão do período 2007 a 2010, onde era explicado que:

As temáticas das salas de exposição de longa duração foram mantidas de acordo com o perfil tradicional do MJC: **Sala Escravista, Sala Farroupilha, Sala Indígena, Sala Missioneira e Sala Julio de Castilhos**. As alterações ocorridas estiveram relacionadas ao discurso museográfico e aos meios expositivos.<sup>589</sup>

Percebemos, portanto, que o acervo relacionado à Gerra Farroupilha voltou a ter uma sala específica e que a Sala Julio de Castilhos se destacou como a mais constante ao longo do tempo no espaço expositivo do MJC, já que os móveis do quarto e do gabinete, além de outros objetos relacionados ao líder republicano, sempre estiveram disponíveis ao olhar do público, em todas às vezes que a instituição manteve suas portas abertas à visitação, desde 1939 até os dias atuais. Os objetos de Julio de Castilhos sempre tiveram destaque, pois exibidos em sala específica e não integrados àquelas

<sup>585</sup> SOUZA, 2014, p. 135. Grifos da autora.

<sup>586</sup> MJC, *apud* SOUZA, 2014, p. 142.

<sup>587</sup> SOUZA, 2014, p. 150.

<sup>588</sup> O MJC fechou suas portas à visitação no início de janeiro de 2017 para realização de reparos necessários em decorrência de fortes temporais ocorridos na cidade. Continuou com o atendimento a pesquisadores. Reabriu em maio de 2017, com uma exposição fotográfica temporária, participando pela primeira vez da *Noite dos Museus*, evento cultural onde museus públicos e privados abrem à noite (das 19 às 24 horas) com apresentações musicais gratuitas. Em 20 de maio de 2017 foi realizada a segunda edição do *Noite dos Museus* em Porto Alegre. Atualmente (janeiro de 2018) o MJC está aberto à visitação e, embora nem todas as salas possam ser visitadas, por questões estruturais, apresenta no térreo exposição de objetos farroupilhas e da coleção Julio de Castilhos, assim como as esculturas missioneiras. A programação atualizada oferecida pelo MJC pode ser obtida através do blog <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com.br/>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

<sup>589</sup> MJC *apud* SOUZA, 2014, p. 163. Grifo nosso.

relativas ao período republicano ou, especificamente, à “República Velha”, nos períodos em que o MJC manteve esses espaços.

Embora o exercício de apontar as salas das exposições de longa duração no MJC possa ser cansativo e tenha extrapolado o recorte temporal estipulado para esta tese, ele nos é válido no sentido de demonstrar que algumas temáticas destacadas em 1925 estiveram presentes ao longo da trajetória da instituição, antes e depois de sua configuração definitiva como um museu de história. Logicamente, como podemos perceber nas descrições apresentadas, novos elementos foram incorporados (a temática da escravidão, por exemplo), alguns foram eliminados e/ou transformados (como a divisão em Colônia, Império e República) e outros permanecem até os dias atuais, como a Sala Farroupilha (com interrupções) e a Sala Julio de Castilhos (sem interrupções).

Assim, podemos considerar que os anos da gestão de Maya foram de definição da história que seria representada nas décadas imediatamente posteriores. Período em que não somente o espaço físico foi sendo transformado para corresponder às exigências da instalação e funcionamento da instituição delineada no plano de remodelação, mas também em que seu acervo foi sendo constituído, especialmente o histórico. Foi, portanto, um período em que o MJC, embora fechado ao público, não esteve paralisado em suas atividades<sup>590</sup>, ao contrário, manteve-se buscando e organizando documentos escritos, bem como recolhendo/selecionando acervo tridimensional e produzindo acervo iconográfico. As salas históricas determinadas para comporem o MJC indicam os acontecimentos, as datas e os nomes em torno dos quais deveriam ser agrupados objetos e imagens. Por isso, mesmo que as exposições não tenham se concretizado no período analisado, o seu planejamento indica uma intenção de narrativa histórica que acabou por orientar a formação do acervo, ou seja, os objetos não entrariam de forma aleatória no Museu, apenas por serem antigos, mas sim por estarem relacionados a acontecimentos e personagens específicos selecionados para representarem o nosso passado regional. Tais acontecimentos eram os descritos nos documentos textuais elegidos e recolhidos ao Arquivo Histórico, descritos no capítulo anterior.

---

<sup>590</sup> Emílio Kemp, ao apresentar o projeto de orçamento do MJC para o ano de 1941 ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, dizia que a importância apresentada era “bastante inferior aos orçamentos de exercícios anteriores, quando o Museu se encontrara fechado e **sem nenhuma atividade proveitosa**”. Ofício nº 160 emitido em 15 de agosto de 1940. Correspondências expedidas 1940. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.015. Grifos nossos.

Conforme aponta Manuel Luiz Guimarães (2007), o recurso visual na representação do passado foi bastante utilizado na constituição de uma narrativa histórica nacional no Oitocentos. Segundo o autor, na produção da “biografia” das jovens nações, os arquivos foram os locais prioritários de pesquisa histórica, pois ali estariam guardados os documentos escritos e oficiais que contariam a história nacional. Porém, se os procedimentos historiográficos privilegiavam o documento escrito, os Museus Nacionais - como apontamos no capítulo 2 - surgidos na Europa no século XVIII e durante o século XIX -, cumpriram o papel pedagógico de reafirmar a identidade nacional através da exposição de imagens e objetos que “comprovariam” o passado descrito nos documentos dos arquivos. O autor, ao abordar os vínculos entre museus de História e as formas de visualização do passado, demonstra que os primeiros, aliados ao conhecimento “livresco” e aos arquivos, constituíram-se como locais de *visibilidade do invisível*. Para demonstrar essa articulação entre imagem e escrita no projeto estatal oitocentista de criação de uma identidade nacional, Guimarães utiliza o exemplo da França pós-revolucionária:

Nessas instituições – que são criadas como parte de uma política do Estado voltada para a administração do passado francês -, o visitante, informado por um conhecimento livresco, adquirido pela leitura dos textos sobre o passado, deveria encontrar conforto para seu conhecimento, uma vez que tais espaços seriam capazes de produzir para o visitante um efeito do real. Os objetos, dispostos segundo um princípio historicista, assegurariam ao visitante a certeza do passado, possibilitando assim uma visibilidade do invisível e, sobretudo, a certeza de sua realidade passada. [...]. Assim escrita e imagem articulam-se de forma peculiar na cultura histórica oitocentista, para conferir um novo sentido ao passado, agora pensado segundo as demandas de uma produção identitária específica ao século XIX.<sup>591</sup>

Entendemos que tal articulação apontada por Guimarães entre escrita e imagem pode ser também verificada no Museu Julio de Castilhos a partir de 1925, quando a instituição passou a investir na busca e organização de documentação escrita referente ao passado sul-rio-grandense. Assim, os fatos narrados nos documentos escritos seriam vislumbrados nos objetos e imagens que o Museu também buscava para a formação de seu acervo. Ou seja, os objetos e imagens dariam visibilidade ao passado regional, com destaque ao decênio farroupilha, descrito nos documentos recolhidos junto ao Arquivo Histórico. A relação estabelecida entre a historiografia e a escolha dos objetos que ilustrariam o passado no MJC nesse momento é indicada por Nedel:

---

<sup>591</sup> GUIMARÃES, 2007, p. 26.

Nesse contexto, os parâmetros de leitura do passado impressos na historiografia orientavam a escolha cuidadosa dos acontecimentos e vultos a representar pelas coleções históricas. Veículos da pedagogia cívica, as exposições deveriam oferecer a ilustração sensorial do passado “desvendado” pela erudição documentária. A aura emanada da ubiquidade presente e passada dos objetos conectava-se aos eventos e valores representativos da identidade que se desejava fundar. Instituição comprometida com a perpetuação dos valores republicanos, o museu trata então de adquirir um conjunto de “peças farroupilhas” que junto com o espólio de Julio de Castilhos, formarão o núcleo principal das exposições de longa duração.<sup>592</sup>

Assim, nesta integração entre produção historiográfica e constituição das coleções museológicas que dariam visibilidade aos eventos do passado, é possível perceber os critérios de definição de um objeto como histórico que acabaram por determinar sua incorporação ao acervo do MJC. Nesse sentido, a exemplo do que fizemos em relação ao Arquivo Histórico, passaremos a tratar da formação do acervo do MJC, descrevendo primeiramente a seleção e aquisição dos objetos tridimensionais e, mais adiante, a formação da coleção iconográfica constituinte da Pinacoteca do Museu, buscando identificar a noção de objeto histórico, bem como a de história engendrada nesse processo.

#### **4.2 O acervo tridimensional do MJC: a história em objetos (1925-1939)**

Os registros no atual sistema de documentação do MJC relativos ao período de 1925 a 1939 apontam um total de 179 peças, divididas em 21 coleções<sup>593</sup>, nas proporções apresentadas na tabela 1.

---

<sup>592</sup> NEDEL, 2011, p. 67-68.

<sup>593</sup> Ver listagem dos objetos no Apêndice B.



Tabela 1 – Coleções do acervo do MJC (1925-1939)

<b>Coleção</b>	<b>Número de Peças</b>	<b>Percentual</b>
<b>Iconografia</b>	37	20,67%
<b>Indumentária</b>	36	20,11%
<b>Arquitetura</b>	23	12,85%
<b>Utensílios Domésticos</b>	17	9,50%
<b>Armaria</b>	16	8,94%
<b>Mobiliário</b>	10	5,59%
<b>Numismática</b>	6	3,35%
<b>Vários</b>	6	3,35%
<b>Bandeiras</b>	4	2,23%
<b>Escravatura</b>	4	2,23%
<b>Arreamento</b>	3	1,68%
<b>Bibliografia</b>	3	1,68%
<b>Condecorações</b>	2	1,12%
<b>Documentos</b>	2	1,12%
<b>Etnologia</b>	2	1,12%
<b>Máquinas</b>	2	1,12%
<b>Missões</b>	2	1,12%
<b>Arte Náutica</b>	1	0,56%
<b>Instrumentos Musicais</b>	1	0,56%
<b>Regionalismo</b>	1	0,56%
<b>Tesserologia</b>	1	0,56%
<b>Total de Coleções: 21</b>	Total de Peças: 179	100%

Fonte: Elaborada a partir do Sistema de Documentação Museológica Donato 3.0, do Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

Observa-se que o número de coleções classificadas atualmente no MJC é bem superior ao indicado na reformulação dessa instituição em 1925, quando, como já mencionamos, além do Arquivo e da Biblioteca, o Departamento de História seria formado por 7 coleções: Cartografia; Pinacoteca; Panoplia (armas); Numismática; Filatelia; Indumentária e Estatuária. Na atual coleção Iconografia, inserem-se as antigas Pinacoteca e Estatuária. A Panoplia hoje é denominada Armaria, mantendo-se a de Indumentária e a de Numismática, desaparecendo a de Cartografia e a de Filatelia.

Outra consideração é quanto à quantidade dos objetos registrados. Atualmente essa é bastante inferior ao número de objetos indicados naquela época, conforme dados já apresentados no capítulo segundo, mas que repetimos aqui para efeito de comparação:

Tabela 2 - Coleções do Departamento de História Nacional do MJC – 1939

<b>SEÇÃO</b>	<b>COLEÇÃO</b>	<b>Nº de PEÇAS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
<b>NUMISMÁTICA</b>	Moedas	1000	41,89%
<b>FILATELIA</b>	Selos	981	41,10%
<b>ETNOGRAFIA</b>	Artefatos Indígenas	300	12,57
<b>PINACOTECA HISTÓRICA</b>	Quadros	90	3,77%
<b>INDUMENTÁRIA</b>	Fardamentos	16	0,67%
<b>Total de Peças do Departamento</b>		<b>2.387</b>	<b>100%</b>

FONTE: Elaborada a partir do Ofício nº 68 de 04 de abril de 1939. CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS 1939, fl. 329. Arquivo Permanente do MJC - AP 1.014.

Chama a atenção que a maior coleção em 1939, a de Numismática, hoje apresente registro muito pequeno de peças relativas ao período 1925-1939. Também o número de quadros (Iconografia) atualmente registrado é menor do que o divulgado em 1939. Embora não tenha sido indicada na Tabela 2, a coleção de armas (Panoplia) já existia, sendo formada por canhões, espadas e pistolas. Também se verifica que a Etnografia foi listada dentro do Departamento de História Nacional e não no de História Natural, e atualmente englobaria as coleções Etnologia e Missões.

As diferenças entre as quantidades das peças registradas atualmente e os apontamentos realizados em 1939 podem ser explicadas, em parte, levando em conta que os registros no sistema Donato foram realizados após o desmembramento do acervo do MJC. Assim, por exemplo, podemos considerar que muitos objetos iconográficos identificados como obras de arte tenham sido transferidos ao MARGS e, por isso, não constem nos registros atuais. Também é indicado na documentação do MJC que algumas peças da coleção de Etnografia foram transferidas ao Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, localizado na cidade de Taquara, bem como algumas armas foram encaminhadas ao Parque Histórico Marechal Osório, na cidade de Osório. Devemos, além disso, levar em conta que processos de degradação podem ter ocorrido ao longo do tempo, gerando descartes de peças sem a devida preservação de suas fichas, não possibilitando o registro posterior no sistema Donato. Também é preciso registrar que a busca no sistema Donato foi feita a partir da indicação do período 1925-1939, onde peças desse período cadastradas no sistema, mas sem informar a data de ingresso ou

aquisição, não aparecem nessa listagem, exigindo realizar a busca por coleções, sem intervalo de tempo. Isso demandaria muito tempo, pois o MJC possui 29 coleções abrigando em torno de 11 mil peças e somente no momento da análise dos dados que nos apercebemos dessa possibilidade dos registros sem informação de data, que não é incomum de acontecer. Assim, levando em conta as lacunas na documentação e as possíveis falhas nos registros, nas fichas dos objetos e no livro tomo, trabalhamos com os dados que nos são disponíveis, os quais são aqueles constantes no sistema Donato e na correspondência oficial do MJC do período.

Considerando que a coleção Iconografia, com atual registro de 37 peças, será analisada separadamente, apresentamos a tabela 3, sem essa coleção, para visualizarmos o percentual de distribuição dos objetos tridimensionais entre os anos 1925-1939:

Tabela 3 – Coleções do acervo do MJC - excetuando a coleção Iconográfica (1925-1939)

<b>Coleção</b>	<b>Número de Peças</b>	<b>Percentual</b>
<b>Indumentária</b>	36	25,35%
<b>Arquitetura</b>	23	16,20%
<b>Utensílios Domésticos</b>	17	11,97%
<b>Armaria</b>	16	11,27%
<b>Mobiliário</b>	10	7,04%
<b>Numismática</b>	6	4,23%
<b>Vários</b>	6	4,23%
<b>Bandeiras</b>	4	2,82%
<b>Escravatura</b>	4	2,82%
<b>Arreamento</b>	3	2,11%
<b>Bibliografia</b>	3	2,11%
<b>Condecorações</b>	2	1,41%
<b>Documentos</b>	2	1,41%
<b>Etnologia</b>	2	1,41%
<b>Máquinas</b>	2	1,41%
<b>Missões</b>	2	1,41%
<b>Arte Náutica</b>	1	0,70%
<b>Instrumentos Musicais</b>	1	0,70%
<b>Regionalismo</b>	1	0,70%
<b>Tesserologia</b>	1	0,70%
<b>Total de Coleções: 20</b>	<b>Total de Peças: 142</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada a partir dos dados do Sistema de documentação museológica Donato 3.0, do Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

Verifica-se que a coleção Arquitetura, com 16,20% do total de 142 peças, é a segunda em quantidade. Entretanto, entre as 23 peças registradas nessa coleção, 19 formam um conjunto de objetos. São 19 pregos registrados como sendo de “casa do período colonial”, todos doados ao MJC em 1928 por Olegario Mariano, registrados sob os números 3728 a 3746. Assim, considerando o conjunto de pregos de uma mesma casa colonial, e não cada peça unitariamente, essa coleção teria menor representatividade do que apresenta, pois seria formada por apenas 5 itens: 2 chaves, 2 sinos e 1 conjunto de 19 pregos, e a distribuição percentual seria igualmente modificada, conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Coleções do acervo do MJC - excetuando a coleção Iconográfica (1925-1939)

<b>Coleção</b>	<b>Número de Peças</b>	<b>Percentual</b>
<b>Indumentária</b>	36	29,03%
<b>Utensílios Domésticos</b>	17	13,71%
<b>Armaria</b>	16	12,90%
<b>Mobiliário</b>	10	8,07%
<b>Numismática</b>	6	4,84%
<b>Vários</b>	6	4,84%
<b>Arquitetura</b>	5	4,03%
<b>Bandeiras</b>	4	3,23%
<b>Escravatura</b>	4	3,23%
<b>Arreamento</b>	3	2,42%
<b>Bibliografia</b>	3	2,42%
<b>Condecorações</b>	2	1,61%
<b>Documentos</b>	2	1,61%
<b>Etnologia</b>	2	1,61%
<b>Máquinas</b>	2	1,61%
<b>Missões</b>	2	1,61%
<b>Arte Náutica</b>	1	0,81%
<b>Instrumentos Musicais</b>	1	0,81%
<b>Regionalismo</b>	1	0,81%
<b>Tesserologia</b>	1	0,81%
<b>Total de Coleções: 20</b>	<b>Total de Peças: 124</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada a partir do Sistema de documentação museológica Donato 3.0, do Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

A forma preponderante de aquisição do acervo foi a doação, sendo que, do total de 124 peças, apenas uma foi comprada: o piano do “Parthenon Literário”, registrado sob número 327 na coleção de Instrumentos Musicais. Os processos de compra são identificados em maior quantidade em relação às pinturas para compor a Pinacoteca Histórica do MJC, como veremos posteriormente.

A doação das peças que formam as coleções mais numerosas – Indumentária, Utensílios Domésticos, Armaria e Mobiliário - listadas na Tabela 4, em grande parte, foi feita por familiares descendentes de personagens consagrados por sua atuação política e/ou militar em episódios do nosso passado. Além dessas doações particulares, o MJC, a exemplo do procedimento utilizado na constituição do acervo documental do Arquivo Histórico, também realizou solicitações às intendenções municipais de transferência de peças à instituição. A incidência de registros na documentação administrativa desse tipo de solicitação às municipalidades é bem menor quando comparada à formação do acervo do Arquivo Histórico, mas não deixa de existir. Nesse sentido, o MJC, ao tomar conhecimento da existência de algum objeto considerado importante por estar relacionado a eventos do nosso passado, solicitava providências aos intendentess municipais e também ao Secretário de Estado para que fosse efetuada a sua transferência ao MJC, como podemos verificar, por exemplo, na correspondência de Eduardo Duarte ao Secretário de Estado do Interior e Exterior a respeito de um canhão farroupilha localizado na cidade de Rio Grande:

Tendo chegado ao conhecimento desta diretoria que na cidade de Rio Grande, à Praça Tamandaré, existe um velho canhão que serviu às forças de Bento Gonçalves, na Campanha Farroupilha, solicito a vossencia se digne officiar ao intendente daquela localidade no sentido de ser essa peça histórica recolhida a este Museu.<sup>594</sup>

Solicitação semelhante foi feita em relação à transferência de objetos de artilharia localizados na cidade de Caçapava:

Tendo chegado ao conhecimento desta Diretoria a existência na cidade de Caçapava de algumas peças de artilharia antiga (época de Rafael Pinto Bandeira), venho respeitosamente lembrar a Vossencia a conveniência de serem elas transportadas para o Museu, onde serão recolhidas à seção de artefatos militares, ao lado dos canhões já existentes no Instituto e aos de

---

<sup>594</sup> Ofício nº 116 emitido pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, ao Secretario do Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 28 de junho de 1926. Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 128. Arquivo Permanente do MJC- AP. 1.004.

Garibaldi que Vossencia determinou viessem de Camaquã, recolhidos ao patrimônio cívico do Estado.<sup>595</sup>

Os canhões de Garibaldi acima mencionados foram encontrados no fundo do Arroio Santa Izabel, na cidade de Camaquã, e trazidos ao MJC em 1926 através da interferência do governo do estado junto ao intendente municipal, como solicitado pela direção do MJC:

No município de Camaquã, a casas de particulares foram recolhidos, do lugar onde estavam soterrados, três canhões pertencentes à esquadrilha do celebre guerrilheiro farrapo José Garibaldi, dos quais já possuímos uma fotografia. Solicito, pois, a V. Exa. as necessárias providências a fim de que as autoridades daquele município sejam autorizadas a requisitar tais valiosas relíquias, remetendo-as, imediatamente, a este Museu.<sup>596</sup>

A descoberta de peças que despertavam o interesse do MJC era feita através de viagens de prospecção de acervo realizadas pelos funcionários da instituição, conforme já mencionamos no capítulo anterior<sup>597</sup>, mas também através de colaboradores, denominados de “legionários” por Eduardo Duarte, que “garimpavam” peças históricas a serem enviadas dos municípios ao Museu, como é manifestado em correspondência a Edgar Fontoura, morador da cidade de Rio Grande:

À vossa paciente pesquisa e decidido interesse pelas coisas do velho Rio Grande, ficará este Museu a dever a aquisição que, para o enriquecimento de suas coleções de caráter histórico, fará de mais um objeto de remarcado valor. O pouso-papeis de que se serviu Solano Lopes é uma peça preciosa e, como tal, terá na casa o merecido lugar.

Desejo, igualmente, recomendar-vos, com vivo interesse, tudo que se relaciona com o ciclo farroupilha. Há, pelo interior do nosso Estado, muita coisa que se relaciona com o memorável decênio. Reunir na exposição de objetos históricos projetada para 1935, tudo que lembra a grande epopeia, é uma preocupação constante da direção do Museu Julio de Castilhos.

<sup>595</sup> Ofício nº 80 expedido pelo diretor do MJC ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 21 de abril de 1926. Correspondências expedidas, 1925-1926, fl. 79. Arquivo Permanente do MJC – Ap. 1.004.

<sup>596</sup> Ofício nº 36 emitido em 16 de dezembro de 1925 pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1923-1926, fl. 27. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004.

<sup>597</sup> Este procedimento, pelo que indica a correspondência de Emilio Kem, era ainda considerado como uma forma de coleta de acervo, conforme podemos inferir a partir do lamento do diretor ao Secretário de Estado em relação à falta de verbas para a realização dessas viagens, o que fazia com objetos históricos continuassem nas mãos de particulares, como a chave da cidade de Porto Alegre que reclamava no momento: “A chave da cidade de Porto Alegre antiga foi ter às mãos de particulares como muitos objetos históricos por falta de atividade deste Museu no sentido de recolher os mesmos às suas coleções, visto não existir verba para **viagens de funcionários que, percorrendo o Estado, colem o que pode e deve pertencer ao Museu**” (Ofício nº223 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário da Educação do Estado em 11 de novembro de 1940. Correspondências expedidas 1940, fl. 298. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.015. Grifo nosso).

Solicito-vos, portanto, o máximo empenho, nesse sentido para o que será de alta eficácia a divulgação pela imprensa. Continuai na nobre missão de legionário do Museu do Estado, a casa do velho Rio Grande.<sup>598</sup>

O ofício transcrito, além de nos informar a respeito de um dos procedimentos de formação do acervo, também indica algo presente em outras correspondências do período<sup>599</sup>, que é a relevância da temática farroupilha. Assim, armas, peças de indumentária e objetos de uso pessoal dos líderes que participaram do conflito de 1835 não são os únicos materiais existentes, mas são os que ganharam destaque na constituição do acervo tridimensional, sendo recebidos como “reliquias históricas” que deveriam figurar no projetado “Salão 35”.

Apresentamos abaixo a tabela 5 com os nomes dos personagens e a quantidade de peças a eles relacionados, elaborada a partir dos registros no sistema Donato no MJC entre 1925-1939:<sup>600</sup>

Tabela 5 - Personagens registrados no Sistema Donato/MJC - Excetuando a coleção Iconográfica – (1925-1939)

<b>Nome do Personagem</b>	<b>Nº de Peças</b>	<b>Percentual</b>	<b>Observação</b>
<b>Bento Gonçalves da Silva</b>	10	14,29%	Líder farroupilha. Presidente da República Rio-Grandense.
<b>Julio de Castilhos</b>	10	14,29%	Líder republicano
<b>David Canabarro</b> <sup>601</sup>	6	8,57%	Líder farroupilha. General da

<sup>598</sup> Correspondência emitida por Eduardo Duarte a Edgar Fontoura em 24 de julho de 1933. Correspondências expedidas, 1933-1936, fl. 89. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>599</sup> Cabe registrar que, embora a busca do acervo tridimensional tenha sido concomitante à dos documentos textuais, a documentação administrativa registra em maior quantidade os relatos a respeito desses últimos. Mesmo assim, é possível, principalmente através dos agradecimentos feitos por Eduardo Duarte aos doadores, bem como dos pedidos de avaliação de objetos oferecidos à venda ao MJC, identificar os critérios que embasaram tal processo.

<sup>600</sup> O sistema Donato, muitas vezes, não apresenta os dados completos, sendo necessário buscar na correspondência administrativa do MJC a complementação das informações, como ano da doação, nome do doador e, mesmo, nome do antigo dono da peça a quem o objeto se refere. Ressaltamos também que todos os agrupamentos que as tabelas e quadros desse trabalho apresentam foram por nós organizados sendo que a listagem que obtivemos do Sistema Donato organiza os objetos entre 1925-1939 por coleções, conforme listado no Apêndice B. Ver listagem dos personagens históricos com denominação das peças e respectivas coleções no Apêndice C.

<sup>601</sup> Além das 6 peças registradas no sistema Donato relativas ao general David Canabarro (nºs de registros 842, 74, 5834, 5835, 5836 e 5837), correspondência enviada ao MJC em 08 de novembro de 1935 por João Jacinto Costa, bisneto de David Canabarro, indica a doação feita pela neta do General, Deolinda Fernandes Saldanha, de um sabre de cavalaria, fragmentos de suas dragonas e “parte de um documento com sua assinatura autêntica”. Correspondências Recebidas 1933-1935, fl. s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009. O ofício recebido pelo MJC em 08 de março de 1936 registra a doação de mais dois objetos, realizada por sua bisneta, Conceição Machado Cademartori: “a cuia de chimarrão, de uso do general David” e “uma fita, com os nomes ‘Conde de Caxias’, ‘David Canabarro’ e ‘F.V. de Mello’ cuja origem não conheço, mas conservada há muitos anos pela minha família”. Esse mesmo ofício indica a

República Rio-Grandense			
<b>Hipólito Pinto Ribeiro</b>	4	5,71%	Lutou na Guerra dos Farrapos ao lado dos revolucionários. Também participou como soldado na Guerra do Paraguai. Lutou na Revolução de 1893 ao lado dos republicanos.
<b>João Canabarro</b>	4	5,71%	João Vieira da Silva Canabarro, indicado no ofício de doação dos objetos ao MJC como colateral de David Canabarro <sup>602</sup> .
<b>José Garibaldi</b>	4	5,710%	Comandante da esquadilha rio-grandense na Guerra Farroupilha.
<b>Antônio Eleuthério de Camargo</b> <sup>603</sup>	3	4,29%	Conselheiro do Império e Ministro da Guerra em 1884. Deputado provincial no Rio Grande do Sul em várias legislaturas pelo Partido Liberal.
<b>Brigadeiro Casemiro José da Câmara e Sá</b>	3	4,29%	Militar, atuou na Guerra dos Farrapos ao lado do Império.
<b>José Marcelino de Figueiredo</b>	3	4,29%	Governador da Província do Rio Grande de São Pedro de 1769 a 1771 e de 1773 a 1780.
<b>Antônio Augusto Borges de Medeiros</b>	2	2,86%	Governador do RGS, líder republicano.
<b>Francisco Ângelo Guerreiro</b>	2	2,86%	“Gigante” que tem até hoje suas botas expostas no MJC
<b>Marechal Isidoro Fernandes de Oliveira</b> <sup>604</sup>	2	2,86%	Militar, atuou na Guerra do Paraguai.

doação da condecoração da ordem da Rosa, registrada no Donato sob nº 842, e também aponta um bilhete de David Canabarro a João Moreira Paz datado de 1863; dois bilhetes de Canabarro a seu irmão João Martins, de 12/12/1863 e 09/11/1864; uma declaração de dívida de Canabarro a Miguel Irigoraí de 15/04/1865 e três requisições “para fornecimento de força militar, assinados pelo capitão Manoel Canabarro, filho de David, e morto na passagem do Passo da Pátria na Guerra do Paraguai”. Talvez esses documentos tenham sido encaminhados ao Arquivo Histórico (Correspondências recebidas 1933-1936, folha s/ numeração. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009).

<sup>602</sup> Ofício s/nº enviado da cidade do Rio de Janeiro ao MJC por Edmundo Canabarro de Carvalho em 09 de setembro de 1935 comunicando a doação das peças de porcelana inglesa vindas em 1860 para o casamento de seus avós maternos, João Vieira da Silva Canabarro e Justina Maria da Silva, indicando que João Canabarro era “colateral de David Canabarro” (Correspondências recebidas 1933-1936, fl. 254. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009).

<sup>603</sup> O mesmo ofício (nº 37) enviado pelo diretor do MJC em 23 de agosto de 1935 à Helena de Camargo Almeida, no Rio de Janeiro, agradecendo a “valiosíssima doação das relíquias” pertencentes ao Conselheiro Eleuthério de Camargo, além da indumentária registrada no sistema Donato (65; 66 e 284), também indica que a instituição recebeu um espadim de corte, que não apresenta registro atualmente. (Correspondências expedidas 1935, fl. 242. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012).

<sup>604</sup> O sistema Donato no intervalo 1925-1939 registra duas peças relativas ao Marechal Isidoro Fernandes de Oliveira: dois bonés (nºs de registros 341 e 342). Entretanto, a documentação administrativa aponta a doação de 22 peças referentes ao personagem, realizada no ano de 1929. O Ofício nº 110 emitido por Eduardo Duarte em 22 de julho de 1929 acusou o recebimento e agradece à Valentina Fernandes da Cunha, filha do Mal. Isidoro, a doação de 5 medalhas militares (em caixa); 1 par de dragonas, 1 banda de seda; 1 bandana; 1 chapéu bicorne e 3 medalhas pequenas condecorativas. No documento, Duarte aproveitou para solicitar outras peças no objetivo de compor o uniforme do marechal para exposição e



<b>Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama</b>	2	2,86%	Militar, liderou a Segunda Revolta da Armada em 1893. Atuou na Guerra do Paraguai.
<b>Afonso Alves</b>	1	1,43%	Joaquim José Afonso Alves foi deputado provincial no Rio Grande do Sul entre 1848-63.
<b>General Antônio de Souza Netto<sup>605</sup></b>	1	1,43%	Líder Farroupilha. Proclamou a República Rio-Grandense.
<b>Major Antônio José Pereira Junior</b>	1	1,43%	Militar. Lutou na Guerra do Paraguai
<b>Domingos José de Almeida</b>	1	1,43%	Ministro da República Rio-Grandense (Farroupilha)
<b>Gal Duque de Caxias e Marechal Luiz Manuel de Lima e Silva<sup>606</sup></b>	1	1,43%	Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), militar do exército brasileiro. Comandante das forças legalistas de 1839 a 1845 na supressão da Rev. Farroupilha <sup>607</sup> . Liderou, como marechal, as forças brasileiras na Guerra do Paraguai.  Manuel Luiz de Lima e Silva (tenente-coronel) militar. Lutou na Rev. Farroupilha pelo Império.
<b>D. Feliciano</b>	1	1,43%	Dom Feliciano José Rodrigues de Araújo Prates foi capelão militar e 1º bispo católico do Rio Grande do Sul.
<b>General João Antônio da Silveira<sup>608</sup></b>	1	1,43%	General da República Rio-Grandense. Lutou na Guerra do

homenagem no MJC: “Agradecendo-lhe essa valiosa doação cumpre-me científicá-la de que este Museu prestaria justa homenagem ao ínclito Marechal Isidoro, seu ilustre genitor, dedicando-lhe um dos seus mostradores para a montagem do seu uniforme militar, como tem feito com outros generais brasileiros. Solicito-lhes, para isso, as respectivas peças, se existirem em poder da família” (Correspondências expedidas 1929, fl. 162-3. Arquivo Permanente do MJC- AP. 1.007). A filha do Marechal atendeu ao pedido e enviou em doação 10 peças que compunham o uniforme militar de seu pai, dessas, apenas dois bonés estão registrados no Donato, como já apontamos. As peças doadas foram: 4 dolmãs; 1 calça; 1 colete; 3 bonés e 1 capuz. Ver Ofício nº 189 de 23 de agosto de 1929) (Correspondências expedidas 1929, fl. 185. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007).

<sup>605</sup> O sistema Donato no intervalo 1925-1939 registra apenas um objeto relativo a Antônio de Souza Netto: um álbum de fotografias (nº registro 469). Porém, o Ofício nº 53, expedido pelo diretor do MJC em 30 de março de 1932, acusa o recebimento e agradece a doação que Alziro Marino fez de uma faixa utilizada pelo general Netto. Correspondências Expedidas 1932, fl. 76 (Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.008).

<sup>606</sup> Conforme Ofício nº 110 expedido pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, ao Secretário de Estado de Educação e Saúde Pública, em 31 de maio de 1939, a bússola doada por Lídia Augusta de Lima e Silva fazia referência aos dois personagens, afirmando que o objeto havia pertencido “ao general Duque de Caxias e ao Marechal de campo Luiz Manuel de Lima e Silva. Essa ofertante é neta do marechal de campo Luiz Manoel e sobrinha neta de Duque de Caxias”. Correspondências Expedidas, 1939, fl. 267. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

<sup>607</sup> A legenda do álbum *Arquivo Público – 2ª Seção - Fotografias de Figuras Históricas - Campanha Farroupilha*, mencionado no capítulo anterior, apresenta-o como “O Pacificador da Província”.

<sup>608</sup> Além da peça registrada no sistema Donato (uma faixa, nº de registro 18), o Relatório do MJC referente ao ano de 1928 aponta a doação de uma pistola antiga, usada por João Antônio da Silveira na

			Paraguai.
<b>Barão de Ibicuyh</b>	1	1,43%	Francisco de Paula e Silva. Político e militar. Atuou na Guerra do Paraguai.
<b>João Francisco Vieira Braga (Conde de Piratini)</b>	1	1,43%	Estancieiro sul-rio-grandense. Colaborou financeiramente com as tropas imperiais na Guerra Farroupilha. Foi eleito para a 1ª e 2ª legislaturas da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul.
<b>José Gomes Portinho (Barão de Cruz Alta)</b>	1	1,43%	Militar. Lutou ao lado dos farroupilhas, como tenente-coronel da República Rio-Grandense. Também participou da Guerra contra Rosas e da Guerra do Paraguai.
<b>Maurício José da Silva</b>	1	1,43%	Alferes que pertenceu ao corpo de lanceiros comandado pelo chefe republicano Coronel Jacintho Guedes da Luz na Guerra Farroupilha.
<b>Manoel Marques de Souza (Conde de Porto Alegre)</b>	1	1,43%	Coronel legalista na Rev. Farroupilha
<b>Manuel Luiz Osório (Marquês do Herval)<sup>609</sup></b>	1	1,43%	Militar do Exército brasileiro. Participou das Guerras da Cisplatina, Farroupilha, do Prata e do Paraguai. Na Farroupilha lutou ao lado dos legalistas como Major do Exército Imperial.
<b>D. Pedro II</b>	1	1,43%	Imperador do Brasil
<b>Rafael Pinto Bandeira</b>	1	1,43%	Militar. Liderou batalhas na defesa e conquista do território português durante o século XVIII à época da Capitania do Rio Grande de São Pedro.

Guerra do Paraguai, doada pelo Major Manoel Ribeiro Pontes Filho. Relatório 1928, p. 903 – AHRGS, SIE 3045.

<sup>609</sup> O sistema Donato registra apenas um objeto relativo ao General Osório, a pá utilizada no lançamento da pedra fundamental do monumento em sua homenagem (nº de registro 23), porém o Ofício nº 201, de 28 de julho de 1927, menciona o recebimento e agradece a Fernando Luiz Osório a doação de um impresso (convite) em homenagem ao General Osório e “de um fascículo ‘Osório’”. Correspondências Expedidas 1927, fl. 195. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.005. Cabe considerarmos que esse material, por seu suporte textual, pode ter ido para o Arquivo. A documentação também menciona que foi oferecida ao MJC a venda de uma charuteira e de uma cigarreira que pertenceram ao General Osório, sendo julgada por Eduardo Duarte “conveniente a sua aquisição, pelo seu valor histórico, evocativo de uma das grandes figuras do cenário político-social rio-grandense”. Eduardo Duarte formou então uma comissão para avaliar o valor dos objetos, integrada por Florêncio de Abreu e Cel. Maia, respectivamente presidente e vice-presidente do IHGRGS, e também por Érico Ribeiro da Luz, diretor do Arquivo Público. A comissão concordou e recomendou a compra dos objetos no valor de um conto de réis, mas não encontramos documento da entrada desses objetos no Museu. O governo pode não ter adquirido tais materiais apesar do parecer favorável, ou a documentação pode ter sido extraviada. Cf. Ofício nº 109 emitido em 05 de junho de 1928 e Ofício s/nº de 25 de julho de 1928. Correspondências expedidas 1928, fls. 154 e 155. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.006.

<b>Total de nomes: 29</b>	Peças: 70	100%
---------------------------	-----------	------

Fonte: Elaborada a partir do Sistema de documentação museológica Donato 3.0, do Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

Num total de 124 peças registradas no sistema Donato, relativas às coleções de objetos tridimensionais incorporadas ao MJC entre 1925 e 1939, mais da metade, 70 peças (56,45%), são relacionadas a 29 personalidades<sup>610</sup>.

Além destes 29 nomes apresentados, identificamos, através das correspondências do período, a doação de objetos – não registrados no sistema Donato - que pertenceram aos 9 personagens listados no quadro abaixo.

Quadro 3 – Nomes de pessoas que tiveram objetos doados ao MJC e não registrados no sistema Donato (1925-1939).

<b>Nome do Personagem</b>	<b>Objeto doado</b>	<b>Nome do doador</b>	<b>Referência da doação</b>
<b>Cel. Apparício Mariense da Silva</b> (político republicano, deputado estadual em 1891-1895 e intendente de São Borja 1900 e 1905)	Espada	Major Pinto Soares	Correspondências Expedidas 1930, fl. 72. MJC - Ap. 1.008.
<b>Bento Manoel Ribeiro</b> (participou da Guerra Farroupilha alternando sua posição entre legalista e farroupilha)	Móvel antigo	Família Dirceu Ribeiro Moreira	Correspondências Expedidas 1935, fl. 238. MJC – AP. 1.012.
<b>Jerônimo José Coelho</b> (político e militar. No período da Guerra Farroupilha, era Ministro da Guerra do Brasil e lutou contra os revoltosos)	Lança	Carmen D'Elia Lopes Santos	Correspondências Expedidas 1933-36, fl. 324. MJC - AP. 1.012.
<b>João da Silva Tavares</b> (Visconde de Cerro Alegre. Militar que lutou ao lado dos imperiais na Guerra Farroupilha)	Revólver usado na Guerra Farroupilha	Joaquim Alfredo da Silva Tavares (bisneto do Visconde)	Correspondências Recebidas, 1933-1936, fl. 260. MJC – AP 2.009.
<b>José Pinheiro de Ulhôa Cintra</b> (lutou ao lado dos farroupilhas, foi nomeado	Chapéu	Netos	Correspondências Expedidas, 1930, fl. 7. MJC – AP. 1.008.

<sup>610</sup> Dentre os 29 nomes indicados através dos objetos registrados no sistema Donato, 11 são legendados no álbum de *Fotografias de Figuras Históricas - Campanha Farroupilha* do Arquivo Histórico (AF 008): Antônio de Souza Netto; Bento Gonçalves; David Canabarro; Domingos José de Almeida; João Antônio da Silveira; José Garibaldi; José Gomes Portinho; Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias); Luiz Manoel de Lima e Silva; Manoel Luiz Osório (Marquês do Herval) e Manoel Marques de Souza (Conde de Porto Alegre). Também constam no álbum os nomes de Bento Manoel Ribeiro e João da Silva Tavares (Visconde de Cerro Alegre), que apresentam indicação de objetos doados ao MJC no período em análise, mas não registrados no Donato.

Ministro da Justiça e Estrangeiros da República Rio-Grandense em 1836)			
<b>Capitão Manoel José da Silveira</b> (militar, serviu no “Estado maior” de Zeca Neto na Rev. de 1893, ao lado dos federalistas)	Banda	Honorina Silveira Pires (filha)	Relatório 1928 MJC – fl. 902 – SIE-3045.
<b>Salvador Pinheiro Machado</b> (político e militar, participou da Revolução Federalista de 1893 ao lado dos republicanos)	Não lista os objetos recebidos pelo MJC. Indica apenas a doação de “valiosos objetos outrora pertencentes ao vosso pai”.	Salvador Pinheiro Machado (filho).	Correspondências Expedidas, 1929, fl. 134. MJC – AP. 1.007.
<b>Francisco Solano Lopes</b> (Presidente do Paraguai e comandante das forças armadas durante a Guerra do Paraguai)	Pousa-papéis	Edgar Fontoura	Correspondências Expedidas 1933-36, fl. 89. MJC – AP. 1-012.
<b>Capitão Tiburcio Domingues de Oliveira Braz</b> (lutou ao lado dos farroupilhas)	Lança usada na Guerra Farroupilha	Serafim de Oliveira Braz (filho de Tiburcio)	Correspondências Expedidas, 1933-35, fl. 264. MJC – AP. 1.012. Correspondências Recebidas 1933-36, Of 73. MJC- AP.2.009.

Fonte: Elaborado a partir das Correspondências Expedidas/ Recebidas e Relatórios do MJC período 1925 – 1939.

Assim, considerando os dados do Quadro 3, temos a indicação total de 38 nomes, sendo que apenas 3 não são identificados como políticos e/ou militares: D. Feliciano, bispo católico; Francisco Ângelo Guerreiro, o “Gigante rio-grandense”<sup>611</sup>, e João Vieira da Silva Canabarro, que teve seus objetos doados ao MJC devido ao seu parentesco com David Canabarro. Todos os outros 35 nomes (92,11%) são relacionados ao exercício da política e/ou à participação em conflitos armados que, na Tabela 5 e no

<sup>611</sup> Francisco Ângelo Guerreiro nasceu no ano de 1892 no vilarejo de Pinhalzinho, à época pertencente ao município gaúcho de Cruz Alta. Morreu em 1925 no Rio de Janeiro, onde trabalhou como atração de circo. O “gigante” era portador de uma síndrome endócrina – a acromegalia – que faz o organismo produzir em excesso o hormônio do crescimento. Ao discutir a questão do par de botas do “gigante” ter se transformado, a partir dos anos 1970, na principal atração do MJC, a ponto da instituição ficar conhecida como “o museu da bota” (2011, p. 69), Nedel destaca que “Fugindo à regra das coleções históricas do MJC, ele [o par de botas] não se tornou item do acervo por ter antes pertencido a algum militar ou político consagrado pela memória histórica de verniz republicano”. Entretanto, ao tratar dos motivos de seu ingresso no MJC, a autora não deixa de apontar a explicação que indica a provável relação do dono das botas com Julio de Castilhos - para quem Francisco Ângelo trabalhou como peão em Cruz Alta, antes de partir para o Rio de Janeiro. Diz Nedel: “Os dois funcionários que entrevistei em 2010 [Luis Armando Capra, diretor do MJC, e Andrea Reis da Silveira, coordenadora técnica do MJC] defendem a tese de que a peça nº 1520 da coleção do MJC ingressou no acervo como parte do espólio de Julio de Castilhos. Nesse caso a ‘aura’ de sua inviolabilidade proviria não da continuidade com a figura mítica do gigante, e sim da associação com a figura histórica do republicano – dono da fazenda onde, segundo os parentes, Francisco trabalhara como peão” (NEDEL, 2011, p. 69-70).

Quadro 3, somam 38 referências, distribuídas da seguinte forma: campanhas de conquista do território no século XVIII (1), Guerra da Cisplatina (1); Guerra do Prata (2); Revolução de 1893 (4); Guerra do Paraguai (10) e Guerra Farroupilha (20).

Observamos que, entre os nomes listados, Bento Gonçalves e Julio de Castilhos são os que apresentam maior quantidade de objetos na constituição do acervo. O primeiro representando a Guerra Farroupilha e o segundo o republicanismo rio-grandense.

O processo de consagração e celebração da memória de Julio de Castilhos como o grande líder republicano, conforme já foi dito, iniciou-se logo após a sua morte, sendo o MJC participante ativo dessa empreitada, constituindo uma sala especial com o seu nome para receber os objetos a ele pertencentes. Relativo a Bento Gonçalves, a documentação o aponta como a figura central da Guerra Farroupilha, o seu grande herói, que nomearia a sala instituída pelo Museu para expor o acervo referente a esse conflito, sendo seus objetos recebidos na condição de preciosas relíquias históricas, conforme declarado em diversas correspondências emitidas pelo MJC, como, por exemplo, a que agradecia a doação de peças feitas em 1928:

O Museu Julio de Castilhos recebeu, com o maior desvanecimento, a **preciosa** oferta que acabais de fazer, por intermédio do Sr. Benjamin Leitão, de vários objetos que pertenceram ao general Bento Gonçalves da Silva, a ínclita **figura central** do glorioso decênio épico da revolução farroupilha. Esse Instituto sente-se, sobretudo, orgulhoso por incorporar às suas galerias estas **reliquias** de alto valor do patrimônio histórico do Rio Grande do Sul e as recolhe com o maior carinho.<sup>612</sup>

Muitas são as manifestações semelhantes da direção do MJC, e não somente aquelas relativas às peças de Bento Gonçalves, embora essas se destaquem na constituição do acervo, em que os objetos são percebidos como relíquias e, portanto, valorizados devido a sua relação com o seu antigo dono.

Passemos, no subitem seguinte, a tratar do entendimento do conceito de objeto histórico pelo MJC no período em análise e sua relação com a noção de relíquia, que

---

<sup>612</sup> Ofício nº 158 emitido em 16 de agosto de 1928 pelo diretor do MJC a Antônio Rodrigues Barbosa em agradecimento a doações. Correspondências expedidas 1928, fl. 212. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.006. Grifos nossos. Exemplo também que indica a importância atribuída a Bento Gonçalves como a figura central da Guerra Farroupilha é o fato da medalha em bronze comemorativa ao centenário do conflito apresentar a efígie do personagem. Essa medalha foi ofertada ao MJC pelo escultor Antonio Caringi, conforme listado no Relatório do MJC referente ao ano de 1935 e primeira metade do ano de 1936 (Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 324. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012).

embasou a formação do acervo tridimensional e sua consequente percepção da função de um museu de história.

#### 4.2.1 MJC: relicário da história

Relíquias são objetos que foram tocados ou usados por pessoas santificadas e, por isso, veneráveis. A adoração às relíquias foi bastante difundida pelo cristianismo no Ocidente, principalmente durante a Idade Média, e está diretamente relacionada ao culto dos santos, conforme explica Silva:

Ao difundir o culto aos santos, o cristianismo levou o culto às relíquias a seu apogeu. Era considerada relíquia qualquer objeto que se pensasse ter tido contato com algum personagem da história sagrada, ou uma parte de seu corpo. A presença do objeto consagrava o lugar, curava doenças, como fosse o próprio santo ali presente. As relíquias eram necessárias também na fundação de um estabelecimento religioso. Ao adentrarem uma igreja não saíam mais, exceto quando eram roubadas ou oferecidas a algum personagem poderoso.<sup>613</sup>

As relíquias foram progressivamente, como indicou Silva, depositadas em templos, para onde acorriam em peregrinação os fiéis em ato de fé, objetivando a veneração dos objetos sagrados<sup>614</sup>. Esses não eram considerados valiosos devido a sua materialidade, pois em sua maior parte eram bastante simples: fragmentos de tecido atribuídos à vestimenta de determinado santo, pedaços de madeira da cruz de Cristo, fios de cabelo ou fragmentos de ossos, ou mesmo órgãos do corpo do santo encapsulados e expostos à visita nas Igrejas. O valor desses restos (*reliquiae*) provinha do contato que tiveram com a pessoa santificada que os possuiu ou simplesmente os tocou em algum momento da vida. Esse também era o sentido atribuído aos objetos recolhidos ao museu, uma prova do que restou de uma pessoa que deixou de existir, o *reliquiae* de alguém desaparecido, mas que era presentificado através de materiais que os pertenceram ou que tiveram contato com seu corpo<sup>615</sup>. Tais objetos, conforme Ulpiano Bezerra de Meneses, são

---

<sup>613</sup> SILVA, 2010, p. 32.

<sup>614</sup> Valduga e Oliveira lembram que ainda hoje o culto às relíquias continua importante, sendo praticado em diversas regiões do mundo: “O culto às relíquias, como fundamento da Cristandade, continua importante até os dias de hoje em inúmeras regiões do planeta. Milhares de peregrinos, por exemplo, visitam o Coração de Roque González, um dos mártires das Missões Jesuíticas assassinado pelos Guaranis durante o processo de cristianização. Seu coração é uma das mais importantes relíquias cristãs da América que circula pela região platina” (VALDUGA; OLIVEIRA, 2012, p. 121).

<sup>615</sup> Um exemplo bastante curioso do entendimento de que as peças que deveriam figurar num museu de história seriam aquelas valorizadas devido ao contato que tiveram com algum personagem considerado

[...] semióforos, expressão rebarbativa forjada por Pomian (1977) para identificar objetos excepcionalmente apropriados e exclusivamente capazes de portar sentido, estabelecendo uma mediação de ordem existencial (e não cognitiva) entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade. Escusado insistir que o conceito de *reliquia* no campo religioso, condiz com os anteriores, ressaltando a necessidade de contiguidade, contacto com um transcendente, para que o objeto prolongue esse transcendente, seja, entre nós, o que dele ficou (*relicta*).<sup>616</sup>

Dessa forma, os objetos incorporados ao acervo do MJC foram valorizados por sua origem num passado belicoso, considerado glorioso, e por sua direta relação com seus antigos possuidores, fazendo, portanto, que fossem comparados às relíquias sagradas. Em tal perspectiva, o museu seria o templo que guardaria, conforme designa Francisco Ramos, “as relíquias de um mundo profano”<sup>617</sup>, para celebração da memória daqueles heróis que os objetos faziam reificar.

A entrada dos objetos no museu, como vimos, ocorria de modo personificado, onde “Não interessa o objeto como artefato cultural, com certas características de estilo, confecção e usos historicamente engendrados. Não é propriamente ‘a coisa’ que entra em pauta, e sim ‘o dono da coisa’”<sup>618</sup> ou o acontecimento em que ela esteve presente. Assim, os móveis do quarto de Julio de Castilhos não ingressaram no MJC por sua antiguidade ou estilo, mas por terem pertencido ao líder político republicano, da mesma forma que os canhões encontrados em Camaquã não foram reivindicados por Eduardo Duarte por representarem uma etapa do desenvolvimento da indústria bélica, mas por terem sido utilizados por Garibaldi na Guerra Farroupilha. Esses são apenas dois exemplos entre tantos que poderíamos apresentar a partir da listagem de “objetos biográficos” adquiridos pelo MJC entre 1925-1939, listados nas tabelas constantes do subitem anterior.

O valor histórico atribuído às peças que pertenceram a algum personagem exemplar ou que fizeram parte de eventos tidos como gloriosos foi apontando por Aloís

---

ilustre é o da blusa da Sebastiana. Sebastiana é descrita como uma “mulata airosa de olhar perfurante, quadris irrequietos e pés de fada”, que foi abraçada por D. Pedro II em sua visita à cidade de Alegrete “por ocasião da guerra com o Paraguai”. Assim, a blusa que ela vestia no momento, “amarfanhada pelos abraços de D. Pedro II”, foi erigida à categoria de “reliquia” pelo simples contato físico com o Imperador e por isso sugerido que Alcides Maya a solicitasse aos parentes da já falecida Sebastiana para ser incorporada ao acervo do MJC. Não há registro de que o Museu tenha feito essa solicitação. A sugestão foi feita por Julio Ruas em ofício sem data ao MJC (Correspondências Recebidas 1937-1938, fl. 77. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.010).

<sup>616</sup> MENESES, 2005, p. 25-26.

<sup>617</sup> RAMOS, 2008, p. 118.

<sup>618</sup> RAMOS, 2008, p. 111. Ramos denomina esses objetos individualizados, valorizados a partir do dono, de biográficos.

Riegl (1984) ao desenvolver a teoria dos valores dos monumentos. O autor, além do valor histórico, também indica o valor artístico e o valor de época. O primeiro estaria atrelado especificamente à questão estética e o segundo destacaria a antiguidade dos artefatos, onde a marca da passagem do tempo se destaca como fator de valorização do objeto, facilmente perceptível ao olhar, diferentemente do valor histórico que requer um conhecimento para sua identificação.

Tratando dos critérios que determinaram a entrada dos objetos no MJC no período em análise, identificamos que o valor histórico foi preponderante na seleção das peças. A antiguidade ou o valor estético dos objetos raramente foram mencionados<sup>619</sup> e, quando o foram, apareceram atrelados ao valor histórico, como na correspondência em que o diretor do MJC mencionava a coleção de armas da instituição:

Como é do conhecimento de Vossencia, este Instituto possui uma preciosa coleção de armas antigas, dos mais variados tipos, entre as quais algumas que, além de sua **antiguidade**, reúnem **valor histórico** por terem pertencido **a figuras de renomado destaque** nas guerras continentinas.<sup>620</sup>

Portanto, apesar das armas serem antigas, o valor histórico é atribuído pela sua vinculação com aqueles que as utilizaram em guerras passadas. Não há valorização do objeto apenas pela sua característica física, de antigo, mas em função das mãos pelas quais passou.

Tal entendimento sobre o que configurava um objeto como histórico também partia de quem oferecia em doação peças ao MJC, valorizando sempre o seu antigo dono, ou seja, sublinhando o que se considerava ser o seu valor histórico. Exemplo interessante é a oferta de doação de “Poltrona Histórica”, como denominou o diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, referindo-se à armação de uma poltrona onde a Princesa Isabel teria sentado em viagem feita à cidade de Cachoeira no ano de 1885, conforme correspondência abaixo transcrita:

---

<sup>619</sup> A única valorização de um objeto pelo seu valor estético (artístico) que localizamos, embora sem deixar de também mencionar o seu valor histórico por ser proveniente da região das missões jesuíticas, foi feita por Alcides Maya em relação a uma imagem missioneira oferecida à venda ao MJC. O diretor, ao argumentar pela aquisição da peça, dizia ao Secretário de Educação que se tratava “de fato de uma relíquia não só de valor histórico como também de arte rio-grandense”. Ofício nº 10 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário da Educação em 27 de janeiro de 1937 (Correspondências expedidas 1937, fl. 20. Arquivo Permanente do MJC – Ap. 1.013).

<sup>620</sup> Ofício nº 85 emitido pelo diretor do MJC em 08 de setembro ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1933, fl. 99. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos nossos.



#### POLTRONA HISTÓRICA

No escritório central da 3ª Divisão (Locomoção) desta Viação Férrea, nesta cidade, encontra-se a armação, sem estofamento, de uma poltrona retirada do carro nº 138, recentemente reparado nas oficinas do *Kilometro Três*, em Santa Maria, poltrona essa que fez parte dos móveis do carro denominado “Bento Gonçalves”, em que viajou a princesa Isabel, no ano de 1885, até a cidade de Cachoeira, e construída especialmente para nela se assentar S. Alteza.

Esta armação foi encontrada ao se desarmar, agora, uma poltrona maior do referido carro, visto tal armação ter sido embutida na poltrona maior.

Os dados referentes à armação da poltrona em apreço foram obtidos de antigos empregados, que trabalhavam na Viação Férrea, naquela época, e que se acham, atualmente, aposentados, não podendo, entretanto, esses empregados precisar o dia nem o mês em que se realizou a viagem da referida Princesa.

Tratando-se de um **móvel histórico**, consulto-vos se a mencionada poltrona interessa ao Museu do Estado, a fim de ser doada pela Viação Férrea.<sup>621</sup>

Observa-se que o atributo que fez com que a poltrona fosse considerada um objeto histórico foi o fato dela ter sido utilizada em uma viagem pela Princesa Isabel, não sendo valorizada sua antiguidade nem considerada sua condição estética, já que restara apenas a armação sem estofamento do que outrora fora uma poltrona. Porém, supostamente, as condições materiais em que ela se apresentava não a desvalorizavam como objeto histórico, que seria “aquele despojado de qualquer interesse estético, estando seu valor relacionado à sua impregnação pelo passado”<sup>622</sup>.

O MJC, poucos dias depois do oferecimento, respondeu dizendo que “aceita receber com muito prazer [a poltrona] que fez parte dos móveis do carro denominado Bento Gonçalves, no qual viajou a princesa Isabel no ano de 1885”<sup>623</sup>. Nota-se que o diretor fez questão de mencionar o nome do carro do qual a poltrona fez parte, valorizando não apenas a sua ocupante, mas também o líder farroupilha. Apesar desse aceite, não encontramos registro de entrada do referido objeto no MJC.

Outro exemplo que podemos citar, o qual, assim como a poltrona da Princesa Isabel, fugiu da constante referência a políticos e militares presente nos objetos do MJC, é o do piano de Araújo Vianna<sup>624</sup> que, oferecido à venda e após a avaliação de peritos

<sup>621</sup> Ofício 2371 enviado ao MJC pelo diretor geral da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Fernando Pereira, em 06 de setembro de 1934. Correspondências recebidas, 1933-1936, fl. s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009. Grifo nosso.

<sup>622</sup> José Mariano, 1992, p. 163 *apud* BREFE, 2005, p. 55.

<sup>623</sup> Ofício nº 38 emitido pelo diretor do MJC ao diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul em 14 de setembro de 1934. Correspondências expedidas 1934, fl. 174. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>624</sup> José de Araújo Vianna (1872, Porto Alegre/RS; 1916, Rio de Janeiro/RJ). Pianista, maestro e compositor erudito, um dos fundadores da extinta Orquestra Filarmônica Porto-alegrense (1887). Estudou no Real Conservatório em Milão e realizou muitas apresentações na capital, Rio de Janeiro. Araújo Vianna é patrono da Cadeira nº 34 da Academia Brasileira de Música. Informações obtidas no site da

para verificação de sua autenticidade, teve a compra aconselhada por Eduardo Duarte devido à relação do instrumento com o maestro. Era isso que, na visão do Diretor, tornava o piano digno de ser exposto no salão de móveis históricos do MJC:

Em se tratando de Araujo Vianna, um nome que honra sobretudo o Rio Grande do Sul, sou de parecer que o Governo do Estado adquira e conserve entre as preciosas coleções, o piano em apreço.<sup>625</sup>

De acordo com os documentos deste processo e verificado pelo laudo dos peritos a autenticidade do piano que serviu ao maestro Araujo Vianna para composição de suas óperas, opina esta Diretoria pela sua aquisição, para figurar no futuro salão de móveis históricos em preparo neste Instituto.<sup>626</sup>

Sendo, portanto, a vinculação à determinada pessoa ou evento passado o fator fundamental na constituição dos objetos como históricos, a certificação da autenticidade tornava-se muito importante no processo de incorporação de tais peças ao acervo museológico. Ou seja, os objetos históricos, “singulares e auráticos”<sup>627</sup>, não poderiam ser substituídos por cópias ou por outros de atributos semelhantes. Assim, o MJC buscava certificar-se de que as peças que lhes eram oferecidas à doação ou venda fossem autênticas, eliminando ou minimizando o risco de adquirir falsificações. O critério adotado, nesse sentido, era o da procedência, como o diretor Emilio Kemp relatou ao Secretário da Educação ao responder sobre questionamento, publicado no jornal *Correio do Povo* em 06 de novembro de 1940, a respeito da autenticidade de uma chave existente no MJC, atribuída ao edifício em que funcionou a Assembleia Constituinte da República de Piratini na cidade de Alegrete. Kemp manifestou-se nos seguintes termos:

Como V.Ex.<sup>a</sup>. vê é negada a autenticidade de pertencer a chave daquele edifício. De fato, neste Museu não existe nenhuma prova que autorize a exatidão da procedência, pois a referida chave não foi acompanhada de nenhum documento comprovante nem mesmo consta a sua entrada no Museu.

Ao assumir esta diretoria, procurei saber como eram autenticados os objetos históricos aqui recolhidos, e verifiquei que isso era feito **à fé dos ofertantes**. Quando fui ao Rio de Janeiro visitei o Museu Histórico e indaguei de seu diretor qual o processo para estabelecer a identidade das peças recolhidas ao

---

Academia Brasileira de Música. Disponível em <<http://www.abmusica.org.br/academico.php?n=rjose-de-araujo-vianna&id=866>> Acesso em: 23 fev.2018.

<sup>625</sup> Ofício s/nº enviado em 06 de junho de 1929 por Eduardo Duarte ao Diretor de Expediente da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior com parecer preliminar logo após a oferta de venda do piano do maestro Araujo Vianna feita por Luiza Coelho ao governo do estado. Correspondências expedidas 1929, fl. 129. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007.

<sup>626</sup> Ofício nº 307 emitido em 31 de dezembro de 1930 por Eduardo Duarte ao Secretário de Estado do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1930, fl. 250. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.008.

<sup>627</sup> MENESES, 2005, p. 25.

mesmo. Informou-me o diretor, Sr. Gustavo Barroso, não existir outro processo senão o de **autoridade e respeitabilidade do ofertante e o confronto, quando tal se pode fazer, com os espécimes idênticos da mesma época**. Fora daí, o objeto não é registrado nem exposto, esperando-se uma prova concludente para esse fim.

Sendo, esse, um processo natural e prático, **já era e continua a ser adotado neste Museu**.

Na falta de documentação que prevê a origem da chave com referência, mandei que a sua etiqueta informativa fosse modificada como sendo ela, chave atribuída e não afirmando ser do edifício da Assembleia Constituinte de Alegrete. Penso assim, ter solucionado o caso, submetendo-o, como de meu dever, à deliberação de V.Ex.<sup>a</sup>.<sup>628</sup>

Embora o texto acima seja de 1940, consideramos importante sua parcial transcrição, pois menciona os procedimentos de verificação de autenticidade dos objetos realizados pelo Museu no período anterior à chegada do diretor Emílio Kemp, ou seja, o período da gestão Maya, quando a peça em questão foi adquirida<sup>629</sup>.

Os procedimentos do MJC eram aqueles praticados pelo MHN, onde, conforme as orientações de Gustavo Barroso dadas a Emilio Kemp, considerava-se a procedência do objeto como o critério básico na definição de sua autenticidade. A pesquisa de Aline Magalhães sobre a escrita da história no MHN demonstrou essa prática na gestão de Barroso, quando, conforme a autora, “a procedência dos objetos era fundamental para atestar a sua autenticidade, critério imprescindível para a construção do passado que se pretendia, legitimando-o também como verdadeiro”<sup>630</sup>. Cabe considerar que o MHN a partir de 1932 mantinha o Curso de Museus, curso técnico voltado à formação de profissionais de museus, que, mais tarde, em 1979, já como curso de graduação, foi transferido para a Federação das Faculdades Independentes do Rio de Janeiro, atual UNI-RIO<sup>631</sup>. Assim, o que queremos dizer é que o MHN, através de seu diretor, constituía-se, naquele período e no Brasil, como a autoridade legítima nas questões técnicas do tratamento dos acervos dos museus de história. O nome de Barroso, transcrito por Kemp na resposta ao Secretário, não nos parece, portanto, apenas um detalhe, mas uma forma de legitimar como corretas as ações que o MJC vinha

<sup>628</sup> Ofício nº223 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário da Educação do Estado em 11 de novembro de 1940. Correspondências expedidas 1940, fl. 298. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.015.

<sup>629</sup> O sistema Donato apresenta registro de duas chaves: uma doada em 1926 por Mansueto Bernardi, descrita como “Chave do prédio da Assembleia Constituinte Farroupilha, 1843” (registro nº 5), e outra doada ao MJC em 1935 por Fernando Luiz Osório, descrita como “Chave do Solar de Domingos José de Almeida” (registro nº 61), localizado na cidade de Pelotas e indicado como o local onde, em 1836, foi assente o plano da República de Piratini. Portanto, a chave em questão no ano de 1940 provavelmente seja a peça de nº 5, já que foi a partir de 1840 que a cidade de Alegrete passou a ser a capital farroupilha.

<sup>630</sup> MAGALHÃES, 2006, p. 30.

<sup>631</sup> Sobre o Curso de Museus do MHN ver FARIA, 2013 e 2017.

desenvolvendo já há alguns anos em relação à verificação da autenticidade de seu acervo.

Na maior parte das vezes, as doações ao MJC foram realizadas por descendentes dos “vultos históricos”, o que parecia bastar para garantir a autenticidade dos objetos. Os familiares, muitas vezes, descreviam o tempo que o objeto estivera com a família e os nomes dos parentes que, ao longo dos anos, detiveram a posse dos mesmos, até chegar àquele que fazia a oferta ao Museu, bem como o uso original da peça. Tais dados oferecidos eram, conforme Eduardo Duarte, “seguras informações abonatórias de sua identificação”<sup>632</sup>. Mas, mesmo quando isso não era feito, ou seja, quando não eram apresentados maiores detalhes, o museu aceitava a procedência familiar como garantia de autenticidade das peças recebidas e sempre destacava, nas correspondências que comunicavam as doações ao Secretário de Estado, o nome do doador, indicando o grau de parentesco (filho, esposa, nora, neto, etc) que o mesmo possuía com o dono do objeto em questão, como forma de certificação de sua originalidade. Portanto, verifica-se aqui a consideração da “autoridade e respeitabilidade do ofertante”, conforme Barroso indicou a Kemp. Porém, a outra orientação do diretor do MHN, do “confronto, quando tal se pode fazer, com os espécimes idênticos da mesma época”, ou seja, a comparação e a busca de informações, a pesquisa para se tentar estabelecer a autenticidade, também era praticada por Eduardo Duarte. Isso fica bastante evidente em algumas correspondências do período, como na que o Diretor enviou a João Pedro Nunes confirmando o recebimento de fotografia de corneta e bandeira farroupilha, que seriam doadas ao MJC. Duarte fez algumas considerações –“ligeiros reparos”- sobre a bandeira, dizendo:

Não tenho a intenção de pôr em dúvida a procedência desse objeto, quero apenas vê-lo **bem autenticado, segundo a verdade histórica**.

Em *primo loco* houve engano do artista em colorir a fotografia: as cores devem ser assim dispostas – verde ao alto, encarnado e amarelo. Queira verificar.

Em *secondo loco*, as cores, no original, não eram dispostas em paralelas e sim formando triângulos isósceles nos extremos, prendendo um hexágono ao centro. É o que dispôs o respectivo decreto, do qual lhe envio uma cópia.

É de notar que a verdadeira bandeira não trazia o escudo ao centro, o que passou a ser feito com uma disposição da Constituinte de 1891. O escudo só apareceu depois de 1839 e foi divulgado pelo major Bernardo Pires, segundo

---

<sup>632</sup> Ofício nº 53 emitido em 30 de março de 1932 por Eduardo Duarte a Alziro Marino, que representou familiares do general Antônio de Souza Neto na doação de uma faixa farroupilha que pertenceu ao referido personagem. Duarte agradecia a doação do objeto e as informações que foram oferecidas sobre a peça. (Correspondências Expedidas, 1932, fl. 76. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.008).

apurei após **paciente pesquisa**. Nunca foi o seu uso autorizado, como a bandeira, em documento oficial.

Desejaria que o amigo me informasse do estado de conservação da peça, se não há sinais de traça, e qual a espécie de tecido do que é feito. São detalhes que reputo interessantes.

É assim, termino estes ligeiros reparos, animado das melhores intenções, que o amigo, em sua bondade, sabe compreender. É que só **a verdade**, clara e sem sofismas, deve sempre presidir o nosso espírito, máxime quando se trata de **autenticar um objeto** que tão [palavra ilegível].<sup>633</sup>

Nota-se, portanto, a mesma preocupação manifestada com os documentos do Arquivo Histórico, qual seja, a sua autenticidade. Para isso, Duarte recorria à pesquisa nos documentos escritos, capazes de estabelecer a “verdade histórica” representada nos objetos. No caso da bandeira, ele utilizou o decreto de 1839 e a Constituinte de 1891.

Principalmente nas ofertas de venda ao MJC, além da confiabilidade que o nome do ofertante pudesse suscitar, buscavam-se avaliações mais cuidadosas para estabelecer a autenticidade dos objetos, mesmo porque, muitas vezes, não era a família do “vulto histórico” que propunha a venda, mas um terceiro que nem sempre explicava como tivera acesso à peça oferecida. Nesses casos, Eduardo Duarte, geralmente, procurava formar um grupo de avaliadores para decidir sobre a pertinência da aquisição, verificando o valor histórico e se o preço solicitado estava de acordo com a importância atribuída ao objeto. Tal foi o caso, por exemplo, das já citadas charuteira e cigarreira que teriam pertencido ao General Osório. Eduardo Duarte considerou “conveniente a sua aquisição, pelo seu valor histórico, evocativo de uma das grandes figuras do cenário político-social rio-grandense”, mas, apesar desse julgamento inicial, convidou Florêncio de Abreu, o Coronel Maia e Érico Ribeiro da Luz para formarem uma comissão de avaliação dos objetos. Essa concordou e recomendou a compra no valor de um conto de réis<sup>634</sup>. No mesmo sentido, Duarte também formou uma comissão para avaliar uma coleção de selos do Brasil oferecida à venda ao MJC pelo jornalista Roque Callage em 1929<sup>635</sup>, bem como solicitou autorização ao Secretário de Estado para a indicação de peritos responsáveis por avaliarem uma coleção de moedas oferecidas ao Museu,

<sup>633</sup> Ofício nº 157 emitido em 12 de agosto de 1932 por Eduardo Duarte a João Pedro Nunes. Correspondências expedidas 1932, fl. 194. Arquivo Permanente MJC – AP. 2.008. Grifos nossos.

<sup>634</sup> Ofício nº 109 emitido em 05 de junho de 1928 e Ofício s/nº de 25 de julho de 1928. Correspondências expedidas 1928, fls. 154 e 155. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.006.

<sup>635</sup> Eduardo Duarte convidou Benjamim Camozato e M. Beuster para procederem à avaliação da coleção de selos de Roque Callage, conforme ofícios 06 e 08 emitidos em 15 de janeiro de 1929. Correspondências expedidas, fls. 7 e 9. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007.

conforme a correspondência abaixo informa, esclarecendo também sobre o programa de numismática do Departamento de História:

Considerando de alto valor intrínseco a coleção de moedas do Brasil pertencente ao Sr. Narciso Berlese; atendendo a que ela corresponde plenamente ao plano da seção de numismática do Museu; e, não dispondo ainda esta Repartição de funcionário técnico em tal matéria, peço a Vossencia se digne autorizar-me a escolher, para fins de exame e avaliação, uma comissão de peritos. Permita-me Vossencia que lhe eu lembre obedecer o programa de numismática do nosso Museu Histórico à seguinte ordem: 1º moedas do Brasil, desde os tempos coloniais; 2º moedas americanas; 3º moedas de Portugal, Espanha e Europa, em geral, e finalmente, quaisquer moedas usadas em outros continentes.<sup>636</sup>

Entretanto, no mesmo ano de 1931, o MJC recebeu de Fernando de Freitas e Castro, em doação, 68 moedas antigas que foram recebidas prontamente, sem solicitação de perito para avaliação das mesmas. Situação semelhante observamos em relação às espadas pertencentes a José Garibaldi e Bento Gonçalves, ofertadas à doação e à venda, respectivamente. O espadim de Garibaldi foi prontamente aceito pelo MJC, enquanto a espada que teria pertencido a Bento Gonçalves, apesar de Eduardo Duarte demonstrar interesse em adquiri-la, foi submetida a exames para verificar sua autenticidade.

O espadim de José Garibaldi chegou ao MJC em 1931 como doação de Adelina Obino. As informações sobre os então atuais donos do objeto e sua proximidade com aquele a quem o personagem teria presenteado com a sua arma parecem ter sido consideradas suficientes na autenticação da “reliquia” evocativa “à memória do herói dos dois mundos”, como declarou Eduardo Duarte em carta de agradecimento à doadora:

Acuso o recebimento de um espadim de uso do grande general José Garibaldi quando incorporado às hostes de Bento Gonçalves, o chefe do glorioso decênio farroupilha.

Essa preciosa peça histórica constituiu generosa doação de vossencia em nome da Família Obino e como descendente mais próxima do casal de João Batista Blengini, em mãos de quem, em 1840, Garibaldi depositou aquela reliquia em oferenda ao seu grande amigo.

Agradeço, em nome deste Museu, a patriótica doação não regateando louvores a quem teve tão significativo gesto, integrando no patriotismo do Estado uma peça de tanto valor que será, doravante, colocada em um dos

---

<sup>636</sup> Ofício nº 12 emitido em 19 de janeiro de 1931 por Eduardo Duarte ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1931, fl. 13. Arquivo Permanente do MJC – AP.1.010.

nossos mostradores, aos olhos de todos, num preito admirativo à memória de herói dos dois mundos.<sup>637</sup>

Quatro anos mais tarde, em 1935, Virgílio C. Lopes ofereceu ao governo do estado a venda de uma espada de Bento Gonçalves, que teria sido “usada pelo Herói Farroupilha no seu imorredouro duelo com Onofre Pires”. O MJC, na figura de seu diretor, apesar de julgar o objeto possuidor “de imenso valor estimativo”<sup>638</sup>, concordou com a solicitação de perícia para verificação da lavratura da lâmina, no sentido de comprovar sua autenticidade antes da aquisição, conforme declarou ao Secretário da Educação:

[...] no tocante à espada do Gal. Bento Gonçalves, de que consta a proposta, a opinião do Museu é favorável à aquisição da mesma. De acordo com o despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador do Estado, cumpre-me dizer que fora lícito requerer comissões de perícia a respeito.

Não possuindo ainda o Museu os elementos técnicos indispensáveis a semelhantes trabalhos, poderia eu pedir que fosse autorizada a verificação da época, por artífices e outros artistas especializados na meteria, capazes de fixarem, pela lavratura de lâmina, o tempo em que a espada foi usada. Direi, que tal processo de indagação, é usualmente seguido em todos os museus do mundo, tratando-se de igual matéria.

Tudo indica que a espada de Bento Gonçalves, oferecida à compra do Governo do Estado, segundo consta do presente processo administrativo, é uma peça de autêntica tradição. Pediria, eu, um exame de perícia, sobre a lavratura, conforme já ponderei, para estabelecermos se é ou não da época a citada folha de aço militar. A outras investigações, no assunto, poderíamos proceder, se Vossencia se dignasse ordená-las.

Parece-me, por tudo, que a espada do Gal. Bento Gonçalves, realmente lhe pertenceu e foi empregada por ele, em operações de guerra, nas nossas campanhas do tempo. A tradição pública, expressa nos documentos comprobatórios expostos pelo proprietário atual, e mantida fielmente por um culto familiar que vem das fontes domésticas, através de várias gerações descendentes de sua família, até aos nossos dias é de por si só um documento significativo. Estou, pois convencido da autenticidade da espada cuja oferta ao Estado, faz o Sr. Virgilio C. Lopes, da qual, aliás, eu já havia notícia, como outros conhecedores de história nossa.

Quanto ao despacho dessa secretaria datado de 30 de setembro de 1935, referente à oferta de Dona Francisca Meireles Simões Lopes [que também ofereceu uma espada de Bento Gonçalves], cumpre-me lembrar que a proposta de Virgílio C. Lopes (espada de Bento Gonçalves tida, tradicionalmente, como a que serviu ao Herói no duelo com Onofre Pires – lembranças de família e município) não foi a única usada por ele em suas numerosas e memoráveis empresas militares. Deverei lembrar que já disputei, para a panóplia deste Museu, uma das espadas pertencentes ao Conde de Porto Alegre; bem como tive a oportunidade de assim proceder em

<sup>637</sup> Ofício nº 416 emitido em 23 de dezembro de 1931 pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, à Adelina Obino. Correspondências expedidas 1931, fl. 220. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.010.

<sup>638</sup> Ofício nº 42 emitido em 09 de setembro de 1935 pelo diretor do MJC ao Secretário da Educação. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 247. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

relação às do patrimônio de Osório. Bento Gonçalves, naturalmente, possuiu varias espadas, com que lidou em nossas lutas do Prata e de 35.<sup>639</sup>

Observamos que, mesmo o proponente da venda tendo apresentado documentos atestando a procedência da espada, somados ao “culto familiar” das “fontes domésticas” que também confirmariam o valor do objeto, elementos que faziam o MJC convencer-se inicialmente da originalidade da peça, uma avaliação mais profunda foi solicitada para a determinação de sua autenticidade e conseqüente autorização de compra. Diferente, portanto, do que ocorreu com o espadim de Garibaldi, cuja procedência, como vimos, foi suficiente para a aquisição, não sendo exigido nenhum exame de lavratura de lâmina para comprovar que a mesma não era uma falsificação. Nesse sentido, como já mencionamos, nos parece que procedimentos de avaliação técnica mais acurada eram destinados às peças oferecidas à venda, o que nem sempre ocorria com as doações, onde a procedência familiar bastava<sup>640</sup>. Indícios dessa constatação também podem ser percebidos em relação ao óculo de alcance de Bento Gonçalves e às peças - “reliquias” - de David Canabarro, também oferecidas à venda ao governo do estado, objetos em relação aos quais afirmava-se:

O mesmo critério adotado pela direção do Museu acerca da Espada de Bento Gonçalves, a que, acima, me referi, poderá ser aplicado ao óculo de alcance, de campanha que pertenceu ao Herói Farroupilha. Esta proposta é assinada por Dona Narcisa Naura Machado de Carvalho, devidamente legalizada por uma declaração dos snrs. Ricardo Jayme de Figueiredo e Luz Jayme de Figueiredo.

No tocante à informação nº 661, de 16 de setembro do corrente ano, dessa Secretaria, cabe-me informar que a proposta de venda de reliquias pertencentes ao Gal. David Canabarro não é do conhecimento desta Diretoria. É-nos, pois impossível emitir juízo a respeito. Todavia, lembraremos que, verificada a autenticidade das aludidas reliquias, requereríamos ao Governo do Estado a aquisição delas para o nosso salão histórico de 35.<sup>641</sup>

<sup>639</sup> Ofício nº 52 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário da Educação em 16 de novembro de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fls. 259-260. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>640</sup> Também foi oferecido à venda ao MJC, por José Ildfonso de Oliveira, comerciante de objetos antigos, uma panela de ferro que teria sido utilizada, de acordo com o ofertante, por Bento Gonçalves durante a Revolução Farroupilha. A peça veio acompanhada de documento legalizado, mas que no caso foi apenas informativo, não sendo comprobatório da autenticidade da peça, conforme declarou o diretor do MJC: “O documento anexo é uma peça justificativa legalizada pelo reconhecimento das firmas, mas de valor meramente informativo no tradicional. O artefato oferecido à venda, pelo exame perfunctório que nos foi possível fazer, não podia ter sido utensílio de cozinha. É de ferro, pesa cerca de trezentos quilos e apresenta sinais de uma embutidora de cadeado. Tudo indica haver servido realmente como caixa-forte” (Ofício nº 53 emitido em 19 de novembro de 1935 pelo diretor do MJC ao Secretario de Educação. Correspondências Expedidas 1935, fl. 261. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012).

<sup>641</sup> Ofício nº 52 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário da Educação em 16 de novembro de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 260. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.



A correspondência acima é de novembro de 1935, portanto, foi emitida após o início da Exposição do Centenário Farroupilha e, por isso, essas peças, caso incorporadas ao acervo<sup>642</sup>, não poderiam figurar no Pavilhão Cultural que já estava em funcionamento. Entretanto, devemos ressaltar que a intenção de exposição no certame do centenário também não era referenciada em relação às peças recebidas pelo MJC antes do início da Exposição. A manifestação frequente em relação a tais objetos, como a citação acima exemplifica, era de que eles se destinavam a figurar no Salão 35 do Museu ou em outro espaço da instituição ao qual estivessem relacionados, como a Sala Julio de Castilhos ou o Salão de Móveis Históricos, como no caso aqui mencionado do piano de Araujo Vianna. Isso é uma diferença quando comparado ao ingresso dos documentos no Arquivo Histórico, que, quase sempre, eram apontados como subsídios aos estudos relativos ao decênio farroupilha, devendo ser expostos nas festividades de 1935, como forma de demonstrar a “opulência” da instituição, conforme já mencionamos anteriormente.

Ainda no que tange à aceitação de peças pelo MJC, baseada na confiabilidade de seu doador, destacamos a doação feita por Alfredo Varela de diversos objetos antigos, dentre os quais foram ressaltados pelo diretor do Museu os relativos à Guerra Farroupilha, especificamente aquele que outrora pertenceu a Bento Gonçalves<sup>643</sup>. Os objetos foram encaminhados à instituição em 07 de maio de 1933<sup>644</sup> e prontamente

<sup>642</sup> Os registros atuais no sistema Donato no intervalo 1925-1939 não incluem nem a espada, nem os óculos de Bento Gonçalves.

<sup>643</sup> Os objetos doados, listados em correspondência ao MJC, foram: “1 prato de porcelana, em moldura, da baixela de Bento Gonçalves. Ofereceu-o o grande patriota, a sua afilhada Abrilina e desta passou as minhas mãos, por dádiva da veneranda filha de Almeida. 5 medalhas (a conferida ao pai de Zambecari, a comemorativa de Hoche, duas mais do tempo de ida de Campos Salles ao Prata, a última de Verdun). 1 effigie em metal de Sarmiento. 1 daguerreótipo de Feliz Vieira. 33 fotografias de personagens históricos, farrapos na quase totalidade. 1 dita do palácio Zambecari em Bolonha. 1 dita de um conhecimento do Tesouro da República. 1 dita da estátua de Rio Branco, do grande Charpentier, dádiva com seu nome. 1 vista panorâmica de Porto Alegre no tempo do Império. 1 plano em cores do entrenchamento de S. Gabriel (1843). 1 mapa da ilha do Fanfa, da autoria de Alcides Cruz. 1 fotografia do lenço republicano. 4 da estátua de Garibaldi em San-Remo, estupenda obra de Bistolfi. 2 ditas, cópias do tamanho exato, de plantas do presídio do Rio Pardo e fortificação de Sant’Ana, no Rio Grande. 2 ditas, com ampliações de retratos de João Antonio e João Manuel. 1 dita, retocada a crayon, de Netto. 4 aquarelas (Lucas, Ulhoa Cintra, Domingos Moreira, Antônio Ribeiro). 1 litografia hoje rara, do combate da Laguna, dádiva de um supérstit, o barão de Ivinheima. 1 curiosa peça japonesa, exequator [*sic*] consular, com a firma de Nutsuhito e primorosa tradução. 1 painel comemorativo, obra do padre Hyldebrando. Cópia exatíssima, de grande mérito, feita em Montevidéu, onde se acha o original, qual conta por trás da dita cópia, devidamente autenticada. Este painel, e respectiva moldura, se acha na livraria ‘Globo’, a quem se deu instruções para entrega ao Museu”. Correspondências enviada ao diretor do MJC em 07 de maio de 1933. Correspondências Recebidas, 1933-1936. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009). Grifos do autor.

<sup>644</sup> Anterior a essa doação, há um registro de que Varela ofertou ao MJC em 1932 “três flechas achadas numa trincheira paulista ocupada por ameríndios mobilizados pelas forças de São Paulo no levante

aceitos por Eduardo Duarte, quem, em 11 de maio, comunicou ao Secretário de Negócios do Interior e Exterior a doação do ilustre historiador, destacando a peça de Bento Gonçalves, conforme abaixo descrito<sup>645</sup>:

Tenho a honra de comunicar a vossencia que o ilustre homem de letras dr. Alfredo Varela fez a este Instituto valiosa dádiva de preciosos objetos, alguns de grande antiguidade, outros que se prendem à história regional, notadamente no que se refere ao famoso decênio farroupilha.

Entre esses objetos tem remarcado destaque um prato à fantasia, outrora pertencente à baixela de Bento Gonçalves e que, perfeitamente identificado, fora oferecido àquele compatriota por descendentes do valoroso chefe do épico levante.

Atinente ainda ao memorável decênio, de grande número de peças se compõem a doação, e entre essas releva notar, igualmente, fotografias de figuras de vasta projeção no cenário daqueles tempos.

Todas essas peças estão sendo incorporadas às respectivas coleções da casa.<sup>646</sup>

Lembramos que, em 20 de maio de 1933, Alfredo Varela confiou em depósito de guarda ao MJC quatro caixas com documentos relativos ao período farroupilha, que foram oferecidos à doação definitiva em maio de 1935, juntamente com os documentos que estavam depositados no Museu Paulista, os quais, como comentamos no capítulo anterior, a partir da pesquisa de Arce (2015), só foram aceitos e recolhidos ao Arquivo Histórico um ano depois, em junho de 1936. Os objetos, ao contrário, foram prontamente aceitos, assim que a doação foi sugerida por Varela, sendo comunicada, por parte do MJC, a futura exposição dessas peças no Salão 35 que estava sendo organizado, como declarou Eduardo Duarte ao historiador ao agradecer a doação de mais algumas “preciosas peças de caráter histórico” que completavam a oferta anterior:

Agradecendo, cumpre-me cientificar-vos que, como as anteriores, serão tais peças incorporadas às nossas coleções, devendo figurar, em momento oportuno, na projetada sala farroupilha desta Repartição.<sup>647</sup>

---

ultimamente verificado. Esses exemplares serão incorporados às referidas coleções com a nota de sua procedência, pois que assim constituem mais um documento para o estudo, no futuro, da história dos angustiosos dias que passou a nossa cara pátria” (Ofício nº 198 emitido pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, a Alfredo Varela em 21 de novembro de 1932. Correspondência expedida 1932, fl. 239. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.008).

<sup>645</sup> Em 10 de maio de 1933, Eduardo Duarte enviou correspondência a Alfredo Varela acusando o recebimento das peças e agradecendo a doação, certificando ao doador que tais objetos seriam “guardados com o melhor do nosso carinho, pelo grande valor histórico que representam”. Ofício nº 52 emitido em 10 de maio de 1933. Correspondências expedidas 1933-1936, fol. 59. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>646</sup> Ofício nº 53 emitido pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 11 de maio de 1933. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 60. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

As diferentes reações do MJC, aceitando imediatamente os objetos e imagens e demorando na incorporação dos documentos textuais ofertados por Alfredo Varela, estão relacionadas, em nosso entendimento, à percepção de que apenas os textos eram tidos como documentos e, portanto, tomados como fontes de pesquisa, enquanto que os objetos, percebidos como relíquias, cumpririam outra função, a de celebrar e evocar e não eram utilizados na produção do conhecimento histórico. Estas considerações serão abordadas de forma específica no item seguinte do texto ao tratarmos das diferentes concepções de história operada no MJC, naquele momento.

Assim como no caso da documentação do Arquivo Histórico, os episódios contemporâneos registrados através das peças do Museu eram aqueles relativos à campanha presidencial de 1929 e à Revolução de 1930. Nesse sentido, o relatório do MJC de 1930 acusa o recebimento de uma “bandeira pequena com que o Rio Grande do Sul, sessão de 20 de Setembro de 1929, proclamou no Rio, o Dr. Getúlio Vargas, oferecida pelo Dr. Sinval Saldanha”<sup>648</sup>. Referente ao levante de 1930 foi doado à instituição pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro uma medalha de prata cunhada em comemoração a tal episódio. Essa medalha foi produzida em edição limitada, recebendo os museus estaduais um exemplar em prata e o MHN, um em ouro, conforme explicou o diretor da Casa da Moeda, Mansueto Bernardi:

De acordo com o que foi proposto pela Diretoria da Casa da Moeda e aprovado pelo ministro da Fazenda, dessa medalha foram batidos: um exemplar em ouro, para o Museu Histórico Nacional, 21 em prata, para os museus dos Estados e 1.000 em bronze para a venda a colecionadores.<sup>649</sup>

As peças relacionadas ao período, relativas ao movimento nacional envolvendo o nome de Getúlio Vargas, constam, portanto, em número bastante reduzido, mas consideramos importante mencioná-las em função de representarem fatos que estavam sendo vivenciados naquele momento, não distantes cronologicamente do presente como normalmente se recomendava em benefício de uma história “isenta” e “objetiva”.

Entretanto, os objetos que deveriam figurar nas planejadas salas expositivas do MJC eram fundamentalmente aqueles considerados históricos por sua relação com a

---

<sup>647</sup> Ofício nº 58 emitido em 22 de maio de 1933 por Eduardo Duarte a Alfredo Varela agradecendo a doação de mais alguns objetos. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 66. Arquivo Permanente do MJC – Ap. 1.012.

<sup>648</sup> Correspondências expedidas 1930, fl. 74. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.008.

<sup>649</sup> Ofício nº 2329 enviado pelo diretor da Casa da Moeda ao diretor do MJC em 12 de outubro de 1933. Correspondências recebidas 1933-1936, fl s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009.

Guerra Farroupilha e com a Primeira República, onde os nomes em destaque seriam os de Bento Gonçalves e Julio de Castilhos, como até aqui temos evidenciado.

Os salões históricos do MJC, além de serem preenchidos com as “reliquias autênticas” do passado, também apresentariam imagens que retratariam as personalidades e os locais considerados de destaque da nossa história, onde os “grandes feitos” teriam acontecido. Assim, subsequentemente passaremos a tratar da formação da Pinacoteca Histórica do MJC.

### **4.3 Pinacoteca Histórica do MJC: galeria de *vultos, fatos e lugares***

Vimos que o Departamento de História Nacional, pela remodelação proposta em 1925, era composto de nove seções, sendo duas dedicadas à imagem: a da Pinacoteca e a da Estatuária.

A respeito da seção Estatuária, poucos são os relatos sobre sua formação, resumidos basicamente à comunicação de recebimento de alguns bustos doados ao MJC. A única referência mais direta foi a manifestação do diretor do Museu, em 1936, favorável à transferência do servidor João Marcos Teixeira Bastos<sup>650</sup>, escultor, lotado na Secretaria de Obras Públicas, à instituição. Tal transferência atenderia ao programa de desenvolvimento da seção de Estatuária e recebeu o apoio de intelectuais, como ressaltou o diretor, argumentando ao Secretário:

Anexa ao citado expediente, consta a petição da Fundação Eduardo Guimarães, subscrita por outros intelectuais rio-grandenses, a favor da transferência do escultor Marcos Teixeira Bastos para servir adido a este Museu.

Incumbe-me informar que, atento ao programa do Museu Julio de Castilhos, bem pode o funcionário Marcos Teixeira Bastos ser adido a este Museu.

---

<sup>650</sup> João Marcos Teixeira Bastos (1894-1959) foi um escultor gaúcho. Não encontramos muitas informações a seu respeito. O Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (2000), por exemplo, não apresenta o seu nome. Já no Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos, volume 1, consta o seguinte verbete: “BASTOS, Marcos – (RS, ?), escultor. Depois de cursar o Colégio Militar do Rio de Janeiro, foi discípulo de Teixeira Rocha. Mais tarde, nomeado diretor da Seção de Cultura do Pavilhão Cultural da Exposição Farroupilha, Porto Alegre (1935). Fixou tipos populares gaúchos. Obras: Boleador, pequena estátua equestre, escolhida para o monumento comemorativo do bicentenário de Porto Alegre” (CAVALCANTI, 1973, p. 190). Carlos Roberto da Costa Leite, pesquisador e coordenador do setor de imprensa do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, e Maria Madalena, neta do escultor, em matéria publicada no site GauchaZH em 23 de março de 2017, informam que Marcos Bastos teve sua escultura retratando um gaúcho a cavalo intitulada “Bombeador” exposta no Pavilhão Cultural da Exposição do Centenário Farroupilha. O artista mantinha um pequeno atelier na Av. Oscar Pereira, no bairro Glória da cidade de Porto Alegre. Ver <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2017/03/o-sonho-que-desmoronou-9756611.html>>. Acesso em: 15 novembro 2017.

A par dos trabalhos de pintura histórica em início na Repartição fora de todo conveniente que dispuséssemos de um escultor de mérito, encarregado de executar trabalhos de ressurreição de tipos populares e de história sul-riograndense e brasileira.

O Sr. Marcos Teixeira Basto está, cumpre-me dizê-lo, perfeitamente, no caso atender a semelhante necessidade de serviço artístico.<sup>651</sup>

Entretanto, apesar do reconhecimento do trabalho de Marcos Bastos, a cedência não se realizou. A listagem dos funcionários do MJC de 1936 e anos subsequentes não apresenta o nome do escultor, nem como efetivo, nem como adido. Após essa tentativa, não encontramos mais nenhum relato na documentação sobre o desenvolvimento dos trabalhos da seção de Estatuária, a não ser, como mencionamos, o recebimento de alguns bustos de figuras históricas. Os recursos foram canalizados essencialmente à conformação da Pinacoteca Histórica do MJC. Essa seria formada por pinturas retratando os “vultos, fatos e lugares” relativos a três períodos da nossa história, “o Colonial, o dos Farrapos e do Segundo Império até 1889”<sup>652</sup>. Tal delimitação temporal foi posteriormente estendida abrangendo também períodos mais recentes da história, como, por exemplo, o da Revolução de 1930. Nesse sentido, o diretor do MJC, ao receber proposta para adquirir algumas pinturas de “vultos, cenas e fatos do movimento de 3 de outubro”, declarou que essa “estaria de acordo com o projeto, que está sendo lentamente executado, de uma galeria destinada a abranger todas as gerações riograndenses, do período colonial até o presente”<sup>653</sup>. Embora não exista registro da incorporação dessas obras ao acervo do MJC, as mencionamos no sentido de demonstrar que também era considerado digno de figurar na Pinacoteca, em meio às campanhas de conquistas do período colonial e à Guerra Farroupilha, o episódio recente da Revolução de 1930.

Entretanto, o exemplo acima, é uma exceção, pois predominou a intenção, muitas vezes declarada na documentação do período, de aquisição de imagens “de

---

<sup>651</sup> Ofício nº 18 emitido pelo diretor do MJC ao Secretario da Educação em 17 de março de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 295. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>652</sup> Ofício nº 206 emitido pelo diretor do MJC ao Secretario da Presidência do Estado em 18 de julho de 1930. Correspondências expedidas 1930, fl. 123. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.008.

<sup>653</sup> Ofício nº 3 expedido em 03 de janeiro de 1931 pelo diretor do MJC ao Diretor de Expediente da Secretária de Estado dos Negócios do Interior e Exterior sobre oferecimento dos trabalhos do pintor F. Pelichek tratando da Revolução de 1930. Correspondências expedidas 1931, fl. 3. Arquivo Permanente do MJC – Ap. 1.010.

homens ilustres do Rio Grande do Sul”<sup>654</sup> e de locais relacionados, principalmente, à Guerra Farroupilha. Tentando averiguar se tal objetivo foi contemplado, listamos as obras que foram adquiridas pelo MJC no período 1925-1939, procurando identificar os principais nomes e eventos nelas representados.

#### 4.3.1 Dados do acervo Iconográfico (1925-1939)

Atualmente, a coleção Iconografia do MJC apresenta 37 registros de incorporações realizadas entre 1925 e 1939<sup>655</sup>, dispostos no Quadro 4, organizados por ordem crescente do ano de ingresso no MJC:

Quadro 4 – Coleção de Iconografia registrada no sistema Donato (1925-1939)

	<b>Título da obra (técnica)</b>	<b>Autor Assinatura</b>	<b>Ingresso n °Reg.</b>	<b>Forma de Aquisição</b>	<b>Obs 656</b>
1	Edifício do Instituto Brasileiro (óleo sobre tela)	Atelier Calegari	1926 Nº 731	Doação (Inácio Montanha)	<b>L</b>
2	Conde Tito Lívio Zambecari (crayon sobre papel)	Alcides Athayde Ávila	1926 Nº 829	Doação (Anna Aurora do Amaral Lisboa)	<b>V</b>
3	Sem título (tinta sobre vidro)	Tito Lívio Zambecari <sup>657</sup>	1926 Nº 57	Doação (Anna Aurora do Amaral Lisboa)	
4	Sem título (tinta sobre vidro)	Tito Lívio Zambecari	1926 Nº 58	Doação (Anna Aurora do Amaral Lisboa)	
5	Calendário perpétuo com efígie de D. Pedro I (tinta sobre papel)	Desconhecido, sem assinatura	1926 Nº 330	Doação (Adolfo Amaral Lisboa)	<b>V</b>

<sup>654</sup> Ofício nº 96 emitido pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, a Ignácio Luis P. da Silva em 16 de maio de 1928 agradecendo a doação de um quadro de Bento Gonçalves. Correspondências expedidas 1928, fl. 132. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.006.

<sup>655</sup> Conforme indicado anteriormente, era registrado em 1939, quando da chegada de Emilio Kemp à direção do MJC, um total de 90 obras na Pinacoteca Histórica do MJC (Cf. Ofício nº 68 de 04 de abril de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 329. Arquivo Permanente do MJC - AP 1.014). Entretanto também lembramos que a pesquisa no sistema Donato foi feita considerando o intervalo de 1925-1939 onde obras registradas no sistema sem a inclusão da data de ingresso no MJC, não são relacionadas.

<sup>656</sup> Os símbolos indicados nessa coluna identificam a referência das obras a “vultos” (V); “lugares” (L) e “cenar” (C). As sem indicação são as obras não identificadas em nenhuma dessas categorias.

<sup>657</sup> A correspondência nº 73 emitida pelo diretor do MJC em 20 de março de 1926 de agradecimento à Anna Auróra do Amaral Lisboa, de Rio Pardo, não discrimina os quadros por ela doados, apenas indica que foram “feitos na Presiganga por Tito Zambecari”. O autor, portanto, é que confere valor às obras. Presiganga era como se chamavam os navios presídios do governo brasileiro e português entre 1830 e 1860, administrados pela Marinha. Um deles foi utilizado como prisão em Porto Alegre pelas tropas imperiais durante a Revolução Farroupilha (Correspondências expedidas 1925-1926, fl. 71. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.004).

6	D. Pedro II (óleo sobre tela)	Desconhecido, sem assinatura	1927 Nº 256	Doação (Intendência de Camaquã)	V
7	Julio de Castilhos (fotografia retocada com crayon colada em cartão)	Atelier Calegari, V. Cervásio, 1913.	1927 Nº 779	Doação (Manuel Gonçalves Cardoso)	V
8	Busto de Pinheiro Machado (cabeça em bronze)	Pinto do Couto, 1915	1929 Nº 36	Doação (Salvador Ayres Pinheiro Machado)	V
9	Busto do Dr. Borges de Medeiros (gesso bronzeado)	Victório Livi, 1927	1929 Nº 38	Doação (Henrique Correa Leal)	V
10	Casa onde nasceu Bento Gonçalves da Silva (óleo sobre papel)	Virgílio Calegari	1929 Nº 46	Compra (Atelier Calegari)	L
11	Ruínas do Palácio do Governo em Viamão (óleo sobre papelão)	Alcides Atayde Ávila	1929 Nº 47	Compra (do autor)	L
12	Retrato de D. Pedro I (crayon sobre papel)	Virgílio Calegari	1929 Nº 49	Compra (do autor)	V
13	Gaúcho Rio-Grandense (crayon sobre papel)	Vicente Cervásio	1929 Nº 50	Compra (do autor)	
14	A Casa Branca (óleo sobre papelão)	Vicente Cervásio	1929 Nº 310	Compra (Atelier Calegari)	L
15	Família Imperial do Brasil (Reprodução de gravura, tinta sobre papel)	Desconhecido Sem assinatura	1929 Nº 446	Doação (Anna Cascaes)	V
16	Palácio Provincial de Porto Alegre (papel, tinta têmpera)	Atelier Calegari	1929 Nº 735	Doação (Atelier Calegari)	L
17	Dr. Julio de Castilhos (óleo sobre papel)	Atelier Calegari	1929 Nº 741	Doação (Alcides Maya)	V
18	Cabeça de Julio Prates de Castilhos (Bronze, mármore)	Pinto do Couto	1929 Nº 757	Compra (do autor)	V
19	Busto de Pinheiro Machado (miolo de pão pintado de branco)	Desconhecido Sem assinatura	1929 Nº 4457	Doação (filho de Salvador Pinheiro Machado)	V
20	Ponte da Azenha (óleo sobre tela)	Luís Cúria	1930 Nº 51	Compra (do autor)	L
21	A Virgem da cadeira (cópia de Rafael, óleo sobre tela)	Desconhecido Sem assinatura	1930 Nº 41	Doação (Karl Johann Schröder)	
22	Fazenda da Reserva (óleo sobre papelão)	Vicente Cervásio	1930 Nº 44	Compra (Atelier Calegari)	L

23	Capão da Convenção (óleo sobre papelão)	Vicente Cervásio	1930 Nº 45	Compra (Atelier Calegari)	L
24	General Antônio de Souza Neto (óleo sobre tela)	Azevedo Dutra	1930 Nº 52	Compra (Atelier Azevedo Dutra)	V
25	Julio de Castilhos (óleo sobre papel)	Vicente Cervásio	1930 Nº 53	Compra (Atelier Calegari)	V
26	Barão de Santo Ângelo (fotografia retocada a óleo)	Vicente Cervásio	1930 Nº 54	Compra (Atelier Calegari)	V
27	Carga de Cavalaria (madeira e tinta)	Guilherme Litran	1930 Nº 55	Compra (Alberto Barcellos)	C
28	Araújo Porto Alegre (óleo sobre papelão colado sobre tela)	Atelier Calegari e Vicente Cervásio	1930 Nº 1055	Compra (Atelier Calegari)	V
29	Juca Tigre (fotografia)	Desconhecido Sem assinatura	1930 Nº 1826	Doação (Flanklin Dutra)	V
30	Alegoria Farroupilha (aquarela sobre papel)	Pe. Hildebrando de Freitas Pedroso	1933 Nº 312	Doação (Antônio Mattos Netto)	L
31	General Osório (medalhão em bronze)	H. Leão Vellos	1933 Nº 380	Doação (Comissão Promotora do Monumento do Gal. Osório)	V
32	Peso para papéis de Solano Lopes	Desconhecido	1933 Nº 468	Doação (José Massini)	V
33	Gomes de Vasconcellos Jardim (óleo sobre tela)	Sem assinatura Atribuído a F. Polrh	1934 Nº 830	Doação (Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior)	V
34	Igreja Matriz de Viamão (óleo sobre tela)	Luís Cúria	1935 Nº 769	Compra (do autor)	L
35	Alegoria Farroupilha (aquarela sobre papel)	Padre Francisco das Chagas Martins Ávila (Pe. Chagas)	1936 Nº 343	Doação (José Ferreira Coutinho)	L
36	Francisco de Paula Rodrigues Alves (óleo sobre tela)	E. Ravetta	1939 Nº 90	Doação (José Loureiro da Silva)	V
37	Fazenda da Reserva (fotografia retocada, tinta sobre papel)	Desconhecido Sem assinatura	1939 Nº 821	Doação (herdeiros de José Montauray de Aguiar Leitão)	L

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema de documentação museológica Donato 3.0, Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.



Agrupando as 37 imagens registradas no sistema Donato a partir das referências “vultos” e “lugares”, e acrescentando a retratação de “cenas”, obtemos a seguinte distribuição:

Tabela 6 - Coleção Iconográfica MJC - categorias *vultos*, *lugares* e *cenas* (1925-1939)

	Referencia				
	<i>Vultos</i>	<i>Lugares/acontecimentos</i>	<i>Cenas</i>	<i>Outras</i>	Total
<b>Nº de imagens registradas</b>	20	12	1	4	37
<b>Percentual</b>	54,06%	32,43%	2,70%	10,81%	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema de documentação museológica Donato 3.0, Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

Lugares são aqui entendidos como cenários, onde há a representação de uma paisagem, mas sem a indicação de uma ação, o que caracteriza uma cena. A única obra que retrata uma cena é a do espanhol Guilherme Litran y Cassinello, produzida em 1893 sob o título *Carga de Cavalaria*. Trata-se da 1ª Brigada de Cavalaria dos Farrapos, comandada pelo Coronel Antônio de Souza Netto, que, em 10 de setembro de 1836, venceu a Batalha de Seival, em Bagé, contra os imperiais, culminando na proclamação da República Rio-Grandense no dia seguinte<sup>658</sup>. A documentação relativa à compra dessa obra indica tratar-se de “antiga tela do pintor espanhol Litran, representando um esquadrão de lanceiros farrapos”<sup>659</sup>.

<sup>658</sup> Dados constantes na ficha catalográfica do MJC. Sobre essa obra ver FERNANDES [et al], 2011.

<sup>659</sup> Ofício nº 212 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 29 de julho de 1930 informando o oferecimento à venda, por Alberto Barcellos, da tela *Carga de Cavalaria*. Correspondências Expedidas 1930, fl. 146. Arquivo Permanente do MJC – Ap. 1.008.

Figura 5- Imagem da tela *Carga de Cavalaria* (Litran, 1893)



Madeira, tinta, ouro (64 x 77 cm)

Fonte: Acervo MJC (nº 55). Reprodução fotográfica FERNANDES [et al.], 2011, s/nº.

Classificamos como *Outras* as obras em relação às quais não conseguimos identificar, através do título e demais informações disponíveis, a referência a um determinado *lugar* ou *vulto histórico*<sup>660</sup>, ou que não se enquadram como representação nem de uma personalidade histórica nem de um local, como por exemplo a obra “Gaúcho Rio-grandense” de Vicente Cervasio.

Constatamos que a maior parte dos registros (pouco mais da metade) é relativa a *vultos* ilustres do nosso passado, sendo Julio de Castilhos o personagem com a maior quantidade de imagens incorporadas ao acervo da Pinacoteca no período, de acordo com os registros atuais do MJC. A Tabela 7 identifica os nomes dos personagens e a quantidade de obras respectivas:

<sup>660</sup> As quatro obras classificadas como *Outras* foram: duas de autoria de Tito Lívio Zambecari, sem título; *Gaúcho Rio-Grandense*, de Vicente Cervásio, e *A Virgem da Cadeira*, sem autoria.

Tabela 7 - *Vultos* históricos retratados no acervo Iconográfico-MJC (1925-1939)

	Nome do Personagem (vulto)	Nº de Imagens (percentual)	Forma de Aquisição	Período/evento ( <i>fato</i> relacionado)
1	Julio de Castilhos	4 (20%)	2 doação 2 compra	Primeira República
2	D. Pedro I	2 (10%)	1 doação 1 compra	Império
3	Manuel de Araújo Porto Alegre (Barão de Santo Ângelo)	2 (10%)	compra	Império
3	Salvador Pinheiro Machado	2 (10%)	doação	Revolução Federalista de 1893
4	Gal. Antônio de Souza Neto	1 (5%)	compra	Guerra Farroupilha
5	Antônio Augusto Borges de Medeiros	1 (5%)	doação	Primeira República
6	Família Imperial do Brasil	1 (5%)	doação	Império
7	Francisco de Paula Rodrigues Alves	1 (5%)	doação	Primeira República
8	Francisco Solano Lopes	1 (5%)	doação	Guerra do Paraguai
9	José Gomes de Vasconcellos Jardim	1 (5%)	doação	Guerra Farroupilha.
10	José Serafim de Castilhos (Juca Tigre)	1 (5%)	doação	Revolução Federalista de 1893
11	Manuel Luis Osório (Marquês do Herval)	1 (5%)	doação	Guerra da Cisplatina, Farroupilha e Paraguai
12	D. Pedro II	1 (5%)	doação	Império
13	Tito Lívio Zambecari	1 (5%)	doação	Guerra Farroupilha
<b>Total de Personagens: 13</b>		<b>Imagens: 20 (100%)</b>	<b>Doação: 14 obras (70%) Compra: 6 obras (30%)</b>	

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Sistema de documentação museológica Donato 3.0, Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

Os *lugares* retratados nas imagens incorporadas ao MJC no período em questão e atualmente registradas no sistema Donato são apresentados no Quadro 5 com o respectivo *fato* ou *período* relacionado:

Quadro 5 – *Lugares* históricos retratados no acervo Iconográfico-MJC (1925 – 1939)

	<b>Título da Obra</b>	<b>Local</b>	<b>Forma de Aquisição</b>	<b>Período/evento (fato relacionado)</b>
1	Edifício do Instituto Brasileiro		doação	
2	Casa onde nasceu Bento Gonçalves da Silva	Triunfo	compra	Guerra Farroupilha
3	Ruínas do Palácio do governo em Viamão	Viamão	compra	1º palácio do governo da Capitania de S. Pedro (1766-1773). Período Colonial
4	A Casa Branca	Porto Alegre	compra	Quartel general e hospital durante a Guerra dos Farrapos
5	Palácio Provincial de Porto Alegre	Porto Alegre	doação	Período Imperial
6	Ponte da Azenha	Porto Alegre	compra	Local do 1º combate farroupilha
7	Fazenda da Reserva (óleo sobre tela)	Julio de Castilhos	compra	Antigo município de São Martinho, atual Julio de Castilhos. Fazenda onde nasceu Julio de Castilhos
8	Fazenda da Reserva (fotografia)	Julio de Castilhos	doação	Antigo município de São Martinho, atual Julio de Castilhos. Fazenda onde nasceu Julio de Castilhos
9	Capão da Convenção	Julio de Castilhos	compra	Local da reunião dos republicanos em março de 1889. Chamado de “Capão da Reserva” por estar localizado na Estância da Reserva de Julio de Castilhos.
10	Igreja Matriz de Viamão	Viamão	compra	Período Colonial
Imagens compradas: 7 Imagens doadas: 3 Total de imagens: 10				

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Sistema de documentação museológica Donato 3.0 Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

Observamos que a forma de aquisição das obras indicativas de *lugares* relevantes do nosso passado, ao contrário daquelas que retratam os *vultos*, é preponderante a compra (70%). Como veremos a seguir, grande parte das compras eram feitas através de encomendas a artistas regionais e nacionais, o que implicava uma determinação do solicitante, no caso o MJC, do que deveria ser retratado. Relativo às imagens de *vultos*, a maior parte do acervo, assim como os objetos pessoais, era resultado de doação de familiares descendentes dessas figuras históricas.

Os acontecimentos e períodos históricos (*fatós*) são indicados tanto nas imagens dos *vultos*, como nas dos *lugares* ou *cenás*. A tabela 8 agrupa os registros do sistema Donato a partir dos fatos e/ou períodos identificados, demonstrando quais foram os mais relevantes em termos quantitativos:

Tabela 8 – *Fatos/períodos* históricos retratados no acervo Iconográfico MJC (1925-1939)

	<b>Fato – Período</b>	<b>Nº obras</b>	<b>Nº de Referências</b>	<b>Aquisição</b>
<b>1</b>	Guerra Farrroupilha	9 (27,27%)	10 (29,41%)	Doação – 4 Compra – 5
<b>2</b>	Julio de Castilhos/ movimento republicano	7 (21,21%)	7 (20,59%)	Doação- 3 Compra- 4
<b>3</b>	Império	7 (21,21%)	7 (20,59%)	Doação- 3 Compra- 4
<b>4</b>	Revolução Federalista 1893	3 (9,09%)	3 (8,82%)	Doação- 3 Compra- 0
<b>5</b>	Primeira República	2 (6,06%)	2 (5,88%)	Doação- 2 Compra- 0
<b>6</b>	Colônia	2 (6,06%)	2 (5,88%)	Doação- 0 Compra- 2
<b>7</b>	Guerra do Paraguai	1 (3,03%)	2 (5,88%)	Doação- 1 Compra- 0
<b>8</b>	Guerra da Cisplatina	1 (3,03%)	1 (2,94%)	Doação – 1 Compra- 0
	Não Identificado	1 (3,03%)		Doação- 1 Compra- 0
	<b>Total de <i>fatós</i>/períodos: 8</b>	33 (100%)	34 (100%)	Doação: 18 (54,54%) Compra: 15 (45,46%)

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Sistema de documentação museológica Donato 3.0, Setor Técnico do MJC. Consulta feita em 07/03/2017.

O número de referências é maior do que o de obras, tendo em vista que uma imagem pode representar mais de um evento, como é o caso da tela do General Osório, que atuou nas guerras da Cisplatina, Farrroupilha e do Paraguai.

A Revolução Farrroupilha não integrou os fatos do período imperial, porque, como já foi dito, ela receberia uma sala (Salão Bento Gonçalves) especial no MJC, distinta da sala reservada ao Império. O mesmo ocorre em relação a Julio de Castilhos, destacado do período da Primeira República por receber também sala especial. As guerras da Cisplatina, do Paraguai e de 1893 também ganham destaque na documentação administrativa do MJC, por isso, foram separadas dos períodos colonial, imperial e republicano na tabela 8.

Percebemos que um pouco mais da metade das 33 obras listadas (54,54%) foram adquiridas por doação, mas chama a atenção que, entre os acontecimentos (*feitos/períodos*) mais referenciados pelas imagens – Guerra Farroupilha, Julio de Castilhos e Império –, a maior parte tenha sido comprada. Isso nos leva a pensar que tais eventos, lugares e personagens não aparecem em maior número por casualidade, mas por uma intenção por parte do MJC. A compra significa um investimento da instituição que aplica dinheiro público para ter sob sua guarda determinada obra. Assim, podemos considerar que, apesar dos registros no sistema Donato no intervalo de 1925-1939 serem em números reduzidos<sup>661</sup>, eles evidenciam os *vultos, fatos e lugares* que o MJC buscou destacar na constituição de sua Pinacoteca Histórica para figurar nos salões das futuras exposições. Nesse sentido, também podemos afirmar que o projeto de organização do espaço do MJC, com destaque para as salas 35 (Bento Gonçalves) e Julio de Castilhos, parece refletir-se na aplicação de recursos para a aquisição de imagens, processo que analisamos no próximo subitem, de modo a, mais uma vez, buscarmos compreender a narrativa histórica que a instituição buscava construir, divulgar e consagrar.

#### **4.3.2 Formação do acervo da Pinacoteca Histórica do MJC (1925-1939)**

A observação de Emilio Kemp ao assumir a direção do MJC em 1939, transcrita no capítulo segundo, de que a única seção organizada e em funcionamento era a do Arquivo Histórico, estando as demais abandonadas, pode nos fazer pensar de forma imediata que os esforços e investimentos na formação de coleções do Departamento de História Nacional do MJC, no período em análise, foram apenas e tão somente canalizados para o referido Arquivo. Certamente há o reconhecimento do grande empenho na organização e manutenção do funcionamento dessa seção, como foi analisado no capítulo terceiro, mas tal trabalho, em certa medida, representou uma continuidade do que já vinha sendo realizado na 2ª Sessão do Arquivo Público, passando a ser intensificado após a sua transferência para o MJC, principalmente em

---

<sup>661</sup> A documentação administrativa da época (correspondências expedidas/recebidas principalmente) nos aponta outras obras além das registradas atualmente no período 1925-1939, conforme veremos nos itens seguintes. Essas obras provavelmente foram registradas no Sistema Donato, mas sem data de ingresso, por isso só aparecem quando a busca é feita por coleção (Iconográfica) e não por intervalo de tempo. Seria necessário, portanto, primeiro identificar o autor ou o título das obras, para posteriormente fazer a busca no sistema, dentro da coleção Iconográfica, já que sem a data de ingresso ou aquisição, elas não figuram na listagem de 1925-1939.

relação à obtenção de documentos do período farroupilha. Assim, o que queremos observar é que, por mais difícil que tenha sido *a caça aos documentos* do Arquivo, esse empreendimento não partiu do zero, como nos parece ter ocorrido em relação à coleção que formaria a Pinacoteca Histórica do Museu. Por isso, a declaração de Kemp deve ser percebida em relação apenas à organização do acervo, não indicando de modo justo o que ocorria no MJC entre os anos 1925-1939, caso a tomássemos como forma de avaliação do trabalho desenvolvido pela equipe do Departamento de História Nacional na formação da Pinacoteca Histórica. A leitura das correspondências relativas aos processos cotidianos no MJC nos indica o esforço e investimento implicados na constituição do acervo iconográfico naquele período, dos quais nos foram legadas as imagens ainda expostas hoje, principalmente na Sala Farroupilha. Assim, a nossa intenção nesse subitem é analisar as formas de constituição do acervo iconográfico entre 1925 e 1939, destacando os critérios envolvidos nesse processo, a fim de identificarmos a função atribuída à Pinacoteca Histórica que justificasse o investimento feito em sua formação.

O MJC compôs a sua Pinacoteca Histórica, que como vimos deveria retratar os principais nomes e acontecimentos do nosso passado, através do recebimento de doações, de compra e de produção de imagens.

As doações, como já mencionadas, na maioria das vezes foram feitas por familiares ou pessoas ligadas aos vultos representados nas pinturas ou bustos, sendo raras as ofertas gratuitas feitas ao MJC pelos artistas produtores das obras, como foi o caso da pintura *Palácio Provincial de Porto Alegre*, doada à instituição em 1929, conforme indicado no Quadro 4 no subitem anterior.

No caso de doações, principalmente quando relacionadas aos líderes da Guerra Farroupilha, a exemplo do que fazia em relação aos objetos pessoais, Eduardo Duarte procurava levantar dados os mais precisos possíveis a respeito das imagens ofertadas, como ocorreu em relação a uma tela de Bento Gonçalves doada ao MJC em 1928. Nesse caso, Duarte comparou-a com as duas outras imagens do mesmo personagem que o Museu já possuía, tentando identificar a época de sua produção, solicitando, para isso, informações ao doador, como segue:

Por intermédio de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Dr. Presidente do Estado, este Instituto recebeu a importante oferta que lhe fizeste de um retrato a óleo do inolvidável general farroupilha Bento Gonçalves da Silva.

Esse retrato, que foi recebido com o máximo agrado, irá figurar em nossa galeria histórica. Mais preciosa, porém, se torna a oferta se a fizesse acompanhar de algumas informações de que reputamos interessante. Seria essa a tela que figurava no velho solar da estância de Cristal? Temos as nossas dúvidas, pois uma cópia que possuímos, como verdadeira, daquele retrato, não coincide com o retrato em apreço.

Possuímos ainda uma outra reprodução fotográfica do general, doação dos seus netos, apresentando, igualmente, no confronto com os demais diferenças sensíveis do detalhe.

São assim, como vedes, interessantes quaisquer informações que, a respeito, possamos obter, a fim de firmamos uma apreciação quanto à época em que tais retratos foram tirados.<sup>662</sup>

Na comunicação que fez ao Secretário do Estado sobre a obra acima referenciada, Eduardo Duarte também manifestou a preocupação em identificar, como na correspondência ao doador, se a tela era a que “figurou na sala do antigo solar da estância do Cristal, em Camaquã”<sup>663</sup>. Parece-nos que a busca do estabelecimento preciso da época em que o retrato foi produzido ia no intuito principal de poder confirmar se essa era a imagem outrora exposta na sala do solar de Bento Gonçalves, o que poderia valorizar ainda mais o quadro em questão, o qual, além de representar o general farroupilha, passaria a ser considerado igualmente uma relíquia, já que se constituiria também em um objeto que esteve na casa do herói. Nota-se que as questões de Eduardo Duarte são todas relativas ao contexto da produção da obra, ou seja, relacionadas a questões históricas. O valor estético não é mencionado.

As imagens eram incorporadas à Pinacoteca devido ao seu valor histórico manifestado na retratação de homens e lugares considerados importantes em nosso passado, desconsiderando-se a questão estética. Isso fica bem evidenciado nas palavras do diretor ao não aceitar uma tela com a imagem de Gomes Jardim oferecida à venda ao MJC. A manifestação ao Secretário da Educação sobre a oferta deu-se nos termos seguintes:

Incumbe-me informar a Vossencia que o quadro-retrato de José Gomes de Vasconcelos Jardim, oferecido à venda ao governo do Estado por dona Nenê M. Albrecht, **a parte quaisquer considerações estéticas sobre o possível valor intrínseco do trabalho, historicamente**, ele não interessa à Pinacoteca do Museu Julio de Castilhos, visto como possuímos o original do referido

<sup>662</sup> Ofício nº 96 enviado por Eduardo Duarte em 16 de maio de 1928 a Ignácio Luiz P. da Silva, morador de Camaquã e doador do óleo de Bento Gonçalves. Correspondências expedidas 1928, fl. 132. Arquivo Permanente do JC – Ap. 1.006.

<sup>663</sup> Ofício nº 95 enviado por Eduardo Duarte ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 15 de maio de 1928. Correspondências expedidas 1928, fl. 31. Arquivo Permanente do MJC – Ap. 1.006.



quadro, e ainda **nos faltam outros congêneres, revivendo heróis e vultos notáveis do Rio Grande do Sul.**<sup>664</sup>

Fica, portanto, manifesto claramente que o valor das obras era atribuído a partir dos heróis que elas retratavam, os quais eram previamente determinados pelo Departamento de História e relacionados fundamentalmente à Guerra dos Farrapos. Nesse sentido, o quadro oferecido de Gomes Jardim, mesmo que esteticamente pudesse ser superior ao que o Museu já possuía, perdia totalmente seu valor, pois o papel de representar a figura histórica a ele relacionada já estava cumprido, tendo o MJC a posse do “original”, optando, por isso, em rejeitar a oferta e investir o correspondente valor na aquisição de imagens daqueles homens ainda sem retratação na Pinacoteca.

Mesmo considerando a compra de algumas obras oferecidas ao MJC por particulares, o investimento maior foi feito em encomendas de imagens pelo Departamento de História. Importante lembrar que na dotação orçamentária do Estado destinada à instituição, constava, no período, uma rubrica específica voltada à aquisição de retratos históricos. Abaixo transcrevemos os valores indicados para o exercício de 1929:

Tabela 13 (do corrente exercício – 1929)

VERBA

Publicação de Revista, catálogos, guias, circulares e etiquetas .....	30:000\$000
Aquisição de exemplares, artefatos, documentos, mapas, quadros, estátuas, coleção de selos e moedas .....	30:000\$000
Aquisição de Livros .....	2:000\$000
Galeria de retratos históricos do Rio Grande do Sul (período Colonial – 1º e 2º Império e República) .....	15:000\$000
Laboratórios (seção de zoologia, mineralogia e botânica) .....	12:000\$000
Seções científicas .....	5:000\$000
Despesas de Expediente .....	35:000\$000
Pagamento para os funcionários da Portaria .....	10:000\$000
Aquisições de documentos atinentes ao período farroupilha ...	12:800\$000 <sup>665</sup>

Verifica-se que o valor destinado à Galeria de retratos históricos era superior ao destinado à manutenção dos laboratórios de zoologia, mineralogia e botânica, e apenas um pouco inferior quando o valor dos laboratórios é somando aos das seções científicas.

<sup>664</sup> Ofício nº 04 enviado pelo diretor do MJC ao Secretario de Estado da Educação em 24 de janeiro de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 281. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifo nosso.

<sup>665</sup> Listas orçamentária exercício 1929. Correspondências expedidas 1929, fl. 171. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007.

O quadro demonstra o quanto, no período enfocado, o Estado investia na formação das coleções das seções do Departamento de História do MJC, com verba específica destinada tanto à galeria de retratos, como a outros documentos e artefatos.

Portanto, era possível ao MJC adquirir por compra as imagens para a composição de sua Pinacoteca. Nesse sentido, destacamos a iniciativa de Eduardo Duarte, em 1929, de abertura de uma concorrência para a execução de retratos a óleo de figuras históricas, no tamanho de 60x70 centímetros, com molduras em madeira. Os nomes dos personagens que deveriam ser retratados não são indicados. Participaram da concorrência os mais destacados ateliers de fotografia da cidade à época: Ferrari<sup>666</sup>, Calegari<sup>667</sup> e Azevedo Dutra<sup>668</sup>, além da senhora Iracema Aracy Gomes da Silva<sup>669</sup>, que também apresentou proposta de valores ao MJC.

Dois ateliers fotográficos, anexo à apresentação dos valores para a concorrência, também enviaram um retrato, confeccionado conforme as orientações do MJC, para que Eduardo Duarte pudesse avaliar a qualidade do trabalho dos artistas e não somente basear sua escolha no preço estabelecido. Assim, Jacintho Ferrari remeteu um retrato a

---

<sup>666</sup> O estúdio Ferrari foi fundado em 1871, conforme Possamai (2006), pelo imigrante italiano Rafael Ferrari, localizando-se inicialmente na Rua da Ponte. Após a aposentadoria de Rafael, seus filhos Carlos e Jacintho o sucederam criando o estúdio *Ferrari & Irmãos*, no centro de Porto Alegre, na Rua Duque de Caxias, 473, posteriormente transferido para a Rua dos Andradas. A correspondência que apresenta a proposta ao MJC em 1929 indica o endereço da *Photografia Ferrari de Jacintho Ferrari* como Rua dos Andradas, 1500. Possamai informa que: “Os Ferrari eram também retratistas, vindo a associar-se com os pintores Boscagli e Carlos Fontana, num primeiro momento, e Frederico Trebbi, posteriormente” (POSSAMAI, 2006, p. 265). Trebbi é o nome indicado na proposta enviada a Eduardo Duarte: “A confecção de Pinturas de retratos a óleo continua sob a competente direção do provector artista [ilegível] Trebbi” (Correspondências Expedidas 1929, fl. 237. Arquivo Permanente do MJC – Ap. 1.007).

<sup>667</sup> Virgílio Calegari, imigrante italiano, fundou seu primeiro atelier fotográfico em 1893 na Rua do Arroio, transferindo-se, três anos depois, para a Rua dos Andradas. Ver Possamai, 2006. Nas correspondências enviadas a Eduardo Duarte em 1929, uma com o preço de execução de retratos a óleo para a concorrência e outra oferecendo uma pintura de Carlos Barbosa, há a indicação do *Atelier Fotográfico V. Calegari* em duas numerações da Rua dos Andradas, no centro de Porto Alegre, 171 e 759, respectivamente. Possamai aponta que: “Calegari destacou-se como o fotógrafo das autoridades locais, realizando o retrato de figuras políticas proeminentes da sociedade porto-alegrense” (POSSAMAI, 2006, p. 265). O pintor Vicente Cervásio trabalhou no estúdio de Calegari, “retratando várias personalidades gaúchas da época” (FERNANDES...[et al.], 2011, s/nºp).

<sup>668</sup> O estúdio fotográfico *Azevedo Dutra* era uma sociedade constituída pelo fotógrafo Olavo Dutra e pelo artista plástico Augusto Azevedo, localizado no centro de Porto Alegre entre 1928 e 1935 em dois endereços, na Travessa Itapiru e na Rua dos Andradas (POSSAMAI, 2006, p. 268). A proposta de preços apresentada ao MJC em 1929 indica a *Photografia Azevedo Dutra*, “com atelier para execução de trabalhos fotográficos, retratos a óleo e a crayon”, situada na Travessa Itapiru, nº 17. Correspondências Expedidas 1929, fl. 235. Arquivo Permanente do MJC. AP. 1.007. Possamai informa que “as fotografias publicadas na Revista do Globo contêm na sua quase totalidade, a assinatura desse estúdio” (2006, p. 273). A autora também indica a importância do estabelecimento dizendo que, “após a morte de Virgílio Calegari e de Jacintho Ferrari, o estúdio de Olavo Dutra pode ser considerado como um dos mais importantes da cidade” (POSSAMAI, 2006, p. 274).

<sup>669</sup> Não encontramos referência sobre esta artista.

óleo do general Osório “para melhor poderem julgar o mérito do artista que trabalha no meu atelier”<sup>670</sup> e a Fotografia Azevedo Dutra apresentou retrato do General Antônio de Souza Neto para que fosse “devidamente analisado, observando rigorosa igualdade artística nos demais que lhes forem confiados”<sup>671</sup>. Virgílio Calegari também encaminhou um retrato ao MJC, mas, diferentemente dos outros dois concorrentes, não o executou naquele período com o objetivo de demonstrar a qualidade artística de seu trabalho<sup>672</sup>. Ele preferiu remeter uma tela de Carlos Barbosa, feita 16 anos antes, para que fosse avaliada e, tendo o MJC interesse em adquiri-la, fizesse sugestão do preço a ser pago. As palavras de Calegari a Eduardo Duarte foram:

Conforme prometi remeto o quadro do Dr. C. Barbosa. Como poderá verificar é um quadro que já tem 16 anos, e em perfeito estado. Se fosse encomendado hoje, valeria 5 contos, mas se por acaso for possível colocá-lo de qualquer forma aceitarei qualquer proposta dentro de razoável.<sup>673</sup>

O vencedor da concorrência foi o estúdio Azevedo Dutra, que apresentou a proposta de menor valor<sup>674</sup>, mas isso foi apenas uma feliz casualidade não sendo o critério fundamental da escolha. A seleção foi baseada no julgamento da qualidade das obras através de uma comissão de “pessoas conhecedoras da arte” convidadas por Eduardo Duarte, conforme o ofício ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior esclarecia:

Como em tempo tive a honra de expor a vossencia abri uma concorrência particular para a confecção de retratos a óleo das nossas principais figuras históricas, notadamente os capitães-generais deste então continente de São Pedro do Sul. A essa concorrência apresentaram-se diversos artistas, como se

<sup>670</sup> Apresentação da proposta da *Fotografia Ferrari de Jacintho Ferrari* ao MJC. Correspondências expedidas 1929, fl. 237. Arquivo Permanente do MJC – AP 1.007.

<sup>671</sup> Apresentação da proposta da *Fotografia Azevedo Dutra* ao MJC. Correspondências expedidas 1929, fl. 235. Arquivo Permanente do MJC – AP 1.007.

<sup>672</sup> A proposta dos valores para execução de retratos apresentada por Virgílio Calegari foi em correspondência separada da que enviou a tela de Carlos Barbosa. Correspondências expedidas 1929, fl. 234. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007.

<sup>673</sup> Cópia de correspondência enviada por Virgílio Calegari a Eduardo Duarte em 23 de agosto de 1929 oferecendo o quadro de Carlos Barbosa. Correspondências expedidas 1929, fl. 233. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007.

<sup>674</sup> A proposta feita pela *Photografia Azevedo e Dutra* foi “de rs 500\$000 (quinhentos mil réis) cada retrato com moldura de madeira”. A da senhora Iracema Aracy Gomes da Silva foi de rs 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil réis) por unidade, enquanto os preços propostos pelos estúdios de *Jacyntho Ferrari* e de *Virgílio Calegari* foram os mais altos, rs 750\$000 (setecentos e cinquenta mil réis) por retrato. Calegari, a parte do valor para confecção de retrato a óleo com moldura em madeira, nas dimensões 60x70 cm, também apresentou orçamento separado no valor de rs 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis) como “proposta para a restauração, retoques e vernissagem de 3 telas pertencentes ao MJC” (Correspondências Expedidas 1929, fls 233 a 237. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007).

vê dos inclusos papeis, os quais apresentaram, igualmente, alguns trabalhos que ainda se acham neste Museu.

Convidando algumas pessoas conhecedoras da arte para examinarem esses trabalhos, entre os quais os senhores desembargador Florêncio de Abreu, dr. Moyséis Vellinho, Mansueto Bernardi e De Souza Junior, os últimos três foram de opinião que se devia preferir o artista do atelier Azevedo e Dutra (proposta junta), que apresentou o retrato de Antônio de Souza Netto. A proposta dessa casa tem ainda a vantagem de ser a mais módica em preço. É o que exponho a vossencia, esperando deliberação a respeito, acrescentando que a verba para esse fim está ainda quase intacta.

Outrossim tendo o atelier Calegari apresentado um belo retrato do dr. Carlos Barbosa, trabalho confeccionado quando esse eminente republicano exerceu a presidência do Estado, proponho a vossencia a aquisição desse retrato, digno, sem dúvida, de figurar entre nossa galeria. Autorizado a entrar em entendimento com o cav. Calegari quanto ao preço da tela, em tempo informarei vossencia do que ficar assentado.<sup>675</sup>

Chama a nossa atenção que, dentre as “pessoas conhecedoras da arte”, duas, Florêncio de Abreu e Mansueto Bernardi, eram confrades de Eduardo Duarte no IHGRGS<sup>676</sup>. Certamente os convidados de Duarte eram homens cultos, mas todos ligados às letras e à história. Não integrava a comissão avaliadora nenhum artista ou estudioso dessa área, o que reforça nosso entendimento de que o valor preponderante era o histórico e não o estético na seleção das imagens da Pinacoteca. A correspondência não apresenta os motivos do quadro do General Neto ter sido considerado o melhor, já que, como dissemos, não foi o menor preço que determinou a seleção. A nossa hipótese é a de que a aquisição do retrato de um general farroupilha naquele contexto de preparação do centenário de 1835 era mais significativa do que a de imagens de personagens relacionados a outros eventos históricos. Embora o general Osório também tenha participado da Guerra dos Farrapos, ao lado das tropas imperiais, sendo reconhecido como importante figura do nosso passado, não possuía a força da imagem de Neto, que foi quem proclamou a República Rio-Grandense.

<sup>675</sup> Ofício nº 277 emitido pelo diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, ao Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 07 de outubro de 1929. Correspondências expedidas 1929, fl 232. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.007. Acompanha esse ofício as propostas dos participantes (fls.233 a 237).

<sup>676</sup> Como já indicado no capítulo segundo, Florêncio de Abreu e Silva, advogado, foi diretor do Arquivo Público do Estado e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, além de membro fundador e primeiro presidente do IHGRHS. Mansueto Bernardi ingressou no IHGRS em 1925. Era escritor, poeta e exerceu cargos na administração estadual (Secretaria do Interior) e também federal (Diretor da Casa da Moeda após a Revolução de 1930). Foi fundador e diretor da Revista do Globo. Moyés Vellinho formou-se em Direito, foi escritor e jornalista. Ingressou no IHGRS em 1949 (Cf. MARTINS, 2015). Sobre o mencionado “De Souza Júnior”, como o documento não apresenta o seu primeiro nome, não conseguimos identificá-lo com precisão, mas nos registros do IHGRS há o membro João Francisco Pereira **de Souza**. Ver <[http://www.ihgrgs.org.br/arquivo/GuiaAcervoIHG\\_site.pdf](http://www.ihgrgs.org.br/arquivo/GuiaAcervoIHG_site.pdf)> Acesso 10 de janeiro de 2010.

A Secretaria autorizou o MJC “a adquirir os retratos a óleo das nossas principais figuras históricas”<sup>677</sup> e assim procedeu-se a compra do quadro do general Neto que hoje está registrado no sistema Donato sob número 52, conforme apontado no Quadro 4 no subitem anterior.

Os outros dois retratos, o do General Osório e o de Carlos Barbosa, não foram adquiridos pelo MJC, mas também não foram devolvidos imediatamente aos seus proprietários. Transcorrido mais de um ano do resultado da concorrência, o quadro do General Osório ainda se encontrava na instituição, motivando o dono da obra a escrever para Eduardo Duarte pedindo “a fineza de mandar entregar ao portador o quadro e retrato a óleo do gen. Osório que ai foi como modelo e preços para mais trabalhos”<sup>678</sup>.

O quadro de Carlos Barbosa constituiu um caso a parte, gerando uma polêmica entre o diretor do MJC e o proprietário da obra, a partir de 1936, quando Calegari, ao cobrar o pagamento de pinturas que havia realizado, sob encomenda, para o Museu incluiu no valor da dívida o quadro de Carlos Barbosa. Eduardo Duarte foi então chamado a dar explicações ao Secretário de Estado e alegou que realmente o MJC devia dinheiro ao requerente, mas que a pintura de Carlos Barbosa não era devida, pois nunca havia sido encomendada e que estivera em depósito tantos anos na instituição a pedido do próprio Calegari. Pelo que se pode constatar na documentação, esse depósito temporário não foi registrado, parecendo ser um acordo apenas verbal entre o dono da tela e a instituição, não podendo, portanto, serem comprovadas as versões apresentadas pelas partes, embora, como vimos, Calegari tenha oferecido seu quadro ao MJC em 1929, sem esse ter sido encomendado. Porém, também cabe registrar que Eduardo Duarte, relatando as atividades e acervo do Departamento de História Nacional ao diretor do MJC em novembro de 1933, apresentou listagem com os então sessenta e um quadros existentes na Pinacoteca Histórica<sup>679</sup>, onde incluía o referido retrato de Carlos Barbosa, indicando sua exposição no Beer [*sic*] do museu, sem nenhuma observação de que a obra estava na situação de depósito temporário e que, portanto, não integrava definitivamente o acervo. O resultado foi a devolução da pintura ao inventariante de

---

<sup>677</sup> Ofício nº 5703 enviado pelo diretor de expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Eduardo Marques, ao diretor interino do MJC, Eduardo Duarte em 26 de dezembro de 1929. Correspondências recebidas, fl. 265. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.006.

<sup>678</sup> Ofício enviado por Rafael Ferrari, irmão de Jacintho Ferrari, a Eduardo Duarte em 13 de dezembro de 1930. Correspondências recebidas 1930, fl. 261. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.007.

<sup>679</sup> Correspondências expedidas 1933-1936, fls. 128, 129, 130. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

Virgílio Calegari<sup>680</sup>, e a proibição, “por ordem superior”, de depósito no MJC “de objetos pertencentes a particulares, ainda que a pedido destes, como no caso presente”<sup>681</sup>. A última manifestação do diretor do MJC ao Secretário de Estado sobre esse caso foi em dezembro de 1937, abaixo transcrita:

Incumbe-me dizer-vos, quanto ao vosso ofício nº 3069 de 3 de dezembro corrente, que em primeiro lugar, não cabe a esta diretoria nenhuma responsabilidade sobre o depósito, ou que outro nome tenha, do quadro do pintor Virgílio Calegari, representando a efígie do ex-presidente do Estado, Carlos Barbosa.

O diretor da Repartição estava ausente (em comissão) quando aconteceu o fato. O pintor Calegari, realmente tinha direito a receber dinheiros públicos, por encomenda nossa, para a projetada e sempre adiada formação da nossa pinacoteca histórica.

Aquele quadro, porém, nunca esteve em tal conta. Não fora encomendado, já fora oferecido à compra, para qualquer que fosse a Repartição, ao Governo do Estado; foi, segundo informações pessoais, oferecido de novo, ao poder para o mesmo fim, e por último recusado qualquer auxílio oficial, ficou à disposição do proprietário.

[...]

A providência urgente a ser dada, conforme o teor do vosso ofício será o herdeiro do pintor Virgílio Calegari vir buscar o quadro que aqui está a sua disposição, e que não foi encomendado.<sup>682</sup>

Podemos considerar que uma solução plausível para o caso do quadro de Carlos Barbosa, ao invés de sua devolução ao herdeiro do pintor, seria a sua aquisição para integrar a Pinacoteca do MJC, já que se tratava de personalidade ligada ao PRR, próxima de Borges de Medeiros. Entretanto, como indicou a cobrança de Virgílio Calegari do pagamento de outras pinturas feitas para o MJC, os recursos já não estavam disponíveis da mesma forma de que no início dos anos 1930. A partir de 1935 há uma diminuição considerável da verba destinada à compra de quadros para a galeria histórica da instituição, acarretando atrasos no pagamento de encomendas feitas não somente a Calegari, mas também a outros artistas, como veremos posteriormente. No sentido de percebermos a diminuição do orçamento voltado a alguns itens do Departamento de História, apresentamos a previsão financeira para o ano de 1935:

<sup>680</sup> Calegari faleceu em 1937. O recibo de retirada do quadro de Carlos Barbosa do MJC pelo inventariante da herança de Virgílio Calegari, Cap. Evandro Conceição Del Coronado, é datado de 26 de fevereiro de 1938. Correspondências recebidas 1937-1938, fl. 187. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.010.

<sup>681</sup> Ofício nº 3069 emitido pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Atos Damasceno, em 03 de dezembro de 1937, ao diretor do MJC. Correspondências recebidas 1937-1938, fl. 156. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.010.

<sup>682</sup> Ofício nº 103 emitido pelo diretor do MJC ao Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Athos Damasceno Ferreira, em 03 de dezembro de 1937. Correspondências expedidas 1937, fl. 122. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.013.

## Título 3º - Tabela nº 12 –Museu Julio de Castilhos

## Projeto de Orçamento para 1935

Publicação de Revista, catálogos, guias, circulares e etiquetas .....	30:000\$000
Aquisição de exemplares, artefatos, documentos, mapas, quadros, estátuas, coleção de selos e moedas .....	5:000\$000
Galeria de retratos de figuras históricas .....	5:000\$000
Aquisição de Livros .....	2:000\$000
Aquisições de documentos atinentes ao período farroupilha .....	20:000\$000
Pagamento para os funcionários da Portaria .....	2:000\$000
Laboratórios (seção de zoologia, mineralogia e botânica) .....	3:000\$000 <sup>683</sup>

Comparativamente aos valores de 1929, o item *Publicação de Revista, catálogos, guias, circulares e etiquetas* manteve-se igual para 1935 (30:000\$000), assim como a verba destinada à compra de livros, que permaneceu em 2:000\$000. A única previsão orçamentária que teve seu valor majorado foi relativa a *Aquisições de documentos atinentes ao período farroupilha* que aumentou de 12:800\$000 em 1929 para 20:000\$000 em 1935. Os demais itens sofreram diminuição, sendo considerável a perda da verba estimada para a compra de quadros da galeria: de 15:000\$000 baixou para rs 5:000\$000. Para os anos de 1936 e 1937<sup>684</sup> mantiveram-se os mesmos valores previstos para 1935 e, no exercício orçamentário de 1939<sup>685</sup>, desapareceu a rubrica destinada à compra de quadros, retornando em 1940<sup>686</sup>.

Os valores apresentados nos permitem duas constatações. A primeira se refere à preponderância que os documentos textuais do Arquivo Histórico relativos ao período farroupilha ganharam com a proximidade da comemoração do centenário, sendo que a verba a eles destinada em 1935 foi a única aumentada, e de forma bastante considerável. A outra é que o projeto de constituição da Pinacoteca Histórica no MJC, embora arrefecido, manteve-se após 1935, quando passada a “obsessão comemorativa”<sup>687</sup>, estendendo-se até o final da administração Maya e início da de Kemp.

<sup>683</sup> Correspondências expedidas 1934, Tabela nº 12. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>684</sup> Conforme ofício nº 26 de 12 de maio de 1936, Projeto de Orçamento. Correspondências expedidas 1933-1936, fls. 307-310. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>685</sup> Ofício nº 36, Orçamento para 1939. Correspondências expedidas 1938, fl. 188. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.013.

<sup>686</sup> Ofício 160 de 15 de agosto de 1940 – Projeto orçamentário. Correspondências expedidas 1940, fl. 220-221. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.015.

<sup>687</sup> Forma como Rodrigues se refere ao aumento do número de trabalhos sobre a Revolução Farroupilha publicados na Revistas do IHGRGS nos anos anteriores à comemoração do centenário em 1935 (RODRIGUES, 2017, p. 260).

Porém, enquanto os recursos para a aquisição de imagens ainda eram disponibilizados em maior quantidade, Eduardo Duarte continuou realizando encomendas, não só a artistas regionais, mas também para alguns de fora do Rio Grande do Sul, como foi declarado na correspondência de 1930, na qual, ao apresentar os trabalhos desenvolvidos no MJC, destacou as ações relativas à constituição da Pinacoteca Histórica, através da encomenda de três obras a professores da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, como segue transcrito:

A Pinacoteca histórica, abrangendo três períodos, o colonial, o dos Farrapos e do Segundo Império até 1889, há se opulentado com a encomenda de numerosos trabalhos reproduzindo vultos, fatos e lugares da nossa história. Para o Salão-1835 foram adquiridos 64 quadros artísticos, originais, firmados por autores consagrados na arte nacional. Esperam-se do Rio de Janeiro três vastas telas, encomendadas a professores da Escola de Belas Artes, uma sobre paisagem gaúcha histórica e dois retratos, um de Pinto Bandeira e outro, estilizado, de José de Abreu. A Seção-35 conta também com bustos, medalhas, fotografias, peças de indumentária farroupilha, entrados ultimamente.<sup>688</sup>

Eduardo Duarte mencionou que as encomendadas foram feitas a “professores”, mas, na verdade, tanto os retratos de Rafael Pinto Bandeira e de José de Abreu (Barão do Cerro Largo)<sup>689</sup>, quanto a paisagem intitulada “Figueira de Belém Velho” são de autoria de um só pintor, o professor da Escola de Belas Artes Lucílio de Albuquerque. Esse artista, apesar de sua produção artística ter destaque nacional e internacional, através de exposições realizadas fora do Brasil, ainda não foi objeto de trabalhos acadêmicos, conforme destaca Nascimento (2015), sendo as informações disponíveis sobre ele e sua obra reunidas em dicionários de artes e mencionadas em estudos sobre pinturas históricas<sup>690</sup>. Lucílio pintou paisagens e retratos, e lecionou durante vinte e sete

<sup>688</sup> Ofício nº 206 emitido em 18 de julho de 1930 pelo diretor do MJC à Secretaria da Presidência do Estado. Correspondências expedidas 1930, fol. 123. Arquivo Permanente MJC – AP. 1.008.Grifos do autor.

<sup>689</sup> Militar brasileiro, “Marechal de campo”, nascido, provavelmente, em 1770, mas não há certeza dessa data nem quanto ao seu local de nascimento, por vezes apontado como sendo em San Carlos, Maldonado, no Uruguai, em outras fontes, como em Povo Novo, lugarejo que ficava situado entre os atuais municípios de Rio Grande e Pelotas. Faleceu em 1827. Sentou praça em Rio Grande em 28 de dezembro de 1784 e participou da campanha de 1801 contra os argentinos, da primeira invasão da Cisplatina em 1811-1812, da guerra contra Artigas em 1816-1820, bem como da Guerra da Cisplatina em 1825-1828. Ver PARANHOS, Jr., José Maria da Silva. *Esboço biográfico do general José de Abreu, Barão do Cerro Largo*. Revista trimestral do IHGB, tomo XXXI, parte II, p. 62-153. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, 1868. Disponível em: <<https://archive.org/stream/revistadoinstitut85brasgoog#page/n490/mode/2up/search/jose+de+abreu>> Acesso em: 13 dez de 2017.

<sup>690</sup> Lucílio de Albuquerque (Barras, PI, 1877 - Rio de Janeiro, RJ, 1939). Foi pintor, desenhista, vitralista e professor. Em 1895, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas abandonou-a para estudar pintura. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1896 e frequentou a Escola Nacional de Belas Artes –



anos na Escola Nacional de Belas Artes. Após a sua morte em 1939, sua esposa, Georgina de Albuquerque, criou na antiga residência do casal, no bairro Laranjeiras no Rio de Janeiro, o Museu Lucílio de Albuquerque, com 127 obras. Esse acervo hoje pertence ao Estado e está reunido na Pinacoteca Lucílio de Albuquerque que fica no Museu do Ingá – Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro – localizado na cidade de Niterói. Mas outras grandes instituições nacionais também possuem obras desse artista em seu acervo, como a Pinacoteca de São Paulo, o Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, o Museu de Artes de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e o Museu de Belas Artes de Salvador<sup>691</sup>.

No Rio Grande do Sul, além das obras adquiridas pelo MJC, localizamos duas pinturas de Lucílio de Albuquerque: uma pertencente ao MARGS, intitulada *Paisagem*, que foi adquirida por transferência do Palácio Piratini<sup>692</sup>, e a outra, bastante conhecida, pois exposta no prédio do Instituto de Educação Gal. Flores da Cunha, denominada *Expedição à Laguna*, representando o momento épico da travessia terrestre em 1838 dos lanchões Seival e Farroupilha conduzidos sob o comando de Garibaldi até a sua saída para o mar em direção à cidade de Laguna em Santa Catarina. Essa obra, datada de 1916, apresenta extensas dimensões (6,20 x 3,95m) e foi encomendada pelo então presidente do Estado Borges de Medeiros, no ano de 1914, para ser exposta, juntamente com outras duas grandes telas, *Chegada dos casais açorianos* e *A tomada da ponte da*

---

ENBA, tendo aulas com Rodolfo Amoedo (1857 - 1941), Zeferino da Costa (1840 - 1915) e Henrique Bernardelli (1858 - 1936). Em 1906, ganhou prêmio de viagem ao exterior pela participação no Salão Nacional de Belas Artes - SNBA com o quadro *Anchieta Escrevendo o Poema à Virgem*, e partiu para a Europa com sua esposa, a também pintora Georgina de Albuquerque (1885 - 1962). Em Paris, estudou na École Nationale Supérieure des Beaux-Arts [Escola Nacional Superior de Belas Artes] e na Académie Julian, sendo aluno de Henry Royer (1869 - 1938), Marcel Baschet (1862 - 1941) e Jean-Paul Laurens (1838 - 1921). Participou da Exposição Nacional de Bruxelas e realizou vitrais para o pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Turim, Itália, em 1911. Nesse ano, voltou ao Rio de Janeiro e tornou-se professor de desenho figurado na ENBA. Participou da iniciação de grandes nomes da pintura brasileira como, por exemplo, Cândido Portinari. Foi nomeado diretor da ENBA em 1937, cargo que abandonou no ano seguinte por motivos de saúde. Após sua morte, em 19 de abril de 1939, sua esposa, no início dos anos 1940, organizou o Museu Lucílio de Albuquerque. Em janeiro de 1940 o Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro realizou a exposição *Retrospectiva de Lucílio de Albuquerque*, que gerou catálogo onde constam dados da vida e obra do artista. Conforme Nascimento aponta, “mesmo tendo estado por muitos anos longe de seu país, os temas brasileiros constituem marca na sua obra. Estando em Paris pintou célebres quadros referentes à sua pátria como *Morte de Anchieta* (1909), *Cruzeiro do Sul* (1911), *As Amazonas* (1911, e *Iara*, inspirado em José de Alencar” (NASCIMENTO, 2015, p. 72-73).

<sup>691</sup> Consulta feita em Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo, 2018. Disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6244/marinha>>. Acesso em: 08 de Fev. 2018. Verbete da Enciclopédia.

<sup>692</sup>A obra não tem data de produção. Técnica: óleo sobre Eucatex. Dimensões (altura): 121.00 cm. Também não há indicação da transferência da obra ao MARGS. Ver: <<http://www.margs.rs.gov.br/catalogo-de-obras/L/16880/>> Acesso em: 08 de Fev. 2018.

*Azenha*, ambas de autoria do pintor Augusto Luiz de Freitas, no Palácio Piratini. Entretanto, o tamanho das três telas impossibilitou a sua colocação no Palácio do governo. Marlene do Nascimento (2015) aponta que “os indícios encontrados”<sup>693</sup> em sua pesquisa sobre o processo de produção e circulação de tais telas indicam que essas possivelmente tenham sido projetadas para serem instaladas não no Palácio Piratini, mas no prédio onde hoje se encontram, construído entre 1934 e 1935 para inicialmente abrigar o Pavilhão Cultural da Exposição do Centenário Farroupilha e posteriormente a Escola Normal, transferida do centro da cidade onde funcionava, para a nova sede em 1937.

Portanto, as obras que o MJC adquiriu são de autoria de um artista de relevância no cenário nacional. Essas pinturas constam no sistema Donato, mas não entre os registros de 1925-1939, tendo em vista que nas respectivas fichas catalográficas dos dois retratos não consta a data de aquisição e a paisagem *Figueira de Belém Velho* foi registrada como uma doação feita ao Museu em 1978, portanto, fora dos registros do intervalo em que pautamos nossa pesquisa.<sup>694</sup>

O retrato de Rafael Pinto Bandeira foi encomendado em 1928<sup>695</sup> e, provavelmente, entregue ao MJC no ano de 1930, assim como o retrato de José de

---

<sup>693</sup> NASCIMENTO, 2015, p. 81. Sobre a instalação das telas de Augusto Luiz de Freitas e de Lucílio de Albuquerque no prédio onde foi instalado o Pavilhão Cultural, a autora observa que “elas foram ali instaladas não para que fizessem parte da referida mostra artística, mas para que se tornassem patrimônio daquela instituição e ali exercessem a sua finalidade primeira: a de contribuir para a construção de uma narrativa visual acerca do estado do Rio Grande do Sul” (*Op. Cit.*, p.81). Lembra ainda que as obras iriam fazer parte de “um ambiente escolar de formação de professores” (*Op. Cit.*, p.78).

<sup>694</sup> Para realizar a pesquisa no MJC no sistema Donato, como já dito, indicamos o período de 1925-1939, intervalo em que não consta o registro das imagens de Lucílio de Albuquerque. Quando a pesquisa na documentação administrativa apontou tais obras, solicitamos verificação e foi encontrado registro no Sistema Donato dentro da coleção Iconografia, entretanto sem a inclusão da data de aquisição, por isso não constavam indicações às peças na lista que nos foi fornecida inicialmente. A informação na ficha da obra *Figueira de Belém Velho* cria a necessidade de uma pesquisa mais acurada, pois consta que a obra foi doada ao MJC, por desconhecido, em 1978, mas a obra, pela documentação que tivemos acesso, foi encomendada por Eduardo Duarte entre 1929/1930 e entregue ao MJC, pelo menos até 1933, pois consta na listagem de obras adquiridas pelo MJC até esse ano (*Cf.* Correspondências expedidas 1933-1936, fls. 128-130. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012). Assim, fica a dúvida se a inclusão dos dados no sistema Donato foi feito de forma incorreta ou se outros processos ocorreram ao longo do tempo que justificam a informação registrada no sistema. Tal procedimento de pesquisa na coleção Iconográfica do MJC por autor ou título das obras não relacionadas no Sistema Donato entre o intervalo 1925-1939, mas localizadas na leitura dos documentos, deveria ter se estendido a outros casos e não apenas ao de Lucílio de Albuquerque, entretanto por questão de tempo não foram realizados.

<sup>695</sup> Conforme informa o ofício nº 271 de 19 de dezembro de 1930 emitido por Eduardo Duarte ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior informando a requisição de pagamento pela obra por parte de Lucílio de Albuquerque (Correspondências expedidas 1930, fl. 214. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.008). Conforme consta na ficha catalográfica, a obra é tombada sob nº 721, nº de inventário 6, coleção Iconográfica. Trata-se de uma tela a óleo, madeira e gesso, nas dimensões 153 x 142 cm.

Abreu<sup>696</sup>, conforme é possível inferir a partir da informação encaminhada ao Secretário dos Negócios do Interior e Exterior no início de 1931:

O requerente, professor Lucílio de Albuquerque, de acordo com a encomenda feita por este Instituto, conforme é do conhecimento do Governo do Estado, forneceu o quadro em apreço, cujo trabalho saiu ótimo, muito recomendando [*sic*] o seu autor.

A anexa fatura importa em rs 10:000\$000 e deverá correr por conta da verba Galeria de retratos de figuras históricas – 10:000\$000 – tit. 3º - Tabela 12, a qual está intacta. Incube-me informar que a aquisição deste quadro, que representa a figura de Rafael Pinto Bandeira, foi feita igualmente, nas mesmas condições, da do quadro representando José de Abreu (Ofício nº 20 de 3 do corrente).<sup>697</sup>

Apesar da correspondência acima transcrita indicar que os dois retratos foram adquiridos por compra a partir de encomenda a Lucílio de Albuquerque, nos registros atuais, constam informações divergentes. Nesse sentido, está registrado no sistema que o quadro de *Rafael Pinto Bandeira* foi comprado de ‘Luertio de Albuquerque’, fazendo-nos pensar que tenha sido erro ao digitar o nome ‘Lucílio’. Entretanto ficamos na dúvida se realmente trata-se de erro de digitação, pois a ficha apresenta o nome Lucílio de Albuquerque corretamente registrado em todas as referências feita à obra e o nome Luertio de Albuquerque nas informações relativas à aquisição: no cabeçalho da ficha e nos campos ‘Doador/vendedor’ e ‘Ex-proprietário’. Ou seja, o erro de digitação teria se repetido em três itens. Lucílio e Georgina de Albuquerque tiveram dois filhos, Dante e Flamingo, portanto o indicado vendedor ‘Luertio’ não era filho do artista. Fica a dúvida e a necessidade de melhor investigação. Relativo ao quadro de *José de Abreu* não é informada a aquisição por compra nem doação, constando “procedência desconhecida”, embora a correspondência de Eduardo Duarte acima transcrita confirme a compra da obra.

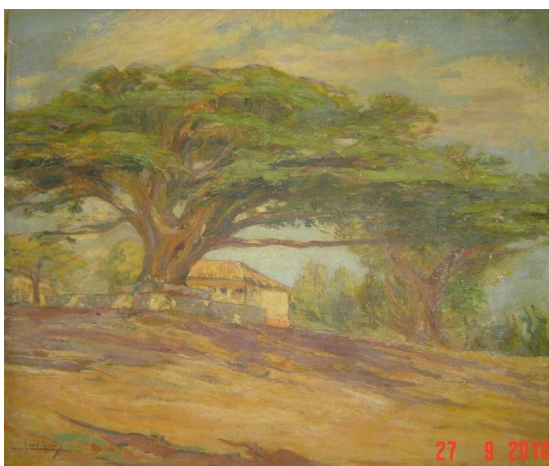
Os dois personagens retratados, a pedido do MJC, foram militares que atuaram na consolidação territorial do Rio Grande do Sul ainda no período colonial, sendo que Rafael Pinto Bandeira, como dito no capítulo terceiro, teve seu processo transcrito e

<sup>696</sup> O quadro de *José de Abreu – Barão de Cerro Largo* está registrado sob nº 720, com nº de inventário 5. Coleção Iconografia. Tela a óleo, madeira, gesso. Dimensões: 153 x 142 cm.

<sup>697</sup> Informação nº 10 enviada pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 05 de fevereiro de 1931. Correspondências expedidas 1931, fl. s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.010.

publicado na Revista do MJC em 1930<sup>698</sup>. Relativo à tela *Figueira de Belém Velho*, a qual Eduardo Duarte referiu-se como “paisagem gaúcha histórica”, o registro na ficha catalográfica esclarece que a imagem referencia a praça central do atual bairro Belém Velho, localizado na zona sul de Porto Alegre, onde Dionísio Rodrigues Mendes teria se estabelecido<sup>699</sup>. Não foi possível, entretanto, verificar, se o artista teve liberdade de escolher a paisagem pintada ou se a mesma foi uma determinação do MJC, a exemplo do que ocorreu com os militares retratados.

Figura 6- Imagem da tela *Figueira de Belém Velho* (Lucílio de Albuquerque, s/d)



Fonte: Acervo MJC. Reprodução fotográfica da ficha catalográfica.

<sup>698</sup> A edição número 23, de junho de 1930, da Revista do Museu e Arquivo Público publicou o trabalho com o título *Ano de 1780 – Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira*

<sup>699</sup> A tela *A Figueira de Belém Velho* apresenta número de registro 723, inventariada sob número 4. Trata-se de óleo sobre tela nas dimensões 109 x 90 cm. A respeito do conteúdo da obra, a sua ficha catalográfica informa: “Belém Velho: Fundado por Dionísio Rodrigues Mendes, por volta de 1740 a praça central com as seculares figueiras bravas, era a sede de uma estância que possuía um porto no Guaíba – O Porto Dionísio, transformado pelo progresso em “Ponta do Dionísio”, em fins do século XIX. Ali estabeleceu-, em torno das velhas figueiras, sua residência senhorial, e as casas dos agregados, além dos estabelecimentos necessários a labuta do campo, e mais, segundo reza a tradição, “uma mercearia para atender sua gente e os vizinhos de sua estância. Com o falecimento do velho lagunista fundador, foi a antiga sesmaria dividida e regularmente povoada, sendo elevada a categoria de Freguesia, pela lei nº 34 de 6 de maio de 1846. Aconteceu, porém, que parte da população por interesses particulares, alegando a escassez de água potável, solicitou a mudança da Freguesia para as margens do Guaíba, mudança esta que foi autorizada pelo governo pela lei nº 616, de 12 de outubro de 1867. Ratificada por outras e consumada, finalmente, pelo ato de 14 de fevereiro de 1880. Nem toda população porém, concordava com a mudança e, assim mudaram-se apenas os interessados, permanecendo a população, em quase a metade no mesmo local, trabalhando e cuidando de suas chácaras e propriedades. Mas a qualidade de Freguesia lhe foi tirada, a antiga igreja, ampliação da capela Rodrigues Mendes, fechada, dependendo Novo Belém que tomou o nome de Belém Novo, em vista do velho negar-se a qualquer mudança. Assim, o antigo e próspero povoado, a 1ª vila de Porto Alegre, passou ingratamente, a figurar em plano inferior, levando a fatal decadência. Entretanto, continua ainda hoje firme em seus propósitos, tentando elevar-se, reerguer sua antiga fidalguia e prosperidade. Lugar bucólico, no alto de belo outeiro, Belém Velho é um dos belos recantos de Porto Alegre, bem merecendo das autoridades municipais maiores cuidados e melhores tratamentos.”

Figura 7- Imagem da tela de *Rafael Pinto Bandeira* (Lucílio de Albuquerque, s/d)



Fonte: Acervo MJC. Reprodução fotográfica da ficha catalográfica.

Figura 8- Imagem da tela de *José de Abreu – Barão de Cerro Largo* (Lucílio de Albuquerque, s/d)



Fonte: Acervo MJC. Reprodução fotográfica da ficha catalográfica.

Nota-se que ambos os personagens são apresentados trajando uniforme militar e sobre cavalos. Embora faltando elementos para uma análise aprofundada<sup>700</sup>, gostaríamos de chamar a atenção à presença do cavalo nessas representações, elemento

<sup>700</sup> As imagens da Pinacoteca Histórica do MJC, principalmente os retratos que são em número expressivo, merecem ser analisadas em seu conteúdo. O objetivo dessa tese não contempla essa análise, que poderá ser realizada em futuras pesquisas.

utilizado na pintura e na literatura para a identificação do sul-rio-grandense<sup>701</sup>. Também podemos considerar que eram nas tropas de cavalaria onde os comandantes de patentes mais elevadas atuavam nos conflitos travados durante os períodos Colonial e Imperial, sendo talvez esse o motivo de Pinto Bandeira e Cerro Largo serem retratados da forma que o foram pelo pintor Lucílio de Albuquerque.

Outro artista que a documentação administrativa menciona e que produziu oito telas, sob encomenda, ao MJC foi Alcides Athayde D'Ávila. Poucos foram os dados biográficos que encontramos relativo a esse artista gaúcho, que “depois de breve atuação no Estado natal, transferiu-se para o Rio de Janeiro”<sup>702</sup>, onde atuou na primeira metade do século XX, principalmente pintando paisagens. Além das obras adquiridas pelo Museu, localizamos na Pinacoteca Aldo Locatelli, pertencente à Prefeitura de Porto Alegre, um retrato a óleo de Sarmento Leite<sup>703</sup>, da autoria de Alcides D'Ávila.

As encomendas ao artista foram feitas em 1929, mas não encontramos nenhuma orientação por parte do Departamento de Histórica do MJC relativa às pinturas a serem feitas. Algumas das encomendas foram entregues à instituição em 1930, conforme informava Eduardo Duarte ao Secretário de Estado através da correspondência abaixo transcrita:

O requerente, Alcides A. Avila, forneceu a este Museu os quadros constantes da presente petição, na importância de 4:800\$000. Incumbe-me informar a Vossencia que essa encomenda fora feita durante o ano passado, sendo entregue só agora. Tal encomenda, que é destinada à organização da pinacoteca histórica deste Instituto, obedeceu ao projeto apresentado ao governo do Estado, para remodelação do Museu Julio de Castilhos e aprovado pelo exmo Sr. Dr. Borges de Medeiros, em 24/12/25. Deverá ocorrer o pagamento da referida encomenda por conta da verba Aquisição de exemplares, artefatos, documentos, mapas, quadros, estatuas, coleções de selos e moedas – 20:000\$000 – tit. 3º - tab. 13, da qual há um saldo de 17:600\$000.<sup>704</sup>

<sup>701</sup> Conforme nos aponta Cyro Martins, “O mito do gaúcho não pode se manter sem a existência do cavalo. O gaúcho a cavalo tem a estância, a distância, o trabalho, o lar, todos sustentáculos do mito. A cavalo o gaúcho tem uma finalidade, a pé cai toda concepção de vida; sem cavalo ele não é ninguém” (MARTINS, 1975, p. 6). Cabe lembrar que à época das guerras de conquistas e Farroupilha, o termo gaúcho não era genérico, ou seja, utilizado para identificar quem nascia no Rio Grande do Sul, o que aconteceu apenas depois da Revolução Farroupilha.

<sup>702</sup> CAVALCANTI, 1974, vol. 2, p. 19. Não é informada a data de nascimento e morte do artista (RS, ?-?). Apesar de gaúcho, o *Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul* não apresenta seu nome.

<sup>703</sup> Óleo sobre tela mais cartão. Dimensões: 57,2 x 48,0 cm. Sem data. Procedência: Museu de Porto Alegre em 12.08.1993. Eduardo Sarmento Leite da Fonseca (1868-1935), professor e médico porto-alegrense, foi um dos fundadores da Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre, atual Faculdade de Medicina da UFRGS.

<sup>704</sup> Ofício nº 264 emitido em 27 de novembro de 1930 por Eduardo Duarte ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1930, fl. 205. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.008. Grifos do autor.

Até 1930 o MJC havia adquirido 34 obras, sendo duas assinadas por Alcides Atahyde D'Ávila: um retrato a óleo do *Barão de Santo Angelo* e uma tela representando as *Ruínas do Palácio do Governo em Viamão*, atualmente registrada no sistema Donato sob nº 47, com ano de ingresso de 1929. As outras seis telas de autoria de D'Ávila, chegaram ao MJC entre 1931 e 1933, pois constam na listagem de obras da Pinacoteca enviada por Eduardo Duarte ao Secretário de Estado em 1933. O quadro 5 apresenta essas obras agrupadas por autoria:

Quadro 6 – Obras da Pinacoteca Histórica do MJC adquiridas até 1933

Qtd.	Nome do Autor	Título da Obra ou Referência (localização no MJC)	Técnica/material	Ingresso	
				Antes 1930	Depois 1930
19	Vicente Cervasio (Atelier Calegari)	Carretas (entrada)	Bromuro a óleo	X	
		Casa Branca (hall) *Indicação de três telas com mesmo título e autor.	Bromuro a óleo	XXX	
		Capão da Convenção	Bromuro a óleo	X	
		Fazenda da Reserva	Bromuro a óleo	X	
		Protásio Alves	Bromuro a óleo		X
		Borges de Medeiros (beer)	Brumuro a óleo		X
		Carlos Barbosa (beer)	Tela a óleo	X	
		Joca Tavares	Bromura a óleo		X
		Casa onde nasceu Bento Gonçalves *no sistema Donato consta como autoria de V. Calegari	Tela a óleo	X	
		Casa onde nasceu Julio de Castilhos	Bromuro a óleo		X
		Ponte Passo do Vigário	Bromuro a óleo	X	
		Um Rancho	Bromuro a óleo	X	
		Rancho	Bromuro a óleo	X	
		Carreteiros	Bromuro a óleo		X
		Barão de Santo Ângelo (recpção)	Bromuro a óleo	X	
		Cipestre de Pedras Altas *na lista de 1930 consta como Cipestre de Pedras Brancas	Bromuro a óleo	X	
		Júlio de Castilhos	Bromuro a óleo	X	
		Igreja da Matriz (hall)	Bromuro a óleo	X	
		Barbaquá (hall) *industria primitiva do RS	Bromuro a óleo	X	

14	<b>Virgílio Calegari</b> (Atelier Calegari)	Instituto Brasileiro (Apollinário Porto Alegre)	Bromuro a óleo	X	
		Antigo Palácio do Governo (hall)	Bromuro a óleo	X	
		Casa do Conde de Porto Alegre (hall)	Bromuro a óleo	X	
		Zambecari *indicação de duas obras	Crayon		XX
		D. Pedro I	Tela a óleo	X	
		Negros	Crayon	X	
		Ponte de Pedra	Fotografia	X	
		Uma Quitandeira	Fotografia		X
		Juca Tigre	Fotografia	X	
		Negro Mina	Fotografia	X	
	Gaúcho	Bromuro crayon	X		
8	<b>Alcides Athayde D'Ávila</b>	Antiga Doc (hall)	Bromuro a óleo		X
		Praça da Matriz (hall)	Bromuro a óleo		X
		Antiga Rua da Praia (hall)	Bromuro a óleo		X
		Antiga P. Harmonia	Bromuro a óleo		X
		Barão de Santo Ângelo (recepção)	Bromuro a óleo	X	
		Sede do 1º governo em Viamão	Bromuro a óleo	X	
		Pinheiro Machado	Bromuro a óleo		X
		P. Mendanha	Tela a óleo		X
3	<b>Lucílio de Albuquerque</b>	Rafael Pinto Bandeira	Tela a óleo	X	
		Gal. José de Abreu	Tela a óleo	X	
		Figueira Belém Velho	Tela a óleo	X	
2	<b>Luis Curia</b>	Ponte da Azenha (hall)	Tela a óleo	X	
		Doca de Porto Alegre (hall) *Na lista de 1930 é indicado como <i>Docas (antigas)</i>	Tela a óleo	X	
2	<b>A. Menezes</b>	D. Pedro I	Tela a óleo	X	
		D. Pedro II	Tela a óleo		X
2	<b>A. Silva</b>	Solar Gomes Jardim	Tela a óleo		X
		Enchente Navegantes	Tela a óleo		X
1	<b>L. Monteiro</b>	Regresso Del Cenenário	Tela a óleo		X
1	<b>A. Romcki</b>	Riacho (hall)	Tela a óleo		X
1	<b>L.C. Choreder</b>	Cascata São Leopoldo	Aquarela		X
1	<b>Azevedo Dutra</b> (atelier)	Gal Antônio de Souza Neto	Tela a óleo	X	



1	<b>Treppi</b>	Barão do Triunfo	Tela a óleo		X
1	<b>L. Lunoa</b>	Tiradentes	Tela a óleo		X
1	<b>Dagarini</b>	Solar Diogo de Souza (hall)	Tela a óleo		X
4	<b>Sem indicação de autor</b>	Bento Gonçalves	Tela a óleo		X
		Julio de Castilhos	Crayon		X
		David Canabarro	Tela a óleo		X
		Bento Manoel Ribeiro	Tela a óleo		X
<b>Total de Obras: 61</b>				<b>34</b>	<b>27</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir das Correspondências Expedidas 1930, fl. 206 – MJC - AP. 1.008 e Correspondências Expedidas 1933-1936, fls. 128-130 – MJC – AP. 1.012.

O quadro acima demonstra que a maior parte das obras que o MJC adquiriu até 1933 ingressou antes de 1931 e que mais da metade desse total era assinada ou por Vicente Cervasio ou por Virgilio Calegari (33 imagens), mesmo não tendo o Atelier Calegari vencido a concorrência aberta por Eduardo Duarte em 1929.

Relativo ao artista Alcides Athayde D'Ávila, do qual o MJC comprou as oito obras listadas no Quadro 6, também se registra em 1939, por iniciativa do artista, oferta de venda de um retrato de Maurício Cardoso<sup>705</sup>, o qual foi depositado temporariamente no MJC para avaliação em fevereiro de 1939<sup>706</sup>. A direção do Museu foi favorável à aquisição da obra, por representar “um ilustre homem público” e, mesmo diante da ausência de dotação orçamentária para a sua aquisição, esforçou-se para que a Secretaria de Estado autorizasse a compra, propondo negociar com o artista a redução do valor solicitado e sugerindo a transferência de verba de outra rubrica orçamentária. A manifestação do diretor do MJC ao Secretário de Estado foi a seguinte:

Incluso remeto a V.Ex<sup>a</sup> uma proposta de venda ao Estado, de um retrato a óleo, meio corpo (sentado) tamanho natural, pela importância de rs 15:000\$000, do preclaro extinto, dr. Maurício Cardoso. Esse trabalho que foi executado pelo proponente, Sr. Alcides d'Ávila, tem de fato, valor e ficaria

<sup>705</sup> Joaquim Maurício Cardoso (1888-1938). Gaúcho de Soledade, advogado e político ligado ao PRR. Durante o curso de Direito na Faculdade de Porto Alegre, junto com Getúlio Vargas, participou da chamada “geração de 1907”. No período do Estado Novo foi Secretário do Interior do Governo do interventor Manoel de Cerqueira Daltro Filho no Rio Grande do Sul. Com a morte de Daltro Filho em 10 de janeiro de 1938, Maurício Cardoso assumiu interinamente a interventoria gaúcha até a posse do Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias em 04 de março do mesmo ano. Cardoso foi nomeado Secretário Estadual da Agricultura, mas exerceu por poucos meses a função, pois morreu prematuramente aos 50 anos de idade num acidente de avião em 22 de maio de 1938. Dados obtidos no dicionário biográfico do CPDOC, disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-mauricio-cardoso>> Acesso em: 02 fev. 2018.

<sup>706</sup> Conforme Correspondências recebidas 1939, fls. 221-222. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.011. O artista solicita o depósito de sua obra no MJC em 17 de fevereiro de 1939 que foi autorizado por Alcides Maya em 27 de fevereiro do mesmo ano.

bem, se fosse incorporado à galeria de retratos deste Instituto, por se tratar de figura de um ilustre homem público. Quanto preço de rs 15:000\$000, pela aquisição, conforme propõe o requerente, julgo demasiado, entretanto, poder-se-ia, uma vez resolvido pelo Governo a compra da tela em referência, entrar-se em negócio com o interessado, por um preço inferior.

Cabe-me informar que, não constando no exercício corrente, na dotação orçamentária deste Museu, a verba Aquisição de documentos, etc., conforme alude o oficial administrativo, s. Augusto Biachi Fº, em sua informação<sup>707</sup> que a este junto, lembro a V.Exª a utilização, para tal fim, da verba eventuais.<sup>708</sup>

Entretanto, mesmo tratando-se da imagem de um político do PRR, ligado ao presidente Getúlio Vargas, que havia exercido interinamente o cargo de interventor do Rio Grande do Sul e falecido recentemente, em maio de 1938, o que poderia também agregar ao retrato o significado de uma homenagem póstuma do Museu, a Secretaria negou o pedido de compra, com curta mensagem informando: “No momento não é possível a aquisição por falta de verba – 29/5/39”<sup>709</sup>. O diretor do MJC lamentou a “contingência” da falta de verba para aquisição do retrato, “que é um quadro de valor e digno de figurar numa Pinacoteca”<sup>710</sup>, mas, não tendo alternativa, solicitou que o artista viesse retirar o referido quadro depositado no MJC, o que foi feito em 23 de junho de 1939. Curioso que, na declaração de recebimento do retrato de Maurício Cardoso, Alcides D’Ávila registra que também lhe fora entregue “outro quadro a óleo representando a casa onde nasceu Juca Tigre que também estava depositado no Museu”<sup>711</sup>. A documentação administrativa não faz menção a esse depósito e relativo a esse personagem o MJC possui apenas uma fotografia, registrada no sistema Donato sob nº 1826, doada em 1930, como indicado no Quadro 4.

<sup>707</sup> Informação fornecida pelo oficial administrativo do MJC, Augusto Bianchi Filho, ao diretor do MJC, através do ofício nº 97 expedido em 20 de maio de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 280. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

<sup>708</sup> Ofício nº 98 emitido em 23 de maio de 1939 pelo diretor do MJC, Emilio Kemp, ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Correspondências expedidas 1939, fl. 279. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014. Grifos do autor.

<sup>709</sup> Comunicado nº 3805 emitido em 31 de maio de 1939 pelo diretor do expediente, respondendo pelo diretor geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ao diretor do MJC. Correspondências recebidas 1939, fl. 142. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.011.

<sup>710</sup> Ofício nº 122 emitido em 17 de junho de 1939 pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, ao artista Alcides Athayde D’Ávila solicitando a retirada do retrato a óleo de Maurício Cardoso do MJC. Correspondências expedidas 1939, fl. 255. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

<sup>711</sup> Declaração de recebimento do retrato de Maurício Cardoso emitido por Alcides D’Ávila em 23 de junho de 1939. Correspondências recebidas 1939, fl. 134. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.011.

Como já mencionamos, ficaram ausentes da previsão orçamentária de 1939<sup>712</sup> os recursos destinados à aquisição de documentos e artefatos, bem como de quadros à galeria do MJC, impedindo a continuidade da compra de imagens no ritmo que havia sido feito antes. A exiguidade dos recursos concedidos ao Museu já se fazia sentir em 1936, sendo reclamada pelo diretor da instituição no relatório das atividades referentes ao primeiro semestre de 1938.<sup>713</sup>

Portanto, antes de 1939, o MJC já vinha recusando ofertas de obras que considerava interessantes de possuir em sua Pinacoteca devido à falta de verbas, como fica evidenciado na manifestação do diretor em relação às pinturas de Francis Pelichek<sup>714</sup> e Pedro Weingärtner<sup>715</sup> oferecidas ao MJC, em 1936, após o término da Exposição Farroupilha onde foram expostas:

Em resposta a determinação de Vossencia, de 06-11-935 e 28-11-935, cometendo-me parecer sobre as propostas do prof. Francisco Pelichek, da Escola de Belas Artes, desta capital, e da senhora viúva do pintor rio-grandense Pedro Weingartner, de venda ao Estado de quadros expostos na galeria da Exposição Farroupilha (conforme documentos anexos), cumpre-me lembrar que são telas dignas de figurar tanto na pinacoteca do Museu Julio de Castilhos, como em qualquer outra, oficial, tanto pela execução técnica e natureza histórica dos motivos, quanto pelo renome dos autores. Este Museu, todavia, não dispõe da dotação orçamentária aquisitiva para semelhantes obras, e, além disso, é do meu dever recordar que ainda estão por ser pagos trabalhos encomendados em exercícios anteriores, dos artistas Virgílio Calegari e Lucílio de Albuquerque, segundo o plano em início para o Salão-

<sup>712</sup> As rubricas constantes no exercício de 1939 são as seguintes: “Impressão de Revista: 5:000\$000; Aquisição de Livros: 1:000\$000; Encadernação: 1.500\$000; Expediente: 2:000\$000; Taxas de Pronto Pagamento: 2.500\$000; Custeio de Laboratório: 3:000\$000 e Telefone: 621\$000”. Título 6º - TABELA nº 1 (ATUAL) – Museu Julio de Castilhos EXERCÍCIO 1939 – 12 de julho de 1939. Correspondências expedidas 1939, fl. 245. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

<sup>713</sup> Relatório do MJC do primeiro semestre de 1938 emitido em 03 de agosto de 1938. Correspondências expedidas 1938, fls.198 a 205. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.013.

<sup>714</sup> Francis Pelichek, conforme verbete do Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul, nasceu em Praga, Tchecoslováquia, em 1896, e faleceu em Porto Alegre em 1937. Desenhista e pintor, foi professor no Instituto de Belas Artes de Porto Alegre de 1922 até sua morte. Foi amigo de Luis Cúria, pintor que atuaria no MJC a partir de 1933. Após o seu falecimento, “sua casa e seu arquivo [...], já que não havia parentes no Brasil, passaram para o Instituto [Instituto de Artes da UFRGS]” (ROSA & PRESSER, 2000, p. 213). O MARGS registra em seu acervo quatro obras desse artista, sob os títulos *Barcos* (guache sobre cartão, s.d.); *Monte Veneto* (aquarela sobre papel de 1926); *Polaca* (aquarela sobre papel, s. d) e *Praia da Cal* (óleo sobre tela de 1936). Consulta em: <http://www.margs.rs.gov.br/catalogo-de-obras/F/16828/>. Acesso em 20 jan. 2018.

<sup>715</sup> Pedro Weingärtner (1853-1929) nasceu e morreu em Porto Alegre. Foi pintor, desenhista e gravador. Estudou em Berlim, Munique e Hamburgo, e também em Paris e Roma. Participou de inúmeras exposições e “entre 1891 e 1895 lecionou desenho figurado na então chamada Escola Nacional de Belas Artes [Rio de Janeiro]” (ROSA & PRESSER, 2000, p. 402). Considerado pintor de costumes do Rio Grande do Sul: “Nas palavras do historiador Sérgio da Costa Franco, em *Porto Alegre guia histórico*, ‘sua temática foi predominantemente a paisagem física e humana das áreas rurais. Alguns de seus quadros possuem grande valor documental, por serem de costumes rurais em processo de extinção. É considerado um dos melhores pintores do Rio Grande do Sul’”. (Op.Cit., p. 402). O MARGS possui em seu acervo 25 obras desse artista. Ver. <http://www.margs.rs.gov.br/catalogo-de-obras/P/16167/> Acesso em: 20 jan 2018.

35, o central dos três, históricos, componentes da pinacoteca do nosso Instituto.<sup>716</sup>

Havíamos mencionado anteriormente a cobrança feita por Virgílio Calegari de valores referentes a obras suas entregues ao MJC e não pagas. A correspondência acima transcrita indica que também ao pintor Lucílio de Albuquerque era devido pagamento, total ou parcial, não conseguimos identificar, das telas entregues ao MJC em 1930. Assim, o Museu não poderia contrair novas dívidas, mesmo que as telas oferecidas fossem de autoria de artistas relevantes no cenário sul-rio-grandense e valorizadas também por terem participado da Exposição do Centenário Farroupilha. Infelizmente não localizamos a listagem das obras oferecidas de Pedro Weingärtner e de Francis Pelicheck.

O Quadro 6 nos mostrou que a maior quantidade de obras (33) foi adquirida pelo MJC no período entre 1926 e 1930, seguido do período de 1931 a 1933 (27 obras). Após 1933 identificamos apenas um processo de compra de imagem para a Pinacoteca, a tela a óleo *Igreja Matriz de Viamão*, de autoria de Luiz Cúria, adquirida em 1935. Fora esse caso, as demais ofertas ocorridas, mesmo quando de interesse do MJC, tiveram de ser rejeitadas devido à falta de recursos. Assim, o ingresso de imagens no período de 1934 a 1939 deu-se quase que exclusivamente por doação, como foi o caso, por exemplo, do retrato do ex-presidente Rodrigues Alves<sup>717</sup>. A aquisição por compra de imagens para a Pinacoteca só voltou a ocorrer em 1940, quando o MJC adquiriu vinte e nove obras – desenhos, aquarelas, pinturas a óleo, incluindo alguns croquis e estudos – de autoria de Manuel de Araújo Porto Alegre<sup>718</sup>, oferecidas à venda ao MJC

<sup>716</sup> Ofício nº 5 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 23 de janeiro de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 282. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos do autor.

<sup>717</sup> Conforme acusa o Ofício nº 101 enviado em 25 de maio de 1939 pelo diretor do MJC, Emilio Kemp, agradecendo a doação do retrato a óleo de Rodrigues Alves feita pelo então prefeito de Porto Alegre José Loureiro da Silva. Correspondências expedidas 1939, fl. 276. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014. Essa obra hoje está registrada no sistema Donato do MJC sob nº 90, conforme indicado no Quadro 4.

<sup>718</sup> Manuel Araújo de Porto Alegre, Barão de Santo Ângelo (Rio Pardo, RS, 1806 – Lisboa, Portugal, 1879). Pintor, escritor, diplomata brasileiro. Membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 32. Foi diretor da Imperial Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro entre os anos 1854 – 1857. Nesta cidade, “foi um dos alunos fundadores do curso de pintura de Jean Baptiste Debret. [...] Foi um dos fundadores e diretor da *Lanterna Mágica*, 1844 a 1845, primeiro periódico a explorar a caricatura no País. Como pintor, executou obra numerosa – painéis, retratos, paisagens e quadros históricos -, distribuída em acervos públicos e particulares do Brasil. [...] Residiu um período na Itália [*e em Paris*]. Foi nomeado cônsul do Brasil na Prússia em 1859 e mais tarde ocupou o mesmo cargo em Portugal” (ROSA e PRESSER, 2000, p. 334). As obras oferecidas à venda pelo filho de Manuel Araújo de Porto Alegre estão listadas no ofício nº 214 de 15 de setembro de 1939, onde consta a observação feita pelo ofertante de que “Os desenhos a lápis, que trazem a data de 1835, foram feitos por Araújo Porto

em 15 de setembro de 1939 pelo seu filho, de mesmo nome, no valor de rs 10:000\$000 (dez contos de réis).

Embora a aquisição das obras do Barão de Santo Ângelo tenha ocorrido em período posterior ao recorte temporal dessa tese, consideramos interessante mencioná-la porque evidencia uma mudança no critério de avaliação e valorização das imagens em relação ao período anterior quando Eduardo Duarte estava à frente do Departamento de História do MJC e comandava os processos de aquisição para a Pinacoteca.

O diretor Emílio Kemp manifestou imediato interesse em adquirir as obras oferecidas à venda devido à autoria das mesmas, pois considerava Manuel de Araújo Porto Alegre “um dos maiores vultos das artes nacionais”, valorizando, portanto, as obras e os esboços oferecidos a partir da assinatura neles colocada, não mencionando o que as imagens poderiam retratar em termos históricos. Sua primeira manifestação em relação à proposta dizia:

Justo é, pois, que fiquem no Museu do seu estado natal trabalhos seus do mais alto valor, como sejam esboços, manchas, desenhos, projetos, o que há de mais sugestivo como documentação de um artista.  
[...] Todos os museus do mundo possuem trabalhos idênticos dos grandes artistas, os quais são reputados como de valor inestimável dado o fato de constituírem estudos e projetos de obras definitivas.  
A importância de 10 contos porque é oferecida à venda a coleção é deveras reduzida.<sup>719</sup>

Embora o diretor considerasse o preço da coleção reduzido, ele alertava que esse valor ultrapassava o saldo da verba destinada à aquisição de quadros para o Museu, a qual naquele momento era de rs 8:640\$000, representando uma possível dificuldade na autorização da compra pelo secretário de estado.

A fim de poder enviar parecer ao secretário da educação, Kemp encaminhou as obras ao Instituto de Belas Artes para “apreço deste douto Instituto no sentido de opinar sobre seu **valor artístico** e de aquisição”<sup>720</sup>. Portanto, estava sendo levado em consideração, além da reputação do artista, o valor estético das obras, pois a avaliação

---

Alegre, durante a viagem que realizou, em companhia do seu grande amigo, o poeta e diplomata Gonçalves de Magalhães, pela Itália, nesse mesmo ano” (Correspondências expedidas 1940, fl. s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1015).

<sup>719</sup> Informação nº 193 emitida pelo diretor do MJC, Emílio Kemp em 30 de setembro de 1940. Correspondências expedidas 1940, fl. 256. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.015.

<sup>720</sup> Ofício nº 198 enviado pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, ao diretor do Instituto de Belas Artes, Tasso Correa, em 11 de outubro de 1940. Correspondências expedidas 1940, fl. 261. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.015. Grifo nosso.

foi solicitada à instituição que representava o conhecimento no campo das artes visuais, e não a historiadores do IHGRGS como fez Eduardo Duarte em 1929 e em outras vezes, ressaltando o valor histórico das imagens que eram adquiridas em função dos personagens e locais que retratavam. Certamente seria necessário levantar mais informações a respeito de outros processos de aquisição de imagens para afirmar que houve uma modificação no critério de aquisição das obras da Pinacoteca do MJC após 1939, mas esse caso já nos oferece indício de tal mudança.

O secretário da educação autorizou a compra no valor solicitado pelo proponente, ficando o saldo devedor incluso nas despesas do MJC do próximo exercício, no ano de 1941<sup>721</sup>. As obras seriam expostas no Museu, como já citado no início desse capítulo, na *Sala Barão de Santo Ângelo*, a qual, conforme indicou Emílio Kemp em 1944, abrigava a coleção de numismática e os “preciosos desenhos, debuxos, croquis e projetos de autoria do grande pintor e poeta Manuel Araújo de Porto Alegre”<sup>722</sup>.

Assim, o MJC em 1940 retomava a aquisição por compra de imagens à Pinacoteca, praticamente suspensa desde 1933. Interessante observarmos que foi nesse mesmo ano que o pintor e servidor Luiz Cúria foi transferido à instituição, onde trabalhou até aposentar-se, em 1941. Assim, além das doações, o Museu passaria a *opulentar*, como dizia Eduardo Duarte, seu acervo de imagens, com o ingresso de um pintor em seu quadro funcional, o qual produziria, portanto, as imagens consideradas necessárias de constarem na Pinacoteca, principalmente aquelas relacionadas à Revolução Farroupilha, como veremos no próximo subitem.

#### **4.3.3 Luiz Cúria: documentando com pincéis os sítios farroupilhas**

As poucas informações biográficas que obtivemos sobre Luiz Cúria constam no Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (2000). Os trabalhos acadêmicos consultados e que mencionam esse artista<sup>723</sup> limitam-se a transcrever os dados

---

<sup>721</sup> Conforme Ofício nº 209 enviado por Emílio Kemp ao Diretor Geral do Tesouro do Estado em 28 de outubro de 1940 informando que o Secretário da Educação autorizou o dispêndio de rs 10:000\$000: “A referida despesa deverá ocorrer por conta do saldo da verba: aquisição de exemplares, artefatos, documentos, etc., 7:640\$000, [...]. O saldo da quantia – dez contos de réis – será atendido no próximo exercício.” Correspondências expedidas 1940, fl. 273. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.015. Grifo do autor.

<sup>722</sup> MJC *apud* SOUZA, 2014, p.72.

<sup>723</sup> MORATES, 2012 e FERNANDES [et al.], 2011.

constantes na aludida obra de referência. Talvez a escassez de detalhes sobre sua vida e obra deva-se ao fato de sua produção artística não ter sido extensa, chegando poucos exemplares ao conhecimento público, sendo a maior parte retida em mãos de familiares e colecionadores particulares<sup>724</sup>.

Luiz Cúria<sup>725</sup> foi pintor, desenhista e conservador. No serviço público estadual exerceu a função de “auxiliar de ensino contratado”<sup>726</sup>, chegando a ser diretor do Grupo Escolar da Colônia General Osório nos anos 1930. Em 1933 foi transferido ao MJC onde trabalhou até a sua aposentadoria em 1941, um ano depois de nomeado ao cargo de conservador e restaurador<sup>727</sup>, função que durante oito anos exerceu como adido ao Museu. Morreu em Porto Alegre e, assim como em relação ao seu nascimento, não constam nas obras consultadas a data de seu falecimento. Referente à sua produção artística, o Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul indica que:

Em 1935 realiza viagem à cidade histórica de Rio Pardo, RS, quando é recebido na prefeitura local. Editou álbum zoológico com ilustrações na década de 30.

Uma de suas especialidades era a pintura de sítios históricos e sob esta ótica [*sic*] pretendeu realizar a documentação da Revolução Farroupilha, projeto que previa a execução de dezoito obras das quais apenas oito foram concluídas.<sup>728</sup>

A leitura dos documentos do período nos permite afirmar que “a documentação da Revolução Farroupilha” em dezoito quadros não foi um projeto individual do artista, mas sim do Departamento de História do MJC e que Luiz Cúria, como funcionário adido, teve de cumprir. A forma como a informação é apresentada no verbete do dicionário, assim como a indicação da viagem que realizou a Rio Pardo em 1935, bem como a edição de um álbum zoológico, dão a entender que foram todas essas ações de sua iniciativa e não atreladas ao MJC. Na verdade, a viagem à Rio Pardo foi feita por

<sup>724</sup> Conforme ROSA e PRESSER, 2000, p. 320.

<sup>725</sup> O Dicionário de Artes Plásticas, no verbete relativo a esse artista (p. 320), apresenta a grafia de Luís com “s”, entretanto, nas correspondências administrativas do MJC, consta Luiz, com “z”, sendo essa forma também que o artista assinava. Ver, por exemplo, correspondência de Luiz Cúria ao diretor do MJC emitida em 25 de setembro de 1935, onde consta sua assinatura (Correspondências recebidas 1933-1936, fl. 250. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009).

<sup>726</sup> Ofício nº 5467 enviado pelo diretor geral da Instrução Pública do estado, Raul Bittencourt, ao diretor do MJC, em 03 de agosto de 1933 sobre a cedência de Cúria ao MJC. Correspondências recebidas 1933-1936, s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009.

<sup>727</sup> Luiz Cúria foi nomeado ao cargo de conservador e restaurador através da Portaria nº 266 de 11 de setembro de 1940, assumindo oficialmente a função em 13 de setembro do mesmo ano. Cf. Ofício nº 180 de 17 de setembro de 1940 (Correspondências expedidas 1940, f. 242. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.0150).

<sup>728</sup> ROSA e PRESSER, 2000, p. 320.

solicitação do diretor do Museu e o álbum aludido foi realizado junto ao Departamento de Ciências Naturais da instituição sob a supervisão de Hugo Debiasi. É, portanto, importante deixar bem claro a separação entre a produção de Cúria resultante dos projetos dos Departamentos do MJC, a quem serviu como adido, e sua produção artística individual, que exerceu de forma paralela, mas independente de seu cargo no MJC. Ou seja, Luiz Cúria realizou outras pinturas que não as solicitadas pelo Departamento de História, mas que não aparecem no verbete; todas as atividades ali mencionadas foram em decorrência de seu trabalho como funcionário do Museu.

Duas situações relatadas na documentação nos indicam o trabalho individual, apartado do MJC, realizado por Luiz Cúria. A primeira, de 1935, quando ele solicitou emprestado ao Museu dois cavaletes para expor os quadros *Farrapo* e *Espera do Pingo* no Pavilhão de Indústrias Rio-Grandenses na exposição do Centenário. Nenhuma dessas obras consta entre aquelas concluídas ou projetadas para a Pinacoteca do MJC, nem o pintor estaria representando a instituição no evento, mas a si mesmo. A solicitação de Cúria a Alcides Maya deixa bem clara a situação:

Solicito, por empréstimo, a Vossencia a cessão de dois cavaletes porta retratos para figurarem no pavilhão de Indústrias Rio-Grandenses com os quadros de minha autoria: “Farrapo” e a “Espera do Pingo”, por não ter sido possível fazer a exposição dos mesmos no Pavilhão Cultural.

Os referidos cavaletes serão devolvidos, logo que se encerrar a Exposição Farroupilha, não havendo inconveniente na cessão, a meu ver, por estarem os mesmos, presentemente, desocupados.

Outrossim, solicito, igualmente duas cortinas para cobrirem os trabalhos acima mencionados.<sup>729</sup>

Alcides Maya atendeu positivamente ao pedido. A autorização do empréstimo está registrada, de forma manuscrita, na própria correspondência onde consta a solicitação de Luiz Cúria.

A outra situação que demonstra a produção individual de Cúria é relativa a um pedido de auxílio, por parte do artista, ao governo do Estado para a realização de uma exposição particular, conforme Alcides Maya esclareceu ao Secretário da Educação e Saúde Pública em 1936:

Em resposta ao vosso ofício de 10 do corrente mês sob nº 351, cumpre-me comunicar que a relação dos quadros encomendados por este Instituto ao Sr.

<sup>729</sup> Ofício s/nº enviado por Luiz Cúria ao diretor do MJC, Alcides Maya, em 25 de setembro de 1935. Correspondências recebidas 1933-1936, fl. 250. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009.



Luiz Cúria, funcionário adido ao Museu do Estado, e referente à nossa galeria histórica do Salão-35, (plano de comemoração cívica aceito, dentro do programa seguido por nós, com a indispensável autorização superior); que tal relação **nada tem de comum com o pedido de auxílio do citado pintor para uma exposição particular** que pretende ele fazer. Baseou o requerente o seu pedido na verba criada pelo decreto nº 6056 de 18 de Julho de 1935, conforme a explicação junto.<sup>730</sup>

Feitas estas considerações, passamos a tratar da produção de Luiz Cúria resultante de seu trabalho como adido ao MJC, na constituição do *Salão-35*, ou *Sala Bento Gonçalves* como foi denominada. As obras presentes ainda hoje no MJC de sua autoria, assim como as listadas na documentação, são todas pinturas a óleo retratando lugares, sítios históricos. Cúria não produziu retratos nem cenas históricas.

O artista, como já mencionado, a serviço do MJC, produziu oito obras representando lugares relacionados à Guerra Farroupilha, o que ocorreu a partir de 1935. Entretanto, quando ele ingressou no Museu, em agosto de 1933<sup>731</sup>, tal projeto, caso já existisse, não foi mencionado. Fica expresso na documentação institucional que o motivo do pedido de sua cedência era atender à necessidade de execução de trabalhos de conservação e restauro das obras da Pinacoteca Histórica:

Estando a pinacoteca histórica deste Instituto necessitada de reparasse [*sic*] restauração, trabalhos estes que devem ser executados por um profissional, e, tendo já o pintor Luiz Cúria, diretor do Colégio General Osório, em Mussum<sup>732</sup>, executado algumas telas que figuram na referida pinacoteca, adquiridas pelo governo do Estado, solicito a Vossencia providencias no sentido de ser o aludido funcionário aproveitado nesses trabalhos, ficando adido a este Museu.<sup>733</sup>

Pelo exposto, podemos considerar a hipótese de que a transferência do pintor ao MJC não constituiu inicialmente uma demanda do Departamento de História como parte de seu projeto de elaboração de uma narrativa sobre o passado regional, ou seja, não foi

<sup>730</sup> Ofício nº 14 emitido pelo diretor do MJC, Alcides Maya, ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 14 de fevereiro de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 291. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos nossos.

<sup>731</sup> Conforme ofício nº 83 emitido em 01 de setembro de 1933 pelo diretor do MJC ao Diretor de Expediente da Secretária de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, o auxiliar de ensino Luiz Cúria entrou em exercício no MJC em 03 de agosto de 1933. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 97. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1012.

<sup>732</sup> O ofício nº 5467 enviado pelo diretor geral da Instrução Pública do estado, Raul Bittencourt, ao diretor do MJC, em 03 de agosto de 1933 sobre a cedência de Cúria ao MJC, menciona que o Grupo Escolar Colônia General Osório ficava localizado no município de Guaporé. Correspondências recebidas 1933-1936, s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.009.

<sup>733</sup> Ofício nº 56 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 22 de maio de 1933. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 64. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

planejada desde o início como uma estratégia de formação do acervo da Pinacoteca, mas deu-se de forma a atender uma necessidade específica a ser resolvida, de caráter sobretudo técnico: a restauração das imagens que já integravam o acervo. O projeto de registrar em pinturas os locais referentes ao nosso passado, pelo que vimos, estava sendo contemplado com encomendas a alguns artistas. Mas, conforme também vimos, a partir de 1934 começaram a escassear os recursos e praticamente cessaram as aquisições por compra. Portanto, talvez, devido a essa situação contingencial, Luiz Cúria tenha passado a ser aproveitado não somente como conservador e restaurador, mas também como pintor, solucionando, em certa medida, as consequências decorrentes da diminuição orçamentária que o MJC enfrentou entre 1935 e 1939. Nesse sentido, o artista foi indicado, a partir de 1935, a realizar uma série de imagens farroupilhas, recebendo, por isso, apenas o seu salário como auxiliar de ensino, até ser efetivado no cargo de restaurador em 1940.

O diretor mencionou em sua correspondência ao Secretário que Luiz Cúria havia “executado algumas telas que figuram na referida pinacoteca, adquiridas pelo governo do Estado”. Mas, até 1933, há o registro de apenas uma obra do artista que fora comprada pelo governo estadual e que pertencia ao MJC: o óleo sobre tela intitulado *Ponte da Azenha*<sup>734</sup>, adquirido em 1930<sup>735</sup>, justamente quando outras obras de diversos artistas também ingressaram por compra na Pinacoteca da instituição. Essa tela ainda pertence ao acervo do MJC, registrada no sistema Donato, sob nº 51.

---

<sup>734</sup> Óleo sobre tela produzida em 1929. Assinada L. Curia. Dimensões: 62,70 x 80 cm. Análise dessa obra em FERNANDES [et al.], 2011.

<sup>735</sup> A tela *Ponte da Azenha*, local da primeira batalha farroupilha em Porto Alegre, foi comprada pelo valor de rs 1:000\$000 (um conto de réis) em abril de 1930 sendo a despesa saldada por conta da verba “galeria de retratos de figuras históricas, dotada com 10:000\$000, título 3º, tabela 13 do atual orçamento”. Ofício emitido pelo diretor do Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, Eduardo Marques, em 01 de abril de 1940 ao diretor interino do MJC, Eduardo Duarte, determinando o pagamento da obra de Luiz Cúria (Correspondências Recebidas 1930, fl. 31. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.007).

Figura 9- Imagem da tela *Ponte da Azenha* (L. Cúria, 1929)



Fonte: Acervo MJC. Reprodução fotográfica FERNANDES [et al.], 2011, s/nº.

Além da tela *Ponte da Azenha*, o Dicionário de Artes Plásticas no Rio Grande do Sul indica que constam no acervo atual do MJC as obras *Igreja de Viamão*<sup>736</sup>, adquirida em 1935, e *Capela de Viamão*, “adquirida, conforme documentação, em 1939”<sup>737</sup>. Entretanto, não é feita no verbete a referência da documentação que indica a aquisição dessa última tela e, consultando os registros atuais do Museu, constatamos que ela não faz parte do seu acervo, assim como existe outra obra do mesmo artista, *Doca das Frutas*<sup>738</sup>, produzida em 1933, doada à instituição em 2009 por Lucia Regina Cúria Moreira Salles<sup>739</sup> e, por isso, não indicada no Dicionário, que foi publicado em 2000.

Relativo à obra *Capela de Viamão*, a documentação administrativa consultada, pelo menos até 1940, não menciona a sua compra ou doação ao MJC em 1939, conforme divulgado. Os registros que conseguimos identificar, na verdade, tratam do pedido de Luiz Cúria de devolução da sua obra que havia sido oferecida para compra.

<sup>736</sup> Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Óleo sobre tela. Assinado L. Cúria, 935. Nº de registro 769 no sistema Donato.

<sup>737</sup> ROSA e PRESSER, 2000, p. 320. Informação replicada em FERNANDES [et al.], 2011, s/nº.

<sup>738</sup> Óleo sobre tela. Assinada L. Curia, 1933. Dimensões: 59 x 76 cm. Nº de registro 10809 no sistema Donato do MJC.

<sup>739</sup> O sobrenome parece indicar algum grau de parentesco com o artista, mas é necessária maior investigação, pois na ficha de registro não é feita nenhuma referência à doadora, além do nome.

Como isso não aconteceu, ele solicitou a devolução da tela, no que foi contestado pelo ex-diretor Alcides Maya. Essa situação é interessante por demonstrar o quão tênue era o limite entre o trabalho do artista enquanto funcionário do MJC e a sua produção individual. O pedido de Cúria foi encaminhado quando o Museu já era dirigido por Emílio Kemp, mas Alcides Maya foi contatado para responder a essa demanda, pois o oferecimento da obra foi feito durante a sua gestão. A solicitação de Cúria foi expressa da seguinte forma:

Encontrando-se neste Museu um quadro a óleo de minha autoria representando a “Capela de Viamão” que ofereci à venda ao Estado, mas que não foi adquirido, peço que o mesmo me seja entregue, visto ser de minha propriedade.<sup>740</sup>

A resposta de Alcides Maya foi encaminhada ao pintor através do oficial administrativo do museu, Augusto Bianchi Filho, e questionava a propriedade do quadro, pois, de acordo com a sua argumentação, caso a obra tivesse sido produzida com materiais fornecidos pelo MJC, nas suas dependências e em horário de trabalho, não seria de Cúria e sim da Pinacoteca do Museu, conforme o texto transcrito abaixo:

Seria conveniente que o Sr. Cúria explicasse a procedência do material empregado no referido quadro e se foi, o referido trabalho, executado aqui no Museu em horas de expediente, visto como, atendendo a sua situação de adido a esta Repartição para executar trabalhos de pintura, restauração, etc., está em contraste com o que ele pretende agora.<sup>741</sup>

A resposta de Luiz Cúria a Maya foi:

O trabalho do quadro que representa a Capela de Viamão, por mim executado, foi feito na minha casa, com meu material [*palavra ilegível*] não foi feito por ordem do ex-diretor, foi executado o dito quadro fora do expediente.<sup>742</sup>

Portanto, a obra pertenceria a Luiz Cúria, mas não encontramos mais nenhum dado que pudesse comprovar a sua devolução ao artista, ou a sua aquisição pelo MJC, conforme informado nos trabalhos consultados e anteriormente mencionados. Como

<sup>740</sup> Ofício s/nº emitido por Luiz Cúria à direção do MJC em 28 de junho de 1939. Correspondências recebidas 1939, fl. 130. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.011.

<sup>741</sup> Informação de Alcides Maya encaminhada a Luiz Cúria em 30 de junho de 1939. Correspondências recebidas 1939, fl. 131. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.011.

<sup>742</sup> Informação de Luiz Cúria encaminhada à direção do MJC em 30 de junho de 1939. Manuscrita na mesma folha em que constam os pedidos de esclarecimento de Alcides Maya ao artista sobre as condições em que se deram a produção da tela *Capela de Viamão*. Correspondências recebidas 1939, fl. 131. Arquivo Permanente do MJC – AP. 2.011.

atualmente o Museu não tem registro dessa tela, pode ser que realmente tenha sido devolvida a Cúria. Entretanto, seria necessário aprofundar a pesquisa até poder-se afirmar com certeza o que ocorreu. De toda forma, ficou indicado o critério de determinação da propriedade do MJC em relação à produção de Luiz Cúria: toda obra executada com materiais providos pelo Museu, no espaço dessa instituição e dentro do horário de expediente. As telas produzidas sob essas condições, mesmo assinadas pelo artista, já nasciam como propriedade do MJC e não poderiam ser comercializadas por ele, pois não lhes pertenceriam. Nesse sentido, podemos pensar que a obra *Igreja de Viamão*, vendida ao MJC em 1935, foi produzida fora do horário de expediente, na casa do pintor e com materiais de sua propriedade.

Somente a partir do ano de 1935 é que a documentação registra ações para a produção de uma série de telas retratando lugares evocativos à Guerra Farroupilha, da qual o pintor Luiz Cúria foi encarregado. Anteriormente a esse período, o artista, além dos reparos em obras, também executou aquarelas que iriam compor um álbum zoológico, referente à ornitologia do Estado, organizado por Hugo Debiasi, chefe do Departamento de História Natural, “como contribuição de ciência do Museu Julio de Castilhos ao certame comemorativo de Setembro de 1935”<sup>743</sup>, o que acabou não acontecendo, conforme informou Alcides Maya, em 1938, ao secretário da Educação, explicando que o álbum não havia sido concluído “exata e infelizmente, por falta de recursos orçamentários [sendo] esta a causa de semelhante álbum não haver aparecido, como índice cultural no gênero, na Exposição Farroupilha (Pavilhão Cultural)”<sup>744</sup>.

As telas evocativas à Guerra Farroupilha deveriam figurar no Salão-35 do MJC e também ser expostas no Pavilhão Cultural. Os lugares a serem retratados por Luiz Cúria estavam localizados nos municípios de Viamão e Rio Pardo, e, posteriormente, foram incluídas algumas antigas casas de Porto Alegre da época dos farrapos. Comunicado emitido pelo diretor Alcides Maya em maio de 1935 ao Secretário do Interior e Exterior indicava que a determinação dos locais em Viamão foi por ele feita a partir de visita

---

<sup>743</sup> Ofício nº 22 emitido em 20 de maio de 1935 pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 220. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>744</sup> Ofício nº 22 enviado pelo diretor do MJC ao secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 26 de abril de 1938. Correspondências expedidas 1937-1938, fl. 170. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.013.

realizada àquele município, não mencionando a presença de Cúria nesse momento de reconhecimento:

Tenho a honra de comunicar a Vossencia que acabo de percorrer o município de Viamão (para o que eu fora, em tempos, autorizado), a fim de **descobrir, examinar e escolher sítios e prédios históricos**, dignos de figurar na coleção Farroupilha, da futura pinacoteca história deste Museu. Semelhantes telas deverão centralizar as outras peças destinadas ao Pavilhão Cultural, Grande Exposição comemorativa de Setembro próximo.

A esses trabalhos, alguns dos quais (quatro) já estão feitos, serão reunidos outros, referentes **a casas desta Capital, contemporâneas dos gloriosos Farrapos**.

Todas essas obras estão sendo executadas pelo pintor Luiz Curia, funcionário adido à nossa Repartição. A única verba, pois, que solicito a Vossencia, a fim de realizar, o programa traçado, é a indispensável para a aquisição do material (alguns metros de tela, tintas, pinceis, etc.).

Remeto, inclusa, e submeto à preclara atenção dessa Secretaria, uma lista dos óleos projetados. Anexa envio a relação da despesa a ser feita, que poderá correr por conta da verba Laboratório – 3:000\$000, tit. 3º, tabela 12.<sup>745</sup>

Fica clara a exiguidade dos recursos em 1935, impedindo a encomenda das obras determinadas pelo diretor a outros artistas, sendo, por isso, em nosso entendimento, feita a indicação de Luiz Cúria para a realização das telas representativas dos sítios farroupilhas, como já comentamos anteriormente.

O diretor sugeriu que fosse utilizada verba destinada aos custos com laboratório para a compra dos materiais necessários à execução das telas, demonstrando que, na gestão Maya, principalmente no período próximo à comemoração do centenário farroupilha, o acervo das coleções de história recebeu maior atenção do que os relacionados às coleções de ciências naturais.

Segue abaixo a transcrição da lista apresentando os dezoito locais selecionados por Alcides Maya a serem retratados por Luiz Cúria:

RELAÇÃO DE ÓLEOS A SEREM EXECUTADOS, EM VIAMÃO, REFERENTES À REVOLUÇÃO DE 1835, PARA A PINACOTECA HISTÓRICA DO MUSEU JULIO DE CASTILHOS.

1º- Casa Colonial - Hospital de sangue dos Farrapos (Estrada de Mato Grosso nº 9156).

2º- Casa Colonial – estilo da época – (Estrada do Mato Grosso) – 6 telas.

3º- Figueira baleada – lenda de combate Farroupilha (Lomba de Tarumã).

4º- Fonte da Paciência – (período colonial).

5º- Fonte da Bicca – (período colonial).

<sup>745</sup> Ofício nº 21 emitido em 14 de maio de 1935 pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 215. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos nossos.

- 6º- Casa dos Peixotos – (Acampamento – Hospital de Sangue).  
 7º- Estalagem – (sítio de guerrilhas).  
 8º- Panorama de Viamão – (perspectiva geral da vila e arredores).  
 9º- Casa dos Peixotos – (velha estância revolucionária).  
 10º- Igreja da Matriz – (período colonial) – 2 telas.  
 11º- Capão da Porteira – (campo de combate).  
 12º- Estância Grande – (fundação do século XVIII – posteriormente quartel general de Bento Gonçalves).  
 13º- Velha Cadeia – (atual Hotel Caruzo) – prisão e fortim.  
 14º- Restos..- (Culto açoriano do Espírito Santo).  
 15º Casa dos Machados – (campo histórico).  
 16º- Ruínas – (alicerce e muros atribuídos aos jesuítas).  
 17º- Forte de Itapoan.  
 18º- Casas de Viamão – (contemporâneas dos Farrapos – flagrantes da vida de antanho).<sup>746</sup>

Para a seleção dos locais e prédios de Rio Pardo, o diretor do MJC ordenou que o próprio pintor Luiz Cúria visitasse o município “para recolher, com o pincel, quadros que falassem da Epopeia Farroupilha e de outros fatos históricos, caros ao Rio Grande”<sup>747</sup>. Por solicitação de Alcides Maya, Cúria foi recebido pela prefeitura de Rio Pardo e Guilherme de Paulo Barroso, membro da comissão local pró-comemoração do centenário, ofereceu-se a acompanhar o pintor fornecendo informações sobre a localidade, exercendo, provavelmente, alguma influência sobre Cúria na determinação das paisagens a serem pintadas.

O diretor do MJC, em agradecimento ao apoio prestado pela Prefeitura de Rio Pardo, anunciou o retorno de Luiz Cúria para dar prosseguimento ao trabalho, dizendo:

Incumbe-me agradecer a V.S. a assistência cívica aí prestada ao representante do MJC, que trouxe alguns preciosos elementos de **idealização histórica**. Urgência de serviço nesta capital obrigou ao referido artista nosso funcionário adido, para fins de arte, a procrastinar a execução total do programa indicado e já aceito pela Diretoria do Museu concernente a esse **setor de investigações e evocações de nosso passado**. Oportunamente, o Sr. Luiz Cúria voltará à tradicional e gloriosa Rio Pardo a fim de prosseguir na execução do programa em vista.<sup>748</sup>

<sup>746</sup> Ofício nº 21 emitido em 14 de maio de 1935 pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 216. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos do autor.

<sup>747</sup> Ofício enviado ao diretor do MJC pelo subprefeito de Rio Pardo, João Francisco de Borba, em 09 de agosto de 1935 tratando da visita que Luiz Cúria fizera ao seu município. Correspondências recebidas 1933-1936, fl. 267. Arquivo Permanente do MJV – AP. 2.009.

<sup>748</sup> Ofício nº 32 enviado pelo diretor do MJC, Alcides Maya, ao subprefeito de Rio Pardo, Cel. João Francisco de Borba em 15 de agosto de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 237. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos nossos.

O setor do MJC, ao qual Alcides Maya refere-se como o responsável por cumprir o ‘programa’ de execução de pinturas dos sítios farroupilhas, em nosso entendimento é o Departamento de História que desenvolveria ‘investigações’ e ‘evocações’ do nosso passado. Aqui percebemos uma atribuição de distintas funções, onde ao Arquivo Histórico identificamos a pesquisa (investigação) e à Pinacoteca e demais coleções, a evocação, através da ‘idealização histórica’ que as imagens de Cúria iriam construir. Posteriormente abordaremos melhor essa consideração.

Entretanto, Luiz Cúria não retornou a Rio Pardo, provavelmente pela falta de recursos disponíveis. A documentação não apresenta, como foi feito em relação a Viamão, listagem prévia dos locais do referido município escolhidos pelo pintor para representação em telas. Esses foram indicados apenas em dezembro de 1935, quando Cúria envia para o MJC alguns quadros já prontos.

Constava na lista enviada em 24 de dezembro de 1935, a indicação de quatorze quadros prontos, que o artista entregava à Pinacoteca do MJC, e seis ainda não terminados. Os quadros já prontos eram:

- 1º - Matriz de Viamão
- 2º - Matriz de Rio Pardo
- 3º - Barro Vermelho
- 4º - Cruz do Barro Vermelho
- 5º - Hospital de sangue
- 6º - Ruínas da Igreja de São Francisco
- 7º - Margem do Rio Pardo
- 8º - Francisco Amaral Sarmiento Menna
- 9º - Tolentino Amaram Sarmiento Menna
- 10º - Velho Vasco

Com referência a Viamão, modificastes a primeira lista, pela falta de recursos para as viagens necessárias, suprimindo alguns trabalhos, substituídos por outras telas de prédios desta Capital e arredores, da época de 35. Remeto também, destes, os seguintes, já prontos:

- 1º - Casa de 1835 – Rua Riachuelo
- 2º - Casa de 1835 – Rua Payssandú
- 3º - Casa Colonial – Rua 1º de Março
- 4º - Ponte de Pedra - Riacho<sup>749</sup>

Assim, como já foi dito, a falta de recursos para custear as viagens de Cúria provocou algumas alterações nos locais que seriam representados nas telas. Não foram

---

<sup>749</sup> Ofício nº 66 enviado por Luiz Cúria ao diretor do MJC em 24 de dezembro de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 266. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.



comentados os critérios de escolha desses espaços, apenas foi feita a referência de que, de alguma forma, evocavam o período farroupilha. Tal situação nos leva a pensar o quanto o registro de um lugar, tido como importante de ser lembrado, passando a ser considerado histórico, foi determinado pela contingência da escassez de recursos. Ou seja, o que queremos dizer é que alguns locais, escolhidos posteriormente para substituir os inicialmente selecionados, mesmo que tivessem relação com o período da Guerra dos Farrapos, não parecem terem sido tão importantes, de acordo com a perspectiva do diretor do MJC, como aqueles indicados num primeiro momento, pois, do contrário, já teriam sido escolhidos previamente. Assim, não parece absurdo considerar que a falta de dinheiro, em alguns casos, foi o que acabou elevando determinados lugares à categoria de históricos, pois caso o governo do estado disponibilizasse maior quantidade de recursos, não teriam sido retratados nas telas de Cúria, as quais, provavelmente, apresentariam outras imagens, aquelas primeiramente contempladas na escolha do diretor.

Cúria também apresentou ao diretor do MJC as obras ainda não concluídas, mas que se encontravam em preparo, sem deixar de novamente mencionar as dificuldades decorrentes dos mínimos recursos disponibilizados que faziam, inclusive, o artista ter de utilizar recursos próprios no seguimento do trabalho. As obras em execução eram:

- 1º - Fortaleza Jesus, Maria, José (Rio Pardo)
- 2º - Quartel General dos Farrapos (Viamão)
- 3º - Ponte Bica (Viamão)
- 4º - Fonte da Paciência (Viamão)
- 5º - Figueira Baleada (Viamão)
- 6º - Estalagem – Hospital de sangue (Viamão)

[...]

Podeis crer que tenho me esforçado para, apesar da falta de recursos, fazer o que me foi mandado.

Sobre o forte de Jesus, Maria, José, de Rio Pardo, onde estive por vossa ordem, e com recursos particulares, só pude pintar o sítio à margem do Jacuhy, que também remeto como documento. Falta-me, por falta de qualquer reprodução fotográfica ou outra, o plano da construção primitiva que me prometestes dar. Sem isso será impossível.

Atacarei a reconstrução de Itapuan quando me ordenares.<sup>750</sup>

Assim, entre obras já concluídas e em execução, foram indicadas vinte telas produzidas pelo pintor Luiz Cúria. Entretanto, no relatório do MJC correspondente ao

---

<sup>750</sup> Ofício nº 66 enviado por Luiz Cúria ao diretor do MJC em 24 e dezembro de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 267. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

ano de 1935 até 15 de junho de 1936, o diretor da instituição informava ao Secretário da Educação que eram oito “os quadros feitos pelo funcionário adido ao MJC Sr. Luiz Cúria”, apresentando a seguinte relação de telas:

- 1- Igreja de Viamão (tela a óleo)
- 2- Portão Colonial da Igreja São Francisco em Rio Pardo (tela a óleo)
- 3- Casa Colonial (1835) Rua Riachuelo (tela a óleo)
- 4- Casa Colonial (1835) Rua Paissandú (tela a óleo)
- 5- Barro Vermelho, lugar de combate em 1835, Rio Pardo (tela a óleo)
- 6- Margem do Rio Pardo (tela a óleo)
- 7- Velho Vasco, veterano farroupilha (tela a óleo)
- 8- Ponte de Pedra – Riacho (tela a óleo)<sup>751</sup>.

Depois desse relatório, até o ano de 1940 não foram mais mencionadas as obras executadas por Luiz Cúria, sendo as referências feitas ao artista restritas a seu pedido de efetivação no cargo de conservador/restaurador de quadros no MJC, a qual, como já mencionamos, ocorreu em setembro de 1940, e a informação de 1938 de que trabalhava junto a Hugo Debiase na organização do já mencionado álbum de história natural, executando aquarelas para tal edição:

[...]

Além de outros serviços, uns já executados e outros adiados, por falta de aproveitamento de verbas orçamentárias, anuais, votadas, porém não autorizadas nos exercícios administrativos correntes, o aludido pintor, tem trabalhado, nos últimos tempos, sob a direção do preparador Hugo Debiase, na elaboração de um grande álbum de história natural (taxinomia das aves do Extremo Sul do país), que também ainda não foi terminado [...].<sup>752</sup>

Fica, portanto, a questão do que ocorreu com as demais obras, sendo apenas oito mencionadas ao Secretário da Educação. Também há uma lacuna de informação sobre a localização de sete dentre essas oito obras que o diretor declarara como recebidas no relatório emitido em 1936. Fora a tela *Igreja de Viamão*, as demais não se encontram registradas no sistema atual do MJC, e também não integram os acervos do MARGS e da Pinacoteca Aldo Locatelli. Nesse sentido, pesquisas posteriores poderão indicar o destino dessas obras.

<sup>751</sup> Relatório do MJC correspondente às atividades de 01 de janeiro de 1935 até 15 de junho de 1936. Fl. 10. Anexo ao ofício nº 32 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde em 19 de junho de 1936. Correspondências expedidas 1933-1936, s/nº. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

<sup>752</sup> Ofício nº 22 enviado pelo diretor do MJC ao secretário de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 26 de abril de 1938. Correspondências expedidas 1937-1938, fl. 170. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.013.

Entretanto, fica a certeza de que tais obras não participaram da Exposição Farroupilha, como intencionado pela direção do MJC, pois, como vimos, as pinturas foram prontadas em período posterior à abertura da grande exposição. Luiz Cúria entregou algumas das obras encomendadas em dezembro de 1935 e a Exposição do Centenário Farroupilha foi inaugurada no dia 20 de setembro desse mesmo ano. Devemos considerar nesse processo que somente em agosto de 1935 Cúria esteve em Rio Pardo para escolher os locais a serem retratados e também o número relativamente grande de telas a serem produzidas em pouco tempo. Ciente dessa impossibilidade, o diretor do MJC no final de agosto de 1935 solicitou ao secretário da Educação e também ao diretor do Pavilhão Cultural, Walter Spalding<sup>753</sup>, que a série de telas retratando sítios e prédios históricos do município de Piratini do pintor Leopoldo Gotuzzo fosse “incorporada no quadro geral das obras expostas [*pelo MJC no Pavilhão Cultural, ficando*] assim atenuada, em parte, no caso, a deficiência expositiva do Museu”<sup>754</sup>.

Todavia, as obras de Gotuzzo integraram a Seção de Pintura do Pavilhão Cultural, juntamente com trabalhos de outros pintores e colecionadores sul-riograndenses, não apresentando o MJC telas históricas na exposição, tendo em vista que não há registro dessas nem no Relatório do MJC relativo a 1935, onde foi mencionada a exposição de alguns documentos do Arquivo Histórico, como os volumes da *Série Documentos Interessantes*, nem no Catálogo Geral da Exposição Farroupilha (1935). Assim, as obras de Cúria, como as demais adquiridas pelo MJC, seriam expostas nos espaços do MJC apontados no início desse capítulo.

Após a descrição da constituição tanto do acervo tridimensional quanto da Pinacoteca Histórica do MJC, ressaltando os critérios considerados relevantes nessas incorporações, é necessário analisarmos o entendimento da função do Museu e a noção de história que emergem desse processo.

---

<sup>753</sup> Ofício nº 43 emitido pelo diretor do MJC ao Diretor do Pavilhão Cultural Walter Spalding em 09 de setembro de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 244. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012

<sup>754</sup> Ofício nº 39 emitido pelo diretor do MJC ao Secretário do Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 30 de agosto de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 244. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

#### 4.4 O museu e a evocação do *exemplar: historia magistra vitae*

A descrição da formação do acervo do MJC entre 1925 e 1939 nos demonstrou que os objetos incorporados pela instituição eram percebidos como relíquias históricas, capazes de evocar personagens e/ou acontecimentos passados. Nessa intenção, o acervo do MJC acabou composto por armas, uniformes, objetos de uso pessoal, móveis, entre outros materiais, que pertenceram, fundamentalmente, a homens ligados às lutas de conquistas luso-brasileiras do período colonial e aos conflitos ocorridos durante o Império, como a Guerra do Paraguai, e, mais marcadamente, a Guerra dos Farrapos, e também ao líder republicano Julio de Castilhos. Esses eram os grandes e exemplares nomes da nossa história que os objetos recolhidos ao Museu, para futura exposição e contemplação, faziam reificar. Tais artefatos, portanto, eram valorizados a partir de sua “genuína” e “autêntica” relação com o passado, comprovada através de sua procedência, não sendo, pelo menos de forma prioritária, os elementos estéticos considerados em sua caracterização como objetos históricos.

Além da recolha dos objetos pessoais daqueles que deveriam ser lembrados, o MJC empreendeu grande esforço para a formação de uma Pinacoteca Histórica, pois, como esclarece Meneses, “um museu histórico, para exercer sua função celebrativa, precisa antes de mais nada, de figuras, de imagens”<sup>755</sup>. A Pinacoteca seria formada por uma galeria de retratos de “homens ilustres” e de quadros figurando os principais locais que serviram de cenário aos episódios do nosso passado. O critério estético, embora certos artistas de renome assinassem algumas obras, não foi, novamente, o que prevaleceu na seleção e produção dessas imagens, ou seja, não eram considerados como determinantes os elementos plásticos, mas o conteúdo das obras, ou elementos históricos. Cabe lembrar, na compreensão dessa escolha, que a pintura de História, em termos gerais, é um gênero artístico que prioriza a narrativa do acontecimento em relação à qualidade técnica (estética), assumindo um caráter educativo e o papel de “testemunha da história”. Conforme Valéria Salgueiro (2007), trata-se, essencialmente, de

[...] uma forma mais sutil, menos direta, de concluir lições, fornecer ensinamentos morais, exhibir paradigmas, sobrepondo-se esse objetivo a

---

<sup>755</sup> MENESES, 1992, p. 5.

outros atributos de uma obra de maior apelo aos sentidos. Frequentemente ocupando grandes paredes de museus históricos, e muito utilizada em estampas ilustrativas de livros, especialmente de livros escolares, a pintura de História tem como principal missão estimular a imaginação das pessoas sobre o passado de seu país, ao retratar personagens de destaque e o povo em ações ambientadas em paisagens identificáveis.<sup>756</sup>

A pintura de História alcançou grande desenvolvimento na França entre os séculos XVII e meados do XIX, principalmente nos períodos da Revolução Francesa e Napoleônico, onde foi utilizada com o objetivo de construir a autoimagem da nação e sua identidade. A representação dos acontecimentos visualmente narrados e dos seus protagonistas foi instrumento bastante utilizado pelos regimes políticos para a criação da imagem coletiva de uma nação e de seus heróis. Presente nos museus de história, geralmente em telas de grandes dimensões, a pintura foi utilizada para retratar os cenários e cenas épicas nacionais e/ou regionais, principalmente durante o século XIX até a primeira metade do XX.

O caráter narrativo da pintura de História leva à representação de cenas cuidadosamente trabalhadas, apresentando em detalhes as posturas e gestos do corpo, pormenores das vestimentas, objetos e pessoas presentes, caracterizando o ambiente em cena, bem como a utilização da luz para revelar ou ocultar algo.

Outro aspecto importante relativo à pintura de História é que os artistas se baseavam, para sua execução, em documentos escritos, entrevistas, objetos ou imagens de épocas passadas, para que a obra transmitisse a ideia de veracidade, evocando a autoridade do testemunho. A pintura histórica era vista, portanto, como algo que necessitava se alicerçar na verdade, porém sem tolher a imaginação do artista<sup>757</sup>.

A única pintura do MJC, adquirida no período em análise, retratando uma cena histórica, foi *Carga de Cavalaria*, produzida em 1893 pelo artista espanhol Guilherme Litran, o qual, “para pintar uma cena ilustrativa de uma batalha da Revolução Farroupilha o fez com base em relatos de outras pessoas ou jornais da época”<sup>758</sup>. A cena apresenta o general Antonio de Souza Netto no centro da tela, “muito bem vestido em cima de seu cavalo negro, ganhando maior destaque do que os outros e confirmando

<sup>756</sup> SALGUEIRO, 2007, p.131-132.

<sup>757</sup> Cecília Helena Salles exemplifica muito bem esse processo de pesquisa dos artistas na execução de pinturas de História através do trabalho de Pedro Américo para a criação da obra *O Grito do Ipiranga*. Ver SALLES, 1999, p. 61.

<sup>758</sup> FERNANDES [et al.], 2011, s/nº.

uma posição de líder”<sup>759</sup>. Nossa intenção nesta tese não foi fazer uma análise da composição das imagens das obras referidas, mas citamos aqui a descrição parcial da tela de Litran no sentido de demonstrar que nela está presente a narrativa de uma ação, uma batalha protagonizada por um personagem que a lidera. Tais elementos não estão presentes nas demais obras da Pinacoteca do MJC, pois as pinturas encomendadas, principalmente a Luiz Cúria, foram de sítios e prédios históricos relacionados à Guerra Farroupilha, mas sem a narrativa de acontecimentos com heróis. Ou seja, tais telas não representam cenas históricas, e sim cenários.

Podemos pontuar que Luiz Cúria, embora sem muitos recursos disponíveis, realizava pesquisa para produzir suas imagens, como denotam suas visitas a Viamão e Rio Pardo, bem como o seu pedido de materiais ao diretor do MJC para poder retratar o antigo Forte Jesus, Maria, José de Rio Pardo: “Falta-me, por falta de qualquer reprodução fotográfica ou outra, o plano da construção primitiva que me prometestes dar. Sem isso será impossível”<sup>760</sup>. Assim, não pintava a partir de sua livre inspiração e criatividade, baseando-se sim em alguns documentos para tentar reproduzir com a maior veracidade possível determinado prédio ou cenário. Nesse sentido, aproximava-se da metodologia de trabalho utilizada na pintura de História. Entretanto, como as suas telas não representam episódios épicos protagonizados por heróis, com a dramaticidade peculiar das cenas de pintura de História, talvez não seja possível classificá-las nesse gênero artístico, pois registram somente o cenário onde tais cenas não retratadas aconteceram no passado. Ou seja, as pinturas de Cúria não buscam narrar em imagens a Guerra Farroupilha, mas intencionam, em nosso entendimento, a representação de locais referenciais desse conflito. Os quadros necessitam de legendas explicativas para que os referidos locais sejam reconhecidos e atrelados ao episódio que a historiografia determinava, naquele momento, como central da história sul-rio-grandense.

Percebemos no levantamento das obras da Pinacoteca que, algumas vezes, é o personagem ausente de uma paisagem que a consagra como digna de ser retratada. Dito em outras palavras, a relação de um determinado local a um vulto do passado é que justifica o seu registro pictórico, como podemos inferir a partir, por exemplo, dos quadros *A Casa onde Bento Gonçalves Nasceu* e *A Fazenda da Reserva* (da família de

---

<sup>759</sup> FERNANDES [et al.], 2011, s/nº.

<sup>760</sup> Ofício nº 66 enviado por Luiz Cúria ao diretor do MJC em 24 e dezembro de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 267. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012.

Julio de Castilhos). Nesse sentido, os lugares, assim como os objetos, são sacralizados a partir da relação que mantêm com determinado “vulto” histórico.

A descrição dos objetos tridimensionais, bem como das imagens incorporadas ao MJC entre 1925 e 1939, nos possibilita afirmar que o critério de seleção do acervo foi baseado numa concepção de história que privilegiava os eventos e figuras de exceção. Em tal perspectiva, a história é considerada uma sucessão de fatos protagonizados por homens exemplares, os heróis, correspondendo ao modelo clássico da *historia magistra vitae*, o qual, de acordo com Hartog,

[...] está fundado sobre o paralelo, faz apelo às lições da história e recorre à imitação. O passado não é (verdadeiramente) do passado, pois ele não está ultrapassado. Se há uma idade de ouro, ela está atrás de nós. O tempo não anda.<sup>761</sup>

Assim, diferentemente do regime de historicidade moderno em que o exemplar desaparece para dar lugar àquilo que não mais se repete, onde, conforme Koselleck, o passado é ultrapassado, no regime antigo, o tempo pretérito impõe-se na exaltação de figuras e acontecimentos paradigmáticos, nos oferecendo o modelo a imitar, o exemplar. Nesse sentido, a história seria

[...] um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros.<sup>762</sup>

Dessa forma, o MJC - a exemplo dos museus de história do século XIX e início do XX – exerceu a função de evocar e celebrar a memória de grandes *homens-exemplos*. Os objetos, percebidos como relíquias, seriam os veículos, os elementos dessa evocação e celebração, não sendo tratados como documentos.

Meneses (2005), tratando da possibilidade de uma instituição museológica participar da produção do conhecimento histórico, nos diz que museu de história é “aquele que opera com objetos históricos”<sup>763</sup>. Nesse enfoque, o objeto é tratado como documento, ou seja, como suporte de informação capaz de produzir conhecimento. O que faz um objeto transformar-se em documento é a intervenção do historiador, através

<sup>761</sup> HARTOG, 2006, p. 16.

<sup>762</sup> KOSELLECK, 2006, p. 42.

<sup>763</sup> MENESES, 2005, p. 28.

de um questionamento, pois o documento, já sabemos há muitas décadas, não fala por si. Nas palavras de Meneses:

[...] num nível empírico pode-se dizer que documento é um suporte de informação. Há em certas sociedades, como as complexas, uma categoria específica de objetos que são documentos de nascença, são projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação, etc. – este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (Observe-se, pois que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu contexto original). O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, da informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o museu deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.<sup>764</sup>

A noção acima transcrita e que hoje possuímos de objeto como documento não se aplica aos museus de história do século XIX até a metade do XX, onde o acervo não era percebido como fonte de pesquisa<sup>765</sup>. Meneses, comentando o processo de inserção da história no Museu Paulista, aponta que:

O uso documental das peças é praticamente nulo. Predomina a metáfora, capaz de ilustrar, na exposição, conhecimento produzido alhures. A importância da iconografia se funda numa concepção visual da História, *magistrae vitae*, e no poder de evocação e celebração da imagem.

[...]

Este descompromisso da História como forma de conhecimento é o que explica o fato do acervo museológico do Museu Paulista nunca ter sido utilizado como fonte para a pesquisa histórica. Não era esta a sua função. Era sim, a do Arquivo Histórico, criado pelo mesmo Taunay – autor, diga-se de

<sup>764</sup> MENESES, 2005, p. 28.

<sup>765</sup> Essa percepção é relacionada aos intelectuais-historiadores. Não estamos considerando aqui os conservadores do Curso de Museus do MHN, que nesse período trabalhavam na produção de conhecimento a partir da visualidade, através da classificação, catalogação, investigação e interpretação dos objetos, publicando textos nos Anais do MHN. Nesse sentido, até a metade do século XX, nos parece que a pesquisa dos objetos era de exclusividade desses conservadores de museu. O historiador Rafael Zamorano Bezerra (2014) analisando em sua tese os dispositivos de autoridade e musealização de objetos no MHN entre 1922 e 2012, defende que “o papel dos conservadores era fornecer a fundamentação histórica e, com ela, permitir a classificação dos objetos nas categorias “histórico” e “nacional”, procedimento que valorizava, concomitantemente suas dimensões documental, monumental, testemunhal e relicária” (BEZERRA, 2014, p. 165).



passagem, de uma obra copiosa, toda ela basicamente fundamentada em fontes escritas.<sup>766</sup>

Encontramos muita semelhança essa situação e a que ocorreu no MJC, onde o acervo museológico do Departamento de História não foi tratado como documento, mas como elemento de evocação e celebração. A produção do conhecimento histórico era feita a partir da consulta aos documentos do Arquivo Histórico. Inúmeras vezes, como indicamos no capítulo terceiro, no processo de formação do acervo do Arquivo, Eduardo Duarte mencionou a importância do recolhimento do maior número possível de documentos (fontes textuais), preferencialmente inéditos, em especial os do período farroupilha, para *subsidiar a escrita da história do nosso estado, para fornecer material no estabelecimento da verdade histórica*. Isso nunca foi mencionado em relação aos objetos/imagens que deveriam *figurar*, empregando outro termo bastante utilizado por Duarte, nos salões históricos do museu. Ou seja, o fornecimento de fontes para a produção do conhecimento histórico era função do Arquivo e não das demais seções do Departamento de História, pois essas não operavam com objetos-documentos, mas com objetos-relíquias. Às seções das coleções de artefatos caberia o papel de ilustrar a história que as fontes textuais produziam, apresentando “a contrapartida material dos documentos escritos [*onde*] os objetos colecionados e expostos comporiam uma espécie de história demonstrativa, destinada a complementar a história escrita”.<sup>767</sup>

Portanto, no MJC, como inicialmente apontamos através de Possamai (2013), conviveram duas concepções de história: a moderna, associada ao Arquivo Histórico, que se preocupou em garantir a produção de um saber científico, estimulando a pesquisa nos documentos que reunia, considerados como legítimas fontes para o estabelecimento da verdade histórica; e a antiga, marcada pelo princípio da história *magistra vitae*, de caráter ético, reunindo *reliquias* e imagens que atuavam na evocação e consagração de heróis e episódios marcantes do nosso passado, no qual a Guerra Farroupilha despontava como o central. Ou seja, o Museu apresentaria o testemunho daquele passado que a produção historiográfica, construída a partir dos documentos do seu Arquivo, elegia como importante e verdadeiro. Em outros termos: o Arquivo operava com a verdade dos fatos, com uma história de caráter epistemológico, e as outras seções do Departamento de História do Museu, com a verdade ética, de caráter exemplar.

<sup>766</sup> MENESES, 1994, p. 29.

<sup>767</sup> Cf. POMMIER, 1995, p. 18 *apud* BREFE, 2005, p. 45.

Portanto, de acordo com tal visão, ia-se ao Arquivo para consultar os documentos e *revelar* a verdade histórica neles contida e visitar-se-ia o Museu (quando estivesse organizado para abertura ao público) para *visualizar* esse passado revelado, que se fazia presente através dos objetos que dele nos restaram (reliquias) e pelas imagens que identificavam os rostos dos seus protagonistas e os cenários onde heroicamente atuaram. Assim, entendemos quando o diretor Alcides Maya indicou em 1935, na correspondência que transcrevemos no item anterior, que a seção de história do MJC era um “setor de investigações e evocações de nosso passado”.<sup>768</sup>

A percepção destes dois conceitos de história atuando no MJC no período entre 1925 e 1939 nos faz entender, por exemplo, o tratamento distinto que o diretor do Departamento de História do MJC teve em relação à coleção Varela. Vimos no capítulo terceiro, através da pesquisa de Ana Inês Arce, que o historiador Alfredo Varela ofereceu em depósito ao Arquivo Histórico, em 20 de maio de 1933, quatro caixas de documentos relativos à Guerra Farroupilha, que posteriormente, em 30 de maio de 1935, foram oferecidos em doação definitiva ao MJC, juntamente com os outros inúmeros documentos, também relativos ao episódio farroupilha, que estavam depositados no Museu Paulista. O Museu, mesmo em pleno trabalho para recolher o maior número possível de documentos sobre esse evento antes da comemoração de seu centenário, custou a manifestar-se diante da proposta, sendo necessárias várias solicitações por parte de Varela até que o diretor da instituição aceitasse a doação em janeiro de 1936. Eduardo Duarte, em junho desse mesmo ano, foi a São Paulo para recolher os documentos de Varela que estavam guardados no Museu Paulista. Mencionamos a interpretação de Arce (2015), com a qual concordamos, de que esse recolhimento foi feito somente após o término da Exposição do Centenário devido, provavelmente, à interpretação de Varela da Guerra Farroupilha como um movimento separatista e não de integração ao território nacional como naquele momento os historiadores do IHGRS e do MJC defendiam.

Entretanto, Varela não doou apenas documentos textuais. Indicamos, nesse capítulo, que, em 1933, ele também ofereceu em doação ao Museu diversos objetos antigos, dos quais Duarte ressaltou a importância daqueles correspondentes ao episódio

---

<sup>768</sup> Ofício nº 32 enviado pelo diretor do MJC, Alcides Maya, ao subprefeito de Rio Pardo, Cel. João Francisco de Borba em 15 de agosto de 1935. Correspondências expedidas 1933-1936, fl. 237. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.012. Grifos nossos.

farroupilha, principalmente o prato de porcelana da baixela de Bento Gonçalves. Tais objetos encaminhados ao MJC em 07 de maio 1933 foram integrados ao acervo no dia 11 de maio do mesmo ano. Ou seja, os objetos, ao contrário do que aconteceu com os documentos textuais, foram imediatamente aceitos, com a promessa ao doador de que integrariam a futura exposição no Salão 35 do MJC.

A explicação para duas atitudes tão distintas em relação aos oferecimentos de Varela está relacionada, como mencionamos, aos conceitos de história e de documento operados pelas seções do Departamento de História do MJC naquele momento. Como os documentos escritos eram considerados fontes de pesquisa para a produção do conhecimento histórico, e os documentos de Varela talvez pudessem apresentar uma história da Guerra Farroupilha que naquele momento era negada, houve o receio e/ou o cuidado em não incorporá-los e disponibilizá-los durante o período em que publicações sobre o episódio utilizavam os documentos do Arquivo Histórico, como, por exemplo, artigos de imprensa. Já os objetos não eram entendidos como documentos e, portanto, não seriam usados como fonte de pesquisa e interpretação da história, sendo, por isso, prontamente aceitos como preciosos testemunhos do passado. Portanto, o que inicialmente nos pareceria uma contradição do MJC está plenamente de acordo com a noção de documento e de história que postulavam, justificando respostas diferentes em relação à oferta dos documentos textuais e dos objetos antigos de Varela.

Tal como ocorria no MHN, as peças do MJC deveriam ser, futuramente, apresentadas em salas expositivas que obedeceriam a uma cronologia linear, partindo do período colonial e indo até a República, indicando uma linha evolutiva da nossa história, o que é característico do regime de historicidade moderno. Porém, essa periodização deveria coexistir com eventos e personagens evocados como exemplos, reproduzindo, portanto, nas salas do Museu, o modelo de história mestra da vida. Enfim, os dois regimes de historicidade conviveriam, sem conflitos, no casarão da Rua Duque de Caxias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Museu Julio de Castilhos, criado em 1903 como Museu do Estado, possuía um caráter enciclopédico, abrigando as mais diversas tipologias de coleções. Nesse sentido, assemelhava-se a outras instituições museais brasileiras, seguindo, portanto, o modelo museológico que imperou até as duas primeiras décadas do século XX, período caracterizado como a *Era brasileira de museus*.

Durante a gestão de seu primeiro diretor, o engenheiro Francisco Rodolfo Simch, foram privilegiadas as coleções de ciências naturais, sendo praticamente abandonadas àquelas relacionadas à história. Porém, a partir de 1925, inicia-se um processo paulatino de transformação, no qual as coleções de história passam a ser valorizadas, até a consolidação definitiva do MJC como um museu exclusivo de história na década de 1950, quando seu acervo foi desmembrado, permanecendo na instituição somente as coleções consideradas “históricas”.

Até 1925 a instituição responsável pela escrita da história sul-rio-grandense, o IHGRGS, atuava em parceria com o Arquivo Público, que tinha a sua 2ª Seção – de história – dirigida pelo membro fundador e secretário do Instituto, Eduardo Duarte. Tal proximidade entre o IHGRGS e o APERS será transmitida ao MJC quando para lá foram transferidos o acervo e os funcionários da referida 2ª Seção, configurando o Arquivo Histórico do Departamento de História Nacional do Museu. Nesse mesmo ano, o MJC também passou a sediar o IHGRGS e Alcides Maya substituiu Francisco Simch na direção.

Portanto, a partir de 1925, mantendo seu caráter enciclopédico, pois continuava com as coleções de ciências naturais, organizadas no recente Departamento de História Natural, o MJC passou a dedicar-se, sobretudo, ao enriquecimento do acervo de história, tanto em relação aos documentos textuais do Arquivo Histórico, quanto no que diz respeito aos artefatos e imagens para compor as diversas novas seções criadas naquele momento, entre elas, uma Pinacoteca Histórica. Assim, a história, que antes era quase totalmente ausente, passou a fazer parte, de forma bastante expressiva, do MJC, com o emprego de trabalho e investimento financeiro na formação das referidas coleções.

A guinada à história iniciada no MJC acompanha um movimento verificado em outras instituições museológicas no Brasil a partir do início dos anos 1920. Nesse contexto insere-se a criação, em 1922, do primeiro museu de história nacional, no Rio de Janeiro, em função da comemoração do centenário da independência, bem como as transformações realizadas no Museu Paulista a partir de 1917, quando, sob a direção de Affonso de Taunay, a instituição dedicou-se a narrar o passado nacional a partir do protagonismo do bandeirante em detrimento da valorização das suas coleções de ciências naturais como antes ocorria. Também nesse mesmo momento, alguns museus estaduais de caráter enciclopédico, como o Museu Mineiro e o Museu Paranaense, voltaram-se para a narrativa histórica de suas respectivas regiões. Nesse sentido, o MJC acompanhava um movimento de especialização tipológica que acontecia em nível nacional, quando surgem os museus de história. Entretanto, em que pese considerarmos a inserção do MJC nesse processo maior, o do declínio da *Era brasileira de museus*, essa explicação não nos pareceu suficiente para compreendermos as modificações que começaram a ocorrer a partir de 1925 no MJC. Assim, para além do movimento geral da museologia de especialização tipológica, também consideramos as questões locais que atuaram nessa transformação. Nesse sentido, não podemos negligenciar o papel desempenhado por Alcides Maya, que teria sugerido a criação de um museu exclusivo de história para o Rio Grande do Sul a partir de sua experiência no museu escolar do *Pedagogium* no Rio de Janeiro. Nota-se que Maya, a princípio, não cogitava a transformação do MJC, que posteriormente iria ocorrer sob sua direção, mas postulava a criação de um novo museu além do que já existia. Não podendo o governo atender a essa sugestão, por alegada falta de recursos, foi aprovado o plano de remodelação do MJC, também sugerido por Maya, onde a história passou a se fazer presente através da criação do Departamento de História Nacional.

O aceite, por parte do governo, da sugestão de Maya e sua indicação para a direção do MJC nos pareceu estar vinculado ao seu prestígio intelectual e alinhamento político a Borges de Medeiros, presidente do Estado à época. Nosso entendimento é de que, naquele momento, o governo não planejava a criação de um museu de história, já que contava com o MJC. O fato das coleções de história serem diminutas em relação às demais, durante a gestão de Simch, não representava um problema, tendo em vista que duas outras instituições dedicavam-se ao recolhimento, organização, disponibilização e publicação de documentos que registravam a história do Rio Grande do Sul: o Arquivo

Público, através de sua 2ª Seção, e o IHGRGS, que, mesmo possuindo caráter privado, recebia apoio do governo e representava a fala oficial em assuntos relativos à história regional. Nesse sentido, parece-nos que não se apresentava aos governantes e gestores a necessidade do surgimento de uma nova instituição com a finalidade proposta por Alcides Maya.

Entretanto, como já foi dito, a proposta do literato foi considerada, demonstrando a atuação de elementos internos e não apenas aqueles ligados ao movimento mais amplo de especialização dos museus enciclopédicos em museus de história. Nesse processo entendemos como determinante a trajetória intelectual e política de Maya, escritor reconhecido nacionalmente, membro da Academia Brasileira de Letras, combinada com a política de reciprocidades vigente à época, pela qual cargos da administração pública eram ocupados por indivíduos alinhados politicamente ao PRR, como era o caso do novo diretor do MJC, que apoiara Borges de Medeiros no recente conflito de 1923 em que a oposição questionara seu poder. Portanto, Alcides Maya foi fundamental nesse processo de início da mudança do Museu, aproximando as instituições responsáveis pela escrita da história sul-rio-grandense - IHGRGS e 2ª Seção do APERS - ao MJC, reunidas a partir de 1925 no mesmo espaço físico.

Ainda sobre as motivações que alavancaram as mudanças no MJC a partir de 1925, diferentemente do que cogitávamos no início desta pesquisa, não consideramos que estejam relacionadas prioritariamente à comemoração do centenário da Guerra dos Farrapos. Ou seja, não nos parece que o fato de em 1935 festejarem-se os cem anos desse conflito tenha motivado a saída de Simch do MJC e a consequente valorização da história na instituição. Mesmo que a temática farroupilha tenha pautado os trabalhos do MJC, de forma contundente pelo menos até 1935, em função da comemoração da efeméride, não parece-nos ter sido essa a motivação principal das transformações. Nesse sentido, vimos que a 2ª seção do APERS já recolhia documentação sobre o referido evento antes de 1925 e, inclusive, trabalhava na organização de um álbum de fotografias contendo imagens de personalidades ligadas a essa guerra, bem como se esforçava para completar a coleção do jornal *O Povo*, apontando a necessidade de reedição do periódico. Portanto, o Arquivo Histórico do MJC deu continuidade a esse trabalho, intensificando a busca de documentos farroupilhas, o qual, em nossa percepção, também ocorreria sob o comando de Eduardo Duarte na 2ª Seção do APERS mesmo que essa

não tivesse sido transferida ao MJC em 1925. Dito de outra forma, a temática da “Revolução Farroupilha” foi o carro-chefe da constituição do acervo do Departamento de História do MJC no período 1925-1935, em função da demanda comemorativa, mas não nos parece que isso tenha sido o fator principal que determinou a remodelação do MJC, que, conforme colocamos, teve como motivações o movimento amplo de especialização dos museus e o projeto específico de Alcides Maya, personagem com prestígio intelectual e político a ponto de ter sua sugestão considerada e concretizada, ainda que com modificações, pelo chefe do governo estadual.

A análise do processo de constituição do acervo do Departamento de História Nacional entre 1925 e 1939 nos apontou duas concepções de história operando simultaneamente no MJC, como Possamai já indicara em artigo publicado em 2013, nos permitindo identificar funções distintas atribuídas ao Arquivo Histórico e às demais seções que compunham o departamento chefiado por Eduardo Duarte. Assim, o Arquivo Histórico seria o lugar da produção do conhecimento histórico, que, conforme a concepção moderna de história, deveria estar baseado em fontes textuais autênticas. Seguindo as prescrições da *Escola Metódica* francesa, a história era concebida como uma ciência positiva, cabendo ao historiador agir com total neutralidade, deixando as fontes falarem por si, revelando a verdade dos fatos. De acordo com tal perspectiva, era fundamental o trabalho de localização, cópia e publicação das fontes, as quais constituiriam os subsídios que permitiriam a elucidação do passado e a escrita da verdadeira história. Nesse sentido, compreende-se o esforço empreendido na busca de documentos - a *cruzada santa* como denominou Eduardo Duarte – em arquivos públicos e privados no interior do Estado e no Rio de Janeiro.

O Arquivo Histórico do MJC constituiu-se como o repositório legítimo de “toda” a documentação relativa à história do Rio Grande do Sul, pois nele estariam reunidos os profissionais capazes de verificar a autenticidade das fontes, aqueles que dominavam os conhecimentos técnicos para o devido tratamento dos documentos. Assim, o referido Arquivo, juntamente com o IHGRGS, configurava-se como o lugar autorizado da produção do conhecimento histórico, reivindicando para si os documentos custodiados pelos arquivos municipais, que deveriam ser encaminhados ao MJC, conforme decisão aprovada pelos próprios intendentes municipais no Congresso das Municipalidades de 1929.

A prescrição totalizante contida no regulamento do MJC, de reunir no Arquivo Histórico *todos* os documentos da nossa história, deve ser relativizada, tendo em vista que tal intento não significou a coleta ou aceitação de todo e qualquer papel oferecido à instituição. Tais documentos eram submetidos à avaliação visando a determinação de seu valor histórico e possível integralização às coleções. Alguns documentos, mesmo que relacionados às temáticas priorizadas na época, como guerras e assuntos políticos, envolvendo personagens importantes - como foi o caso dos documentos do Conde de Piratini e do Barão de Jacuhy apontados por Arce (2015) - não foram incorporados às coleções do Arquivo do MJC, por não oferecerem informações que pudessem elucidar pontos tidos como controversos da nossa história. De acordo com Eduardo Duarte, esses documentos não eram relevantes e ficaram de fora do acervo documental do Museu. Isso demonstra a atuação fundamental desse personagem na formação das coleções do Arquivo, definindo os materiais que seriam disponibilizados à pesquisa e à escrita do nosso passado. Esse, embora fosse tido como um procedimento neutro, tratava-se, na verdade, de um ato de atribuição de valor, a partir de critérios formulados por Duarte e seus pares do IHGRGS, na determinação de um documento como histórico. Assim, ao selecionar o que integraria ou não o acervo, ele e seus confrades operavam historiograficamente, no sentido de que nos fala Certeau (2013), atuando na primeira etapa da operação da produção do conhecimento histórico, que é a de constituição das fontes de pesquisa.

O processo de formação do acervo do Arquivo Histórico foi permeado pela interpretação historiográfica, predominante à época entre os membros do IHGRGS e do MJC, que interpretava a Guerra dos Farrapos como integrada à história nacional. Isso nos parece o ponto determinante, reforçando o argumento de Ana Inês Arce (2015), na morosidade do aceite da oferta feita por Varela ao MJC de sua farta documentação relativa ao decênio farroupilha – a grande temática nos trabalhos do MJC naquele momento - e sua incorporação ao acervo do Arquivo somente após o encerramento dos festejos do centenário, não oferecendo visibilidade a tal documentação e ao historiador que a doou em um momento em que predominava a leitura da Guerra dos Farrapos como não separatista e sim como um evento integrado à história nacional, como as demais revoltas ocorridas no período regencial.



Reforçando a interpretação das origens lusitanas da nossa história, apresentou-se o entendimento de Eduardo Duarte de que o padre jesuíta Roque Gonzalez não devesse ser homenageado como herói sul-rio-grandense, pois as missões jesuítas ocuparam território espanhol que seria posteriormente conquistado pelos luso-brasileiros nas guerras travadas no século XVIII.

As guerras do período colonial, bem como os conflitos do período imperial, como a Guerra do Paraguai e, fundamentalmente, a Guerra dos Farrapos, constituem as grandes temáticas do trabalho do MJC, nos anos da gestão Maya, seguindo nesse sentido a orientação metodológica de distanciamento mínimo de 50 anos do presente, para evitar contaminar a história com as impressões do historiador, ou seja, como forma de garantir as pretendidas isenção e neutralidade. A única exceção foi a busca de documentos relativos à campanha eleitoral de 1929 e ao posterior movimento revolucionário de 1930 que levou Getúlio Vargas ao comando do país. Entretanto, isso se fez com a ressalva de que tais documentos seriam guardados para servirem de subsídios de pesquisa no futuro. Porém, em que pese esse caso isolado, a documentação recolhida ao Arquivo Histórico foi massivamente relativa a eventos ocorridos nos séculos XVIII e XIX, caracterizando a história do Rio Grande do Sul como militar e política, e constituindo o estado sul-rio-grandense como lusitano em suas origens e guardião das fronteiras nacionais. O personagem destacado nas guerras de conquista do período colonial foi Rafael Pinto Bandeira, que teve um processo a ele relacionado localizado no Arquivo Nacional, transcrito e publicado na *Revista do Museu e Arquivo* em edição de 1930. Além disso, foi encomendado ao pintor Lucílio de Albuquerque um quadro com a representação de sua figura, em traje militar, para figurar na galeria de homens ilustres da Pinacoteca do Museu. Relativo ao período farroupilha, o vulto de maior proeminência foi Bento Gonçalves da Silva, que nomearia a futura sala no MJC planejada para expor os objetos relativos à Guerra de 1835, sendo também o personagem com maior quantidade de objetos associados no acervo do Departamento de História.

Como já mencionado, a prioridade no período em análise foi dada à constituição de acervo relativo à Guerra dos Farrapos, sendo essa a temática que consumiu mais esforços e investimentos, como evidencia a ida de Aurélio Porto aos arquivos do Rio de Janeiro em busca de documentação sobre esse evento e a consequente publicação de

dois dos três pretendidos volumes da série *Documentos Interessantes para o estudo da grande Revolução 1835-1845*, tendo em vista o contexto da comemoração do centenário. A Guerra dos Farrapos, igualmente, é o tema da maioria das imagens da Pinacoteca do MJC, retratando os personagens ou os locais ligados a esse evento. A quantidade de objetos e imagens vinculadas à temática farrapa iguala-se apenas às relativas a Julio de Castilhos, líder republicano, considerado o patrono do Museu, homenageado desde a gestão de Rodolfo Simch, quando, após a sua morte em outubro de 1903, o diretor criou uma coleção especial dentro da 4ª seção do MJC para recolher as “reliquias” do *grande morto*, como era frequentemente referenciado. Assim, Alcides Maya deu continuidade à celebração da memória de Castilhos em sua gestão.

Portanto, as temáticas e personagens presentes nos documentos do Arquivo Histórico foram representados nos objetos e imagens que o Museu recolhia e produzia para a formação do acervo das demais seções do Departamento de História. Ou seja, a produção historiográfica do Arquivo pautou a constituição do acervo museológico, onde a maior coleção era a de Iconografia seguida da de Indumentária e de Utensílios Domésticos, todas formadas por peças relacionadas a homens, quase que em sua totalidade militares e/ou políticos, sendo que os mais representados nessas coleções, como mencionado acima, foram Bento Gonçalves e Julio de Castilhos.

Diferentemente do Arquivo Histórico, as demais seções do Departamento de História do MJC não tinham a finalidade de produzir conhecimento e a sim de evocar e celebrar o passado. Os objetos não eram, naquele momento, entendidos como documentos, como fontes de informação, mas sim como relíquias, testemunhas que sobreviveram do passado e que o reificam a partir de sua presença no museu. O processo de incorporação desses objetos foi pautado pelo critério da autenticidade, auferida, principalmente, pela procedência da peça, pela confiabilidade do doador, embora nos casos de oferta de venda, o MJC, na medida do possível, procurasse aplicar outras formas de certificação da autenticidade, como no caso da medição da lavratura da lâmina da espada de Bento Gonçalves, sempre na tentativa de não incorporar falsificações, pois os objetos eram valorizados pela sua relação “genuína” com o passado e seus antigos donos.

Já a Pinacoteca Histórica era composta, em sua maior parte, por retratos daqueles homens considerados relevantes da nossa história, e, em menor quantidade,

por pinturas registrando os locais em que eventos importantes do passado teriam ocorrido - o palco da ação dos grandes heróis – onde novamente a Revolução Farroupilha ganhou destaque, principalmente na série de pinturas de cenários feitas pelo funcionário adido do MJC, o pintor Luiz Cúria. Apenas uma obra da Pinacoteca, entre aquelas adquiridas no período em análise, retrata uma cena histórica, a pintura *Carga de Cavalaria*, do espanhol Guilherme Litran, comprada pelo Museu em 1930. Observa-se que, diferentemente das coleções de objetos, quase que totalmente formadas por doações, as obras da Pinacoteca, em grande número, foram compradas, indicando o investimento feito pelo governo do estado na reformulação do Museu e na busca de conferir visibilidade ao passado descrito nos documentos do Arquivo Histórico, servindo esse passado visualizado de exemplo ao presente. Nesse sentido, a concepção de história seguida era a que privilegiava os eventos e figuras de exceção, correspondendo ao modelo clássico da *historia magistra vitae*.

Devemos considerar que a função evocativa e celebrativa do passado que o MJC exerceria através da futura exposição dos objetos-reíquias e imagens que recolhia e produzia estava em perfeito acordo com o entendimento da função a ser desempenhada por um museu de história naquele momento, a exemplo dos museus de história nacional surgidos na Europa, principalmente na França pós-revolucionária, os quais serviram de modelo aos museus de história no Brasil nas décadas iniciais do século XX. Ou seja, tanto o MHN como o Museu Paulista apresentaram características bastante próximas dos museus de história nacionais europeus, utilizando-se dos recursos da pintura de história e da exposição de objetos de homens, essencialmente político e militares, ligados ao passado que se pretendia retratar, desempenhando um papel pedagógico na construção de uma identidade. No caso das instituições europeias e brasileiras, uma identidade nacional, no caso do MJC, uma identidade regional, calcada no caráter militar de um estado de fronteira e na Revolução Farroupilha, em função da comemoração de seu centenário, utilizando para isso o recurso visual, através dos objetos e pinturas passíveis de representar esse passado que se pretendia divulgar como glorioso e exemplar.

Considerando a pergunta central que alavancou esta pesquisa, podemos apontar, a partir das considerações feitas, que verificamos uma profunda identificação entre a produção historiográfica e a formação do acervo histórico do MJC entre 1925-1939. As

concepções teórico-metodológicas que dirigiram os trabalhos do Arquivo Histórico eram as mesmas propostas pelo IHGB e pelo IHGRGS, os quais percebiam a história como uma ciência e o documento textual como elemento central na construção do conhecimento. A temática da Revolução Farroupilha, expressa nas coleções do MJC, era, naquele momento, a que recebia maior atenção por parte dos historiadores.

Também verificamos que as representações visuais do passado estavam articuladas à produção historiográfica. A hipótese da proximidade entre as instituições responsáveis pela escrita da história do Rio Grande do Sul como fator explicativo dessa identificação confirmou-se, já que os membros do IHGRGS eram também os profissionais que estiveram à frente do processo de constituição dos acervos do Museu, muitas vezes solicitando a participação de seus pares na avaliação de documentos textuais e objetos a serem integrados à instituição.

O presente trabalho, logicamente, não esgota as possibilidades de abordagem do tema desta pesquisa, abrindo caminho para novos estudos que poderão aprofundar, principalmente, em nosso entendimento, o conhecimento dos processos de constituição da Pinacoteca Histórica do MJC e a análise de suas imagens. Nesse sentido, há muitas lacunas na documentação sobre as obras que requerem buscas mais apuradas, pois talvez existam outras pinturas no acervo do Museu, adquiridas no período Maya, que não estejam listadas nos documentos por nós consultados. Assim, no que se refere a esse âmbito, consideramos que a principal contribuição que trouxemos foi a de apresentar o projeto de formação de uma Pinacoteca Histórica no MJC no momento em que se iniciava a sua transformação em 1925. Portanto, novas possibilidades de estudos estão abertas, as quais podem trazer outras abordagens e questionamentos a respeito dessas imagens, pois, como afirmava Eduardo Duarte, ao referir-se ao Arquivo Histórico, é possível considerar que a Pinacoteca do MJC também se constitui em um *opulento manancial de subsídios* para a pesquisa histórica.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **A Fabricação do Imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.
- ALMEIDA, Marlene Medaglia Almeida. **Na trilha de um andarengo**: Alcides Maya (1877-1944). Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994. – Coleção Ensaios.
- ALVES, Rafael da Silva. **Lendo o Museu da Inconfidência**: história, memória e patrimônio. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- ARCE, Ana Inês. “**Jóias para os Museus da História**”: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio grande do Sul (1925-1940). Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: PPGH/UPF, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Os verendos restos da sublime geração Farroupilha, eu andei a recolher de entre o pó das idades**: uma história arquivística da Coleção Varela. 2011.108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia, 2011. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31151> Acesso em: 15 mar.2016.
- AXT, Gunter. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
- BEZERRA, Rafael Zamorano. **A Invenção das Relíquias**: dispositivos de autoridade na musealização de objetos do acervo do Museu Histórico Nacional (1922-2012). 2014. 179 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Departamento do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. O Império do Brasil e o Rio Grande de São Pedro: Notas sobre o processo de constituição de uma escrita da história do Rio Grande do Sul no Brasil oitocentista. **Encontro Estadual de História – ANPUH-RS** [recurso eletrônico] (10: 2010: Santa Maria, RS). *O Brasil no Sul : cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010 / Organizadoras : Marluza Marques Harres; Ana Silvia Volpi Scott. - Porto Alegre : ANPUH-RS, 2010.*
- \_\_\_\_\_. Quando a pátria é o Rio Grande, se escreve a história da nação. **Encontro Estadual de História ANPUH-RS** (9: 2008: Porto Alegre, RS. *Vestígios do passado: a história e suas fontes: anais* [recurso eletrônico]/ IX Encontro Estadual de História, 14 a 18 de julho de 2008, Porto Alegre, Organizadoras: Elisabete Leal e Zita Possamai – Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.
- BREFE, Ana Claudia Fonseca. **O Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: Editora UNESP: Museu Paulista, 2005.
- \_\_\_\_\_. Os primórdios do Museu: da elaboração conceitual à instituição pública. **Projetos História**: trabalhos da memória, São Paulo, v. 17, p. 281-315, Nov.1998.
- \_\_\_\_\_. Museus Históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.5, p. 175-203 – jan/dez. 1997.

BRITO, Luciana Oliveira de et al. A sala Julio de Castilhos e a construção do mito do Patriarca. In: POSSAMAI, Zita et al. **Imagens e Artefatos**: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM. Disponível em: <[https://dadospdf.com/download/imagens-amp-artefatos-estudos-sobre-o-acervo-do-museu-julio-de-castilhos-5a4b79b9b7d7bcab67d69fe6\\_pdf](https://dadospdf.com/download/imagens-amp-artefatos-estudos-sobre-o-acervo-do-museu-julio-de-castilhos-5a4b79b9b7d7bcab67d69fe6_pdf)> Acesso em: 05 jan 2018.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins**: a busca de uma identidade para o Paraná. Curitiba: SAMP, 2013.

CAVALCANTI, Carlos (org.). **Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos**, vol. 1. Instituto Nacional do Livro – MEC, Brasília, 1973.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos**, vol. 2. Instituto Nacional do Livro – MEC, Brasília, 1974.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: **Estudos de Historiografia Brasileira**. Org. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves...[et.al.]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 93 – 123.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. O mito da mineiridade num espaço monárquico: a iconografia da Conjuração Mineira no acervo do Museu Mariano Procópio. In: Guimarães; Ramos (Orgs.). **Futuro do Pretérito**: Escrita da História e História do Museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010. p.143-167.

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6244/marinha>>. Acesso em: 08 de Fev. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Esboço biográfico de Julio de Castilhos. In: AXT, Gunter. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 19-30.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. **Visões de Porto Alegre nas fotografias dos Irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912)**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA, Ana Carolina Gelmini. **Educar no museu**: o Museu Histórico Nacional e a educação no campo dos museus (1932-1958). 2017. 296 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

\_\_\_\_\_. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional**: o curso de museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro, 1922-1958). 2013. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação.

Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FÉLIX, Loiva Otero. A fabricação do carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FÉLIX, Loiva; ELMIR, Cláudio (Orgs.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

FERNANDES, Aline Portella et al. Imagens da Revolução Farroupilha: uma análise das telas do Museu Julio de Castilhos. In: POSSAMAI, Zita et al. **Imagens e Artefatos: estudos sobre o acervo do Museu Julio de Castilhos**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. CD-ROM. Disponível em:

[http://www.academia.edu/16130516/Imagens\\_and\\_Artefatos\\_estudos\\_sobre\\_o\\_acervo\\_do\\_Museu\\_Julio\\_de\\_Castilhos](http://www.academia.edu/16130516/Imagens_and_Artefatos_estudos_sobre_o_acervo_do_Museu_Julio_de_Castilhos) Acesso em: 05 jan 2018.

FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente. **Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

FERREIRA, Rafael Chaves; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. O Ensino de Arquivologia no Brasil: o caso dos cursos de Arquivologia do RS. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.28, n.3. Edição Especial, 2014. Disponível em <https://www.seer.furg.br/biblos/article/viewFile/5358/3521> Acesso em 15 out. 2017.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história: Anais do Encontro de Historiografia e História Política**(10 e 11 de outubro de 2005). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. pp. 162-181.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh. 284 p.

\_\_\_\_\_. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. Universidade de São Paulo, Museu Paulista. São Paulo: O Museu, v. 15, n.2 (jul/dez.2007), p. 11-30.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1998, pp. 5-27.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história In: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da história: Anais do Encontro de Historiografia e História Política**(10 e 11 de outubro de 2005). Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. pp. 15-25.

HERCHMANN, Viviane Viebrantz. Moysés Vellinho no IHGRGS: a polêmica sobre homenagem a Sepé Tiaraju. In: **História Cultural: Memória e perspectivas de pesquisa**

[recurso eletrônico]/ Alice Dubina Trusz; Carmen Adriane Ribeiro; Eduardo Roberto Jordão Knack; Viviane Viebrantz Herchmann (Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017. pp 55-79. Disponível em <https://www.editorafi.org/217anpuhrs?lightbox=dataItem-j9lynozj1> Acesso: 15 jan. 2018.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In.: **Seminário CPDOC 35 anos: A interdisciplinaridade nos estudos históricos**, 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6728> Acesso em 09 de dezembro de 2017.

HUYSSSEN, Andreas. Escapando da Amnésia: o museu como cultura de massa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23, p. 34-55, 1994.

JULIÃO, Letícia. Colecionismo, museu e identidade regional em Minas Gerais.. In: Guimarães; Ramos (Orgs.). **Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010. pp. 294-312.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 19-32, 2006.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura Revista do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia**, v.8, n.12, 2006. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, p. 97-115.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LANGLOIS, Charles V.; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. Curitiba: Patola Livros, 2017. Tradução de Antônio Fontoura. [e-book].

LEAL, Elisabete da Costa. **Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá**. 2006. 298 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Departamento do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, Luiz Osvaldo. Presença Jesuítica IHRGS. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, ano 94, n.148, 2014. pp. 167-183

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Brasília: UnB, 2009.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Evocação do passado e entendimento da história no Museu Histórico Nacional. In: Guimarães; Ramos (Orgs.). **Futuro do Pretérito: Escrita**



da História e História do Museu. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010. pp.337-365.

\_\_\_\_\_. **Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. (1922-1959).** Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. (Coleção Outras Histórias, 49).

\_\_\_\_\_. Cultuando a saudade...Sobre o antiquariado e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: **História representada: o dilema dos museus/** editado por: José Neves Bittercourt, Sarah Fassa Benchetrit; Vera Lúcia Bottreal Tostes. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. pp. 97.

MARTINS, Cyro. **Estrada nova.** Porto Alegre: Movimento, 1975. 2ª ed.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956).** 2015. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Museu e a questão do conhecimento. In: Guimarães; Ramos (Orgs.). **Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu.** Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010. pp.13-33.

\_\_\_\_\_. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna.** Betânia Gonçalves Figueiredo; Diana Gonçalves Vidal (Orgs.). Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. pp.15-84.

\_\_\_\_\_. Museus Históricos: da celebração à consciência histórica. In: MENESES, U.B. et al.. **Como explorar um museu histórico.** São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992. p. 7-10.

MORATES, Lucas Antonio. **Testemunhas silenciosas: análise expográfica da Sala Farroupilha no Museu Julio de Castilhos.** 2012. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90430> Acesso em: 13 maio 2015.

NASCIMENTO, Marlene Ourique do. **Na Pista das Imagens: produção e circulação de pinturas históricas no Rio Grande do Sul de 1914 a 1935.** 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NEDEL, Leticia Borges. Onde o gigante perdeu as botas: memórias em confronto no interior de um museu histórico. In: **História Oral**, v.14, n.1, p. 63-95, jan.-jun. 2011. Disponível em <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=25&path%5B%5D=showToc> Acesso em: 15 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, p. 87-112, Jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, n. 19/20, p. 347-389, jan/dez. 2004. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6361> Acesso em: - 30 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **“Paisagens da Província”**: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta. 1999. 336 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Departamento do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da história do Rio Grande do Sul. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, (jan. /jun.) 2005, p. 161-186.

NUNES, Nara Machado. O museu Julio de Castilhos e a construção da memória. In: AXT, Gunter. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. pp.275-279.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

OLIVEIRA Cecília Helena de Salles. **O tempo presente e os sentidos dos museus de história**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 103 – 123. 2013. Disponível em <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/89/73> . Acesso em 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Museus de História: formação de coleções, memória e exclusão. In: **Cultura material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia** – Livro eletrônico. Marcus Granato e Márcio Rangel (Orgs.). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2009. pp. 26-38. Disponível em [http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes\\_do\\_mast/cultura\\_material\\_e\\_patrimonio\\_d a\\_ciencia\\_e\\_tecnologia.pdf](http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf) Acesso em: 03 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo do Ypiranga**: mediações entre história e memória. 2000. 288p. Tese (Livre docência) – Museu Paulista, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nos bastidores da cena**: o brado do Ipiranga. São Paulo: EDUSP, 1999.

PARANHOS, Jr., José Maria da Silva. *Esboço biográfico do general José de Abreu, Barão do Serro Largo*. **Revista trimestral do IHGB**, tomo XXXI, parte II, p. 62-153. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, 1868.

Disponível em: <<https://archive.org/stream/revistadoinstitut85brasgoog#page/n490/mode/2up/search/jose+de+abreu>> Acesso em: 13 dez de 2017.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo** – Um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM Editores, 1986.

POSSAMAI, Zita Rosane. (In)Visibilidades do passado: percurso das relações entre história e memória nos museus. In: **Memória Social**: questões teóricas e metodológicas. Cleusa Maria Gomes Graebin, Nádia Maria Weber Santos (Orgs.). Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2013. p. 207-225.

\_\_\_\_\_. Museus e coleções em perspectiva histórica: as primeiras décadas do Museu Julio de Castilhos (1903-1940). In: **SIAM – Series de Investigación Iberoamericana em Museología**. Asensio, M., Lira, S., Asenjo, E. & Castro, E. (Eds). Año 3. Vol. 6.

Historia de las Colecciones, Historia de los Museos. Universidade Autónoma de Madrid, 2012. p. 65-74. Versión digital em < <http://uam.es/mikel.asensio>> Acesso em 20 maio 2016.

\_\_\_\_\_. “Lições de Coisas” no Museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2010. São Luis. **Infância, Juventude e Relações de Gênero na História da Educação**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

\_\_\_\_\_. Um museu de ciências se aproxima da escola: relações entre o Museu do Estado e a educação nas primeiras décadas do século XX. In: ENCONTRO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2009, Caxias do Sul. **Infância, cultura e escrita e história da educação**. Caxias do Sul: ASPHE/UCS, 2009.

\_\_\_\_\_. O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935). In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N.Sérv.v.14.n.1. p.263-289. jan.-jun. 2006.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PROENÇA, Graça. **Descobrimos a história da arte**. São Paulo: Ática, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2008.

RIBEIRO, Fernanda. Arquivos-Memória- História: algumas notas para reflexão. **População e Sociedade**, v. 9, p. 19-21, 2002. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20306>> Acesso em: 04 nov. 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, Alois. **Le culte moderne des monuments**. Paris: Seuil, 1984.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. “Uma velha aspiração do Rio Grande” o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul nos anos 1920. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Orgs). **Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. pp.239-263.

\_\_\_\_\_. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória e republicana e legitimidades intelectuais. **Revista Tempo**, vol. 19, n. 35, 2013. p. 161-183.

\_\_\_\_\_. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950**. 2002. 222f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROSA, Renato; PRESSER, Decio. **Dicionário de artes plásticas no Rio Grande do Sul**. 2.ed. rev. amp. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SALGUEIRO, Valéria. Construindo a origem, as virtudes e os heróis na pintura de história: o caso da obra *A morte de Estácio de Sá*, de Antônio Parreiras. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v.39, 2007, p. 129-146.

SALOMON, Marlon. Arlette Farge (1941-). In: **Afirmção da História como ciência no século XX**: de Arlette Farge a Robert Mandrou. Julio Bentivoglio, Alexandre de Sá Avelar (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamonde; Brasília: MinC/ IPHAN/ DEMU, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mário. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian. **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamonde, 2007. p. 12-19.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História (USP)**. São Paulo, n.147, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 14ª ed.

SILVA, Ana Celina Figueira da. **O museu e a consagração da memória de Julio de Castilhos** (1903-1925). 2011. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40081> Acesso em: 10 dez. 2017.

SILVA, Michel Platini Fernandes da. **Coleção, colecionador, museu**: entre o visível e o invisível: um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara em Fortaleza, Ceará. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Departamento de Museologia, Unirio, Rio de Janeiro, 2010.

SILVEIRA, Andrea Reis da. **Fazer crer, fazer sentir**: o museu Julio de Castilhos na imprensa porto-alegrense (1974-1980). 2014. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102327> Acesso em: 13 mar. 2015.

SILVEIRA, Andréa Reis. Discursos, representações e práticas numa história institucional: o Museu Julio de Castilhos nos anos 1960-1980. **Revista CPC**, São Paulo, n.16, p.62-100. 2013.

SILVEIRA, Andréa Reis da. **O Museu Julio de Castilhos no período 1960-1980**: acervos, discursos, representações e práticas através de uma exposição museológica. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante). Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2011.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O Passado está prenhe do Futuro”**: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Pós- Graduação em História, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Vanessa Becker. **Museu Julio de Castilhos**: 111 anos de história em arquivos. Porto Alegre: EDIJUC/ IHGRGS, 2014.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1969.

THIELKE, Natália. **O percurso das imagens: a estatuária missioneira no Museu Júlio de Castilhos e no Museu das Missões (1903-1940)**. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/107931>> Acesso em: 20 dez.2017.

VALDUGA, Vânia; OLIVEIRA, Lizete Dias de. **Patrimônio: o lixo**. MOUSEION, n.9, jan-jul, 2011. Canoas: Unilasalle. p. 118-127. Disponível em <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/45>> Acesso em: 05 dez. 2017.

### Fontes

#### **Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho**

- Exposição do Centenário Farroupilha – Fundo Gabinete do Prefeito, caixas 29, 30, 31, 32.

#### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

- Coleção Iconografia –Álbum AF 001 e Álbum AF 008  
- Arquivos Particulares – Fundo Eduardo Duarte – ED=018  
- Museu Julio de Castilhos – Caixas 01 a 012

#### **Biblioteca Central PUCRS**

- Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul – 1921 a 1925

#### **Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades (CSH) – UFRGS**

- Catálogo geral da Exposição do Centenário Farroupilha

#### **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**

- Revista do Instituto IHGRGS -1921 e 1934  
- Fundo Eduardo Duarte  
- Fundo Borges de Medeiros

#### **Museu da Comunicação Hipólito José da Costa**

- Jornal *Correio do Povo* 1936

#### **Museu Julio de Castilhos**

- Correspondências Expedidas 1925 a 1940 (AP. 1.004 a AP. 1.015))  
- Correspondências Recebidas 1926 a 1939 (AP. 2.004 a AP. 2.011)  
-Relatórios à Secretaria do Estado de Obras Públicas, 1903 a 1924  
- Relatórios à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1925 a 1935  
- Relatórios à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e da Saúde, 1936 a 1939  
- Revista do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1930.  
- Sistema de documentação Donato

#### **Pinacoteca Aldo Locatelli – Prefeitura Municipal de Porto Alegre**

- Sistema de registros das obras/fichas catalográficas

## APÊNDICES

### Apêndice A – Personagens e locais legendados no álbum de figuras relevantes na Guerra dos Farrapos

*Archivo Público do Estado – 2ª Seção – Álbum Photographias de Figuras Históricas da Campanha Farroupilha*

	<b>Nome do Personagem</b>	<b>Legenda inscrita no álbum</b>	<b>Posição no conflito</b>	<b>Imagem no álbum</b>	<b>Vestimenta militar</b>	<b>Página do álbum</b>
1	Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga	Presidente da Província quando rebentou a revolução. 1805 – 26/02/1875	Legalista	SIM	NÃO	1
2	Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga	Presidente da Província quando rebentou a revolução. 1805 – 26/02/1875	Legalista	SIM	NÃO	1
3	Bento Gonçalves da Silva	Presidente da Republica Rio-grandense. Triunpho 23-09-1788 Pedras Brancas 18-7-1847.	Farroupilha	SIM	SIM	2
4	José Gomes de Vasconcelos Jardim	Vice-Presidente da Republica. 08-3-1784 7-4-1854	Farroupilha	NÃO		2
5	José de Oliveira Bueno	Official legalista. S. Leopoldo 21-4-1873	Legalista	SIM	SIM	3
6	José Antônio Dias da Silva	Tenente legalista. 20-4-1820 24-7-1868	Legalista	NÃO		3
7	Joaquim Pedro Soares	Instrutor dos primeiros soldados da Republica na fronteira	Farroupilha	NÃO		4
8	Joaquim Vieira da Cunha	Emissario do governo da Republica	Farroupilha	SIM	NÃO	4
9	Bento Gonçalves da Silva Filho	Major da Republica. Jaguarão 21-5-1820 Camaquam 14-11-1897	Farroupilha	SIM	SIM	5
10	Bento Gonçalves da Silva Filho	Major da Republica. Jaguarão 21-5-1820 Camaquam 14-11-1897	Farroupilha	SIM	SIM	5
11	Caetano Gonçalves da Silva	Capitão de lanceiros da Republica. Cerro Largo 21-1-1822 Bagé 16-6-1885	Farroupilha	SIM	SIM	6
12	José Fernandes de Souza Docca	Capitão Legalista. São Borja 1812 1893	Legalista	SIM	SIM	6
13	Antonio de Souza Netto	General da Republica. Povo Novo Corrientes 01-7-1866 (em consequência de ferimentos recebidos na batalha de 24 de maio)	Farroupilha	NÃO		7
14	David José Martins (David Canabarro)	General da Republica. Taquary 22-8-1793 São Gregório 12-4-	Farroupilha	SIM	SIM	7

		1867				
15	Luiz Alves de Lima e Silva, duque de Caxias	O Pacificador da Província. Rio de Janeiro 25-7-1803 7-5-1880	Legalista	NÃO		8
16	Bento Manoel Ribeiro, brigadeiro	Foi o substituto do marechal Barreto no commando das armas: Em dezembro de 1835 declarou ficar com a legalidade; em abril de 1837 aprisionou o presidente Antero e ficou com a Republica; em 1839 abandonou os republicanos; e em 1842 passa a servir com o barão de Caxias até o fim da revolução. Porto Alegre 30-5-1855.	Legalista e Farroupilha	SIM	SIM	8
17	Joaquim dos Santos Prado Lima	Chefe de polícia do Departamento de Alegrete, deputado à constituinte. Rio Pardo 1-11-1802 Uruguayana 1-9-1897	Farroupilha	SIM	NÃO	9
18	José Joaquim de Andrade Neves (Barão do Triumpho)	Official legalista. Rio Pardo 22-1-1807 Assumpção 9-1-1869.	Legalista	SIM	SIM	9
19	Tito Lívio Zambecari, conde	Chefe do Estado-Maior de Bento Gonçalves	Farroupilha	NÃO		10
20	Sebastião Barreto Pereira Pinto, marechal	Commandante das armas quando rebentou a revolução. Porto Alegre 1775 1841	Farroupilha	NÃO		10
21	José Gomes Portinho	Tenente-coronel da Republica. Cachoeira 1-9-1814 8-8-1886	Farroupilha	SIM	SIM	11
22	José do Amaral Ferrador	Major da Republica. Rio Pardo 1801 Encruzilhada 25-5-1879	Farroupilha	SIM	SIM	11
23	José Antônio Corrêa da Câmara, visconde de Pelotas	Alferes legalista. Porto Alegre 17-2-1824 Rio de Janeiro 18-8-1893	Legalista	SIM	SIM	12
24	Antonio Ribeiro	Corneta de Bento Gonçalves. Foi quem deu o toque de avançar, em 20 de setembro de 1835, na ponte da Azenha (Porto Alegre).	Farroupilha	SIM	NÃO	12
25	Astrogildo Pereira da Costa, barão de Aceguá	Capitão legalista. 4-8-1815 19-1-1892	Legalista	NÃO		13
26	André Alves Leite de Oliveira Bello	Official legalista. Porto Alegre 23-9-1818 Paraguay 17-11-1867	Legalista	NÃO		13
27	Antonio de Mello e Albuquerque (Mello Manso)	Coronel legalista. 4-12-1803 17-3-1868	Legalista	SIM	SIM	14
28	Antonio Fernandes de Lima	Oficial legalista	Legalista	SIM	SIM	14
29	Domingos Moreira	Presidente da Camara Municipal de Jaguarão, que em 20 de setembro de 1836 proclamou a Republica	Farroupilha	NÃO		15
30	João Manoel Menna Barreto	Official legalista. 29-8-1869	Legalista	NÃO		15

31	Francisco Lucas de Lima	Oficial da Republica	Farroupilha	SIM	SIM	16
32	João Propício Menna Barreto, visconde de S. Gabriel	Official legalista. 10-4-1809 9-2-1867	Legalista	NÃO		16
33	Joaquim Marques Lisboa, marquez de Tamandaré	Serviu esquadrilha legal, em 1838. Rio Grande 13-12-1807 Rio de Janeiro 21-3-1897.	Legalista	NÃO		17
34	Leopoldino Joaquim de Freitas	Official legalista. Maio de 1820 junho de 1889	Legalista	NÃO		17
35	Manoel dos Santos Loureiro (Manduca Loureiro)	Commandante da cavalaria legalista. S. Antonio da Patrulha 9-5-1903 Itaquy 3-3-1858	Legalista	NÃO		18
36	Manoel Lucas de Oliveira	Ministro da guerra da Republica	Farroupilha	NÃO		18
37	Manoel Carvalho de Aragão (Manduca Carvalho, Carvalhinho)	Tenente-coronel da Republica	Farroupilha	NÃO		19
38	Sesefredo Alves Coelho de Mesquita	Capitão da Republica	Farroupilha	NÃO		19
39	Polycarpo Pereira de Carvalho e Silva	Official da Republica	Farroupilha	NÃO		20
40	Manoel José Gomes de Freitas	Juiz de paz em Piratiny quando rebentou a revolução	Farroupilha	NÃO		20
41	Manoel Luiz Osório, marques do Herval	Major legalista. Conc. do Arroio 10-5-1808 Rio de Janeiro 4-1-1879	Legalista	SIM	SIM	21
42	Manoel Lucas de Lima	Capitão da Republica. Piratiny 21-1-1815 Bagé 25-4-1883	Farroupilha	NÃO		21
43	Manoel Marques de Souza, conde de Porto Alegre	Coronel legalista. Rio Grande 13-6-1805 Rio de Janeiro 18-7-1875	Legalista	NÃO		22
44	Manoel Rodrigues de Oliveira (Manduca Rodrigues)	Official da Republica. 29-10-1867 (depois do combate de Potreiro Ovelha)	Farroupilha	NÃO		22
45	Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, barão de Quaray e irmão do presidente	Era o chefe de polícia quando rebentou a revolução. 27-4-1810 23-6-1866	Legalista	NÃO		23
46	Dr. Pinheiro Machado	Médico do exército legalista	Legalista	NÃO		23
47	Philippe Betbesé de Oliveira Nery	Tenente legalista. Cisplatina 3-3-1820	Legalista	NÃO		24
48	Salustiano Jeronymo dos Reis	Tenente legalista. Cisplatina 25-1-1822 Porto Alegre 4-7-1893	Legalista	NÃO		24
49	João da Silva Tavares, visconde do Cerro Alegre (No medalhão Joca Silva, alferes)	Official legalista	Legalista	NÃO		25
50	Tristão José Pinto	Coronel legalista	Legalista	NÃO		25
51	Vasco Alves Pereira, barão de Sant'Anna de Livramento	Official legalista. 18-11-1819 Alegrete 5-5-1882	Legalista	NÃO		26
52	Luiz Manoel de Lima e Silva	Tenente-coronel legalista	Legalista	NÃO		26



53	Fructuoso Borges da Silva Fontoura	Coronel da Republica. Rio Pardo 1814 São Luiz 25-12-1861	Farroupilha	NÃO		27
54	José Alves Valença	Commandante de um corpo de lanceiros da Republica 31-1-1866, no Passo da Patria	Farroupilha	SIM	NÃO	27
55	Camillo Mercio Pereira	Coronel da República. Taquary 12-8-1922	Farroupilha	NÃO		28
56	Balbino de Souza	Defensor de Jaguarão contra os farroupilhas em 14 de junho de 1844	Legalista	NÃO		28
57	João Manoel de Lima e Silva	General da Republica	Farroupilha	NÃO		29
58	José Pinheiro Ulhôa	Enviado extraordinário da Republica nos paizes do Prata	Farroupilha	NÃO		29
59	José de Araújo Ribeiro, visconde do Rio Grande	Presidente nomeado em substituição ao D. Fernandes Braga. Porto Alegre 20-7-1800 1879	Legalista	NÃO		30
60	José de Paiva Magalhães Calvet	Agitador farroupilha	Farroupilha	NÃO		30
61	Luiz José Ribeiro Barreto (Luiz Boticário)	Ministro da Republica. Triunpho 23-7-1888	Farroupilha	NÃO		31
62	Antonio Alvares Pereira Coruja	Secretario da assembléa que fez a revolução. Porto Alegre 31-8-1806 Rio de Janeiro 4-8-1889	Farroupilha	NÃO		31
63	Antonio Vicente da Fontoura	Ministro da Republica. Rio Pardo 8-6-1807 20-10-1860	Farroupilha	NÃO		32
64	João Antonio da Silveira	General da Republica	Farroupilha	NÃO		32
65	José Garibaldi	Commandante da esquadilha rio-grandense. Nizza 27-7-1807 Caprera 2-6-1882	Farroupilha	NÃO		33
66	Anna de Jesus Ribeiro (Anita Garibaldi)	Santa Catarina Itália 4-8-1849	Farroupilha	NÃO		33
67	Domingos José de Almeida	Ministro da Republica. Minas Gerais 9-7-1797 Pelotas 6-5-1871	Farroupilha	NÃO		34
68	João Frederico Caldwell	Major legalista	Legalista	NÃO		34

### Legendas inscritas no álbum acompanhando espaço destinado para imagens

	Legenda da página	Imagem no Álbum	Página do álbum
1	1836 – Cerco de Porto Alegre. Posição das forças farroupilhas	NÃO	35
2	Sem legenda impressa abaixo do espaço para a imagem	NÃO	36
3	Photographia tirada em 1908, da casa em que se instalou, em 1842, a camara dos deputados da malograda Republica Riograndense. Esse prédio foi reconstruído em 1910, pelo então proprietário Francisco Pereira dos Santos, soffrendo profunda modificação. Hoje pertence ao Banco da Província, que nella installou a sua filial.	NÃO	37
4	A batalha do Fanfa. Curioso levantamento expedido da região em que se deu o memorável encontro. Foi feito em outubro de 1836, ou seja logo em seguida do ataque.	NÃO	38
5	Logar onde Garibaldi, com 14 companheiros, resistiu a um ataque de Chico Pedro com 150 homens.	NÃO	39
6	Piratiny. Residencia do governo da Republica, em 1836.	NÃO	40
7	Artilharia dos lanchões de Garibaldi abandonada na barra do Camaquam.	NÃO	41
8	Logar onde foi o estaleiro de Garibaldi.	NÃO	42
9	Casa da estância do Chrystal, residência da família de Bento Gonçalves. Da esquerda para a direita: 1) o corneta Antonio Ribeiro; 2) Bento Gonçalves da Silva, filho; 3) Joaquim Gonçalves da Silva; 4) Antonio Manoel Centeno.	NÃO	43
10	Logar onde os lanchões de Garibaldi passavam os rapidos de Camaquam	NÃO	44
11	Os despojos mortaes de Bento Gonçalves são conduzidos para a cidade de Rio Grande. Da esquerda para a direita: 1) Caetano Gonçalves da Silva; 2) Nicanor Rodrigues Barbosa; 3) capitão Joaquim Gonçalves da Silva; 4) João AH; 5) Ignacio Azambuja; 6) João Francisco Bueno (no verso vae a acta).	NÃO	45
12	Reprodução da acta lavrada no acto da entrega dos preciosos despojos do inolvidável guerreiro Republicano General Bento Gonçalves da Silva.	NÃO	46

Após seguem 28 folhas (frente e verso) com espaço para 2 imagens serem inseridas em cada folha e com espaço para colocação de legenda abaixo da imagem. Estão todas em branco ou seja, o álbum está vazio nessas folhas, sem imagem e sem legendas impressas.

## APÊNDICE B

Listagem do acervo incorporado ao MJC entre 1925-1939 registrado no sistema Donato

	Peça/Nº Registro	Coleção	Ano de Ingresso	Forma de Aquisição	Observação
1	Lança de três galhos - 4	ARMARIA	1925	Doação, Manoel Vargas Netto	
2	Canhão do Forte D. Pedro II, 1800/1820 - 9	ARMARIA	1926	Doação, Coroliano Alves de Oliveira e Castro	
3	Canhão do Forte D. Pedro II, 1800/1820 - 10	ARMARIA	1926	Doação, Coroliano Alves de Oliveira e Castro	
4	Canhão do Forte D. Pedro II, 1800/1820 - 11	ARMARIA	1926	Doação, Coroliano Alves de Oliveira e Castro	
5	Canhão da Esquadra Farroupilha, 1840 - 12	ARMARIA	1926	Doação, Intendência Municipal de Camaquã	
6	Canhão da Esquadra Farroupilha, 1840 - 13	ARMARIA	1926	Doação, Intendência Municipal de Camaquã	
7	Canhão da Esquadra Farroupilha, 1840 - 14	ARMARIA	1926	Doação, Intendência Municipal de Camaquã	
8	Canhão Farroupilha, 1835/1845 - 24	ARMARIA	1927	Doação, Biblioteca Pública de Pelotas	
9	Conto de Lança - 273	ARMARIA	1927	Doação, Otávio Rocha	
10	Lança Farroupilha - 461	ARMARIA	1927	Doação Felisberto M. da Silva <sup>769</sup>	
11	Sabre sem bainha - 1633	ARMARIA	1927	Doação, Major Octávio Pires Coelho	
12	Espadim de Garibaldi, 1837/1840 - 390	ARMARIA	1931	Doação, Família de João Batista Blengini	
13	Espada - 933	ARMARIA	1931	Doação, Edgar Pereira	
14	Catana (sabre japonês) - 87	ARMARIA	1938	Doação, Paulo Amaro Viana	Desaparecido
15	Canhão Krupp - 88	ARMARIA	1938	Doação, Brigada Militar do RS	
16	Espingarda de pederneira - 286	ARMARIA	1938	Doação, Quartel General do III Exército	Transferido p/Parque Osório
17	Chave do prédio da Assembleia Constituinte Farroupilha, 1843 - 5	ARQUITETURA	1926	Doação, Mansueto Bernardi	
18	Sino, 1797 - 727	ARQUITETURA	1926	Doação, Cezar Dias	bronze
19	Sino, 1712 - 232	ARQUITETURA	1927	Doação, Prefeitura Municipal de Garibaldi	
20	Prego de casa do Período Colonial - 3728	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
21	Prego de casa do Período Colonial - 3729	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
22	Prego de casa do Período Colonial - 3730	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	

<sup>769</sup> O doador da lança farroupilha ao MJC não foi Felisberto Maurício da Silva como está registrado no sistema Donato e sim J. Fredolino Prunes. Ocorre que Fredolino recebeu em doação o objeto de Felisberto, que era filho do antigo proprietário da lança, o alferes Maurício José da Silva, integrante do corpo de lanceiros comandados pelo chefe republicano, Cel. Jacintho Guedes da Luz, conforme informado em ofício recebido pelo MJC em 16 de dezembro de 1927, enviado de Alegrete pelo advogado J. Fredolino Prunes. Correspondências Recebidas 1927, fls. 318-19. Arquivo Permanente do MJC - AP. 2.004. A lança foi encaminhada ao MJC em 03 de janeiro de 1928, com acusação do recebimento em 07 de janeiro. Correspondências Recebidas 1938, fl.4. Arquivo Permanente do MJC - Ap. 2.005.

A documentação aponta o recebimento de uma "lança antiga" recebida pelo MJC, doada por João Bellanca, conforme Ofício nº 4 expedido em 05 de janeiro de 1931. Esse objeto não está registrado no sistema Donato. Correspondências Expedidas, 1931, fl. 4. Arquivo Permanente do MJC - AP. 1.010.

23	Prego de casa do Período Colonial – 3731	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
24	Prego de casa do Período Colonial – 3732	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
25	Prego de casa do Período Colonial – 3733	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
26	Prego de casa do Período Colonial – 3734	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
27	Prego de casa do Período Colonial – 3735	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
28	Prego de casa do Período Colonial – 3736	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
29	Prego de casa do Período Colonial – 3737	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
30	Prego de casa do Período Colonial – 3738	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
31	Prego de casa do Período Colonial – 3739	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
32	Prego de casa do Período Colonial – 3740	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
33	Prego de casa do Período Colonial – 3741	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
34	Prego de casa do Período Colonial – 3742	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
35	Prego de casa do Período Colonial – 3743	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
36	Prego de casa do Período Colonial – 3744	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
37	Prego de casa do Período Colonial – 3745	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
38	Prego de casa do Período Colonial – 3746	ARQUITETURA	1928	Doação, Olegário Moreira	
39	Chave do Solar de Domingos José de Almeida – 61	ARQUITETURA	1935	Doação, Fernando Luiz Osório	
40	Manta, 1864/1870 – 375	ARREAMENTO	1929	Doação, Valentina Fernandes da Cunha	
41	Passador, 1864/1870 – 3253	ARREAMENTO	1929	Doação, Valentina Fernandes da Cunha	
42	Lombilho pertencente a Borges de Medeiros - 5849	ARREAMENTO	1931	Doação, Sinval Saldanha	
43	Bússola Meridiana – 91	ARTE NÁUTICA	1939	Doação, Matilde Leivas Mallet <sup>770</sup>	
44	Bandeira Rio-Grandense (Rev. Federalista) - 1183	BANDEIRAS	1929	Doação, Salvador Ayres Pinheiro Machado	Incinerada
45	Estandarte da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo – 894	BANDEIRAS	1930	Doação, Intendência Municipal de Rio Pardo	
46	Bandeirola (Flâmula da Brigada Militar) – 377	BANDEIRAS	1931	Doação, Comandante da Brigada Militar	

<sup>770</sup> A doadora da bússola não foi Matilde Leivas Mallet, como registra o sistema Donato e sim, Lígia Augusta de Lima e Silva, neta do Marechal Luiz Manoel e sobrinha neta de Duque de Caxias. Ocorre que no mesmo ofício (nº 110) em que o diretor do MJC informava ao Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado, em 31 de maio de 1939, a doação da bússola, também comunicava a doação de “retrato em fotografia do Marechal Emílio Luiz Mallet, Barão do Itapevi, avô da ofertante”. No caso a ofertante do retrato do Mal. Mallet era Matilde Leivas Mallet, o que pode ter gerado a incorreção do registro no sistema Donato. Ver Correspondências Expedidas 1939, fl. 267. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014.

47	Bandeirola – 467	BANDEIRAS	1935	Doação, Jovita de Mello	
48	Álbum “Das Buch Von Kaiser” – 25	BIBLIOGRAFIA	1927	Doação, Antonio Augusto Borges de Medeiros	
49	Álbum de fotografias do Museu da família de Antonio de Souza Netto – 469	BIBLIOGRAFIA	1932/36	Doação, Maria A. Netto Mendilasbarsu	
50	O tiro brasileiro, 1905 – 1046	BIBLIOGRAFIA	1936	Doação, Alfredo Lopes	
51	Ordem Imperial do Cruzeiro (Ordem do Cruzeiro- Bento Gonçalves)- 847	CONDECORAÇÕES	1927	Doação, Alfredo Varela	Desaparecida
52	Insígnia da Ordem da Rosa (Grau de Dignatário de David Canabarro) – 842	CONDECORAÇÕES	1935	Doação, Conceição Machado Cadermatori	Desaparecida
53	Livro de atas das sessões do Clube Republicano Acadêmico, 1880 – 370	DOCUMENTOS	1926	Doação, Alcides de Mendonça Lima	
54	Diploma de Bacharel de Ciências Políticas de Afonso Alves – 345	DOCUMENTOS	1938	Doação, Olavo Afonso Alves	Incinerada
55	Gargalheira – 15	ESGRAVATURA	1926	Doação, José Kopetzki	
56	Gargalheira – 1260	ESGRAVATURA	1926	Doação, José Kopetzki	
57	Algema (par) – 93	ESGRAVATURA	1939	Doação, Vicente Prestes de Almeida	
58	Recibo de meia-sisa, 1861 – 1272	ESGRAVATURA	1939	Doação, Plínio Pereira Alves	
59	Disco de pedra (ornamento ou ficha para jogos) – 3805	ETNOLOGIA	1926	Doação, Pantaleão Ferreira Prestes	
60	Crânio mumificado – 1379	ETNOLOGIA	1927	Doação, Alcides Maya	
61	Edifício do Instituto Brasileiro, 1928 – 731	ICONOGRAFIA	1926	Doação, Ignácio Montanha	Óleo sobre tela
62	Conde Tito Lívio Zambeccari – 829	ICONOGRAFIA	1926	Doação, Ana Aurora Amaral Lisboa	Crayon sobre papel
63	Sem título (Tito Lívio Zambeccari) – 57	ICONOGRAFIA	1926	Doação, Ana Aurora Amaral Lisboa	Tinta sobre vidro
64	Sem título (Tito Lívio Zambeccari) – 58	ICONOGRAFIA	1926	Doação, Ana Aurora Amaral Lisboa	Tinta sobre vidro
65	Calendário perpétuo com efígie de D. Pedro I – 330	ICONOGRAFIA	1926	Doação, Adolfo Amaral Lisboa	Tinta sobre papel
66	Dom Pedro II – 256	ICONOGRAFIA	1927	Doação, Intendência de Camaquã	Óleo sobre tela
67	Julio de Castilhos, 1913 – 779	ICONOGRAFIA	1927	Doação, Manuel Gonçalves Cardoso	Fotografia retocada com crayon
68	Busto de Pinheiro Machado, 1915 – 36	ICONOGRAFIA	1929	Doação, Salvador Ayres Pinheiro Machado	Cabeça em bronze.
69	Busto do Dr. Borges de Medeiros - 38	ICONOGRAFIA	1929	Doação, Henrique Correa Leal	
70	Casa onde nasceu Bento Gonçalves da Silva - 46	ICONOGRAFIA	1929	Compra, Atelier Calegari	Óleo sobre papel
71	Ruínas do Palácio do Governo em Viamão – 47	ICONOGRAFIA	1929	Compra, Atayde Ávila	Óleo sobre papelão
72	Retrato de D. Pedro I - 49	ICONOGRAFIA	1929	Compra, Virgílio Calegari	Crayon sobre papel
73	Gaúcho Rio-Grandense – 50	ICONOGRAFIA	1929	Compra, Vicente Cervásio	Crayon sobre papel
74	A Casa Branca, 1930 – 310	ICONOGRAFIA	1929	Compra, Atelier Calegari	Óleo sobre papelão
75	Família Imperial do Brasil –	ICONOGRAFIA	1929	Doação, Anna Cascaes	tinta sobre

	446 (Reprodução de gravura)				papel
76	Palácio provincial de Porto Alegre – 735	ICONOGRAFIA	1929	Doação, Atelier Calegari	Papel, tinta têmpera
77	Dr. Julio de Castilhos, 1913 – 741	ICONOGRAFIA	1929	Doação, Alcides Maya	Óleo sobre papel
78	Cabeça de Julio Prates de Castilhos, 1929 – 757	ICONOGRAFIA	1929	Compra, Secretaria de Estado Negócios Interior e Exterior	Bronze, mármore
79	Busto de Pinheiro Machado – 4457	ICONOGRAFIA	1929	Doação, filho do Gal.Salvador A. Pinheiro Machado	Miolo de pão pintado
80	Ponte da Azenha, 1929- 51	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Luis Curia	Óleo sobre tela
81	A Virgem da cadeira (cópia de Rafael) – 41	ICONOGRAFIA	1930	Doação, Karl Johann Schröder	Óleo sobre tela
82	Fazenda da Reserva, 1930 - 44	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Atelier Calegari	Óleo sobre papelão
83	Capão da Convenção, 1930 - 45	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Atelier Calegari	Óleo sobre papelão
84	General Antônio Souza Neto – 52	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Azevedo Dutra	Óleo sobre tela
85	Julio de Castilhos, 1929 – 53	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Atelier Calegari	Óleo sobre papel
86	Barão de Santo Ângelo, 1929 (Manoel Araújo Porto Alegre) – 54	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Atelier Calegari	Fotografia retocada a óleo
87	Carga de Cavalaria, 1893 – 55	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Alberto Barcellos	Litran Madeira, tinta
88	Araújo Porto Alegre, 1929 – 1055	ICONOGRAFIA	1930	Compra, Atelier Calegari	Óleo sobre papelão
89	Juca Tigre (fotografia) – 1826	ICONOGRAFIA	1930	Doação, Franklin Dutra	fotografia
90	Alegoria Farroupilha – 312	ICONOGRAFIA	1933	Doação, Antônio de Mattos Netto	Aquarela sobre papel
91	General Osório, 1933 – 380 (medalhão)	ICONOGRAFIA	1933	Doação, Comissão Promotora do Monumento do General Osório	bronze
92	Peso para papéis de Solano Lopez – 468	ICONOGRAFIA	1933	Doação, José Massini	Roubada
93	Gomes de Vasconcellos Jardim – 830	ICONOGRAFIA	1934	Doação, Secretaria do Interior e Exterior do Estado do RS	Óleo sobre tela
94	Igreja Matriz de Viamão (Igreja N. S. da Conceição)- 769	ICONOGRAFIA	1935	Compra, Luiz Curia.	Óleo sobre tela
95	Alegoria Farroupilha – 343	ICONOGRAFIA	1936	Doação, José Ferreira Coutinho	Aquarela sobre papel
96	Francisco de Paula Rodrigues Alves - 90	ICONOGRAFIA	1939	Doação, José Loureiro da Silva	Óleo sobre tela
97	Fazenda da Reserva – 821	ICONOGRAFIA	1939	Doação, herdeiros de José Montauray de Aguiar Leitão	Fotografia retocada, tinta sobre papel
98	Bengala que pertenceu ao Dr. Julio de Castilhos – 2	INDUMENTÁRIA	1925	Doação, Leonardo Macedônia	
99	Botão que pertenceu a Manoel Marques de Souza – Conde de Porto Alegre – 318	INDUMENTÁRIA	1925	Doação, José Parreira Ferreira da Silva	
100	Bota que pertenceu a Francisco Angelo Guerreiro – 1520	INDUMENTÁRIA	1925	Doação, Correio do Povo	Botas do gigante
101	Bota que pertenceu a Francisco Angelo Guerreiro – 1521	INDUMENTÁRIA	1925	Doação, Correio do Povo	Botas do gigante
102	Suspensórios que pertenceram	INDUMENTÁRIA	1925	Doação, Joaquim Gonçalves	

	ao General Bento Gonçalves – 5801				
103	Suspensórios que pertenceram ao General Bento Gonçalves – 5802	INDUMENTÁRIA	1925	Doação, Joaquim Gonçalves	
104	Faixa- pertenceu ao Gen. João Antônio da Silveira – 18	INDUMENTÁRIA	1927	Doação, Gil Prates	
105	Lenço – 19	INDUMENTÁRIA	1927	Doação, Achilles da Rocha Pedroso	Com efígie de Julio de Castilhos
106	Lenço – 20	INDUMENTÁRIA	1927	Doação, Biblioteca Pública de Pelotas	Com monograma de D. Pedro II
107	Faixa que pertenceu ao Contra-Almirante Luiz Felipe Saldanha Gama – 21	INDUMENTÁRIA	1927	Doação, Eurico Rodrigues	
108	Banda porta bandeira: Voluntários da Pátria – 22	INDUMENTÁRIA	1927	Doação, Otávio Rocha	
109	Dolmã de Hipólito Ribeiro – 335	INDUMENTÁRIA	1928	Doação, Ismael O.N.Ribeiro, Hipólito Ribeiro Jr., Anita Ribeiro M.	
110	Boné que pertenceu ao General Hipólito Ribeiro – 336	INDUMENTÁRIA	1928	Doação, Ismael O.N.Ribeiro, Hipólito Ribeiro Jr., Anita Ribeiro M.	
111	Boné que pertenceu ao General Hipólito Antonio Ribeiro – 337	INDUMENTÁRIA	1928	Doação, Anita Ribeiro Menna Barreto	
112	Cinto que pertenceu ao General Hipólito Ribeiro - 338	INDUMENTÁRIA	1928	Doação, Anita Ribeiro Menna Barreto	
113	Lenço – 374	INDUMENTÁRIA	1928	Doação, Jesuína Ferreira de Souza	Com efígie de Borges de Medeiros
114	Boné do Exército Brasileiro - 341	INDUMENTÁRIA	1929	Doação, Valentina Fernandes da Cunha	
115	Boné que pertenceu ao Marechal Isidoro Fernandes 0 342	INDUMENTÁRIA	1929	Doação, Valentina Fernandes da Cunha	
116	Capacete – 435	INDUMENTÁRIA	1933	Doação, Pedro José Rodrigues	
117	Chapéu bicorne que pertenceu ao Brigadeiro José Gomes Portinho – 60	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Benta de Araújo Portinho	
118	Fardão (Conselheiro do Império) – 65	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Raul de Camargo, Helena de Camargo Almeida	
119	Chapéu armado-bicorne que pertenceu a Antônio Eleutério de Camargo - 66	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Raul de Camargo, Helena de Camargo Almeida	
120	Ombreira do uniforme de David Canabarro - 74	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Manuela, Davi, Virgílio e Eneias F. Canabarro	
121	Penacho que pertenceu a João Francisco Vieira Braga (Conde de Piratini) – 119	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Pedro Bucher	
122	Chapéu armado-bicorne (Conselheiro do Império) – 284	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Raul de Camargo, Helena de Camargo Almeida	
123	Coroa – 1058	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, família Silva Melo	Feita com cabelos 1816
124	Ramalhete (buquê) – 1059	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, família Silva Melo	Feita com cabelos 1816

125	Borla de fiador do uniforme de David Canabarro – 5834	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Maria Manuela Santana, Davi, Virgílio e Eneias F. Canabarro	
126	Borla de fiador do uniforme de David Canabarro – 5835	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Maria Manuela F. Santana	Destruída
127	Presilha do uniforme de David Canabarro – 5836	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Maria Manuela F. Santana	
128	Emblema do uniforme de David Canabarro – 5837	INDUMENTÁRIA	1935	Doação, Maria Manuela F. Santana	
129	Dragona – 929	INDUMENTÁRIA	1937	Doação, Adélia da Câmara e Sá	
130	Dragona que pertenceu ao Brigadeiro Casimiro José da Câmara e Sá – 5970	INDUMENTÁRIA	1937	Doação, Adélia da Câmara e Sá	
131	Dragona que pertenceram ao Brigadeiro Casemiro José da Câmara e Sá – 5971	INDUMENTÁRIA	1937	Doação, Adélia da Câmara e Sá	
132	Fita que pertenceu ao Contra-Almirante Luiz Felipe Saldanha Gama – 1045	INDUMENTÁRIA	1938	Doação, Salvador Pires	
133	Banda ou talabarte porta-estandarte – 1111	INDUMENTÁRIA	1939	Doação, autoridades de Rio Pardo	
134	Piano do “Parthenon Literário” – 3270	INSTRUMENTOS MUSICAIS	1937	Compra, Álvaro Porto Alegre	Destruída
135	Balança de precisão – 39	MÁQUINAS	1930	Doação, Celso Aquino	
136	Relógio que pertenceu a Rafael Pinto Bandeira – 84	MÁQUINAS	1937	Doação, Rafael Barcelos Gonçalves	
137	Cruz das Missões – 459	MISSÕES	1929	Doação, Emílio Rota	
138	Pedra tumular – 546	MISSÕES	1929	Doação, Ney Chrysostomo da Costa	
139	Sofá – 281	MOBILIÁRIO	1925	Doação, Otávio Rocha	
140	Poltrona – 282	MOBILIÁRIO	1925	Doação, Otávio Rocha	
141	Poltrona – 283	MOBILIÁRIO	1925	Doação, Otávio Rocha	
142	Cama – 56	MOBILIÁRIO	1932	Doação, Maria Cecília Alves Osório	Quarto Julio de Castilhos
143	Mesa de Cabeceira - 3129	MOBILIÁRIO	1932	Doação, Maria Cecília Alves Osório	Quarto Julio de Castilhos
144	Mesa de Cabeceira – 3130	MOBILIÁRIO	1932	Doação, Maria Cecília Alves Osório	Quarto Julio de Castilhos
145	Guarda-roupa - 3131	MOBILIÁRIO	1932	Doação, Maria Cecília Alves Osório	Quarto Julio de Castilhos
146	Guarda-roupa - 3132	MOBILIÁRIO	1932	Doação, Maria Cecília Alves Osório	Quarto Julio de Castilhos
147	Mesa de toilette - 3133	MOBILIÁRIO	1932	Doação, Maria Cecília Alves Osório	Quarto Julio de Castilhos
148	Penteadeira - 3134	MOBILIÁRIO	1932	Doação, Maria Cecília Alves Osório	Quarto Julio de Castilhos
149	Dois mil réis, 1932 – 5356	NUMISMÁTICA	1932	Doação, Mansueto Bernardi	Moeda prata
150	Dois mil réis, 1932 – 5357	NUMISMÁTICA	1932	Doação, Mansueto Bernardi	Moeda prata
151	Quatrocentos réis, 1932 - 5358	NUMISMÁTICA	1932	Doação, Mansueto Bernardi	Moeda prata
152	Duzentos réis, 1932 - 5359	NUMISMÁTICA	1932	Doação, Mansueto Bernardi	Moeda prata
153	Cem réis, 1932 - 5360	NUMISMÁTICA	1932	Doação, Mansueto Bernardi	Moeda prata
154	Cem réis, 1932 – 5361	NUMISMÁTICA	1932	Doação, Mansueto Bernardi	Moeda prata
155	Espora chilena – 311	REGIONALISMO	1926	Doação, Januário Carvalho Prates	
156	Cinquenta mil réis – 72	TESSEROLOGIA	1935	Doação, Augusto César de Araujo Bastos	Cédula falsa do império
157	Enxadinha de jardinagem – 7	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1926	Doação, Januário Carvalho Prates	



158	Saca-rolhas – 8	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1926	Doação, Alberto Lopes Navarro	
159	Salva de prata de Bento Gonçalves - 30	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1928	Doação, Antônio Rodrigues Barbosa	Roubada
160	Navalha (com estojo) de Bento Gonçalves – 31	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1928	Doação, Antônio Rodrigues Barbosa	
161	Lanterna de campanha de Bento Gonçalves – 32	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1928	Doação, Antônio Rodrigues Barbosa	
162	Colher (encontrada em canhão farroupilha) – 470	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1928	Doação, José Divino Vieira Roiz	
163	Peso para papeis -5441	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1928	Doação, Theodoro Hartlieb	
164	Tinteiro de Bento Gonçalves – 5838	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1928	Doação, Antônio Rodrigues Barbosa	
165	Porta areia de Bento Gonçalves – 5839	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1928	Doação, Antônio Rodrigues Barbosa	
166	Caixa de fósforos do início do século XIX – 34	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1929	Doação, Mattos Cachoeira	
167	Caixa de fósforos do início do século XIX – 35	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1929	Doação, Mattos Cachoeira	
168	Prato que pertenceu ao General Bento Gonçalves da Silva – 6	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1933	Doação, Alfredo Varela	porcelana
169	Cachimbo dinamarquês - 378	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1935	Doação, Viggo Thompson	
170	Molheira de João Canabarro – 5844	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1935	Doação, Edmundo Canabarro de Carvalho	porcelana
171	Xícara de João Canabarro – 5845	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1935	Doação, Edmundo Canabarro de Carvalho	porcelana
172	Pires de João Canabarro – 5846	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1935	Doação, Edmundo Canabarro de Carvalho	porcelana
173	Prato de João Canabarro - 5847	UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1935	Doação, Edmundo Canabarro de Carvalho	porcelana
174	Pá – 23	VÁRIOS	1927	Doação, Comissão organizadora do Monumento ao general Osório	
175	Ponteira de haste de bandeira – 272	VÁRIOS	1927	Doação, Otávio Rocha	Metal, prata
176	Matriz para cunhar medalha – 3168	VÁRIOS	1927	Doação, Otávio Rocha	ferro
177	Homenagem do Município de Rio Grande à memória de Julio Prates de Castilhos – 696	VÁRIOS	1937	Doação, desconhecido	Cartão de prata-homenagem a JC
178	Caixa para carregar papéis, 1869 – 936	VÁRIOS	1939	Doação, José Fernandes da Silva	Madeira, couro, metal
179	Ponteira do Estandarte de Senado da Câmara da Vila Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo – 1110	VÁRIOS	1939	Doação, autoridades de Rio Pardo	metal

### APÊNDICE C

Listagem dos personagens históricos e a quantidade de objetos a eles relacionados nos sistema Donato do MJC (1925-1939)

Personagem	Objeto/nº registro	Coleção	Nº de objetos/%
Bento Gonçalves	Canhão (Rev. Farroupilha)/ 24	Armaria	10 (14,49%)
	Ordem Imperial do Cruzeiro/ 847	Condecorações	
	Conjunto de Suspensórios/ 5801-5802	Indumentária	
	Salva de prata/ 30	Ut. Domésticos	
	Navalha (com estojo)/ 31	Ut. Domésticos	
	Lanterna de campanha/ 32	Ut. Domésticos	
	Tinteiro/ 5838	Ut. Domésticos	
	Porta areia/ 5839	Ut. Domésticos	
	Prato/ 6	Ut. Domésticos	
Julio de Castilhos	Bengala/ 2	Indumentária	10 (14,49%)
	Lenço com efígie de J. Castilhos/ 19	Indumentária	
	Cama/ 56	Indumentária	
	Mesa de cabeceira/ 3129	Mobiliário	
	Mesa de cabeceira/ 3130	Mobiliário	
	Guarda-roupa/ 3131	Mobiliário	
	Guarda-roupa/ 3132	Mobiliário	
	Mesa de toilette/ 3133	Mobiliário	
	Penteadeira/ 3134	Mobiliário	
	Cartão de prata homenagem de Rio Grande à memória de J.Castilhos/ 696	Vários	
David Canabarro	Insígnia da Ordem Rosa/ 842	Condecorações	6 (8,70%)
	Ombreira do uniforme/ 74	Indumentária	
	Borla de fiador do uniforme/ 5834	Indumentária	
	Borla de fiador do uniforme/ 5835	Indumentária	
	Presilha do uniforme/5836	Indumentária	
	Emblema do uniforme/ 5837	Indumentária	
Hipólito Ribeiro	Dolmã/335	Indumentária	4 (5,80%)
	Boné/336	Indumentária	
	Boné/ 337	Indumentária	
	Cinto/338	Indumentária	
João Canabarro	Molheira/5844	Uten.Domésticos	4 (5,80%)
	Xícara/ 5845	Uten.Domésticos	
	Pires/ 5846	Uten.Domésticos	

	Prato/ 5847	Uten.Domésticos	
José Garibaldi	3 Canhões (Rev. Farroupilha)/ 12, 13 e 14.	Armaria	4 (5,80%)
	Espada/ 390	Armaria	
Antônio Eleuthério de Camargo (Conselheiro do Império)	Fardão/ 65	Indumentária	3 (4,35%)
	Chapéu armado-bicorne/ 66	Indumentária	
	Chapéu armado-bicorne/ 284	Indumentária	
Brigadeiro Casemiro José da Câmara e Sá	Dragona/ 929	Indumentária	3 4,35%)
	Dragona/ 5970	Indumentária	
	Dragona/ 5971	Indumentária	
José Marcelino de Figueiredo	Sofá/ 281	Mobiliário	3 (4,35%)
	Poltrona/ 282	Mobiliário	
	Poltrona/ 283	Mobiliário	
Borges de Medeiros	Lombinho/ 5849	Arreamento	2 (2,90%)
	Lenço com efígie de Borges/ 374	Indumentária	
Francisco Angelo Guerreiro (gigante)	Botas (par)/ 1520 e 1521	Indumentária	2 (2,90%)
Marechal Isidoro Fernandes de Oliveira	Boné do Exército Brasileiro/ 341	Indumentária	2 (2,90%)
	Boné/ 342	Indumentária	
Contra-Almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama	Faixa/ 21	Indumentária	2 (2,90%)
	Fita/1045	Indumentária	
Afonso Alves	Diploma de bacharel Ciências Políticas/ 345	Documentos	1 (1,45%)
Antônio de Souza Netto	Álbum de fotografia/ 469	Bibliografia	1 (1,45%)
Major Antônio José Pereira Junior	Espada (Guerra do Paraguai)/ 933	Armaria	1 (1,45%)
Domingos José de Almeida	Chave de seu Solar/ 61	Arquitetura	1 (1,45%)
Gal. Duque de Caxias e Marechal Luiz Manoel de Lima e Silva <sup>771</sup>	Bússola Meridiana/ 91	Arte Náutica	1 (1,45%)
D. Feliciano	Enxadinha de jardinagem/ 7	Ut. Domésticos	1 (1,45%)
General João Antônio da Silveira	Faixa/ 18	Indumentária	1 (1,45%)

<sup>771</sup> Conforme Ofício nº 110 expedido pelo diretor do MJC, Emílio Kemp, ao Secretário de Estado de Educação e Saúde Pública, em 31 de maio de 1939, a bússola doada por Lídia Augusta de Lima e Silva, fazia referência aos dois personagens dizendo ter pertencido “ao general Duque de Caxias e ao Marechal de campo Luiz Manuel de Lima e Silva. Essa ofertante é neta do marechal de campo Luiz Manoel e sobrinha neta de Duque de Caxias” (Correspondências expedidas, 1939, fl. 267. Arquivo Permanente do MJC – AP. 1.014).

Barão de Ibicuhy	Balança de precisão/ 39	Máquinas	1 (1,45%)
João Francisco Vieira Braga (Conde de Piratini)	Penacho/119	Indumentária	1 (1,45%)
Brigadeiro José Gomes Portinho	Chapéu bicorne/ 60	Indumentária	1 (1,45%)
Manoel Marques de Souza – Conde de Porto Alegre	Botão/ 318	Indumentária	1 (1,45%)
Alferes Maurício José da Silva	Lança farroupilha/ 461	Armaria	1 (1,45%)
General Osório	Pá do Monumento ao gen. Osório/ 23	Vários	1 (1,45%)
D. Pedro II	Lenço com monograma de D. Pedro II/ 20	Indumentária	1 (1,45%)
Rafael Pinto Bandeira	Relógio/ 84	Máquinas	1 (1,45%)
Total de personagens: 29	Total de objetos 70	Total col. 12	69 (100%)